



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**TIAGO BARROS FERREIRA**

**A INTERIORIZAÇÃO DA REPÚBLICA: O JOGO POLÍTICO NO  
SALGADO PARAENSE DURANTE PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1903)**



**Belém -PA**

**2015**

**TIAGO BARROS FERREIRA**

**A INTERIORIZAÇÃO DA REPÚBLICA: O JOGO POLÍTICO NO SALGADO  
PARAENSE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1903)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias.

**Belém -PA**

**2015**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

*(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)*

---

*Ferreira, Tiago Barros*

A interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903) / Tiago Barros Ferreira - 2015.

Orientador: William Gaia Farias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Marapanim, 2015.

1. Salgado Paraense (PA) - História, 1889-19830. 2. Jogo Político – Salgado Paraense (PA). 3. Elite Política- Salgado Paraense (PA). 4. Simbologia/estatutária Republicana- Salgado Paraense (PA). 5. Conflitos Político - Salgado Paraense (PA) - Política e Primeira República. I. Título.

---

**TIAGO BARROS FERREIRA**

**A INTERIORIZAÇÃO DA REPÚBLICA: O JOGO POLÍTICO NO SALGADO  
PARAENSE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1903)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História Social da Amazônia.

Data da defesa: .11/09/2015

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. William Gaia Farias – Orientador (PPHIST/UFPA)

---

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo – Examinador (PPHIST/UFPA )

---

Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges – Examinadora (PPHIST/UFPA)

---

Profa. Dra. Regina Helena Martins de Farias (UFMA) – Examinadora Externa

Aos meus honrados pais, Raymundo Nonato Botelho Ferreira, exemplo de perseverança (*in memoriam*) e Profa. Cledinalda da Silva Barros, a quem chamo de “A senhora minha mãe”, por ter me gerado em seu ventre, pois sempre estão ao meu lado, velando as veredas de minha existência.

À minha avó paterna, dona Ruth Oeiras Botelho Ferreira (*in memoriam*), que me contava com tanta doçura e entusiasmo as histórias sobre a vida política de “Marapanim”, a nossa terra amada. Essas histórias muitas vezes se entrecruzavam com a sua própria vida, como, por exemplo, o seu embarque “de mala e cuia, com os filhos pequenos”, inclusive o meu pai – na companhia do seu esposo, Raymundo dos Santos Ferreira, transferido em função do seu ofício como coletor das rendas do estado do Pará. Motivo: perseguições políticas por eles serem “lauristas de longas datas”, tal qual o avô de ambos, o coronel Diniz Botelho. Restam-me saudades desses bons momentos, quando eu deitava numa esteira debaixo da sua rede. Obrigado pela inspiração histórica e pelos doces deliciosos que só as avós preparam!

Ao meu avô materno, Cicero Nascimento de Barros (*in memoriam*), esposo de minha avó, a professora Estervita Silva de Barros. Ele era semianalfabeto, e mal sabia reconhecer as letras... o que não o impedia de fazer “contas precisas” e, através da sua amizade com políticos, influenciar na escolha dos candidatos que pleiteavam assumir cargos de direção na escola da sua localidade.

Ao meu tio Cláudio Márcio da Silva Barros (*in memoriam*), um dos muitos que tomaram bruta e violentamente, vítimas das artimanhas do mundo político-partidário. Obrigado pelo abraço e pelo CD a mim oferecidos, quando de minha aprovação na seleção de mestrado, no qual ainda posso ouvir sua voz entoando um canto de carimbo – o canto mágico da Amazônia.

À Eriana Aleixo Mattos (*in memoriam*), umas das muitas pessoas que compartilharam as alegrias da minha aprovação nas seleções de graduação e de mestrado. Ela que fez muitos planos para quando concluísse a sua graduação em pedagogia..., infelizmente, um sonho interrompido ao beijar os lábios frios da morte.

Aos meus sobrinhos Bernardo Augusto e João Nonato.

Ao meu rebento que há de vir... um ser essencial na minha existência.

## AGRADECIMENTOS

Ao senhor meu Deus, o Deus cristão, pela bem-aventurada intercessão da Virgem Maria, São Thomaz de Aquino, São Judas Tadeu, Santa Catarina de Alexandria, São Luiz Gonzaga, santos padroeiros dos meus estudos, que me deu a capacidade e a arte para a realização deste trabalho, que dedico à glória do seu Santo Nome.

Aos meus pais profa. Cleide Barros e Nonato Ferreira, seres para quais, ainda que eu usasse todas as palavras, estas não teriam a capacidade de expressar minha gratidão.

Ao coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho, meu tataravó paterno, que deixou como legado aos seus conterrâneos um belo e imponente monumento dedicado à República brasileira, do qual pende uma *Marianne* em trajes de guerra.

A todos os sujeitos que vivenciaram o advento do regime republicano no Brasil, e seu o processo de consolidação na região do Salgado paraense. Trata-se de homens e mulheres cujos atos deram a consistência da argamassa e do tijolo na tessitura desta pesquisa histórica.

Ao meu padasto, Beto, um grande e mui caro amigo..., sempre pronto a me socorrer.

Aos meus anjos na terra, que, com seus rosários em punho rezaram e rezam por mim a Deus: vó Ruth, vó Ester, tia Paqueta e tia Dóris, de quem sempre lembro com carinho e amor.

Ao meu sobrinho Bernardo Augusto – “amadão”, por ser a “Luz da Minha casa”.

À minha tia Cleonice Barros e a todos da sua família, em especial aos primos “mana” Kátia e “mano” Sandro – que prometeu ler a minha dissertação desde que tivesse imagens.

Ao meu caríssimo amigo Bruno Macedo, pelos momentos de conversa.

A todos os meus professores do “1º Grau” e do ensino médio, representados respectivamente pelos “mestres”, profa. Luíza e prof. Felipe Duarte, cujo carinho e dedicação à docência contribuíram para que eu pudesse prosseguir e me tornar um mestre.

Aos meus professores da graduação, representados pelo Prof. Décio Guzman, da disciplina Metodologia II, que me apresentou o livro “A formação das Almas”, que até hoje me inspira com suas *Mariannes*.

Ao mestre e amigo Didier Lahon, esposo da amável professora Rosa, pelo incentivo à minha participação na seleção de mestrado em 2012, pelas orientações na elaboração do projeto e pelas aulas de francês. No aprendizado deste idioma, não posso deixar de agradecer ao *mon ami* Gregoire Giroud, sempre atencioso com este aluno, de quem se tornou amigo.

Aos meus professores do mestrado, em especial à Profa. Maria de Nazaré Sarges – Naná, que me fez ver “quantos esqueletos há no armário”, ou seja, quantas teorias há na/e para a tessitura do conhecimento histórico, sobretudo pelas suas contribuições ao meu projeto de qualificação. Ao Prof. Mauro Coelho que, franzindo o cenho e sem rodeios disse

que o meu projeto de pesquisa era de interesse do programa de pós-graduação e, portanto, valia a pena investir, a quem agradeço inclusive por me fazer passar noites de agonia estudando os “discursos e as análises dos discursos”. Ao Prof. Antônio Maurício Costa, em cuja disciplina pude me debruçar mais intensamente na trajetória de um dos meus sujeitos históricos mais intrigantes – o coronel Diniz Botelho – “uma hidra de muitas cabeças” da vida política do Salgado. Ao Prof. Karl Arenz, que na disciplina “nações e nacionalismos” me fez refletir sobre as alegorias que adornam a fachada do Paço Municipal de Marapanim, e assim enquadrá-las em um plano que visava construir uma representação/monumento que exaltasse a nação brasileira no regime republicano. Ao Prof. Antonio Otaviano, por ter me mostrado os métodos que ajudaram a organizar os “fios que estavam soltos” nas minhas fontes históricas, e seus ensinamentos me valeram no momento de seguir os “rastros” que conduzem à escrita das atividades acadêmicas. Por fim, especialmente ao professor Aldrin Moura de Figueiredo, que reconheceu na minha pesquisa alguns sujeitos históricos pesquisados na sua graduação, e também pelas críticas e sugestões na fase de qualificação, sobre a importância atribuída pela classe política à construção do imaginário junto à classe estudantil, no sentido de resgatar uma memória que lhes fosse favorável, o que lhe levou a sugerir o título desta dissertação “A Interiorização da República”.

De modo singular e justo, agradeço ao meu orientador, professor William Gaia Farias, pelos conselhos e ensinamentos nesta nova etapa de minha vida acadêmica, que me levaram a aprofundar o conhecimento e ir além das fontes históricas de meu torrão natal – Marapanim, e a percorrer a história do Salgado, que estava adormecida, aguardando alguém que se propusesse contá-la, de modo a dar-lhe visibilidade ao resgatar a memória de vários sujeitos da vida política dessa região do Pará, que guarda “preciosidades da República”.

Aos amigos que cativei nos primeiros passos rumo ao mestrado, Roberto, Marley e Alexandre, pelas leituras e ajuda na construção de meu projeto de pesquisa. E igualmente aos amigos que conquistei no curso de mestrado, especialmente à Elna Maria H. Trindade, com quem dei muitas e gostosas gargalhadas, para não chorar durante as leituras da disciplina “discursos e as análises do discurso” e Yuri Lee, “senhor dos malabares”, que me foi solícito nos momentos de apuros durante a nossa estadia em São Luiz do Maranhão.

Aos que se tornaram amigos-irmãos no mestrado, Raimundo Nonato da Silva, a quem relatei as peripécias e os casos ocorridos na minha família, em especial as histórias da minha bisavó paterna, Albertina Botelho, além do Anderson Alexandre, “um dos meninos do Gaia” e “senhor do regimento de Fontoura”, com quem tomei não “Biotônico Fontoura”, mas poucas e boas geladas, e Dione do Socorro Leão, esposa do “senhor dom João de Breves”, que me abriu as portas da sua casa durante a minha primeira experiência na docência superior.

Na função de professor universitário, conheci a aluna Cássia Benathar, a quem cito como representante daqueles com quem reparti e troquei conhecimentos durante as aulas “do Parfor”, e que atualmente é minha orientanda. Ainda nas aulas do “Parfor” convivi com outras pessoas maravilhosas, como o “mano” Admarino Mattos, a quem espero ver cursando o mestrado e agradeço pela amizade.

Aos servidores da Biblioteca do Centur, com especial carinho a Débora, sempre doce para comigo; e da Biblioteca do IFCH, representados pela Lisnéa Gomes – muito obrigado.

À Lilian Lopes, que alegra a secretaria do PPHIST com sua presença encantadora.

Agradeço àqueles que estão ao largo do mundo acadêmico, mas que ainda assim são “mestres e doutores”, porque no seu dia a dia matam um leão para viver com dignidade, como o Raimundo – ou “Gordo”, para os amigos – esposo da Nena, a quem chamo de “Arancuã Choca”, que zelam pelas “minhas seis vaquinhas” e minha humilde residência quando tenho que viajar no *métier* de historiador.

Ao padre Victor Cazal, que abriu as portas da casa paroquial de Nossa Senhora do Socorro das Salinas Reais, quando lá estive em busca de informações acerca do coronel Manoel Pedro de Castro; padre Amiraldo, pela preocupação com a minha vida acadêmica e espiritual; e ao padre João Nazareno, que me apresentou de forma mais detalhada a lendária “Vigia de Nazareth”, terra do professor e articulista político Bertholdo Nunes.

À tia Ana Maria, pelas correções no que concerne às normas da língua portuguesa.

Ao Alcidei Corecha e a Lene Ribeiro, pais da sapeca Laura e do observador Pedro, pela acolhida sempre generosa na cidade de Bragança, terra do coronel José Pinheiro.

Aos donos dos Cartórios aos quais recorri na pesquisa documental, pela gentileza de franquear o acesso aos arquivos sob a sua guarda, especialmente aos cartórios de São Caetano de Odiveias, da tradicional família do “General Gurjão”, herói paraense na Guerra do Paraguai, além dos cartórios Vilhena Alves, de Vigia de Nazareth e Oacir Ferreira, de Maracanã, representados pelas senhoras Kênia Martins Santos, do Cartório Martins, em Bragança; dona Maria, do Cartório Oliveira, em Salinas; e à Sônia Palheta, do Cartório de Marapanim. Em muitos casos, as consultas só foram possíveis com o aval dos juízes de direito, como o marapaniense de coração, juiz Magno Guedes, da secular comarca da Vigia, assim como da juíza Ana Selma Timóteo, responsável pela comarca de Marapanim.

Aos meus colegas de profissão das escolas Profa. Raimunda N. Pinheiro e “Profa. Deuzarina Rodrigues”, representados pelos professores Bel e Marina, pelo apoio constante.

Enfim, agradeço a todos aqueles que contribuíram para o êxito desta pesquisa histórica, objetivando contribuir para a historiografia amazônica, de modo a evidenciar que os fatos históricos relacionados à “República Velha” não se restringem ao Centro-Sul do país.



Sem dúvida alguma, a máquina que move o mundo chama-se “poder”. Todos o querem. Alguns o conseguem agindo como raposas... usando a astúcia nas suas ações; outros, no entanto, atuam feito leões, medindo as suas forças... ou a força bruta, inclusive aqueles que por vezes tomamos como sendo os mais piedosos dos homens!

Ah! O poder... sempre o poder! E foi para tê-lo ou mantê-lo em suas mãos que muitos habitantes do Salgado paraense esqueceram as velhas usanças plantadas pelos partidos monárquicos, os ódios fratricidas em que se digladiavam no regime decaído, e uniram-se no mais fraternal amplexo para festejar *o enorme feito patriótico* no Brasil no final do século XIX – a República!

A partir de então, passaram a cantarolar a composição de Rouger de Lisle – *La Marseillaise*, sobretudo a estrofe que diz:

*Avante filhos da pátria o dia da glória chegou.  
O estandarte ensanguentado da tirania contra nós se levanta.  
Marchem, marchem, nossa terra do sangue impuro se saciará.  
Amor sagrado pela pátria, conduza, sustente, nossos braços justicieiros.  
Liberdade, querida liberdade combata com teus defensores!  
Sob nossas bandeiras, que a vitória chegue com teus braços viris!  
Que teus inimigos agonizantes vejam o teu triunfo e nossa glória*

E assim se fez a interiorização da República no Salgado Paraense.

Tiago Barros Ferreira, 29/05/2015

## RESUMO

Esta pesquisa historiográfica aborda o jogo político empreendido por diversos sujeitos da vida político-partidária na região do Salgado paraense, precisamente nas localidades de Vigia de Nazareth, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Cintra, Salinas e Bragança, no período de 1889 a 1930. Tendo em vista matérias de jornais, documentos oficiais, obras raras, e imagens que retratam monumentos históricos, busca-se perceber como se constituíam as relações políticas e as diversas formas de relações de poder no âmbito dessa região, entre os vários sujeitos entre si e entre outros espaços, como na cidade de Belém, capital do Pará, em um dos momentos mais significativos da história política do Brasil, na época da instauração e consolidação das instituições republicanas. Ademais, são abordados fatos ocorridos após 1897, relacionados à chamada “Política dos Estados ou Política dos Governadores”, quando a República brasileira já estava consolidada. A pesquisa documental resultou em uma diversidade de fontes de riqueza imensurável, que revelam os conflitos armados, as negociações, momentos de sociabilidades, além da construção de um imaginário pretensamente favorável ao regime republicano junto à população. Tais indícios possibilitaram traçar pequenas biografias desses “iniciados e aprendizes da vida política”, que na maioria das vezes tiveram seus nomes inscritos entre os membros dos antigos partidos monárquicos: Liberal e Conservador, e logo em seguida passaram a figurar entre os “chefes republicanos” ligados aos partidos surgidos com a República, como o Partido Republicano Paraense, o Partido Republicano Democrático, e o Partido Republicano Federal, agremiações que disputaram entre si o controle político dessa região durante o recorte histórico proposto. As análises e reflexões demonstram que, na sua essência, a República, foi um novo rótulo novo para uma velha garrafa, visto que os vícios atribuídos ao regime monárquico persistiram após o 15 de novembro de 1889, nos primeiros momentos do regime republicano. O que não quer dizer que, as acomodações necessárias para a adaptação no novo cenário político não surgissem entre os sujeitos envolvidos.

**Palavras-chave:** República. Jogo Político. Conflitos Salgado Paraense. Simbologia/estatutária republicana.

## ABSTRACT

This historical research addresses the political game undertaken by several subjects of political party life of the Salgado region, in Pará State, in the cities Vigia de Nazareth, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Cintra, Salinas and Bragança, in the period from 1889 to 1930. In view of newspaper reports, official documents, rare books, and images that depict historical monuments, try to understand how was the establishment of political relations, that is, the most diverse forms of power relations between subjects this region between themselves, so with in relation to other spaces, such as the city of Belém Pará, the state capital, in one of the most significant moments in the political history of Brazil, that is, the establishment and consolidation of republican institutions. Not forgetting, of course, to address events that occurred after 1897 related to so-called "policy of the United Or Politics of Governors", that is, when the Brazilian Republic was already consolidated. Comes this variety of sources, an immeasurable wealth which deals, armed conflicts, negotiations, moments of sociability and the construction of an imaginary supposedly favorable to the republican regime with the population. Such evidence made it possible to trace short biographies of these "started and apprentices of political life", which most often had their names inscribed among the members of the old monarchist parties: Liberal and Conservative, and now appear as "Republican leaders", linked to parties born with the Republic as the Republican Party Pará, Democratic Republican Party, and the Federal Republican Party, associations that competed with each other to control the political command in the region over the proposed cut. Relationship demonstrated in their pojo that the Republic was nothing more than a new label preached in an old bottle, this because the vices attributed to the monarchy persisted after 15 November 1889 in the first moments of the Republican policy.

**Keywords:** Republic. Political Game. Conflicts. Salgado Pará. Symbology/statutory Republican.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da região do Salgado a partir da estrada de Ferro Belém Bragança .....	18
Figura 2 - Detalhe da parte frontal do Monumento ao Congresso dos intendentes e chefes políticos do Partido Republicano Paraense de 1903. Destaque aos bustos dos mentores do referido evento e das alegorias da História e da Paz - Belém-Pará... 88	88
Figura 3 - Detalhe da parte detrás do Monumento ao Congresso dos intendentes e chefes políticos do Partido Republicano Paraense de 1903. Destaque aos nomes dos participantes do referido evento – Belém-Pará..... 88	88
Figura 4 - Placa indicando a Rua coronel Diniz Botelho – Marapanim, Pará, janeiro de 2015 .....	109
Figura 5 - Retrato de encontrado na escola “Bertholdo Nunes”, em Vigia de Nazaré-PA - .....	122
Figura 6 - Prédio da Banda musical “Coronel João Rodrigues dos Santos”, em São Caetano de Odivelas-PA.....	133
Figura 7 - Retrato de Horácio Barbosa de Lima, exposto na Prefeitura Municipal de Curuçá .....	139
Figura 8 - Escola Estadual Gonçalo de Lima Ferreira, em Curuçá-PA. ....	149
Figura 9 - Placa sinalizando a Travessa “Manoel Pedro de Castro”- Salinas-PA .....	168
Figura 10 - Figura 10 - Retrato de Antonio Pedro da S. Pereira, Prefeitura Municipal de Bragança-PA.....	174
Figura 11 - Retrato de José Caetano Pinheiro na Prefeitura Municipal de Bragança-PA .....	177
Figura 12 - Mapa do local da Revolta de 11 de Junho, com a posição das tropas .....	261
Figura 13 - Tropa legalista reunida na Praça da República, ao retornar do Cacaolinho. ....	14
Figura 14 - Tela retratando os constituintes que elaboraram e assinaram a primeira Constituição Republicana do Estado do Pará, em 24 de junho de 1891, dentre os quais estão alguns membros da elite política do Salgado .....	274
Figura 15 - Imagem com o antigo brasão das armas do município de Marapanim, no qual há a inscrição “19 de Novembro de 1889”. Data que assinala a adesão oficial da Câmara Municipal de Marapanim à República .....	330
Figura 16 - Fotografia do Paço Municipal de Marapanim, quando de sua reinauguração, em 3 de setembro de 1993, ano em que completava seu primeiro centenário ....	338
Figura 17 - Elementos simbólicos no Paço Municipal da Intendência de Marapanim .....	342
Figura 18 - Busto da alegoria republicana no Paço Municipal de Marapanim – a República Mulher, personificada em Marianne.....	343
Figura 19 - Paço Municipal de Marapanim – janeiro de 2015. Seu atual estado de abandono certamente não reflete a memória do regime republicano que deveria inspirar o povo .....	344

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos políticos, segundo da localidade de atuação e profissão/ocupação.....	101
Quadro 2 – Identificação dos políticos que embasaram o levantamento prosopográfico.....	111
Quadro 3 – Intendentes nomeados em 1890 e suas agremiações partidárias .....	112
Quadro 4 – Resultado da eleição direta para o cargo de intendente – 1891.....	112

## **LISTA DE SIGLAS**

PRP- Partido Republicano Paraense

PRD- Partido Republicano Democrático

PRF- Partido Republicano Federal

CVP- Comissão Verificadora de Poderes

PRCF- Partido Republicano Conservador Federal

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
1 O CENÁRIO POLÍTICO DO PARÁ 1889-1903: a luta pela representatividade política, a busca pelos benefícios privados. ....	27
1.1 A PROPAGANDA REPUBLICANA: constituição dos Club's Republicanos no Pará e seus atores políticos .....	30
1.2 A REPÚBLICA ESTÁ FEITA, E A UTOPIA SOLVEU-SE EM FACTO: o processo de adesão da Câmara de Belém. ....	43
1.2.1 O político vive de alianças: as ações dos republicanos e o processo de adesão no Salgado .....	50
1.3 JOGO POLÍTICO EMPREENDIDO ENTRE A VISITA DE J. CHERMONT E A EXCURSÃO DE LAURO SODRÉ. ....	60
1.4 UMA REPÚBLICA DE FANCARIA OU UM DIA APÓS O OUTRO? OS CONFLITOS ENTRE PRP E PRF, 1897-1903. ....	71
1.4.1 Espoliado dos meus direitos políticos pelo Congresso: a Política dos Governadores entra em cena nas eleições municipais de 1900.....	77
1.4.2 Assim é que se (re)elege um governador: a aliança Lemos-Montenegro e a atuação dos intendentess no Congresso Político de 1903.....	83
2 INICIADOS E/OU APRENDIZES? A ELITE POLÍTICA DO SALGADO E SUAS RELAÇÕES NA VIDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA .....	90
2.1 ELITE POLÍTICA: um breve apanhado histórico. ....	93
2.1.1 A teoria ganha a América.....	95
2.2 OS CORONÉIS DO SALGADO.....	99
2.2.1 Diniz Henrique Ferreira Botelho, um coronel de bobagem? .....	102
2.3 OS HOMENS FORTES DO SALGADO .....	109
2.3.1 A Elite política do Salgado: trajetória.....	111
2.3.2 A galeria dos escolhidos.....	114
2.3.2.1 Capitão Francisco de Moura Palha .....	114
2.3.2.2 Raymundo Bertholdo Nunes .....	121
2.3.2.3 Coronel João Rodrigues dos Santos.....	128

2.3.2.4 Coronel Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães .....	134
2.3.2.5 Coronel Horácio Barbosa de Lima.....	138
2.3.2.6 Tenente-coronel Gonçalo de Lima Ferreira .....	143
2.3.2.7 Coronel Herculino Antonio Ferreira Bentes.....	149
2.3.2.8 Tenente-coronel Bartholomeu da Conceição Ferreira .....	154
2.3.2.9 Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães .....	158
2.3.2.10 Coronel Manoel Pedro de Castro .....	163
2.3.2.11 Serafim dos Anjos Nunes.....	168
2.3.2.12 Coronel Antonio Pedro da Silva Pereira .....	173
2.3.2.13 Coronel José Caetano Pinheiro .....	176
2.4 O CHEIRO DA PÓLVORA SE AVIZINHA NO AR.....	182
3 CHEIRO DE PÓLVORA NO AR! Das conflagrações explícitas às comemorações festivas promovidas pelos sujeitos políticos do Salgado.....	183
3.1 A REVOLTA DE 11 DE JUNHO DE 1891, UMA REVOLTA ALONGADA NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	188
3.1.1 Às armas... e também às urnas, cidadãos! A demissão dos delegados de polícia, a organização dos partidos políticos, e o início do processo eleitoral .....	194
3.1.2 Fez-se ecos de ódios e prevenções antigas: a deposição dos delegados de polícia .....	196
3.1.3 Entre querelas e adesões: os conchavos políticos antes das eleições.....	207
3.1.3.1 Ainda mais perseguições: os alistamentos eleitorais .....	216
3.1.4 Enfim, o sagrado exercício do voto foi exercido?! A eleição de 15 de setembro 1890 para o Congresso Nacional Constituinte .....	230
3.1.5 A eleição para a Assembleia Constituinte Estadual.....	238
3.2 A REVOLTA DE 11 DE JUNHO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NO SALGADO PARAENSE.....	256
3.2.1 A “sacralização” da memória da Revolta de 11 de Junho pelos democratas.....	280



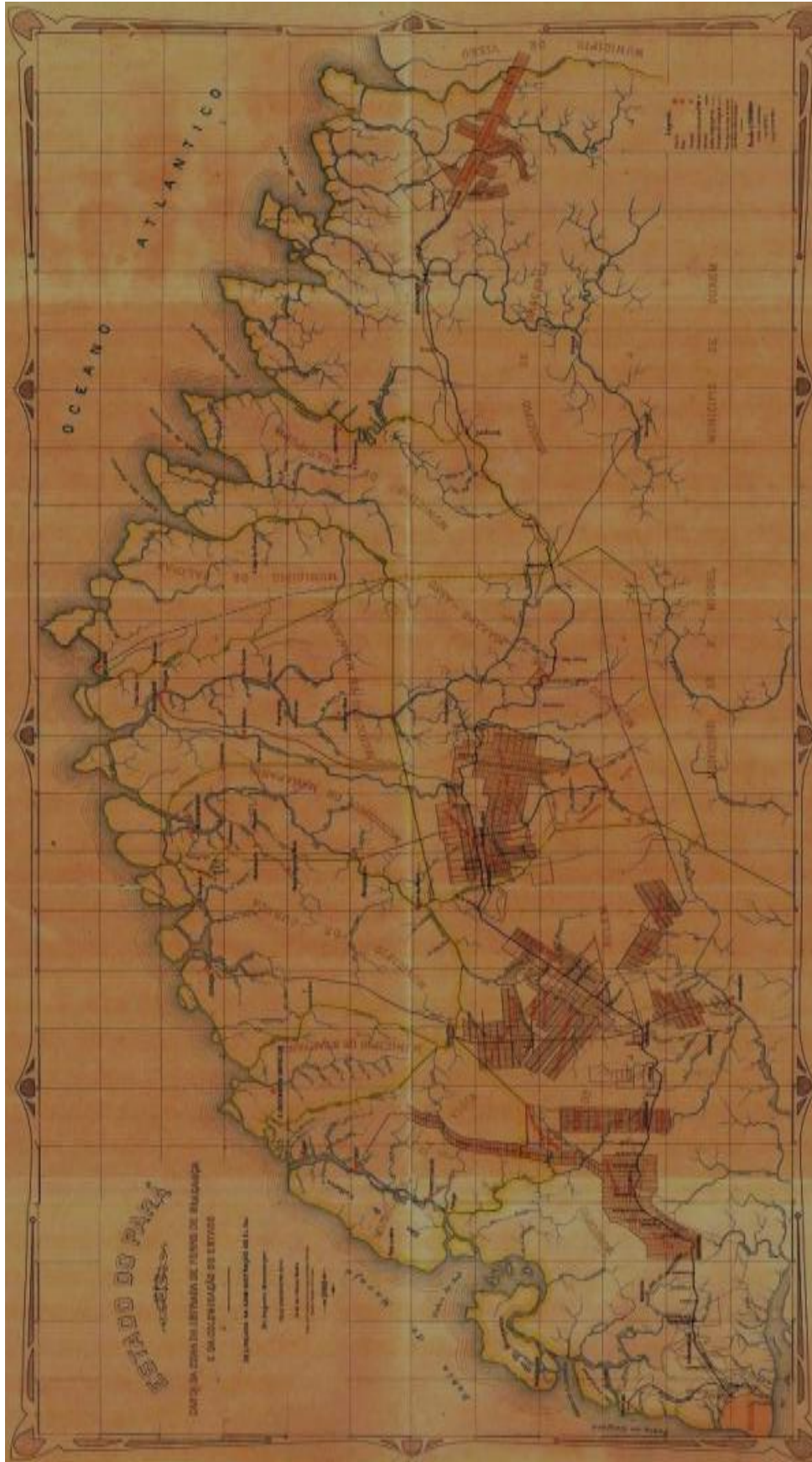
3.3 ENTRE MONUMENTOS, BANQUETES, DISCURSOS E FLORES: a manipulação do imaginário social realizado durante a catequese política empreendida pelos agentes do Estado republicano no Salgado.....	287
3.3.1 A Idade de Ouro prometida ao Salgado pela nascente República: A viagem de Justo Chermont - 1890 .....	288
3.3.1.1 Lauro Sodré sua excursão pelo Salgado - 1893 .....	319
3.3.2 Marapanim e o processo de construção da “nação brasileira” durante a Primeira República brasileira.....	327
3.3.3 A tradição estatutária republicana francesa e a visita do governador Lauro Sodré a Marapanim no limiar da República.....	336
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>347</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>353</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>357</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa historiográfica tem como objeto de análise o processo de transição do regime político ocorrido no Brasil no final do século XIX e seus desdobramentos até os primeiros anos do século XX. Neste contexto histórico, pretende-se investigar as disputas e os acordos político-partidários engendrados por diversos sujeitos da vida política da região do Salgado paraense, que pretendiam conquistar, ampliar ou manter o seu poder de mando. Essa pretensão acabou sendo concretizada por meio da manipulação do imaginário social, com a propagação dos símbolos e de ideais republicanos, de modo a consolidar laços de identidade entre a recém-instaurada República e a população. As ações propagandísticas foram empreendidas pelos agentes políticos que já estavam à frente dos negócios públicos das localidades do Salgado paraense. Situada ao nordeste da antiga província do Gram-Pará e banhada pelas águas salgadas do Atlântico, esta região é de grande valia para a compreensão do cenário político que passou a ser desenhado no Pará e no Brasil, durante o período inicial da interiorização e a decorrente consolidação da Primeira República, também chamada de "República Velha". O conjunto de fatos evocados justifica o recorte espacial proposto; isto é, a região do Salgado paraense, assim como o termo "interiorização da República", usado na constituição do título desta dissertação.

A implantação e consolidação das instituições republicanas no Brasil não ocorreram de modo pacífico. Após o advento da República, as alterações na ordem pública institucional acabaram sendo incorporadas pelas oligarquias políticas regionais, oriundas do período monárquico. Elas passaram a integrar os novos e divergentes agrupamentos republicanos através de acordos políticos; indispensáveis ao estabelecimento da ordem institucional da República, ainda que durante o processo tenham ocorrido conflitos. A conjuntura exposta pode ser evidenciada nas fontes históricas pesquisadas, sobretudo os jornais e documentos oficiais da época referentes às localidades do Salgado, como Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Cintra, Salinas e Bragança (Figura 1). As notícias sobre a proclamação da República – ocorrida no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889 – foram imediatamente divulgadas por todo o país e difundidas de forma quase simultânea, por toda a extensão do então denominado estado confederado do Pará, largamente entrecortado por rios e igarapés.

Figura 1- Mapa da região do Salgado a partir da estrada de Ferro Belém Bragança.



No Salgado, a instantaneidade na disseminação da notícia foi proporcionada pela relativa proximidade geográfica da região, com relação a Belém, principal polo de difusão de informações institucionais, aos distantes rincões da Amazônia, no século XIX. Das onze câmaras municipais que então compunham essa importante região do Pará, dez delas já haviam formalizado a adesão à República, ainda no mês de novembro de 1889. A única “nota dissonante” nesse processo foi a vila de Curuçá, que somente reconheceu o regime republicano, no final de fevereiro de 1890, após longos debates entre suas lideranças políticas.

A importância da região do Salgado paraense, na última década do século XIX, é ratificada por abrigar onze sedes dos Conselhos de Intendência instituídos pelo Governo Provisório da República, após a dissolução das antigas câmaras de vereadores constituídas no regime monárquico. Além disso, seu processo de colonização foi empreendido pela coroa portuguesa, desde a segunda década do século XVII, por ocasião da expulsão dos franceses das terras do Maranhão e Gram-Pará pelas tropas lusitanas sob o comando do capitão-mor Alexandre de Moura.

Um dos marcos dessa política colonizadora empreendida pela coroa lusa sob o reinado de Felipe III de Espanha é a fundação de “Vigia de Nazareth”, localidade considerada como mais antiga do que a capital paraense, Belém, fundada em 12 de janeiro de 1616. Como parte da empresa expansionista da União Ibérica, no sentido de povoar a região amazônica de modo a subjugar-lá às Leis Filipinas, a divisão do território em Capitânicas Privadas, dentre as quais estava a de “Caeté”, cuja sede, a vila de “Souza do Caeté”, originou a atual cidade de Bragança. No recorte temporal abordado, a região do Salgado era composta por nove povoações categorizadas, no âmbito político-administrativo, como Vilas. Somente as localidades de Vigia e Bragança detinham o *status* de cidade e gozavam de administrações independentes; conquistadas, sobretudo, no século XIX. Em decorrência, tal contexto permitiu a constituição de uma elite política local organizada e atuante<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No que se refere ao processo histórico de função dessas localidades ela se organizaram em decorrência da ação dos padres da Companhia de Jesus ainda no século XVIII, com exceção de Bragança. Vigia, Curuçá, e Cintra, constituíram as missões religiosas de “Urutyá”, da missão de Curuçá, e São Miguel de Maracanã, respectivamente. São Caetano, Marapanim foram fundadas em locais onde existiam antigas fazendas de criação de gado, cujos nomes primitivos eram Odivelas e Bom Intento. Salinas, foi um importante entreposto pesqueiro, e onde também estavam localizadas as Salinas reais, daí provém sua antiga denominação de Nossa Senhora do Socorro das Salinas Reais. Esses núcleos populacionais que remontam a época da colonização No período abordado nesta pesquisa contavam, como mencionado, com uma elite política local atuante, que mantinha estreita relação com sujeitos de espaços mais amplos, como a cidade de Belém, ou ainda, as câmaras que lhe eram limítrofes. O que lhe valiam suportes em momentos delicados como a transição de governo ou de regimes políticos, como ocorreu quando da independência do Brasil e seu processo de adesão pela câmara de Belém, e as demais câmaras do interior. Vigia e Bragança, por exemplo, selaram suas adesões a política de D. Pedro I apenas em 31 de agosto e outubro de 1823, respectivamente.

Apesar de o escopo geográfico adotado nesta pesquisa se restringir a apenas sete localidades do Salgado, isso não significa que as demais passaram ao largo das ações políticas empreendidas pelo regime republicano na região e, portanto, não seriam dignas de menção neste estudo. De alguma forma elas são citadas e sopesadas na pesquisa, ainda que brevemente, pois estavam subordinadas – na esfera jurídico-institucional – às localidades consideradas na pesquisa. Ou seja, pelo fato de não serem “cabeças de comarcas”. Por exemplo, Vizeu e Quatipuru integravam a comarca de Bragança; assim como Santarém – Novo era jurisdicionada pela de Cintra; estando a localidade de Collares subordinada à de Vigia.

A opção por cada uma delas ocorre em virtude de determinados acontecimentos históricos que lhe foram no mais das vezes intrínsecos. De fato, Vigia, São Caetano de Odiveias e Bragança contavam com núcleos republicanos constituídos bem antes da queda do regime monárquico. Indício de que os defensores do novo regime, apesar de em menor número, estavam presentes de modo concreto na região do Salgado. Porém, a ausência de núcleos republicanos organizados nas demais localidades analisadas, não invalida a possibilidade de que nelas tenham ocorrido eventos que intentavam propagar o ideal republicano. Haja vista elas estarem representadas durante a fundação do Club Republicano do Pará (CRP), em 1886.

Contudo, o que interessa de modo mais propositivo para o desenvolvimento desta pesquisa são as ações engendradas pelos sujeitos ativamente operantes na vida política do Salgado paraense, no período que vai de 15 de novembro 1889, até 15 de agosto de 1903. Ainda que em determinados momentos desta pesquisa, tenhamos de relacionar o período supramencionado com as práticas políticas de décadas anteriores e posteriores. Isso porque, entende-se que o jogo político vivenciado durante a implantação da República Velha não se resume apenas às ações de propaganda republicana e ao ato proclamador, ainda que sejam fatos de suma importância.

A interiorização da República no Salgado, iniciada de forma incisiva com o golpe de Estado de 1889, foi deflagrada concretamente quando seus sujeitos políticos passaram a formar as bases dos dois principais partidos republicanos, inicialmente constituídos. Do Partido Republicano Paraense (PRP) – faziam parte membros do CRP e alguns adesistas dos partidos atuantes no regime monárquico, sobretudo o Conservador, que assumiram as rédeas da administração do Pará. Estes tinham como opositores os atores políticos oriundos, principalmente, do extinto Partido Liberal e que convergiram para o Partido Republicano Democrático (PRD).

A delimitação do marco inicial da pesquisa a 1889 reside no fato de o ano assinalar a queda do regime monárquico no Brasil, com a deposição da casa de Bragança e a consequente

implantação do regime republicano no país. Na ocasião, os atores sociais que detinham influência na vida política de suas localidades, passaram a organizar manifestações de apoio à causa republicana. Bailes comemorativos se seguiam às sessões solenes realizadas para oficializar as adesões de políticos à República. Os eventos tiveram como sede as câmaras municipais, devido ao poder simbólico que possuíam; afinal, representavam “a vontade do povo”. Eventos semelhantes foram protagonizados de forma independente, por cada facção político-partidária divergente, abrangendo sujeitos sociais interessados em fazer parte e/ou de alguma forma influenciar na disputa pelo poder, na nova ordem político-governamental que se instaurava.

A partir destas articulações iniciais, os agentes deliberaram sobre quais medidas deveriam ser imediatamente executadas, para se integrarem à conjuntura que começava a se delinear na vida política nacional e, principalmente, em relação aos eleitores e aliados cativos, ou seja, os seus "currais" eleitorais.

No que se refere ao marco limítrofe de 15 de agosto de 1903, a relevância da data consiste na realização, em Belém, do Congresso dos Intendentes e Chefes Políticos do PRP, reunindo grande parte das personalidades políticas que atuavam no espaço geográfico enfocado. O evento, ocorrido em meio a um lauto banquete, foi motivado por intenções políticas veladas. Dentre os assuntos da pauta de discussão estava uma audaciosa manobra política, articulada pelos principais promotores do congresso, o intendente da capital, Antônio Lemos, e o governador do estado, Augusto Montenegro. Ambos intentavam obter o apoio dos líderes políticos interioranos, para revisar a Constituição paraense no que concerne ao artigo que vetava a reeleição para o cargo de governador, então exercido por Montenegro. Foi um momento significativo para os políticos interioranos, em razão do reconhecimento de seu poder de liderança regional e pela oportunidade deles demonstrarem a importância deles no jogo sucessório governamental. Para assinalar que não eram “matutos em matéria de política”. Tanto que, eles tiveram os nomes inscritos no monumento erguido para perpetuar o encontro.

No sentido de proporcionar melhor entendimento acerca da interiorização da República, a pesquisa procurou destacar o grau de participação da região do Salgado no processo. Para tanto, aventaram-se os temas abordados ao longo dos três capítulos deste estudo. Os mesmos foram tecidos na intenção de demonstrar que a instauração do regime republicano, em certos aspectos foi “a troca de um rótulo velho por um novo, para ser usado na mesma garrafa usada”. Ou seja, o sistema político mudou, mas os sujeitos que se alternavam no poder durante a monarquia, no mais das vezes permaneceram os mesmos, e não obstante praticando os mesmos os vícios quando do regime monárquico. O que não quer dizer que, as acomodações necessárias para a adaptação no novo cenário político não surgiram entre os sujeitos envolvidos., como a adoção de novas

práticas de controle social. Sobretudo, nas localidades do interior do Pará, onde a quantidade de republicanos aptos para exercer cargo os públicos era diminuta. Em função de tal contexto, após a instauração da Primeira República brasileira procurou-se atrair a adesão das oligarquias políticas interioranas ao Governo Provisório do estado do Pará.

O primeiro capítulo desta dissertação pretende delinear, através de seus subitens, as composições e os litígios entre as facções que constituíam o cenário político do Salgado, ao longo dos 14 anos compreendidos pela pesquisa. Para tanto, salienta-se a propaganda desenvolvida pelos republicanos históricos, na expectativa de arregimentar prosélitos para sua causa política no Pará e direcionada à fundação do CRP bem como à instalação de núcleos da agremiação no interior do Estado. Desta forma, primou-se por demonstrar a composição do cenário político paraense, por ocasião da proclamação da República e, principalmente, os desdobramentos seguintes à instauração do novo regime. A iniciativa de relevar a importância dos atores políticos do interior, na consecução das aspirações dos que estavam à frente do executivo estadual, foi engendrada por membros do CRP, com o apoio de segmentos políticos tradicionais, adesistas de "última hora", ao governo republicano. A partir desse "conchavo" foi possível a convivência de atores sociais dispares no comando da Junta Governativa que administrou o Pará no primeiro mês de vigência da República. Da mesma forma, o acordo inicial firmado garantiu a permanência dos republicanos históricos na chefia do governo do Pará, por quase toda a década seguinte. Ao fim da qual foram sucedidos por grupos políticos adesistas e pelos novos atores sociais que passaram a gerir os assuntos do executivo estadual.

Para identificar e aferir essa conjuntura, além do uso do conceito de "Cultura Política" cunhado por Norbert Bobbio, foi necessário dividir o primeiro capítulo em dois eixos norteadores e significativos desse processo: os períodos de 1889-1897 e 1897-1903. Os recortes temporais se referem, respectivamente, aos primórdios do regime republicano no Brasil (1889-97) e a cisão do PRP, iniciada em 1897. A partir deste ano, muitos republicanos históricos passaram a fortalecer as bases do Partido Republicano Federal-PRF, liderado no Pará por Lauro Sodré. A consolidação desse processo se deu com a realização do congresso do PRF, em Belém, um dos momentos mais expressivos da política regional, reunindo líderes e governanças tradicionais do Pará e da Amazônia (1903). Para a tessitura desse capítulo, as informações foram sopesadas e coletadas a partir de documentos; como atas de órgãos oficiais dos Conselhos de Intendência; da Câmara dos deputados estaduais; do Senado estadual, assim como os relatórios produzidos, à época, pelos agentes governamentais. Dentre as fontes pesquisadas destacamos, em especial, as matérias de

jornais dos partidos políticos e de outros periódicos que tinham afinidade com tais agremiações, ainda que se declarassem neutros.

O segundo capítulo também adota como ferramenta de análise o enunciado conceitual de "Cultura Política", elaborado por Giacomo Sani. Por abordar “a arraia graúda”, isto é, a atuação de alguns dos agentes públicos de destaque no jogo político do Salgado, utilizou-se o conceito auxiliar de “Elite Política”, cunhado por Norberto Bobbio autor. Isso porque a maioria destes agentes pertencia aos partidos atuantes no período monárquico e parte deles apoiava o regime deposto. Ainda assim, estes últimos continuaram a figurar no cenário político paraense, após a proclamação da República. Diante de tal constatação, buscou-se determinar as origens e o grau de poder desses “iniciados no jogo político”, que propiciaram a eles dividir a cena com os “aprendizes”. Isto é, os atores políticos republicanos que emergiram a partir de 1889, se é que estes eram de fato incipientes, politicamente. Isso porque, o continuísmo político frustrou a expectativa quanto à realização de mudanças que, em tese, decorreriam da implantação da República. A transformação institucional esperada transformou-se numa recomposição das elites políticas tradicionais, que há tempos sobrepunham os seus interesses, aos da maioria da população. A partir do estudo das oligarquias atuantes no Salgado paraense de então, buscou-se determinar como as relações internas vigentes na região – e externas estabelecidas com as esferas governamentais da capital, influenciavam nas tramas costuradas no cenário político do período focado. Para fins de pesquisa, a seleção dos chefes políticos obedeceu a alguns critérios que serviram de norte; como por exemplo, o posicionamento adotado por eles quando da instauração da República; assim como no decorrer do processo de consolidação do sistema republicano e por ocasião da cisão do PRP.

A análise das posturas e ações partidárias efetivadas à época, no Salgado paraense, evidenciou peculiaridades e características intrínsecas as que eram praticadas no nordeste do país, fenômeno político denominado pela historiografia brasileira como “coronelismo”. Por exemplo, o monopólio e a utilização da terra, como elemento essencial como distintivo e fonte de poder. Para ilustrar e evidenciar as rupturas e aproximações políticas entre as lideranças do Salgado se tomou como exemplo a trajetória de Diniz Botelho. O referido “coronel”, que libertou um de seus escravos por ocasião da festa de *Corpus Christus* de 1886, continuou a influir na vida política de Marapanim, mesmo após seu “afastamento das rédeas da administração municipal”, em 1897. Para tanto, devem ter contribuído as relações entre ele e sua clientela eleitoral, contemplada com a cessão de benefícios. Benefícios possivelmente decorrentes da proximidade política de Diniz Botelho com os “coronéis maiores”, como



Lauro Sodré, a quem prometeu após a instauração da República, contumaz lealdade. Fidelidade configurada no batismo de uma das netas de Botelho, com o singular nome de “Laura Sodrelina”.

Os enfoques e reflexões presentes no segundo capítulo resultaram do estudo prosopográfico. Esta perspectiva conceitual permite traçar e analisar o perfil dos sujeitos detentores de poder político, através de peculiaridades observadas em determinados contextos relacionados aos seus nexos pessoais, alianças familiares e lealdades político-partidárias. Tais características foram evidenciadas durante a pesquisa realizada, sobretudo com base nos registros noticiosos de jornais das décadas de 1860, 1870, 1880, 1890, 1900. A partir destas fontes, identificou-se a posição ideológica e socioeconômica e outras peculiaridades dos "coronéis", durante o período monárquico. Destarte foi possível denotar a origem e as formas de consolidação e manutenção das relações que lhes outorgavam poder e hegemonia política, mesmo após a instauração do regime republicano.

Em meio a um cenário conturbado por forças sociopolíticas divergentes, a interiorização da República no Salgado se fez ao custo de muita *pólvora* dissipada no ar, seja através do disparo de armas de fogo – nos períodos eleitorais – ou por meio dos rojões que fendiam o céu, anunciando a chegada de representantes do estado republicano ou saudando datas evocativas ao recém-instaurado regime.

Esmiuçando o rastilho da *pólvora* utilizada no processo de construção e firmação das instituições republicanas no Brasil, surgiu o terceiro e derradeiro capítulo desta dissertação. Ele teve a pretensão inicial de descortinar o cenário político tensionado, no que concerne às táticas de confronto armado usadas pelos membros da oposição formada pelo PRD, frente à situação reunida no PRP, e vice-versa. Como forma de ilustrar tais conflitos, tomou-se a Revolta de 11 de Junho de 1891; ou melhor, as circunstâncias que a antecederam e seus desdobramentos, na região do Salgado. A ênfase concedida à citada revolta, “sacralizada no imaginário democrata” e pouco conhecida pela sociedade paraense, teve início com o processo de afastamento das autoridades policiais que não aderiram à política do PRP e de realização de eleições promovidas sob a "máquina governamental" comandada por este partido. As tensões resultantes deste processo se agravaram após a cisão do PRP em 1897. Entretanto, o resultado mais ilustrativo da Revolta de 11 de Junho foi a desfiliação de militantes do PRD e a adesão de alguns deles ao partido governista, o PRP. A debandada partidária ocorreu poucos dias após o estouro da revolta e a consequente repressão, determinada pelo governo liderado pelo PRP. Tal fato demonstrou o pragmatismo de alguns atores políticos, para os quais o objetivo e

interesse principais eram o de fazer parte do grupo situacionista, independente da ideologia partidária do governo.

Num segundo momento do último capítulo são abordados os métodos utilizados por agentes governistas na construção de uma consciência de aproximação, identificação e absorção dos ideais e das instituições republicanas, pela população. Isso foi possível a partir da análise referenciada nos jornais que retrataram aspectos das viagens empreendidas ao Salgado, pelos governadores do Pará em 1890 e 1893, respectivamente Justo Chermont e Lauro Sodré. A análise dos registros jornalísticos também revela o surgimento de espaços evocativos ao novo regime – como o Paço Municipal de Marapanim; que traz em sua fachada um busto da alegoria da República-Mulher – e a mudança nas denominações de logradouros públicos que passaram a ter, no mais das vezes, nomes de personagens ligados à República brasileira. A imprensa da época menciona ainda as comemorações cívicas em louvor ao Quinze de Novembro e aos seus “heróis”, nas quais eram proferidos discursos, quase sempre, inacessíveis ao entendimento de um público com baixo nível de escolaridade. Tratava-se de uma luta de conquista do imaginário popular, de forma a recriá-lo dentro dos valores republicanos e visando legitimar a nova ordem constituída e os agentes políticos que a engendraram.

Dentre os discursos “quase sempre incompreendidos pelas massas populares”, está o de teor federalista que propunha maior autonomia aos estados, aos municípios e às comunas, em relação ao governo federal. Plasmava-se também uma idade de ouro decorrente do advento da República, que seria firmada nas sendas do progresso, sobretudo o material. Isto é, uma República que resultasse da evolução do processo de desgaste da monarquia e da afirmação do sentimento republicano.

Neste último aspecto, a análise requereu, novamente, o conceito de “Cultura Política”, proferido por Sani, ao qual se somou o enunciado referente às *representações simbólicas* de Roger Chartie. Em suma, elas consistem no uso das simbologias políticas representadas pelas bandeiras oficiais, a linguagem discursiva, as palavras de ordem e as manifestações direcionadas às massas populares, em especial os desfiles e marchas comemorativas e os eventos de inauguração de monumentos públicos, no intuito de formar uma relação de identidade entre os governantes e a sociedade civil.

Ao longo dos capítulos deste trabalho são levantados alguns questionamentos que permitem inferir o contexto em que ocorria o jogo político entre as oligarquias do Salgado e os chefes políticos da capital. Eles possibilitam ainda determinar se as dinâmicas políticas estabelecidas eram movidas por interesses particulares ou coletivos. As questões

apresentadas também abrangem o modelo das relações de interação e participação intrínsecas aos agentes governistas e a população.

Em decorrência, as respostas aos questionamentos tencionam subsidiar a construção de uma historiografia, no que concerne ao advento do regime republicano e seu processo de consolidação, com foco nas regiões interioranas do Estado, a partir do Salgado paraense. Isso, a despeito de que a historiografia oficial vigente sobre as localidades e o período político analisado – referente à Primeira República – são praticamente nulos. No mais, através da presente abordagem, os leitores nascidos na região do Salgado podem “se encontrar” em alguns parágrafos, ao identificarem os nomes de seus antepassados. Possivelmente, tal constatação as levará a refletir que o advento da Primeira República não se restringe à visão constante nas páginas dos livros didáticos, geralmente fundada nos acontecimentos ocorridos e registrados em outras regiões do país, sobretudo no Centro-Sul, relegando a Amazônia ao “ostracismo”, no processo histórico de consolidação da República brasileira.

## 1. O CENÁRIO POLÍTICO DO PARÁ 1889-1903: a luta pela representatividade política, a busca pelos benefícios privados

Como o mexilhão virou boi:

Foi na época que [...] a luta pelo poder deixou de ser um bem comum para ser um negócio lucrativo". [...] "Os políticos para conquistarem votos, passaram a doar roupas, sapatos, comidas, etc. [...]

Havia duas correntes políticas: 'Lauristas' e 'Conservadores'. Os 'Lauristas' chegaram a doar roupas vermelhas para seus eleitores, de modo a distingui-los dos Conservadores" [...]. "No dia da eleição, ficava um membro de cada partido nos locais de votação, só para fazer anotações. No final da votação já se fazia uma prévia que correspondia a 90% da realidade eleitoral. [...]

"Para uma eleição, os 'Lauristas' compraram suas reses no Alto Marapanim, enquanto que os 'Conservadores' recebiam seus bois vindos do Marajó. Mas tal não aconteceu, pois a canoa que transportava as reses encalhou em Pacamorema (Curuçá), não permitindo que a carga chegasse a tempo de ser distribuída aos eleitores, o que os obrigou a irem tirar mexilhão, para não comerem o boi dos 'Lauristas', que se aglomeravam próximo da ponte para ver os 'Conservadores' carregarem mexilhão na cabeça, o que causou a ironia: Os 'Conservadores' estão carregando boi na cabeça" (CONCEIÇÃO, 1995, p. 271).

A história narrada acima, num primeiro momento pode até causar risos, mesmo naqueles poucos familiarizados com o processo político vivenciado no Brasil e seus desdobramentos nos interiores da Amazônia, no final do século XIX e início do XX. Porém, depois de conter o riso, devemos atentar para a importância de descortinar um dos momentos mais importantes de nosso processo político: a implantação e consolidação da República. O cenário político do Pará, durante as primeiras décadas republicanas, propiciou a realização das aspirações, sobretudo, as particulares, de vários agentes sociais envolvidos na trama política. Trama marcada por disputas e acordos protagonizados entre os diversos sujeitos que pretendiam conquistar espaço na nova conjuntura que estava se formando na vida política nacional. Todavia, cabe esclarecer que a disputa entre "Lauristas" e "Conservadores" traduzia, de fato, o embate político-partidário envolvendo os democratas do PRD e os republicanos do PRP. Os confrontos foram revividos e suplantados de modo apaixonante por "Lauristas" e "Lemistas", a partir de 1897.

O cenário político exposto refletia a conjuntura constituída a partir do golpe de Estado ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889 e o conseqüente processo de adesão ao regime republicano sucedido no Pará, iniciado a partir de Belém, no dia seguinte

a deposição da monarquia<sup>2</sup>. Os confrontos entre as correntes que passaram a atuar na vida política paraense atingiram níveis elevados, quer seja na capital, Belém; ou no interior do Estado, como no Salgado paraense.

A reorganização da conjuntura política nas localidades interioranas refletia em muitos aspectos o jogo político que se processava em Belém. Inicialmente, coube aos republicanos históricos<sup>3</sup> o comando do executivo estadual, a partir da presidência da Junta Governativa (FARIAS, 2005) sediada na capital, de onde emanavam as determinações políticas que se refletiam no interior paraense. Dentre as deliberações iniciais da Junta, estava a de organizar e expedir comissões destinadas a “[...] arregimentar o maior número de adesões possíveis [...]”<sup>4</sup>, ao regime republicano; como, por exemplo, as enviadas à região do Salgado. As adesões eram imprescindíveis à consolidação do regime republicano no Pará, pois asseguravam o controle administrativo e o poder institucional da Junta Governativa, sobre a nova composição do tabuleiro político estadual. Tabuleiro que sofreu mudanças, certamente. Porém, nada que chegasse a afetar significativamente as elites políticas<sup>5</sup> paraenses, sobretudo as do interior. Durante a monarquia, elas defendiam o regime e os seus privilégios por meio do partido "Liberal" e do "Conservador"; no período republicano, permaneceram ciosas do poder político que desfrutavam e aderiram ao novo sistema governamental.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> Castro (2000, p. 8). Corroboramos com a noção de que a mudança de regime político, empreendida no Brasil em de 1889, Golpe de Estado.

<sup>3</sup> Lessa (1988). Diante do novo regime duas principais posturas eram encontradas no seio da elite, existiam os republicanos históricos e os adesistas. Os primeiros ansiavam pela queda da monarquia e acreditavam que concluída a Proclamação o país iria sofrer mudanças radicais em sua organização e eles, enfim, teriam voz e vez no novo governo, e, portanto, vislumbraram maiores opções políticas e formularam estratégias para participar efetivamente do novo governo. Por outro lado, as porções da elite adesista, que permaneceram monarquistas ferrenhos até as vésperas da proclamação republicana, tiveram de aderir ao novo regime e ajeitar seu discurso e suas ideias para continuar em condições de mando e controle político, também precisaram elaborar diferentes estratégias para garantir sua presença entre aqueles que tomariam as decisões na condução do país.

<sup>4</sup> A Província do Pará, nº 4056 de 1889, p. 1. Esta foi a incumbência da comissão do Partido Republicano do 1º distrito da Capital, que tinha entre os diretores Bartholomeu Ferreira.

<sup>5</sup> Acerca do conceito de elite política, e sua utilização no campo historiográfico, direcionada à fase imperial, e à Primeira República. ver: Carvahó (1996), Viscardi (2012), Pinto (2011). Apoiado nos estudos desses autores, compreendemos, por elite política no Salgado Paraense; na fase imperial: vereadores, os membros do Congresso provincial. Sob o advento da República consideramos os que compuseram os Conselhos de Intendência: vogais e intendentess, os membros do Congresso Estadual: Senado e Câmara.

<sup>6</sup> Sarges (2002, p. 51). Acerca desse posicionamento fechado da elite política paraense, Sarges, ao tratar sobre a memória política construída em torno do maranhense Antônio José de Lemos, político de destaque no cenário paraense no final do império e principalmente nas duas primeiras décadas republicanas, cita um comentário de Valente de Andrade, acerca do relacionamento desde político com a elite da terra, no qual dizia: que a política era a única garantia de um futuro e que dela “haveria de arrancar uma posição social eminente, para esmagar o frio orgulho dos aristocratizados políticos paraenses”.

Com as adesões, os grupos e as lideranças políticas tradicionais preservaram o poder de mando que detinham; exercendo, inclusive, papéis de governança durante a fase de instauração do regime republicano. A hegemonia das elites políticas teve continuidade em função do reduzido contingente de republicanos. Ainda que organizado e atuante, o Club Republicano do Pará, incluindo as representações no interior, possuía baixo contingente de seguidores. O continuísmo também se deveu à própria astúcia das elites interioranas, pois elas ainda detinham importância suficiente para influir na configuração da conjuntura política que então se delineava. Tornaram-se assim peças fundamentais nas negociações empreendidas pela Junta Governativa, para obter a adesão dos núcleos de poder político do interior do Pará, à República.

Conforme o Meira Filho: “No interior do Estado todo mundo correu para os novos vencedores, [...] Vigia, Bragança, Óbidos [...] todos vieram ao beija-mão dos novos donos do poder (MEIRA FILHO, 1981, p 88)”. Em que pese o relato do historiador, nem todas as adesões ao governo republicano, no interior do Pará, ocorreram de imediato e em circunstâncias favoráveis. Os grupos aliados do poder protestaram por meio da imprensa e chegaram a promover conflitos armados. Dentre os descontentes no Salgado paraense, incluem-se os membros das Câmaras municipais de Curuçá e de São Caetano de Odiveiras, que foram dissolvidas.

Apesar destas dissidências iniciais, a atuação dos agentes da Junta Governativa e das elites interioranas permite avaliar o cenário político que passou a ser desenhado no Pará e, em especial, nas localidades da região do Salgado, nos primeiros anos da chamada “República Velha”. Tratava-se de um cenário repleto de aspirações, composições e disputas, tais como: a conciliação dos “vitoriosos” e “derrotados”, após a proclamação da República; as expectativas dos atores sociais emergentes – os propagandistas republicanos – no sentido de elevar seu status político, na fase de transição do regime nascente, e os conflitos derivados da cisão do grupo que liderava a política estadual – surgidos a partir de 1897. Apesar de importantes, os fatos expostos resultaram dos acordos que objetivamente moldaram o cenário político paraense. Como bem lembra Emília Viotti da Costa, os acordos são indispensáveis ao estabelecimento de qualquer ordem que venha depor uma já constituída, ainda que provoquem novos conflitos (COSTA, 2010).

Para distinguir o referido cenário, utiliza-se o conceito cunhado por Sini, “Cultura Política”. Ou seja, “[...] As tendências mais ou menos difusas dos indivíduos para a coisa pública, tais como a desconfiança, o cinismo, a descrença, ou a sensibilidade mais propositiva, como a adesão, a tolerância [...]” (SINI, 2010, p. 306). A tipificação enunciada

pelo estudioso italiano pode ser encontrada nos sujeitos atuantes na vida política do Salgado; região ainda pouco estudada, no que concerne aos assuntos relacionados à historiografia que aborda a história paraense e, mais precisamente, no período referente à República Velha<sup>7</sup>.

Com base nesta premissa conceitual, a percepção do cenário político adota como escopo as relações desencadeadas pelo controle do poder de mando. Neste sentido, foram analisados documentos oficiais que registram a versão institucional/governamental sobre os acontecimentos, e os jornais, por trazerem versões oficiosas do mundo político. Ressalte-se aqui a convencional instrumentalização da imprensa, como arma de grupamentos rivais, na luta pela conquista do poder e a manutenção de seus status políticos. Isso inclui os jornais editados por partidos e os que se pretendiam neutros, imparciais. A despeito disso, os periódicos trazem informações quanto ao cotidiano desses grupos e suas relações na vida política. Após análise conceitual, os textos jornalísticos revelam a dinâmica do cenário político de então, evidenciada nas informações quanto aos acordos e alianças estabelecidas pelas lideranças partidárias, seja em Belém ou no interior do Estado. Denotam também, a interdependência entre os líderes políticos interioranos e da capital, mormente nos períodos eleitorais (NEVES, 2006, p.14-43). Como diz um ditado bem atual “um político vive de alianças”.

### 1.1 A PROPAGANDA REPUBLICANA: a constituição do Club Republicano do Pará e seus atores políticos

Em 1872, surgiu em Belém "*O Futuro*", jornal destinado a ser o “Órgão das Ideias Republicanas”. Entretanto, a propaganda difundida pelo periódico não agregou força política suficiente para alavancar a campanha republicana no Pará (FARIAS, 2005, p.16). Após dez edições, o jornal deixou de circular e determinou o retorno de seu idealizador, o Dr. Joaquim José de Assis, às suas antigas raízes monárquicas, fincadas no Partido Liberal (BARATA, 1973, p. 348). A campanha pela implantação da República somente ganhou força e organização tardiamente, com a fundação do "Club Republicano do Pará", em 1886.

Desde a década de 1870, Rio de Janeiro e São Paulo já abrigavam agremiações político-partidárias voltadas à propaganda e à implantação da República (VISCARD, 2013). Segundo Boehrer, a cidade do Rio, sede do governo imperial, foi o berço e o centro intelectual do republicanismo no país (BOEHRER, 1954, p. 4). A primeira célula republicana teria sido

---

<sup>7</sup> Destacamos as pesquisas de Ferreira (2010), Moura (2008), Cunha (2008). Porém, cabe salientar que, essas historiadoras ainda que citem fatos históricos relacionados ao Salgado elas não se detêm em análises detalhadas, uma vez que seu objeto de estudo não tem foco nesse espaço.

organizada por dissidentes do Partido Liberal. Eles pertenciam à ala mais radical do partido e estavam convictos da impossibilidade de realizar as reformas conjunturais que propunham, sob o sistema monárquico (CARVALHO, 2011, p. 143)<sup>8</sup>. As propostas, ainda que de caráter reformista, nem sempre eram consensuais, provocando, por vezes, cisões no movimento republicano, constituído pelas alas radical, liderada por Aristides Lobo, e a moderada, chefiada por Quintino Bocaiúva. (BORGES, 1983, p. 27). Em certa medida, as divergências não afetaram a intensidade com que os ideais republicanos se propagaram por outras regiões do país. Contudo, os desacordos internos foram determinantes para debilitar e fragmentar o movimento, após a instauração da República.

A fundação da primeira agremiação político-partidária favorável à implantação da República se deu em três de novembro de 1870, no Rio de Janeiro. Entre os membros fundadores, figuras proeminentes como Aristides Lobo, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva. Este último redigiu o "Manifesto Republicano", publicado na primeira edição do jornal "A República", a seis de dezembro de 1870. O manifesto trazia 58 assinaturas e fazia, abertamente, apologia ao regime republicano.

Conforme Borges, o documento "Salientava as contradições entre a teoria e as práticas do regime monárquico; aludia a seu caráter exótico no continente americano, exclusivo de repúblicas. O manifesto afirmava ainda, que perante a Europa o Império passava a ideia de ser democracia monárquica, mas não inspirava simpatia nem provocava adesão. Diante da América uma democracia monarquizada, onde o destino e a força do povo não podiam preponderar ante os abusos da corte e o arbítrio e onipotência do soberano; e concluía exaltando e predicando a República Federativa" (BORGES, 1983, p. 26).

Organizado a partir da sede da Corte, o movimento se propagou, possibilitando o surgimento de grupamentos republicanos nas demais províncias brasileiras e reunindo atores sociais descontentes com as ações político-administrativas centradas nos gabinetes imperiais. No Rio, as adesões foram, principalmente, de indivíduos que almejaram participar do cenário político nacional, incluindo os "alferes-alunos" e os oficiais, ambos oriundos das escolas preparatórias e ressentidos pela Questão Militar<sup>9</sup>. Eles defendiam que os cargos diretivos

---

<sup>8</sup> Carvalho (2011) traça um leque das principais pautas presentes no programa republicano. Entre as quais está a extinção do Poder Moderador, do Senado Vitalício, e do Conselho de Estado. Além da separação Igreja-Estado, exigência do Federalismo. Elencou também os pontos de atrito, que não foram incluídos no Programa Republicano, como a independência do judiciário, a garantia dos direitos civis, a eletividade da polícia. Assim como a extinção da Guarda Nacional, um dos instrumentos da corrupção eleitoral. E principalmente qualquer indicação concreta acerca da abolição da escravidão.

<sup>9</sup> Segundo Castro, (2000, p. 28), a questão militar foi um conjunto de incidentes ocorridos entre 1886-87, que marcou a radicalização política dos militares no final do Império.



deveriam ser exercidos por pessoas com "distintivo do mérito" - capacidade e formação intelectual - e não pela ascendência social ou econômica - requisitos inerentes aos que então ocupavam funções no governo imperial<sup>10</sup>. Contudo, as pretensões militares requeriam mudanças jurídico-legais, para as quais dependiam de parlamentares que apoiavam o regime monárquico e, em grande parte, possuíam bacharelato em Direito<sup>11</sup>. Em que pese à justeza das reivindicações republicanas, a maioria delas não atendia aos interesses de uma sociedade com 75% de analfabetos e onde apenas 1% da população possuía diploma de nível superior<sup>12</sup>.

Na província de São Paulo, o movimento republicano se constituiu, sobretudo, por pessoas com de nível econômico elevado e que também se opunham à centralização político-administrativa imposta pela monarquia. Reclamavam ainda da ganância da Corte, que graças aos impostos sobre a receita paulista, mantinha o luxo, o desperdício e o clientelismo (MELLO, 2007, p. 7). A fundação do núcleo republicano paulista, em 1873, ocorreu na cidade de Itu; localizada numa das regiões mais prósperas e dinâmicas, devido à lavoura cafeeira. José Murilo de Carvalho [2011] avalia que o nível de organização e disciplina do núcleo de São Paulo permitiu o surgimento, de fato, do primeiro partido republicano brasileiro, por ter elegido dois deputados gerais durante o regime imperial (CARVALHO, 2011, p. 142).

Em 1888, ano da assinatura da Lei Áurea, já se contabilizava um total de 204 agremiações republicanas no Brasil. Destas, 33 estavam no Norte e Nordeste do país, divulgando a propaganda republicana por meio da imprensa, livros, panfletos e conferências. (FARIAS, 2007, p.14).

No Pará, a divulgação sistemática da propaganda republicana “[...] surgiu a partir da agremiação que coordenava a campanha, ou seja, do 'Club Republicano do Pará'”<sup>13</sup>. Estes defensores do republicanismo eram “[...] fortes pelo seu patriotismo, mas fracos pelo número pequeno de seus membros [...]” (MEIRA FILHO, 1981, p. 138) e enfrentaram vários obstáculos.

---

<sup>10</sup> Castro predica a ideia de que os militares foram de grande valia para se concretizar a queda do regime monárquico, e ascensão do republicanismo no Brasil, sobretudo a mocidade militar da Escola da Praia Vermelha, que estava mais interessada no conhecimento científico que na carreira militar. Algo, que certamente contribuiu para que eles almejassem a mudança de regime político no Brasil.

<sup>11</sup> BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*: de 1889 a 1930. 3ª ed., São Paulo: Fulgor. 1968, p. 20. Mesmo após a implantação da República, esse quadro não sofreu significativas mudanças, pois, entre os membros da constituinte de 1891, figuram nada menos que 38 elementos que vinham da monarquia, 128 bacharéis, muitos dos quais representantes dos senhores de terra, e 55 militares.

<sup>12</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*: Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FG: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur). 2007, p. 38. O que distinguia o jovem militar eram o descontentamento com a carreira, o desprestígio social desta e as desavenças com o poder político. E ainda a sensação de melhor representar a nação, quer pelo devotamento à pátria desses “soldados-cidadãos”, quer por sua origem, que, além de ser um espelho da vastidão territorial do país, era com maior frequência entre os civis, de estrato humilde. Porém, militar ou civil, aquele que saía de sua condição social pelo estudo passa a compor a elite intelectual.

<sup>13</sup> FARIAS, 2005, p. 16.

Porém, se mostraram firmes em seus propósitos políticos, ainda que em certas ocasiões tivessem que se adequar a determinadas situações, tendo em vista sua participação no jogo político<sup>14</sup>.

A instalação da célula do movimento republicano no Pará fora anunciada pela imprensa, através do jornal paraense *Diário de Notícias* de propriedade de Costa e Campbell:

Alguns cavalheiros de nossa sociedade, pretendendo fundar um club republicano nesta capital, reunir-se-ão, no próximo domingo, à uma hora da tarde, na casa nº 16, sita no arraial de Nazaré, e convidam todas as pessoas que comunguem dos mesmos ideais republicanos, a comparecerem a essa primeira reunião (BORGES, 1983, p. 31).

A ata de instalação do “Club Republicano do Pará”, em 11 de abril de 1886, teve signatários das mais diversas profissões, num claro demonstrativo de que a República não era um projeto de uma classe social específica (LEMOS, 2009, p. 403). Dentre os quais: o médico Paes de Carvalho; os advogados Manoel Barata, Gentil Bittencourt e Justo Chermont; o professor Barjona de Miranda; os comerciantes Gonçalo de Lima Ferreira e Bartholomeu da Conceição Ferreira e o encanador Roberto H. Hervey. O documento também foi subscrito por militares, como o 2º tenente Virgínio Henrique Muller e o engenheiro militar Lauro Sodré; sendo que este o assinou na qualidade de engenheiro, suprimindo sua patente militar, para evitar transtornos em sua carreira profissional<sup>15</sup>. A recusa possivelmente decorreu dos graves problemas advindos da chamada “Questão Militar”. Ela teve origem na punição sofrida pelo coronel Cunha Mattos, ordenada pelo ministro da Guerra, o político e civil Alfredo Chaves, com base na determinação - promulgada em 1859 - que proibia o envolvimento de oficiais do exército brasileiro em questões políticas, sem o prévio consentimento das autoridades superiores (CASTRO, 2000, p. 28-32.). Esses paraenses passaram a ser reconhecidos como “republicanos históricos”, por sua atuação antes de 15 de novembro de 1889 em favor da defesa e da propaganda do regime republicano<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Livro de ata do Club Republicano do Pará. Acta de 30 de junho de 1886, p. 13. Menciona que durante a sessão desse dia ficou acertado que os seus eleitores poderiam votar, inclusive em um candidato monarquistas, para o cargo de juiz de paz, desde que eles votassem no candidato apresentado pelo clube para o cargo de vereador, isso porque a dita agremiação não apresentou candidato para aquele cargo. Tal sugestão deve-se, pelo fato de que os eleitores deveriam depositar as duas cédulas eleitorais recebidas, caso contrário implicaria na anulação de seu voto. O que fez Paes de Carvalho, que justificou alegando as qualidades morais de seu candidato a juiz de paz.

<sup>15</sup> Tal análise está baseada na recusa de Sodré em assinar o manifesto que seria lançado pelo Club, pois, segundo a proposta lançada por José Veríssimo, todos assinaram a ata de criação do Club, em 11 de abril de 1886, deveriam igualmente assinar, uma vez que esse documento seria “[...] como uma profissão de fé, o credo político, de cada um dos membros do Club, [...] compromisso necessário perante o público [...]”. Ao que Sodré concorreu, e se considerou desligado da agremiação, caso a proposta fosse aceita, pois, “[...] até hoje tem feito em seu curto passado [Sodré tinha 28 anos na ocasião], quase acadêmico, propaganda de suas ideias e convicções, mas na obscuridade, porque como militar que, ainda é, precisa ser coerente, até que, uma vez desobrigado, como espera em breve sê-lo, possa apresentar-se em campo livre e desembaraçadamente”. Livro de atas do Club Republicano do Pará. Acta de 18 de abril de 1886, p.1.

<sup>16</sup> Termo de Mesa. Acta de fundação do Club Republicano Paraense. 11 de abril de 1886.

Após a sessão solene de fundação do “Club Republicano do Pará”, o professor e literato vigiense Raymundo Bertholdo não assinou a ata de instalação, o que suscitou dúvidas sobre a sua condição de “republicano histórico”.<sup>17</sup> Em 1890, a desconfiança ressurgiu durante uma discussão entre ele e o então senador Francisco de Moura Palha, que também era natural de Vigia.<sup>18</sup> Bertholdo justificou a ausência de sua assinatura, como “um mero descuido”, uma vez que teria sido o redator da ata de instalação, o que fazia dele “[...] um republicano de longas datas [...]”<sup>19</sup>. A afirmação foi contestada, reiteradas vezes, por Manoel Barata, que estava presente na fundação do “Club Republicano do Pará” e acusava Bertholdo Nunes de, à época, estar ligado ao Partido Liberal e não ser republicano (MEIRA FILHO, 1891, p. 19). A situação de Nunes demonstra que houve ainda aqueles que mesmo presentes no ato, por algum motivo, não assinaram a o livro de atas. O que suscitou muitas indagações acerca da quantidade de participantes que assistiram a cerimonia de criação do CRP.

Na segunda sessão, os sessenta e cinco membros do “Club Republicano do Pará”, aprovaram o estatuto e procederam à eleição dos integrantes do primeiro diretório, assim constituído: Paes de Carvalho, presidente; o bacharel Gentil Bittencourt, vice-presidente; Justo Chermont e Barjona de Miranda ocuparam, respectivamente, os cargos de 1º e 2º secretários, e José Duarte Rodrigues Bentes, tesoureiro. Na ocasião, em 18 de abril de 1886, Paes de Carvalho “[...] agradeceu por si e por seus colegas a prova de confiança que acabam de receber de seus concidadãos, garantindo que o Diretório fará seus melhores esforços, para bem desempenhar o mandato que se acha revestido [...]”<sup>20</sup>. Em junho do mesmo ano, Bentes foi substituído por Gonçalo Ferreira<sup>21</sup>, que por sua vez foi sucedido por Philadelpho Conduru (MEIRA FILHO, 1981, p. 19). O pequeno grupo responsável pela coordenação da campanha republicana paraense tinha entre suas figuras de frente: o jovem 1º tenente Lauro Sodré, um dos “alferes-alunos” formados pela Escola Militar da Praia Vermelha (CASTRO,

---

<sup>17</sup> Segundo Meira Filho (p. 17-18), há polêmicas entre alguns estudiosos quanto ao número de pessoas que estiveram na primeira reunião do *Club Republicano do Pará*, mas, de toda forma, havia 75 signatários do termo da mesa.

<sup>18</sup> A Província do Pará, 11/06/1889 (apud MEIRA FILHO, 1981, p. 58). Em junho 1889, os deputados vigienses Moura Palha e Laureano Gil, juntamente com o senador bragantino José Caetano Pinheiro, todos liberais, assinaram uma nota comentando a subida do Gabinete Ouro Preto. Nela destacavam os desafios que este deveria enfrentar naquele momento, principalmente porque o mesmo Gabinete Imperial prometia mudanças significativas no plano político, na tentativa “[...] inutilizar virtualmente a propaganda republicana”. Estes três parlamentares paraenses, após o Golpe de Estado de 1889, passaram a militar nas fileiras do PRP.

<sup>19</sup> O Democrata, 14/01/1890, p. 3.

<sup>20</sup> Livro de atas do Club Republicano do Pará. Acta de 18 de abril de 1886, p. 2.

<sup>21</sup> Livro de atas do Club Republicano do Pará. Acta de 17 de junho de 1886, p. 18-19. Gonçalo de Lima Ferreira compôs também, a segunda diretoria do Club, na condição de segundo tesoureiro (MEIRA FILHO, p. 21).

2000, p. 22.),<sup>22</sup> além de José Paes de Carvalho, Justo Chermont e Manoel Barata. Todos eles possuíam os níveis mínimos de renda requeridos pela Constituição Imperial, para exercer o direito de serem eleitores. Nas atas do “Club Republicano do Pará”, a condição de eleitor consta nas assinaturas dos coordenadores da campanha e também nas subscrições, a exemplo do comerciante Bartholomeu Ferreira e do 2º tenente Muller (MEIRA FILHO, p. 17-18).<sup>23</sup> Na época, a ocupação de cargos na esfera político-administrativa exigia graduação de nível superior ou peso político expressivo perante a elite política paraense. Por não possuírem tais requisitos, sobretudo, o último, o fato destes republicanos se declararem eleitores indica a pretensão deles em participar do fechado e acirrado jogo político paraense. Em reforço a esta tese, tomamos como indicativo Justo Chermont, que também era eleitor. Filho do Visconde do Arari, ele ocupou uma cadeira na câmara de Belém, pelo Partido Liberal. Talvez por possuir todos estes predicativos, no livro de atas do “Club Republicano do Pará”, Chermont se identificava como bacharel em Direito (BORGES 1986, p. 241 ).<sup>24</sup>

Conforme Alfredo Ferreira da Cruz, um dos membros do "Club", o manifesto público no qual defendiam seus ideais políticos era um documento que traduzia “[...] fielmente o pensamento dos republicanos do Pará [...]”<sup>25</sup>. Porém, conforme Meira Filho, o manifesto não era compreensível para grande parte da população paraense, predominantemente ágrafa. Para entendê-lo, era preciso um padrão de inteligência cultivada e voltada para as “ideias novas”, como eram conhecidas as republicanas (MEIRA FILHO, 1981). Segundo Paes de Carvalho, a redação do documento histórico coube ao então 2º tenente Lauro Sodré<sup>26</sup>, do qual se extraiu alguns trechos.

Coagidos pelos nobres e violentos impulsos do patriotismo, arrastados pelo sentimento de dignidade pessoal, que se não compadece com as práticas do absolutismo é que desfraldando desassombrada e resolutamente, nas terras da Amazônia, o estandarte da República Federativa.”<sup>27</sup>.

"Preparemo-nos todos para esse acontecimento extraordinário, que não está longe, para essa mudança política, que tem forçosamente de operar-se em próximos dias, e

---

<sup>22</sup> Local onde eram divulgadas as várias ideologias científicas, entre as quais o positivismo de Augusto Conte, do qual Sodré era um simpatizante. Este era, já nessa época, um indivíduo conhecido por seus debates político-ideológicos, como o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, ocorridos desde 1881.

<sup>23</sup> Vale mencionar que nem todos os eleitores assinaram como tal, um exemplo é o próprio Justo Chermont, que assinou somente na qualidade de bacharel.

<sup>24</sup> Partido do qual seu sogro, o Dr. Joaquim José de Assis, era proeminente chefe político.

<sup>25</sup> Livro de atas do Club Republicano do Pará. Acta de 31 de maio de 1886, p.2.

<sup>26</sup> Livro de atas do Clube Republicano do Pará. Acta de 31 de maio de 1886, p.2.

<sup>27</sup> A República, nº 06 de 1886, p. 2-3.

que será a gloriosa hégira, de onde não tardará a nossa vida como nação livre e independente: a proclamação da República."<sup>28</sup>.

De Belém, os ideais republicanos foram sendo difundidos às localidades da Província, através do surgimento de representações similares as do “Club Republicano do Pará”, talvez por iniciativa de republicanos históricos nascidos do interior, residentes na capital. Apesar de distantes, as regiões interioranas mantinham uma dinâmica de comunicação constante com Belém, então o principal centro cultural e político da Amazônia.<sup>29</sup> Antes de 15 de Novembro de 1889, algumas localidades já possuíam células organizadas do republicanismo. Demonstrando assim que, mesmo em número reduzido os republicanos paraenses se faziam presentes em importantes regiões do Pará.

Óbidos, cidade no vale do Rio Amazonas, passou a sediar uma célula republicana, em 25 de janeiro de 1889. (BORGES, 1983, p. 35). No vale do rio Tocantins – um dos mais fortes redutos dos conservadores, representados pelo cônego José de Siqueira Mendes (BARROS. 2006, p. 19-20) – a criação do diretório republicano de Cametá foi anunciada pelo jornal “A República”, em fevereiro de 1887, sob a epígrafe: “*A Idea Republicana em Cametá*”<sup>30</sup>. No distrito de Breves, no Arquipélago do Marajó, os republicanos locais deram mostras de seus ideais políticos, também no início de 1887, ao fundarem o “Club Saldanha Marinho”.<sup>31</sup>

A propaganda republicana teve grande receptividade no Salgado, região que detinha alto índice populacional, em razão de seu processo de colonização iniciado durante o século XVII, assim com das colônias agrícolas implantadas ao longo da ferrovia Belém-Bragança, destinadas a agricultores brasileiros e estrangeiros.<sup>32</sup> Encontramos indícios de que antes de 15 de novembro de 1889, existiam na região ao menos quatro centros republicanos organizados e atuantes. O de Bragança, fundado em 25 de novembro de 1888, editava e distribuía o jornal “Republicano”<sup>33</sup>, que possivelmente continuou circulando após a proclamação da República<sup>34</sup>. A vila de Vizeu, por sua vez, inaugurou uma célula republicana, em 10 de janeiro de 1889

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Sarges (2010). Esta obra é uma das referências nos estudos sobre a posição avançada de Belém, como centro político, econômico, e intelectual, no cenário amazônico.

<sup>30</sup> A República, 24/02/1887, p. 03. Cametá está localizada no Vale do Rio Tocantins, da qual era oriundo o republicano histórico Gentil Bittencourt.

<sup>31</sup> A República, 16/01/1887, p. 2.

<sup>32</sup> Lacerda (2010), Para um estudo sobre o processo de migração para o Pará e a importância da Estrada de Ferro Belém-Bragança para a região do Salgado, durante os primeiros anos da República, esta obra é uma das referências, sobretudo o V capítulo: Migrantes cearenses e a colonização.

<sup>33</sup> Diário de Belém, nº 04 de 1889.

<sup>34</sup> O Democrata, nº 046 de 1890, p. 2.

(BORGES, 1983, p. 35.) A partir de 15 de agosto de 1889, a vila de São Caetano de Odivelas, também passou a ser um “[...] recinto que tantas vezes abrigou em seu seio os primeiros apóstolos da religião da verdadeira liberdade política, a liberdade republicana [...]”<sup>35</sup>

Ressalte-se, contudo, que os republicanos do Salgado paraense tiveram, por vezes, de enfrentar a repressão exercida por autoridades políticas ligadas ao antigo regime. Em dois de agosto de 1889, os fundadores do "Club" de propaganda republicana de São Caetano de Odivelas foram ameaçados de exílio pelo então presidente da Câmara, tenente Domingos dos Reis Alves. A ameaça não intimidou os republicanos. Em resposta, elegeram João Braz de Sousa como presidente do "Club" e marcharam pelas ruas da vila, desafiando o grupamento da Guarda Nacional, liderado pelo secretário da Câmara, Eustáquio Marques de Jesus, um “ardoroso monarquista”<sup>36</sup>. Ao tomar conhecimento da instalação do "Club" em Bragança, Francisco de Moura Palha, monarquista e deputado do Partido Liberal, comentou que os ideais republicanos não vingariam em Vigia, onde era proeminente líder<sup>37</sup>. A advertência não surtiu efeito, pois os vigienses fundaram um núcleo divulgador do republicanismo (MEIRA FILHO, 1981, p. 88.)<sup>38</sup>.

Não há indícios da instalação de clubes congêneres em Curuçá e Marapanim. Porém, as vilas estavam representadas no cenário republicano da capital, respectivamente, por Gonçalo de Lima Ferreira e Bartholomeu da Conceição Ferreira. É possível inferir que ambos atuaram como propagandistas republicanos nestas vilas e em outras localidades, pois pertenciam a famílias tradicionais, detentoras do poder de mando político na região. (FERREIRA, 2010, p. 17-18). Tal condição pode ter facilitado a aproximação deles com as oligarquias locais e as associações literárias e religiosas, aumentando o capital político dos republicanos (PINTO, 2011, p. 68-71).

Em 1º de setembro de 1886, os republicanos de Belém lançaram o jornal “A República”, que circulava na capital e em algumas regiões da Província. Vendido a 40 réis

---

<sup>35</sup> A República, 29/06/1890, p. 2. Foram fundadores do Club de propaganda republicana odivelense, os cidadãos: João Brás de Souza, Francisco de Queiroz Monteiro, Libânio M. da Silva Valle, Roberto Ribeiro da Cunha, Ricardo José de Oliveira Santos, Manoel dos Santos, João da Matta Campos, Manoel Bruno de Barros, João B. Dalmácio Pinheiro, Lourenço T. Martins, Luciano Maciel, Ricardo Pinheiro Rodrigues, Calisto Pinheiro, Eurico Eduardo de Souza, Macário Favacho, capitão Diniz Joaquim Maciel. Muitos destes, como João Brás de Souza, exerceram papel notável no processo de adesão da Câmara local, assim como na formação das bases político-administrativa, pois ocuparam diversos cargos após a queda da monarquia.

<sup>36</sup> RODRIGUES, Raimundo Souza, SANTOS, Rodolfo Severino Rodrigues dos. *São Caetano de Odivelas. Nossa Terra Nossa Gente*. São Caetano Produção independente.

<sup>37</sup> O Democrata, 29/03/1890.

<sup>38</sup> Vigia e Bragança eram os centros mais importantes do Salgado nesse período, logo não é sem caso que nelas ocorram a fundação de agremiação desse tipo.

(CRUZ, 1973, p. 735) o periódico era editado em quatro páginas. Os artigos e editoriais geralmente constavam nas duas primeiras páginas, salvo quando havia suplementos. As demais traziam textos que enfocavam o cotidiano político paraense, quer dizer, reproduziam o movimento político das localidades, contextualizado sob a ótica republicana.

Acerca da potencialidade da imprensa, como instrumento para angariar capital político junto à sociedade da antiga capital federal, Surama Conde Sá Pinto avalia que:

A imprensa era um recurso a ser dominado pelo aspirante a profissional do Distrito Federal. Era útil tanto para explicar e tornar conhecidas as ideias a respeito dos temas colocados na agenda política do momento, quanto para rebater acusações e responder a adversários. O quarto poder da República era um meio por intermédio do qual se podia acumular, mas também perdê-lo. Funcionava muitas vezes como uma espécie de prolongamento das discussões que ocorriam no Congresso [...] (PINTO, 2011, p. 70).

Portanto, para efetivar uma análise sobre a imprensa, como instrumento de divulgação dos interesses do "Club Republicano Paraense", deve-se considerar o contexto sociopolítico e os maquinários disponíveis na época. Um mesmo exemplar de jornal poderia ser lido por uma ou várias pessoas, dando margem à reflexão individual e ao debate coletivo, sobre os ideais republicanos, em diversos segmentos sociais, incluindo aqueles formados por intelectuais. Acrescente-se a “[...] isso que, por nossa tradição de oralidade; notícias, folhetins e anúncios eram pronunciados em voz alta para um público predominantemente ágrafo [...]” (MELLO, 2007, p. 79). Logo, o jornal revelava-se uma ferramenta de essencial à propaganda republicana, pois atraía novos adeptos e estimulava a atuação dos que já militavam pela causa.

Acerca da imprensa paraense nesse período, William Gaia Farias afirma que função social dos jornalistas era diretamente atrelada à linha político-partidária do jornal. Assim, nos órgãos noticiosos financiados por partidos, as redações eram formadas por militantes políticos que – em face das circunstâncias – atuavam como jornalistas. Eventualmente, quando a conjuntura política exigia, a habilidade técnica dos que, de fato, eram jornalistas profissionais, tornava-se fundamental nos embates partidários (FARIAS, 2003, p. 21). A predominância do aspecto político sobre o profissional, muitas das vezes resultou em notícias deliberadamente infundadas, no intuito de desgastar a imagem das lideranças partidárias rivais e ganhar adeptos para a causa política defendida. Pois, conforme Jeanneney: “[...] bem sabemos que em história política uma ideia falsa vira depressa um fato verdadeiro” (JEANNENEY, 1996, p. 218).

Em razão disso, nas páginas do “A República” eram comuns os ataques à monarquia e aos seus representantes, através de artigos que utilizavam linguagem carregada de argumentos

"científicos", derivados da ótica positivista, sob a qual a República era concebida como uma etapa evolutiva da humanidade como veremos mais adiante. Entre os redatores, estavam pessoas com graduação superior, como Lauro Sodré, Justo Chermont, Paes de Carvalho e Manoel Barata que faziam das tipografias sua baioneta no combate ao regime monárquico. Ao abordar este aspecto das campanhas políticas, Sevcenko afirma que: “[...] a maioria dos literatos do final do século XIX posicionou-se como responsável por reclamar os benefícios para a sociedade brasileira, por isso o engajamento era considerado a condição ética dos ‘homens de letras’” [...] “como eram conhecidos esses intelectuais.” (SEVCENKO, 1989, p. 79).

Ao ver dos republicanos paraenses, as agressões ao regime monárquico ocorriam, em tese, dentro da legalidade. Tal justificativa consta no editorial “Declaração Necessária”, publicado no jornal "A República": “Esta folha tem por missão principal discutir e sustentar a legalidade e oportunidade do sistema republicano federativo no Brasil: pugnando dentro da legalidade monárquica, por todas as reformas que facilitem o advento da democracia” [...]39. “a linguagem da folha será invariavelmente moderada, cortês, nunca sendo permitido tratar de assumptos individuais.” [...]40. “na parte ineditorial não serão admitidos artigos assignados ou anônimos, quando escritos em linguagem virulenta e insultuosa” [...]41 “que levou certo político provinciano a afirmar que o Club Republicano Paraense parecia mais uma agremiação platônica do que mesmo uma sociedade de combate ao regime dominante” [...] (CRUZ, 1973, p. 735).

A ênfase dada a “legalidade” deve-se, possivelmente, ao fato de os principais líderes do “Club Republicano do Pará”, como Manoel Barata, Lauro Sodré e Justo Chermont, professarem a doutrina do positivismo, que inclui também entre os seus cânones o evolucionismo. Lauro Sodré, como já mencionado, frequentava a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, um dos centros propagadores da miscelânea de ideias “científicas”, então em voga. A instituição difundia o positivismo e também outras doutrinas, sendo por isso denominada de “Tabernáculo da Ciência” (COELHO, 2002). Como assinala Chaves de Mello (MELLO, 2007, p. 70), a chamada “Geração 70” foi intensamente influenciada pelo “cientificismo” e seus desdobramentos teóricos, tais como: positivismo; evolucionismo; anticlericalismo; criticismo; realismo, materialismo e republicanismo. A assertiva é corroborada por Geraldo Mártires Coelho, um dos historiadores paraenses que abordaram a temática republicana na Amazônia:

---

<sup>39</sup> A República 18/12/1886 p. 2.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Ibidem.



Ao exemplo do que se observa em outras capitais brasileiras ao findar dos oitocentos, o Club Republicano do Pará não se distinguia, como espaço ideológico e como representação política, das demais agremiações do gênero existentes no país" "[...] a agremiação dos republicanos paraenses alinhava-se ao evolucionismo de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva." (COELHO, 2002, p. 34.).

Tal crença no processo político de caráter evolutivo se torna visível na obra *A Idéia republicana no Pará*, editada após a queda do regime monárquico. Ela reúne uma coletânea de artigos publicados por Lauro Sodré, a partir de 1885, durante a campanha propagandística republicana, quando foram “[...] abertos os caminhos, para a estupenda revolução, que do solo pátrio varreu as sujeções da realeza [...] para um futuro grandioso”<sup>42</sup>. Ainda segundo Sodré:

[...] assim como nas ciências, sob o domínio teológico, o critério positivo era uma impiedade; também na consideração dos fatos sociais e da história, último reduto da teologia, quando começou a surgir a impiedade republicana, refratária aos direitos divinos e os privilégios de casta. [...], pois a nossa história, nesse século, iluminou-se de dois grandes milagres incruentos, o de 13 de maio e de 15 de novembro. A história universal, ainda não teve se não conosco, a experiência da revolução n’um caráter étnico de tríplice origem; nós temos a originalidade da paz, da generosidade, e nenhum sangue como o brasileiro, elabora o sangue compositório que, sem efusão, cimenta as grandiosas conquistas do século<sup>43</sup>

No discurso propagandístico republicano, os jovens cientificistas defendiam que a transição de regime governamental no Brasil deveria ser pacífica, sem perturbação da ordem social e dentro da legalidade monárquica. Assim, os republicanos históricos paraenses aproximavam--se do modelo de “República evolutiva”, proposto por Quintino Bocaiúva e expresso no Manifesto Republicano de 1870 (MELLO, 2007, p. 214). Destarte, o evolucionismo servia como princípio teórico do discurso republicano para a superação da monarquia e o caminhar rumo à República, conforme pregava uma das vias que compunha a filosofia da História, de Comte (COELHO, 2002, p. 34). Em suma, os republicanos paraenses defendiam uma ideologia do “progresso”, da qual o regime republicano fazia parte (FARIAS, 2007, p. 15). Isto é, "uma República que resultasse da evolução do processo de desgaste da Monarquia e da afirmação do sentimento republicano." (COELHO, 2002, p. 34.).

O pacifismo embutido no discurso dos propagandistas paraenses contrastava com o radicalismo republicano de Silva Jardim, militante do Rio de Janeiro. Em 1889, durante as comemorações do centenário da Revolução Francesa, Jardim chegou a proferir discursos defendendo a deposição e execução dos membros da Casa de Bragança, à semelhança do que havia ocorrido com a realeza francesa no período revolucionário jacobino, denominado de “O Grande Terror” (MELLO, 2007, p. 52-54). Em tese, com exceção das práticas de propaganda,

<sup>42</sup> A República, 26/07/1890, p. 1.

<sup>43</sup> Idem.

não havia outros pontos de convergência entre o pensamento de Jardim e o de ideólogos republicanos paraenses, como Justo Chermont e Manoel Barata. Prova disso, a fria recepção ao republicano fluminense, na época de sua passagem por Belém.

No mesmo período, o Conde D'Eu viajava pelo Norte do país, em busca de apoio para a concretização do terceiro reinado, sob o patrocínio da princesa Izabel (COELHO, 2002, p. 35-36). Na noite da chegada em Belém, do ilustre visitante, após ser obrigado a conduzir as saudações de praxe ao Conde D'Eu, Lauro Sodré em solenidade realizada no "Club Militar do Pará"<sup>44</sup> proferiu o "Manifesto Republicano", ressaltando a "apatia" dos paraenses pelas instituições monárquicas. Como a circulação do jornal "A República" havia sido interrompida em 15 de maio de 1887, com um total de 185 exemplares (MEIRA FILHO, 1981), outros jornais, como "Diário de Notícias", "O Gravoche" e "A Província do Pará", passaram a publicar, em seções neutras, a propaganda republicana, inclusive o polêmico Manifesto lido por Lauro Sodré, do qual destacamos o seguinte trecho:

Sua Alteza, entre nós, paraenses, não tem um só amigo. O povo se tivesse a curiosidade de vê-lo seria para fazer chegar-lhe aos ouvidos, dores e ódios pelo descalabro das coisas públicas, entregue a bando de assalariados sem consciência, sem leis, e uma realeza que têm sido a causa de todas as desgraças. Um Terceiro Reinado seria reduzir o país a um montão de ruínas e vasta necrópole, onde a figura sinistra do Império passaria sobre pilhas de cadáveres morais.<sup>45</sup>

O sentimento de indiferença, implícito no "Manifesto", seria fruto do descaso com que o governo imperial tratava a Província do Pará, causando o atraso socioeconômico que afligia a maioria da população. O "Manifesto" critica ainda o Conde D'Eu e a comitiva monarquista, que nem sequer "[...] tiveram um ato de caridade, tão astutamente estudados e praticados pelos príncipes da Europa, quando se dignam a visitar o seu povo" (MEIRA FILHO, p. 68.). Porém, prosseguiu Sodré, tal situação seria "revertida com a proclamação do regime republicano federativo e a instauração do federalismo, da democracia e da instrução pública". Os três pontos citados eram – sobretudo o federalismo – as bandeiras centrais do discurso republicano e

---

<sup>44</sup> Diário de Notícias, 19/07/1889. O Club Militar do Pará teve como membros de sua primeira diretoria efetiva o 1º tenente Lauro Sodré; como presidente, e Vice-presidente, capitão de fragata Delamare; 1º secretário, 1º tenente Moraes; 2º dito, capitão Panasco; tesoureiro; capitão Drumond; comissão de sindicância, capitão Monteiro da Fonseca, e 2º tenente Mattos. Composição que não deve ter sido vista com bons olhos pelas autoridades políticas, principalmente por estar na presidência um republicano histórico que há muito vinha dando mostras de suas predileções e pretensões políticas. Demonstradas por meio de discursos empolgantes proferidos no Club Republicano do Pará. Essa vinculação entre os membros dessas duas agremiações em muito contribuiu para que os republicanos viessem a assumir o governo paraense, principalmente em relação a Lauro Sodré, que como podemos perceber, fazia parte das mesmas.

<sup>45</sup> *O Gravoche*. s/d. Apud. BORGES. *Op. Cit*, 1983, p. 33.

constavam do "Manifesto Político" lançado pelos republicanos do Rio de Janeiro, em 1870 (MELLO, 2007, p. 71), e os de São Paulo.

O "Manifesto" pronunciado por Sodré pleiteava para a Província "[...] sua independência e autonomia ante o centro estabelecido na corte [...] (CARVALHO (2011), p. 149). Anunciava também, que os paraenses pretendiam lançar “[...] nas terras da Amazônia, o estandarte da República Federativa [...]”<sup>46</sup>. Assim como no restante do país, a defesa do federalismo era um dos principais temas da propaganda republicana paraense, visando à adesão de correntes e lideranças políticas da Província – na capital e no interior – cujas aspirações "vinham sendo castradas pelo centralismo do Império". Tratava-se de uma causa política remanescente do Partido Liberal, do qual, aliás, eram oriundos muitos dos republicanos.<sup>47</sup> Já entre os monarquistas que a defendiam, destacavam-se Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que pleiteavam por uma monarquia federativa, como recurso para a sobrevivência do regime (MELLO, 2007, p. 139). O jurista baiano tinha como modelo as monarquias parlamentares e criticava as que, como o Império Brasileiro, eram “verdadeiras repúblicas coroadas”. Cabe mencionar que Rui Barbosa afirmava não ter fetichismo por alguma forma específica de governo e se converteu, meses antes da proclamação; num republicano de "última hora". Joaquim Nabuco, ao contrário, se retirou da vida pública após a instauração da República (CARVALHO, 2011, p. 157).

No Pará, o desejo de escolher os próprios dirigentes político-administrativos era mais nítido do que em outras províncias brasileiras. Por efeito, na Constituição Estadual, em junho de 1891, a primeira do regime republicano, havia um dispositivo que vetava a possibilidade de um “não paraense” vir a ocupar o cargo de governador (SARGES, 2002, p. 65). Afinal, desde a adesão à independência do Brasil, em agosto de 1823, o posto de presidente da Província do Pará vinha sendo ocupado por políticos alienígenas, cabendo à elite política nativa

---

<sup>46</sup> A República, nº 06 de 1886, p. 2-3.

<sup>47</sup> Lemos, p. Ao subir no ministério, Ouro Preto apresentou um programa de governo que pretendia evitar a ascensão da alternativa republicana. Como ele explicaria depois: “apresentei-me às câmaras com um programa francamente democrático, comprometendo-me a realizar reformas liberais, que inutilizassem virtualmente a propaganda republicana” Entre as propostas levadas às Câmaras por Ouro Preto estava, liberdade de culto; temporalidade do Senado; liberdade de ensino; reforma do Conselho de Estado, que passaria a órgão administrativo, indicação dos presidentes e vice-presidentes de províncias a partir de uma lista tríplice organizada pelos cidadãos alistados<sup>47</sup>, a plena autonomia dos municípios e províncias. Um programa considerado tímido por alguns e, por outros, muito radical. Era, no entanto, “[...] um programa cauteloso, que não chegou sequer a contentar os liberais, cuja ala avançada postulava uma federação de províncias” Elementos que podem ser interpretados, como que o alargamento, mas não a concretização das aspirações das elites políticas locais, assim como, de sujeitos que estavam ao largo dos assuntos políticos, no caso no Pará, os republicanos históricos. Pois, a concretização viria com o federalismo em sua forma plena, ou seja, a autonomia das unidades político-administrativas que compunham o Brasil. Algo proposto pelos republicanos em programa republicano.

os postos inferiores, como o de vice-presidente. Isso, salvo em breves períodos, como, durante a Cabanagem, em 1835<sup>48</sup>. Na época da elaboração da Constituição paraense, a Província era chefiada por um sulista, o capitão-tenente Huet Bacelar Pinto Guedes<sup>49</sup>, segundo e último governador nomeado pelo Governo Federal, durante a Primeira República. Portanto, ao tornar exclusivo aos paraenses o cargo de governador, a "Carta Magna" oficializava os anseios republicanos locais, que há muito esperavam ascender aos altos postos políticos do Pará (BORGES, 1983, p. 53-54).

Num cômputo geral, em que pese às bandeiras de luta comuns ao restante do país, pode-se afirmar que a campanha e a propaganda republicanas priorizaram o atendimento de reivindicações específicas e inerentes ao contexto sociopolítico paraense. É possível asseverar ainda, que o Club Republicano do Pará foi a primeira célula organizada do republicanismo no norte do Brasil. Avaliamos, também que a despeito do ínfimo número de militantes, a atuação e a organização da campanha propagandística contribuiu efetivamente para a divulgação e compreensão das ideias republicanas na Amazônia e a proclamação da República brasileira (FARIA, 2007, p. 14).

Em meio a um cenário marcado por aspirações políticas, o povo paraense tomou conhecimento sobre a queda da monarquia e assistiu – em Belém e nas regiões interioranas – o processo de adesão do Pará à causa republicana. Cenário que possivelmente não deve ter sido diferente no Salgado paraense onde – ainda que de forma tímida, mas não desprezível – as ideias republicanas já se faziam presentes. Destarte, as lideranças da campanha republicana do Salgado participaram na deposição/adesão das autoridades monárquicas na região e integraram a Junta Governativa do Pará, na etapa de transição de regime político.

## 1.2 “A REPÚBLICA ESTÁ FEITA, E A UTOPIA SOLVEU-SE EM FACTO”: O processo de adesão da Câmara de Belém.

Por volta das quinze horas daquela sexta-feira, 15 de novembro de 1889– horário em que os órgãos públicos encerravam o expediente – as ruas de Belém foram varridas pelos rumores sobre um levante - ou revolução, ocorrido no Rio de Janeiro. Conforme relata José

---

<sup>48</sup> RICCI, Magda Maria. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Boletim Americanista, Ano LVIII, nº58, Barcelona, 2008, pp. 77 - 95, Em um dos poucos momentos em que um paraense subiu à direção do executivo; deu-se por ocasião da Cabanagem, como a elevação em 07 de janeiro de 1835 de Félix Clemente Malcher, após o assassinado do então presidente da província Bernardo Lobo de Souza.

<sup>49</sup> A República, nº 409 de 1891, p. 2.

Olinto Barroso Rebello em suas memórias, dentre as notícias desencontradas e confusas, algumas davam conta de que a República havia sido proclamada sobre a presidência do Barão de Macaúba, Abílio Cezar Borges, afastando assim a hipótese de um terceiro reinado, sob o comando da princesa Izabel, herdeira do trono do brasileiro (MEIRA FILHO, p. 42).

Possivelmente, ante tal cenário, expectativas e apreensões diversas surgiram em meio à população da capital paraense, em especial no que diz respeito à nova conjuntura política que estava sendo operada pelos militares, com o apoio dos civis republicanos. Afinal, desde a proclamação da independência, não ocorria uma mudança política no Brasil, com tal significância. Como ressalta José Murilo de Carvalho, ao estudar os reflexos desse acontecimento a partir do Rio de Janeiro: “[...] era o momento de maior glória, de maior visibilidade para a capital, transformada em foco das atenções de todo o país” (CARVALHO, 2008, p. 22).

Em Belém, até mesmo as informações repassadas via telégrafo, por fontes consideradas fidedignas, eram vagas e esparsas<sup>50</sup>. Como por exemplo, a que foi enviada por Quintino Bocaiúva ao comandante do 4º Batalhão de Artilharia e ao major João Maciel da Costa, comandante do 15º Batalhão de Infantaria, sediado à Praça de Nazaré. No telegrama, Bocaiúva dava conta que “[...] que o Exército e a Marinha, com a ajuda do povo, havia proclamando, no Rio de Janeiro, a República” (MEIRA FILHO, 1981, p. 24). Informação que suscitava ressalvas, visto que o recém-organizado ministério imperial, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal, prometia mudanças nos rumos políticos do Brasil. Some-se a isso, o fato de que o suposto proclamador – o Barão de Macaúba – não era muito afeito aos assuntos políticos (FARIAS, 2005, p. 35).

Ainda que vagas, dessas notícias decorreram as articulações políticas que garantiram a adesão do Pará à República. Empreendimento de alto risco para os sediciosos, pois como lembra Celso Castro, “[...] não havia certezas quanto aos resultados do Golpe de Estado [...]” (CASTRO, 2000, p. 8.). Mesmo ciente do perigo a que se expunha, o major Maciel da Costa repassou o conteúdo da mensagem de Bocaiúva, aos chefes das Forças Armadas sediados em Belém, no intuito de obter apoio ao movimento. Dentre eles, o comandante das

---

<sup>50</sup> Diário de Notícias, 08/11/1889, in: MEIRA FILHO, P. 71-72. Este periódico, editado na capital paraense, traz uma nota com o indicativo título “Tristes Prenúncios”, na qual mencionava que boatos vindos do Rio de Janeiro diziam que os militares tendo à frente o general Deodoro da Fonseca exigiram a deposição do Gabinete Ouro Preto. E alertava os paraenses que: “Estrondos de trovão longínquos chegaram [...] aos ouvidos descuidosos desde Extremo-Norte do Império periclitante, pois se aproximava a extinção da monarquia brasileira [...] e a razão e o patriotismo, aconselham-nos que estejamos preparados para receber a República, como nossa redentora, como a conquista da liberdade e a reivindicação da nossa Pátria [...]”. Logo, algo destoante das informações repassadas naquela tarde do dia 15 de novembro. Mas eram como bem disse a nota, prenúncios que se confirmariam.

Armas, general José Ângelo de Moraes Rego; o inspetor do Arsenal de Marinha, comandante José Maria do Nascimento e os oficiais responsáveis pelas canhoneiras fundeadas em Belém. Ao saberem das notícias, todos foram favoráveis à sedição, exceto Moraes Rego, que ameaçou o major Maciel da Costa: “[...] Mandá-lo-ei fuzilar, se continuar a manter tais propósitos” (MEIRA FILHO, 1981, p. 24)

A despeito disso e com o apoio do oficialato, Costa procurou representantes do "Club Republicano do Pará", para que eles tomassem parte da destituição do recém-empossado presidente da Província, Silvino Cavalcante de Albuquerque. Ao ser informado da intenção dos militares, o republicano José Paes de Carvalho decidiu convocar o diretório e os demais membros do "Club", para deliberarem em conjunto sobre as medidas que a situação exigia (MEIRA FILHO, 1981, p. 24).

À noite daquele mesmo dia 15 de novembro, reuniu-se o quarto e derradeiro diretório do "Club Republicano do Pará", que tomara posse em sete de abril de 1889. Era composto por: Justo Chermont, presidente; Henrique Santa Rosa, vice-presidente; Júlio Cesar Antunes, 1º secretário; Philadelpho Conduru, 2º secretário e Bartholomeu da Conceição Ferreira, tesoureiro. (BORGES, 1983, p.35). Somente este último não pode participar da reunião no "Club Militar do Pará, por se encontrar, possivelmente em Marapanim" (FERREIRA, 2006). Conforme noticiou "A Província do Pará", esta agremiação militar era “[...] um poderoso reduto da democracia onde, por várias vezes, os republicanos “[...] foram buscar alento para as lutas de liberdade” “[...] distinto corpo ao qual estava ligado o benemérito cidadão Dr. Lauro Sodré [...]”<sup>51</sup>. O jornal relatou ainda, que o evento teve início:

Às 7 ½ horas da noite do dia 15 de novembro de 1889, achando-se reunido grande número de sócios, na casa da sita à travessa 7 de Setembro de nº 15, o Sr. presidente abriu a sessão, declarando-a permanente e dá conhecimento oficial a casa de um telegrama passado pelo cidadão Quintino Bocaiúva aos comandantes dos corpos, comunicando a proclamação da República na capital do País, pelo Povo, Exército e Armada.”<sup>52</sup>.

Segundo "A Província do Pará", na reunião estiveram presentes o "Dr. Paes de Carvalho, Dr. Justo Chermont, Dr. Basílio Magno de Araújo e Gonçalo de Lima Ferreira". Estes republicanos históricos formavam a cúpula da agremiação política e eram responsáveis há mais de três anos pela organização da campanha propagandística republicana.<sup>53</sup> No

<sup>51</sup> Discurso pronunciado pelo Dr. Paes de Carvalho agradecendo a uma manifestação que lhe fizeram no dia em que tomou posse do cargo de vice-governador do estado. In: MEIRA FILHO, 1981, p. 37.

<sup>52</sup> A Província do Pará, 05/12/1889, p. 2.

<sup>53</sup> Diário de Notícias, de 19/12/1889, p. 2.

entanto, mediante a falta de comunicados oficiais oriundos do Rio de Janeiro, os republicanos – ainda inseguros – preferiram adiar a resolução do impasse que então se estabeleceu e assim, “[...] ficou assentado reunirem-se no dia seguinte todos os oficiais do Exército e Armada em um dos quartéis d’esta guarnição, a fim de tomarem uma resolução definitiva sobre a proclamação da República n’esta capital [...]”<sup>54</sup>. E para tê-la o mais rápido possível:

Às 9 horas da noite, o sr. presidente levantou a sessão, indo com o capitão Drummond passar, como tinha ficado resolvido, dois telegramas: um, para o cidadão Quintino Bocaiúva, nos seguintes termos: - Exército- Armada. Pará adere movimento. Mande instruções urgentes sobre o governo providencial; e outro ao Club Militar: - Club Militar Pará pergunta atitude do da corte no movimento. Resposta urgente.”

Segundo o historiador Meira Filho (1981), mesmo com o apoio dos militares, os republicanos históricos paraenses mostraram--se inseguros em tomar uma decisão mais enérgica sobre sua participação nos eventos políticos, que começavam a redesenhar o tabuleiro político no Pará. Justo Chermont, por exemplo, mostrou-se “hesitante e vacilante,” no sentido de que “[...] achava precipitada a decisão tomada pelos militares [...]” (Ibid., p. 25). Assim como Paes de Carvalho que mais de uma vez salientou que era necessário receber telegramas do Rio de Janeiro confirmando os fatos, ao que asseverou: “Proclamada a República, o Pará acompanharia o resto do país”. Paes de Carvalho aconselhou os presentes: “[...] vamos para nossas casas, tomemos as nossas redes e deitemos com nossas esposas e vamos aguardar as ordens do Rio Janeiro [...]” (Ibid., p. 39).

A hesitação em depor o presidente da Província e efetivar a tomada do poder se deve - possivelmente - ao fato do "Club Republicano do Pará" não ter sido informado diretamente quanto à sedição, a partir do núcleo republicano central, sediado no Rio de Janeiro. Afinal, como já aludimos, os telegramas de Bocaiúva haviam sido destinados aos comandantes militares, algo que “[...] parecia que os republicanos do Pará não davam sinal de si e por isso foram esquecidos [...]” (Ibid., p. 59)

O clima de incertezas também reinava entre as autoridades monárquicas alocadas na administração político-administrativa da Província, incluindo o presidente, Dr. Silvino Cavalcante de Albuquerque que, segundo Paes de Carvalho, era um “[...] homem de fria têmpera, caráter másculo, de um sangue frio e corajosa dedicação digna da melhor causa [...]” (Ibid., p. 33). A resolução de Cavalcante de Albuquerque quanto a resistir - ou não - à insurreição republicana no Pará, foi tomada por volta das dez horas de 16 de novembro, após receber telegrama do comandante das armas da província da Bahia, general Hermes Ernesto

---

<sup>54</sup> A Província do Pará, 05/12/1889, p. 2.

da Fonseca. Mesmo sendo sobrinho do "generalíssimo" Manoel Deodoro da Fonseca - que desferiu o golpe de Estado contra a então única monarquia existente nas Américas - o comunicado de Hermes da Fonseca, “[...] confirmava a Revolução, mas declarava-se infenso, concitando o presidente a acompanhá-lo na resistência.” (Ibid, p. 45).

O fato de a comunicação ter partido de uma província e não do Rio de Janeiro, serviu muito mais “[...] para tornar indubitável a substituição do regime político, e corrobora com as notícias que aqui avultavam” e pode ter determinado a desistência de Silvino Cavalcante de Albuquerque em reprimir o movimento. Some-se a isso, o desconhecimento da realidade política do Pará; pois Cavalcante de Albuquerque tinha tomado posse no governo há poucos dias e ainda não estava suficientemente articulado para esboçar alguma resistência. Conforme ressalta Richard Graham, os presidentes designados durante o Império, em grande medida, eram figuras estranhas às localidades para as quais eram designados, mas nem por isso deixavam de se envolver nos negócios políticos (GRAHAM, 1997, p. 116-117). Não bastasse, os dois únicos militares que se achavam em Palácio eram o comandante das Armas, brigadeiro José Ângelo de Moraes Rego, e o diretor do Arsenal de Guerra, major da artilharia Antônio da Rocha Bezerra<sup>55</sup>, “[...] ambos tão pouco informados quanto o presidente da Província, sobre os acontecimentos passados no sul do país (MEIRA FILHO, 1981, p. 46)”. Ainda que reunissem civis dispostos a lutar pela causa monárquica, como se chegou a propor (MEIRA FILHO, 1981, p. 46), a resistência armada seria inócua frente ao contingente militar que apoiava a causa republicana. Incluindo parte substancial dos bombeiros e da soldadesca que antes o ajudavam Cavalcante a se manter firme no governo e que haviam aderido à sedição (MEIRA FILHO, 1981, p. 31-32).

Por volta das 15 horas desse mesmo dia 16, o presidente provincial capitulou ante os representantes das Forças Armadas e do "Club Republicano do Pará", no palácio do governo, não sem antes lavrar o protesto em que se eximia de responsabilidades e da possível acusação de crime de lesa-majestade, caso o regime monárquico viesse a ser restaurado:

Diante da intimação que me fazem as forças militares, e os cidadãos, pelo órgão do Ilmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho, não tendo a minha disposição meio algum de garantir a ordem pública e as instituições constitucionais, declaro que cedendo a essa intimação, contra a qual protestamos por violência à honra e à Pátria. Palácio da Presidência, 16 de novembro de 1889 [...] <sup>56</sup>.

<sup>55</sup> Rocha Bezerra foi quem escalou Lauro Sodré, para comandar a guarda de honra do conde D’Eu, em sua visita a Belém, meses antes, e M. Rego já havia mostrado sua opinião, advertindo Costa com um possível fuzilamento.

<sup>56</sup> Borges (1983). Entre os que subscreveram o protesto estavam os monarquistas: José Angelo de Moraes Rego, brigadeiro comandante das Armas; Drs. José de Araújo Roso Danim, José Joaquim da Gama e Silva, Vicente Chermont de Miranda, Joaquim Vitorino de Sousa Cabral, Eugênio de Barros F. de Lacerda, Virgílio da



Em meio à leitura do protesto, Paes de Carvalho se postou em uma mesinha de centro, proclamou a adesão do Pará e entre estrondosos aplausos, convocou o republicano histórico dr. Justo Chermont; o capitão do fragata José Maria do Nascimento e o tenente-coronel Bento José Fernandes - estes últimos, representantes respectivos do Exército e da Marinha - a formarem o triunvirato que deveria governar provisoriamente o Estado. (BORGES, 1983, p. 42).

Entretanto, a obra não estava concluída, pois ainda havia muitas deliberações a serem tomadas, principalmente as que diziam respeito à população que acudia de todos os lados para presenciar o evento, como meros espectadores. Ao contrário das informações constantes nos telegramas dos sediciosos do Rio de Janeiro- e diferente do ato de proclamação da república francesa – o povo não participou ativamente da deposição do regime monárquico no Brasil. "[...] e sim, assistia a tudo, no mais das vezes 'bestializado', sem saber o que de fato se processava, julgando se tratar de uma parada militar", conforme descreveu o republicano Aristides Lobo, um dos protagonistas do episódio, ao relatar o posicionamento dos habitantes do Rio de Janeiro."<sup>57</sup>. Em que pese à aparente passividade inicial, paulatinamente a população paraense, que certamente se perguntava o que iria mudar em suas vidas, tenderia perceber que a mudança de regime político traria alterações em seu cotidiano, tendo em vista os benefícios prometidos pelos republicanos, como os de integrar – de forma concreta – o povo à sociedade; assim como o de regenerar a vida política nacional.

Ou seja, para consolidar o contexto político que então se instaurava, a República deveria ser reconhecida pelo “povo”, através de seus representantes e lideranças políticas. Daí a necessidade inicial de forjar a noção de que todos estavam de acordo com o novo cenário político que se construía no Brasil e no Pará. Sobre essa articulação entre o governo e o povo, Carla Siqueira comenta que era importante assegurar a legitimidade do regime e “[...] cumprir a promessa, isto é, encarnar a ideia de República, significava a construção de um novo Estado e sua articulação com a *polis* e a *demos*, ou seja, a reorganização do espaço público” (SIQUEIRA, 1994, p. 161-181). Logo, a atuação da sociedade civil era importante para a empreitada republicana.

Assim veio a ocorrer, uma vez que era preciso legitimar a Junta Governativa estadual, bem como seus atos normativos. Para tal, convocou-se de imediato a Câmara de Belém, haja

---

Bohemia Sampaio, José Luiz da Gama e Silva, Augusto Américo Santa Rosa, José Cardoso Danin, José Veríssimo, Camilo Antônio dos Santos, José Caetano da Gama E Eutychio de Menezes Sales, p. 41.

<sup>57</sup> (BASBAUM, 1968, p. 18). Carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de São Paulo, datada de 18 de Novembro de 1889, na qual confessa que a “colaboração civil foi nula” e que “o povo assistiu àquilo bestializado, sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada militar”. Era, pois, um levante militar completamente alheio ao povo, foi típica e exclusivamente militar. A população nada sabia.

vista que o Congresso Provincial ainda cumpria o período de recesso. Acerca da legitimação do governo instituído, Meira observou: “Houve quem lembrasse que haveria necessidade de essa Junta Governativa receber o apoio popular, através do juramento à Câmara Municipal de Belém (MEIRA FILHO, 1981, p. 78)”. Estando sediada na capital, de onde emanavam as diretivas de governo para toda a Província, "o juramento da Câmara belenense possuía um poder simbólico basilar para obter a adesão das lideranças políticas e dos parlamentares das Câmaras do interior". O simbolismo adquiria ainda maior importância, considerando-se que Belém era então o principal centro irradiador de cultura e ideias do norte do Brasil, no final do século XIX e início do XX.

Porquanto, a Câmara procedeu ao ato de posse da Junta Governativa estadual, no dia 18 de novembro, sob a presidência de Antônio José de Lemos e a presença dos vereadores: tenente coronel Feliciano R. Bentes; Raymundo Nonato Tavares; João B. Gama; Guilherme Miranda; Ângelo Xavier de Brito Menezes; Marcelino A. Barata e do único edil republicano, Gentil Augusto de Moraes Bittencourt. Dias antes, os mesmos vereadores haviam dado posse ao Dr. Silvino Cavalcante, como presidente da Província (BORGES, 1983, p. 42).

Durante a cerimônia de adesão, Antônio José de Lemos, “[...] que despira suas roupas monárquicas e já estava fantasiado de republicano [...]” (MEIRA FILHO, 1981, p. 87), proferiu o juramento aos membros do Governo Provisório, nos seguintes termos:

Juro aos Santos Evangelhos e prometo por minha honra defender o Estado Federal do Pará e a República Federativa Brasileira, cumprir e fazer cumprir todas as leis e decretos do Governo Provisório nomeado por aclamação do Povo, Exército e Armada, e promover o bem público de acordo com os princípios da Democracia, do Direito, da Liberdade, quando em mim couber.

Mesmo que formalmente empossada, o poder institucional da Junta Governativa ainda era insuficiente para garantir estabilidade ao regime que então se instaurava. A efetiva adesão à República dependia da arregimentação das elites políticas sediadas nas regiões interioranas, que hegemonizavam os governos locais ao tempo do Império e, por decorrência, exerciam seu poder de mando e de influência sobre a população. Conjuntura semelhante predominava também no Rio de Janeiro onde, segundo Renato Lemos, as elites aderiram à República, em razão das bandeiras relacionadas ao federalismo e do caráter predominantemente civil (LEMONS, 2009, p. 434) do novo regime governamental. Os dois fatores contemplavam as aspirações das elites políticas do interior paraense, uma vez que assim, elas poderiam gerir os próprios assuntos internos, sem a interferência direta do governo central. Em contrapartida, elas teriam de dividir o poder que então exerciam, com os agentes políticos emergentes, em especial, os que passaram

a ocupar o comando do executivo estadual. Como salientou Meira Filho, "em certa medida alguns militares entregaram a contragosto a chefia do triunvirato, aos republicanos históricos civis" (MEIRA FILHO, 1981, p. 24). Em paralelo, iniciava-se o processo de alianças políticas na capital e no interior do Estado, que iria garantir a permanência de Lauro Sodré, Justo Chermont, Paes de Carvalho, Gonçalo e Bartholomeu Ferreira, no comando das rédeas do poder executivo, ao longo da primeira década do regime republicano no Pará.

Nesse aspecto, o Salgado paraense se constituiu num cenário fértil para a percepção do jogo de conveniências políticas que possibilitou a hegemonia dos republicanos históricos e que manteve as elites interioranas no poder. Embora, a despeito das adesões massivas de primeiro momento, parte destes ex-monarquistas tenha sido afastada dos cargos diretivos e de governança que exerciam, sob a égide dos partidos do império: o "Liberal" e o "Conservador". Como assinalou Farias, com o advento da República, o poder político esteve sob a direção dos fundadores do "Club Republicano do Pará", auxiliados por alguns adesistas republicanos de "última hora" (FARIAS, 2005).

### **1.2.1 “O político vive de alianças”: As ações dos republicanos e o processo de adesão no Salgado**

A adesão repentina de ex-monarquistas e a incorporação deles ao novo regime deixaram transparecer algo de contraditório na postura republicana. Por ocasião da instalação do "Club Republicano do Pará", em 1886 cogitou-se uma possível e circunstancial aliança com as agremiações monárquicas, desde que o partido estivesse na "oposição". Ou seja, não integrasse o Ministério Imperial. A ideia foi “[...] rejeitada, passando vencedora a indicação de ficar o 'Club' completamente isolado daqueles partidos, aos quais daria combate franco [...]” (MEIRA FILHO, 1981, p. 16). Na mesma ocasião, Lauro Sodré discursou, considerando absurda tal possibilidade, “[...] uma vez que os presentes estavam” “[...] tentando um verdadeiro esforço para, erguendo-nos, trabalhar pela regeneração da Pátria.” Sodré arrematou “[...] por sua natureza e pelas ideias que se propõe defender o partido republicano é naturalmente ser adversário de ambos os partidos [...]”<sup>58</sup>

[...] isso porque o partido republicano condenava toda e qualquer ideia de dependência para com os partidos monárquicos [...] nossos adversários, pois isso seria começar pela corrupção, nós que viemos construir um partido novo, assinalado pela firmeza de suas ideias (BARATA, 1973, p. 214-215).

---

<sup>58</sup> Livro de ata do Club Republicano do Pará. Acta de 11 de abril de 1886, p. 1-2.

O que teria levado os republicanos a retroceder e a firmar alianças políticas com os ex-monarquistas? Presume-se que naquele contexto histórico, as alianças fizeram-se necessárias à manutenção da ordem e da governabilidade. Isso porque, o governo recém-empossado ainda teria de travar uma luta pelo poder bem mais complexa, na qual o triunfo do ideal republicano, evidenciado na adesão crescente de ex-monarquistas, era apenas uma etapa inicial do processo. Para executar suas deliberações no âmbito político-administrativo, os republicanos históricos se ressentiam de um reduzido quantitativo de pessoas aptas às funções burocráticas, ainda que abrigassem em seus quadros, significativos segmentos sociais, sobretudo as classes letradas. Tal situação de fragilidade também se verificava, em outras localidades do interior do Brasil e do Pará.

Com base nas informações registradas em atas e nos jornais pesquisados, a população do Salgado paraense tomou conhecimento da proclamação da República no Brasil, entre os dias 16 e 20 de novembro de 1889, como veremos mais adiante. Pode-se afirmar ainda, que a divulgação do fato ocorreu rapidamente, levando-se em conta a imensidão territorial do Pará. A partir do polo difusor centrado em Belém, as notícias com alto grau de importância levavam semanas e até mesmo meses para atingir a população interiorana da Amazônia. A transmissão de informações seguia no ritmo e na velocidade impostas pelos rios às embarcações, pois o sistema telegráfico era bastante precário (WINZ, 1989). A rapidez na disseminação das notícias no Salgado se deve a “fácil” comunicação estabelecida via marítima<sup>59</sup>, entre a capital e a costa litorânea paraense.

Os efeitos do advento da República, sobre as elites políticas do Salgado, constam nos relatórios e ofícios governamentais, que registraram as reações ao episódio. Em especial, nas atas de reuniões das Câmaras locais e nos jornais locais, editados por diferentes facções partidárias. A diversidade das fontes e das versões jornalísticas exige uma análise crítica das informações e dos testemunhos. Isso porque, adotamos como premissa que na descrição de eventos históricos e ordem política, os relatos tendem a construir uma imagem superficial e deformada dos fatos (COSTA, 2010, p. 387-388).

Em contrapartida, levamos em conta que os esclarecimentos sobre regime republicano que se instalava, foram prestados sob a perspectiva das comissões designadas pela Junta Governativa Provisória, para percorrerem as regiões interioranas do Pará, com o objetivo de anunciar oficialmente, a nova conjuntura política, no interior do “Estado Confederado do Pará”. A iniciativa estava entre os desafios dos novos mandatários do poder, já senhores de

---

<sup>59</sup> Antes da ferrovia Belém-Bragança, o acesso principal à capital era marítimo (LACERDA, 2006, p. 306).

Belém, utilizando na empreitada “pessoas leais”. Conforme ressalta Iara Sousa (1999), o recurso fora utilizado anteriormente por Dom Pedro I, visando buscar apoio à independência do Brasil e dar consecução a seu reinado (SOUZA, 1999).

A composição e a chefia dessas comissões variavam conforme o poder de influência política que os republicanos históricos detinham nas localidades a ser visitadas. Este critério é visivelmente perceptível em relação às comissões destinadas ao Salgado Paraense,<sup>60</sup> dirigidas por Gonçalo Ferreira e Bartholomeu da Conceição Ferreira<sup>61</sup>. Eles tinham afinidade, inclusive familiares, com as lideranças de uma região onde a dinâmica política era movida, sobretudo, por interesses oligárquicos. A estratégia republicana facilitou o acesso aos órgãos governamentais da região; como as câmaras municipais, símbolos do poder e da autoridade locais. Conforme as fontes já mencionadas, ligadas direta ou indiretamente ao governo estadual, as comissões eram recebidas de forma festiva, em que despontavam os bailes de regozijo e os vivas proferidos aos patrocinadores da recém-implantada “República dos Estados Unidos do Brasil”; ao novo regime; ao povo brasileiro; ao exército e à armada, ao Club Republicano do Pará etc.. Louvores também eram dedicados às autoridades do governo provisório brasileiro e paraense, como Deodoro da Fonseca e Justo Chermont, dentre outros<sup>62</sup>.

Os que estavam à testa dos negócios públicos nas localidades do Salgado, o segundo colégio eleitoral mais importante do Pará<sup>63</sup>, buscaram deliberar sobre quais medidas deveriam tomar ante o novo contexto político nacional, de forma a manter o controle sobre seus respectivos “currais eleitorais”. Demonstrando assim, um claro reflexo de sua faina em manter ou conquistar projeção no campo político que estava se delimitando. O que nesse caso, certamente, não foi dissonante do resto do país.

Os primeiros anos do regime republicano no Brasil foram marcados por inúmeros conflitos e acordos envolvendo os políticos tradicionais, que a todo custo almejavam integrar o novo cenário político implantado com a República. Para atingir seus objetivos, eles não hesitavam em usar dos meios possíveis e disponíveis, incluindo confrontos armados e a deportação de adversários. Em complemento aos “confrontos físicos”, seguia-se a promoção de eventos com que manipulavam o imaginário social, através de representações simbólicas da República, como os desfiles cívicos por ocasião de uma data solene ou durante as visitas de agentes governistas, sobretudo dos

---

<sup>60</sup> Entendemos que não se pode pensar o desenrolar político dessas localidades da região do Salgado separadamente, pois querendo ou não elas estavam ligadas pelas alianças políticas que perpassavam os limites territoriais tão precariamente demarcados durante a vigência monárquica e pelo fato de que as relações na vida política das vilas atingia também o âmbito familiar.

<sup>61</sup> A Província do Pará, 22/12/1889, p.1.

<sup>62</sup> Livro de atas da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora da Vitória do Rio Marapanim- sessão extraordinária do dia 19 de novembro de 1889.

<sup>63</sup> A Província do Pará, 12/12/1889, p. 1. O Salgado formava o segundo Círculo eleitoral.

governadores. Inclui-se nesta estratégia de manipulação, o erguimento de monumentos públicos como veremos no capítulo três. As solenidades de inauguração destes monumentos eram propícias aos discursos, pronunciados de público ou através da distribuição de impressos, utilizando uma linguagem que ultrapassava o entendimento comum da população.

Em se tratando do poder de manipulação via escrita, é exemplar a carta publicada em 20 de novembro de 1889, no jornal "A Província do Pará", por solicitação de Bartholomeu da Conceição Ferreira. Nela, o republicano histórico narra, em ricos detalhes, "como ocorreu" a sessão de adesão da Câmara de Marapanim - sua terra natal - à República, em 19 de novembro de 1889. Entre as particularidades, ele comentou episódios protagonizados por ex-monarquistas, como o deputado coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho, um dos principais líderes do extinto Partido Conservador<sup>64</sup>. Como era de se esperar, a narrativa é feita a partir de uma retórica de um exímio articulista político. Na missiva, destinada ao "Povo e à Junta Governativa", Bartholomeu Ferreira procurou demonstrar seu sucesso político e no intuito de avalizar a veracidade das informações prestadas, ele a princípio informa: "É sob a impressão de uma grande festa de liberdade, como nunca dantes vista n'esta Villa, que escrevo estas linhas<sup>65</sup>". E prossegue:

Ontem, às 4 horas da tarde, ocorreu a notícia da proclamação da Republica no Brasil." "[...] Às 5 horas do mesmo dia, confirmada a notícia por cartão ao cidadão Diniz Botelho, o povo marapaniense esquecendo as velhas usanças plantadas pelos velhos partidos monárquicos, os ódios, fraticidas em que se digladiavam, no regime decaído, uniu-se no mais fraternal amplexo para festejar o enorme feito patriótico.[...]"

"[...] Viva a Republica! – foi o grito animado, sincero e expressivo, partindo de todos os ângulos d'esta Villa".

"[...] No mesmo dia, às 7 e ½ horas da noite no salão do paço municipal, houve ato solene de adesão, no meio de estrondosa aclamação , de vivas entusiásticos , ao som predominante da Marselhesa. Foi lavrada a acta pela municipalidade. Muitos cidadãos pronunciaram discursos animadores, de adesão à grande causa que se vencia [...]"<sup>66</sup>

É interessante notar o linguajar utilizado por Bartholomeu da Conceição Ferreira, para justificar a adesão de ex-monarquistas, à causa republicana, que como num passe de mágica, tornaram-se iguais. Na carta o coronel Diniz Botelho, por exemplo, é despido de suas insígnias da Guarda Nacional, ao ter seu título de coronel suprimido, um distintivo social em uma sociedade estamentária, e passou a ser mais um entre os cidadãos arrastados pelas ruas da vila, ao som da Marselhesa, hino símbolo dos republicanos e da revolução francesa. Bartholomeu Ferreira deixa transparecer na carta, que fora ele, e sobretudo, Diniz Botelho quem conduziu o processo de adesão da Câmara de Marapanim, deixando de mencionar nominalmente a outros

<sup>64</sup> O Diário de Belém de 03/10/1899, p. 1.

<sup>65</sup> A Província do Pará, 21/11/1889, p. 1.

<sup>66</sup> Idem

representantes de famílias tradicionais, com poder de mando na localidade<sup>67</sup>. Não bastasse, Bartholomeu era irmão consanguíneo do deputado Diniz Botelho que proferiu discursos animadores à causa que se vencia, como consta na ata de adesão lavrada por seu próprio punho, isto é, de Botelho<sup>68</sup>. Logo, o sentimento conciliador expressado por Bartholomeu Ferreira objetivava angariar apoio político não só para si, mas também para as elites políticas próximas a ele, nas quais figurava os seus familiares. De modo mais restrito, a intenção desse republicano histórico, era dar visibilidade ao sujeito que poderia vir a lhe favorecer em num futuro não muito distante na arena política, alguém próximo como um irmão.

O teatro republicano vinha sendo encenado em outros pontos do litoral nordeste paraense, de onde provinham informes dando conta de que “[...] eram extraordinárias as adesões que chegavam de todos os lados” (MEIRA FILHO, 1981, p. 87). Da vila de Salinas, as notícias davam conta do baile comemorativo na Câmara de vereadores. Em frente a Bragança, o baile similar ocorreu a bordo do vapor "Bragança", onde líderes políticos celebraram o advento do novo regime e a adesão da Câmara local à causa republicana. Eventos festivos semelhantes eram oferecidos aos membros da comissão da Junta Governativa provisória, que fora, “em todo o círculo eleitoral, [...], recebida com extraordinário entusiasmo e delirantes aclamações”<sup>69</sup>. Segundo os vários telegramas publicados na imprensa, na região “[...] que compreende as povoações do Salgado, está, portanto, consolidado o sistema, pela unânime adesão dos povos”<sup>70</sup>.

Em Salinas, na qual influentes políticos assinaram moções de apoio, na condição de eleitores, proprietários, comerciantes, artistas e agricultores, Dentre os quais: Antônio M. D. Pereira, Antônio Theodato de Resende, Boaventura F. de Alcântara, P. de Gamara, João dos Santos Sarmanho Netto, Cândido P. da Costa, Manoel Pedro de Castro.

Na moção, eles saudavam a República, “[...] que sob a legenda – Ordem e Progresso -, ilumina com civismo esta Pátria que estremecemos, também ao patriótico 'Club Republicano do Pará' pelo modo brilhante com o que, no glorioso momento é a síntese da união nacional”. E findavam dando “Viva os Estados-Unidos do Brasil, Viva o estado confederado do Pará, Viva a república Federal do Brasil”<sup>71</sup>.

Na vila de Cintra a comissão chefiada por Gonçalo Ferreira, ao desembarcar no trapiche foi recebida em meio ao “foguatório”. Após as saudações de praxe, a comitiva se

---

<sup>67</sup> A República, 12/10/1892, p. 1.

<sup>68</sup> Livro de atas da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora da Victória do Rio Marapanim. Acta da sessão extraordinária do dia 19 de novembro de 1889.

<sup>69</sup> A Província do Pará, 04/12/1889, p. 1.

<sup>70</sup> A Província do Pará, 05/12/1889, p. 2.

<sup>71</sup> A Província do Pará, 04/04/1889, p. 2.

dirigiu para a sessão solene, realizada às oito horas da noite. Reunidos oficialmente, os vereadores, tendo por presidente o senhor Maximiano José do Nascimento, declararam aderir à República e hastearam a bandeira republicana na fachada do Paço da Câmara Municipal (PAIXÃO, 2007).

Políticos da Vigia, encabeçados pelo deputado provincial Francisco de Moura Palha, Joaquim Manoel de Carvalho e Manoel Felipe da Costa, no dia 20, à tarde, também aceitaram sem muita resistência, a nova forma de governo. Argumentaram que “[...] eles, membros da diretoria do Partido Liberal, naquela importante paróquia, sempre marcharam na vanguarda das ideias livres, resolvem aderir ao novo sistema de governo, porque não vemos necessidade de a ele nos opor [...]”. Por conseguinte, reafirmavam as notícias de que o Partido Liberal já havia aderido à República em todo o Brasil e para tanto marcavam reunião com esta finalidade, no dia 24, na casa do ex-monarquista Joaquim Carvalho.

Além dessa, houve outras notas oficiais comunicando a realização de reuniões solenes, pelo advento da República, como a que foi realizada em 29 de novembro do mesmo ano, no escritório de advocacia do mesmo Francisco de Moura Palha, membro de tradicional família do local:

[...] presentes todos os membros nomeados pelo povo para comporem o diretório do Partido n’esta paroquia às 9 horas da noite do mesmo dia, resolveram que se mandasse lavrar o presente termo de adesão leal e franca, para ser assignado no livro especial por todos os cidadãos da mesma paróquia que quisessem de livre e espontânea vontade assina-lo; pois que o fim desta comissão é conhecer os verdadeiros patriotas que aderem e acompanham francamente o Partido Republicano de que é chefe o distinto cidadão Dr. José Paes de Carvalho<sup>72</sup>.

A esta reunião política, segundo consta na ata lavrada por Francisco Abrahão Furtado de Athayde, compareceram cerca de duzentos e cinquenta pessoas, muitos das quais gozavam de certa visibilidade no campo político local. A nota publicada na imprensa, por sua vez, teve o intuito de corroborar a noção de que Moura Palha possuía representatividade política que seria importante para a sua afirmação no regime republicano. Importância que residia, entre outras, no fato de que, no dia 17 de dezembro a Junta Governativa, formada por militares cedeu lugar a um governo composto por civis, que continuou a ter Chermont a sua frente. Porém, nem todas as comissões enviadas ao Salgado, ainda que num primeiro momento, obtiveram o êxito esperado e propagado nos telegramas, nas notas de apoio e cartas largamente divulgadas pelos jornais. Todavia alguns textos deixam entrever que houve resistência.

---

<sup>72</sup> A República, 04/03/1890, p 1.



Nesse sentido, voltemos à carta de Bartholomeu Ferreira. Todavia, não custa lembrar que ela fora pensada para ser um veículo de propaganda favorável à causa republicana, que buscava adesões, daí, possivelmente ter sido publicada em um jornal de grande circulação. Recordemos igualmente o papel desempenhado pela imprensa escrita - no final do século XIX e início do XX - como ferramenta de manipulação e formação da opinião pública, em especial durante períodos tão delicados, como o vivido naquele período da política nacional, como assevera Marialva Barbosa, ao tratar deste meio de comunicação, no Rio de Janeiro, durante os anos iniciais do novo regime, ainda que muitos periódicos se declarassem neutros em matéria de política (BARBOSA, 2000). Periódicos que atingiam tanto as grandes cidades, quanto nos distantes interiores de onde levavam e traziam informações.

Tal fonte histórica, isto é, a carta de Ferreira, que numa primeira leitura nos leva a crer na total adesão dos agentes políticos locais, em certo trecho menciona que “[...] Nenhuma nota dissonante pôde quebrar a harmonia d’esta festa, que como a nossa glória, eternizará a página de ouro de nossa pátria”. Tal trecho mitigado propositalmente na pena de nossa testemunha ocular, que a todo custo tencionava intuir na mente e no coração de seus leitores que a República seria o regime ideal, a que todos deveriam aderir, constitui-se indício significativo que nos leva a concluir que nem todos decidiram pela adesão ao novo regime político; ou, pelo menos, à nova conjuntura que passava a ameaçar interesses oligárquicos há muito constituídos. Situação que pode passar despercebida aos olhos dos desconhecedores daquele momento político e, é claro, de suas nuances. Informações que contrariavam os interesses, a exemplo daquelas mencionado que nem todos se decidiram pela adesão. Essas “vozes contrárias” despontam, mesmo que implicitamente, nos relatórios das comissões da Junta Governativa, que visavam agregar aliados à República, dentre as elites políticas do Salgado.

Nesta região, as comissões ficaram a cargo do homem forte do governo, como era por vezes pejorativamente chamado por seus adversários políticos<sup>73</sup>, o republicano histórico Gonçalo de Lima Ferreira, sofreu alguns reveses. Salvo Cintra, as demais localidades inicialmente resistiram em aceitar a configuração política pretendida pela Junta Governativa. A Câmara da vila de São Caetano de Odélas, por exemplo, fez sua adesão por iniciativa de um vereador local, Domingos das Chagas, dias depois da antiga Câmara monárquica ser dissolvida. Isso porque, grande parte dos vereadores se mostrou hesitante aderir ao novo regime. A manobra permitiu que a Câmara já reconstituída em 26 de novembro de 1889

---

<sup>73</sup> O Democrata, nº 94 de 1891, p. 1.

formalizasse sua adesão à República. Apesar de tardio, o ato ocorreu em sessão popular, com a presença dos membros do "club" republicano local, dentre os quais: o republicano histórico João Braz de Sousa, que na ocasião desempenhava o cargo de secretário da Câmara; além de ex-conservadores, como o professor João Rodrigues dos Santos, Cybriano F. Dalmácio, Raymundo Firmino Rodrigues e de Gonçalo Ferreira (CRUZ, 1916, p. 678-679). As adesões foram regidamente recompensadas, com nomeações para cargos públicos. João Rodrigues dos Santos, por exemplo, assumiu a vice-presidência do Conselho da Intendência de São Caetano, cargo no qual recepcionou Justo Chermont, durante excursão feita pelo governador paraense pelas localidades do Salgado<sup>74</sup>.

Outra Câmara local que promoveu incisiva resistência aos novos donos do poder - e de maneira mais contundente foi a de Curuçá, terra natal de Gonçalo Ferreira. Nesta localidade, a adesão ocorreu somente em 20 de fevereiro de 1890<sup>75</sup>, após a Câmara formada sob a égide monárquica ser destituída. Ou seja, mais de três meses após a proclamação da República. Nesse meio tempo, houve calorosos debates envolvendo políticos receosos de perder suas regalias, ou talvez confiantes na restauração monárquica. A cerimônia de adesão ocorreu sob a presidência do capitão Horácio Barbosa de Lima, que em 11 de junho do mesmo ano promoveu a criação do diretório local do PRP. O evento foi realizado em uma das salas da Câmara e “[...] reuniu um grande número de cidadãos [...]”<sup>76</sup>. A iniciativa de Barbosa de Lima, certamente o levou a assumir as rédeas da administração municipal, como intendente (CASTRO, 2000).

A relutância das Câmaras das vilas de Curuçá e São Caetano demonstra que a implantação da República no Brasil não foi aceita de forma consensual em todo o território paraense e, principalmente, sem contestação. Nesse aspecto, o historiador Celso Castro relata que em Desterro, atual Florianópolis, um batalhão se sublevou dando vivas à monarquia. Castro cita também o episódio ocorrido no Mato Grosso, onde um pequeno destacamento militar recebeu o comunicado sobre a instauração do novo regime, apenas em 20 de dezembro de 1889. Na ocasião, a soldadesca se insurgiu à nova forma de governo, dando inclusive morras à República e Vivas à Monarquia (CASTRO, 2000, p. 77-78)

As posições dissonantes, comentadas vagamente por Bartholomeu Ferreira, também se fizeram presentes em várias localidades do Salgado, nos primeiros dias de janeiro de 1890. Exemplo disso consta na nota editorial “Desordens no Interior – autoridades policiais dando

---

<sup>74</sup> A República, 28/06/1890, p. 1.

<sup>75</sup> A República, 27/02/1890, p. 2.

<sup>76</sup> A República, 25/03/1890, p. 1.

vivas à monarquia”, publicado inicialmente no jornal “Diário de Notícias”, dando conta de que em Cintra, Bragança, Vigia e Marapanim, “a bandeira republicana foi rasgada, e as autoridades policiais à frente de soldados de polícia dão vivas à monarquia”<sup>77</sup>. O texto alertava as autoridades que, “[...] por esses distúrbios se percebe o começo da conspiração urdida por aqueles que inventaram sedição militar para depor o Governador deste Estado e conspiram abusando da longevidade do governo deste Estado<sup>78</sup>.” E, em nome do povo, o jornal cobrava que fossem tomadas providências enérgicas por parte das autoridades, sobretudo do governador, pois, “[...] como intérprete do sentimento popular, queremos um governo forte [...]”<sup>79</sup>.

Além do “Diário de Notícias, periódico que se pretendia “neutro”, os protestos no Salgado ganharam destaque no jornal “O Democrata”, órgão noticioso do Partido Republicano Democrático – PRD que fazia oposição ao governo paraense, chefiado pelo PRP.

Vale esclarecer, que apesar de - em tese - advogarem a mesma causa, vários segmentos republicanos paraenses foram alijados do poder e passaram a integrar, principalmente,<sup>80</sup> as fileiras do PRD, fundado em sete de dezembro de 1889 (BORGES, 1893, p. 46). O partido abrigava políticos oriundos do extinto Partido Liberal, que apoiava a monarquia. O “adesismo” de última hora não os livrou da “discriminação política” por parte dos republicanos históricos, que aproveitavam qualquer oportunidade para atingi-los. (FARIAS 2005, p. 75.) Reiteradas vezes, os republicanos democratas foram acusados de oportunistas políticos pelos republicanos históricos, que para tanto argumentavam, através do jornal “A República”, órgão oficial do PRP: “Que provas de fidelidade à República tem dado esse antigo partido monárquico, que arbitrariamente se apossou do novo rótulo de – democrático – pretendendo doutrinar o povo que, ainda ontem, pegava em armas contra a República?”<sup>81</sup>

Os redatores do “A República” também afirmavam que os democratas eram movidos por um sentimento de vingança contra o novo regime, pelo fato não terem mais o poder que desfrutavam durante a monarquia. Em suma, na visão dos republicanos, o PRD seria

<sup>77</sup> Diário de Notícias de 12/01/1890, p. 2.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> Borges (198), p. 50-533. Além do PRP e PRD, houve no Pará a formação do Partido Nacional Católico-PNC, que era coordenado pelo ex-senador imperial Cônego José de Siqueira Mendes, um dos nomes mais importantes da vida política da Amazônia no período de transição de regime político. Sua fundação ocorreu em 04 de março de 1890. Porém teve duração efêmera, pois veio a desaparecer após a morte de seu principal articulador político Siqueira Mendes. Soma-se a este o Club Paraense, instalado em 15 de agosto de 1890, presidido pelo ultramontano e irrequieto combatente padre Dr. Mâncio Caetano Ribeiro. Natural da cidade de Bragança, Caetano Ribeiro foi uma das mais expressivas vozes políticas do Salgado Paraense.

<sup>81</sup> A República, 06/06/1890, p. 1.

constituído por um "convênio de grupos diferentes..."<sup>82</sup>. Ademais, a principal facção democrata era formada por membros do extinto Partido Liberal que, segundo a folha governista, apoiava a proposta de um terceiro reinado, sob a égide da princesa Isabel. Portanto, os militantes do PRP defendiam que: "Não basta dizer que se é republicano; é preciso provar que se é na verdade, porque entre o dizer que se é, e o ser realmente há muita diferença, podendo haver sofisma e muita falsidade". Os adesistas de "última hora" também encabeçaram cenas pitorescas. Por exemplo, um dos principais líderes democratas, Vicente Chermont de Miranda, foi um dos que subscreveram o protesto lançado pelo presidente provincial Silvino Cavalcante, ao ser deposto pelos republicanos. Tratava-se, portanto, de um ex-monarquista que ainda atuava na defesa de seus interesses políticos, mesmo após a instauração do regime republicano.

Em contrapartida, os democratas acusavam os republicanos radicais<sup>83</sup> e afirmavam que eles também eram movidos por sentimentos vingativos, já que perseguiam os militantes do PRD. Do contexto permeado pelas acusações e polêmicas travadas entre os jornais do PRD e do PRP, pode-se denotar que o nível de identificação dos partidos com as ideias republicanas, parecia ser um capital político valioso para a conquista do eleitorado.

Após os episódios de resistência à instauração da República, verificados no Salgado paraense, Chermont de Miranda percorreu a região em busca de alianças políticas. Conforme o relato publicado em "O Democrata", ele verificou: "[...] serem sem fundamento algumas notícias espalhadas por alguns órgãos de imprensa, que mal informados, fizeram eco de ódios e prevenções antigas"<sup>84</sup>. O líder democrata segue mencionando que esses boatos, que causaram as exonerações desses funcionários públicos, isto é, dos delegados, não condizem com a verdade encontrada por ele, uma vez que esses mesmos funcionários eram servidores que cumpriam com suas obrigações. E que por isso "[...] todas essas demissões foram mal recebidas naquelas localidades, e bem assim as nomeações, principalmente de promotor público de Cintra e a do delegado de polícia de Marapanim, José J. de Castro [...]".<sup>85</sup>

Os movimentos de oposição ao regime republicano e as decorrentes exonerações dos delegados, no Salgado paraense, foram classificados pelo "Diário de Notícias", como fatos "aterradores" que alarmaram as autoridades e a população. Em que pese o jornal se proclamar politicamente neutro e supondo que o relato reportado - ao menos em parte - seja imparcial e

---

<sup>82</sup> Ibid.

<sup>83</sup> Segundo as análises das fontes, o termo "radical", refere-se ao fato do PRP ter sido formado pelos antigos membros do clube republicano, ou seja, e referente à antiguidade destes.

<sup>84</sup> Jornal O Democrata, 27/01/1890, p. 2.

<sup>85</sup> Idem.

corresponda à verdade dos fatos, cabe a pergunta: o que levou estes delegados, supostamente monarquistas, a rasgarem “a bandeira republicana,” um dos símbolos nacionais?

Em resposta, podemos levantar algumas suposições. A atitude dos delegados teria sido respaldada na falsa expectativa de que naquela conjuntura a monarquia seria restaurada. Outra conjectura possível nos remete a uma tomada de posição extremada, frente à possibilidade concreta de perderem as posições de mando e as regalias que desfrutavam no regime monárquico; então ameaçadas com o advento da República.

Apesar de ambas serem plausíveis, a segunda hipótese é a mais provável, visto que os “delegados amotinados” passaram a integrar o PRD, um partido republicano, ainda que de oposição ao governo, como o fez o ex-delegado de Marapanim, Manoel Narciso Lopes. Além disso, os atos de animosidade ocorreram após a destituição dos parlamentares da Câmara de Belém, em cinco de dezembro de 1889. Ou seja, os delegados estavam cientes do episódio e da exclusão sumária dos que apoiavam o regime decaído; ainda que tivessem aderido à República, ao menos teoricamente.

Como houvera ocorrido em outras regiões brasileiras, os eventos políticos no Salgado revelaram que a suposta “fidelidade” às instituições monárquicas ou republicanas, tinha como principal geratriz o apego ao exercício do poder de mando e às benesses dele decorrentes. Exemplo disso, o já citado insurreto Manoel N. Lopes. Após protagonizar os distúrbios em Marapanim e aderir ao PRD, o ex-delegado se filiou ao PRP, partido pelo qual foi eleito para um cargo na Intendência local, em 1891<sup>86</sup>.

Tal procedimento também ocorria na capital paraense, como assinala Nazaré Sarges, em relação a Antônio Lemos: “(...) ‘astutamente’ o senador se comprometia, através das colunas de ‘A Província do Pará’, a aderir ao regime vitorioso sem deixar explícito qual seria esse regime” (SARGES, 2002, p. 26).

Saudosos ou não do velho imperador, os ex-monarquistas lutaram com todas as suas forças e artimanhas, para ascender ou se manter atuantes na cena política. Sobretudo após os decretos de Justo Chermont, dissolvendo as Câmaras de Belém e do interior; e demitindo dos cargos públicos estaduais, os dirigentes remanescentes do regime decaído. Tais medidas elevaram a temperatura do cenário político das localidades interioranas, fato constatado pessoalmente pelos governadores Justo Chermont e Lauro Sodré, por ocasião das excursões realizadas na região do Salgado, buscando consolidar a legitimidade do novo regime junto à população e aos líderes políticos locais.

---

<sup>86</sup> A República, 16/10/1891, p. 2.

### 1.3. O JOGO POLÍTICO EMPREENDIDO ENTRE A VISITA DE J. CHERMONT, E A EXCURSÃO DE LAURO SODRÉ

Segundo os oposicionistas, para garantir o controle do poder governamental, os líderes do Partido Republicano Paraense lançavam mão de manobras políticas e artifícios fraudulentos durante os períodos eleitorais. Ainda conforme os opositores, os que tradicionalmente votavam na oposição, tinham seus nomes retirados das listagens de registro eleitoral; os que votavam contra as propostas do governo, eram presos ou deportados e, por fim, as atas das seções eleitorais seriam alteradas. Este último procedimento, atribuído aos governistas, eram conhecidas como “eleição em bico de pena”. Consistiria na inclusão, nas atas eleitorais, dos nomes de pessoas mortas e seus respectivos votos, a favor dos candidatos do PRP. De acordo com os oposicionistas, com a aplicação destes métodos os governistas venciam as eleições.

Estes artifícios eram utilizados nos momentos que precediam ou sucediam às eleições, provocando protestos, por meio dos jornais editados pelos partidos de oposição; e, por efeito, gerando revoltas populares. Neste aspecto, ressalte-se, novamente, que tradicionalmente a imprensa foi usada para a promoção dos discursos. Os jornais, segundo Gramsci, assumem um papel de estado maior do partido orgânico. Isso, a despeito dos esforços de aparentar aos leitores e à opinião pública, que suas linhas editoriais são apolíticas e independentes. Ou, na análise de Gramsci, para que o público os percebam como força dirigente superior aos partidos, apesar destes órgãos noticiosos serem “[...] ‘partidos’, ‘facções de partido’” ou terem “[...] funções de um determinado partido”. Destarte, esses jornais não deixavam de se envolver nas disputas e tornavam-se o centro dos embates por meio das polêmicas travadas em suas páginas (GRAMISCI, 1991, p. 22-23).

Durante a etapa inicial do regime republicano no Pará, o grupo político de oposição também se utilizava de jornais, para divulgar as ações de seus correligionários e retomar o capital político perante a população. O PRD, através de “O Democrata” e o Partido Nacional Católico, por meio do “Diário do Gram Pará”. Assim, tornou-se comum os jornais editados pelos partidos oposicionistas publicarem denúncias no intuito de “denegrir” a imagem dos agentes governistas.

No Salgado paraense, os diretórios locais do PRD mantinham o jornal “O Democrata”, na vila de São Caetano de Odivelas;<sup>87</sup> assim como “O Cidadão”. Este último circulava em Bragança e promoveu ampla cobertura jornalística sobre o roubo ocorrido na

---

<sup>87</sup> O Democrata, 11/01/1890, p. 2.

intendência dessa cidade; que teria sido praticado por pessoas ligadas ao governo local, então chefiado pelo PRP.<sup>88</sup>

Nos periódicos político-partidários pesquisados constam também as promessas do governo, aos habitantes do Salgado e que, segundo a oposição, não foram realizadas. Entre as principais: a implantação de linhas de transporte marítimo a vapor; a instalação de linhas telegráficas e de ramais da ferrovia Belém-Bragança e a construção de pontes.

As promessas variavam conforme as reivindicações específicas locais, sempre visando o desenvolvimento socioeconômico. A despeito de não serem efetivadas em curto prazo, elas serviam como um elemento canalizador do apoio de dirigentes locais, aos líderes republicanos. Como as promessas feitas ao coronel Horácio Barbosa de Lima, intendente de Curuçá, e a outros líderes políticos, por ocasião da instalação da sede da "[...] comarca do mesmo nome" "[...] criada para agasalho de um rapazola republicanizado [...]"<sup>89</sup>, segundo relato de "O Democrata".

A criação de novas comarcas judiciais servia para atender aos interesses dos grupos políticos governistas, objetivando institucionalizar suas ações e impedir, com base jurídico-legal, as pretensões dos adversários. Para efetivar estas pretensões, somente eram nomeados magistrados que adotavam postura favorável ao governo, manobra que por repetidas ocasiões foram denunciadas pelos jornais oposicionistas. As denúncias incluíam as situações em que o magistrado era afastado por ser simpatizante dos democratas, o que determinou o afastamento do juiz municipal e de órfãos de Vigia, Dr. Jacome J. M. Pereira<sup>90</sup>, substituído pelo Dr. Ovídio Filho<sup>91</sup>, que era um dos membros da comissão enviada a Bragança para angariar adesões em novembro 1889<sup>92</sup>.

As denúncias sobre a prática de arbitrariedades - no âmbito político-administrativo, eleitoral e judicial - criaram um clima propício a sublevações na região do Salgado. Os líderes governistas, por sua vez, as negavam e acusavam os democratas da pretensão de desestabilizar o governo paraense, nos primórdios do regime republicano.

O clima de animosidade reinante atingia até mesmo as autoridades que visitavam o Salgado paraense. Em junho de 1890, durante os festejos de boas vindas ao governador Justo Leite Chermont, que visitava Marapanim, foram "descobertos" alguns democratas que se

<sup>88</sup> O Democrata, 12/06/1890, p. 2.

<sup>89</sup> O Democrata, 13/06/1890, p.1. Esse "rapazola" que a nota se refere é provavelmente o bacharel Alfredo Raposo Barradas, a quem o A República se nº 0094, p. 1, se refere como sendo um "[...] moço talentoso e de largos conhecimentos jurídicos [...]".

<sup>90</sup> A República, 28/06/1890, p.1. Vigia foi uma das mais importantes cidades do estado, no período.

<sup>91</sup> A República, 24/06/1890, p. 3.

<sup>92</sup> A Província do Pará, 04/12/1889, p. 6.

passavam por “[...] eleitores radicais, lobos em pele de cordeiro [...]”<sup>93</sup>, como o cidadão Alexandre Raymundo das Neves e o ex-delegado de polícia, Manoel Narciso Lopes. O fato gerou acusações recíprocas sobre as origens do conflito que então se estabeleceu, a partir dos jornais político-partidários de cada facção envolvida.

Ao relatar o episódio, “A República” acusou os democratas de se esconderem sob “[...] o isolamento, as sombras, a emboscada.” “[...] e terem” “[...] plena convicção da maldade do objeto e do mau êxito da peleja, cuja esperança de triunfo é depositada na má fé, na hipocrisia, no dolo – na traição [...]”<sup>94</sup>. O jornal do PRP encerrou a matéria, afirmando:

Quando todos esperavam que na arena política, nos viessem encontrar adversários leais, qual não foi a decepção porque passamos, ao descobrirmos n’essa Villa a trama mais vergonhosa, o maquiavelismo mais vil, com que projetavam bater-nos e muito provavelmente no interior do Estado (...) Acobertados sob a capa do *bem público*, tendo afivelada ao rosto a máscara da democracia, trazem todavia a mão armada, prontos sempre a golpear-nos ao menor descuido. Conspiradores contra o regime da república se apelidam *defensores da liberdade*, propugnadores do progresso, pais legítimos do povo, como se a liberdade perigasse, como se o progresso não surgisse, como se o povo se sentisse oprimido<sup>95</sup>.

Como prova concreta das artimanhas e da cabala pensada pelos democratas, o jornal citava o bilhete encontrado com um dos “lobos em pele de cordeiro” e que foi exposto por dias na redação do “A República”, no intuito de servir de alerta, segundo o jornal:

[...] não aos nossos amigos, que dela não necessitam, para a fórmula de conceito sobre aqueles que nos combatem; oferecemo-la exclusivamente à meditação dos adversários, a esses que na boa fé, e santa ingenuidade, ainda creem nas promessas da pseudo democracia para que analisem, contemplem e avaliem o estado da cabeça política que os guia, o meio objeto por que os leva, o fim fatal para onde os conduz.”<sup>96</sup>.

O conteúdo do bilhete informava que a situação dos membros do diretório democrata, em Cintra, não era nada animadora, apesar de que em outras localidades do interior, a situação fosse diferente. As dificuldades, segundo o autor do bilhete, eram fruto dos enalços impostos pelos governistas e diante de tal situação aconselhava aos membros do diretório marapaniense que: “[...] o processo a seguir é FINGIR TODOS RADICAIS, e depois então organizar o partido. D’outro modo não alistaram os nossos amigos”<sup>97</sup>.

Em contrapartida, Macário (REGO, 2005, p. 12)<sup>98</sup>, um dos repórteres e redatores de “O Democrata”, confirmou a autenticidade do bilhete, alegando que os membros do PRD

<sup>93</sup> A República, 05/06/1890, p. 1.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Macário era o pseudônimo do Dr. Demétrio Bezerra. Uma das personagens políticas importantes do P. R.D.



foram obrigados a utilizar tal artifício, para incluírem seus nomes no alistamento eleitoral, pois no caso de se declararem “democratas”, possivelmente não teriam direito ao voto. E para melindrarem ainda mais os governistas, ironizou:

Tenho dado boas gargalhadas lendo e relendo da “República” as notas de reportagem sobre a excursão do Governador a Marapanim.

Uma carta dirigida pelo Dr. Agostinho do Reis ao cidadão F. F. daquela Villa, dando-lhe alguns conselhos prudentes, foi motivo para uma dúzia de periódicos cheios de adjetivos e exclamações a respeito da covardia e traição. [...] Ficaram desapontados os chefes radicais, descobrindo somente agora depois de findo o processo do alistamento eleitoral, que aconselhamos os nossos amigos a uma política manhosa em face da intolerância e do terror postos em prática pelos agentes do governo. [...] Agora já posso falar e rir à vontade do logro que pregamos aos espertalhões, escolhidos a dedo para embarçarem o alistamento dos meus correligionários políticos<sup>99</sup>.

Macário afirmou ainda que os democratas estavam preparados e confiantes no futuro enfrentamento nas urnas, mesmo que:

"Alguns tenham por fim sido excluídos, mas os que ficaram são em número suficiente para darmos combates com todas as nossas probabilidades da Victória [...]"

"[...] Pelo interior grandes surpresas estão reservadas aos homens do governo. Mas são muito ingênuos estes radicais! Pois eles não nos julgavam abandonados pelos amigos, não supunham que estávamos dormindo!"

"[...] Eu sei que o José Paes tem dito: 'A eleição está segura por toda parte; agora o que eu quero é fortalecer o partido de modo que possa estar no governo pelo menos cinquenta anos.'"

"[...] Cartas como aquela do Dr. Reis espalhamos centenas pelo interior e temos as respostas arquivadas" "[...] Se o Justo conseguiu apanhar uma é porque o homem não recebeu o aviamento, as outras estão bem guardadas e já decoradas. Depois das eleições havemos de conversar".<sup>100</sup>

As previsões de Macário por pouco não se tornaram realidade. A primeira eleição por sufrágio direto do período republicano, em 1890, objetivou escolher os representantes do estado do Pará que iriam integrar o Congresso Constituinte Federal. Os resultados eleitorais de Marapanim eram animadores e indicavam a vitória dos democratas, sobretudo nos seus principais redutos eleitorais: Campina Secca e Cuinarana. Em Campina Secca, o candidato democrata ao Senado teve 217 votos, contra 35 do representante do PRD. Já para o cargo de deputado, os democratas somaram 498 votos e os governistas, 90<sup>101</sup>. No entanto, “Marapanim, juntamente com Salinas e Aycaraú, deram” “[...] as seis victórias para a consolidação do radicalismo; contribuindo assim para a festa victoriosa dos radicaes [...]”<sup>102</sup>.

<sup>99</sup> O Democrata, 06/07/1890, p. 1.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> O Democrata, 27/09/1890, p. 1.

<sup>102</sup> O Democrata, 30/04/1890, p. 1.

Como esperado, os democratas atribuíram a derrota eleitoral às fraudes que alteraram o cômputo final das urnas e que teriam ocorrido por todo o Estado; incluindo Curuçá, onde seguramente eles teriam obtido a maioria dos votos, o que causou, no congresso republicano, moções de censura a Gonçalo Ferreira, o homem forte do Salgado<sup>103</sup>. Mesmo considerando verídicas as alegações dos democratas, eles não estiveram representados na bancada paraense, designada a participar da elaboração da primeira Constituição Republicana do Brasil.

Nas eleições ao parlamento estadual, em 20 de maio de 1891, intensificaram-se as reclamações e denúncias da oposição, quanto à possível ocorrência de fraudes. Prevendo a ocorrência das manobras governistas, na etapa de apuração dos votos, os democratas se organizaram para um confronto armado.

Ao tomar conhecimento da gravidade da situação, José Joaquim dos Santos, delegado de polícia de Marapanim, relata ao governador a insuficiência de pessoal e de armamentos para enfrentar as desordens que estavam ocorrendo por todo o município e o informa sobre os rumores de possíveis revoltas contra o governo, articuladas pelos democratas de Marapanim, Belém e Cintra:

Ilustre Cidadão [...] Corre-me o dever de levar ao vosso conhecimento, ocorrências e fatos aterradores que propalam por este município os adeptos da política adversa ao governo. [...] As autoridades d'esta Villa e pessoas que trabalham em favor do governo, estão ameaçadas de morte [...] Devo salientar-vos que apesar da deficiência do destacamento desta Vila, os adeptos do governo põem-se à disposição em defesa do mesmo governo, sentindo apenas, n'este momento crítico e de perturbação à paz das famílias, a falta de armamentos e munição suficiente [...] <sup>104</sup>.

A eleição do Congresso estadual era de vital importância no cenário político paraense. Caberia aos congressistas eleitos elaborar a Constituição estadual e escolherem, em eleição indireta, o novo governador do Pará, que então era o estado mais importante do norte do país.

Mais uma vez os democratas não conseguiram eleger nenhum de seus representantes à Assembleia Estadual Constituinte, tal como ocorrera para o Congresso Federal. O que para eles, era fruto das muitas falcatruas empreendidas pelos governistas. Em protesto lançado em 22 de abril e dirigido à população paraense, as lideranças democratas paraenses faziam menção: “[...] contra a acta falsa da simulada eleição de Cuinarana, porque n'esta secção não houve eleição; pois os eleitores democratas aí estiveram durante todo o dia [...] e os mesários não apareceram porque os radicais aí sofreriam estrondosa derrota”.<sup>105</sup> O documento acrescentava:

<sup>103</sup> O Democrata, 20/09/1890, p. 1.

<sup>104</sup> Relatório com que o governador H. Bacellar passou o governo do Estado, de 1891, p. 06.

<sup>105</sup> O Democrata, 03/05/1891, p. 2. O protesto foi assinado por Alexandre Raymundo das Neves, Manoel Gonçalves Freire, Francisco das Neves Pinto e Herculino Antônio Bentes.

"A maioria dos eleitores da União Patriótica obrigou os radicais (...) aqui na Villa a falsificarem uma acta dando-lhes grande maioria. Para completar a série de escândalos, fixaram a apuração municipal no dia 23, apurando a acta falsa de Cuinarana e deixando de apurar a acta de Campina Secca onde tivemos 61 votos de maioria! Compareceu às urnas a maioria de eleitores da união, porém o chefe radical, desembaraçadamente, transformou-a em minoria. É preciso por um paradeiro a tantos escândalos."<sup>106</sup>

A derrota eleitoral e a consequente exclusão dos democratas na constituinte estadual provocaram tensões e conflitos, resultando na "Revolta de 11 de Junho de 1891", liderada pelo capoeira Francisco Xavier da Veiga Cabral, mais conhecido como "Cabralzinho". Apesar do ter seu epicentro localizado em Belém, a revolta se alastrou para regiões do interior do Estado, em especial as do Rio Capim<sup>107</sup> e do Salgado, onde os distúrbios atingiram maiores proporções, ao ponto de serem noticiados na imprensa do Rio de Janeiro (UM DEMOCRATA 1891, p. 169).

Não por acaso, a data escolhida para o início da revolta coincidia com a da abertura dos trabalhos parlamentares e evocava o dia do triunfo da armada brasileira, na batalha naval do Riachuelo, contra o Paraguai. Os distúrbios não impediram a eleição, por unanimidade, de Lauro Sodré, para ocupar o governo estadual, em sessão presenciada pelos deputados Gonçalo e Bartholomeu Ferreira; e os senadores F. de Moura Palha e José Caetano Pinheiro.<sup>108</sup>

A escolha foi saudada com manifestações em várias localidades da região do Salgado. A intendência de Bragança enviou telegramas, congratulando-se pela eleição e a promulgação da Constituinte Estadual<sup>109</sup>. Em Salinas, foi realizada "[...] uma passeata à noite com a banda de música do lugar" "[...] acompanhada pelas autoridades e por todas as pessoas que levantavam entusiásticos vivas ao Dr. Lauro Sodré, à república, ao Estado do Pará, aos paraenses".<sup>110</sup> Os salinenses esperavam do novo governador, receber os esforços para fazer "[...] desta aprazível localidade um importante ponto de banho e recreio para os habitantes de Belém".<sup>111</sup>

As referências à pacificação do Estado, após a eleição indireta ao governo estadual de Lauro Sodré, também ganharam as páginas dos jornais. Augusto Ramos Pinheiro, professor de uma das escolas públicas da vila de Curuçá, congratulou o novo governador:

"[...] pela completa pacificação de nosso Estado, depois da louca e criminosa revolta de 11 do mês próximo passado, a qual resvala para o ridículo, por não ser consentânea com a índole do povo paraense, ficou registrado nos anais de nossa

<sup>106</sup> O Democrata 29/04/1891.

<sup>107</sup> Farias é um dos poucos autores que tem trabalhos relacionados à Revolta de 11 de Junho de 1891.

<sup>108</sup> A República, 17/06/1891, p. 1. O coronel José C. Pinheiro foi uma das personagens mais destacadas da vida política da cidade de Bragança. Ocupou por várias vezes a presidência do Diretório local do PRP, assim a como o cargo de intendente municipal. E mesmo depois da cisão de 1897, continuou ao lado de Sodré.

<sup>109</sup> A República, 24/06/1891, p. 1.

<sup>110</sup> A República, 03/07/1891, p. 1.

<sup>111</sup> Idem.

história política para atestar aos vindouros a má fé e perversidade dos opositoristas da república. Tomando parte, portanto, no regozijo público, pelo fato de termos entrado no regime da paz, da lei e da liberdade, eu saúdo o progresso do Estado do Pará na vossa pessoa [...]". "[...] Saúde e Fraternidade - ilustre cidadão dr. Lauro Sodré, governador deste estado<sup>112</sup>.

Entre 21 de agosto e três de setembro de 1893, o governador Lauro Sodré em excursão especial a bordo do vapor “Vizeu”, percorreu a região do Salgado paraense, fato que ganhou destaque especial nas páginas do “A República”, em matéria que recebeu o título “De Belém a Bragança: uma excursão do governador do Pará- *Notas a Vol d’oisean*”. Nela são narrados os principais episódios da viagem, destacando os encontros realizados com as autoridades locais e “outras pessoas gradas das várias localidades percorridas pela ‘pequena comissão’”. Esta era composta por militares, membros do judiciário e lideranças políticas do Salgado, como Bartholomeu Ferreira, Gonçalo de Lima Ferreira e João dos Santos Sarmanho Netto, personalidades que ganharam notoriedade. A excursão teve o objetivo de evidenciar a coesão do grupo político que comandava o estado do Pará, na primeira viagem do governador, após os incidentes de 11 de junho de 1891. A excursão tinha ainda a finalidade de estabelecer a conciliação, ao menos tacitamente, entre democratas e republicanos e contrastava com a turnê do anterior, Justo Chermont, assinalada por animosidades latentes e visíveis, das correntes políticas litigantes. A chegada de Lauro Sodré em Vigia foi saudada com “[...] estrepitosas manifestações de júbilo [...]”, numa clara manifestação de apoio oferecida pelas autoridades políticas locais, representadas pelo intendente municipal, senador Francisco de Moura Palha, capitão da Guarda Nacional<sup>113</sup>. Possivelmente inspirado pelo clima pacificador da visita, o redator do jornal “A República” descreveu a reação dos vigienses, ao receber Sodré:

“[...] na doce embriaguez de seus sentimentos devotos, o seu justo entusiasmo tomou maior tensão pelas explosões de patriotismo, (que é outra religião, quiçá, a mais pura) ao ver atracar em sua ponte o ilustre cidadão colocado por seus merecimentos à testa da administração dos elevados negócios da pátria paraense<sup>114</sup>”.

A recepção ocorreu no paço da intendência de Vigia, onde o governador Lauro Sodré presidiu a sessão especial em foi homenageado e que teve como orador oficial o dr. Pires dos Reis, juiz substituto da comarca. Em seu discurso, Sodré ressaltou seu contentamento por “[...] ver-se cercado daquele povo brioso, prometia, como governo puramente paraense

<sup>112</sup> A República 10/07/1891, p. 1.

<sup>113</sup> A República 13/09/1893, p. 1.

<sup>114</sup> Idem.

profundamente patriótico, auxiliar tanto quanto lhe permitisse as forças do estado, a prosperidade daquela futura comarca<sup>115</sup>”.

Ainda segundo o articulista do “A República”, após o ato oficial e já a bordo do vapor “Vizeu”, os membros do partido democrata vigiense, tendo à frente sua filarmônica, foram demonstrar a Sodré “a consideração elevada em que o tinham, por essa prova irrecusável de gentil delicadeza”. O governador retribuiu a homenagem, afirmando: “[...] que é sobre as bases sólidas e largas da liberdade de consciência, de pensamento, que se fundou e vai se consolidando a República, ‘patrioticamente proclamada a 15 de novembro de 1889’, pelas forças armadas da nação brasileira”. Sodré salientou que é pelo “[...] respeito à Lei, esse braço sacrossanto que prende o povo às autoridades constituídas” “[...] que a República será um baluarte inexpugnável onde se abrigará incólume o cidadão brasileiro”. Ao final de seu discurso, o governador arrematou que na “[...] luta atizada pela ambição pessoal ou pelo interesse do partidarismo incontestável: a glória será a vergonha, a vitória será a ruína comum; o vencedor será algoz e vítima ao mesmo tempo”<sup>116</sup>.

O mesmo clima de conciliação e as menções quanto à estabilidade da República, também vigoraram em São Caetano de Odivelas, onde Lauro Sodré foi recepcionado por uma comissão que foi ao seu encontro antes do vapor “Vizeu” aportar na frente “[...] dessa aprazível localidade que os deixou entrever um quadro de surpreendente efeito”<sup>117</sup>.

Já em terra, Sodré recebeu os cumprimentos no Paço Municipal, “onde fora realizada uma sessão especial, em sua homenagem [...]” Na qual “[...] o digno intendente municipal, o tenente-coronel João Rodrigues dos Santos, depois de abrir a sessão e erguer *vivas* ao Governador do Estado, deu a palavra ao orador oficial do ato, o Dr. Fernandes Belo, promotor público local. [...]”<sup>118</sup>. Lauro Sodré proferiu o discurso de encerramento, “[...] ao que se seguiu a ida do governador, de sua comitiva, e da grande massa da população que passaram à casa de residência do tenente-coronel João Rodrigues Santos. Onde compareceram várias associações, entre as quais o *Club das Moças Odivelenses*”, assim como “[...] os antigos membros do antigo *Club Republicano*, para saudar o incansável propagandista da ideia vencedora”<sup>119</sup>.

Mas, o que teria levado Sodré a escolher o Salgado para sediar excursão, na qual foram por vezes feitas repetidas menções sobre a estabilidade do regime republicano, assim como se privilegiou pela conciliação entre os sujeitos políticos litigantes?

---

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> A República, 13/09/1893, p. 1.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Ibidem.

Os motivos que levaram Lauro Sodré a escolher o Salgado na sua primeira excursão ao interior paraense, provavelmente se deveu às tensões envolvendo os grupos políticos que disputavam o poder e que anteriormente se materializaram intensamente durante a "Revolta de 11 de Junho de 1891". Portanto, ao incentivar articulações que garantissem a conciliação das facções rivais, Sodré, possivelmente, tencionava evitar que novas sedições voltassem a ocorrer no Salgado. Em sua passagem por Vigia, por exemplo, Sodré recebeu a delegação dos democratas que foram cumprimentá-lo. À época da excursão, conforme relata Basbaum, o governo de Floriano Peixoto enfrentava o mais agitado período presidencial da história política brasileira, até 1930 (BASBAUM, 1968, p. 26.). As conturbações podem ter motivado o redator do "A República" a mencionar que na despedida em São Caetano, a população da vila teria proferido “[...] fortemente os vivas ao Governador, à República, a Floriano Peixoto, ao Pará, ao Povo Odivelense.”<sup>120</sup>.

Dentre as agitações ocorridas durante o mandato do presidente da República, Floriano Peixoto, destaca-se a “Revolta da Armada”, que teve início em setembro de 1893, no Rio de Janeiro, onde conforme Carvalho: “[...] Acontecimentos por banais que fossem, assumiam importância desmedida em função da ressonância produzida em que se achava aquela cidade [...] (CARVALHO, (2008), p. 22.)”. As insurreições se espalharam, mormente, pelo Sul do país, mas, seus efeitos foram sentidos no Pará, tendo entre os seus articuladores Veiga Cabral.

Em suma, com a excursão ao Salgado, Lauro Sodré firmou a imagem - pelo menos aos leitores do "A República" - de um "fiel patriota", que buscava conciliações políticas entre segmentos políticos rivais interioranos, com a finalidade de sustentar e consolidar as bases do edifício republicano, que estava sendo ameaçado. Para efetivar esta intenção, Sodré procurou apoio numa região já “pacificada”, e na qual contava com apoio político para a execução de seus planos, como informou no telegrama remetido a Floriano Peixoto. No comunicado, o governador assegurava ao marechal presidente “[...] o seu concurso leal e dedicado à obra patriótica em defesa da lei e peleja em prol dos interesses da Pátria e da República”<sup>121</sup> Ao que foi respondido com outro telegrama, no qual Peixoto "agradecia, saudava o governo paraense pelo seu apoio, e do povo paraense<sup>122</sup>". Mais uma vez o apoio dos políticos interioranos se mostrava de grande valia no jogo político.

A solidariedade política de Lauro Sodré a Floriano Peixoto já havia sido manifestada durante o episódio em que Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional, em três de

---

<sup>120</sup> A República, 13/09/1893, p. 1.

<sup>121</sup> A República, 14/09/1893, p. 1.

<sup>122</sup> Idem.

novembro de 1891. Na ocasião, de Lauro Sodré foi o único governador da República a se opor à medida, por considerá-la uma afronta às garantias constitucionais. O posicionamento de Sodré foi coroado pela queda do general Deodoro da Fonseca e a ascensão do vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto, à presidência da República. Durante a consecução do fato, Lauro Sodré recebeu o apoio dos políticos interioranos, de modo particular os do Salgado, legitimando sua posição ante um acontecimento de repercussão nacional.

A sustentação oriunda do interior paraense pode ser constatada na moção de apoio, proposta pelo vogal Amoras Pinto, e unanimemente aprovada, em 28 de novembro de 1891, pela Câmara de Curuçá:

[...] sentindo-se satisfeita com o desenlace feliz, que acabam de ter os acontecimentos políticos do país, ufana-se com a nova era de paz estabelecida em toda a República brasileira, e congratula-se com triunfo obtido pelo emérito governador dr. Lauro Sodré na defesa da Constituição Federal, e da autonomia d'este estado" "[...] felicita ao novo presidente da república, ao Congresso Federal, e continua a prestar seu apoio franco e decidido às instituições republicanas."<sup>123</sup>.

Menções de apoio similares também foram explicitadas por “importantes pessoas” dessa localidade e publicadas na imprensa: “[...] sentindo profundo júbilo por ver que a ordem vai ser de novo uma realidade no país inteiro e a república entra novamente em plano de legalidade [...]”<sup>124</sup> “[...]congratulavam-se com Sodré e faziam votos de felicitações ao Marechal de Ferro”. As menções “[...] prometiam continuar a defender não só a Constituição do país, mas também a autonomia do Pará, em qualquer emergência”. Concluía frisando apoio a Sodré: “[...] principalmente enquanto fodes o nosso guia”<sup>125</sup>.

Ao angariar apoio dos políticos interioranos, Sodré reconhecia os potenciais valores desses sujeitos no jogo político, algo que lhe poderia servir, em momentos propícios, para demonstrar, ante seus pares de legenda, sua influência. Ou seja, nas disputas internas do PRP, por maiores espaços, algo que certamente estava ocorrendo naquele momento. Porém, era a primeira vez. Descompassos foram sentido, quando republicanos históricos, como Paes de Carvalho - então deputado federal - e Justo Chermont - que integrava o ministério chefiado pelo Barão de Lucena - apoiaram Deodoro em seu ato de fechar o Congresso em 1891. O

---

<sup>123</sup> A República, 12/12/1891, p. 2.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Ibidem.

conflito interno - ainda que circunstancial - ensejou comentários na imprensa oposicionista sobre uma possível cisão entre os principais expoentes do PRP, o partido governista.<sup>126</sup>

As especulações vieram a se efetivar a partir de 1897, quando ocorreu a grande cisão que provocou a saída de Lauro Sodré das bases do PRP, cuja liderança estadual passou a ser exercida pelo intendente de Belém, o senador Antônio Lemos.

#### 1.4 UMA REPÚBLICA DE FANCARIA OU UM DIA APÓS O OUTRO? OS CONFLITOS ENTRE PRP E PRF, 1897-1903.

Almejando evitar cisões e aplacar revoltas que concorriam para a desestabilização do novo regime - ocorridas sobretudo no governo do Marechal de Ferro, em 08 de julho de 1893, na capital federal - um grupo de parlamentares decidiu constituir um partido coeso, forte, disciplinado e de projeção nacional. O “Partido Republicano Constitucional” - PRC - deveria ter por base a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Da primeira reunião preparatória participaram, dentre outros: Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Prudente de Moraes, Manoel Victorino, Francisco Glycélio e Lauro Sodré. (WITTER, 1987, p.13).

Apesar da intenção de fazer cumprir a Constituição de 1891, José S. Witter avaliou que estes republicanos estavam, na verdade, mais preocupados em defender a sua maior conquista: a República Federativa (Ibid., p. 19). Em reforço a esta tese, a escolha do nome definitivo da agremiação fundada em 30 de julho de 1893: “Partido Republicano Federal” - PRF.

A criação do partido não implicou numa declarada oposição dos líderes do PRF, às demais agremiações republicanas regionais, que então dirigiam os destinos políticos do país, através da Câmara e do Senado Federal, e estavam representadas em cargos de alto escalão, no governo da República (Ibid., p. 17). Os fundadores do PRF, em momentos oportunos, fizeram variadas concessões às agremiações políticas congêneres, dentre elas o PRP. Isso porque, eles tinham que lidar com a desconfiança das elites políticas locais, acerca de um partido que se pretendia nacional. Segundo Rodrigo Patto, no início do novo regime, as elites políticas estavam temerosas de que ocorresse a volta do centralismo administrativo, que vigorava durante a monarquia. Nesse sentido, optaram por organizar em seus Estados "partidos republicanos" locais - como o Partido Republicano Paraense - garantindo assim, autonomia suficiente para alcançar seus objetivos (PATTO, 1999, p. 52.).

O PRF, fundado - em tese - com o intuito de colocar ordem no caos político, através da defesa da Constituição e do princípio federativo, tinha uma finalidade mais prática e premente: a disputa do primeiro pleito eleitoral da República, pelo voto direto da população.

---

<sup>126</sup> O Democrata, 23/12/1891, p.1.



Portanto, chegava o momento de substituir Floriano Peixoto na presidência da República e a questão sucessória determinou que nos meses seguintes à fundação, o PRF tivesse a maior atividade da agremiação, durante toda a sua existência, conforme assevera Witter. Tal mobilização ocorria em função da necessidade do PRF arregimentar forças em tempo hábil de consolidar a agremiação e indicar nomes de proa da política nacional, nas eleições que se avizinhavam (WITTER, 1987. 25.). Ao citar Afonso Arinos de Mello Franco, Viscardi menciona que três requisitos eram indispensáveis para tornar-se presidente do Brasil, no contexto da Primeira República: ser uma liderança política, ter sido um republicano histórico e ser oriundo de um dos grandes Estados da federação (VISCARDI, 2012, p. 60).

Características que o então governador do Pará, Lauro Sodré, possuía, com exceção da última, apesar da boa situação financeira que o Estado dispunha naquele momento<sup>127</sup>. No entanto, a desvantagem poderia ser compensada pelo grande número de representantes paraenses, na composição do PRF. O contingente somente era inferior ao da Bahia e se igualava ao de São Paulo e do Rio de Janeiro. Outra vantagem comparativa era o alto nível de frequência registrado nas reuniões no diretório paraense do PRF. O que se deve, entre outros fatores, à liderança política incontestada que Sodré exercia na região. ( WITTER, 1987, p. 39.). Soma-se a isso, a forte ligação que o governador do Pará mantinha com o então presidente Floriano Peixoto, que apoiava o PRF. Este fator poderia influenciar de maneira decisiva o jogo político, caso o marechal alagoano assim o quisesse.

Ao perceber que reunia os atributos e as condições políticas necessárias, Lauro Sodré avaliou que poderia ser um provável candidato à sucessão presidencial, que se processaria em 1894 e, por efeito, acalentou o sonho de se tornar presidente da República (VISCARDI, 2012, p.66.). Seguramente, foi esta aspiração que o levou a percorrer o Salgado, onde fez contatos com as principais lideranças políticas, até o início de setembro de 1893.

Em 25 de setembro do mesmo ano<sup>128</sup>, o PRF reuniu-se em convenção nacional, para deliberar sobre o nome a ser sufragado nas urnas, como seu candidato ao cargo máximo do regime republicano. A presidência da mesa diretora foi entregue a Francisco Glycélio, um dos idealizadores e membro de maior projeção do partido. Sem qualquer discussão na ocasião, foi realizada a votação e apurado o resultado: Prudente de Moraes era proclamado candidato à

---

<sup>127</sup> Pinto (2011, p. 36-36). Para ser considerado um grande estado dentro do jogo político na Primeira República, além de fator financeiro, era preciso ter uma bancada expressiva no Congresso Nacional. A paraense era composta por 7 deputados e 3 senadores. Em relação ao número de deputados era uma das menores, quando comparada aos chamados “grande estados da federação”, como Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, que possuíam 22, 37, 22, 17, 17, respectivamente. O número de senadores era o mesmo para todos os estados.

<sup>128</sup> A República, 19/09/1893, p. 2. A derradeira nota publicada acerca da viagem de Sodré pelas localidades do Salgado é datada de 19 de setembro, ou seja, antes da reunião. O que corrobora nossa suposição.

presidência da República. Conforme José S. Witter, a unanimidade na indicação era previsível. Afinal, ainda que o PRF “[...] fosse uma cátedra que acolhia muitos credos [...]” (WITTER, 1987), como afirmara Francisco Glycélio, naquela circunstância qualquer dissidência era inadequada, uma vez que o partido “nascente deveria ser avesso a cisões”.

Ao menos teoricamente, pois na prática, isso não aconteceu. O próprio presidente Floriano apôs-se decididamente ao nome de Prudente de Moraes, com quem não mantinha boas relações, desde a sua eleição para vice-presidente. As contestações à candidatura de Morais, ainda que tácitas, partiram de alguns governadores. Eles somente declararam apoio às vésperas das eleições, como foi o caso do concorrente derrotado, o paraense Lauro Sodré.

Mas o que teria contribuído para que a decisão final, adotada na convenção fosse favorável a Prudente de Moraes e não ao governador do Pará?

Possivelmente, por ser o PRF um partido que nascera para apoiar uma candidatura civil, o que pode ser evidenciado no baixo índice do elemento militar e a participação ativa de elementos civis de grande destaque nacional, em sua composição.<sup>129</sup> Some-se a este fator, a indiferença do próprio Floriano com a questão sucessória e despreocupação do presidente, com o partido que se formava. Além disso, Prudente de Moraes detinha o aval de São Paulo; então, um dos Estados com maior poder de influência nos rumos da política nacional.

Todavia, as esperanças de Sodré em ocupar a mais alta função da República não se desvaneceram, pois haveria a eleição presidencial de 1897<sup>130</sup>, quando o PRF deveria lançar o candidato que substituiria Prudente Moraes. O que de fato veio a acontecer, pois Lauro Sodré concorreu à presidência, contudo sem o apoio político de Prudente de Moraes. O PRF, que nascera avesso às cisões, acabou "rachando" nesse mesmo ano e iniciou a caminhada para o desaparecimento total. Por ter aglutinado elementos políticos distintos em suas fileiras, o PRF não foi forte o suficiente para suportar a primeira grande crise que o acometeu. A cisão, inicialmente ocorrida na capital federal, repercutiu em todos os Estados da federação. Tal desdobramento político resultou das divergências entre Francisco Glycélio e Prudente de Moraes. O conflito interno foi recebido com grande apreensão por parte das lideranças do Partido Republicano Paraense, devido ao posicionamento adotado por Sodré, que optou por manter-se firme ao lado de Glycélio, contra o presidente da República.

Diante disso, parte significativa dos líderes políticos que compunham a base do PRP - Paes de Carvalho, Manoel Barata, Bartholomeu Ferreira, entre outros - apoiaram Lauro Sodré.

---

<sup>129</sup> Witter (1987, p.41-42). Somente 4,80%, de um total de 100% dos elementos que participaram e assinaram a ata de criação do PRF eram oriundos das escolas militares, sendo o predomínio dos bacharéis em direito com 46%.

<sup>130</sup> Borges (1983, p. 61). Ano em que também ocorreria sua primeira saída, depois de quase seis anos, a frente do governo paraense. O mais longo da história do Brasil.

Segundo Marly Cunha, o outro segmento - liderado por Antônio Lemos e Justo Chermont - retardou a definição de seu apoio político. Porém não por muito tempo. Estes se colocaram ao lado de Prudente de Moraes, levando assim à cisão interna do PRP (CUNHA, 2008, p. 18). O jornal “Diário de Notícias”<sup>131</sup>, em seu número 181, de 18 de agosto de 1897, publicou uma nota - “*A CISÃO*” - onde anunciava que:

"O híbrido diretório do partido republicano paraense está esfacelado". "[...]. Os esforços do Dr. Paes de Carvalho, em querer unificar os princípios, arregimentar as forças, conciliar os interesses do seu partido, foram nulificados pelo Dr. Lauro Sodré, revoltando-se contra seus amigos [...]" "[...] no Pará, deixando-se arrastar na corrente do jacobinismo".

"[...] O partido republicano cindiu-se em dois; um representando a república conservadora, legalista, que procura solidificar-se com o prestígio da autoridade, com a ordem, a paz, a consecução da fraternidade brasileira; outro representando a república anárquica, de tresloucamentos de praça pública, desordeira, que visa o governo do terror, das deportações, e o depauperamento dos cofres públicos, em benefício de uma camarilha de ambiciosos vulgares." <sup>132</sup>

As disputas internas no PRP eram remanescentes dos primeiros anos do processo de consolidação da República no Pará. Na disputa interna sobre os rumos políticos do PRP, os republicanos históricos saíram vitoriosos por quase uma década, período no qual eles ocuparam o governo do Estado.

A notícia do “esfacelamento” do PRP, no “Diário de Notícias”, avaliava que “[...] caberia aos líderes locais definirem se o PRP permaneceria seguindo as diretrizes do PRF e de Sodré [...] (CUNHA, 2008, p. 18).”. Para tanto, foi convocado o “Congresso Republicano”, uma assembleia que reuniu todos os delegados das comissões municipais paraenses; cada qual representando um precioso voto. Garantir o apoio das lideranças políticas do interior foi uma das deliberações do grupo leal a Lauro Sodré, ao noticiar no jornal “Folha do Norte”<sup>133</sup>, as “[...] manifestações de honroso apoio e incondicional solidariedade [...]”, vindas de municípios do Salgado, como: Marapanim, Salinas, Bragança, Maracanã<sup>134</sup> e Vigia<sup>135</sup>, demonstrando assim que o cenário político do Nordeste paraense não ficou infenso a esses acontecimentos<sup>136</sup>.

<sup>131</sup> FERREIRA, (2006). Que então passara a advogar as causas políticas dos democratas, ou seja, já não era mais um “diário neutro”, em matéria de política, se é que um dia o foi.

<sup>132</sup> Diário de Notícias, 18/09/1897, p. 1.

<sup>133</sup> Este diário editado a partir de 1896 se tornou o principal suporte dos Sodrelistas em suas lides políticas.

<sup>134</sup> Folha do Norte, 18/09/1897, p. 2.

<sup>135</sup> Folha do Norte, 24/09/1897, p. 1.

<sup>136</sup> A ausência de Curuçá possivelmente deve-se ao fato de que seus principais representantes políticos, o coronel Horácio B. de Lima, e o já senador Gonçalo Ferreira<sup>136</sup>, permaneceram ao lado de Antônio Lemos.

Entretanto, a cisão interna do PRP também se refletiu em suas bases do interior do Estado, acirrando as disputas e as articulações entre antigos aliados, pelo controle do cenário político nestas localidades. Em Salinas, por exemplo, o coronel Serafim dos Anjos Nunes, chefe do diretório local do PRP, e ex-presidente do Conselho de Intendência, ao solidarizar-se com a causa de Sodré, passa a dar franco combate ao então intendente Manoel Pedro de Castro, que se posicionou ao lado de Antônio Lemos. Isto é, as menções de apoio veiculadas pelo órgão de imprensa "Laurista" - "Folha do Norte" - poderiam ter partido de grupos descontentes com a condução da vida política de suas localidades e não dos intendentess municipais. De fato, das sete intendenências que foram objeto desta pesquisa, somente duas ficaram ao lado de Sodré: Vigia e Bragança. Elas tinham, como intendentess municipais, respectivamente, Manoel Felipe da Costa e o senador coronel José Caetano Pinheiro. , respectivamente. Em 1897, conforme argumenta Farias, a República já estava consolidada e as disputas que levaram à cisão do PRP, giravam em torno do controle político local e eram travadas pelas oligarquias que passaram a integrar o regime republicano (FARIAS, 2005).

Ainda em 1897, houve a extinção do PRD e os democratas, por efeito, afluíram para o que restou do PRP, desfalcado das lideranças que acompanharam a saída Sodré. Destarte, os eventos tornaram as disputas políticas no interior do Pará, ainda mais intensas. No mesmo ano, "O Pará" noticiava que a comissão executiva do PRD em Marapanim, havia ingressado nas fileiras do PRP. O jornal informou que dentre os recém convertidos republicanos do PRP, estavam: o major Manoel Gonçalves Freire; o tenente João Carlos da Assumpção; o alferes Herculino Bentes; o tenente coronel Fábio Alexandrino de Carvalho, o capitão Francisco Romão Garcia e os "[...] 91 honrados cidadãos vieram dar-nos sua voluntária adesão, e contribuir assim para a obra de Patriotismo que o Partido Republicano tomou aos seus ombros, em bem da prosperidade, da paz, ordem e tranquilidade da pátria" <sup>137</sup>. Porém, os adesistas ressaltavam que se comprometiam a apoiar o PRP e o governo do país, desde que o governo fosse civil, deixando de votar quando este fosse militar<sup>138</sup>.

Em Marapanim, a adesão de Herculino Bentes e outros que formavam a base democrata no município e participaram ativamente da "Revolta de 11 de Junho", deu-se após a saída do principal líder político local, o coronel Diniz H. F. Botelho, que continuou firme ao lado de Lauro Sodré. Apoio que vinha ocorrendo desde 1897, denotando que Diniz não devotava lealdade ao PRP ou ao PRF, mas sim a Sodré. Em reforço à proposição, o fato de que diante das insinuações de seu primo Gonçalo Ferreira, acerca de sua lealdade política,

---

<sup>137</sup> O Pará, 23/02/1898, p.1.

<sup>138</sup> Idem.

Diniz mencionou que: “[...] Nunca fui trãnsfuga em política, e tenho dado provas de minha firmeza, sempre o apoiei com toda lealdade a política republicana pela qual é governo o Sr. Dr. Lauro Sodré a quem votei minhas afeições desde o dia em que o conheci [...]”<sup>139</sup>. Apoio que certamente foi imprescindível, durante a visita de Sodré a Marapanim, por ocasião da campanha presidencial de 1897-1898<sup>140</sup>.

Em vista desse contexto, percebe-se que após o advento da República, na cena política interiorana, os atores permaneceram, em sua maioria, os mesmos; a diferença residia nos personagens que eram interpretados conforme o posicionamento exigido pelo partido no qual estavam abrigados, para melhor contemplar os próprios interesses. Assim, as lideranças do interior - que passaram a militar nas fileiras do PRP - tiveram condições de recuperar ou galgar posições na nova conjuntura política, o que terminou acontecendo. Algo semelhante já havia ocorrido, quando da reorganização do diretório do PRD, em outubro de 1891, após a "Revolta de 11 de Junho". À época, algumas destas lideranças teriam afirmado que “[...] um dia após o outro é a melhor obra da criação”<sup>141</sup>.

Os posicionamentos dúbios destas lideranças elevaram o termômetro político em Marapanim, em dois de março de 1898, durante as eleições à presidência da República, na qual se opunham Campos Salles - candidato oficial do Palácio do Catete - e Lauro Sodré, do PRF. Ao relatar o resultado final das eleições no município, o jornal “O Pará” informava que quando os republicanos do PRP realizavam "cheios de júbilo uma passeata em comemoração ao grande triunfo eleitoral que tiveram" “[...] foram assaltados por um tal Carlos, capanga do chefe político contrário, de espingarda armada, e disposto a dissolver a passeata, desfechou um tiro, que, felizmente, não produziu o desejado efeito, por ter a arma mantido fogo”<sup>142</sup>.

Em contrapartida, o jornal “Folha do Norte” justificava que “triunfo eleitoral” dos republicanos fora obtido por meio de uma “[...] rifa que o partido 'prudencista' pelo interior correu da patente de coronéis de brigada, - mercês honoríficas que inspirassem distinção e comando na sociedade-, demissão e nomeação de autoridades policiais e de professores [...]”. Como exemplo, o jornal mencionava o caso de Manoel dos Remédios, a quem foi prometido o cargo de professor de uma das escolas da vila de Matapyquara, mesmo sendo quase analfabeto. A "Folha do Norte" alude também que a euforia dos republicanos era despropositada, pois não condiziam com a realidade eleitoral de Marapanim, onde nas três

---

<sup>139</sup> Folha do Norte, 20/02/1896, p. 1.

<sup>140</sup> Folha do Norte, 21/02/1899, p. 1.

<sup>141</sup> O Democrata, 29/10/1891, p. 2.

<sup>142</sup> O Pará, 19/03/1898, p. 2.

urnas da 3ª seção eleitoral, Lauro Sodré obteve 305 votos; contra os 156 de Campos Salles. O citado resultado pouco influenciou na contagem geral dos votos, que por fim elegeram como presidente da República, o paulista Manoel Ferraz de Campos Salles.

Passado o período das eleições presidenciais, "Lauristas" e "Lemistas" tiveram de cumprir a difícil, porém imprescindível, tarefa de "organizar a casa". Ou seja, prepararem-se para ocupar os assentos no Congresso Estadual e nos Conselhos de Intendência, os quais se constituíam nas molas-mestras da máquina administrativa que foi implantada e aperfeiçoada por Campos Salles; a Política dos Governadores.

#### **1.4.1 “Espoliado dos meus direitos políticos pelo Congresso”:** a Política dos Governadores entra em cena nas eleições municipais de 1900.

Iniciada no governo de Prudente de Moraes (1894) e aperfeiçoada durante o de Campos Salles (1898-1902), a chamada Política dos Governadores - ou Política dos Estados, segundo Sá Pato, consistia em um acordo tácito, segundo o qual o presidente da República articulava-se com os líderes dos Estados e estes, por sua vez, com os mandatários dos municípios, visando garantir a estabilidade da conjuntura política nacional. Nesta perspectiva, Campos Salles negociava diretamente com os governadores, objetivando apoio no Congresso Nacional. Em troca, os governadores passavam a ter autonomia na tomada de decisões, sem a interferência do Palácio do Catete, na política estadual. Em meio a esse jogo de interesses, as alianças firmadas com os grupos dirigentes da capital eram cruciais para os intendentess manterem sua governança política nos municípios. Nesse sentido, os partidos republicanos regionais dominavam a política de seus Estados de "baixo para cima"; ou seja, eles estendiam sua influência desde as menores localidades, até as capitais, através de um sistema de alianças que vinculava as elites dos diversos rincões dos Estados, numa mesma organização.

Foi no bojo da "Política dos Governadores", que o senador Antônio Lemos passou a realizar articulações que lhe garantiriam, se não a totalidade, ao menos a maioria dos assentos no Congresso Estadual, nas eleições que se realizariam em 31 de outubro de 1899. A estratégia visava consolidar a hegemonia política de Antônio Lemos, no Estado do Pará; objetivo que para ser alcançado, dependia do apoio dos intendentess interioranos. Afinal, cabia aos Conselhos Municipais - sobre a administração direta dos intendentess - garantir a "máquina" eleitoral que sustentaria a realização dos pleitos que definiriam os ocupantes dos cargos federais, estaduais e municipais. O sistema assegurava de forma decisiva, a permanência das elites políticas de dada localidade, por um longo tempo. O processo

beneficiou até mesmo o senador Antônio Lemos, que esteve à frente dos assuntos políticos do Pará, até por volta de 1912.

Entre as atribuições inerentes aos Conselhos estavam: determinar os locais de votação; escolher os ocupantes das mesas responsáveis pela listagem com os nomes dos eleitores, assim como a redação da ata, onde deveria constar o resultado final obtido nos pleitos. Estas prerrogativas sempre foram alvo das críticas e denúncias da oposição, principalmente quando os seus correligionários eram excluídos da lista de eleitores e resultados das urnas eram desfavoráveis. O que demonstra que os métodos fraudulentos, como a “eleição a bico-de-pena”, foi uma constante na Primeira República brasileira.

Em decorrência, durante as eleições para o Congresso Estadual foram constantes denúncias feitas por meio da imprensa e levadas ao conhecimento do governador Paes de Carvalho. Numa delas, os militantes do PRF de Salinas reclamavam contra o: “[...] insólito procedimento que tiveram os que chefiam o partido do Dr. Justo Chermont, neste lugar, os quais, sem receio de punição ou criminalidade, empregam todos os meios que podiam lançar em prática para arredarem das mesas de qualificação de eleitores os mesários” “[...] que em sua maioria eram partidários de Sodré” “[...] apesar do *valioso prestígio* do intendente Manoel Pedro de Castro, que não está legalmente eleito [...]”<sup>143</sup>.

Entre os insólitos procedimentos denunciados, a composição da primeira secção eleitoral, onde serviam como mesários José da Silva Prits, Arnaldo Antônio Nunes, Joaquim Manoel Borges de Quadros e Antônio Pereira de Castro. Este último, além de coletor das rendas estaduais, era irmão do intendente de Salinas, o que contrariava as determinações eleitorais. Outra denúncia dava conta de que, contrariando a legislação, vários cidadãos sem a qualificação devida - posto que nem eram suplentes - tomaram parte dos trabalhos eleitorais, em uma mesa contígua àquela onde estavam os "Lauristas". Estes, por não possuírem o livro de alistamento geral dos eleitores, por onde se pudessem guiar e sem livros ou cadernos para lançarem as atas e a qualificação, coube apenas testemunhar e lavrar um protesto contra as irregularidades: “[...] o incabível, criminoso, e inqualificável procedimento dos homens do intendente Manoel Pedro de Castro que, sem critério e sem prestígio, quer continuar a governar este município malfadado [...]”<sup>144</sup>.

As denúncias foram consideradas pelo governador Paes de Carvalho, que tomou as devidas providências acerca do caso, ainda que elas não tenham sido postas em prática pelo intendente, por serem elas favoráveis ao PRF. Outra ação irregular de Manoel Pedro de Castro

---

<sup>143</sup> República, 29/04/1898, p. 1-2.

<sup>144</sup> Idem.

foi a mudança da secção eleitoral sediada em São João de Salinas, para um sítio fronteiriço à mesma povoação, pois a legislação eleitoral determinava que os locais de votação fossem em “[...] lugares mais acessíveis aos eleitores e não em lugares ermos, e pouco conhecidos dos eleitores, como este que o Sr. Manoel Pedro descobriu, com o fim talvez de conseguir a maioria”<sup>145</sup>.

Ante a essas movimentações de Lemos e dos intendentess que lhe davam apoio, Lauro Sodré e seus aliados da capital puseram-se a percorrer, mais uma vez, o interior do Estado, juntamente com as “influências políticas” das várias localidades onde possuía adeptos. Por exemplo, em maio de 1899, por ocasião da visita a Cametá, na região Tocantina, Lauro Sodré estava acompanhado, dentre outras personalidades, do coronel Diniz Botelho, um de seus sustentáculos políticos no Salgado.<sup>146</sup>

Mas, o que motivava Sodré a percorrer novamente as regiões interioranas acompanhado de uma comissão que reunião políticos de várias partes do estado?

A nova peregrinação de Sodré tinha em vista as eleições ao Congresso Paraense. A participação de lideranças políticas do interior do Estado respaldava a coesão e abrangência de seu grupo, para fazer frente à crescente hegemonia de Lemos, no Pará. A estratégia pode ser constatada na lista apresentada pelo PRF, com os nomes dos candidatos para o Congresso Estadual. Ao cargo de senador, dos três candidatos listados, um procedia do interior; nas candidaturas a deputado, dos dez nomes apresentados no primeiro distrito eleitoral, dois são de Cametá e os demais; dos municípios de Vigia e de Marapanim; ou seja, oriundos da região do Salgado,<sup>147</sup> que sediava onze, das cinquenta e três sedes dos Conselhos de Intendência do Pará<sup>148</sup>.

Ao término das eleições para o Congresso Estadual, PRP e PRF preconizavam suas respectivas vitórias nas urnas, em que pese às denúncias recíprocas, das ameaças e artimanhas de que teriam sido alvo. Em Marapanim, por exemplo, “O Pará” menciona que “por meio da livre manifestação do voto, saiu como era de se esperar vencedor, o popular Partido Republicano. O que se deu mesmo à revelia dos caprichos de certa “gentinha glycerista”, como eram chamados pejorativamente os membros do PRF, “que dispunham de dinheiro e capangas para forçar o eleitor de caráter libado a fazer o contrário”. O jornal do PRP encerrava a matérias, proclamando que: “Talvez fiquem agora convictos de que o povo marapaniense não é mais 'xerimbabo da onça pançuda’<sup>149</sup>”; ou seja, Diniz Botelho. Por sua

<sup>145</sup> República, 12/12/1899, p. 1.

<sup>146</sup> República, 31/05/1899, p.2.

<sup>147</sup> República, 14/10/1899, p.2. Diniz Botelho; de Marapanim e Casemiro José Ferreira; de Vigia.

<sup>148</sup> A República, 06/08/1893, p.1.

<sup>149</sup> O Pará, 23/11/1899, p. 3.



vez, “O Marapaniense”, de propriedade do obeso coronel, estampava em suas páginas a nota “Triunfo sobre triunfo”, exaltando a supremacia eleitoral do PRF:

Ficou mais uma vez evidenciada, e de um modo supinamente memorável, a supremacia do partido republicano federal deste município, que – apesar das tramoias indecentes e das fraudes vergonhosíssimas empregadas pelo nosso intendente municipal, em favor do partido para o qual se vendeu pela miserabilidade d’uma patente da guarda nacional – venceu o adversário por uma grande maioria de votos<sup>150</sup>.

Segundo “O Marapaniense”, ao festejar a vitória dos federalistas- por 145 votos - o povo exclamava “viva o Partido Republicano Federal”, “viva o ilustre chef. Dr. Lauro Sodré” e “viva o Povo Marapaniense”. Contudo, os "vivas" não tiveram a sonância correspondida, no cômputo geral dos votos, pois em todo o primeiro e o segundo distrito eleitoral, a maioria dos candidatos do PRF não conseguiu se eleger ao Congresso Estadual, inclusive o coronel Diniz Botelho, que buscava sua reeleição. O fracasso dos "Lauristas" se deveu, além de outros fatores, do enfraquecimento de suas bases eleitorais, bastante debilitadas pela permanência no PRP, de aliados tradicionais, como o intendente de Marapanim, Francisco Pinto das Neves.

A partir da vitória eleitoral majoritária da política "Lemista" e por efeito, do PRP, no Congresso Estadual, Antônio Lemos lançou sem grandes preocupações, seus candidatos aos Conselhos de Intendência do interior, nas eleições marcadas para 22 de junho de 1900. Em paralelo, ao se fortalecer no Parlamento Estadual, Lemos pode aplicar a “degola”, que consistia em evitar a posse dos candidatos "indesejáveis" - em geral, da oposição - que conseguiam se eleger, mas eram impugnados sob a alegação de fraudes ou irregularidades burocráticas. Ressalte-se que para os candidatos serem considerados "legalmente" eleitos, eles precisavam ter o cômputo de seus votos reconhecidos em várias instâncias, dependendo do cargo pretendido. Somente após estes procedimentos, as Comissões Verificadoras de Poderes (CVP) dos municípios, compostos por vogais atrelados aos partidos locais, davam consecução à diplomação oficial. Os Conselhos das Intendências Municipais também possuíam ingerência nesses assuntos, em especial quando as questões envolviam cargos de intendente. Na resolução de questões políticas com maior nível de complexidade política recorria-se, em última instância, ao Congresso estadual. Segundo o governador Paes de Carvalho, o Congresso seria um “[...] poder estranho e superior [...] isento das lutas locais e mais submisso às críticas e reclamos da opinião pública”. Portanto, o órgão legislativo se tornava “tribunal político”, com a prerrogativa de dar a palavra final acerca das contendas políticas.

---

<sup>150</sup>República, 07/11/1899, p. 3.

Conforme análise de Cunha, “Essa reserva de Paes de Carvalho indica o quanto era suscetível o seu argumento, no que diz respeito à isenção do Congresso, pois o mesmo estava em sintonia com as disputas dentro dos municípios, as quais obviamente [...]” “[...] reproduziam-se nessa casa”. Destarte, os líderes locais ficavam dependentes dos grandes chefes políticos, para solucionar questões internas e manter-se no poder, ainda que o discurso oficial do Congresso sobre tais prerrogativas, não explicitasse esta subordinação.<sup>151</sup>

A análise das atas das sessões realizadas na Câmara do Senado estadual, de 1901, revela que o pleito municipal de 1900 suscitou vários debates em torno das deliberações dos Conselhos Municipais. Na ocasião, estes órgãos emitiram pareceres que inviabilizavam a posse de candidatos patrocinados pelo executivo estadual, contrariando assim as aspirações políticas do PRP.

Tentando reverter uma situação adversa ao PRP, na sessão ordinária realizada em nove de fevereiro de 1901 e presidida por Antônio Lemos, foi apresentado requerimento do coronel Antônio Pedro da Silva Pereira, solicitando juntar diversos documentos aos autos do recurso interposto pelo capitão Joaquim Z. da Silva e outros, contra a decisão do Conselho Municipal de Bragança, sob a chefia do intendente José C. Pinheiro, que anulou a eleição procedida em 22 de junho de 1900<sup>152</sup>. O requerimento foi aceito e na sessão do dia 14, decidiu-se pela anulação das determinações do Conselho de Bragança que impediam o requerente de assumir a intendência municipal<sup>153</sup>.

Ainda na sessão de nove de fevereiro foi apresentado o projeto de lei número 33, do senador Antônio Pedro Simões, no qual propõe a nulidade do parecer emitido pela CVP de Marapanim presidida pelo vogal Calandrino Henrique Ferreira, ao reconhecer seu irmão, o coronel Diniz Botelho, como intendente da localidade. O mesmo projeto solicitava também a anulação do reconhecimento como os vogais do Conselho de Marapanim, de Albino Ignácio Alves e de Romano José J. Lisboa. Projeto que depois de atendido se transformou na lei nº 779, de 05 de março de 1901, determinando o afastamento de Diniz Botelho e dos vogais que atuavam no CPV e estavam filiados ao PRF. Em decorrência, Herculino Antônio Bentes

---

<sup>151</sup> PARÁ, Governador do Estado (Paes de Carvalho). Mensagem Dirigida ao Congresso do Estado em 7 de abril de 1899. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1899, pp. 4-5.

<sup>152</sup> Acta da 5ª sessão Ordinária realizada em 9 de fevereiro de 1901. Livro de atas da Câmara do Senado do Estado do Pará, 1897-1901. Fundo legislativo. Série atas. Encadernado: 29. Nessa sessão também é pedida a anulação da eleição de Curralinho.

<sup>153</sup> Acta da 9ª sessão Ordinária realizada em 14 de fevereiro de 1901. Livro de atas da Câmara do Senado do Estado do Pará, 1897-1901. Fundo legislativo. Série atas. Encadernado: 29. Na mesma sessão foi declarado nulo o reconhecimento de Manoel Felipe dos Santos, como intendente do município de Vigia. O que possibilitou Francisco de Moura Palha assumir o mesmo cargo.

assumiu a Intendência; sendo nomeados como vogais da Intendência de Marapanim, Fábio Alexandrino de Carvalho e Manoel M. de Souza.<sup>154</sup>

O coronel Diniz Botelho, ao saber que foi “[...] espoliado de seus direitos políticos pelo Congresso a favor de Herculino Bentes, [...]”, envia ao Conselho de Intendência de Marapanim protesto datado de 16 de março, no qual considerou ilegal a decisão que o afastava do cargo de intendente. Botelho avaliava que: “[...] somente ao conselho municipal compete fazer a apuração das eleições de seus membros e do intendente e julgar a validade delas (Const. Estadual, art.59 § 5). E concluía, “[...] Considerando, finalmente, que essa disposição do Intendente e Vogais reconhecidos - refere-se a Bentes e aos vogais empossados pelo Congresso - é um atentado contra a autonomia dos Municípios, as Constituições Federal e Estadual”.<sup>155</sup>

O protesto do coronel Botelho ganhou coro. Mesmo reconhecidos pelo Congresso, Bentes e os demais envolvidos na querela tiveram de enfrentar ferrenha oposição do Conselho de Intendência local, que insistia em não reconhecer a decisão. Segundo a interpretação de Calandrino Ferreira, o Congresso estadual estaria anulando os poderes da Lei Orgânica do município, mesmo não havendo irregularidades em seu parecer e que, portanto, continuava negando a posse daqueles. Os protestos não impediram os emposses, que vieram a ocorrer no Paço Municipal, em 19 de março de 1901, sob a presidência de Jerônimo G. da Silva, vogal menos votado da turma que cujo mandato expirara em 15 de novembro de 1900 e não por Calandrino, como previsto na Lei Orgânica do município<sup>156</sup>.

Todavia, as interferências dos parlamentares "Lemistas" nos assuntos municipais, por vezes se tornava tarefa delicada, quando a questão processual envolvia candidatos ligados à base do PRP. Situações que poderiam vir a fragilizar as tênues alianças políticas<sup>157</sup>, como a verificada em Cintra - atualmente, município de Maracanã - onde dois potentados locais, apesar de pretenderem as graças do governo estadual, hostilizavam-se pelo controle da política local. Tais circunstâncias resultaram no lançamento de candidatos distintos à Intendência municipal. Não bastasse, os litigantes formaram “[...] mesas suas para as eleições

---

<sup>154</sup>Folha do Norte, 06/04/1901, p. 2.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> República 06/10/1900, p. 1. Essa propensão em desfazer as relações políticas, quando uma das partes deixa de oferecer o apoio devido, é bem visível, na inclinação do intendente de Salinas, Manoel P. de Castro, que ameaçou deixar o grupo lemista na eleição de Montenegro, para seguir Chermont, que sai candidato pelo PRF.

e assim votarem os seus eleitores”.<sup>158</sup> Porquanto, os candidatos das facções rivais acabaram sendo "eleitos" por seus respectivos "currais eleitorais" e ambos passaram "a arvorar para si o título de intendente."<sup>159</sup> O impasse levou o Conselho de Cintra, no segundo semestre de 1901, a fazer representação contrária ao pleito eleitoral, junto ao Congresso paraense.<sup>160</sup> A iniciativa foi endossada por um abaixo assinado, remetido por eleitores da localidade.<sup>161</sup> A resolução da questão demandou bastante tempo e "jogo de cintura", para não golpear as suscetibilidades das partes envolvidas; que como observou Margarida de Souza Neves (NEVES. 2006, p: 33), eram elementos fundamentais no equilíbrio político complexo e frágil da primeira República, estabelecido a partir do intrincado quebra-cabeça denominado “Política dos Governadores”.

#### **1.4.2 “Assim é que se (re)elege um governador”: a aliança Lemos - Montenegro e a atuação dos intendentess no Congresso Político de 1903**

O apoio proporcionado por Lemos aos intendentess municipais paraenses, através do Congresso estadual, deve ser entendido como uma forma de recompensá-los pela formação da base que possibilitou ao PRP lançar e ser vitorioso, em 1900, na candidatura de Augusto Montenegro, ao cargo de governador do Pará. A partir da estratégia de alianças, firmada com os governantes interioranos, Antonio Lemos projetou seu poder político, para além das fronteiras da Intendência de Belém (SARGES, 2010, p. 63.). O velho caudilho<sup>162</sup> da política "paroaara"<sup>163</sup> guardava na algibeira planos políticos ainda mais ousados. Nestes, o aval dos intendentess interioranos seria tão importante, quanto às manobras políticas de 1897, que permitiram a quebra da hegemonia dos republicanos históricos, no governo estadual.

Foi sob essa perspectiva que Antônio Lemos promoveu um dos momentos de maior vitalidade de sua política: o Congresso dos Intendentess e Chefes Políticos do PRP, realizado na capital paraense, em 15 de agosto de 1903. O dia escolhido, o “15 de agosto”, possui simbolismo especial, posto que assinala a adesão do Pará à Independência do Brasil. Nesta

---

<sup>158</sup> República, 07/11/ 1900, p.1. Um foi o cidadão Bertholdo João Climaco da Costa, e o outro foi Cesário José Corrêa; sendo este ligado ao grupo do coronel Vicente Ferreira, e aquele outro ao do deputado estadual coronel Cantídio Guimarães. Ficando, por vez, Costa, na presidência do Conselho Municipal,

<sup>159</sup> Idem

<sup>160</sup> Acta da 24ª sessão Ordinária realizada em 10 de setembro de 1901. Livro de atas da Câmara do Senado do Estado do Pará, 1897-1901. Fundo legislativo. Série atas. Encadernado: 29.

<sup>161</sup> Acta da 38ª sessão Ordinária realizada em 30 de setembro de 1901. Livro de atas da Câmara do Senado do Estado do Pará, 1897-1901. Fundo legislativo. Série atas. Encadernado: 29.

<sup>162</sup> O termo “Caudilho”, refere-se a capacidade de articulação política desempenhada por Antônio Lemos, e não aos caudilhos próprios do Sul do Brasil, e mormente da América espanhola, cujos métodos políticos pauteavam-se por meio das Forças Armadas, em especial pelo Exército.

<sup>163</sup> Paroaara, termo usado para designar o natural ou habitante, ou algo específico do estado do Pará.

data de significância histórica, as lideranças e os governantes do interior paraense - sendo bons negociantes políticos - indicaram com as suas presenças, a consolidação do "Lemismo", por todo o território paraense.

À falta de críticas mais consistentes, as farpas - jocosas - lançadas pela oposição denominaram o congresso de "O Quinze de Agosto na Roça", em alusão à sede do evento. O Bosque Municipal, segundo a "Folha do Norte", teria sido a opção mais acertada, pois evitaria que os convidados ficassem "nostálgicos de seus respectivos torrões natais". Ainda conforme o jornal "Laurista", caso os "intendentes matutos" ficassem concentrados na área urbana de Belém, os organizadores "afastá-los-iam muito dos lugares" a que estariam habituados, causando desconforto aos convivas de Lemos: "[...] fizeram muito bem em não os convidar para o palácio. Aquilo é gente que só se sente bem assim, num bosque, no meio do mato, porque lembra o roçado de mandioca, o melancial.<sup>164</sup>[...]"

Em sua edição de 14 de agosto, a "Folha do Norte" ainda insistia nas críticas aos "intendentes matutos". Na ótica da oposição, personificada no referido jornal, as lideranças do interior seriam completamente despreparados ao exercício de cargos políticos e se ocupavam as intendências municipais, era em função do uso da força e da violência. A versão dos "Lauristas" reafirmava "faltar-lhes liberdade e preparo para participarem das discussões que a situação exigia". Esses homens, indagava o periódico, possuiriam o "preciso cultivo intelectual" e estariam em "condições de compreender a importância e responsabilidade da missão" que iriam desempenhar?<sup>165</sup>

Como era de se esperar, a imprensa oposicionista pôs-se a especular largamente sobre os reais motivos desse evento de caráter político, reunindo vários elementos; não só da vida política, mas de toda a sociedade paraense. Entre os supostos intentos, a revisão da Constituição estadual de 1891; em especial o artigo que concedia exclusividade aos cidadãos nascidos no Pará, o direito de disputar e ocupar o cargo de governador do Estado. Caso isso viesse a ocorrer, seria permitido ao maranhense Antonio Lemos pleitear o mais alto cargo da política paraense (SARGES, op. Cit.). A hipótese foi refutada pelo Velho Intendente, por meio do "A Província do Pará". Lemos esclareceu no jornal, que a reunião tinha como motivação angariar o apoio das lideranças políticas do PRP, visando à reforma da "Carta Magna" estadual, sim; mas especificamente o dispositivo que excluía a possibilidade de reeleição de Montenegro, ao cargo de governador (CARVALHO, 1904, p. 9-10).

---

<sup>164</sup> Folha do Norte, 10/08/1903, p. 1.

<sup>165</sup> Folha do Norte, 14/08/1903, p. 1.

O grande dia chegou. Lá estava no portão principal do Bosque Rodrigues Alves, o anfitrião disposto a receber seus convivas, que chegavam dos mais distantes lugares do interior do estado. Congratulações que lhe eram habituais, pois cabia a ele, ainda como secretário do PRP, recepcionar os intendentess interioranos quando de suas passagens pela capital paraense. Ocasões noticiadas nas colunas do “A República” e “A Província do Pará”. Pequenos mimos que ao propor notoriedade aos visitantes, conquistavam suas simpatias. Do Salgado, os intendentess compareceram quase em massa, com exceção dos representantes de Cintra.<sup>166</sup> Por sua vez, as lideranças interioranas tiveram a oportunidade de retribuir os favores prestados por Lemos, via Congresso estadual e relacionados ao pleito eleitoral de 1900. Excluído o da localidade de Vigia, todos os outros intendentess obtiveram seus mandatos, em grande parte definidos nos bastidores do parlamento paraense; durante as reuniões no gabinete do "Palácio Azul" ou em meio à oficina tipográfica do jornal “A Província do Pará”.

Nos eventos preliminares para definir a pauta de discussões e propostas do Congresso, o intendente de Cameté, José Heitor de Mendonça, sugeriu: “[...] a exclusão do dispositivo constitucional referente à obrigatoriedade da naturalidade paraense para os candidatos a chefes do Estado”; proposição afiançada por unanimidade. O intuito da sugestão era o de agradar Antônio Lemos, pois era consensual - entre "Lauristas" e "Lemistas" - a ideia de que sua “[...] grande aspiração política fosse concorrer ao Governo do Estado (SARGES, 2002, p. 65-66). Lemos refutou a sugestão e ante a insistência do proponente, ameaçou dissolver o Congresso, caso a proposição fosse levada à discussão na plenária do evento. O intendente reiterou que o escopo do evento, seria a continuidade do governo Augusto Montenegro - ou da aliança "Lemos-Montenegro", o que, de acordo com Nazaré Sarges, causou surpresa tanto nos convivas quanto na oposição (IDEM). Ainda quanto ao episódio, Sarges comenta que o chefe político pensava que “[...] O alargamento por meio da reeleição do período governamental, tão curto para os bons governos, era necessário “[...] a continuação de uma ‘administração exemplar’, como a do Dr. Montenegro”. Pretendendo resolver o problema, Lemos propunha uma emenda que viesse permitir a reeleição para o executivo estadual. A proposta aprovada pelos membros do PRP e sancionada no Congresso estadual, garantiu a candidatura e a reeleição de Augusto Montenegro.

---

<sup>166</sup> CARVALHO, (1904) Como representante de Vigia, estava o intendente tenente-coronel Antônio José do Carmo Barriga; de São Caetano veio o intendente coronel João Rodrigues dos Santos, representando a cidade de Curuçá estava o coronel Manoel Jerônimo Ferreira Guimarães; intendente municipal. A cidade de Marapanim teve dois representantes, um foi intendente municipal tenente coronel Herculino Antônio Bentes, e Francelino Galdino Gomes, que representou o coronel João Duarte Alves, presidente da comissão municipal. De Salinas e Bragança vieram: coronel Manoel Pedro de Castro, coronel Antônio Pereira Guimarães; intendentess municipais dos respectivos municípios.

O posicionamento dos políticos interioranos para com Lemos significaria que eles eram realmente "*matutos*, sem trato algum com a coisa pública" e diziam sim a "tudo", como asseverou a "Folha do Norte"?

Com base na pesquisa e estudos realizados, pode-se dizer que a "submissão" referida no jornal "Laurista", em certa medida consistia numa encenação política, cujo grau de interpretação variava conforme os benefícios que os supostos "matutos" logravam obter em Belém, para alavancar e ampliar seu capital político, junto ao eleitorado. Ademais, em razão do baixo nível econômico reinante à época, as lideranças do interior há muito estavam cientes de que os "processos eleitorais" requerem o fornecimento de bens e serviços à população. Esse atendimento extrapola os períodos eleitorais, o que implica em custos financeiros quase que permanentes. Isso porque, como assinala a obra de Sá Pinto, num quadro concorrencial, os líderes partidários do interior tendem a assegurar seu poder - evidenciado nas eleições - mediante um fluxo de recompensas, num sentido bastante amplo. Eventualmente, as lideranças interioranas e as esferas políticas estadual/federal firmam acordos que delimitam as condições a que se subordinam ambas as partes, enquanto houver interesses recíprocos.

Por sua vez, Nunes Leal afirma que as recompensas aferidas pelos líderes do interior, de certa forma os mantinham "quietos", ante as intervenções dos escalões superiores em seus assuntos de política interna; quando a brisa autonomista inicial da República, já havia deixado de soprar. Exemplo disso, as intervenções do Congresso Estadual, nos pleitos eleitorais dos municípios (LEAL, 1997, p. 70). Logo, os políticos interioranos não eram apáticos em relação ao trato dos assuntos públicos. Na fase de transição do regime, eles se mostraram verdadeiros camaleões, capazes de se adaptar às novas circunstâncias políticas. Na falta do apoio que antes usufruíam, eles buscaram meios alternativos, para se manterem atuantes no novo cenário político. O coronel Francisco de Moura Palha, por exemplo, expoente do Partido Liberal à época da monarquia, não hesitou em aderir aos republicanos. Ao garantir sua "sobrevivência política", Moura Palha integrou o Congresso Constituinte do Pará; na condição de senador estadual do PRP; sigla na qual permaneceu, mesmo após a cisão do partido, em 1897.

Possivelmente a ausência dos representantes de Cintra, no Congresso dos Intendentes e Chefes Políticos do PRP, foi determinada pela hesitação de Lemos, em mitigar o descontentamento entre os membros de sua base política, dividida em facções opostas, sendo que, cada qual esperava uma decisão que lhes fosse favorável<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> Acta da 3ª sessão Ordinária realizada em 11 de setembro de 1903. Livro de atas da Câmara do Senado do Estado do Pará, 1903. Fundo legislativo. Série atas. Encadernado: 30.

A vivacidade dos intendentos interioranos se evidencia ainda no usufruto das benesses decorrentes do Congresso promovido por Lemos. Além, é claro, de demonstrar à imprensa detratora sua importância política, nesse episódio. Nesse sentido, após o término do evento, os intendentos vindos do interior, ficaram "matutando" uma maneira de comemorá-lo. Entre as muitas ideias surgidas estava a da colocação de uma placa na placa com seus nomes, afixada numa coluna que viria a ser construída na clareira do Bosque.<sup>168</sup> Projeto que foi logo suprimido, por um monumento mais evocativo e notório.

Visando a "[...] perpetuação do Congresso Político de 1903", vários projetos foram inscritos. Contudo, a comissão julgadora elegeu o monumento arquitetônico elaborado pelo professor Maurice Blaise, que lecionava na Escola Normal. Que, segundo o parecer da Comissão julgadora, era o que melhor cumpria a função de perpetuação do congresso político de 1903. Conforme a descrição publicada no jornal "A Província do Pará", o monumento possui:

[...] fachada simples contra o qual se apoiam dois grupos de duas colunas jônicas, coroadas pelos respectivos entablamentos. No intercolúnio central, há um grupo de bronze representando a História, registrando, sob a égide da Paz, as bases da reforma constitucional do Estado. A data do Congresso acha-se inscrita n'um cartouche ou placa de mármore ornamentada n'um rochedo, de sob o qual jorra uma torrente; o grupo de bronze é sobrepujado pelas Armas do Pará, de pedras esmaltadas. Enfim, para coroar a parte central, dando-lhe um aspecto vigoroso, vê-se a águia das armas paraenses executadas em bronze<sup>169</sup>.

Em meio as alegorias da parte frontal, estão o busto do senador e intendente municipal de Belém, Antônio José de Lemos, promotor do evento e a efígie, também forjada em bronze, de Augusto Montenegro, então governador do Estado (Figura: 2). Na parte inversa do monumento, complementando o conjunto alegórico, como que dando sustentação na retaguarda dos acontecimentos, a placa de mármore na qual estão os nomes dos intendentos e demais participantes do banquete que marcou o apogeu do "Lemismo", no Pará (Figura: 3). Segundo Cunha, foram essas características, tão peculiares do monumento, isto é, da representação de Lemos e Montenegro, assim como dos intendentos interioranos, posta de maneira harmônica, que levou a escolha do projeto de Blaise a ser escolhido entre os demais. Afinal, esse professor normalista conhecia os meandros da política paraense naquele momento.

---

<sup>168</sup> A Província do Pará, 25/10/1903, p. 2.

<sup>169</sup> A Província do Pará, 23/04/1905, p. 1.



Figura 2 - Detalhe da parte frontal do Monumento ao Congresso dos intendentes e chefes políticos do Partido Republicano Paraense de 1903. Destaque aos bustos dos mentores do referido evento: Lemos e Montenegro, e das alegorias da História e da Paz- Belém-Pará.



Tiago Barros Ferreira. Agosto de 2014.

Figura 3 - Detalhe da parte detrás do Monumento ao Congresso dos intendentes e chefes políticos do Partido Republicano Paraense de 1903. Destaque aos nomes dos participantes do referido evento dentre os quais figuram os de representantes do Salgado- Belém-Pará.



Tiago Barros Ferreira. Agosto de 2014.

Ao terem seus nomes inscritos no monumento, os intendentes deram mostras de que não eram nada ignorantes em matéria de política e souberam aproveitar as oportunidades que a conjuntura republicana ofereceu.

A postura política pragmática destes políticos, somente mimetizou as ações de Lauro Sodré e outros republicanos históricos, nos primórdios do regime que substituiu a monarquia. Afinal, Sodré permitiu que seus confrades do "Club Republicano Paraense" sustentassem a eleição de juiz de paz monarquista, nas eleições de 1886, para legitimar os votos recebidos para ocupar o cargo de vereador e ser considerado "legalmente" eleito. Ou seja, a República se corrompeu bem antes de "15 de Novembro de 1889" e do início do processo de "adesismo" dos políticos monarquistas.

Intui-se, que os episódios testemunhados por Sodré o levaram a reconhecer que aspiração dele de implantar um regime político casto, tornou-se uma República de fancaria, tal como acontecia no regime monárquico (CARVALHO (2008), p. 100). Uma República de comerciantes da qual o próprio Sodré foi um dos primeiros mercadores. Tal reflexão de certa forma corrobora a nota introdutória desta dissertação, ao mencionar que a política havia deixado de ser um bem comum para ser um negócio lucrativo.

Mas, quem eram esses políticos, hábeis profissionais da República de fancaria? De onde vinham as bases políticas que lhes permitia barganhar parcelas de poder?

## 2 INICIADOS E/OU APRENDIZES? A ELITE POLÍTICA DO SALGADO E SUAS RELAÇÕES NA VIDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

O que me diz, o meu digno amigo das coisas de nossa terra? O que me diz acerca dessa aura de esperança que agita as cabeças brancas dos fiéis, caducos cavalheiros andantes da restauração?

A história tem também seus absurdos; talvez tenhamos que lhe fornecer mais um. Confesso-vos que a coisa será interessante, e- porque não levar ao extremo a confissão?- asseguro-vos que intensa curiosidade dá-me alguma vontade de que absurdo se realize. Tenho saudades daquela minoria ativa anterior ao 15 de novembro... há tantos republicanos hoje [...] (FLORES, 2013, p. 47).

Este capítulo objetiva abordar a vivência de agentes públicos que se destacaram no jogo político do Salgado durante as duas primeiras décadas do regime republicano no Brasil. Como visto no capítulo anterior, uma vez que muitos políticos militaram nos partidos monárquicos e continuaram a figurar no novo cenário político após 15 de novembro de 1889, seguramente são esses os elementos a que se refere o trecho do excerto: “[...] há tantos republicanos hoje [...]”, extraído de uma correspondência encontrada no arquivo do republicano Euclides da Cunha, e que lhe causava espanto e nostalgia, pelas lembranças de uma da época em que os republicanos eram poucos, porém árdus defensores e propagadores de seus ideais políticos, ao menos teoricamente. Essa deve ter sido também a visão de muitos atores sociais acerca daqueles que se converteram ao republicanismo, os chamados republicanos de “undécima hora” ou de “16 de novembro” (FLORES, 2013, p. 54-55).

Desse modo, pretende-se discorrer sobre a origem das conexões que possibilitaram a esses “iniciados no jogo político” dividir a cena com os “aprendizes”, ou seja, com os novos partidaristas surgidos após o golpe de Estado de 1889 – se estes últimos de fato o fossem. Isso porque, como alerta Viscardi (2012, p. 15), ao analisar a elite política de Minas Gerais durante a República Velha: “[...] os fatores de continuidade sobrepujaram os fatores de mudança, e o que seria uma refundação tornou-se uma recomposição de elites, pelo alto. A República foi, em grande medida, um novo rótulo para uma velha garrafa”. Quer dizer, os sujeitos políticos além de aperfeiçoar as técnicas existentes, tiveram que desenvolver novas, de modo a poderem atuar na vida política instaurada com a República. A partir da postura, sejam iniciados ou aprendizes, busca-se perceber como as relações ente si e com os chefes da capital influenciavam nas tramas costuradas no jogo político nesse período.

Esses agentes foram selecionados levando-se em consideração o fato de terem assumido posicionamentos diversos em diferentes momentos da política nacional, e seus reflexos no cenário paraense. Como em 1889, ano da instauração da República, e em 1897, quando houve a

cisão do PRP. A partir desses marcos, optou-se por enfatizar os indivíduos que ocuparam os cargos de intendente, de vogal, bem como dos congressistas que fizeram do Salgado o cenário da sua atuação política no período considerado na pesquisa, além de seus posicionamentos na cisão 1897. No caso dos Lemistas, o predicativo era ter participado do Congresso Político de 1903, na qualidade de intendente ou chefe político. Há apenas uma única cuja exceção deve-se apenas ao fato e ter se destacado como articulista, pois, mesmo tendo sido candidato durante a Monarquia e também no início da República, não chegou a ocupar um cargo político eletivo.

Essas ações podem embasar novas reflexões sobre o fenômeno político conhecido na historiografia brasileira como “coronelismo”, visto que se percebem peculiaridades intrínsecas e características comuns entre os sujeitos que dominaram a vida política do Salgado paraense em comparação ao Nordeste brasileiro, foco dos estudos sobre este tema. Como forma de ilustrar as distinções inerentes à região, focaremos a análise na trajetória política do coronel Diniz Botelho, que mesmo afastado oficialmente da intendência de Marapanim após 1897, exercia forte influência na política local, para o que deve ter contribuído as relações de lealdade pessoal de sua clientela, que de alguma forma era contemplada com benefícios.

Essa perspectiva certamente se fará a partir de um estudo prosopográfico, algo que permite traçar e analisar o perfil desses sujeitos detentores do poder político. De acordo com Isabelle Rousseau (ROUSSEAU, 1990, p. 237-247), o método prosopográfico consiste na produção de biografias coletivas a partir de uma coleção de indivíduos que compartilham algo em comum, levando-se em conta um determinado número de circunstâncias observáveis, com ênfase particular nos nexos pessoais, nas alianças familiares, nas clientelas e nas lealdades.

Esse método de estudo que reúne informações das trajetórias de alguns sujeitos, que em determinados momentos dominaram ou pretenderam dominar “currais eleitorais” é bastante usado nos estudos acadêmicos que abordam o aspecto político-partidário. As potencialidades do método prosopográfico são sublinhadas por diversos autores que vêm utilizando este recurso com frequência em trabalhos comprometidos com a renovação de determinados paradigmas acerca da Primeira República<sup>170</sup>.

Porém, antes de adentrar nessa temática acerca das “raposas e leões” da política, devem-se esclarecer os conceitos que definem os rumos deste capítulo. Além do conceito de “Cultura política”, aprofundado no capítulo anterior, utiliza-se o de “elite política”, empreendido por Norberto Bobbio (2010, p. 385). Segundo esse autor, tal conceito surgido no final do século XIX, já suscitou inúmeros trabalhos, das mais variadas origens, a partir de

---

<sup>170</sup> A esse respeito, ver Viscardi (2001, p. 2). Destaca-se ainda o estudo de Surama Pinto (2011), que analisou a trajetória política de alguns políticos que atuaram na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.

trilogia clássica *Elementi di scienza politica*, de Gaetano Mosca (1896), *Sociologia dos partidos políticos*, de Robert Michels (1910) e *Tratado de Sociologia generale*, de Vilfredo Pareto (1916). Apesar de cada um desses autores guardarem determinadas nuances que distinguem as suas formulações teóricas sobre o elitismo, todos convergem para o ponto de que “[...] em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada [...]” (BOBBIO, 2010, p. 385).

Bobbio destaca que entre as formas de poder estratégica e socialmente mais importantes estão os poderes econômico, ideológico e político. Qualquer uma ou todas reunidas confere aos governantes a prerrogativa de cumprir todas as suas funções públicas, monopolizar o poder e gozar das vantagens a elas anexadas. Enquanto os governados, isto é, a fração social mais numerosa é dirigida e regulada por aquela, de modo mais ou menos legal ou mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político. Gaetano Mosca (1896), o primeiro grande teórico da teoria das elites, segundo Norberto Bobbio, não se limitou a enunciar o princípio segundo o qual existe em toda sociedade uma classe política composta por um número restrito de pessoas, mas procurou igualmente explicar o fenômeno, insistindo sobre a observação de que a classe política encontra sua própria força por ser organizada (MOSCA, 1896).

Reunir dados sobre os indivíduos que formavam a elite política do Salgado não foi uma tarefa fácil. Na maioria das localidades os registros de suas vivências políticas foram extraviados ao longo do tempo, devido à má conservação dos arquivos, infestação de insetos que provocaram a deterioração dos documentos. Porém, as mais significativas devem-se à incompetência daqueles que seriam os responsáveis pela manutenção e conservação desse acervo, que o lançaram ao fogo ou às águas dos rios como “papel velho, que não tinha mais utilidade”. Só para citar uma das muitas expressões ouvidas durante as visitas realizadas às Câmaras e Prefeituras Municipais, que dispõem de poucas (ou nenhuma) fontes documentais referentes ao período analisado.

Diante da precariedade dos arquivos desses órgãos públicos e na tentativa de viabilizar o estudo prosopográfico, submetem a análises pequenas, mas importantes biografias feitas por historiadores locais, algumas inclusive contendo imagens dos políticos analisados. Porém, salienta-se que estes citam os acontecimentos de forma narrativa, restringindo-se a um discurso laudatório. Entretanto, não foram encontrados estudos preliminares de todos os personagens, motivo pelo qual recorreremos aos registros cartoriais, mais especificamente aos livros de óbitos.

A partir dos obituários, que também são falhos, pode-se verificar a idade de alguns indivíduos, de modo a identificar a geração que pertenciam, ou seja, antes da instauração da República.

No que concerne às informações sobre o desempenho na vida pública de todos esses sujeitos, inclusive de alguns deles pouco ou nada foi encontrado nos seus locais de atuação, sobretudo antes do golpe de Estado de 1889, visto que se pretende analisar também suas trajetórias e atuação no meio político-social local antes desse fato histórico. Neste aspecto, os jornais da época se mostraram de grande valia, de modo que os registros contidos em matérias jornalísticas se tornaram as principais fontes de dados utilizadas, revelando mais uma vez a sua grande contribuição para esta pesquisa histórica.

Essa gama de informações ajuda a identificar as características desses quatorze sujeitos que ocuparam os principais cargos de mando nessas localidades. Como já mencionado, entende-se que a arena política se manteve quase inalterada, ao menos nas cidades do interior, nos primeiros anos do regime republicano. Perceber a origem do poder desses senhores, que na maioria das vezes ostentavam patentes honoríficas da Guarda Nacional, é importante para se compreender o jogo político no Salgado paraense, com reflexo da conjuntura política dos grandes centros.

## 2.1 ELITE POLÍTICA: um breve apanhado histórico

Iniciar uma longa discursão acerca da literatura que trata sobre a formulação da teoria das elites não é o objetivo principal deste estudo, haja vista que este tema já foi discutido com propriedade por cientistas políticos, sociólogos, haja vista o volume considerável de textos produzidos a partir dos estudos preliminares da tríade Mosca (1896), Pareto (1916) e Michels (1910). Todavia, entende-se que é fundamental, ainda que de forma sucinta, situar o contexto intelectual em que este conceito foi gestado, assim como destacar o seu uso nas obras de alguns historiadores brasileiros que norteiam esta análise histórica.

As diferenças acentuadas entre as versões originais do modelo liberal pensado por John Locke no século XVII, e o democrático, na sua forma grega, constituíram as bases de um encontro tenso. Até meados do século XIX, democracia e liberalismo eram noções políticas antagônicas. Pouco a pouco, mediados pelo princípio representativo, acomodaram-se na fórmula da democracia liberal que hoje organiza boa parte da vida política do mundo, sobretudo no ocidente. Foi em meio a esse arranjo, que no final desse mesmo século nasceu a teoria das elites, ou seja, num contexto social e intelectual de intensas transformações

marcadas pela emergência do debate em torno das problemáticas do sufrágio universal, da igualdade, da democracia, da soberania popular, da representação política e do socialismo (HOLLANDA, 2011, p. 9). Ainda que alguns autores questionem o ritmo de tais mudanças, a suposta fragilidade da antiga ordem – destacando a acentuada capacidade de resistência do antigo regime – não deixam de negar, nesse movimento de confronto, a conformação de novos atores sociais e a saída de antigos. As primeiras formulações de teorias do elitismo aparecem justamente na contracorrente desses movimentos sociais e da democracia. Por meio da crítica à ideia de igualdade, tiveram o importante papel de denunciar as ilusões de democracia integral (PINTO, 2011, p. 28-29).

Essa arquitetura política foi objeto da crítica de Mosca (1896), Pareto (1916) e Michels (1910), autores que constituem o cânone do que se convencionou denominar de teoria das elites. Apesar de contrastes sutis e importantes distâncias em suas perspectivas políticas, todos convergem na definição da democracia liberal como um regime utópico, cuja rotina institucional não guarda vínculo com sua motivação ideal. Logo, as ideias de soberania popular, igualdade política e sufrágio universal compõem um universo abstrato de discurso, sem sustentação real. Na visão elitista, todo exercício da política, alheio às suas justificativas formais, está fadado à formação de grupos que subordinam a maior parte da população: “[...] a retórica democrática, destituída de vínculos com a realidade social, serviria apenas à legitimação do poder de minorias que mobilizam um discurso universalista com vistas a garantir seu próprio benefício” (HOLLANDA, 2011, p. 10).

Num capítulo acrescentado à segunda edição da obra *Elementi di Scienza Politica*, Mosca (1930) distinguiu dois tipos diferentes de formação da classe política: aquele em que o poder se transmite por herança, que origina os regimes aristocráticos; e aquele que busca realimentar-se continuamente nas classes inferiores, de onde nascem os regimes democráticos. Nesse sentido, salientou que existem dois modos de organização das classes políticas: aquele em que o poder provém do alto, e aquele em que o poder vem de baixo, ao que denominou de regime aristocrático e liberal, respectivamente (BOBBIO, 2010, p. 387).

Entre outros pontos, Pareto (1916) preocupou-se em abordar o problema da constituição e da formação da classe política. Ele foi atraído pelo fenômeno da grandeza e da decadência das aristocracias, ou seja, pelo fato de que estas não duram muito tempo. Essa teoria do equilíbrio social é fundada, em grande parte, no modo de como se combinam, se integram e se intercambiam as diversas classes de elite: as políticas (formadas por dois polos políticos: dos que usam a força – os leões; e dos que usam a astúcia – as raposas), as econômicas (formada por especuladores e banqueiros) e as intelectuais (em que

continuamente se contrapõem os homens de fé e os de ciência). A história é, assim, uma arena de luta contínua entre uma aristocracia e outra (BOBBIO, Op. cit., p. 386).

Inspirado nos autores acima mencionados, Michels (1910), ao estudar a estrutura dos partidos de massa, em especial o Partido Social-Democrático Alemão, menciona que a ideia de um governo das massas, a quem caberia a livre decisão em assembleias, que seria técnica e mecanicamente inviável graças ao crescimento e a complexidade das sociedades. É de autoria desse sociólogo alemão, militante das fileiras do Partido Socialista a “[...] famosa (ou mal afamada) ‘lei férrea das oligarquias’, cuja enunciação mais conhecida e a seguinte: ‘A organização é a mãe do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes. Quem diz organização, diz oligarquia’” (Idem). Isso porque, embora seja uma condição vital da classe operária, a organização tem como consequência necessária a subordinação de um grupo grande a um grupo pequeno. Este é o curso necessário dos grupos humanos que buscam constituir um corpo social consistente.

Apesar da retórica igualitária do socialismo, as dinâmicas reais de configuração dos partidos operários não escapam à lei de ferro das oligarquias, ou seja, à formação de minorias dirigentes que impõem sua vontade à extensa massa dirigida. Entre democracia e organização há uma relação negativa: as organizações afastam-se das suas motivações originais à medida que se expandem e se complexificam. A oligarquização necessária a toda iniciativa de ordem, ou seja, o nascimento e conformação de um determinado grupo no poder constitui a tese central de Michels (1910).

Todavia, essas formulações preliminares sobre a teoria das elites políticas não passaram incólumes às críticas. Surama Pinto (2011) lembra que vários autores assinalaram que a teoria das elites, nessa fase inicial, serviu como bacia coletora de todos os humores antidemocráticos provocados pelo aparecimento do movimento operário. Com ela formulou-se, de maneira nítida, a antítese elite/massa, na qual a primeira era o polo positivo e a segunda o negativo. Mesmo sendo gestada em países onde os conflitos sociais eram latentes, foi nos Estados Unidos que ela frutificou – ou, nas palavras de Bobbio, “conquistou verdadeira cidadania na Ciência Política Contemporânea” (PINTO, 2011, p. 30).

### **2.1.1 A teoria ganha a América**

Nos Estados Unidos, ou melhor, a sociologia norte-americana oficial e acadêmica sempre olhou com certa suspeita a teoria das elites, até meados da década de 1940, uma vez



que ela foi recebida, de maneira geral, como uma forma de pensamento antidemocrático. Nesse sentido, Michels não ganhou tanta conotação; Gaetano Mosca era percebido de modo difuso – para alguns ele era um democrata inibido e, para tantos outros, um liberal realista; e Pareto, ainda que gozasse de certa receptividade em determinados círculos, era comumente identificado com o pensamento fascista. Essas percepções foram gradualmente perdendo força ao longo da década de 1950. Entre os diversos autores que divulgaram e incrementaram a teoria da minoria organizada ou a teoria elitista, merecem destaque Harold Lasswell, Wright Mills e Robert Dahl (BOBBIO, 2010, p. 37-38).

Bobbio lembra que a teoria das elites foi renascida e renovada inicialmente por Lasswell, que a acolheu, reelaborou e a divulgou através de sua obra *Quem obtêm o quê, quando e como* (1936), na qual faz referência explícita às obras dos “pais fundadores do elitismo”. Na sua obra posterior, *Poder e Sociedade* (1950), o autor articula melhor este conceito e distingue a verdadeira elite, que é constituída por aqueles que têm maior poder em uma sociedade, da elite média, constituída por aqueles que têm poder inferior, e das massas, que têm menos poder. Lasswell nega, sem hesitação, que a introdução do conceito de elite feche, de antemão, a possibilidade de conceber um tipo de governo democrático. Reforçando, assim, o princípio de Mosca, segundo o qual “a democraticidade de uma estrutura social não depende do fato de existir uma elite, mas das relações que decorrem entre a elite e a massa: do modo como a elite é recrutada e como exerce o seu poder” (BOBBIO, Op. cit., p. 388).

Em *The Power Elite*, Mills (1956), ao analisar a distribuição do poder nos Estados Unidos, discorda da imagem idílica da América como um paraíso do homem comum e conclui que há monopolização do poder por parte de uma elite unificada. Desse modo, o homem comum é definido como aquele cujos poderes são limitados pelo mundo cotidiano em que vive, e que frequentemente parece ser movido por forças que não pode compreender e nem controlar. Já a elite no poder é composta de homens que estão em posições estratégicas na estrutura social, na qual estão concentrados os instrumentos de poder, a riqueza e a celebridade.

Com base nos pressupostos analíticos da história e da sociologia, este professor universitário em Nova York demonstra que a sociedade por ele estudada é dominada por um grupo restrito que constitui a elite no poder e é composto por indivíduos que ocupam posições-chave na economia, no exército e na política. Esses grupos compõem a elite no poder porque, ao contrário do que parece ou se faz acreditar, estão interligados por razões sociais, familiares e econômicas, sustentam-se e reforçam uns aos outros, e tendem a concentrar seus instrumentos de poder em instituições centralizadas. Estando localizada no topo das hierarquias e instituições da sociedade americana, essa elite era responsável pelas grandes decisões que afetavam a nação

como um todo. Todavia, mais importante do que estudar a origem dos grupos sociais dominantes, era analisar os seus sistemas de valores (Idem).

A tese de Mills gerou polêmicas que envolveram tanto intelectuais marxistas quanto aqueles identificados com a ideologia liberal. Os marxistas tinham por base a concepção de que a classe dominante era somente uma – a dos que comandavam a economia – enquanto que os liberais, tendo em Robert Dahl o seu crítico mais preponderante, negavam a unidade da elite no poder, ou seja, discordavam que o poder na sociedade americana estivesse reunido em um grupo monolítico.

Tomando como estudo de caso a cidade de New Haven, Dahl concluiu que, apesar de ter detectado a existência de uma pequena parcela de cidadãos com presença política mais evidente, ou seja, com influência direta nos processos de decisão, a qual denominou de *estrato político*, em oposição ao restante da população, à qual designou *estrato apolítico*, destacou a capacidade de influência dessa maioria, ainda que indireta, na garantia de determinados interesses. Dahl também chamou a atenção para a existência de intensos conflitos intraelitistas, algo subestimado não só pelos marxistas como também pelo próprio Mills, e defendeu que a perspectiva do comportamento político da elite não deve ser explicada em função do seu caráter ocupacional (atividade profissional), mas sim por meio da análise do seu posicionamento em acontecimentos previamente delimitados (PINTO, 2011, p. 32).

Nas últimas décadas, é significativo o número de autores que desenvolvem pesquisas tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, que se identificaram com essa perspectiva elitista democrática. Esses estudiosos divulgam essa teoria de forma reelaborada, não para criticar um ideal de democracia direta e participativa, como fizeram os pais do elitismo, mas para sustentar um modelo no qual é possível coexistir as elites e o sistema democrático.

No que concerne às pesquisas feitas por historiadores brasileiros e por alguns brasilianistas, a abordagem acerca das elites vem ganhando um espaço considerável nos últimos anos, uma vez que anteriormente esse trabalho era realizado por sociólogos e cientistas políticos<sup>171</sup>. Os estudos com viés histórico têm abordado tanto as elites regionais quanto as nacionais em diferentes momentos, com destaque para o período republicano. Apesar disso, evidenciam características específicas. Uma delas certamente é o esforço para superar o constrangimento de tratar das elites, temática evitada em virtude da ênfase conferida às análises de cunho econômico e social, assim como as referentes à atuação das massas, paradigmas que influenciaram a historiografia nacional em períodos recentes.

---

<sup>171</sup> Ver Carvalho (1996), Love (1975, 1982), Levine (1975), Ferreira (1994), Viacardi (1999) e Pinto (2011).

Nestes trabalhos, a importância dos estudos das elites é justificada em razão da inquestionável concentração de poder observada em determinados momentos da vida política no Brasil, o que não implica, em absoluto, a negação da capacidade de mobilização, organização e pressão das massas, tampouco a sua exclusão como sujeito histórico. No entanto, essas abordagens significativas infelizmente têm sido direcionadas, na maioria das vezes, para a Região Nordeste ou para o Centro-Sul do país, deixando ao largo das discussões os sujeitos políticos da Região Norte, salvo algumas exceções<sup>172</sup>.

Muitos desses autores, se não a maioria, alguns não fazem referência direta aos primeiros teóricos do elitismo. Essa tendência permite definir o conceito de elite tomando por base o próprio objeto de estudo, o que, segundo Pinto (2011), deve-se às muitas críticas de que foram alvo os postulados dos seus fundadores, assim como pela concepção de história que compartilhavam, vista por muitos como uma deturpação elitista da explicação histórica. Desse modo, ao optar por não divagar em discussões teóricas, esses autores optaram por uma definição de elite que, próxima ao debate que marcou a ciência política e a sociologia norte-americana nos anos de 1960, segue os critérios de posição, de decisão e de reputação – ou ainda a combinação dos dois primeiros<sup>173</sup>.

Um dos primeiros estudos acerca das elites políticas nacionais foi produzido por José Murilo de Carvalho, apresentado originalmente como tese de doutorado. Inicialmente, Carvalho (1996) trabalha com o critério de posição e define como elite política imperial os ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros de Estado, para estudar o perfil desse grupo atuante na política brasileira entre 1822 e 1889. Na segunda parte, quando a problemática do Estado passa para o primeiro plano, utiliza o critério de decisão, recortando determinadas temáticas e analisando o tipo de encaminhamento adotado pelos grupos em questão (CARVALHO, 1996, p. 43-44, 229).

Marieta de Moraes Ferreira (1994) e Surama Pinto (2011), ao abordarem as elites políticas fluminenses, assim como Cláudia Viscardi (2012), ao estudar a elite política mineira, compartilham tal perspectiva. A princípio, essas autoras adotam o critério de posição, para em seguida, ao verificar as conjunturas e as atitudes adotadas para com elas, utilizam o critério de

---

<sup>172</sup> Como exemplos, citamos os estudos de Cancela (2006) e Petti (2003).

<sup>173</sup> Segundo Pinto (2011, p. 33-34), de acordo com o critério de posição, a elite política é constituída de pessoas que ocupam posições formais de poder. Essa é a orientação adotada na definição de elite política pelos brasilianistas Wirth (1975, p. 319-347), Love (1982, p. 385-411) e Levine (1975, p. 245-264), em seus estudos sobre a participação dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco no federalismo brasileiro entre 1889-1937. No critério de decisão, a ênfase fica no exame de decisões concretas, pois se considera que somente desse modo é possível detectar o poder em ação e as pessoas que realmente o exercem, independentemente de ocuparem ou não posições formais de poder.

posição. Porém, enquanto Ferreira e Viscardi abordam as elites políticas cariocas e mineiras, respectivamente, definidas e compostas pelos sujeitos que ocuparam o executivo e o legislativo federal e estadual, Pinto as define como sendo compostas por indivíduos que exerceram os cargos de prefeito, deputado federal e senadores no estado do Rio de Janeiro, entre 1909 e 1922<sup>174</sup>.

Com base nessas observações, ressalto que esta pesquisa prima por seguir essas orientações, haja vista a sua potencialidade para tal. Tendo em vista que elegemos como campo de análise o interior do Pará e seus sujeitos políticos, cabe lembrar que se compreende por elite política os vereadores no período imperial, assim como os intendentess e os membros dos conselhos de intendência no período republicano, além dos integrantes do legislativo provincial/estadual nos dois períodos. Destacam-se os sujeitos que ocuparam diversos cargos no início da sua vida pública, como agentes de polícia, promotores públicos, advogados, comerciantes, delegados literários, professores e outros, que estavam direta ou indiretamente ligados a questões políticas no período de suas nomeações ou no exercício de suas funções.

## 2.2 OS CORONÉIS DO SALGADO

Diversos autores são unânimes em reconhecer a importância do clássico *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Vitor Nunes Leal (1997), o que se deve à primazia em analisar as oligarquias formadas, na sua maioria, pelos chamados “coronéis” (PINTO, 2011, p. 19). Na visão de Carvalho (1997), sua projeção reside igualmente por ter sido a partir dessa obra que o conceito difundiu-se amplamente no meio acadêmico e, conseqüentemente, figurou em vários títulos de livros e artigos (CARVALHO, 1997, p. 229-250). Na concepção de Leal, o coronelismo é um sistema político caracterizado por uma complexa rede de relações que vai desde o coronel das localidades do interior até as instâncias superiores de poder, mais especificamente os governadores, envolvendo compromissos recíprocos, que chega ao seu auge com a instauração do federalismo na República Velha.

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. No âmbito local, o governo estadual garante o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. Em contrapartida, o coronel

---

<sup>174</sup> Pinto (2011, p. 34) entende igualmente por elite política os chefes de polícia, os intendentess, porém não aborda esses grupos por haver trabalhos que já o fizeram com propriedade.

hipoteca o seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. No âmbito nacional, os governadores garantem o seu apoio ao presidente da República, que em troca do reconhecimento daqueles, pouco ou nada interfere nos seus domínios nos estados (Idem). Todavia, as relações entre eles não foi um fenómeno que nasceu com a República, em 1889, mas sim um sistema de dependência acerca do jogo político que remonta ao período monárquico. (JANOTTI, 2010, p. 7) assinala que: “as raízes do coronelismo já estavam sedimentadas no Império e, com a República, o coronelismo apenas amplia seu papel dentro de uma nova estrutura política”.

Salienta-se, no entanto, que não compete a esta pesquisa discutir longamente o conceito de “coronelismo”. Afinal, como bem destacou Carvalho (1997), trata-se de um tema complexo, que tem atingido diferentes matizes em estudos diversos, por vezes confundindo-se com outros dois conceitos que lhe são relacionados, mas não são sinônimos, visto que ambos guardam suas especificidades<sup>175</sup>. De forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados. O coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender as demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas (JANOTTI, 2010, p. 7).

Todavia, pretende-se chamar a atenção para o fato de que Leal (1997) e alguns autores que o seguiram, por vezes denotam uma imagem simplificada do coronel, como um grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, o que pode levar aos desconhecedores do termo a tomar essa imagem como única. Valorizá-lo somente nesse prisma, e não num conjunto completo é mutilar um conjunto complexo (QUEIROZ, 1956/1957; 1975, p. 155-190). Essa imagem que não é a única encontrada no cenário amazônico, e mais especificamente no Salgado paraense, onde os ditos “mandões”, que por vezes ostentavam patentes de coronel da Guarda Nacional, ou outras mais baixas, não menos significativas e

---

<sup>175</sup> Certamente esta dificuldade não é um privilégio dos autores brasileiros, uma vez que os conceitos de Mandonismo e Clientelismo são reconhecidamente complexos. No mais, há uma rica literatura que trata desta temática com desenvoltura, e constantemente traz à tona novas e interessantes abordagens. De modo geral, o Clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos, que envolve a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, incentivos fiscais e isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de votos. Este é um dos sentidos em que o conceito é utilizado na literatura internacional (KAUFMAN, 1977). O Mandonismo refere-se à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder no âmbito local. Assim, o mandão, o potentado, o chefe ou mesmo o coronel, é aquele indivíduo que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce um domínio pessoal e arbitrário sobre a população, que a impede de ter livre acesso ao mercado e à esfera política.

que inspiravam distinção no imaginário social, em geral eram comerciantes, advogados, professores e outras profissões liberais<sup>176</sup>, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Identificação dos políticos, segundo a localidade de atuação e profissão/ocupação.

Localidades	Sujeitos	Profissão/Ocupação		
		Advogado	Promotor	Comerciante
Vigia	Cap. Francisco de M. Palha	Advogado	Promotor	Comerciante
Vigia	Raymundo Bertholdo Nunes	Professor		Func. Público
São Caetano	Cel. João Rodrigues dos Santos	Professor	Comerciante	Func. Público
Curuçá	Cel. Manoel J. Ferreira Guimarães	Professor		
Curuçá	Ten-cel. Gonçalo de Lima Ferreira	Comerciante		
Curuçá	Cel. Horácio Barbosa de Lima	Comerciante	Func. Público	
Marapanim	Cel. Diniz H. Ferreira Botelho	Advogado	Comerciante	Func. Público
Marapanim	Ten-cor. Bartholomeu da C. Ferreira	Comerciante		
Marapanim	Cel. Herculino Antonio Bentes	Comerciante	Func. Público	
Cintra	Cel. Cantídio P. Ferreira Guimarães	Professor	Comerciante	
Salinas	Cel. Manoel Pedro de Castro	Comerciante		
Salinas	Cel. Serafim dos Anjos Nunes	Func. Público		
Bragança	Cel. Antonio Pedro da Silva Pereira	Comerciante		
Bragança	Cel. José Caetano Pinheiro	Proprietário	Comerciante	

Fonte: Pesquisa documental.

A identificação das respectivas profissões ou ocupações não significa que esses sujeitos não possuíam propriedades rurais ou animais que remetem ao meio rural, aspecto que não estava distante das fronteiras das vilas e cidades por eles comandadas<sup>177</sup>. Como exemplo, uma nota publicada em *Jornal*, assinada por “Alguns Prejudicados”, perguntava ao governador do estado se o intendente de Cintra tinha ordem para conceder licença aos seus amigos para criar o gado solto, sem pastor, dentro da cidade e seus arrabaldes, com grande prejuízo e risco de vida dos habitantes<sup>178</sup>. Outra nota informa que uma das vacas do coronel Diniz Botelho, que pastava pelas ruas de Marapanim, “[...] apareceu ferida, o que provocou a mobilização de várias autoridades para solucionar o caso e prender os culpados pelo horroroso

<sup>176</sup> Segundo Carvalho (1997), emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo, em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres. O suposto isolamento dos potentados em seus domínios também é revisto (REPÚBLICA, 10/03/1900, p. 1). Dentre os sujeitos políticos analisados, o único citado como “fazendeiro” e que ostentava o título de coronel é Aureliano Coelho, de Bragança. O que não anula a possibilidade dos demais tivessem largas faixas de terras, produtivas ou não.

<sup>177</sup> Conforme Ponte (2004, p. 20-28), o conceito de rural assume diversos significados em relação ao tempo e o local referenciados.

<sup>178</sup> *Jornal O Democrata*, de 19/06/1890, p. 2.

crime”<sup>179</sup>. Esse caso que também gerou comentários na imprensa, pois não viam o mesmo empenho das autoridades em solucionar a morte de um correligionário democrata. Nessa região, apesar de o processo de colonização ter se projetado desde o período colonial, ganhou impulso no novo regime, com a distribuição de lotes de terra com 25 ha, considerados pequenos quando comparados às antigas sesmarias (LACERDA, 2006, p. 197-225).

Neste estudo, entende-se que uma das premissas fundamentais para entender os primeiros anos do período republicano no Brasil, e mais especificamente no Pará, consiste na análise de fontes que tratam das formas de poder estabelecidas no Salgado paraense, sendo possível perceber as relações existentes entre dois cenários, ou seja, entre a capital e o interior do estado, ambos controlados por agentes políticos que se consideravam senhores absolutos, sobretudo nos interiores mais afastados, onde os chamados “coronéis” se utilizavam de todos os meios para manter o seu poder. Acerca dessas distinções, Leal (1997, p. 40) alerta: “Dadas as peculiaridades locais do ‘coronelismo’ e as suas variações no tempo, o presente estudo só poderia ser feito de maneira satisfatória, se baseado em minuciosas análises regionais, que não está em nosso alcance realizar”.

Com o propósito de abordar questões acerca das relações de poder e do coronelismo no contexto regional, tomaremos como exemplo, de forma breve, a trajetória política do coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho, na localidade de Marapanim, no nordeste do estado do Pará. Entre outros aspectos, busca-se ressaltar, ainda, a importância dos vínculos familiares na sua trajetória política.

### **2.2.1. Diniz Henrique Ferreira Botelho, um coronel de bobagem?**

Em sua pesquisa, Agripino Conceição (1995, p. 95) comenta que nenhum outro homem público conseguiu alcançar a projeção política conquistada por Diniz Henrique Ferreira Botelho em Marapanim. Entre os seus feitos, destaca a utilização/doação dos seus vencimentos como intendente, durante um ano, para a construção do Paço Municipal<sup>180</sup>. Por ser um dos representantes políticos de Marapanim, Conceição desejou perpetuar a imagem de um dos ícones da política local, aos moldes dos positivistas, que discorriam sobre os personagens e seus feitos relevantes, sem se preocupar com a crítica histórica (FALCON,

---

<sup>179</sup> Jornal O Democrata, de 09/02/1892, p. 2.

<sup>180</sup> Este fato foi comentado por ocasião dos festejos do centenário de inauguração do Paço Municipal, com a conclusão da reforma do prédio e lançamento do livro de Conceição (1995), no qual o autor discorre sobre fatos históricos da cidade de Marapanim.

1997, p. 55-81), ou seja, um exemplo típico da história dita *événementielle*, que aborda o “político” voltado para o particular, para os acidentes e as circunstâncias superficiais, e negligencia as articulações dos eventos com as causas mais profundas no espaço e no tempo, mostrando-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador a sua dimensão científica (FERREIRA, 1992, p. 266).

Na sua concepção, Agripino, não demonstra que com esse gesto Diniz Botelho buscava se firmar como homem público de prestígio perante os seus pares de legenda e seus rivais na política. Melhoramentos públicos como esse resultavam de doações de proprietários que, por sua vez, faziam uso de verbas públicas em razão de seus interesses (JANOTTI, 2010, p. 7), o que foi perceptível por ocasião da solenidade de inauguração do monumento histórico, inclusive pela presença do governador Lauro Sodré, que estava excursionando pelo Salgado, verificando qual a situação política da região após a Revolta de 11 de Junho de 1891, e outros embates no campo político, muito dos quais entre as facções existentes num mesmo grupo.

O envolvimento político, característica que marcou o perfil do líder conservador de Marapanim, Diniz Botelho<sup>181</sup>, nascido por volta de 1848<sup>182</sup>, certamente é uma das heranças de seus antepassados, que foram políticos influentes no Salgado, principalmente em Curuçá e em Marapanim, sendo nesta última onde a família Ferreira Botelho alcançou notoriedade nos assuntos políticos. A localidade foi fundada pelo padre José Maria do Valle, tio de Procópio de Nazareth do Valle Botelho, esposa de Diniz Botelho. Segundo Queiroz (1997, p. 155): “[...] os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança - herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal.” A constituição de relações familiares através de casamentos, sobretudo quando se tratava de famílias tradicionais, era um dos meios pelos quais se formavam as alianças políticas, objetivando a manutenção do poder de mando nas mãos de determinados segmentos sociais. Na análise de Cancela (2006):

[...] o poder e o matrimônio de um genro bem sucedido poderia vir a tornar-se um fator importante para conseguir ou fortalecer cargos administrativos e funções políticas, da mesma forma ter um sogro ou cunhado com influência política poderia abrir portas a novas atividades, mercados e favores que potencializassem os negócios.

Como referido anteriormente, alguns familiares de Diniz Botelho também se fizeram presentes nos rumos da política paraense com o advento da República, incluindo-se os históricos Gonçalo e Bartholomeu Ferreira, seu primo e irmão, respectivamente. A tradição

---

<sup>181</sup> Aparece como sendo correspondente responsável pelo Jornal *A Constituição* (A CONSTITUIÇÃO, de 12/02/1880, p. 1).

<sup>182</sup> Conforme registrado no livro de batismo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia Nova D’El Rei, o padre comenta que o inocente Diniz foi batizado em 11 de agosto de 1848.



política da família Ferreira Botelho, assim como a atuação à frente do Partido Conservador<sup>183</sup> lhe proporcionou a ascensão a vários cargos, tanto por nomeação quanto eletivos. Dentre os de nomeação destacam-se o de coletor das rendas gerais e provinciais, em 1871<sup>184</sup> e o de Juiz de demarcação de terra da Província do Gram-Pará em Marapanim, em 1886<sup>185</sup>, e outros que elevaram o seu o cabedal político, o que lhe possibilitou saltar de amanuense da Câmara de Marapanim a ocupante do Parlamento Provincial por duas vezes consecutivas<sup>186</sup>. Ao ser eleito para a derradeira legislatura provincial pelo segundo distrito eleitoral, Diniz Botelho foi um “republicano de última hora”, ou seja, para manter-se ativo no cenário político, aderiu ao novo regime recém-proclamado.

A notícia sobre a Proclamação da República chegou a Marapanim no dia 19 de novembro de 1889, através de um cartão endereçado ao deputado provincial tenente-coronel, ou melhor, como consta no documento, ao cidadão Diniz Botelho. Após receber tal comunicado, nesse mesmo dia, em sessão extraordinária e solene na Câmara Municipal, perante o presidente e demais membros da casa, além do seu irmão Bartolomeu, Diniz H. Ferreira Botelho pronunciou o seu discurso “animador” de adesão<sup>187</sup>. Com tal gesto, passou a compor as fileiras do PRP, algo importante num momento de incertezas no jogo político. Sua recompensa no mercado político veio com a nomeação para presidir o Conselho de Intendência, em fevereiro de 1890<sup>188</sup>, cargo para o qual foi eleito em 1891<sup>189</sup> pelo voto direto, e reeleito em 1894<sup>190</sup>. Nessa última também foi eleito o seu irmão, o comerciante, capitão Calandrino Henrique Ferreira, confirmando assim o seu prestígio político.

---

<sup>183</sup> O Liberal do Pará, n. 286 de 1886, p. 2. Como líder conservador impetra recurso contra o alistamento eleitoral organizado em Marapanim, pelo fato de no mesmo não ter sido incluído nomes de eleitores do partido em tela.

<sup>184</sup> A República, 21/05/1895, p. 1. Com o título de “Notas Históricas”, Diniz Botelho narra aspectos da história de Marapanim, dando ênfase à projeção alcançada por sua família.

<sup>185</sup> A Constituição, 09/04/1886, p. 1. *Diário de Belém*, n. 26 de 1887, p. 2; Delegado de Higiene Pública em Marapanim, *Diário de Belém*, n. 55 de 1888, p. 2. Promotor e curador de órfãos de Marapanim, A República, 19/04/1892, p. 1. Delegado da Junta de Higiene Pública.

<sup>186</sup> *Diário de Belém*, de 03/10/1889, p. 2; e de 06/02/1889. Durante o primeiro mandato integrou a Comissão de Orçamento Municipal, assim como a de Salubridade Pública. *Diário de Belém*, n. 55, de 1888, p. 2. Assina requerimento de autoria de Mâncio Caetano Ribeiro, no qual pede que seja proibida a entrada de estranhos no Paço da Assembleia Provincial, após tentativa de assassinato de um dos deputados.

<sup>187</sup> A Província do Pará, n. 4031, de 1889, p. 1.

<sup>188</sup> A república, n. 009, p. 2.

<sup>189</sup> A República, 16/10/1891, p. 2.

<sup>190</sup> A República, 11/03/1894, p. 1.

Entretanto, esse prestígio político era constantemente colocado em xeque pelos seus opositores através da imprensa belenense, que possuía correspondentes em Marapanim<sup>191</sup>. Títulos indicativos, que continham mensagens sugestivas ao longo do texto, como, por exemplo: “Marapanim é um burgo do Sr. Diniz Botelho<sup>192</sup>”, “O coronel de bobagem Diniz Botelho”, “Marapanim, a antiga aldeia, onde por ordem do coronel de bobagem espaldeirava-se em cidadãos inertes<sup>193</sup>” e “o Pachá, que quer ser o *Governador* de Marapanim<sup>194</sup>”. Essas notas denunciavam que o prestígio de Botelho, “a onça pançuda que não mais provocava medo em ninguém”, era fruto de concessões de cargos públicos cedidos aos seus parentes e correligionários políticos<sup>195</sup> e de promessas de patentes honoríficas da Guarda Nacional. Seus opositores alegavam que a opressão exercida sobre o eleitorado e o controle da máquina administrativa lhe davam sustentação política, ou seja, os alistamentos de eleitores, assim como os resultados dos pleitos eleitorais eram falsos, o que denotava o seu desprestígio junto aos eleitores e perante os chefes da capital. Todavia, a veemência e a quantidade de denúncias que eram feitas levam a crer que a força política do coronel Botelho em Marapanim era considerável, caso contrário, não valeria a pena gastar tanta tinta nos periódicos da capital, mesmo que esta fosse de origem duvidosa.

---

<sup>191</sup> O cidadão Romão Francisco Garcia, “um dos heróis da Guerra do Paraguai”, muito provavelmente publicou notas em seu periódico “15 de Agosto” contra o coronel Diniz Botelho, de quem era adversário político. No entanto, nenhum número do referido jornal foi encontrado, restando-nos apenas suposições.

<sup>192</sup> O Pará, 18/06/1898, p. 2.

<sup>193</sup> O Pará, 23/12/1898, p. 3.

<sup>194</sup> O Pará, 28/09/1899, p. 3.

<sup>195</sup> O Democrata, de 23/01/1891, p. 1, comenta que os mapas do censo populacional foram dados a Botelho e aos seus correligionários. A República, de 21/05/1897, p. 2: Nomeação do filho de Diniz, Manoel Vasques, e da esposa deste, Antônia Lopes Botelho, como professores em Marapanim. O Pará, de 18/06/1898, p. 2, chama a atenção do diretor de instrução pública para o fato de que Diniz Botelho havia se apossado de todos os cargos do funcionalismo público que pode e os distribuiu aos seus parentes, aderentes e amigos, que não tinham habilitação para exercê-los. Acerca desses favorecimentos, José Murilo de Carvalho (1997) alerta: “o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo”. Essas relações de dependência, uma das características do coronelismo supostamente feitas por Botelho, eram recorrentes, sobretudo em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, onde a ausência ou precariedade da ação do Estado favorecia o surgimento de lideranças que assumiam o papel que lhe era devido. Em troca, cobravam favores nos pleitos eleitorais, quando precisavam eleger o representante do coronel. Desse modo, as bases do coronelismo eram forjadas pela dependência entre o coronel, ou seja, o líder político que assumia as prerrogativas concernentes ao Estado, e o seu cliente. Ao coronel cabia atender os seus prosélitos, concedendo-lhes assistência em momentos difíceis, como nas enfermidades, oferecendo-lhe aviação de mercadorias e emprego na esfera pública. Desse modo, o voto pode ser entendido não apenas como uma expressão do poder das oligarquias interioranas perante os seus adversários e os grupos oligárquicos da capital – os governos estadual e federal, mas sim como um instrumento de barganha usado pelo eleitor para conseguir benefícios. Nessa perspectiva, o voto é visto não como uma forma de escolha política baseada em afinidades ideológicas, mas como uma mercadoria de valor, fato que não anula os votos recrutados a partir de amizades e laços pessoais. Além dos empregos públicos, Diniz certamente atendia os seus correligionários no que se refere aos assuntos jurídicos, visto que ele tinha permissão para advogar nas comarcas de Vigia, Curuçá e Cintra (A REPÚBLICA, n. 1480, 1896, p. 3).

Essas acusações não ficavam sem respostas, pois eram publicadas quase que imediatamente, exaltando as qualidades políticas, administrativas e morais do detratado. Para tanto, Diniz Botelho, além dos jornais de Belém, usava o “O Marapaniense”, de sua propriedade, e do qual ele foi um “humilde redator que procurava o engrandecimento de Marapanim, e o bem-estar de seus habitantes<sup>196</sup>” desde os tempos monárquicos. Em uma dessas notas, destaca-se que:

O coronel Diniz quando foi eleito intendente de Marapanim promoveu logo os melhoramentos que ali se encontram, como o paço municipal, o único talvez que existe em todo o interior do estado feito com as economias do próprio município, e trabalhando sem remuneração alguma [...]. Parentes o coronel Diniz não podia arrumar ali por não tê-los em tão grande número. Enfim, o passado do coronel Diniz Botelho é muito conhecido de todos os que militam na política do Estado; e quem, como ele, tem um nome limpo e está livre de ser atingido por acusações descabidas e injustas (REPÚBLICA, n. 23, p. 2, 1899).

Porém, assim como se defendia, promovia acusações contra os seus opositores, incluindo alguns ex-aliados, como o então intendente Francisco das Neves Pinto, tido como ingrato e sem prestígio político, e a quem era atribuída a autoria de algumas acusações contra Botelho. Segundo uma nota, “Chico Pinto” somente exerceu “[...] esse cargo por ter sido para ele eleito pelo coronel Diniz Botelho, a quem abandonou [...] a troco talvez de alguma patente da Guarda Nacional” (Idem).

Como aludido, a influência de Botelho na política marapaniense não foi incontestada desde os tempos monárquicos, e principalmente durante o novo regime. Ao assumir pela primeira vez a Intendência de Marapanim, teve que lutar contra os revoltosos de “11 de Junho”<sup>197</sup>. Enfrentou séria oposição vinda principalmente de Cuinarana e Campina Secca, redutos de seus inimigos políticos, os ex-liberais Herculino Antonio Bentes e Fábio Alexandrino de Carvalho, respectivamente. Essas duas localidades muitas vezes tinham os resultados eleitorais contestados pelos opositores, alegando que os *Botelhistas* realizavam eleições de “bico de pena”, o que não é de duvidar (FERREIRA, 2010, p. 37). Em muitos casos, o controle dos votos pelos coronéis falhava – o que, para Neves (2006, p. 39), permitia a eleição de candidatos que não estivessem nas chapas propostas pelos partidos estaduais, representantes das oligarquias do poder (Idem), porém, isso pouco afetava o quadro governista. Situação que ocorreu em 1891, quando da eleição de Fábio Alexandrino de Carvalho para ocupar o Conselho de Intendência de Marapanim na qualidade de vogal, possivelmente em virtude do dispositivo existente na constituição estadual que reservava certa quantidade de assentos para as minorias.

<sup>196</sup> A Constituição, n. 291, de 1883, p. 2.

<sup>197</sup> Relatório dos presidentes de província e governadores de estado, 1891, p. 26-27

Senhor de Marapanim, enquanto intendente, Diniz Botelho recepcionou os governadores Justo Chermont, em Junho de 1890<sup>198</sup>, e Lauro Sodré, em setembro de 1893<sup>199</sup>, por ocasião de suas excursões pelo Salgado, parando em Marapanim. A tessitura dessa malha, em que centrava o seu poder político, cujo domínio sobre os currais eleitorais lhe permitia distribuir os favores, ao menos de modo tácito, projetou a sua subida ao parlamento estadual como deputado em 1896<sup>200</sup>. Na câmara dos deputados ele foi tido como um dos maiores defensores dos interesses políticos do Salgado<sup>201</sup>, atuação que favoreceu a sua reeleição como presidente do diretório do PRP local, em sessão presidida por Pedro Chermont, que reorganizou o partido em maio de 1897.<sup>202</sup> Essa eleição possivelmente foi alinhavada no “Banquete Político” ofertado por Chermont, no qual estavam vários líderes do Salgado, entre os quais o caudilho marapaniense<sup>203</sup>, que deixou a presidência meses depois.

O neto de Bartholomeu Dias Botelho foi uma das lideranças que apoiam Lauro Sodré, e como tal, revelou-se uma das bases do laurismo no Salgado após a cisão de 1897, integrando inclusive as comissões que o acompanharam pelo Baixo Tocantins e outros pontos do estado<sup>204</sup>. Em Marapanim, Diniz organizou as solenidades ocorridas por ocasião da passagem de Sodré pela cidade durante a campanha eleitoral para o pleito de 1899<sup>205</sup>, cujo apoio fora externado em 1896, por ocasião de conflitos travados com Gonçalo Ferreira, por meio da imprensa<sup>206</sup>. Esse posicionamento influenciou na sua derrota na eleição em 1899 como deputado pelo Partido Republicano Federal<sup>207</sup>, afinal, parte da sua base política se manteve no PRP.

Mesmo sem o apoio político de antes, Diniz candidatou-se ao cargo de intendente em 1900. Após duras batalhas, conseguiu ser reconhecido pelo Conselho de Intendência, então presidido interinamente por seu irmão Calandrino<sup>208</sup>. A batalha estava ganha para Diniz Botelho, que em 9 de fevereiro de 1901, reiterou a sua adesão ao laurismo, juntamente com outros vogais do Conselho que eram seus correligionários<sup>209</sup>. Porém, essa guerra findou em 5 de março desse mesmo ano, com a anulação da decisão da Comissão Verificadora de Poderes

<sup>198</sup> A República, 03/07/1890, p. 1.

<sup>199</sup> A República, 19/09/1893, p. 2.

<sup>200</sup> A República, 20/12/1896, p. 2. Diniz é eleito com um total de 8.888 votos.

<sup>201</sup> A República, 02/05/1897, p. 2.

<sup>202</sup> A República, 16/05/1897, p. 2.

<sup>203</sup> A República, 07/02/1897, p. 2.

<sup>204</sup> A República, n. 47 de 1899, p.2. A República, n. 72, de 1899, p.2. A República, n. 86 de 1899, p.2. A República, n. 95 de 1899, p. 2.

<sup>205</sup> Folha do Norte, 21/02/1899, p. 1.

<sup>206</sup> Folha do Norte, 01/08/1896, p. 2.

<sup>207</sup> República, 17/10/1899, p. 3-4.

<sup>208</sup> Folha do Norte, 11/11/1900, p. 2. República, 15/11/1900, p. 2. Antes de pedir seu reconhecimento, Diniz Botelho conseguiu que fossem anulados os votos de Cuinarana, o que lhe deu a maioria dos votos.

<sup>209</sup> Folha do Norte, 15/02/1901, p. 2

de Marapanim pelo Congresso Estadual liderado por Lemos, que aplicou a degola<sup>210</sup>. Mesmo com os protestos Diniz Botelho, alegando falhas na decisão do Congresso, em seu lugar foi reconhecido o seu mais ferrenho desafeto político, Herculino Antonio Bentes<sup>211</sup>.

Nesse sentido, ao analisar o processo político na Primeira República, acerca do poder dos coronéis; poder conseguido no mais das vezes por meio do confronto com poderosos rivais, Rezende (2006, p. 90-120) lembra que: “Vencida a luta, ele assume a chefia política local, o que, no entanto, na maior parte das vezes, não é inconteste”. O mais comum é a existência quase permanente de tensão, representada por outro potentado local, à espera de uma oportunidade para despojá-lo da liderança municipal.

Dessa forma, suas bases políticas mostravam-se abertamente cindidas, mas não de todo derrocadas. Em diversas ocasiões oficiais o seu nome foi lembrado, ainda que por aliados, como durante a visita de Paes de Carvalho em 1898, quando foram erguidas saudações em seu nome<sup>212</sup>. Sua presença nessas ocasiões também foi ressaltada, o que se deu durante a instalação da linha fluvial entre Marapanim e Livramento, quando foi lembrado como sendo “[...] o homem de maior prestígio e que goza de maiores simpatias na localidade”<sup>213</sup>.

Em comemoração ao seu natalício, e para denotar a sua força política após 1897, contestada mais do que nunca, em 20 de janeiro de 1902, Diniz Botelho ofereceu um banquete. Reunidos em torno da mesa posta em forma de “H”, ao sabor do “[...] champanhe foi brindado, em eloquente frases, o estimado aniversariante, que bebeu ao progresso da futura localidade, que deve seu patriotismo e a sua dedicação, aos seus esforços e mais que todo ao seu exemplar desinteresse, todos os benefícios de que goza”<sup>214</sup>. A esse ato promovido por seus amigos, sabedores de que “Diniz Botelho era o mais bem quisto filho de Marapanim”, compareceram até seus adversários políticos, entre outros, Ledo José Martins, suplente em exercício do juizado substituto, e José Fernandes Cirne, ex-prefeito de Segurança. O banquete revelava-se assim um momento oportuno para estabelecer possíveis alianças, haja vista que a máquina do jogo político necessita constantemente de reparos.

Mesmo afastado oficialmente das rédeas do poder, o coronel Diniz Botelho, que em 1899 que teve a veracidade de sua patente honorífica da Guarda Nacional contestada,

---

<sup>210</sup> Folha do Norte, 04/08/1901, p. 1.

<sup>211</sup> Folha do Norte, 06/04/1901, p. 2.

<sup>212</sup> O Pará, 30/07/1898, p. 1.

<sup>213</sup> Folha do Norte, 21/03/1903.

<sup>214</sup> Folha do Norte, 31/01/1902, p. 2.

conseguiu perpetuar a sua memória, não somente com a construção do Paço Municipal, como aludiu Conceição, como também pela troca do nome da rua que passa em frente ao referido prédio, que em 1898 passou de “Rua da Victória” para “Rua Diniz Botelho” (Figura 4). Vitalidade de seu poder expressa, inclusive nos domínios de seu rival, a “hostil” vila de Cuinarana, que até a década de 1960 também possuía um logradouro com esta denominação. Se a memória de seu nome ainda hoje é perpetuada em um dos principais logradouros de Marapanim, onde inclusive ficava a casa de sua residência, a mesma sorte não teve sua patente de “Coronel da Guarda Nacional”, que certamente lia e assinava orgulhoso em diversos papeis que trazem seu nome, não consta nas placas que sinalizam o logradouro público como podemos constatar na figura a seguir, salvo nas diversas placas alusivas a inauguração e reinauguração do Paço Municipal de Marapanim. O que nos faz lembrar as falhas da memória humana que guarda certas lembranças e relega ao ostracismo outras tantas, mesmo que de tempos em tempos estas ressurjam pelas penas ou lembranças de alguém.

Sua influência nos assuntos políticos de Marapanim diminuiu consideravelmente durante o auge da política lemista, voltando a criar viços a partir de 1912, com a eleição de seu filho e herdeiro político o coronel Manoel Edmundo Ferreira Botelho, após a queda de Antônio Lemos. Dessa forma, sua atuação política mostrava-se ativa, tal qual era no desempenho de sua função como advogado, quando também ocupou a rendosa função de coletor das rendas estaduais em São Caetano de Odivelas, para onde levou seu outro filho, Manoel Vasques Ferreira Botelho, para servir como professor<sup>215</sup>, até a sua morte, em 1925.

Figura 4 - Placa indicando a Rua Diniz Botelho – Marapanim, Pará, janeiro de 2015.



Fonte: Tiago Ferreira- agosto de 2014

<sup>215</sup> As marcas da atuação política de Diniz Botelho no Salgado podem ser sentidas em São Caetano de Odivelas. Nessa localidade, em meio às pugnas entre lauristas e lemistas, o professor Manoel Vasques Ferreira Botelho, representante do laurismo, após desacordos políticos organizou uma Banda de Música denominada de “Milícia Odivelense”, que tinha por finalidade rivalizar com o coronel João Rodrigues dos Santos, chefe lemista, patrocinador e patrono da outra banda de música da cidade.

Na sua trajetória, Diniz Botelho não foi tão igual nem tão diferente de seus contemporâneos no jogo político do “mandonismo” local, como bem se queira chamar essas relações de poder, em que predominam a influência pessoal e a política do favorecimento, onde se perpetuam as práticas coronelísticas, como será apresentado no tópico a seguir.

### 2.3 OS HOMENS FORTES DO SALGADO

Segundo Viscardi (2001), no que concerne às discussões metodológicas recentes em torno da “renovação” da História Política, muito se tem falado acerca das vantagens e desvantagens do uso dos levantamentos prosopográficos. Muito embora a proliferação recente de biografias individuais ou coletivas seja incontestável, nunca se abandonou este tipo de abordagem no campo da pesquisa em História Política do Brasil, em que pese o fato de a maior parte dos estudos ter por objeto primordial as elites (VISCARDI, 1999).

Como exemplo de biografias de políticos no Pará, que servem de referência para vários pesquisadores, cita-se os trabalhos de Borges (1986) e Roque (1996), que produziram levantamentos de cunho histórico, tanto individuais quanto coletivos. Porém, deve-se salientar que esses estudos foram produzidos em meados do século XX, marcados pela inspiração positivista e historicista, aliadas a um caráter pouco acadêmico, ao contrário da obra de Sarges (2002), sobre Antônio Lemos, fruto da produção acadêmica.

No que concerne aos atores políticos do Salgado paraense, esses estudos ou as pequenas biografias, ainda que escassas, têm sua importância por ter gerado um inventário histórico de caráter quantitativo, sem se preocupar com a trajetória de seus biografados diante dos principais eventos políticos ocorridos na região. Esta abordagem resultou na distorção de algumas informações que somente uma pesquisa histórica de caráter qualitativo pode desvelar, como observou Viscardi (1999), ao abordar as elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira.

A partir deste tópico, pretende-se analisar a trajetória política de 14 indivíduos pertencentes à primeira geração republicana, segundo os critérios de Wirth (1982)<sup>216</sup>. Esses sujeitos, formados na “escola política do Império”, ocuparam-se de problemas econômicos,

---

<sup>216</sup> Para a delimitação geracional, adotamos os critérios de Wirth (1982), que englobam a primeira geração republicana, dos nascidos antes de 1869. Nota-se, igualmente, que apesar de não haver informações precisas sobre alguns desses sujeitos, partimos dos dados coletados acerca da atuação na vida política e social. Objetivando uma representação didática para o leitor, de forma a situá-los no espaço estudado, decidiu-se pela apresentação desses personagens de acordo com a posição geográfica das localidades em que atuavam, a partir da cidade de Belém. Ressalta-se que entre os “14 indivíduos” encontra-se o coronel Diniz Botelho, cujos dados foram apresentados no tópico anterior.

políticos e sociais, como a abolição da escravatura, além, é claro, da instituição do regime republicano. Embora o intento primordial seja acompanhar o comportamento político desses políticos, objetiva-se realizar algumas abordagens de caráter quantitativo, na condição de informações complementares, sobretudo no que se refere às suas vivências políticas anteriores à instauração da República, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Identificação dos políticos que embasaram o levantamento prosopográfico.

Localidade	Políticos	Nasc.	Política/Profissão	Falec.
Vigia	Francisco de Moura Palha	---	1869-	---
Vigia	Raymundo Bertholdo Nunes	1847	1878	1925
S. Caetano	João Rodrigues dos Santos	1844/5	1869	1913
Curuçá	Horácio Barbosa de Lima	1849	1869	1933
Curuçá	Gonçalo de Lima Ferreira	---	1881	1897
Curuçá	Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães	1856	1878	1927
Marapanim	Diniz Henrique Ferreira Botelho	1848	1871	1925
Marapanim	Bartholomeu da Conceição Ferreira	1860	1886	
Marapanim	Herculino Antonio Ferreira Bentes	1855	1883	1915
Cintra	Cantídio Pereira Ferreira Guimarães	---	1878	---
Salinas	Manoel Pedro de Castro	---	1877	---
Salinas	Serafim dos Anjos Nunes	---	1877	---
Bragança	Antonio Pedro da Silva Pereira	1834	1859	1920
Bragança	José Caetano Pinheiro	1850	1868	1907

Na fase posterior ao mapeamento da composição da amostragem, realiza-se o acompanhamento e a análise do comportamento desses agentes diante de eventos previamente selecionados.

### 2.3.1 A elite política do Salgado: trajetória

Com o novo regime, as antigas Câmaras monárquicas foram dissolvidas. Para supri-las, de modo a não deixar as localidades sem representatividade, foram criados os “Conselhos de Intendência”, no caso paraense, órgãos formados geralmente por sete indivíduos, dentre os quais se escolhia um presidente, que tomava para si as responsabilidades do executivo. Esse “ato ditatorial” de Justo Chermont, apesar de ter recebido felicitações por parte de sua base aliada, não escapou às críticas, como as do professor vigiense, Francisco Q. de Araújo Nunes.

Em nota publicada em janeiro de 1890, o professor Araújo Nunes mencionou que as Câmaras Municipais deveriam escapar às ações do governo. Para tanto, usou como argumento o fato de que essas corporações eram de origem puramente popular, e que somente ao poder judiciário competia julgar a validade ou a nulidade da eleição de seus membros, que inclusive



não tinham o direito de recusar os cargos. Lembra, ainda, que as eleições para o cargo de juiz de paz<sup>217</sup> não foram anuladas, o que seria uma incoerência por parte do governador, uma vez que ambos os processos de escolha foram realizados simultaneamente. O professor finaliza mencionando que tal atitude não passava de politicagem, haja vista que o número de republicanos históricos era limitado, e os ditos cargos seriam ocupados pela “[...] mesma gente estragada [...]” dos antigos partidos – como de fato o foi, sobretudo de conservadores, que eram oposição ao Gabinete de Ouro Preto. Ver o Quadro 3.

Quadro 3 - Intendentes nomeados em 1890 e suas agremiações partidárias.<sup>218</sup>

Localidade	Nome	Agremiação partidária	Cargo
Vigia	Francisco de Mora Palha	Liberal	Intendente
São Caetano	Antonio Francisco dos Santos	Conservador	Intendente
Curuçá	Horácio Barbosa de Lima	Liberal	Intendente
Marapanim	Diniz H. Ferreira Botelho	Conservador	Intendente
Cintra	Benjamim Ardasse P. Carrera	Conservador	Intendente
Salinas	Seafim dos Anjos Nunes	Conservador	Intendente
Bragança	Aureliano Rodrigues Coelho	Ex-liberal /Republicano	Intendente

Essa conformação sofreu poucas alterações com a eleição para os conselhos municipais realizada em 1891, sendo que a diferença se deve à saída do único republicano. O que de certo modo corrobora ainda mais a análise de que pouco ou nada mudou no trato político das localidades do interior, no que se refere às funções do mando político após 15 de novembro de 1889. Enfim, tudo ou quase tudo voltava como era antes. Ver o Quadro 4.

Quadro 4 - Resultado da eleição direta para o cargo de intendente – 1891.

Localidade	Nomes	Agremiação Partidária <1889	Cargos
Vigia	Francisco de Moura Palha	Liberal	Intendente
São Caetano	João Rodrigues dos Santos	Conservador	Intendente
Curuçá	João Romão de Siqueira Lobo	Liberal	Intendente
Marapanim	Diniz H. Ferreira Botelho	Conservador	Intendente
Cintra	Cantídio P. F. Guimarães	Conservador	Intendente
Salinas	Serafim dos Anjos Nunes	Conservador	Intendente
Bragança	José Caetano Pinheiro	Conservador	Intendente

<sup>217</sup> Cargo instituído no período imperial, cujo titular exercia funções administrativas e policiais. Muitas vezes fraudava as eleições, pois tinha o privilégio de nomear as mesas que, por sua vez, manipulavam as listas.

<sup>218</sup> Os dados mencionados podem ser verificados a partir das fontes elencadas mais adiante.

A situação expressa nos Quadros 3 e 4 influenciou a redação de um repto do mesmo professor vigiense ao líder local do PRP, Francisco de Moura Palha. Segundo Araújo Nunes, ele e mais cinco amigos foram convidados por Moura Palha para fazer “parte da comissão do partido do Governo nessa cidade”. Convite que não foi aceito, não por eles se acharem “escravizados aos antigos partidos monárquicos”, como declarou o destinatário, e sim por serem “políticos de princípios” desde quando militavam no Partido Liberal. O professor aludia que não lhes convinha se “apresentarem como trânsfugas imprudentes” para se alistarem nas últimas fileiras da legião vencedora. Diz o repto: “[...] porque não somos *especuladores de profissão*, como os que já foram liberais, liberais católicos, liberais novamente, e dizem ser hoje republicanos radicais [...]”<sup>219</sup>. Araújo Nunes alerta o republicano histórico, governador Justo Chermont, sobre os “novos republicanos” alojados no PRP:

Criterioso como se tem demonstrado o digno Governo do Estado, deixemos à sua apreciação o procedimento dos que tem sabido conservar-se sempre com inabalável firmeza de caráter e os daqueles que como *aves de arribação*, andam a emigrar constantemente, protestando a sua lealdade e sincero apoio a cada situação que se sucede (O DEMOCRATA, 10/01/1890, p. 2).

Essas expressões referem-se à Moura Palha, que anos antes havia integrado o partido local chamado “Partido Liberal Católico”, juntamente com o seu idealizador, o então pároco da Vigia, Mâncio Caetano Ribeiro. Todavia, deve-se salientar que após leitura minuciosa da própria carta de Quintino de Araújo Nunes, assim como de outras matérias de sua autoria publicadas nos jornais, é perceptível que ele e seus amigos, assim como Moura Palha, eram “republicanos frescos”, ou seja, o próprio redator e seus amigos, ex-militantes liberais, não foram tão firmes em seus ideais políticos, uma vez que mesmo não gozando das benesses do novo regime, aderiram ao Partido Democrata, que teoricamente defendia os princípios republicanos. Diz-se teoricamente porque eles foram tachados de pelos membros do PRP de “féis caducos cavalheiros andantes da restauração,” para usar a expressão da carta euclidiana.

Este caso ocorrido nessa cidade do interior paraense confirma a expressão encontrada na carta do autor de *Os sertões*, assim como corrobora a análise de Leôncio Basbaum (1968), ao discorrer sobre essa epidemia de “adesismo” que tomou conta do país num piscar de olhos após o advento da República brasileira. Basbaum comenta que num rápido adesismo, os antigos monarquistas se transformaram em *republicanos históricos*, ocupando postos-chave na administração, enquanto os verdadeiros *idealistas* republicanos abandonavam a luta, convencidos de que aquela não era a República dos seus sonhos (BASBAUM, Op. cit., p. 15).

---

<sup>219</sup> O Democrata, 10/01/1890, p. 2.

## 2.3.2 A galeria dos escolhidos

### 2.3.2.1 Capitão Francisco de Moura Palha

Pode-se afirmar que o capitão vigiense Francisco de Moura Palha foi o mais polêmico de todos os sujeitos analisados nesta pesquisa histórica. O seu nome consta em quase todos os periódicos consultados sobre Vigia<sup>220</sup>, ora acusado por seus “detratores” ora defendendo-se ou acusando-os. Na maioria das vezes as polêmicas eram relacionadas diretamente à sua profissão de advogado ou ao seu cargo como promotor público<sup>221</sup>, que perpassavam por questões relacionadas à vida política da cidade de Vigia. Entre essas acusações, que eram aparentemente apolíticas para aqueles que desconheciam da vida dessa personagem, pode ser citada a perpetrada pelo líder conservador da Vigia, Laureano Antonio Gil de Souza. Este menciona que o então juiz de órfãos, José Pedro de Moura Palha, presenteou o seu filho Francisco de Moura Palha com um órfão para lhe servir de pajem, fato que foi desmentido pelo Capitão Moura Palha, que usou o testemunho de outrem para desmentir as acusações de Gil de Souza<sup>222</sup>. Desse modo, a política foi um trampolim para que este sujeito viesse, assim como seu pai, exercer diversos cargos públicos<sup>223</sup>.

A nomeação de Francisco de Moura Palha como promotor público de Vigia ocorreu em 1878<sup>224</sup>. Nesse mesmo ano, ainda em Vigia, foi nomeado para ocupar a vaga de delegado literário que estava vacante<sup>225</sup>. O exercício desse último cargo lhe franqueava o direito de emitir parecer favorável ou contra a aceitação de um indivíduo que pretendia exercer o magistério, o que certamente lhe granjearia eleitores, que lhe eram gratos, como foi o caso do

---

<sup>220</sup> Diário de Belém, 05/07/1869, p. 1. Em Vigia serviu como Alferes na 4ª Companhia do 5º Batalhão local da Guarda Nacional em 1869, ano em que foi para a reserva pela primeira vez.

<sup>221</sup> O Liberal do Pará, 30/08/1872, p. 1. Francisco de Moura Palha, militante das fileiras do Partido Liberal assina um protesto contra as supostas violências e arbítrios praticados no processo eleitoral de 18 de agosto de 1872, que contrariavam as leis eleitorais do Império. Entre os envolvidos estava o promotor público Gil de Souza, que é acusado de intimidar os votantes com a distribuição das listas de candidatos (O LIBERAL DO PARÁ, n. 68, de 1876, p. 2). Casos desse tipo envolvendo a família Moura Palha podem ser encontrados no ano de 1876, quando o presidente da Província autorizou a inclusão do nome de eleitores que haviam sido excluídos do processo eleitoral, como requereu o advogado Francisco de M. Palha, o que demonstra a participação ativa desta na política vigiense.

<sup>222</sup> O Liberal da Vigia, 23/05/1870, p. 1.

<sup>223</sup> A República, 18/02/1890, p. 2. O capitão José P. de M. Palha nasceu em 1816. Aos 19 anos combateu os cabanos quando da invasão da Vigia, em 1835. Até a sua morte, em fevereiro de 1890, exerceu “[...] todos os cargos de nomeação do governo na sua localidade e diversos de eleição popular [...] era coletor das rendas gerais [...]”.

<sup>224</sup> O Liberal do Pará, 01/08/1878, p. 1. Francisco de Moura Palha ocupou igual cargo em Macapá.

<sup>225</sup> O Liberal do Pará, 02/10/1878, p. 1.

professor aposentado Severiano Bezerra de Albuquerque, que o agradecia por sua incansável solicitude e louvável zelo que sempre empregou para consigo no exercício de suas funções<sup>226</sup>. Em decorrência do exercício deste cargo, também lhe eram atribuídas denúncias por parte de seus adversários políticos. Em 1881, foi acusado de abafar uma representação feita por moradores da localidade de Bom Jardim contra o professor José Cassiano de Souza Gomes, isso porque queria patrocinar o alistamento eleitoral do seu amigo “fósforo”<sup>227</sup>.

Todavia, foi no desempenho de funções ligadas ao judiciário que Francisco de Moura Palha foi severamente criticado nas matérias jornalísticas, por ajudar os seus asseclas. Ainda em 1881, foi acusado pelo mesmo Laureano Gil de Souza de usar o cargo para proteger diversas autoridades policiais que estavam praticando abusos e atentados gravíssimos, além de prevaricações. Absurdos que, segundo a nota, ainda não haviam sido resolvidos, pelo fato de que o próprio juiz estava mancomunado com os subversivos da lei e com Moura Palha<sup>228</sup>. Essa ligação estreita com o judiciário local lhe era muito estratégica, haja vista que a partir dela poderia interferir, diretamente ou indiretamente nos alistamentos eleitorais. Como bem o fez, quando denunciou falsificações ocorridas no alistamento eleitoral de 1879, momento em que não contava com a aludida convivência do juiz local<sup>229</sup>.

Em portaria de setembro de 1883, o presidente da província concede a Francisco de Moura Palha a exoneração do cargo de promotor público da comarca da Vigia<sup>230</sup>. Após deixar o respectivo cargo, este procede a petições para obter provisão para atuar mais uma vez como advogado nessa importante comarca do Pará, o que foi concedida pouco tempo depois<sup>231</sup>, porém acompanhada das devidas críticas da oposição, que aludiam a sua recente passagem como promotor local.

---

<sup>226</sup> O Liberal do Pará, n. 166 de 1882, p. 2; O Espelho, n. 14 de 1878, p. 2. Durante o seu mandato como delegado literário denunciou a escrava de nome “Euzebia”, que estava servindo indevidamente de professora a duas crianças brancas em uma localidade do interior.

<sup>227</sup> A Constituição, n. 119, de 1881, p. 2. A expressão “fósforo” era usada para qualificar os eleitores que tinham apenas o papel de votar nos candidatos que lhe eram indicados pelos seus chefes políticos, haja vista que, por seu voto já haviam sido “pagos” com algum benefício.

<sup>228</sup> As relações de cumplicidade entre Francisco de Moura Palha e o juiz de direito da Vigia, Joaquim Manoel de Carvalho vão ser largamente expostas na imprensa conservadora, em diversos artigos que tratam de julgamentos em que ambos atuam como promotor e juiz, respectivamente. Ver o jornal A Constituição, 12/05/1881, p. 1; A Constituição, n. 209, de 1881, p. 2, A Constituição, n. 216, p. 2; A Constituição, 04/10/1881, p. 1; A Constituição, 28/05/1883.

<sup>229</sup> O Liberal da Vigia, 08/06/1879, p. 1.

<sup>230</sup> O Liberal do Pará, 212, de 1883, p. 2.

<sup>231</sup> O Liberal do Pará, n. 221, de 1883, p. 3; O Liberal do Pará, n. 227, de 1883, p. 3.

Em um extenso artigo, que ocupa duas páginas de jornal, a oposição comenta sobre a suposta incapacidade de Francisco de Moura Palha, então redator do “O Liberal da Vigia”, para o exercício de funções no judiciário. A nota menciona que ele não passava de um promotor da roça, e se estava fazendo alguma figura era por falta de coisa melhor, fato pelo qual não merece o respeito de seus adversários políticos, assim como o seu irmão e alguns amigos que, salvo exceções, eram pessoas insignificantes entre gente séria. Os opositores explicitam, ainda, que sempre que o atacam “[...] é ao homem do mundo moral, ao homem político, ao homem da vida pública, e não ferimos individualidades, dirigimo-nos à entidade moral que o indivíduo representa na ordem política do mundo social”.<sup>232</sup> Essas implicações certamente perpassavam por questões como as tais fraudes eleitorais que lhe eram atribuídas, a exemplo de uma petição na qual intencionava incluir os nomes de eleitores liberais no alistamento<sup>233</sup>.

Esses comentários não impediram o capitão Francisco de Moura Palha, proprietário e residente na Vigia, de sair candidato ao cargo de deputado provincial pelo Partido Liberal em 1887<sup>234</sup>. Vale salientar que era o cargo para o qual ele fora eleito pelo 2º distrito eleitoral<sup>235</sup>, circunscrição pela qual se bateu com toda a energia na Assembleia Provincial, segundo uma nota que anunciava o seu regresso a Vigia, quando foi tratar de assuntos ligados à sua atuação como advogado<sup>236</sup> e possivelmente políticos. Afinal, o jogo político precisa sempre de rearranjos, ou de se verificar a consistência das antigas bases e, quem sabe, a construção de novas, ainda que, em alguns casos, venham em detrimento de uma anterior.

As eleições para o parlamento provincial de 1889 se avizinhavam. Em setembro desse mesmo ano também encontramos o nome do capitão Francisco de Moura Palha, que novamente havia sido reformado, porém, como capitão da 1ª Companhia do 9º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da comarca da Vigia<sup>237</sup>. Assim como da primeira vez, Moura Palha disputou o cargo pelo 2º Distrito Eleitoral<sup>238</sup>. Antes, porém, nesse mesmo ano enfrentou sérias críticas à sua lealdade partidária.

---

<sup>232</sup> A Constituição, n. 69, de 1884, p. 2.

<sup>233</sup> A Constituição, n. 29 de 1886, p. 2.

<sup>234</sup> O Liberal da Vigia, 21/12/1887, p. 1.

<sup>235</sup> O Liberal da Vigia, n. 25 de 1888, p. 2.

<sup>236</sup> O Liberal do Pará, n. 107 de 1888, p. 2.

<sup>237</sup> O Liberal do Pará, n. 128 de 1889, p. 2.

<sup>238</sup> O Liberal do Pará, 29/09/1889, p. 1.

Durante uma das sessões ocorridas no Paço da Assembleia Provincial, em caloroso discurso o padre Mâncio Caetano Ribeiro lembrou que, apesar de Moura Palha lhe fazer oposição política naquele momento nessa casa de leis, antes eles haviam sido aliados políticos. Segundo Caetano Ribeiro, quando esteve em Vigia como pároco, organizou o Partido Católico, e não teve melhor auxiliar e defensor dos interesses da religião católica do que o deputado Francisco de Moura Palha, o que foi replicado por Moura Palha, mencionando que isso era “chapa velha”<sup>239</sup>. Era um claro indicativo de que este fato de sua vida política, não fazia mais sentido, ao menos para ele, e lembrar esse momento político possivelmente poderia lhe acarretar transtornos no partido em que estava militando à época. Pouco tempo depois este fato pouco importava, todavia, não estava de todo esquecido, ante os acontecimentos políticos que não demoraram muito a acontecer.

Mesmo assinando uma carta endereçada ao Visconde de Ouro Pedro, na qual enviava congratulações e o parabenizava pela sua ascensão e formação do novo Gabinete Ministerial Liberal, o deputado reeleito Moura Palha aderiu à República sem mais delongas, no dia 20 de novembro de 1889<sup>240</sup>, junto com o seu amigo, o juiz municipal Manoel Joaquim de Carvalho. Aderiu à República sim, mas não se pronunciou de modo explícito acerca de seu posicionamento ante a base política que integraria – ocasião em que novos e antigos aliados ou inimigos surgiram, bem como as possibilidades de ganhar destaque tanto na política local, quanto num plano mais amplo, ou seja, em nível estadual.

As cabalas em nome do governo, para a formação de um partido político governista, não tardou em ocorrer na cidade de Vigia. Em resposta ao cidadão Moura Palha, o professor Francisco Quintino de Araújo Nunes asseverava que ele, Nunes, havia sido um dos primeiros a serem convidados para tomar parte na comissão do *partido do governo*, inclusive indicou algumas pessoas para integrar a entidade. Todavia, ao contrário do que se poderia supor, Araújo Nunes não integrou esta agremiação, justificando que algumas pessoas estavam procedendo de modo “escandaloso e revoltante”, tal como ocorria no antigo regime. Porém, ainda confiava no governo “[...] cujo programa, entretanto, de moralidade e de garantias de todos os direitos e liberdade vai sendo cumprido a contento de todos os patriotas despreocupados das ambições e interesses.”<sup>241</sup> Seria uma possível referência a Moura Palha? Os anos seguintes mostram que havia essa possibilidade.

---

<sup>239</sup> O Liberal do Pará, 12/03/1889, p. 1.

<sup>240</sup> O Liberal do Pará, 23/11/1889, p. 1.

<sup>241</sup> O Liberal do Pará, 29/12/1889, p. 1.

A adesão formal de Francisco de Moura Palha ao partido governista – o PRP – ocorreu em 29 de dezembro de 1889<sup>242</sup>, no mesmo dia em que circulou a citada nota de Araújo Nunes. Quanta coincidência! Sua adesão recebeu pesadas críticas dos irmãos Nunes, então líderes do PRD, que passaram a fazer frente contra o governo e seus aliados. As peripécias políticas de Moura Palha, ou seja, a frequente troca de partidos volta a ser lembrada. Primeiro, por Araújo Nunes, que o qualificou como especulador político de profissão, como já aludido. Este episódio gerou um longo artigo dividido em três partes, no qual Bertholdo Nunes pretendeu destacar o “retrato” político de Moura Palha, a quem chamou de “republicano de fresca data”.

No primeiro artigo, Bertholdo comenta que Moura Palha abusava do nome do governador tal como havia abusado da religião Cristã, quando por intuito esfacelou o Partido Liberal, muito embora logo depois buscasse o arrimo do mesmo para conseguir mais ou menos posição na sociedade<sup>243</sup>. A missiva seguinte, isto é, o segundo artigo, alude que, no dia 24 de novembro, supondo que o Partido Republicano Democrático iria cair nas graças do governo, Moura Palha transformou o jornal O Liberal da Vigia em “órgão democrata”. Essa transformação se seguiu a outra, 15 ou 16 dias após o recebimento de uma carta que o nomeava membro da comissão do partido governista, quando, a partir de então, “[...] o sr. Moura Palha metamorfoseou-se com mais celeridade ainda em republicano vermelho, proclamou-se escora necessária do Governo [...]”, mencionando também que o capitão Francisco Palha flertou com o PRD, arvorando-se de sensor do diretório local. Esta carta foi concluída pedindo, em tom afirmativo, que o célebre capitão confessasse que “[...] os acenos do poder o fascinaram, fazendo-lhe esquecer a hierarquia dos princípios”<sup>244</sup>. Após refletir sobre esses pontos, entre outros, Nunes concluía no terceiro e derradeiro artigo concitando os sectários que seguiam Moura Palha, a refletir se “[...] um politico semelhante está no caso de provocar discussões sobre princípios e de garantir apoio sincero ao Governo?”<sup>245</sup>

Com ou sem princípios políticos, o capitão Francisco de Moura Palha passou a integrar a base governista por longos anos. Como meio de garantir adendos ante o governo, ampliando assim o seu capital político, o capitão Francisco de Moura Palha passou a publicar o jornal “Cidade da Vigia”, no final de fevereiro de 1890. Esta folha jornalística fazia

---

<sup>242</sup> A República, 04/03/1890, p. 1.

<sup>243</sup> O Democrata, 14/01/1890, p. 3.

<sup>244</sup> O Democrata, 15/01/1890, p. 2.

<sup>245</sup> O Democrata, 16/01/1890, p. 2.

“propaganda no molde do partido republicano, como bem aludia a nota de seu lançamento<sup>246</sup>. A tipografia usada para imprimir tal jornal era a mesma do extinto “O Liberal da Vigia”, o que lhe rendeu inúmeras e acertadas críticas da oposição, que o acusava de ter roubado os equipamentos que haviam sido comprados com o dinheiro vindo de liberais de várias localidades do Salgado<sup>247</sup>.

Em sua defesa, Palha alegava que nunca se negou a entregar “a velha e gasta tipografia do O Liberal da Vigia”, e que apenas a manteve como refém, uma vez que, como comprovavam documentos em seu poder, havia investido “quatrocentos e tantos mil réis” em seu melhoramento, assim como no pagamento de funcionários. Tal contenda gerada acerca da tipografia deve ser entendida levando-se em consideração que estes eram sabedores do poder que ela proporcionava no mundo político. Afinal, era um mecanismo usado tanto para divulgar as ações do partido quanto para atacar ou se defender dos adversários.

Em reconhecimento pelo seu apoio político, o capitão Francisco de Moura Palha recebeu a concessão como arrematante para realizar os concertos da ponte do cais, dias antes de ser nomeado intendente municipal de Vigia, cargo no qual recepcionou o governador Justo Chermont, quando de sua excursão pelo Salgado em 1890<sup>248</sup>. Este evento, somado ao apoio vindo de seus correligionários de Colares<sup>249</sup> e de outros cantos do segundo círculo eleitoral, além de sua eleição como presidente do diretório do PRP local nesse mesmo ano, formou as bases que lhe deram condições de pleitear o cargo de senador estadual constituinte e eleger Lauro Sodré como governador do Pará em 1891 (CRUZ, 1975). Esse quadro igualmente possibilitou a sua eleição como intendente municipal de Vigia ainda em 1891, quando “triunfou a chapa republicana” e nenhum membro da oposição foi eleito<sup>250</sup>. Porém, isso não ocorreu sem oposição, quer dentro ou fora do partido, que a todo custo tentava denegrir a sua imagem política, alegando a sua incapacidade de angariar votos<sup>251</sup>, bem como acusando-o de falsificar os resultados eleitorais<sup>252</sup> ou de mandar prender eleitores da oposição<sup>253</sup>.

---

<sup>246</sup> A República, 25/02/1890, p. 1.

<sup>247</sup> O Democrata, 23/03/1890, p. 2.

<sup>248</sup> A República, 26/06/1890, p. 2.

<sup>249</sup> A República, 08/08/1890, p. 2.

<sup>250</sup> A República, 16/10/1891, p. 2.

<sup>251</sup> O Democrata, 18/03/1891, p. 1.

<sup>252</sup> O Democrata, 07/05/1891, p. 1.

<sup>253</sup> O Democrata, 15/05/1891, p. 2.



Ao passar a compor as bases do PRP, “Chico Palha” – uma das muitas alcunhas pejorativas citadas pela oposição – teria que medir forças com antigos oponentes, como o então tenente-coronel Laureano Gil: “[...] que compreendendo não mais poder satisfazer ‘seus intuitos patrióticos’, sob a antiga agremiação que tinha no partido conservador federalista [...] resolveu tomar nova orientação, agrupando-se sob a bandeira do partido republicano, outrora radical.<sup>254</sup>” Além de Gil de Souza, o capitão “Chico Palhaço, trampolineiro político e espertalhão de todos tempos”<sup>255</sup>, enfrentou percalços entre alguns membros do Conselho de Intendência, que teoricamente deveriam ser seus aliados, por serem membros do PRP, a exemplo do que ocorreu em 1892, quando foi sucedido pelo major Agnelo Ferreira, a quem os funcionários *palhistas* se recusavam a obedecer, por temer que ele descobrisse os desfalques nos cofres da Intendência já esvaziados”, como repercutiu na imprensa oposicionista<sup>256</sup>.

Mesmo enfrentando todas essas acusações<sup>257</sup>, Francisco de Moura Palha recebeu pela segunda vez o governador do estado, em 1893. Desta vez, Lauro Sodré, para quem ele ofereceu um banquete na casa de seu filho, o promotor Francisco Henrique de Moura Palha, em que foi servido *un rôti de mouton* ofertado pelo intendente, como consta na nota<sup>258</sup>. Na ocasião, possivelmente foram alinhavadas e reafirmadas as alianças políticas, que posteriormente foram desfeitas em virtude da cisão da do PRP em 1897, quando Moura Palha decidiu permanecer neste partido, ao lado de Antonio Lemos e contra Lauro Sodré. Como um “político ardiloso”, ao ficar outra vez com o governo, Moura Palha passou a usar a tribuna senatorial para impedir o reconhecimento de resultados eleitorais oriundos de Vigia, que contrariavam os seus interesses<sup>259</sup>. Sua permanência no PRP implicou em conviver com antigos democratas que passaram a militar neste partido a partir da extinção do PRD, dentre os quais o seu ferrenho opositor dos primeiros anos republicanos, Raymundo Bertholdo Nunes.

O prestígio político do “Velho Moura Palha” vem à baila em 1899, quando as suas bases políticas locais estavam prejudicadas, pois não contava mais com o apoio da Intendência local, então ocupada pelo laurista Manoel Felipe da Costa. Segundo a oposição, a sua permanência entre os governistas foi vista com receio, sobretudo pelo senador Justo Chermont, que, na tentativa de obter o apoio dos lauristas, prometeu que Moura Palha não

---

<sup>254</sup> O Democrata, 11/02/1890, p. 1.

<sup>255</sup> O Democrata, 25/04/1890, p. 2.

<sup>256</sup> O Democrata, 04/08/1892, p. 2. Teve que se ausentar para assumir a cadeira no senado estadual.

<sup>257</sup> O Democrata, 17/01/1893, p.2. Acusações que não vinham mais do professor Araújo Nunes, que havia falecido no começo desse ano. O Democrata, 14/03/1893, p. 1. Outro que faleceu nesse ano foi o coronel Laureano Gil.

<sup>258</sup> O Democrata, 12/09/1893, p. 1

<sup>259</sup> República, 04/04/1899, p. 1.

seria reeleito e tampouco ocuparia algum cargo em Vigia<sup>260</sup>. Contudo, não há como comprovar se essas promessas de fato foram feitas realmente. Porém, se foram, parte delas sim, haja vista que ele não foi reeleito senador. No entanto, ocupou o posto de comandante superior da Guarda Nacional, quando tentou acoitar um de seus correligionários, mas foi detido por ordem judicial. Isso demonstra que nessa época a sua força política não mantinha o mesmo brilho de antes, quando impôs, em 1890, a saída do juiz de direito Jacome Pereira, que era seu opositor.

Apesar de ter sido um grande expoente na política local, o que provavelmente se deve às suas ligações familiares e, mais ainda, à sua atuação como advogado em uma sociedade carente de profissionais com formação jurídica, a sua memória é quase que desconhecida em Vigia, onde aparece vagamente apenas como um dos criadores da Sociedade Literária “Cinco de Agosto”, fundada em 1871 (ALMEIDA; ILDONE, 2008, p. 12). Atualmente, o seu nome não é atribuído a nenhum logradouro, o que possivelmente ocorreu durante a sua primeira gestão como Intendente Municipal, como predisse com ironia a oposição em 1890<sup>261</sup>. Demonstrando, assim, que o tempo se não “aniquilou”, como pretendia o senador Antonio Lemos em 1900<sup>262</sup>, o nome desse sujeito político, que alugou uma de suas casas para sediar a Intendência, no valor de 30\$000, mas recusava-se a pagar 10\$000 em uma que deveria servir de escola<sup>263</sup>, ao menos silenciou. Parafrazeando a historiadora Magda Ricci (2002, p. 29), ao tratar de outro vigiense – o Barão de Guajará –, pode-se dizer que “Vigia é a terra de ilustres desconhecidos”.

### 2.3.2.2 Raymundo Bertholdo Nunes

Raymundo Bertholdo Nunes nasceu em 29 de março de 1847, na cidade de Vigia de Nazaré, no seio de uma família que não dispunha de grande poder econômico. Iniciou os estudos na sua cidade natal, como o seu irmão, professor Thomas Celestino Nunes<sup>264</sup>. Todavia, foi ao lado de seu outro irmão, Francisco Quintino de Araújo Nunes, a quem auxiliou como professor adjunto em uma escola na Vigia, em 1878, que Bertholdo Nunes

<sup>260</sup> República, 19/05/1899, p. 2.

<sup>261</sup> O Democrata, 04/03/1890, p. 2. Aludia a nota que a intendência da Vigia passou a perna, na capital do estado ao dar a uma rua daquela cidade o nome de Paes de Carvalho, e a outra o de Justo Chermont. “[...] Muito bem! Agora para completar a justiça deve [...] prosseguir no seu cometimento, *crismando* as travessas com os nomes de republicanos – *travessados*– Francisco de Moura Palha [...]”.

<sup>262</sup> República, 29/12/1900, p. 1.

<sup>263</sup> O Democrata, 04/08/1890, p. 2.

<sup>264</sup> Ver Soeiro (1991, p. 68-69); O Democrata, 11/10/1890, p. 2. O Democrata, 10/08/1892, p. 1. O Democrata, 23/09/1891, p. 1. A família Nunes era ligada ao exercício do magistério, uma importante fonte de renda nas cidades do interior da Província do Grão-Pará, quase sempre carentes de empregos economicamente vantajosos. Porém, a partir dele era possível galgar outras posições em uma sociedade pouco letrada, onde a formação educacional era valorizada.

(Figura 5) ganhou destaque nas páginas dos jornais que circulavam tanto em Belém quanto na sua cidade natal. Essa visibilidade devia-se principalmente à sua ligação com o Partido Liberal, de cujo órgão noticioso ele foi redator gerente<sup>265</sup>, cargo que lhe permitia responder às críticas à sua pessoa, como também criticar os seus adversários políticos, o que evidenciava as suas pretensões políticas.

Ainda assim, atualmente sua atuação no magistério rende-lhe mais notoriedade do que a sua atuação como articulista no mundo político, aspecto que é pouco conhecido, tanto que sua imagem em Vigia é geralmente associada às lides escolares e ao campo artístico, talvez por ser seu nome ligado como patrono a um dos mais distintos e tradicionais locais de ensino de Vigia, o que é reforçado pela presença de seu retrato posto em local de destaque, assim como pintado no muro que cerca a instituição.

Figura 5 - Retrato de encontrado na escola “Bertholdo Nunes”, em Vigia de Nazaré-PA.



Fonte: Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

Na capital paraense, Bertholdo Nunes foi nomeado para vários cargos, como amanuense da Assembleia Provincial<sup>266</sup>, contador dos Correios e Telégrafos<sup>267</sup> e bibliotecário público<sup>268</sup>. Essas nomeações quase sempre eram acompanhadas de notas na imprensa ressaltando o “seu caráter político”, como a publicada sob o sugestivo título de “A fome dos liberais”, na qual alude que um funcionário zeloso de seu cargo e necessitado do emprego, foi demitido “[...] para saciar a fome de mais um dos tipos da situação – o sr. Bertholdo Nunes” (Idem). Porém, nem só de

<sup>265</sup> A Constituição, n. 131 de 1881, p. 2.

<sup>266</sup> A Constituição, 05/05/1882, p. 1.

<sup>267</sup> A Constituição, n.92 de 1885, p.2; O Liberal do Pará, 26/07/1885, p.1; O Liberal do Pará, 14/10/1885, p.1.

<sup>268</sup> A Constituição, n. 158 de 1882, p. 2-3

nomeações e críticas era feita a vida desse vigiense radicado em Belém, que integrou a redação do jornal “Porvir” durante os festejos pelo 13 de Maio<sup>269</sup>.

Bertholdo Nunes foi eleito para a primeira secretaria da “Sociedade 15 de Agosto”, em 1882, entidade que organizava os festejos comemorativos da Adesão do Pará à Independência do Brasil<sup>270</sup>. Em 1883, ele foi escolhido para integrar a comissão central de uma associação abolicionista que deveria “[...] levar a efeito a abolição dos escravos [...]” no Pará, contando com o apoio do Grêmio Literário Português, entidade à qual agradeceu pela doação de um livro em que seriam registradas as atas das reuniões da referida associação abolicionista<sup>271</sup>. Além dessa função, lecionou por um longo período no Colégio “Franco-Brasileiro”, chegando a diretor interino e vice-diretor deste instituto, que o qualificou como um dos moços cujas maneiras cativam e cujo talento fazia adivinhar nele uma das mais belas esperanças da mocidade paraense,<sup>272</sup>.

Embora estivesse fixado em Belém, Bertholdo Nunes não esqueceu suas raízes, inclusive em 1885 festejou o seu natalício com seus amigos residentes nesta cidade<sup>273</sup>, que poderiam ser vigienses que participavam das celebrações de “31 de Agosto”, data alusiva à adesão da Câmara de Vigia à Independência do Brasil<sup>274</sup>. Em 1886, realizou uma sessão solene, justificando que: “Sempre que se trata de uma data de patriotismo, nunca são demais os esforços empregados para realizá-la à altura do fato que se comemora.” Iniciativas como esta certamente lhe renderam manifestações de apreço dos vigienses durante a sua estadia naquela cidade em 1884, para tratar da saúde, quando foi saudado pela banda de música “31 de Agosto” e por um grande número de amigos, como registrado na nota “Notícias de Vigia”<sup>275</sup>. Passagens como esta acalentavam o seu sonho de ocupar um assento no parlamento provincial, que foi interrompido um ano antes<sup>276</sup>.

<sup>269</sup> O Liberal do Pará, n. 115 de 1888, p. 2. O referido periódico era um órgão do Colégio Ateneu Paraense.

<sup>270</sup> O Liberal do Pará, 247 de 1882, p. 2. A Constituição, n. 166 de 1883, p. 3. Ocupou o cargo de segundo secretário dessa mesma instituição em 1883.

<sup>271</sup> A Constituição, n. 125 de 1883, p. 2

<sup>272</sup> Diário de Belém, n. 262 de 1882, p. 2. A Constituição, n. 04 de 1883, p. 4.

<sup>273</sup> Diário de Belém, n. 71 de 1885, p. 3-5.

<sup>274</sup> A constituição, 31/08/1886, p. 1. O Democrata, 02/09/1890, p.1. O Democrata, 01/09/1891, p.1. O Democrata, 31/09/1892, p.1. Importante meio usado por Nunes para conseguir visibilidade, onde ganhava capital político, as comemorações pelo “31 de Agosto” continuaram, a ser encenadas após a proclamação da República.

<sup>275</sup> O Liberal do Pará, 249 de 1884, p. 2.

<sup>276</sup> Diário de Belém, n. 161, p. 3, 1883. Bertholdo, apesar da pretensão de concorrer ao parlamento paraense em 1883, não apresentou um programa, por ser, segundo ele, algo que não inspirava confiança. Porém, comprometera-se a trabalhar para o desenvolvimento da instrução pública, abolição do elemento servil, assim

Foram cogitados vários motivos do seu nome não ter sido indicado como representante da Vigia para concorrer pelo Partido Liberal. Certamente ele sabia das dificuldades, porém não foram explicitadas<sup>277</sup>, possivelmente para não gerar atritos entre os chefes nem dissabores internos, afinal, outros pleitos eleitorais viriam. Acerca dessas considerações é bem elucidativa a nota assinada com o pseudônimo de “Os Onças da Vigia”. Nela, consta que a recusa do nome de Nunes partiu dos chefes do partido, pelo fato de ele não proceder de uma família rica, ao contrário do eleitorado da Vigia e de outras localidades do interior, inclusive da capital, que acolheram a ideia. A nota também desmente a versão de que ele tencionava sair do Partido Liberal e terminava em tom imperativo, apenas pedindo: “[...] uma coisa ao sr. Bertholdo Nunes, e esta é que não ceda um só passo porque queremos ver o fraco perante o forte!”<sup>278</sup>

Em sucessivas notas Bertholdo Nunes agradece e assevera que, impelido pelas circunstâncias, não poderia prescindir do decidido e valoroso apoio do brioso e esclarecido eleitorado do 1º círculo eleitoral, que não se movia pela fortuna ou pelos títulos. Aludia que seguia firme na causa liberal e nos princípios democráticos<sup>279</sup>. Essas discussões aparentemente surtiram efeito, pois seu nome apareceu no edital lançado pelo juízo de paz do 4º Distrito Eleitoral da capital, como um dos nomes a serem sufragados para a escolha de quatro integrantes, que, somados a outros, perfariam os dez representantes do 1º Distrito Eleitoral da Província paraense<sup>280</sup>. Todavia, ao que tudo indica, esse irmão de Araújo Nunes não conseguiu o tão almejado assento entre os deputados provinciais, mesmo depois de enfrentar esses percalços.

Teriam sido esses entraves à sua ascensão política que o levaram a participar da reunião de fundação do Club Republicano do Pará, em 1886, e ter redigido a ata de fundação dessa agremiação política, ainda que não a tenha assinado, segundo suas palavras, por uma questão de descuido? Possivelmente sim. Porém, por não tê-la assinado, o seu nome não pôde

---

como por meios que facilitassem o desenvolvimento material das localidades do interior que compreendem o 1º círculo eleitoral, isto é, Vigia, que, depois de Belém, possuía mais eleitores, assim como outras localidades do Salgado. Lembra igualmente das classes artísticas, que, em sua visão, eram importantes para a humanidade.

<sup>277</sup> Idem.

<sup>278</sup> Diário de Belém, n. 163 de 1883, p. 3.

<sup>279</sup> Diário de Belém, n. 203 de 1883, p. 3. Diário de Belém, n. 207 de 1883, p. 3. Diário de Belém, n. 207 de 1883, p. 3. Em nota datada de 13 de setembro de 1883, mencionava que, ao contrário do que propagava o editorial do “Diário de Notícias” do dia 11, ele não protestava apenas contra a decisão dos chefes liberais, mas também dava as suas propostas de como iria usar da confiança de seus eleitores.

<sup>280</sup> A Constituição, n. 262 de 1883, p. 3. A Constituição, n. 209 de 1893, p. 3. Para o que deve ter colaborado os dois votos recebidos em Collares, assim como outros 60 derivados de outros lugares.

ser incluído entre os chamados “republicanos históricos”, pois, como lembra Manoel Barata, nesse tempo ele era ligado ao Partido Liberal, e assim se manteve por mais três anos.

Três anos depois, Bertholdo Nunes, na qualidade de examinador dos alunos do “Lyceu Paraense” no que concerne às matérias pedagógicas das primeiras letras e literatura, em nome desse instituto saúda o príncipe consorte do Brasil, Conde D’Eu, quando de sua passagem por Belém<sup>281</sup>. Em seu pronunciamento elucida que a passagem desse membro da família imperial foi importante para o progresso, sobretudo, no que concerne à instrução pública, ponto ressaltado no discurso que finalizou entregando um exemplar do periódico produzido pela instituição, após mencionar que ele, Nunes, alimentava a robusta convicção de que o visitante, consorte da herdeira presuntiva da Coroa, daquele momento em diante seria patrono consciencioso da Amazônia, e que para ela faria raiar um novo tempo de esperança<sup>282</sup>. Tempo que não veio. Quem veio foi a República, e com ela a mudança do discurso de Nunes, que não mais apoiava um possível Terceiro Reinado, sob a coroa de Izabel.

Com o mesmo tom laudatório com que saudou o príncipe consorte do Brasil, Bertholdo Nunes dirige-se a Paes de Carvalho felicitando-o, dias após a “Adesão do Pará” à República, quando este assumiu o cargo de vice-governador do Pará. Em seu novo discurso reconheceu que Paes de Carvalho não foi o principal agente do processo de adesão, mas foi indubitavelmente a:

[...] a alma benéfica da revolução que firmou neste Estado o regime republicano, durante o período mais agudo de ansiedade e temor, nunca ele manifestou-se tímido, ou arrebatado, mas sempre providente e calmo, não foi um agitador do povo, mas um conciliador de facções; evitou com rigor a demagogia, porque já tinha preferido ser o missionário da e da concórdia.<sup>283</sup>

Esse discurso provavelmente era uma tentativa de garantir simpatias políticas entre os novos donos do poder, afinal, o processo de conformação do cenário político ainda não estava consolidado. Prova disso são as divisões que levaram as facções que aparecem unidas na carta, a se dispor a lutar pelo poder, formando os partidos políticos da base e de oposição ao governo.

O próprio autor da carta passou a dar franco combate ao PRP, partido de Paes de Carvalho e de seus aliados, visto que se filiou ao PRD. Sobre a sua filiação a esse partido, em resposta ao seu conterrâneo Francisco de Moura Palha, comenta: “[...] plenamente satisfeito e

---

<sup>281</sup> O Liberal do Pará, 20/10/1889, p. 1.

<sup>282</sup> O Liberal do Pará, n. 167 de 1889, p. 2.

<sup>283</sup> O Libera do Pará, n. 291 de 1889, p. 2.

de acordo com a nova e patriótica orientação [...] <sup>284</sup>, filiei-me ao partido democrata, no qual permanecerei enquanto não me convencerem de que outros há que visam horizontes mais amplos e límpidos”. O tom afirmativo e também ofensivo da carta deve-se ao fato de que, segundo o autor, Moura Palha não se prendia a partidos políticos, e sim almejava destes apenas benefícios próprios, em detrimento do coletivo. Ao contrário dele, que se declarava um defensor dos desfavorecidos pelos poderes públicos.

Nunes ressaltou ainda que se filiou ao PRD porque este lhe apresentou um programa político condizente com os princípios democráticos que tenderiam a nortear o novo regime. Princípios presentes na pauta dos liberais quando subiram ao poder com Ouro Preto, cujo programa pretendia preparar um regime de transição política, o que prova a adesão maciça dos liberais e outros grupos políticos que esperavam pela República.

Ainda que não estivesse compondo a base governista, Bertholdo e seu irmão, professor Araújo Nunes <sup>285</sup>, pediam insistentemente aos poderes constituídos que destinassem às localidades do interior melhoramentos públicos, já defendidos em 1881 no parlamento provincial unanimemente liberal. No que tange à Vigia, advogavam a favor de melhoramentos e instalação de externatos/colégios de curso primário e secundário. Pediam igualmente a construção de um ramal que deveria ligar a “Waimar Paraense” à estrada de Ferro de Bragança, melhorando assim a comunicação com a capital paraense <sup>286</sup>.

Acerca dos melhoramentos educacionais, insistiam que estes trariam ganhos não somente para a sua cidade, mas igualmente a outras localidades da região do Salgado. Segundo as diversas notas publicadas na imprensa, isso permitiria às famílias de poucos recursos financeiros que pretendessem instruir os seus filhos, não enviá-los a Belém, onde o custo de vida era dispendioso. Apontaram como exemplo os colégios instalados em Santarém e Cametá, onde havia, inclusive, convênio entre o governo e entidades particulares. Preconizavam igualmente que era dever do governo republicano levar e incentivar a instrução/educação entre os brasileiros, para que os mesmos fossem úteis à sociedade em que viviam, além de ser um direito dos brasileiros <sup>287</sup>.

Apesar de confiar no governo para o desenvolvimento da educação “sem olhares políticos”, Bertholdo não conseguiu a instalação do “Gynasio Vigeiense”, que seria

---

<sup>284</sup> O Democrata, 14/01/1890, p. 3. O Democrata, 15/01/1890, p. 2. O Democrata, 16/01/1890, p. 2.

<sup>285</sup> O Democrata, 17/01/1893, p. 2. O professor Francisco Quintino de Araújo Nunes morre em janeiro de 1893.

<sup>286</sup> O Democrata, 02/05/1890, p. 2. Outra alcunha citada pelo jornal “Gazeta de Notícias”, provavelmente em alusão a “efervescência” intelectual atribuída aos filhos de Vigia nesse período.

<sup>287</sup> O Democrata, 20/04/1890, p. 2. O Democrata, 26/04/1890, p. 2. O Democrata, 20/01/1891, p. 1.

subvencionado pelo governo, no valor de 6.000\$000 ao ano, como ocorria com o Instituto Santareno, de propriedade do Barão de Tapajós<sup>288</sup>. Tal consentimento não ocorreu nem mesmo após a sua ida para o PRP, por ocasião da cisão deste partido em 1897, quando muitos democratas assim procederam devido à extinção do PRD. Sua mudança para este partido, por ter, talvez, lhe “mostrado outros horizontes mais límpidos e promissores”, implicou em críticas da oposição, que o viu às voltas com antigos inimigos políticos, como o Francisco de Moura Palha, de quem se tornou “amigo dos dentes pra fora<sup>289</sup>”.

As críticas à sua atuação como “cabra-eleitoral” do PRD se intensificavam principalmente nos períodos eleitorais, isso porque ele não foi eleito para o cargo de deputado constituinte pelo PRD, como pretendia, ainda que, segundo a oposição, por ocasião da escolha dos nomes a serem sufragados para o Congresso Paraense em 1891, tenha pleiteado com veemência o cargo de senador, pretensão que era atribuída aos serviços prestados a este partido pelo seu irmão, o professor Araújo Nunes, que era, o de assobiar pela Vigia a marcha política desse partido, como também comentavam os opositores<sup>290</sup>. Mas o que teria contribuído para o seu nome não deslanchar no cenário político? Duas assertivas são plausíveis. Uma é de que o professor não fez “a lição de casa”, como mandava a cartilha política; e a outra é a de que ele não atingiu a média avaliativa no “resultado das eleições”. Quanto a esta última, pode-se dizer que é uma resposta corriqueira, pois alega que os resultados finais não condiziam com os colhidos inicialmente nas urnas<sup>291</sup>. Acerca da primeira, há indícios entre a oposição, tanto durante a sua estadia no PRD quanto no PRP.

Em 1890, o diretório da capital o enviou a Vigia para averiguar com os chefes, seus correligionários, o motivo de terem perdido as eleições, ao que se adiantava a dizer que os democratas eram homens negativos para a resignação política<sup>292</sup>. Em 1900, o PRF mencionou que, apesar de ir pessoalmente e mandar toda a parentela servir na mesa eleitoral de Porto Salvo, Bertholdo Nunes tomou um susto, haja vista que não acompanhou “[...] a inspetoria escolar da sua terra e por isso não passou de aspirante a deputado [...]”, assim como não passava de mestre de cerimônia a *Venerável* da loja maçônica *Firmeza e Humanidade*, apesar da predileção de Pedro Chermont pela sua pessoa<sup>293</sup>. Além disso, sua união com Moura Palha

---

<sup>288</sup> O Democrata, 29/01/1891, p. 2. O Democrata, 26/02/1891, p. 2.

<sup>289</sup> República, 09/01/1890, p.1.

<sup>290</sup> A República, 07/03/1891, p. 1.

<sup>291</sup> República, 12/01/1900, p. 3.

<sup>292</sup> A República, 25/09/1890, p. 1.

<sup>293</sup> República, 22/02/1900, p. 3.



suscitava comentários. Seus adversários mencionavam: “Quem não tem prestígio são os *Pilhas* e os *Bertholdos*, os quais perderão o crédito perante o eleitorado [...]. Seu Bertholdo, v.s. tanto pescou que afinal caiu no anzol do *Pilha* que lhe fez cair junto com ele”<sup>294</sup>.

Raymundo Bertholdo Nunes, um dos mais expressivos nomes da sociedade vigiense do final do século XIX e início do XX, não alcançou a projeção almejada no rendoso, seletivo, estreito e competitivo mercado político, ainda que procurasse por horizontes límpidos e promissores. Todavia, teve o seu trabalho como professor reconhecido por Marcionilo Alves, seu ex-aluno, que assim como ele atuou tanto no meio político quanto no meio educacional vigiense. Este dedicado e grato aluno o homenageou em 1953, dando o seu nome a um estabelecimento escolar de sua propriedade, que em momento de crise financeira foi subvencionado pelo governo do estado, tal como pretendia o seu patrono nos anos finais do Império e início da República.

A memória deste imortal da Academia Paraense de Letras, falecido em Belém, dia 17 de novembro de 1925, é também guardada pela “Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto”, entidade não governamental, que ele ajudou a organizar oficialmente em outubro de 1871, na sua terra natal. Neste sentido, a história oficial apagou a não tão brilhante carreira política e valorizou imagem de Bertholdo Nunes como membro da elite política ligada ao meio intelectual, como “inteligência imortal! Mente fértil, e imortal”, tal como expressa o hino do “Ginásio Bertholdo Nunes”<sup>295</sup>.

### 2.3.2.3 Coronel João Rodrigues dos Santos

O atual município de São Caetano de Odivelas tem como um dos expoentes de sua história política o coronel professor João Rodrigues dos Santos.<sup>296</sup> Provavelmente a sua ligação com esta localidade do Salgado tem início em 1869, quando passou desempenhar a profissão de professor na então vila de São Caetano.<sup>297</sup> Durante a sua atuação naquela localidade construiu

---

<sup>294</sup> República, 12/01/1900, p. 3.

<sup>295</sup> Nunes não viu o seu único livro sair do prelo, mesmo tendo sido aprovado pelo governo.

<sup>296</sup> Livro de Óbito n. 07 (antigo 05): Atestado de Óbito do coronel João Rodrigues dos Santos. Cartório Paranhos Gurjão. Livro correspondente aos anos de 1910-1918. Óbito n. 40, p. 62-63. Estre as informações contidas no Registro de Óbito, consta que Gurjão era um homem branco, nascido na cidade de Belém, que faleceu às dez horas da noite, em sua residência situada à Praça da República, em São Caetano, com a idade de sessenta e oito anos, em decorrência de “sessão cardíaca” no dia 13 de agosto de 1913. Ele era um dos filhos do capitão Ricardo José de Oliveira Santos.

<sup>297</sup> O Liberal do Pará, n. 032, de 1869, p. 2. Uma nota publicada na coluna “Publicações a Pedido” comentava que João Rodrigues dos Santos, ex-aluno do Colégio Paraense, havia sido aprovado com louvor em todas as

um círculo de amizades, além de contrair matrimônio com Bernardina Dalmacio dos Santos, filha do abastardo comerciante Jacob Baptista Dalmacio<sup>298</sup>. O seu casamento se revelou promissor, sobretudo porque ele que não era filho do lugar, e aspirava uma projeção no campo político, como se pode perceber em notas posteriores. Em novembro de 1876, João Rodrigues dos Santos, juntamente com seu sogro e mais dez pessoas, promoveram um abaixo-assinado no qual manifestavam “[...] eterna gratidão ao digno humanitário e ilustrado médico, o ilustre sr. dr. Augusto Thiago Pinto, pela maneira delicada e bondosa com que se houve na vacinação de nossos e pessoas da família, no curto espaço de tempo que esteve entre nós”<sup>299</sup>.

Nos primeiros meses do ano de 1884, São Caetano foi novamente atingida por outra moléstia. Dessa vez foi a varíola, que preocupou as autoridades devido ao risco de proliferação pelo Salgado. Em Curuçá, assim como em Vigia, foram detectados casos da doença, para onde enviaram médicos e outros socorros. Em 16 de junho desse mesmo ano, as autoridades da Província foram informadas sobre o controle do surto, ao que em muito contribuiu a vacinação que vinha sendo realizada desde o dia 28 de maio desse ano. Nesse período, o professor João Rodrigues dos Santos, informava que já tinham sido vacinadas 287 pessoas de diferentes idades e de ambos os sexos<sup>300</sup>. Por esses “[...] serviços humanitários [...] que prestou à população da vila [...]”, em sessão na Assembleia Provincial, o presidente da província pediu que lhe fossem concedidas homenagens<sup>301</sup>.

Com quase trinta anos dedicados ao exercício do magistério, grande parte exercidos em São Caetano de Odivelas, no dia 9 de dezembro de 1885, esse belenense teve o seu pedido de jubilação aprovado e assinado pelo presidente da província, Tristão de Alencar Araripe<sup>302</sup>, após a análise da Assembleia Provincial, que o julgou merecedor de receber os seus proventos na íntegra e com gratificações, de acordo com artigo 1º da Lei nº 1256, de 1885. A concessão ocorreu diante dos olhares atentos dos liberais, para quem as aposentadorias se constituíam em “[...] quatro colunas do grande templo da corrupção – na primeira está sobreposta a figura ainda coberta do véu; na segunda está sem véu algum; na terceira está triunfante e na quarta chega à cúpula do edifício”, isso porque era um assunto do qual as Assembleias Provinciais frequentemente se

---

etapas do exame para professor de 3ª classe das escolas de São Caetano de Odivelas, época em que contava com treze anos exercendo o magistério.

<sup>298</sup> O Liberal do Pará, n. 163 de 1884, p. 3. A República 28/06/1890, p. 2. Este comerciante, que mandou construir com recursos próprios, entre outras obras, a capela do Bom Jesus dos Navegantes, de quem era devoto, onde a população local se congregava para as práticas religiosas. A nota comenta igualmente que por ocasião da excursão do governador Justo Chermont, pendia na sacristia da dita capela um retrato pintado a óleo do fundador da confraria local.

<sup>299</sup> Jornal O Liberal do Pará, n. 1876, p. 2.

<sup>300</sup> O Liberal do Pará, 24/06/1884, p. 1.

<sup>301</sup> A Constituição, 20/06/1884, p. 1.

<sup>302</sup> A Constituição, 15/05/1886

ocupavam largamente, em vista do grande número de pedidos. Essas rogativas na maioria das vezes eram concedidas, e algumas excediam demasiadamente “[...] *os que têm a cor de interesse particular e de partido* aos que se podem considerar escoimados de favor e particularidade.” E concluía chamando a atenção para os casos da administração do Pará<sup>303</sup>.

A julgar pelos serviços prestados em favor da comunidade, como a prestação de socorro nos períodos de moléstias, o exercício da docência, somados aos laços de parentesco com pessoas gradas daquela terra, o professor João R. dos Santos voltou-se ainda mais para os assuntos políticos. Esses predicados que lhe eram inerentes e lhe davam notoriedade no meio social, foram realçados quando ele passou a gerir os negócios comerciais da família de sua esposa, após a morte do seu sogro, o dono da firma “Jacob Baptista e Cia”, mediante indenização ao seu cunhado, Cypriano Ferreira Dalmacio<sup>304</sup>. Este comércio certamente fez aumentar o número de “clientes”, sobretudo os ligados ao cenário político. Afinal, o comércio é um ramo que pode atender às pessoas de forma imediata, nos mais diversos momentos, em especial nos casos de grande necessidade, tanto com gêneros alimentícios quanto com dinheiro.

No entanto, segundo a coluna “Chronica Política”, é na condição de professor aposentado que João Rodrigues dos Santos, então líder do Partido Conservador, aparece capitaneando um grupo de desordeiros armados de punhais e revólveres, e se põe a agredir Gerônimo Rodrigues e João Figueiredo, que estavam na casa de Cypriano Dalmacio. Esse episódio contou a conivência dos soldados de polícia, que anteriormente tinham ferido o inocente tipógrafo do *Liberal*, de nome Abel, que assim como Hilário Sant’Anna, que fora ferido na cabeça por uma cacetada desferida pelo forasteiro Acrísio Motta, procedeu ao exame de corpo de delito. Os soldados e os homens liderados pelo genro de Jacob Dalmacio saíram pela vila, de sabres desembainhados à procura dos moços do *Liberal* para prendê-los, espancá-los e feri-los. Diante desses fatos, conclamava-se ao presidente da província e o chefe de polícia para que tomassem providências e colocassem sob a sua proteção legal as vítimas desse clamoroso atentado<sup>305</sup>.

Certamente, foi como chefe conservador que João Rodrigues dos Santos tomou parte, juntamente com o seu cunhado, Cypriano F. Dalmacio, João Braz de Souza, Raimundo Ferreira Rodrigues e Gonçalo de Lima Ferreira, na solenidade realizada em 26 de novembro de 1889 na Câmara local, na qual aderiram ao novo regime. Esse posicionamento o levou a ocupar o cargo de vice-presidente do Conselho de Intendência e o de subdelegado de polícia, em substituição

---

<sup>303</sup> O Liberal do Pará, 11/01/1887, p.1.

<sup>304</sup> O Liberal do Pará, n. 163 de 1884, p. 3.

<sup>305</sup> Jornal O Liberal do Pará, 06/09/1888, p.1.

ao cidadão Bibiano Luiz do Carmo<sup>306</sup>, embora tenha flertado com outros partidos<sup>307</sup>, no bojo das definições do cenário político. Sua atuação no Conselho de Intendência foi acentuada, sobretudo quando ocupou a presidência em ocasiões solenes, como, por exemplo, nos festejos cívicos, assim como na recepção às autoridades governamentais.

Como intendente interino, em junho de 1890, Rodrigues dos Santos esteve à frente de um numeroso préstito para receber o governador Justo Chermont e comitiva, durante a visita a São Caetano, ocasião em que foi realizada uma sessão extraordinária e solene no “Paço Republicano da Intendência Municipal” em sua homenagem. A magnitude dessa sessão e a importância da ata, segundo a matéria, serviram para demonstrar aos seus munícipes que após o advento da República, eles tiveram o inefável prazer de receber a visita do governador do estado, “[...] fato que jamais aconteceu no tempo da velha e extinta monarquia”<sup>308</sup>. O governador e comitiva, juntamente com alguns políticos locais, após assignarem a ata, visitaram prédios públicos e foram saudados pelas bandas marciais dos Clubs “Republicano” e “Democrata”, além de desfrutar um lauto banquete servido na casa do anfitrião<sup>309</sup>.

No mês de agosto de 1890, a vila de São Caetano novamente estava embandeirada, desta vez para celebrar um dos momentos mais importantes de sua atuação político-administrativa: a instalação do termo cível local, o que lhe garantiria maior autonomia em relação à cidade de Vigia. A comitiva composta, entre outros, por Pedro Chermont, Gonçalo Ferreira e repórteres dos jornais “A Província do Pará” e “A República”, como de praxe, foram recepcionados pelo então chefe do diretório local do Partido Republicano<sup>310</sup> e intendente interino, professor João Rodrigues dos Santos. Após a solenidade de instalação realizada pelo juiz de direito Alfredo

<sup>306</sup> O Democrata, 01/03/1890, p. 1. Segundo a nota, tal cargo foi obtido por ser um *arvorado republicano radical*. Jornal A República, 15/03/1890, p. 1. Em 13 de março de 1890, foi substituído por João Braz.

<sup>307</sup> O Democrata, 19/01/1890, p. 2. Comenta que “Assim são todas as adesões arranjadas no *Salgado* para o *disque* partido radical: o professor João Rodrigues dos Santos na mesma data em protestava a sua dedicação ao referido partido, fez iguais protestos ao conservador-federalista, como membro do diretório paroquial do mesmo em S. Caetano”. O Democrata, 19/04/1891, p. 2. Registra o nome de João Rodrigues dos Santos como sendo candidato a deputado pela União Patriótica ao Congresso do Estado, coligação formada pelo PRD e PNC. A República, 11/04/1891. Candidatura que é desmentida por meio da nota “Mais um engano”, na qual, por intermédio da imprensa oficial do PRP, declarava que não autorizou pessoa alguma a, abusando de seu nome, incluí-lo na chapa do Partido Nacional. Isso porque, republicanos fieis aos seus princípios jamais aceitariam o mandato de uma coletividade que surgiu na arena política hasteando um pavilhão incongruente e antipatriótico. E, por isso, finda a nota protestando “[...] contra o abuso e mais uma vez assegura aos chefes republicanos toda a sua lealdade e solidariedade”.

<sup>308</sup> A República, 28/06/1890, p. 2.

<sup>309</sup> A República, 29/06/1890, p. 2. Oficialmente, o intendente capitão Antonio Francisco dos Santos deixou de comparecer à recepção do governador em decorrência do estado de saúde de sua esposa. Porém, O Democrata, 22/06/1890, alude que motivo foi a apatia que o capitão Antonio Santos nutria pelo governador, mesmo eles sendo parentes. Aquele era irmão do sogro de Pedro Chermont, que, por vez, era irmão de Justo.

<sup>310</sup> A República, 01/10/1890, p. 2. Traz a relação de três diretórios do PRP localizados na região do Salgado. São eles: São Caetano, Bragança e Colares. O de São Caetano tem como presidente João Rodrigues dos Santos.

Barradas, ocorreram numerosos e entusiásticos brindes, entre os quais o do sr. Olinto Rocha ao presidente da intendência, a Barradas, a Gonçalo Ferreira, dentre outros<sup>311</sup>.

As festas pelo advento da República e a adesão do Pará consistiram nos pontos altos, em que Rodrigues dos Santos demonstrou o seu potencial político. Em 16 de novembro de 1890, segundo a nota “Festas de 15 e 16 de Novembro – S. Caetano”, o cidadão vice-intendente, em alocução sucinta e breve, fez ver ao auditório que esses acontecimentos políticos causaram “[...] assombrosa admiração às nações estrangeiras, pela placidez com que ocorreu entre nós, sem que sangue brasileiro regasse este solo, e sem que a ordem ressentisse-se”<sup>312</sup>.

Uma solenidade semelhante ocorreu em 15 de novembro de 1891. Porém, esta certamente teve outro sabor para o esposo de dona Bernardina, que fora empossado ao meio dia, com toda a pompa, no cobiçado cargo de intendente municipal, juntamente com outros membros do Conselho. Na ocasião, o orador oficial, professor José d’Oliveira Santos<sup>313</sup>, soube conquistar o numeroso público, ao saudar o dr. Sodré, governador do estado, como o republicano intemerato que não tem transgredido uma só vez o seu passado republicano. Segundo a nota, terminada a sessão, os cumprimentos foram dirigidos ao major Antonio Francisco dos Santos e ao chefe do partido republicano local, tenente-coronel João Rodrigues dos Santos, que agradeceu comovido a manifestação do povo, em nome diretório do PRP e do Conselho Municipal. O festejo desse dia continuou no Club Republicano local, onde havia um retrato do “simpático” governador. A noite de regozijos findou com uma brilhante *soirré* realizada na casa do chefe do PRP<sup>314</sup>.

Com suas bases políticas sólidas e na condição de intendente eleito com 179 votos na 3ª Secção Eleitoral<sup>315</sup>, em agosto de 1893, o tenente-coronel Rodrigues Santos recepcionou o governador Lauro Sodré. Após as saudações habituais na Intendência, o anfitrião e seus convivas percorreram as principais ruas da cidade, previamente enfeitadas, para demonstrar a importância do momento político. Porém, os laços políticos entre esse republicano histórico e o antigo chefe conservador foram desfeitos por ocasião da cisão do PRP em 1897.

As escaramuças na política odivelense, reflexos da política estadual, a partir de então foram protagonizadas por lauristas e lemistas, que tinham em Francisco dos Reis Pinheiro e

<sup>311</sup> A República, 29/08/1890, p. 2.

<sup>312</sup> A República, 04/12/1890, p.2.

<sup>313</sup> A República, 18/03/1891, p. 2. Na nota “Revogação de concurso”, posta na coluna Solicitados, Ricardo José d’Oliveira Santos menciona que a sua aprovação como professor efetivo de 3ª entrância no Instituto de Educandos nada tem a ver com a influência política de seu irmão, João Rodrigues dos Santos, sobre os eleitores de São Caetano, tampouco influenciou na sua escolha, como consta no “O Democrata, de 15/03/1891.

<sup>314</sup> A República, 22/11/1891, p. 1.

<sup>315</sup> A República, 14/10/1891, p. 1. Rodrigues dos Santos teve como concorrente representando a coligação União Patriótica João Florêncio de Figueiredo, que nessa sessão obteve apenas seis votos.

no coronel João Rodrigues dos Santos os seus respectivos líderes locais, como ocorreu nas eleições para o senado federal, realizadas em 31 de novembro de 1899. Em meio às denúncias de fraudes – como duplicata de cédulas e outras arbitrariedades – segundo a nota, os mesários da 3ª Secção Eleitoral, réus confessos, declaravam que agiam em nome do coronel Rodrigues dos Santos, a quem obedeciam porque falava em nome do governo<sup>316</sup>. Tal posicionamento político possibilitou a sua participação no Congresso Político de 1903, como atesta a lista com os nomes dos líderes interioranos, postos no monumento comemorativo erguido no local.

Os derradeiros dias desse professor aposentado, coronel da Guarda Nacional, não foram ao largo da política. Observando os registros de óbitos no cartório local entre 1903 e 1913, percebe-se que o seu nome aparece repetidamente como delegado de higiene pública, cargo que provavelmente ocupava através da política. Personagem ímpar da sociedade odivelense, seu nome figura em uma das principais ruas da cidade, além de uma banda de música patrocinada por ele, e atualmente é um dos orgulhos da cidade em que foi sepultado (Figura 6). Todavia, sua trajetória como professor, e principalmente sua atuação político e oficial da Guarda nacional devem ser pouco conhecidas pelos odivelenses, mesmo pelos alunos da escola de música que não possui a mostra uma placa contando a “história” de seu patrono. Obscurantismos que por vezes é quebrado por algum curioso que se debruçou em algum livro de história local que conta algumas de suas artimanhas, porém ainda assim o leitor deve está atento para estabelecer nexos entre o coronel João Rodrigues dos Santos e o nome do patrono da escola, haja vista que, sua patente de coronel seguida de seu primeiro nome não figuram no nome oficial da instituição.

Figura 6 - Prédio da Banda musical “Rodrigues dos Santos”, em São Caetano de Odivelas-PA.



Fonte: Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

<sup>316</sup> República, 05/01/1900, p.1.

#### 2.3.2.4 Coronel Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães

Em 1876, o jornal “A Constituição”, ao analisar os professores do interior da Província do Pará, comentava: “Há professores que se distinguem por sua inteligência, zelo e dedicação. E folgo muito ter essa ocasião para mencionar os seus nomes e recomendá-los à atenção do governo, e a consideração dos pais de família”. Entre os dedicados professores que deveriam cair nas graças do governo estava o distinto e zeloso professor de uma das escolas de Curuçá, professor Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães<sup>317</sup>, nascido em 11 de julho de 1849, na cidade de Vigia. Em 1868, como estudante do 2º ano do “Colégio Paraense”, foi aprovado com distinção em francês<sup>318</sup>. No ano seguinte, estava entre os concorrentes para ocupar a cadeira de ensino primário no Rio Capim<sup>319</sup>. A chegada deste vigiense a Curuçá, onde fez carreira política, data de 1870, aproximadamente, quando foi trabalhar em uma escola pública. Um ano depois, casou-se com Maria de Nazareth Alves Guimarães, filha de uma família tradicional da cidade, união que deve ter contribuído para a sua ascensão na vida pública local nos anos posteriores (FERREIRA, 2002).

Apesar de estabelecer matrimônio e moradia em Curuçá, onde exerceu o cargo de delegado de higiene pública em 1887<sup>320</sup>, o professor Ferreira Guimarães não se afastou completamente dos assuntos de sua terra natal. Em 1888, foi nomeado tenente-coronel para comandar primeiramente o 16º Batalhão da Guarda Nacional de Vigia<sup>321</sup>, e posteriormente comandou o 10º Batalhão da mesma corporação<sup>322</sup>. Todavia, foi na terra de sua esposa que Ferreira Guimarães fez da política um meio de distinção social, o que se deve ao seu trabalho como professor, que se destaca nas matérias jornalísticas referentes a esta personagem.

Em artigos publicados por cidadãos ligados ao Partido Liberal contra o padre Feliciano Dias de Abreu, encontramos o nome do professor Ferreira Guimarães e de outros membros do Partido Conservador, que “[...] foram levados pela justiça de sua causa a queixarem-se ao exm. sr. presidente da província [...]”, contra o dito sacerdote<sup>323</sup>. As rusgas entre Ferreira Guimarães e o padre Feliciano Dias de Abreu foram novamente citadas dias depois em outra nota publicada pelo liberal Cândido Barbosa de Lima, na qual comenta que o professor Manoel J. F. Guimarães, um homem “revestido de sua pacífica moderação”, então chefe conservador, deixou de concorrer ao cargo de vereador na eleição de 1876, por discordar dos

<sup>317</sup> A Constituição, n. 18 de 1876, p. 2.

<sup>318</sup> Diário de Belém, 14/10/1868, p. 1.

<sup>319</sup> Diário de Belém, n. 031 de 1869, p. 2.

<sup>320</sup> Diário de Belém, n. 026 de 1887, p. 2.

<sup>321</sup> Diário de Belém, n. 186 de 1888, p. 2.

<sup>322</sup> Diário de Belém, n. 200 de 1888, p. 2.

<sup>323</sup> O Liberal do Pará, n. 196, p. 2.

métodos agressivos utilizados pelo vigário, que havia contratado mais de duzentos capangas para atuarem contra os adversários<sup>324</sup>. Este incidente não esmoreceu as pretensões políticas desse professor ligado à tradicional família “Alves”, afinal, os enfiamentos e recuos fazem parte da vida daqueles que almejam a liderança política.

Na legislatura de 1887, para compor a Câmara de Curuçá, pode ser encontrado entre os pares o professor Ferreira Guimarães (Arquivo público do Pará, 1916). Foi possivelmente essa legislatura que assistiu a queda do regime monárquico e relutou por quase três meses em aderir ao novo sistema de governo. O conservador Ferreira Guimarães estava entre os nomeados pelo Governo Provisório para compor o Conselho de Intendência, por meio do Decreto nº 66, de 22 de fevereiro de 1890, e veio assumir os assuntos político-administrativos de Curuçá após a assinatura do Decreto nº 65, assinado no mesmo dia e ano<sup>325</sup>. Essa posição certamente contribuiu para a sua adesão ao novo regime pela base governista, o que se deu quando da constituição do diretório local do PRP, em que figurava onze dias antes como um dos membros<sup>326</sup>. Assim começou a sua escalada política no regime republicano.

Em 19 de março de 1890, a sua estadia na capital paraense foi anunciada pela imprensa governista, sendo citado como membro da intendência<sup>327</sup>. Este órgão de imprensa lhe deu grande destaque por ocasião da passagem do governador Chermont por Curuçá. Como adjectivou a nota, ele era “uma das prestimosas influências do município” que estiveram presentes no desembarque da comitiva. Durante a solenidade no Paço da Intendência, após saudar oficialmente o governador, proferiu um discurso em nome da Vila, em que defendeu abertamente a pessoa do ilustre convidado contra as acusações divulgadas na imprensa oposicionista, por pessoas que tiveram seus auxílios prejudicados, e por isso o acusaram de pouco ou nada fazer pelas localidades do interior, assim como de esbanjar o dinheiro público em coisas supérfluas. Concluiu mencionando algumas necessidades que trariam desenvolvimento material à Vila, o que foi prontamente respondido pelo governador, que prometeu atender aos pedidos referentes ao progresso material da vila de Curuçá, promessa que deve ter agradado não só o orador, que elevou o seu capital político neste ato, como também o povo que estava presente<sup>328</sup>.

---

<sup>324</sup> O Liberal do Pará, n. 197 de 1878, p. 2.

<sup>325</sup> A República, 01/03/1890, p. 1.

<sup>326</sup> A República, 25/03/1890, p. 1.

<sup>327</sup> A República, 19/03/1884, p. 1. Nessa nota, Ferreira Guimarães tem o seu nome trocado para “Joaquim”, no lugar de “Jeronymo”. O que leva a tal assertiva é que não há outro vogal com nome semelhante.

<sup>328</sup> A República, 01/07/1890, p. 2. A República, 02/07/1890, p. 1. Entre as necessidades que beneficiariam Curuçá constam duas pontes, que possivelmente ligaria o antigo Centro Comercial ao “Bairro Alto”, e a outra sobre o “Rio Grande”, que liga Curuçá à Vila de Abade.



Sabedor do alcance das palavras como uma forma de garantir o seu prestígio, o tenente-coronel professor Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães fazia o uso da oratória em ocasiões festivas, como nas solenidades cívicas, o que em muito lhe valeu as lidas em sala de aula e seus conhecimentos de história, que à época valorizava em demasia os grandes vultos da humanidade e seus feitos. Por ocasião das comemorações de 15 e 16 de novembro de 1890, consta que o tenente-coronel professor Ferreira Guimarães:

[...] com facúndia lembrou ao povo curuçaense os grandiosos fatos de 15 e 16 de novembro; fez uma brilhante excursão pelos domínios da história pátria, salientando os vultos gigantesco daqueles que em época de absolutismo e escravidão souberam morrer pela libertação de seus irmãos; e invocou o patriotismo de seus conterrâneos e terminou entre ruidosos aplausos, saudando a pátria livre, ao povo paraense, e ao povo curuçaense em particular<sup>329</sup>.

Os seus discursos empolgantes provocavam aplausos, fazendo com que esse oficial da Guarda Nacional, que foi reformado em 10 de abril de 1891, na cobiçada patente de “coronel”<sup>330</sup>, caísse nas graças do governo. Porém, nem todos aplaudiam as suas facetas políticas, ou melhor, aquelas atribuídas pela imprensa oposicionista, que também lhe fazia severas críticas.

Por ocasião da realização dos exames para as escolas elementares do interior, assim como da eleição do diretório local do PRP em Curuçá no ano de 1893, uma nota no jornal democrático atacou sagazmente, não só a pessoa do coronel Guimarães, como também o seu filho, o professor Manoel J. F. Guimarães Filho. Segundo a extensa nota, Guimarães Filho, apesar de ter sido aprovado plenamente em francês, português e aritmética, não conseguiu aprovação no teste para lecionar em uma das escolas elementares de Curuçá, o que se deveu a ter confiado na barganha do seu pai junto aos chefes da capital. Resultado que teria provocado desconforto durante a reorganização do partido governista, visto que esta situação teria levando o coronel Ferreira Guimarães, presidente do diretório local, a querer deixar o cargo no qual permaneceu após uma longa conversa com o deputado curuçaense Gonçalo Ferreira, representante do diretório central e do governo<sup>331</sup>. Matéria que foi rebatida pelo “A República”.

Assinada com o pseudônimo de “Velho Experiente”, uma nota igualmente longa defendia o coronel Ferreira Guimarães e seu filho nos casos que envolveram a seleção para professor e a eleição do diretório local do PRP. Nela, o redator “aconselha” o correspondente do “*Demo*” a ser mais coerente em suas observações, assim como os editores, que deveriam ser criteriosos para não publicar calúnias a partir de “ódio político, que considera tudo mal feito, desde que parta de

---

<sup>329</sup> Datas alusivas, respectivamente, à proclamação da República no Brasil e à “adesão pelo Pará” ao novo regime.

<sup>330</sup> A República, 10/04/1891, p. 1.

<sup>331</sup> O Democrata, 20/06/1893, p. 2.

adversário”, haja vista que os filhos do coronel Ferreira Guimarães nunca aspiraram a cadeiras elementares nem lugares de adjuntos, como queria fazer acreditar o “correspondente ardiloso”. E completava mencionando que se um deles fez o exame foi por influência de amigos, sem consultar o pai, tanto é que não houve prevenção de ninguém, como atestou o público<sup>332</sup>.

Sobre a eleição do diretório do PRP, alude que o “íncrito amigo” Gonçalo não precisava agradecer ao coronel Ferreira Guimarães, “[...] que não é criança: o lugar de chefe conquistou-o o sr. coronel pela confiança e simpatia de seus amigos, assim como o sr. Gonçalo adquiriu o prestígio de que goza por causa do zelo, boa vontade e patriotismo com que trata dos interesses do povo”. Finaliza aconselhando ao correspondente que fosse mais criterioso e menos desarrazoado nas suas censuras, uma vez que apenas pretendia “turvar a água na presunção de que pode fazer a sua barba com a navalha alheia”<sup>333</sup>. As respostas em defesa desses dois ex-conservadores, Gonçalo e Guimarães, foram sempre habituais e com respostas semelhantes, como podemos constatar na edição do “A República” de 1890, em outro repto ao “O Democrata”. Nela, lê-se: “Felizmente sobre o caráter ilibado do nosso amigo Gonçalo Ferreira não atestam as insinuações odiosas do autor do artigo e não marcam a reputação do nosso correligionário Manoel J. F. Guimarães [...]”<sup>334</sup>. Respondidas as cizânias, dever-se-ia acalmar os ânimos para a recepção do governador Lauro Sodré, que excursionaria pelo Salgado e não pretendia encontrar um clima hostil a sua pessoa.

Novamente o coronel-professor Guimarães foi escolhido como orador oficial pela intendência de Curuçá, que à época tinha o tenente-coronel João Romão de Siqueira Lobo como presidente. Ainda persistia no discurso em favor de melhorias que viessem impulsionar o progresso material de Curuçá. Nesse sentido, via a passagem do governador, ou melhor, do “distinto paraense”, naquele momento, como o marco de uma era de “felicidade”<sup>335</sup>, felicitações que anos mais tarde não seriam repetidas após a cisão do PRP, em 1897, haja vista que o então presidente do diretório curuçense, eleito no começo desse mesmo ano<sup>336</sup>, optou por ficar no partido, seguindo as orientações de Lemos.

Ao permanecer no PRP, o coronel Guimarães passou a ser, segundo o jornal “República”, “[...] um dos frutos venenosos dessa árvore maldita que se chama a política nefasta da oligarquia Lemos, Chermont e Cia,” que tanto atrapalharam os lauristas nos processos eleitorais em Curuçá<sup>337</sup>. Posição que o possibilitou ir a Belém participar do grande

---

<sup>332</sup> A República, 20/07/1893, p. 2. Ao que tudo indica, o “Velho experiente” era o próprio Ferreira Guimarães.

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> A República, 24/08/1890, p. 1.

<sup>335</sup> A República, 14/09/1894, p. 1

<sup>336</sup> A República, 21/02/1897, p. 3.

<sup>337</sup> República, 15/11/1899, p. 1.

momento de expressão da política lealista no estado – o Congresso Político de 1903 e, conseqüentemente, participou da ideia de erigir um monumento alusivo ao evento, marco no qual teve seu nome inscrito na segunda coluna, ocupando a décima posição a contar de cima para baixo, e que se faz presente até os dias de hoje<sup>338</sup>.

Em 1954, a Câmara curuçaense votou o projeto de nº 107 do mesmo ano, referente à permuta do nome da Travessa “25 de Março”<sup>339</sup>, no perímetro compreendido entre a antiga “Praça do Rosário” até a Praça da Igualdade, que passou a se chamar Travessa “Professor Ferreira Guimarães”, perímetro onde residiu assim que chegou a Curuçá. Seu título de coronel da Guarda Nacional foi suprimido, a fim de encobrir a sua memória enquanto político? Não se pode responder ao certo. Todavia, a memória do “Velho Fera”, alcunha pela qual era conhecido o professor coronel Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães, falecido em 16 de fevereiro de 1933, faz-se presente na cidade que lhe concedeu prestígio político, ainda que poucos conheçam a sua trajetória política (FERREIRA, 2002).

#### 2.3.2.5 Coronel Horácio Barbosa de Lima

Nascido na antiga Vila Nova Del Rei de Curuçá, em 6 de janeiro de 1856, Horácio Barbosa de Lima fez da política local um dos meios para conseguir notoriedade no meio social, provavelmente impulsionado pelo exemplo de seus familiares, sujeitos que se distinguiram no cenário político da localidade (FERREIRA, 2002, p, 28, 31) (Figura 7). Seu pai, o coronel Cândido Barbosa de Lima, fora presidente do dito órgão em 1865 a 1868, cargo anteriormente ocupado pelo seu irmão, o coronel Antônio Barbosa de Lima, que ocupou a presidência da Câmara curuçaense entre os anos de 1856 a 1857. Esses políticos eram ligados ao Partido Liberal, pelo qual, em 1881 a 1884, o próprio Horácio veio a ocupar o mesmo cargo antes ocupado pelos seus (ANNAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1916), que assim como ele, assinavam libelos contra os seus desafetos políticos. Assim, Horácio fazia dos jornais uma poderosa arma contra os seus adversários, comportamento elucidativo de quem aspirava por projeção no meio público. Projeção que atualmente, mais do que nunca está distante do conhecimento daqueles que percorrem cotidianamente as dependências do prédio da prefeitura local onde outrora havia um espaço para serem apresentados ao público

---

<sup>338</sup> Ao longo da pesquisa não encontramos elementos suficientes para saber se a posição na qual foram grafados os nomes reflete o prestígio político dos mesmos. Elucidação que pode surgir com pesquisas futuras que tratem de todos os sujeitos que tiveram seus nomes inscritos.

<sup>339</sup> Referência a data na qual foi outorgada a primeira Constituição do Brasil por Dom Pedro I, isto é, a Constituição Imperial datada de 25 de março de 1824

os retratos dos intendentes municipais, dentre os quais pendia o do Coronel Horácio Barboza de Lima. Retrato que revela a serenidade de um homem público, e, sobretudo sua face conciliadora perante questões relevantes no mundo político, isto é, um político de bastidores.

Figura 7 - Retrato de Horácio Barbosa de Lima, anteriormente exposto na Prefeitura Municipal de Curuçá, atualmente “guardado” entre um depósito.



Fonte: Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

No final de julho de 1878, Horácio e Cândido Barbosa de Lima foram signatários de um abaixo-assinado que pedia providências à autoridade competente para que o vigário local fosse afastado de suas funções. Constava no documento: “Os cidadãos abaixo-assinados habitantes da vila de Curuçá vêm aqui mui respeitosamente pedir [...], que a bem da ordem pública e sossego dos moradores deste distrito seja retirado com urgência desta vila, o beneficiado Feliciano Dias de Abreu, que se acha vigariando esta paróquia”<sup>340</sup>. A relação política entre o conservador padre Abreu e Horácio não era amistosa, como aduz o excerto. O que corrobora, para tanto, uma nota que relata pontos do julgamento no qual o dito sacerdote era réu, acusado de promover a desordem durante um pleito eleitoral realizado nesse mesmo ano<sup>341</sup>. Esse processo crime possivelmente estava relacionado à missiva transcrita acima, isso porque o cruzamento dessas fontes permite perceber que tal pedido, em tom de denúncia, tem na sua essência um viés político.

Entre as testemunhas de acusação estava o filho do coronel Cândido, que por pouco não foi preso, sob a alegação de que havia prestado falso testemunho, como requereu no ato o padre

---

<sup>340</sup> O Liberal do Pará, n. 169, de 1878, p. 2. O mesmo havia sido publicado no “Jornal do Pará”.

<sup>341</sup> A Constituição, 25/20/1878, p. 1.

Mâncio Caetano Ribeiro, procurador de Abreu junto ao juiz local, Affonso Barbosa da C. Moreira, o que gerou inúmeros protestos, pois foi acusado de ter sido imparcial durante o julgamento, por proceder deste modo para com Barbosa. Os acusadores, inclusive alguns liberais, alegavam que o referido juiz agiu dessa forma em decorrência dos laços de amizade que os unia, situação que o levou a publicar uma nota que ocupou as duas primeiras páginas do “A Constituição”, justificando que o seu posicionamento devia-se ao fato de que o depoente não cometeu falso testemunho, uma vez que não havia jurado anteriormente em juízo, de forma legal, e não à relação de amizade<sup>342</sup>. Tal questionamento é um indicativo de que o cenário político dessa vila não era infenso às querelas entre as elites, ainda que fossem grupos aliados.

Esses dissídios podem ter sido um dos motivos que levaram à adesão tardia da Câmara de Curuçá ao novo regime, ao contrário da maioria das Câmaras Municipais do Salgado, que aderiram, espontânea ou forçosamente, ainda no mês de novembro de 1889. A adesão ocorreu após a instalação do diretório local do PRP<sup>343</sup>, assim como a dissolução da Câmara<sup>344</sup> e sua substituição pelo Conselho de Intendência, em fevereiro de 1890. Esses órgãos ficaram sob a tutela do então capitão Horácio Barbosa de Lima<sup>345</sup>, fato que, de início, recebeu apoio inclusive dos democratas, com quem mantinha amizade, levando a crer que a sua indicação foi fruto de um acordo entre os grupos que disputavam o controle político local, pois essa conciliação seria imprescindível num período de instabilidade política em uma das Câmaras que fora por diversas vezes dissolvida durante a Monarquia<sup>346</sup>.

Como prestigioso chefe republicano, foi anunciada a ida de Horácio a Belém, juntamente com a sua família, em abril de 1890,<sup>347</sup> que certamente aproveitou a estadia para se inteirar dos assuntos relativos à excursão que o governador Justo Chermont planejava fazer pelo Salgado no mês de junho, que incluía paradas em diversos pontos do município e na sede da Vila de Curuçá<sup>348</sup>. Seria uma ocasião significativa para que Horácio, à frente de seu grupo, pudesse demonstrar o seu prestígio perante a “primeira dignidade do estado”, o que alavancaria os seus propósitos no campo político, que se alimenta desses momentos de visibilidade política.

A visita de Chermont a Curuçá ocorreu no dia 12 de junho de 1890. O governador e sua comitiva foram recebidos por uma grande quantidade de pessoas, em que se distinguia o

---

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> A República, 25/03/1890, p. 1.

<sup>344</sup> A República, 13/06/1890, p. 2.

<sup>345</sup> A República, 01/03/1890, p. 1.

<sup>346</sup> Anais do Arquivo Público do Pará.

<sup>347</sup> A República, 11/04/1890, p. 1.

<sup>348</sup> A República, 22/06/1890, p. 1.

digno chefe do PR curuçaense, capitão Horácio Lima, e diversas personalidades influentes do município, como João Romão de Siqueira Lobo, Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães, dentre outros. Porém, ao contrário do que se poderia imaginar, não foi o discurso de Barbosa, se é que o fez, que ganhou notoriedade nas páginas do jornal, mas sim o que o vogal Ferreira Guimarães pronunciou durante a sessão solene ocorrida na Intendência. No seu discurso: “O orador terminou esboçando um ligeiro quadro das necessidades mais urgentes de Curuçá, para as quais pediu a atenção e o auxílio do governador em prol de seu adiantamento material”. As solicitações foram correspondidas pelo hóspede, que se comprometeu a prestar a devida consideração a todas as indicações que lhe foram feitas para o bem geral do município<sup>349</sup>, cabendo, dessa forma, um papel secundário ao intendente, citado de forma lacônica durante toda a reportagem, algo que não condizia com o seu cargo.

Participação mais expressiva coube a Horácio Barbosa de Lima durante a cerimônia que elevou Curuçá à categoria de sede de Comarca, ocorrida logo depois da passagem de Chermont pela localidade. Essa cerimônia contou com a participação do Paes de Carvalho, vice-governador do estado; Alfredo Barradas, juiz titular da comarca; Gonçalo Ferreira, além dos repórteres de diversos periódicos sediados em Belém. Ao adentrar na sede da Intendência, o “republicano préstito” foi recepcionado com uma chuva de pétalas de rosas, seguida da abertura da sessão pelo intendente, capitão Barbosa de Lima, que após a sua alocução passou a presidência do ato ao juiz. Este foi seguido pelo vogal, professor Ferreira Guimarães, Gonçalo e outros oradores que foram aplaudidos. Após o rito, o vice-governador e seus acólitos visitaram diversos pontos da vila, que tanto precisava de benfeitorias para o seu desenvolvimento material, aspecto que foi novamente citado<sup>350</sup>.

Terminada a maratona em locais públicos, restava ao anfitrião, Horácio Barbosa, oferecer aos convivas um banquete preparado gentilmente pela sua esposa, que recebeu em troca um brinde do vice-governador. A recepção começou às 16 horas e terminou às 2h30 da madrugada, na bela sala da residência do “benemérito casal”, à qual “[...] compareceu a *elite* da sociedade curuçaense [...]”<sup>351</sup>. Essa ocasião certamente objetivava fortalecer o capital político pretendido por Horácio Barbosa junto aos grandes líderes de Belém, uma faceta importante no jogo político, que precisa angariar recursos para a sua manutenção, geralmente vindos das benesses materiais largamente salientadas na nota que divulgou as promessas feitas por Chermont para Curuçá.

---

<sup>349</sup> A República, 02/07/1890, p. 1.

<sup>350</sup> A República, 13/07/1890, p. 1. A capela do cemitério local, um dos locais visitados pelo vice-governador, estava sendo construída sob as expensas da esposa de Gonçalo Ferreira.

<sup>351</sup> A República, 13/07/1890, p. 1.

Como um bom negociador político, Horácio Barbosa esperava receber os benefícios que foram prometidos a sua terra, sobretudo os empenhados junto à sua pessoa. A esse respeito, “O Democrata” publicou notas que aludem que capitão Horácio Lima pretendia cobrar “as dívidas” contraídas pelo governo junto ao povo de Curuçá em troca de seu apoio. Em tom sarcástico, a folha democrata escreveu: “Dissemos anteontem que o ilustre chefe radical de Curuçá, capitão Horácio Lima, vinha solicitar do governo o cumprimento das suas promessas com relação aos melhoramentos de que carece aquela novel comarca, como quase todas as do interior [...]”. Essas notas suscitaram réplica por parte do governo, na qual menciona que o capitão Horácio não esteve em Belém para “[...] exigir coisa alguma do governo em troca de seus valiosos e inestimáveis serviços, como insinuou a folha da oposição, esquecendo-se de que este distinto cidadão jamais vendeu ou trocou os contingentes que em todos os tempos tem levado obra da prosperidade de Curuçá”<sup>352</sup>. Conclui a nota citando que o motivo da viagem do chefe do PRP de Curuçá deveu-se única e somente ao proveito dos negócios comerciais que este possuía na praça comercial de Belém, e ao agir desse jeito a folha oposicionista queria apenas colocá-lo contra os seus amigos do governo.

A réplica não ficou sem uma tréplica editada no dia seguinte, algo próprio desse ambiente de disputas. Segundo a nota, ao agir desse modo Horácio estaria agindo de forma sensata, uma vez que a recompensa pelos serviços prestados ao partido governista não traria os “[...] proventos revestidos para si, mas sim para a localidade em que reside, mostra-se patriota e faz a política do bem público [...]”<sup>353</sup>, ao menos teoricamente. Segue a nota propalando que o interior continuará em abandono porque as promessas do governo foram apenas *iscas* para pescar votos. Ao final, concitam apoiando-o, ao afirmar: “Faz bem, portanto o sr. capitão Horácio em instar pela realização das promessas feitas aos curuçaenses. Nesse propósito, nós o aplaudimos e o apoiamos”.

Esses benefícios pretendidos pelo político curuçaense, dos quais dependia o “engrandecimento material de Curuçá”, e concomitantemente o seu, estavam sempre postos nos discursos públicos pronunciados principalmente em momentos evocativos, como as festas patrióticas, ditas cívicas. Por ocasião do “14 de Julho”, o juiz Barradas saiu em passeata, e ao chegar em frente a casa do capitão Horácio Lima, segundo a nota: “[...] incitou o povo ao trabalho material, intelectual, à instrução e à indústria, concluindo saudando [...] o povo curuçaense, e a República brasileira.”<sup>354</sup>

---

<sup>352</sup> Idem.

<sup>353</sup> O Democrata, 26/09/1890

<sup>354</sup> A República, 22/07/1890, p. 1. Data célebre para os republicanos franceses, que lembram a queda da Bastilha,

Demonstração semelhante ocorreu nos festejos de “15 e 16 de Novembro”, durante o pronunciamento do orador oficial, dr. Ferreira Teixeira, promotor público, que falou em nome da Intendência, ou seja, em nome de Barbosa<sup>355</sup>. A nota cita que este novamente salientou os benefícios que um povo consegue quando se dedica à instrução pública, ao desenvolvimento industrial em suas múltiplas variedades e outras benesses advindas com a nova forma de governo, que lhe era tão cara. Mencionava igualmente que esses benefícios somente seriam alcançados se houvesse união e deixasse de existir a politicagem desenfreada dos partidos gananciosos, que se ocupam da imprensa para fazer cabala eleitoral<sup>356</sup>, missiva que predizia os tempos trágicos de junho 1891, ainda que em Curuçá os reflexos tenham sido amenos.

As cabalas eleitorais ocorreram em Curuçá no ano de 1891. Contudo, a denúncia veio por parte dos democratas, que mencionavam, inclusive, ter ocorrido com o consentimento do recém-nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional, Horácio Barbosa de Lima.<sup>357</sup> Nesse momento, Barbosa não contava mais com o apoio do diretório democrata local, que antes o via como: “[...] exemplo da firmeza de caráter, de retidão em todos os seus atos [...]”, herança dos tempos em que militava nas fileiras liberais, e que por um breve período de tempo o acompanhou no novo partido<sup>358</sup>. Porém, a falta de apoio não quer dizer que a estima pessoal ou a amizade tenha deixado de existir para com alguns sujeitos, ao menos teoricamente. Como destacou Horácio em relação a Clarindo de Lima, chefe dos revoltosos, durante a conferência presidida pelo enviado governista, que constatou não ter havido grandes alterações na ordem pública em Curuçá por ocasião da Revolta de 11 de Junho<sup>359</sup>.

Contrariando as expectativas, após oferecer seus serviços ao PRP, o coronel Horácio Barbosa de Lima não saiu candidato ao cargo de intendente pelo PRP no primeiro pleito eleitoral com voto direto, em 1891. O PRP lançou como candidato oficial o tenente-coronel João Romão de Siqueira Lobo<sup>360</sup>. O nome de Horácio, com todos os seus requisitos, caiu no ostracismo político. À época, as fontes silenciaram quanto ao seu posicionamento político ante a cisão do PRP em 1897, pois possivelmente ficou no PRP, como muitos chefes políticos de Curuçá. No congresso do PRP de 1903, por exemplo, Curuçá teve como representante o coronel Ferreira Guimarães, que por vezes turvou a imagem do coronel Horácio Barbosa de Lima em seus discursos, como ocorreu durante a visita de Chermont.

---

<sup>355</sup> A República, 13/11/1890, p. 1.

<sup>356</sup> A República, 03/13/1890, p. 1.

<sup>357</sup> A República, 11/04/1890, p.1. Além de Horácio, foram nomeados: João R. de Siqueira Lobo do tenente-coronel, assim como foram reformados como coronéis Manoel J. F. Guimarães e Manoel F. de C. Côrrea, entre outros.

<sup>358</sup> O Democrata, 15/05/1891, p. 2.

<sup>359</sup> O Democrata, 26/08/1891, p. 1.

<sup>360</sup> O Democrata, 26/08/1891, p. 1.



Provavelmente durante esse tempo, momento silenciado pelas fontes, o coronel Horácio Lima dedicou-se ao comércio até a sua morte, em 1 de maio de 1925, em Belém. Anos mais tarde seus restos mortais foram transportados para o cemitério São Bonifácio, em Curuçá. Local onde sua memória se faz presente em diversas lápides feitas sob seu patrocínio, nas quais estão grafadas passagens de gratidão tanto a seus amigos como a familiares, a exemplo do imponente túmulo em honra a seu pai, o coronel Cândido Barbosa de Lima. Em sua homenagem, no dia 29 de dezembro de 1936, a Câmara local votou pela permuta do nome de “Largo do Rosário para Praça coronel Horácio Barbosa de Lima”.

### 2.3.2.6 Tenente-coronel Gonçalo de Lima Ferreira

Gonçalo de Lima Ferreira tem seu nome geralmente associado ao movimento republicano ocorrido no Pará, que se deve ao fato deste ter sido um dos signatários da ata de criação do Club Republicano do Pará, por isso recebeu a alcunha de republicano histórico. Essa associação por vezes escamoteia parte da trajetória política desse senhor de escravos<sup>361</sup>, abastardo comerciante, dono da firma “Ferreira Lima e Cia.”<sup>362</sup> e de vários imóveis em Belém,<sup>363</sup> inclusive um localizado na Rua da Imperatriz nº 4, onde possuía um magazine chamado “Loja da Lua”, que oferecia artigos de luxo<sup>364</sup> e contava com um telefone<sup>365</sup>, algo raro na época. Esses atributos comprovam a sua ocupação de “comerciante”, citada por esse sócio da “Companhia de Bonds Paraense”<sup>366</sup> no livro de instalação da agremiação republicana em 11 de abril de 1886. Integrar o seletivo grupo político paraense, ao que tudo indica, foi um dos anseios desse filho de tradicional família de Curuçá, dono de uma considerável fortuna no comércio paraense, o que lhe permitiu ir à Europa mais de uma vez<sup>367</sup>.

Observando as notas jornalísticas concernentes aos processos eleitorais anteriores à fundação do CRP, pode-se encontrar o nome de Gonçalo em vários deles, principalmente concorrendo aos cargos de “Juiz de Paz” ou compondo o corpo de jurados da capital. Em 1882, seu nome consta na lista de cidadãos aptos a serem jurados na comarca da capital<sup>368</sup>. Ainda

<sup>361</sup> O Liberal do Pará, 29/07/1882, p. 1.

<sup>362</sup> Diário de Belém, 22/07/1882, p. 1. Comenta que Gonçalo de. Ferreira e Francisco Barboza de Lima contraíram sociedade na razão Ferreira Lima e CIA, em substituição à sua antiga firma “Gonçalo de Lima Ferreira e CIA”. O Liberal do Pará, n. 187 de 1882, p. 2. Comenta sobre o registro da firma Ferreira Lima.

<sup>363</sup> O Liberal do Pará, 04/01/1883, p. 1. O Liberal do Pará, 03/1883, p. 2.

<sup>364</sup> A Constituição, n. 272, de 1881, p.2. O Liberal do Pará, 18/12/1886, p.1. Gonçalo registra sua “Taboleta Comercial”

<sup>365</sup> O Liberal do Pará, n. 251, de 1888, p. 3.

<sup>366</sup> O Liberal do Pará, n. 249 de 1882, p. 2. O Liberal do Pará n. 54 de 1883, p. 2.

<sup>367</sup> A Constituição, 29/10/1885, p. 1.

<sup>368</sup> O Liberal do Pará, n. 274, de 1882, p. 2. Cargo que ocupou novamente em 1884, pela dita paróquia.

nesse ano, concorreu à vaga de juiz de paz, quando recebeu apenas um voto na paróquia da Sé<sup>369</sup>. Ao que tudo indica, ele concorreu pelo Partido Conservador, visto que em 1º de abril de 1886, assinou os “Estatutos da Caixa do Partido Conservador do Pará”, entidade que visava angariar fundos para suprir as despesas permanentes com a revisão de alistamento eleitoral e eleições ou quaisquer outras despesas políticas autorizadas pelo grêmio conservador<sup>370</sup>. Isso demonstra que este conservador era um sujeito ativo na vida política da capital paraense, ainda que muitas vezes não tenha conseguido a visibilidade política desejada. Provavelmente, questões internas ou ideológicas o impediam de alavancar sua carreira política, porém isso não foi esclarecido devido à falta de informações nas fontes históricas consultadas.

Em 11 de abril de 1886, dez dias depois de assinar o citado estatuto, Gonçalo participou da reunião que fundou a primeira organização republicana do Norte do país, na qual atuou como tesoureiro por duas vezes consecutivas (MEIRA FILHO, 1981, p. 19-20), e pela qual concorreu ao cargo de juiz de paz nesse mesmo ano<sup>371</sup>. Como republicano, foi um dos comerciantes que subscreveram uma lista referente à organização das comemorações do “28 de Setembro” no ano de 1887<sup>372</sup>. No ano seguinte, o seu nome constava como um dos diretores da festividade de “São Braz”<sup>373</sup>. A projeção obtida na agremiação republicana, assim como no meio social, certamente contribuiu para que este curuçaense viesse a ocupar posições relevantes com a instauração do novo regime.

Com o advento da República, Gonçalo, “O Homem forte do Salgado”, como fora chamado inclusive de forma pejorativa pela oposição, foi indicado para liderar as adesões de algumas Câmaras do Salgado<sup>374</sup>. Ele compôs a junta provisória que assumiu a administração de Belém quando da dissolução da Câmara constituída durante o regime monárquico<sup>375</sup>. Como tal, em 11 de junho de 1890 esteve entre os membros da comitiva que acompanhou o vice-governador Paes de Carvalho, por ocasião da elevação de Curuçá como sede de comarca. Nesse episódio, Gonçalo foi convidado para tomar assento à direita do juiz de direito da comarca, dr. Alfredo Barradas, juntamente com Paes de Carvalho e outros.<sup>376</sup> Este convite foi propício, no sentido de mostrar aos seus conterrâneos a sua forte ligação com o governo, e também como um

<sup>369</sup> A Constituição, 18/07/1882, p. 1.

<sup>370</sup> O Liberal do Pará, 25/12/1887, p. 1.

<sup>371</sup> A Constituição, n. 148, p. 2. novamente recebe apenas um único voto.

<sup>372</sup> O Liberal do Pará, n. 192, p. 2. A data “28 de setembro” rememora a assinatura da Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, assinada em 1885. Essa lei libertava os escravos com mais de 60 anos de idade, sem indenização para o proprietário.

<sup>373</sup> Diário de Belém, n. 260, de 1888, p. 2.

<sup>374</sup> O Liberal do Pará, n. 271, 1889, p.2. Gonçalo dirigiu o processo de adesão de Vigia, São Caetano e Cintra,

<sup>375</sup> O Liberal do Pará, 09/12/1889, p. 3.

<sup>376</sup> A República, 13/07/1890, p. 1.

meio de angariar adeptos na sua terra natal, afinal, as eleições se avizinhavam, e precisava demonstrar ao governo a sua força política através das urnas.

Quando iniciaram as eleições para a escolha dos constituintes em nível nacional, ambos os partidos cantaram a vitória na imprensa, quanto aos resultados em Curuçá. Todavia, coube inicialmente aos democratas cantar mais alto, ainda que houvesse cabalas eleitorais, como alegaram. Uma nota assinada com o pseudônimo de “Aprendiz”, comentava:

Disse-me um amigo que na primeira reunião do congresso radical vai ser votada uma moção de censura ao Gonçalves, por ter ido a Curuçá e perdido a eleição. Quando me lembro da *influência do homem forte do Salgado*, acho que é caso para tê-lo deixado insosso, sem sal nenhum, a sua estupenda derrota em Curuçá! Vencer já não é pouco, vencer diante de um delegado da capital é muito; vencer, porém como os democratas de Curuçá, depois da visita do homem de salmoura, o Gonçalves, o chefe do Salgado, como ele próprio se intitula, isto é enorme, enormíssimo. Há de ser sempre uma coisa interessante ver um Gonçalves desmoralizado. Se ele aceitasse conselho meu, lhe diria que falsificasse a ata da eleição, ao menos os radicais diriam que tinham sabido falsificar, já que não conseguiram ganhar. [...] Pobre Gonçalves, derrotado, não chores; porque derrotada tem sido muita gentes boa<sup>377</sup>.

Essas críticas sarcásticas não ficaram sem respostas por parte do “A República”, que veio em socorro do amigo. Qualificava o artigo do “O Democrata” como sendo um verdadeiro acervo de injúrias e baixas calúnias. A nota aduz que a viagem de Gonçalves à Curuçá deveu-se simplesmente do desejo dele de conhecer de perto as necessidades locais, para informar ao governo, no sentido de que este viesse superá-las, haja vista que essa preocupação com sua terra era antiga, desde os tempos infaustos da Monarquia, e somente com a República e seus bons empenhos enquanto chefe político, Curuçá alcançou bons resultados. Segue aludindo que compreendem perfeitamente o intuito da oposição, cheia de inveja pelo prestígio de que gozava em seu torrão natal. E findava: “Mas esteja certo, esse prestígio que foi alcançado por meios honestos não será aniquilado [...]”<sup>378</sup>.

Com ou sem prestígio<sup>379</sup>, fruto ou não de cabalas eleitorais<sup>380</sup>, o dono da “Loja da Lua” foi eleito deputado estadual constituinte, ou seja, iria participar da elaboração da Constituição Paraense de 1891, e ajudar a eleger Lauro Sodré para o governo do Pará. Essa posição alcançada com a ajuda dos 344 votos que obteve em Marapanim<sup>381</sup> e em outras localidades, que

<sup>377</sup>O Democrata, 20/09/1890, p. 1.

<sup>378</sup>A República, 24/08/1890, p. 1.

<sup>379</sup>O Democrata, 26/09/1890, p. 2. A navegação do Salgado foi um dos pontos mais salientados pelos democratas como sendo um dos meios pelos quais o governo pretendia angariar votos, e conseqüentemente colocava em dúvida o prestígio de Gonçalves, que a usava igualmente para benefício próprio. A República, 16/04/1891, p. 2. Fato que gerava muitas vezes gerava notas, na quais defendia o governo como a si mesmo.

<sup>380</sup>O Democrata, 29/04/1891, p. 1. O Democrata, 15/05/1891, p. 2. Novamente, aduz que os democratas tiveram a maioria dos votos, inclusive na sessão em que Gonçalves votava. Logo, o resultado apresentado pelos governistas, dando-lhes a maioria, é falso. A República, 16/05/1891, p. 1. Essas notas suscitaram respostas.

<sup>381</sup>A República, 01/05/1891, p. 2.

totalizaram 18.828<sup>382</sup>, proporcionou também a sua permanência<sup>383</sup> como um dos membros da comissão responsável pelo Segundo Distrito Eleitoral, que compreendia as localidades do Salgado<sup>384</sup>. Com as bases teoricamente sólidas, Gonçalo concorreu e foi eleito deputado estadual pelo PRP na segunda legislatura republicana (CRUZ, 1975, p. 199).<sup>385</sup> No parlamento estadual defendeu os interesses de seu município, por ocasião da polêmica definição de seus limites territoriais, sobretudo com Marapanim, fato que causou sérios desentendimentos com os representantes desse município, diga-se, com o seu primo, o deputado Bartholomeu Ferreira<sup>386</sup>.

Como deputado e representante do Salgado, Gonçalo Ferreira esteve presente em um banquete no “Restaurante Coelho”, oferecido pelo dr. Nina Ribeiro, engenheiro responsável pelos trabalhos de abertura do ramal de Salinas, em 1892, um empreendimento que certamente faria aumentar o seu capital político junto aos mandatários dos municípios beneficiados, que estavam presentes no referido evento, portanto, um bom momento para costurar alianças e prestigiar as antigas.<sup>387</sup>

Ciente do poder desses momentos, em 1893 o tenente-coronel Gonçalo participa do banquete que dá início à festejada excursão de Lauro Sodré pelo Salgado. Como mimo para o governador e seus convivas, Gonçalo ofereceu para compor o menu uma iguaria à base de “pescada amarela”, peixe comum na região<sup>388</sup>. A amizade entre Sodré e Gonçalo venceu o difícil momento pelo qual passou a comitiva durante a entrada no canal de Salinas, como bem narrou ao senador e intendente Antonio Lemos, dias após o sinistro<sup>389</sup>.

Porém, a amizade forjada no calor da política não resistira à cisão do PRP em 1897, como denunciava em 1896, nas discussões travadas pela imprensa com o líder laurista marapaniense Diniz Botelho, que envolviam abertamente questões relacionadas às bases de sustentação de Sodré em Marapanim. Nelas, Gonçalo duvidava do potencial político e da lealdade de Botelho para com o chefe do PRF no Pará<sup>390</sup>. Porém, as ofensas não ficaram sem a devida resposta, em que o renomado político reafirmava a sua posição favorável ao laurismo.<sup>391</sup>

<sup>382</sup> Diário de Notícias, 28/05/1891, p. 3.

<sup>383</sup> A República, 04/03/1891, p. 2. Posição já ocupada por Gonçalo Ferreira antes da eleição de 1890.

<sup>384</sup> A República, 07/11/1890, p. 1. Quando da nova reorganização política do estado, as localidades do Salgado passaram a pertencer ao 1º Distrito Eleitoral, do qual ele foi um dos delegados.

<sup>385</sup> A República, 09/10/1892, p. 1. Na Câmara estadual ocupa o cargo de delegado da comissão que tratava dos assuntos relacionados à imigração estrangeira.

<sup>386</sup> O Democrata, 04/12/1891, p. 1. O Democrata, 06/08/1892, p. 2. O Democrata, 24/12/1892/ p. 1.

<sup>387</sup> A República, 21/02/1892, p. 1.

<sup>388</sup> A República, 12/09/1893, p. 1.

<sup>389</sup> A República, 29/08/1893, p. 1.

<sup>390</sup> A Província do Pará, 30/01/1896, p. 2.

<sup>391</sup> Folha do Norte, 01/08/1896, p. 2.

Com o término do seu mandato de deputado em 1896, Gonçalo concorreu ao cargo de vogal do conselho de Belém, para o qual foi eleito (FERREIRA, 2002, p. 22), porém, ficou pouco tempo neste cargo. Candidatou-se novamente ao parlamento estadual, dessa vez para a vaga de sanador<sup>392</sup>, cargo que exerceu até o seu falecimento, em 9 de novembro de 1897. Por ocasião de sua morte, Gonçalo ocupava também o importante cargo de delegado do diretório do PRP de Curuçá<sup>393</sup>. E, como tal, votou a favor de o PRP continuar seguindo as orientações do presidente da República, Prudente de Moraes, o que ocasionou o seu distanciamento da política adotada por Lauro Sodré, selando assim a sua adesão formal ao lealismo<sup>394</sup>.

Pelos decretos nº 806 e nº 820, de 1900, foi criado o Grupo Escolar de Curuçá, denominado de “Grupo Gonçalo de Lima Ferreira” (Figura 8), entidade de ensino também conhecida como “Escola Gonçalo Ferreira” entre os moradores de Curuçá, que também possui um logradouro com o nome do “Delegado dos Povos do Salgado<sup>395</sup>”. Assim, o tenente-coronel Gonçalo de Lima Ferreira tornou-se um lugar de memória. Entretanto, uma memória que não permite entrever suas qualidades como político ou como oficial da Guarda Nacional, haja vista que não qualquer referência a elas, sobretudo a primeira que certamente motivou tal homenagem em sua terra natal, o que possivelmente leva a alguém atualmente a pensar que o mesmo exerceu o magistério no município.

Figura 8 - Escola Estadual Gonçalo de Lima Ferreira, em Curuçá-PA.



Foto: Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

<sup>392</sup> A República, 20/12/1896, p. 2.

<sup>393</sup> A República, 13/05/1896, p. 2.

<sup>394</sup> Folha do Norte, 24/09/1897, p.2.

<sup>395</sup> O Democrata, 23/08/1890, p. 2-3.

### 2.3.2.7 - Herculino Antonio Ferreira Bentes

No dia 24 de junho de 1915, o escrivão Camilo José Alves, dono do Cartório do Único Ofício, situado na travessa “Cônego Siqueira Mendes”, em Marapanim, registrava o óbito do tenente-coronel “Herculino Antonio Ferreira Bentes, filho legítimo do capitão Manoel Joaquim Bentes e da dona Anna Joaquina Bentes. Herculino Bentes faleceu com 60 anos de idade, em sua residência”<sup>396</sup>. Esse imóvel possivelmente poderia ser o mesmo adquirido em agosto de 1893, que motivou o protesto em “O Marapaniense”, na edição do dia 17 desse mesmo mês. Essa declaração foi prontamente respondida pela vendedora, dona Reinalda, contra seus filhos, que se julgavam prejudicados pela venda do imóvel, ainda que esta afirmasse não ter sofrido dolo algum com a transação<sup>397</sup>. Ter o nome envolvido em matérias de jornal deveria ser algo “natural” para Bentes, pois, como homem público e líder do Partido Liberal, seus inimigos políticos usualmente o atacavam por meio desse veículo de comunicação, do que prontamente se defendia, a exemplo desta matéria, que não foi assinada por ele, mas certamente teve a sua influência, afinal, o seu nome havia sido citado mais uma vez no jornal do seu maior rival político, o coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho.

Em dezembro de 1884, por exemplo, Diniz Botelho protestava contra a agressão sofrida em plena rua, cujo autor era o 3º suplente de juiz, Herculino Bentes, e pedia providências junto às autoridades competentes, visto que era um ato inconcebível a uma autoridade local, alegando que Bentes não respeitava o cargo que exercia, pelo contrário, insultava-o com palavras injuriosas e infames, dignas de uma pessoa baixa<sup>398</sup>. A par dessa e de outras fontes, pode-se afiançar que Conceição (1995), ao traçar a biografia do líder conservador Diniz Botelho, cometeu ledor engano ao mencionar que estes agentes públicos foram aliados políticos<sup>399</sup>.

O termômetro político entre Herculino Bentes, líder político da localidade de Cuinarana, e Diniz Botelho aumentou significativamente após a instauração do regime republicano. Enquanto Botelho integrava a ala governista, Bentes tornou-se um dos principais representantes dos democratas, grupo político contrário à política de Botelho e seus aliados.

No final de janeiro de 1890, Bentes, assim como tantos outros, teve sua passagem pela capital paraense anunciada nas páginas do jornal “O Democrata”, retratado como sendo

<sup>396</sup> Arquivo do Cartório do Único Ofício de Marapanim, Liv. 03. 1910-1918. Registro de óbito de Herculino Antonio Bentes. Presume-se que Bentes nasceu por volta de 1854/1855.

<sup>397</sup> O Democrata, 15/101893, p. 3.

<sup>398</sup> A Constituição, n. 291 de 1883, p. 2

<sup>399</sup> CONCEIÇÃO, p. 96. Conceição menciona inclusive que Diniz Botelho e Herculino Bentes eram parentes, possivelmente em decorrência do sobrenome *Ferreira*. Segundo a senhora Lourdes Botelho, a neta de Diniz, tal hipótese é infundada por ser Bentes de uma família de “Pretos” de Cuinarana.

“influência política” em Marapanim<sup>400</sup>. Provavelmente isso se deve ao fato de que no dia 11 desse mês, Herculino Bentes ter sido eleito presidente do diretório local do PRD, por escrutínio secreto<sup>401</sup>, projeção política que lhe rendeu sérios problemas com o delegado de polícia de Marapanim, alferes José J. de Castro, partidário de Botelho. Segundo uma nota de 17 de janeiro de 1891, o agente de polícia aplicou-lhe uma multa de 20\$000, pelo fato de Herculino estar conversando com o seu sócio na firma “Lopes e Bentes” e alguns amigos, em uma das salas contíguas ao estabelecimento comercial, no dia 2 de novembro. Castro alegou que estes estavam realizando transações comerciais em dia de feriado, o que era proibido por lei. Esta acusação foi prontamente rebatida pelos presentes, que consideraram o procedimento da autoridade policial um ato arbitrário, fundada por motivos políticos, tanto que até a data do protesto a multa não havia sido paga, visto que conselho de intendência era sabedor dessa arbitrariedade<sup>402</sup>.

Todavia, esta não foi à única arbitrariedade que os democratas atribuíram ao grupo de Diniz Botelho. Por exemplo, a eleição dos parlamentares que elaborariam a primeira Constituição republicana do Pará foi motivo de protestos, principalmente pelos resultados vindos de Cuinarana, onde os democratas estiveram durante todo o dia 20 para votar em seus candidatos, mas esperaram em vão pelos mesários radicais que, sabedores que seriam derrotados, não apareceram. Neste sentido, aduz a nota que a ata apresentada pelos governistas dando-lhes a maioria dos votos é falsa, uma vez que não houve eleição naquela sessão. Por isso, Herculino Bentes, junto com outros aliados, assinou o protesto datado de 22 de abril 1891<sup>403</sup>.

Essa atitude certamente os qualificou como suspeitos de participar da Revolta de 11 de Junho de 1891. Mesmo garantindo ao enviado do governo que não houve nada em Marapanim, sobretudo por parte dos democratas locais, no sentido de depor as autoridades legais ou de reunir homens para lutar em Belém,<sup>404</sup> Bentes e outros foram conduzidos à cadeia de São José, em Belém, a bordo da embarcação “Caçador”<sup>405</sup>. Porém, a prisão não durou muito tempo, sendo postos em liberdade no dia seguinte, porque não foram presos em flagrante, além de que não terem encontrado provas que os indiciassem<sup>406</sup>.

Passadas as agitações provocadas por essa revolta, ao menos aparentemente, no mês de outubro os democratas conterrâneos de Bentes procederam às eleições para organizar o novo diretório. Este foi construído, porém, Bentes não teve participação entre os membros do

---

<sup>400</sup> O Democrata, n. 22 de 1890, p. 2.

<sup>401</sup> O Democrata, 14/02/1890, p. 1.

<sup>402</sup> O Democrata, 27/01/1891, p. 2.

<sup>403</sup> O Democrata, 27/05/1891.

<sup>404</sup> O Democrata, 26/08/1891, p. 1.

<sup>405</sup> A Província do Pará, 16/07/1891.

<sup>406</sup> A República, 17/07/1891, p. 2.

diretório. Em nota mencionaram que: “Assim procederam por não terem pleiteado as últimas eleições os chefes democratas, aterrorizados das perseguições que sofreram quando lá esteve o ‘Caçador’”<sup>407</sup>. Mas essa apreensão não durou muito, pois, em dezembro de 1892, foi formado um novo diretório do PRD, sob a presidência de Francisco Romão Garcia, tendo Herculino como secretário<sup>408</sup>. Segundo as fontes encontradas, o último diretório democrata em que o nome de Herculino Bentes figura entre os membros principais foi constituído em agosto de 1894, quando assumiu a vice-presidência<sup>409</sup>, até a extinção deste partido em 1897. A partir de então, ele e outros correligionários passam a militar nas fileiras do PRP, após a saída de Lauro Sodré.

Em fevereiro de 1898, Bentes, ex-diretor do extinto partido democrata, remeteu sua adesão ao PRP<sup>410</sup>. Nessa nova militância política, Herculino Antonio Ferreira Bentes passou a exercer algumas funções, como a de prefeito de segurança<sup>411</sup>, o que certamente lhe possibilitou impulsionar gradativamente os seus projetos políticos. Investido de tal cargo, Bentes passou a ser acusado novamente de perseguição política aos seus opositores, ou seja, Diniz e seus partidários. Os lauristas inclusive emitiram uma nota, na qual mencionavam que:

O prefeito de Marapanim, Herculino Antonio Bentes, [...] foi chefe do partido Liberal; no tempo da Monarquia, e depois foi chefe do partido Democrata e agora é chefe do partido Prudendista. Esse prefeito dizem que haverá de se vingar dos republicanos d'aqui que o denunciaram ao governador o Sr. Huet Bacellar, por ocasião do 11 de junho. Pois bem, pode ser, chefe político, ser prefeito da localidade onde tem ódios **não políticos e como particulares** (grifos do autor)<sup>412</sup>.

Como chefe político, como aludia a nota mencionada, e na condição de dirigente PRP, Bentes pleiteou e conseguiu assumir a presidência da Intendência de Marapanim, fato que ocorreu após uma longa disputa com Diniz Botelho, enfraquecido pela perda de parte da sua base política, após a sua ida para o PRF. A permanência de Bentes à frente da administração de Marapanim foi proporcionada pela sua aliança com o senador Antonio Lemos, que estava fortalecido politicamente no Congresso Estadual, com poderes para aplicar livremente a degola nos candidatos da oposição<sup>413</sup>. Todavia, a permanência de Bentes na Intendência de Marapanim teve início em 19 de março de 1901, após a promulgação da lei estadual nº 779, que lhe conferia o cargo de intendente<sup>414</sup>.

<sup>407</sup> O Democrata, 29/10/1891, p. 1.

<sup>408</sup> O Democrata, 05/01/1893, p. 1.

<sup>409</sup> Diário de Notícias, 16/09/1894, p. 1.

<sup>410</sup> O Pará, 16/09/1898, p. 1.

<sup>411</sup> República, n. 75 de 1899, p. 2.

<sup>412</sup> República, 08/07/1899, p. 3.

<sup>413</sup> Folha do Norte, 06/04/1901, p. 2.

<sup>414</sup> Folha do Norte, 04/08/1901, p. 1.



O primeiro a protestar foi Diniz Botelho, que se jugava espoliado de seus direitos como intendente<sup>415</sup>. Os vogais partidários de Botelho também protestaram contra a decisão do Congresso, que havia anulado o seu parecer que reconhecia e dava posse a Diniz Botelho como intendente eleito, inclusive impetrando ações judiciais.<sup>416</sup>, protestos que de nada valeram perante o Congresso Estadual. Porém, isso não significa que as calúnias contra Bentes tenham cessado. Em abril de 1903, alguns vogais da Intendência de Marapanim contrataram os serviços advocatícios de Diniz Botelho, para impetrar uma ação na qual Bentes era acusado de prevaricação e abuso de poder, juntamente com os vogais que eram seus aliados<sup>417</sup>.

Os comentários da oposição acerca do prestígio político do intendente Herculino Bentes durante o exercício do cargo também foram corriqueiros, mas as detrações não o impediam de cogitar uma possível reeleição. Um deles dizia: “[...] uma noticiuzinha sobre as futuras eleições municipais. Conforme nos consta, trabalha arduamente pela reeleição o atual intendente, que como dissemos há dias, já fora varrido da chapa sem motivo conhecido”. E prossegue, mencionando que o “Candidato oficial do partido (escusa dizer que falamos de gente lemista) até aqui não tugiou, nem mugiu, relativamente ao pleito. É provável que o primeiro vença a questão, principalmente sabendo-se que o coronel João Duarte, que é um dos chefes, advoga a questão.”<sup>418</sup> Durante a inauguração da Estação Ferroviária de Livramento, outra nota do órgão oposicionista aduz que foi confirmado o desprestígio de Bentes entre os seus munícipes e perante as autoridades presentes, entre as quais estava o oficial do gabinete do governador e um representante de Lemos. Aludiu ainda que Bentes só a muito custo conseguiu uma montaria para levá-lo ao encontro da lança governamental, e seguiu só, por não ter quem o acompanhasse, assim como não preparou recepção condigna e tampouco acomodação à altura dos visitantes<sup>419</sup>.

Acusações à parte, como líder lemista e intendente de Marapanim, Herculino Bentes teve o seu nome perpetuado na história política do Salgado, no monumento erguido para celebrar o Congresso Político do PRP, do qual foi um dos atores que o encenaram e deram brilho ao evento promovido por Lemos e Montenegro em 15 de agosto de 1903, em pleno Bosque Municipal em Belém. Bentes foi igualmente homenageado na sua terra natal, a antiga vila de Cuinarana, que ao ganhar foros de cidade, com o nome de “Magalhães

---

<sup>415</sup> Folha do Norte, 06/04/1901, p. 2.

<sup>416</sup> Folha do Norte, 04/08/1901, p. 1.

<sup>417</sup> Folha do Norte, 04/05/1903, p. 2.

<sup>418</sup> Idem.

<sup>419</sup> Folha do Norte, 02/03/1903, p. 1. A construção da estação de Livramento permitiu que os habitantes de Marapanim e de outros pontos do rio do mesmo nome e seus afluentes, tomassem o trem que realizava viagens mais rápidas e seguras para a capital do estado. Para tanto, teriam que ir por água até a dita estação.

Barata”, sede do município homônimo, na década de 1960, deu o seu nome a uma localidade do interior. Porém, este nome não caiu no gosto popular, haja vista que a localidade é mais conhecida pelo seu primeiro nome, “Arraial”, e não por Herculino Bentes”, usado somente para fins legais.

### 2.3.2.8 Tenente-coronel Bartholomeu da Conceição Ferreira

Em 1860, na igreja de Nsa. Sra. do Rosário de Curuçá, foi batizado solenemente o “inocente Bartholomeo”, filho legítimo do alferes Angelo Antonio Ferreira, e dona Catharina Roza Botelho. Seus padrinhos foram Manoel de Jesus do Nascimento e a “Coroa de Nossa Senhora”<sup>420</sup>. Seu nome provavelmente foi uma homenagem ao seu falecido avô materno, o coronel Bartholomeu Dias Botelho, presidente da Câmara dessa mesma vila, entre os anos de 1829 e 1832<sup>421</sup>. Do avô não herdou somente o nome, mas também gosto pela política partidária, pois o nome de Bartholomeu da Conceição Ferreira, como passou a assinar, foi citado em algumas notas de jornal referentes a processos eleitorais ocorridos na capital paraense.

Porém, ao contrário de seu avô e de seu pai<sup>422</sup>, Bartholomeu Ferreira, ao que tudo indica, não disputou nenhum pleito pelos partidos monárquicos. Pelo contrário, assim como o seu primo Gonçalo Ferreira, no ano de 1886 participou da reunião de fundação da agremiação republicana em 1886, assinando a ata de criação como eleitor e comerciante. Acerca de sua profissão, sabe-se, inicialmente que era sócio de José Augusto Corrêa na firma “Ferreira e Corrêa”, que foi desfeita e sucedida, em 1883, pela firma “Ferreira, Carvalho e Cia”, que contraiu como o comerciante e político marapaniense Joaquim Esteves de Carvalho<sup>423</sup>. Seu estabelecimento comercial era localizado no centro comercial de Belém, na “Rua dos Mercadores”, onde vendia, entre outras coisas, “fazendas finas”<sup>424</sup>. Foi como republicano histórico que este filho do alferes Angelo Ferreira, ganhou projeção política, ainda em 1886, inicialmente sendo candidato ao cargo de Juiz de Paz, auferindo dois votos<sup>425</sup>.

---

<sup>420</sup> Livro de batismo da Paróquia de Nsa. Sra. do Rosário, da Vila Nova Del’Rei de Curuçá, 01/01/1860, p.

<sup>421</sup> Annaes do Arquivo e Biblioteca Puplica do Pará, p. 235-246.

<sup>422</sup> Idem. Angelo A. Ferreira foi eleito duas vezes como vereador da Câmara de Curuçá, em 1861 e 1865.

<sup>423</sup> Diário de Belém, 09/01/1883, p. 1.

<sup>424</sup> A Constituição, n. 71 de 1886, p.

<sup>425</sup> A Constituição, n. 153 de 1886.

Em 1888, foi eleito para compor o corpo de jurados pela Paróquia da Sé<sup>426</sup>. Em 1889, por ocasião da derrubada do regime monárquico, ocupava o cargo de tesoureiro do Club Republicano (MEIRA FILHO, 1981, p. 22). Todavia, ao contrário dos outros membros da diretoria, não participou das solenidades de deposição das autoridades monárquicas na capital paraense, em 16 de novembro, uma vez que se encontrava em Marapanim. Como representante da nova situação política, juntamente com o seu irmão Diniz Botelho tomou as rédeas do processo de adesão da Câmara de Marapanim à República, que ocorre no mesmo dia do recebimento do telegrama, como consta em carta de sua autoria<sup>427</sup>.

Essa carta é um importante documento sobre os desfechos políticos no Salgado, haja vista que certamente influenciou outros sujeitos a escrever hipotecando serviços e prestando felicitações aos novos donos do poder. Inclusive algumas lhe foram direcionadas, a exemplo das de Salinas<sup>428</sup>. Trata-se de uma clara demonstração de como seriam as suas bases políticas a partir de então, na região onde a sua família exercia o controle direto ou indireto de algumas localidades, e que em 1890 abarcava o segundo distrito eleitoral, do qual passou a ser um dos emissários perante o governo<sup>429</sup>. Em 1890, sua presença foi confirmada entre os membros da comitiva que acompanhava o governador Justo Chermont durante a sua excursão pelo Salgado, participando ativamente, sobretudo da recepção oferecida pela Intendência de Marapanim, o que muito deve ter contribuído para a sua projeção política<sup>430</sup>.

A proeminência política de Bartholomeu Ferreira não foi direcionada apenas a uma localidade, e sim ao Salgado como um todo, ainda que defendesse as questões relacionadas a Marapanim, terra governada pelo seu irmão, e padrinho político, Diniz Botelho, e da qual foi procurador junto ao governo do estado em 1891,<sup>431</sup> condição que lhe rendeu um total de 18.746 votos para deputado estadual constituinte em 1891<sup>432</sup> e, como tal, participou da escolha de Lauro Sodré como governador do Estado, cargo para o qual foi novamente eleito (CRUZ, 1975). Na câmara dos deputados, foi um árduo defensor dos interesses

---

<sup>426</sup> Diário de Belém, n. 218 de 1888, p.

<sup>427</sup> A Província do Pará, n. 4031, de 1889.

<sup>428</sup> A Província do Pará, 05/12/1889, p. 2

<sup>429</sup> A República, 07/11/1890, p. 1. A Província do Pará, 22/12/1889, p. 3. Ferreira foi membro da comissão do PRP do 1º distrito da capital, e coordenou o envio de delegações a localidades do interior do Pará em 1889.

<sup>430</sup> A República, 03/06/1890, p. 1.

<sup>431</sup> A República, 27/01/1891, p. 2. Como tal, recebeu a quantia de 5:000\$000 para a limpeza do “Furo do Page”, uma das vias fluviais que até hoje serve de ligação de Marapanim a outros pontos da região, ainda que sem a importância de outrora.

<sup>432</sup> A República, 09/11/1891, p. 1.

marapanienses, sobretudo nas questões relacionadas à definição de seus limites com Curuçá, questão pela qual constantemente entrava em conflito com o deputado Gonçalo Ferreira, representante daquele município. As disputas pelos limites territoriais foram salientadas pela oposição, sendo pontos que confirmavam que havia rivalidade entre as elites que estavam no poder.<sup>433</sup>

Em tom de desdém, “O Democrata” comparou a questão dos limites territoriais entre esses dois municípios a uma comédia portuguesa chamada de *O Alho*, na qual pai e filho brigam por questões que jugam cruciais para ambos, mas que no final sempre um tende a fazer “concessões”, desde que ganhem algo. Comenta a nota: “Daí, os dois alhos, pai e filho, dão de discutir sobre o caso como fossem os deputados Gonçalo Ferreira e Bartholomeu Idem, a discutir aquele território não sei de quem, que um dizia pertencer a Marapanim e o outro creio que a Curuçá.<sup>434</sup>” Segue mencionando que: “Por fim, o Alho filho fez o que o Gonçalo fez, emudeceu, murchou o bico, casmurro, cabeçudo, teimoso, deixando só Alho Pai a falar, tal Bartholomeu [...], Alho Filho já parece ir concordando, procurando amenizar a coisa, fazer concessões.<sup>435</sup>” A pendência entre esses municípios se prolongou após a morte de Gonçalo, em 1897. Isso não significa que a força política de ambos não foi afetada positiva ou negativamente nos locais que representavam.

No ano de 1893, apesar de receber duras críticas da oposição, que o acusava de ainda não ter aplicado todo o recurso destinado à obra de desobstrução do Furo do Pagé<sup>436</sup>, foi um dos responsáveis por coordenar a recepção oferecida a Lauro Sodré, por ocasião de sua visita a Marapanim, onde seria recepcionado com fogos de artifício. Segundo a folha oposicionista, além dos fogos para receber o governador, Bartholomeu mandou preparar duas bombas que seriam usadas contra os democratas, não fosse uma delas ter explodido e matando um menino de sete anos e ferindo dois adultos, fato que os obrigou a atirar a outra bomba no Furo do Pagé<sup>437</sup>. O sinistro foi abafado pela imprensa governista, que não comentou o caso quando noticiou a excursão de Sodré. Mas não poderia ser diferente, afinal, a excursão foi pensada como uma forma de mostrar que o estado estava pacificado após os incidentes ocorridos em de 11 de junho de 1891.

---

<sup>433</sup> O Democrata, 06/08/1890, p. 2.

<sup>434</sup> O Democrata, 24/12/1892, p. 1.

<sup>435</sup> Idem.

<sup>436</sup> O Democrata, 21/05/1893, p. 3.

<sup>437</sup> O Democrata, 12/10/1893, p. 3.

O seu posicionamento como aliado de Sodré, após o término do seu segundo mandato como deputado estadual, valeu-lhe a Secretaria de Obras Públicas, Terra e Colonização<sup>438</sup>. Como secretário, ajudou de forma direta ou indireta o seu irmão, o advogado e promotor público da Vigia<sup>439</sup>, Júlio de Christo Ferreira, a implementar e gerenciar a “Colônia Agrícola Marapanim”, localizada às margens da estrada de ferro de Bragança, na qual existiam “[...] para mais de setenta creanças em idade escolar. Tem uma escolha particular do sexo masculino, bem organizada e frequentada<sup>440</sup>”. Porém, todos esses melhoramentos não impediam as denúncias na imprensa contra o “celebrado Júlio, o promotor perseguidor e ex-chefe da firma que hypotecou o engenho do Estado, no Castanhal”<sup>441</sup>.

O apoio político deste marapaniense a Sodré se mostrou firme mesmo depois da cisão política de 1897, que levou os republicanos históricos a apoiar a política do PRF de Sodré, em detrimento ao PRP, de Antonio Lemos, Chermont e companhia, como consta no rol apresentado pelo PRF em 1897, por meio do jornal “Folha do Norte”<sup>442</sup>. Esse mesmo noticioso, que cobriu a excursão do governador Paes de Carvalho em 1898, destacou a sessão ocorrida no Paço de Marapanim, onde houve sucessivos brindes regados a champanhe; o governador Paes de Carvalho brindou ao intendente, que por sua vez brindou à imprensa, e o representante da “Folha” respondeu saudando os srs. Bartholomeu Ferreira e Diniz Botelho, que estavam ausentes, o que foi retribuído pelo filho deste, o agrimensor Manoel Edmundo Ferreira Botelho<sup>443</sup>. Os brindes demonstraram o quanto as posições políticas eram incômodas para alguns sujeitos, diga-se, a Paes de Carvalho, que ainda estava titubeante em sua posição, e tempos depois decidira ficar ao lado de Lemos.

Em 1899, Bartholomeu percorreu as ruas de Marapanim ao lado de Sodré, quando este fazia campanha eleitoral para o Congresso estadual, foi uma visita importante, pois Diniz Botelho era candidato à reeleição para deputado, e nesses momentos adversos na política, as boas relações familiares precisavam ser demonstradas, como forma de angariar simpatias à causa pleiteada<sup>444</sup>. A última nota que encontramos sobre ele no período abordado refere-se à

---

<sup>438</sup> A República, 08/05/1895, p. 2. Cargo bastante significativo, haja vista que a partir dele poderia influir diretamente em questões que aumentariam não somente o seu capital político, com a concessão ou venda de terrenos aos seus amigos da lide política, como também o seu capital pecuniário.

<sup>439</sup> Folha do Norte, 07/05/1898, p. 2.

<sup>440</sup> A Republica, 18/06/1896, p. 2.

<sup>441</sup> O Pará, 07 /05/1898, p. 2.

<sup>442</sup> Folha do Norte, 24/09/1897, p. 2.

<sup>443</sup> Folha do Norte, 21/07/1898, p. 1.

<sup>444</sup> Folha do Norte, 21/11/1899, p. 1.

sua passagem por Marapanim, por ocasião da inauguração da instalação da linha telegráfica, quando visitou pessoas que lhe eram muito caras. A nota termina traçando suas qualidades e ressaltando a sua patente da Guarda Nacional: “O tenente-coronel Bartholomeu, que é um perfeito cavalheiro, de maneiras insignes e nobres sentimentos, deixou muitas saudades entre todos quanto estiveram a dita de privar com s.s.”<sup>445</sup>.

Durante a sua passagem pelo legislativo estadual, Bartholomeu tentou de diversas formas trazer benéficos para Marapanim, como a transferência da sede da Comarca de Cintra, o que não foi possível<sup>446</sup>. Outros, porém, foram a emenda ao §1º do art. 8º da Constituição estadual, que elevou à categoria de povoação as localidades de Cuinarana, Paramahú e Abaeté, que estavam na categoria de lugares, assim como a relacionada ao § 2 do mesmo artigo, que mudou o nome da povoação de Campina-Seca para Matapiquara<sup>447</sup>. Por esses serviços prestados, alguns criticados pelos opositoristas por serem obras eleitoreiras e fontes de cabalas eleitorais, a Câmara marapaniense denominou um logradouro público rua como “Travessa Bartolomeu Ferreira”, também conhecida como “Rua da Cosanpa”, onde transitam diariamente pessoas que desconhecem a sua atuação como homem público, assim como a data em que foi prestada essa homenagem, assim como a data e o local do seu falecimento.

### 2.3.2.9 Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães

[...] Não foram os srs., que ontem convidaram os meus amigos e eu também para se votar somente na eleição do município? [...]. Se o eleitorado Laurista é antipático ao coronel Vicente, também é ao coronel Cantídio que aqui só vem roer. Façam o favor de mostrar-nos as obras do governo aqui feitas pelo deputado Cantídio! Qual o trapiche do Governo, que entregou o dinheiro ao coronel Cantídio? Não se envergonhe de dizer que os cupins roeram. É falso, ele é que foi o cupim que roeu tanto dinheiro! [...] e assim ainda o pasquim o *Dever* enche suas laudas falando deste e daquele etc.<sup>448</sup>

O trecho acima, extraído de uma nota publicada no jornal no jornal *Republica*, em 1900, comenta aspetos da vida política de Maracanã, antiga Cintra, logo após a eleição municipal de 1899, que inicialmente teve dois sujeitos que se intitularam eleitos para o cargo de intendente. Um deles tinha o apoio político do coronel Vicente Antonio Dias, e o outro gozava das simpatias do coronel Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães. Apesar destes coronéis

<sup>445</sup> Folha do Norte, 27/10/1903, p. 2.

<sup>446</sup> A República, 25/05/1895, p. 1.

<sup>447</sup> Denominação que conserva até os dias de hoje, mudança operada talvez por soar mal aos ouvidos dos Sodrelistas e Botelistas, que tinham lá um principal ponto de oposição, que muito deve tê-lo criticado.

<sup>448</sup> República 10/11/1900, p. 2.

da Guarda Nacional terem as graças do senador Antonio Lemos, algo importante no momento da degola feita no Congresso Estadual, coube ao pupilo do coronel Cantídio Guimarães ser reconhecido por essa casa de leis para ocupar o cargo pretendido<sup>449</sup>. Esse foi certamente um dos momentos mais conturbados da política local após a Proclamação da República.

Cantídio Guimarães, nomeado pelo governo em 1878, para exercer o cargo de professor normalista na freguesia de Santarém-Novo<sup>450</sup>, então município de Cintra, foi um dos personagens mais emblemáticos da vida política do Salgado paraense na Primeira República, devido às artimanhas usadas na sua escalada ao poder. O primeiro registro encontrado sobre esse vigiense que fez da então vila de Cintra o seu reduto eleitoral, data de 20 de maio de 1888, quando atuava como procurador de um abastado comerciante que possuía negócios no local. Foi removido e designado nesse mesmo ano para exercer o magistério em uma das escolas masculinas mantidas pelo governo da Província em Cintra<sup>451</sup>. No ano seguinte, Cantídio Guimarães passou a ser delegado de higiene pública na mesma vila<sup>452</sup>. A sorte estava lançada, segundo a oposição: “[...] imbuído das paixões de políticos de espírito [...] Cantídio meteu na cabeça ser o chefe político em Santarém-Novo a Cintra”<sup>453</sup>.

Possivelmente foi aproveitando os laços na vida política e as distinções que esses cargos lhe propiciavam na sociedade que Cantídio Ferreira Guimarães pleiteou assento na Assembleia Provincial em 1889<sup>454</sup>, pelo Partido Conservador, que tinha como chefe local o coronel Anízio Antonio Dias. Ele obteve êxito, porém, passou pouco tempo no cargo, visto que, com o advento do novo regime as Assembleias provinciais foram dissolvidas, obrigando-o a se voltar para o magistério, função que ocupava por ocasião da visita do então governador do Pará, Justo Chermont, durante a excursão pelas localidades do Salgado, em junho de 1890<sup>455</sup>.

Anízio Dias aderiu ao novo regime e continuou a influir na política local<sup>456</sup>, tanto que conseguiu a nomeação de um dos seus afilhados políticos, Benjamin Ardasse Pinto Carrera, para ocupar o cargo de intendente local<sup>457</sup>. Entretanto, a liderança do coronel Anízio estava

---

<sup>449</sup> Republica 05/12/1900, p.1.

<sup>450</sup> O Liberal do Pará, 21/12/1878, p. 1.

<sup>451</sup> Sou grato ao historiador maracanaense Elizel N. da Paixão, por ceder-me esta e outras informações sobre Cantídio R. Ferreira Guimarães, coletadas em documentos pertencentes ao cartório local “Oacir Ferreira”.

<sup>452</sup> O Liberal do Pará, 19/07/1889, p. 1.

<sup>453</sup> O Democrata, 09/08/1890, p. 2.

<sup>454</sup> Diário de Belém, n. 218 de 1889, p. 2.

<sup>455</sup> A República, 07/07/1890, p. 2.

<sup>456</sup> O Democrata 24/01/1890, p. 3.

<sup>457</sup> O Democrata 15/03/1890, p. 2.

ameaçada pela ascensão de Cantídio Guimarães, que de maneira ladina foi se mesclando entre aqueles que passaram a deter o poder na nova ordem política.

A oposição, reconhecendo as “qualidades políticas do professor Cantídio Guimarães, sobretudo as manobras realizadas por ele e pelo dr. Landim Brasil, juiz municipal de Cintra, comentou que estes mandaram dizer: “que tudo ali teria ocorrido do melhor modo e que não houve vexame nem cabala indecorosa na organização do novo diretório”<sup>458</sup>, que foi formado, em parte, com a ajuda do intendente Benjamin A. Pinto Carrera, que dias antes da eleição para a composição do diretório local foi de porto em porto pedindo votos para “[...] a vitória dos adeptos do seu peito [...]. Em 27 de julho de 1890, procedeu-se a eleição do novo diretório do PRP, e obteve maioria de votos o professor Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães. Com tão esforçado empenho, diz ainda a nota: “[...] conseguiram depurar o coronel Anízio, político dedicado e a única influência real de Cintra, a quem alijaram do diretório antecedente”<sup>459</sup>”.

Ao ocupar o diretório local do partido governista, Cantídio Guimarães passou a contar com chances reais de ocupar o cargo de intendente municipal, posição que lhe proporcionou gerir a vida do município de Cintra, principalmente nos assuntos relacionados ao funcionalismo público, além, é claro, daqueles que envolviam a contratação de serviços públicos e outros, o que lhe valeria certamente como uma excelente fonte para aumentar a sua força política, o que não demorou a ocorrer. Sua nomeação como presidente da Intendência de Cintra foi anunciada pela imprensa em agosto de 1890. Em tom de denúncia, a nota desejava saber se porventura havia incompatibilidade no exercício de tal cargo remunerado, uma vez que o professor Guimarães ainda exercia a docência em uma escola de Cintra mantida pelo tesouro do estado<sup>460</sup>. Essas denúncias de certo modo surtiram efeitos.

Entre os ofícios enviados à Secretaria do Tesouro do Estado, que foram publicados no expediente do dia 7 de outubro de 1890, consta o requerimento enviado pelo professor Cantídio Ferreira Guimarães, no qual pedia jubilação do cargo de professor<sup>461</sup>. Deferido o pedido pelo órgão competente, o governador Justo Chermont informava que o “[...] professor de uma das escolas de Cintra, Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães, jubilado por ato de 8 de outubro último, assiste o direito de ficar com o ordenado anual de 782\$946, proporcional a 11

---

<sup>458</sup> Jornal O Democrata, 09/08/1890.

<sup>459</sup> Jornal O Democrata, 03/08/1890, p. 2.

<sup>460</sup> Jornal O Democrata, 17/08/1890, p. 1.

<sup>461</sup> Jornal A República, 09/10/1890, p. 3.



anos, 8 meses e 28 dias de serviço.<sup>462</sup> Além de ter trabalhado por um longo período como professor, alegou-se que o requerente achava-se fisicamente impossibilitado de continuar em exercício<sup>463</sup>, incapacidade que não impediu o presidente da República de nomeá-lo, em dezembro de 1890, para o posto de major ajudante secretário geral do 13º Batalhão da Guarda Nacional sediado em Cintra<sup>464</sup>.

Livre das obrigações do magistério e apto a concorrer ao cargo comissionado de intendente, Cantídio Guimarães se lançou em mais uma das muitas disputas que teria que travar com o coronel Anízio Dias e seus prosélitos no acirrado jogo político que tinha como cenário a então vila de Cintra. Nesse sentido, demonstrar aos chefes da capital as suas qualidades angariar votos para uma causa era fundamental. Após firmar as alianças com os líderes durante a sua estadia na capital, pouco destacada na imprensa, os resultados eleitorais foram propagados nos jornais<sup>465</sup>. Os de Cintra e de Santarém-Novo, mandados publicar pelo professor, eram animadores para os governistas<sup>466</sup>. O passo seguinte foi a corrida para a presidência da intendência de Cintra.

Mesmo Guimarães sendo o candidato oficial do governo para a presidência do Conselho de Intendência local, e nesse sentido, ao menos teoricamente, também do coronel Anízio Dias, havia situações adversas devido às informações desencontradas e às constantes trapaças, comuns nos períodos eleitorais. Afinal, tudo é válido nesse jogo de cartas marcadas, mesmo que incertas, principalmente depois de ser conhecido o resultado, quando os pedidos de desagravo eram postos para o conhecimento não só da parte “ofendida”, mas para toda a sociedade, como fez João Telles d’Almeida, em 27 de outubro de 1891, ao declarar que sempre apoiou a candidatura de Cantídio Guimarães para intendente municipal, e só não votou nas eleições porque estava doente, como testemunhou o próprio candidato durante uma visita, e declarou que dessa data em diante trabalharia sempre, de acordo com o mesmo, no Partido Republicano, conservando-se fiel e dedicado<sup>467</sup>.

A declaração de Telles d’Almeida nesse tom, que expressa apoio e ao mesmo tempo se justifica, pode ser explicada pelos diversos distúrbios que eclodiram no dia da votação que elegeu o coronel Cantídio Guimarães. Esses distúrbios causaram sérios desconfortos na

---

<sup>462</sup> A República, 13/11/1890, p. 2.

<sup>463</sup> A República 10/10/1890, p.2.

<sup>464</sup> A República 13/13/1890, p. 1.

<sup>465</sup> A República, 10/04/1891, p. 1.

<sup>466</sup> A República, 02/05/1891, p. 2.

<sup>467</sup> A República, 05/11/1891, p. 2.

política local, uma vez que o prefeito de segurança, Gentil H. de Mello, assecla de Anízio Dias, foi acusado de não impedir o tumulto, e por isso foi demitido, mesmo alegando que tudo o que ocorreu não passou de um teatro montado pelo próprio candidato eleito<sup>468</sup> e os amigos que o auxiliaram para “[...] esfumaçarem as vistas dos que conhecem como se ganha uma eleição com *fraudes* tornava-se desnecessário levantar calúnias contra seus próprios correligionários; porque tal procedimento não coaduna com o brio e cavalheirismo de homem político”. Prosseguia, em tom de lamentação: “Estou e estamos feridos pela recompensa que acabamos de receber dos nossos amigos, que se deixaram levar pela falsa comédia que nos atribuíram [...] acabamos de receber a paga dos nossos serviços e sacrifícios”<sup>469</sup>.

O sonho desse vigiense que pretendeu ser um dos grandes na política do Salgado continuava pujante, e o próximo passo seria voltar ao Parlamento Estadual. Para tanto, sua influência ia além Cintra e Santarém-Novo, passando por Vigia, sua terra natal, e por Curuçá, onde seu irmão, coronel Manoel Jeronymo Ferreira Guimarães, exercia o magistério. As eleições para a terceira legislatura do Congresso Estadual se avizinhavam e as alianças precisavam ser novamente articuladas, quer com antigos aliados, quer com desafetos que poderiam ser úteis num momento tão delicado, pois cada voto era muito valioso para ser perdido. O preço desses votos foi a indicação do coronel Vicente Antônio Ferreira, para a presidência da intendência municipal.

O ex-professor de Santarém-Novo saiu candidato e foi eleito deputado. Como tal, assistiu a cisão do PRP em 1897 e optou por ficar ao lado do senador Lemos, visando fazer de Cintra um forte reduto lealista. Com o apoio de Lemos no plano estadual, Guimarães passou a gerir os assuntos políticos de Maracanã,<sup>470</sup> ainda que de modo não passivo a contestações por parte de outras “influências políticas” lelistas locais, assim como pelos sodrelistas<sup>471</sup>, como aludido no excerto introdutório.

---

<sup>468</sup> A República, 02/05/1891, p.1. Analisando as matérias publicadas sobre esse pleito eleitoral em Maracanã, as acusações de Homem de Mello ganham certa consistência, visto que, segundo a nota publicada pela oposição, na sede da Intendência Municipal, local onde funcionava uma das secções eleitorais, por isso ambiente onde deveriam estar somente pessoas envolvidas no processo eleitoral, o presidente da intendência, Cantídio Guimarães tinha junto de si como guarda-costas o cearense Manoel Alves de Moura, que não fazia parte da mesa e tampouco era eleitor.

<sup>469</sup> Idem.

<sup>470</sup> Nome atribuído novamente a essa localidade a partir de 1887, que remonta à sua primeira denominação, quando era uma redução dos jesuítas.

<sup>471</sup> República 22/09/1899, p. 1. Segundo a oposição, Cantídio Guimarães foi nomeado para o cargo de inspetor em 1899, o que era incompatível, uma vez que ainda estava no uso legal de suas funções como parlamentar, ao menos teoricamente, tanto é que ainda desfrutava das regalias, pois o governador poderia convocá-lo em caráter emergencial, caso os novos parlamentares ainda não tivessem tomado posse.

Os derradeiros dias desse personagem são incertos. Sabe-se que nomeia a antiga “Rua do Piquiá”, no centro de Maracanã,<sup>472</sup> e que sofreu uma tentativa de assassinato em 1892<sup>473</sup>. São igualmente desconhecidos o ano de seu nascimento e de seu falecimento, restando-nos apenas a informação de que após a venda de uma casa situada na “Rua da Paria”, comprada de Ignácio Rayol em 1888, onde morava com sua esposa Anna Pimentel Guimarães, transfere-se para Santarém-Novo ainda na primeira década do século XX<sup>474</sup>. A falta de dados que certamente não anula a sua importância na vida política do Salgado, mais ainda de Maracanã, sendo um dos seus representantes que assistiram à queda do regime monárquico e aderiram sem grandes dificuldades à República. Afinal, assim como tantos outros, o coronel da Guarda Nacional Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães era um comerciante não só de mercadorias chamadas de “secos e molhados”, das quais inclusive foi acusado de sonegar impostos<sup>475</sup>, mas também atuava no rentável mercado político.

#### 2.3.2.10 Coronel Manoel Pedro de Castro

A instalação da Câmara de Salinas, o que lhe concedeu autonomia político-administrativa frente à vila de Cintra, ocorreu tardiamente, apenas em 1884, se comparada a outras localidades do Salgado que implantaram suas Câmaras ainda na década de 1870. Seu primeiro presidente foi o líder conservador Manoel Pedro de Castro, que anos depois seria um dos principais chefes da política local<sup>476</sup>. Foram encontradas referências acerca da sua atuação na vida pública em junho de 1877, com o resultado da eleição de vereadores nas três paróquias que constituíam o município de Cintra: Cintra, Salinas e Santarém-Novo, na qual Castro obteve um total de 80 votos, tornando-se suplente na Câmara de Cintra, que tinha como um dos principais representantes o então alferes Anízio Diaz, que obteve 801 votos.<sup>477</sup>

Em julho de 1878, na condição de líder conservador, Castro assinou individualmente, segundo ele, pela primeira vez, uma nota na qual protestava solenemente contra as ameaças feitas a ele e a outros conservadores pelo influente liberal Raymundo José Negrão. Manoel P.

---

<sup>472</sup> Livro de óbitos número 06, 23/05/1904 á 05/06/1906. O registro de óbito número 101, de 1904, menciona a rua “Cantídio Guimarães”. Na cidade de Curuçá também há uma rua denominada deputado Cantídio Guimarães, o que indica o seu prestígio fora de Maracanã, seu principal reduto eleitoral.

<sup>473</sup> O Democrata, 06/01/1892, p. 2.

<sup>474</sup> Informações obtidas em entrevista concedida por Elizel Nascimento da Paixão, em 10/08/2014.

<sup>475</sup> O Democrata, 03/02/1891, p. 1.

<sup>476</sup> Anais do Arquivo Público do Pará. Tomo IX, p.655-661. Com exceção de Vigia e Bragança, que à época gozavam do título de “cidade”.

<sup>477</sup> A Constituição, n. 259 de 1877, p. 2. Nesse pleito todos os eleitos eram conservadores.

Castro alude que Negrão e diversos “[...] chefes dessa gente *liberenga* desta freguesia e da vila de Anajás, armados de pau e facas [...]” pretendiam tumultuar as eleições marcadas para o dia 5 de agosto desse ano, ocasião em que correria rios de sangue das veias conservadoras. Tal situação propiciada pela subida dos liberais e temida por Manoel Pedro de Castro e outros, deveu-se à prisão de Negrão em pleitos anteriores<sup>478</sup>.

Ao contrário do último pleito, as eleições para a organização das mesas eleitorais paroquiais para escolha de vereadores e juizes de paz ocorreram sem transtornos, isso porque, segundo os conservadores de Salinas, as ordens do líder liberal Barão do Marajó não chegaram para que seus amigos “forjicassem as duplicatas”<sup>479</sup>. Esta nota diverge da publicada pelos liberais, que mencionavam protestar em tempo oportuno acerca dessa eleição, que escolheu como membro, entre outros, Manoel Pedro de Castro, com 47 votos. O motivo do protesto liberal seria o fato de serem contrárias ao que determinou o presidente da província<sup>480</sup>.

Provavelmente a sua atuação à frente do Partido Conservador salinense garantiu-lhe a eleição não somente no primeiro pleito quando ocupou a presidência da Câmara, mas também em outros que se seguiram, ainda que não tenha sido escolhido para a função. Sua atuação foi contínua, mesmo após da instauração do regime republicano, como se perceber a partir de um abaixo-assinado datado de 26 de novembro de 1889, no qual ele hipotecou franco e leal apoio ao novo regime, representado pelo republicano histórico Bartholomeu Ferreira<sup>481</sup>.

Castro continuou atuando nos primeiros anos da República, mas sem o brilho almejado. Isso porque, contrariando suas prováveis expectativas, foi nomeado vogal e não indicado para a presidência do Conselho de Intendência, entregue a Serafim dos Anjos Nunes<sup>482</sup>. Este, entretanto, até então não havia ocupado cargo político-administrativo tão elevado, levando a crer que, mesmo sendo líder dos conservadores, sua liderança era contestada dentro do próprio partido, visto que seu nome não consta em várias notas assinadas por conservadores como Serafim Nunes, Antonio T. de Rezende e outros, a exemplo da enviada a Paes de Carvalho por ocasião de seu aniversário natalício, com felicitações em nome dos habitantes de Salinas<sup>483</sup>.

---

<sup>478</sup> A Constituição, n. 166 de 1878, p. 2.

<sup>479</sup> A Constituição, 04/11/1879, p. 1.

<sup>480</sup> O Liberal do Pará, 30/07/1880, p. 1.

<sup>481</sup> A Província do Pará, 05/12/1889, p. 2.

<sup>482</sup> A República, 05/03/1890, p. 1.

<sup>483</sup> A República, 12/11/1890, p. 3.

Castro participou ativamente das cerimônias em homenagem aos representantes do governo, para celebrar a implantação de uma melhoria material que denotasse o progresso que Salinas tanto carecia, como o almoço oferecido a oficialidade da canhoneira de guerra “Guarany”, sob o comando do capitão de fragata Calheiros da Graça. Durante o almoço realizado em terra, Manoel P. de Castro ergueu brindes ao oficial, e foi seguido pelos presentes. O homenageado brindou e agradeceu “[...] as finezas dos filhos de Salinas, fazendo votos pela sua prosperidade, visto contar a seu favor todas as proporções para ser o refrigério daqueles que abrasados pelo calor de Belém, a procuram para tomar banho e gozar de seu clima salubre e agradável”<sup>484</sup>, cujo acesso seria facilitado pela construção do ramal da estrada de ferro que ligaria Salinas a Belém.

Os trabalhos para a conclusão deste projeto foram acompanhados de perto pelo “[...] honrado negociante Manoel Pedro de Castro, que, à frente de muitos populares saudou os distintos trabalhadores do progresso e engrandecimento de Salinas”. Para estes a intendência ofereceu um jantar em nome dos munícipes, que saudaram os funcionários a serviço do governo estadual, segundo a nota, em meio a vivas e grandes aclamações, que frenética e entusiasticamente procuravam dar provas da alegria que lhes ia na alma<sup>485</sup>. Esses populares que fizeram festa e teoricamente seriam os beneficiados pelo empreendimento, não participaram de uma ceia oferecida pelo engenheiro responsável, dr. Nina Ribeiro, aos “[...] seus dignos subalternos [...]”. A ceia oferecida em uma das salas do restaurante “Coelho”, um dos mais elegantes de Belém, contou com a presença de pessoas ligadas à política paraense, entre os quais se destacavam o Barão do Marajó, Hosana de Oliveira, Gonçalo Ferreira, assim como os políticos vindos de Salinas, Manoel P. de Castro e Antonio T. de Rezende<sup>486</sup>.

Todavia, as recepções mais importantes oferecidas pela elite política de Salinas, da qual Castro figurava, certamente foram aquelas que cortejaram as autoridades máximas do estado, ocasiões propícias para demonstrar suas qualidades no campo político. O primeiro governador a visitar Salinas foi Justo Chermont, em junho de 1890. Ainda a bordo do vapor “Cametá” Chermonte recebeu a comissão de recepção municipal composta pelo intendente capitão Serafim dos Anjos Nunes, e pelos vogais do conselho de intendência, entre os quais estava Castro e mais alguns cidadãos<sup>487</sup>. Esta possivelmente foi a primeira e derradeira vez

---

<sup>484</sup> A República, 29/03/1890, p.1.

<sup>485</sup> A República, 19/02/1892, p. 1.

<sup>486</sup> A República, 21/02/1890, p. 1.

<sup>487</sup> A República, 08/07/1890, p. 3.

que este eminente político salinense recebeu um governador em sua cidade<sup>488</sup>, na qualidade de vogal do Conselho Municipal, isso porque em novembro desse ano ele foi exonerado, a seu pedido, pois foi nomeado para o cargo de juiz de paz<sup>489</sup>.

Em junho de 1893, os eleitores correligionários do PRP salinenses escolheram o novo diretório que os guiaria na política local. Segundo a nota, esse órgão foi composto pelos prestantes, distintos cidadãos e legítimas influências do município, uma vez que o posto máximo coube a Serafim Nunes, restando a Castro ocupar um posto de segunda ordem, a não muito cobiçada vice-presidência<sup>490</sup>, posto que lhe legaria mais um período de ostracismo político, ante a imagem proeminente de Nunes, como uma nuvem fosca que não se dissipou nem com seus esforços durante a quase trágica passagem de Sodré, quando liderou, na qualidade de chefe do Partido Republicano, a operação de salvamento do governador e de toda a comitiva<sup>491</sup>, mérito que lhe foi retirado e repassada ao tenente-coronel Antonio T. de Rezende, assim como teve seu nome trocado para “José Pedro de Castro”<sup>492</sup>.

Ocorrências propositais? Não se sabe ao certo. Mas, algo pode ser intuído diante desse quadro político vivido por Castro, que foi determinante para a sua aliança com Antonio Lemos após a cisão do PRP em 1897. A partir de então, passou a dar franco combate ao grupo liderado por Serafim dos Anjos Nunes, que se solidarizava com a causa do PRF, ou melhor, de Lauro Sodré, líder do partido no Pará.

Se a oposição formada pelos democratas até 1897, ao noticiar a vida política de Salinas pouco mencionou o nome de Manoel Pedro de Castro e nunca o envolveu em escamoteações eleitorais ou cabalas políticas, como desvio de recursos públicos, esse não foi o caso do órgão de imprensa do PRF. Isso reforça a análise de que durante a sua estadia no PRP antes de 1897, isto é, antes de sua aliança com Lemos, sua posição era secundária, algo diferente como o foi durante o regime monárquico e como foi a partir de 1897, ocasiões em que era o centro dos comentários feitos pelas folhas de oposição.

Uma nota com o sugestivo título de “Politicagem” comenta que um telegrama enviado por eleitores de Salinas, denunciava que não lhes era consentido exercer suas funções junto às

---

<sup>488</sup> Durante a excursão de Paes de Carvalho como governador do estado pelas localidades do Salgado, em 1898, Manoel Pedro de Castro ocupava a presidência do Conselho de intendência local.

<sup>489</sup> O Democrata, 27/11/1890, p. 2. A República, 08/05/1892, p. 2. É igualmente nomeado para exercer o cargo de subprefeito de segurança de Salinas.

<sup>490</sup> A República, 21/07/1893, p. 1.

<sup>491</sup> A República, 29/08/1893, p. 1.

<sup>492</sup> A República, 15/09/1893, p.1.

mesas eleitorais, e atribuía esse impasse à “família imperial”<sup>493</sup> salinense. Os partidários do PRF, ao que parece não deixaram em silêncio a suposta situação criada pelos homens do intendente, lançando o protesto em abril de 1899. Dentre eles estava Antonio Pereira de Castro, coletor de rendas do estado, irmão do intendente e cunhado do professor Peleja, que junto com alguns partidários de Justo Chermont impediram a realização dos trabalhos nas mesas de qualificação da 1ª sessão eleitoral de Salinas. Segundo os Sodrelistas, distúrbios semelhantes ocorreram na 2ª secção eleitoral, para onde partiram “[...] o subprefeito, e o suplente deste, isto é, tio e sobrinho, sendo este o subprefeito e aquele o suplente, filho e cunhado do intendente, e este para a terceira secção do Inajá.”<sup>494</sup>

As notas divulgadas contra o intendente Castro e seus parentes, a alcunhada família imperial, ganharam as páginas do jornal situacionista no dia 12 de maio do mesmo ano, o que não ficou sem tréplica. Na nota do dia 12, segundo o laurista Theodato de Rezende, o autor ou autores – referência a Castro e aos seus parentes – tentaram persuadir os eleitores e outros chefes políticos, alegando ter sido ele, Rezende, o autor da nota datada de 21 de abril, de modo a criar inimizades com eleitores do PRP que são seus amigos<sup>495</sup>.

A lealdade de Castro à política de Chermont foi desfeita quando ocorreu o rompimento deste com Lemos. Antes, porém, sua lealdade para com o Velho Intendente foi posta em suspeita pela oposição, que publicou notas nesse sentido. Em uma delas afirmava que: “[...] o atual intendente de Salinas, Manoel Pedro de Castro, não acompanhará a orientação do partido que o apoia à candidatura do sr. Augusto Montenegro”<sup>496</sup>. Em outra mencionava: “Ao que sabemos, o sr. Tenente-coronel Manoel Pedro de Castro, intendente de Salinas, acompanhará a política do dr. Justo Chermont.”<sup>497</sup>, informações que não corresponderam ao desfecho da peça. Castro ficou ao lado de Lemos e Montenegro, e não de Chermont, que saiu candidato pelo PRF, o que leva a intuir que com essas notas pretendiam denegrir a imagem política de Manoel P. de Castro junto aos seus partidários. Outra hipótese acerca dessas notas é a importância de Castro sobre seus asseclas nesse momento eleitoral – o que não se pode desprezar, pois denota o prestígio político que Castro recuperou depois de 1897, caso contrário não valeria tanto esforço para denegrir sua imagem através dos jornais.

---

<sup>493</sup> A República, 24/04/1899, p.2. Termo pejorativo usado para se referir ao intendente Manoel Pedro de Castro e alguns de seus familiares que exerciam funções públicas remuneradas.

<sup>494</sup> República, 29/04/1899, p. 2-3.

<sup>495</sup> República, 03/08/1899, p. 3.

<sup>496</sup> República, 07/09/1900, p. 1.

<sup>497</sup> República, 06/10/1900, p. 1.

Suposições à parte, ao se aliar a Lemos e Montenegro, o coronel Manoel Pedro de Castro teve a sua memória inscrita no monumento erguido em comemoração ao Congresso político do PRP realizado em Belém, em 1903. Porém, sua trajetória é pouco conhecida, motivo pelo qual, possivelmente os livros que contam “toda a história do lugar”, citam laconicamente aquele que nomeia uma travessas do centro de Salinas, mais conhecida como “Rua do Cemitério”, oficialmente “Travessa Manoel Pedro de Castro” (Figura 9). Homenagem que, mesmo válida, pouco reflete sua trajetória política na localidade e tão pouco destaca a cobiçada patente de coronel da Guarda Nacional, que deve ter lhe inspirado distinção no meio social em que vivia, e possivelmente era por ele ostentada sempre que preciso no acirrado jogo político da Primeira República dominada pelos coronéis.

Figura 9 - Placa sinalizando a Travessa “Manoel Pedro de Castro” - Salinas-PA.



Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

### 2.3.2.11 Serafim dos Anjos Nunes

Entre os atos do Governo Provisório do Pará de março de 1890, está à assinatura dos decretos de nº 63 e 70, que, respectivamente, extinguiu a antiga Câmara da vila de Salinas e criou o Conselho de Intendência, que deveria responder pela administração local a partir de então <sup>498</sup>. O Conselho de Intendência de Salinas inicialmente teve como presidente Serafim dos Anjos Nunes, e não o líder conservador Manoel Pedro de Castro ou qualquer outro envolvido nos assuntos políticos mais imediatos. Aliás, quem era Serafim dos Anjos Nunes, que ocupou um cargo deveras importante num dos momentos mais delicados do processo de consolidação das instituições republicanas?

<sup>498</sup> O Democrata, 05/03/1890, p. 2.



Pouco se sabe a seu respeito. Registre-se que em 1877 foi multado pelo presidente da província por incorrer no art. 122 § 3 do regulamento eleitoral de 1875<sup>499</sup>. Além desse único dado, que o envolve diretamente em processos eleitorais, sabe-se que foi nomeado para cargos significativos em Salinas. Em 1885, por exemplo, foi juiz comissionado das medições de terra<sup>500</sup>, exerceu ainda os cargos de delegado literário em 1878<sup>501</sup>, e de coletor das rendas da província<sup>502</sup>. Entre outros casos que o associam a esta localidade, no ano de 1880, na qualidade de delegado de polícia local solicitou “[...] providências por parte do governo provincial para debelar febres intermitentes que grassava aquela freguesia.<sup>503</sup>”

Mesmo sendo nomeado para esses cargos, intui-se que ele não preenchia os requisitos básicos que indicasse liderança no meio político, qualidade importante no jogo da política partidária. Pela falta de dados sobre a sua atuação política antes de 1890, quando foi nomeado intendente, e observando as fontes históricas, crê-se que foi uma indicação do potentado local, Antonio T. de Rezende<sup>504</sup>, que garantiu fidelidade ao governo provisório representado por Bartholomeu Ferreira<sup>505</sup>.

A partir de sua nomeação para o mais alto posto de mando local, Serafim dos Anjos Nunes necessitou ter atuação política incisiva, o que se deu ao presidir a comissão que recepcionou o governador Justo Chermont durante sua visita a Salinas, composta por ele e pelos vogais Anastácio Rezende, Manoel P. de Castro, Arthur D. de Barros, João dos S. e Figueiredo e Antonio T. de Rezende. O séquito seguiu para a intendência municipal, onde ocorreu sessão extraordinária, sendo inserido na ata um voto de gratidão pela honrosa e promissora visita<sup>506</sup>. Nesses termos, selava profícua aliança e promessa de valioso apoio por ocasião das eleições que não tardaram em ocorrer em todas as esferas de poder.

O processo eleitoral que elegeu Sodré como governador do estado foi largamente festejado, segundo comentários. Uma passeata que teve à frente a banda de música local foi acompanhada pelas autoridades, demonstração de apreço que corroborou o que eles esperavam

<sup>499</sup> O Liberal do Pará, 02/03/1877, p. 1.

<sup>500</sup> O Liberal do Pará, 13/01/1885, p. 1.

<sup>501</sup> O Liberal do Pará, 01/05/1877, p. 1.

<sup>502</sup> O Liberal do Pará, 24/04/1884, p. 2.

<sup>503</sup> O Liberal do Pará, 17/06/1880, p.1. Diário de Belém, n. 93 de 1885, p 2. Foi nomeado para exercer igual posto em Baião, porém não aceitou, por motivos ainda desconhecidos.

<sup>504</sup> O Democrata, 12/03/1890, p. 2. Comenta que entre os nomeados para compor o conselho de intendência estavam os menores de 18 anos de idade: João Theotônio de Quadros e Anastácio Theodato de Rezende, este filho de do comissário do governo, prof. Antonio T. de Rezende.

<sup>505</sup> A Província do Pará, 05/12/1889, p. 2. Com base na ligação com Rezende, supõe-se que Nunes era conservador.

<sup>506</sup> A República, 08/07/1890, p. 3.

do novo governo para fazer de Salinas um importante balneário e local de recreação do estado<sup>507</sup>, além de retribuições do governador eleito, sobretudo nas eleições municipais.

O capitão Serafim foi eleito com um total de 92 votos<sup>508</sup> e, como tal, juntamente com o membro do diretório do PRP local, que tinha como presidente o professor aposentado Antonio T. de Rezente, felicitou Paes de Carvalho, chefe do PRP estadual e senador no Congresso Nacional, pelo seu natalício<sup>509</sup>, o que lhe valeu ser anunciado como legítima influência republicana, ao lado do senador estadual coronel José C. Pinheiro, intendente e chefe do PRP de Bragança<sup>510</sup>. Chefiar um partido político certamente era uma posição cobiçada por muitos políticos, afinal, por suas mãos que passavam as decisões que guiavam as relações políticas locais. Porém, isso não seria conseguido sem contestações surgidas no próprio seio da organização partidária a qual pertencia.

A oportunidade de chefiar PRP e ao mesmo tempo ser intendente de Salinas foi auferida por Nunes em 1893, quando foi eleita a nova diretoria local do partido governista. Em matéria de primeira página na imprensa situacionista constava:

PARTIDO REPUBLICANO - De Salinas comunicam-nos haver o eleitorado desta vila, composto dos nossos estimáveis correligionários, reorganizado o diretório elegendo para ele os seguintes prestantes e distintos cidadãos, legítimas influências do município: capitão Serafim dos Anjos Nunes; presidente, Manoel P. de Castro; vice-presidente, Levindo Henrique G. Peleja; 1º secretário, João dos Santos Sarmanho Netto; 2º dito, Manoel Antônio da Fonseca Ramos, Ezequiel Lisboa da Silva e João dos Santos Monteiro<sup>511</sup>.

Serafim Nunes sobe à presidência. Porém, numa gestão que provavelmente foi marcada por delicadas e conturbadas relações com o seu vice, Manoel Pedro de Castro, que em muito deve ter se ressentido pelo lugar secundário que lhe coube nos assuntos políticos locais, mesmo ele sendo um dos principais representantes da política salinense antes de 1889. Nunes teria que conviver ainda com o professor Levindo H. G. Peleja, cunhado de Castro, que ocupava o cargo de 1º secretário, demonstrando, assim, que a permanência em determinadas funções do jogo político requer concessões e flexibilidade para “aparar as arestas internas”, que surgiram ainda no momento de formação do grupo em 1889/1890, o que por vezes o fragilizava<sup>512</sup>.

---

<sup>507</sup> A República, 03/07/1891, p. 1.

<sup>508</sup> A República, 15/10/1891, p. 2.

<sup>509</sup> A República, 12/11/1891, p. 1.

<sup>510</sup> A República, 16/02/1892. P. 2.

<sup>511</sup> A República, 21/07/1893, p. 1.

<sup>512</sup> É interessante notar que houve várias substituições na composição do Conselho de Intendência, que originalmente foi criado pelos decretos acima mencionados. O Democrata, 30/07/1890, p. 1. Um dos exemplos mais latentes das disputas que geraram essas permutas é o caso vogal Franklin dos Monteiro. O Democrata, 06/10/1892, p. 2. Após sair do PRP, e conseqüentemente do conselho, Monteiro passou a militar no PRD,

O PRP salinense não deveria demonstrar o grupo fragilizado durante a visita de Sodré ao Salgado. Este almejava encontrá-lo coeso, haja vista que era um momento no qual, como líder político do Estado com projeção nacional, ele precisava demonstrar que o Pará estava unido em torno do seu nome, como possível candidato a suceder Floriano Peixoto (FERREIRA, 2013). Sua passagem por Salinas foi marcada por um grave acidente marítimo, que por sorte não terminou em uma tragédia, graças à equipe de salvamento que, segundo a primeira nota sobre o assunto, era liderada pelo sr. Manoel Pedro de Castro, chefe do PRP, que pressentiu o perigo do “Vizeu”, e integrada, dentre outros, pelo intendente Serafim dos Anjos Nunes “[...] e outros cidadãos, que partiram em canoas tripuladas por gente do povo, em socorro aos passageiros<sup>513</sup>.” Com a tripulação e os passageiros salvos em terra, no dia seguinte, 27 de agosto, houve uma sessão solene na intendência municipal, pela chegada do governador. Este ato que teve como orador oficial o Tenente-coronel e professor aposentado Antonio Thodato de Rezende<sup>514</sup>, que igualmente, a partir de então, figurava como líder da equipe de socorro ao “Vizeu”, e não mais Manoel Pedro de Castro, que teve o seu primeiro nome trocado para “José”<sup>515</sup>. Esses detalhes possivelmente passariam despercebidos aos olhos de um desconhecedor dos meandros da política de Salinas, porém evidenciam as disputas internas pelo poder de mando, travadas entre Manoel Pedro de Castro e Antonio Theodato de Rezende, nas quais se incluía Serafim dos Anjos Nunes como aliado deste último.

Os conflitos internos do PRP de Salinas tornaram-se explícitos a partir da cisão no PRP estadual em 1897, momento em que os grupos opostos também se digladiavam pelo poder político e, conseqüentemente, levaram esses distúrbios aos interiores do Pará. Neste contexto, Manoel P. de Castro e seus partidários permanecem no PRP, sob as ordens de Lemos, enquanto o grupo liderado por Antonio T. de Rezende, no qual estava Serafim dos Anjos Nunes, saiu do PRP e passou a militar no PRF, ao lado de Sodré.<sup>516</sup>

Após ter transcorrido quase seis anos de sua viagem como governador, Sodré volta a Salinas em abril de 1899, para presidir a eleição e posse do diretório local do PRF. Durante o ato, foram escolhidos o Tenente-coronel Antonio Theodato de Rezende para presidente; e o

---

chegando inclusive a ser eleito membro do diretório local desse partido. O Democrata, 15/01/1893, p. 1. Como tal, remete notas sobre a não realização de um pleito eleitoral, por ter o intendente Serafim dos Anjos Nunes faltado com o seu dever de organizar o processo eleitoral. O Democrata, 22/01/1893, p. 1. Portanto, o resultado apresentado pela intendência, em que os governistas saíram vitoriosos, é falso.

<sup>513</sup> A República, 29/08/1893, p. 1.

<sup>514</sup> A República, 16/09/1893, p. 1.

<sup>515</sup> A República, 15/09/1893, p. 1.

<sup>516</sup> República, 02/03/1899, p. 1.

capitão Serafim dos Anjos Nunes para o de cargo vice-presidente.<sup>517</sup> Esse grupo não deu trégua a Manoel Pedro, que à época exercia o cargo de intendente. Entre as muitas denúncias feitas pelo grupo político Rezende/Serafim Nunes consta a de que a intendência, ou melhor, o intendente Castro, comerciante falido, não realizou a abertura de estradas de rodagem dentro do município no prazo determinado, conforme foi combinado com o governo do estado, o financiador da obra<sup>518</sup>. Todavia, foram as notas relacionadas aos processos eleitorais que mais ganharam as páginas de jornal.

Acerca destas, consta a denúncia sobre o processo eleitoral que envolveu os mesários da 2ª secção, na qual estavam alistados como votantes, além de outros inqualificáveis, crianças menores de 14 anos de idade, e deixaram de incluir lavradores locais que sabiam ler e escrever. Nessa mesma sessão, os mesários, em sua maioria federais, foram impedidos de exercer suas funções, como o próprio Manoel Pedro havia determinado em reunião prévia. Esse impasse gerou uma nota, provavelmente atribuída a Castro, na qual estes mesários e outros membros do PRF, inclusive o capitão Serafim dos Anjos Nunes, foram explicitamente chamados de “xerimbabos”, isto é, animal que vive na dependência do ser humano, uma provável referência à cumplicidade e à dependência desses mesários para com o Tenente-coronel Antonio Theodato de Rezende, presidente do PRF local. Em defesa de seus companheiros de pugna, Rezende replica argumentando que, se estes estavam militando nas fileiras do PRF, devia-se às suas convicções, por isso não negociavam “com praça de baixo de firma suposta”, como os que mercadejavam os seus ideais por uma trapaça qualquer. Prossegue mencionando que aqueles que o atacavam eram os “saltimbancos” que ontem escreviam artigos contra os que fizeram deles seu xerimbabo, que ao ocuparem altos cargos no Estado, curvam a espinha para apanhar as migalhas<sup>519</sup>. Ao final, Rezende apresenta cópias de documentos que atestam a “veracidade” do teor de seu artigo.

Serafim dos Anjos Nunes, como bem frisou Rezende, não era um coitado que cumpria apenas as vontades de seus “amigos na política”, e sim era um comerciante. Porém, um comerciante não somente de gêneros alimentícios, ferramentas e ouro, artigos que lotavam as prateleiras de seu empório. Como tantos outros, ele também mercadejava no rentável mercado político desde o antigo regime, e mais ainda no alvorecer da República, tanto que soube tirar proveito das posições sociais que os cargos lhe proporcionavam, caso contrário não teria

---

<sup>517</sup> Domiciano Antonio Nunes, 1º secretário; Manoel Clementino Prist Filho, 2º dito; e os membros Balduino dos Santos Borges, Bernardino Francisco Nunes e João dos Santos Figueiredo.

<sup>518</sup> República, 02/03/1900, p. 2.

<sup>519</sup> República, 03/09/1899, p. 2.

assumido postos proeminentes, mesmo sendo por indicação, na maioria das vezes. Sua memória não foi preservada em nome de rua ou praça de Salinas, cidade que hoje é um dos principais pontos turísticos do Pará, como bem intuía a nota que louvou a Sodré em 1891. Sua memória está presente, ainda que um tanto “envolta” nas notas de jornais, no Tomo IX dos Anais do Arquivo Público do Pará, que traça aspectos acerca da evolução histórico-política dos municípios paraenses, uma das principais fontes que embasaram o levantamento da trajetória dessa figura política, um tanto esquecida por “aqueles que escreveram toda a história de Salinas”.

### 2.3.2.12 Coronel Antonio Pedro da Silva Pereira

Em 1º de agosto de 1850, na histórica cidade de Bragança, situada às margens do Rio Caeté, a senhora Rosa da Silva Pereira, esposa de Romão José da Silva, deu à luz a Antonio Pedro Pereira da Silva (OLIVEIRA, 2008, p. 127), que anos depois foi um dos mais proeminentes homens públicos, ocupando cargos importantes na fechada sociedade bragantina, como o de sargento-comandante do destacamento de polícia, função na qual, por ordens do subdelegado de polícia, em novembro 1868, realizou a prisão do recruta Antonio Venâncio, que havia se escondido na loja de Vicente José de Sena. Essa ocorrência, segundo o autor da nota assinada com o pseudônimo de “Veritas”, deu-se por motivos puramente políticos por parte do subdelegado de polícia e do sargento, que eram membros do Partido Conservador<sup>520</sup>.

Engajado na política, tendo por padrinho o chefe conservador Antonio Caetano Ribeiro, Antonio Pedro da Silva Pereira (Figura 10) saiu candidato a vereador pela Câmara de Bragança, sendo eleito para o período de 1885-1888 (OLIVEIRA, Op. cit., p. 127). Nessa legislatura, ocupou a presidência da casa de Leis, em substituição ao dr. José Caetano Pinheiro, que assumiu uma cadeira no parlamento provincial (Idem). Nesse ínterim, em 1886 passou a ocupar também a função de 3º suplente de juiz municipal do termo de Bragança<sup>521</sup>, mas não ficou no cargo por muito tempo, pois, dias depois passou a ocupar o de 2º suplente<sup>522</sup>. Ascensão política que em muito se deve às suas relações familiares, visto que, em 1º de novembro de 1878, contraiu núpcias com dona Felícia Pinheiro Pereira, filha do capitão José Clarindo Silvestre Pinheiro e dona Sarah Martins de Andrade Pinheiro<sup>523</sup>.

<sup>520</sup> Diário de Belém, n. 102 de 1868, p. 2-3.

<sup>521</sup> A Constituição, 09/02/1886, p. 1.

<sup>522</sup> A Constituição, n. 65 de 1886, p.

<sup>523</sup> Essa família reunia figuras de renome na vida pública local e no âmbito provincial, como o cônego dr. José de Andrade Pinheiro, deputado provincial, coronel Cezar Augusto de Andrade Pinheiro e Joaquim Moises de

Durante os anos iniciais do novo regime, Antonio Pedro ou “coronel Jabuti”, como era pejorativamente chamado devido a um desvio na coluna (OLIVEIRA, 2008, p. 121), teve a sua imagem obscurecida pela figura proeminente do chefe político José Caetano Pinheiro, provável parente de dona Felícia Pinheiro. Esse obscurantismo aos poucos foi se desfazendo, com a alternância de ambos na presidência do Conselho de Intendência, o que permitiu a inclusão de seu retrato na galeria dos intendententes, situada em um dos salões do atual prédio da prefeitura municipal (Figura 10). Retrato que permite a um observador atento notar os reflexos de seus distúrbios na coluna, algo que em nada obscurece seu semblante sério, próprio de alguém que um dia inspirou voz de comando, afinal, na arena política, mais importante do que a força bruta é a capacidade de liderança conseguida por meio das palavras. Antonio Pedro ocupou o cargo de intendente nos períodos de 1893-1895 e 1897-1899<sup>524</sup>, ocasiões em que teria aumentado e baixado o valor da gratificação recebida pelo intendente. Essa oscilação no soldo do intendente, segundo o jornal República<sup>525</sup>, justificou-se pelo fato de que o ocupante do cargo seria novamente o senador José Caetano Pinheiro. Afinal, desde 1897 esses dois políticos bragantinos vinham se digladiando abertamente na política local, devido aos seus posicionamentos na política estadual, visto que Antonio Pedro permaneceu fiel à política do PRP<sup>526</sup> ou de Lemos, enquanto Pinheiro saiu para formar a base Laurista.

Figura 10 - Retrato de Antonio Pedro da S. Pereira, Prefeitura Municipal de Bragança-PA.



Fonte: Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

---

Andrade Pinheiro, Augusto de Andrade Pinheiro; estes três últimos possuíam a patente de tenente coronel da Guarda Nacional.

<sup>524</sup> Annais da Biblioteca Publica do Pará, Tomo IX, p. 147-157.

<sup>525</sup> República, n.36, 1899.

<sup>526</sup> A República, 17/06/1891, p. 1. O então capitão Antonio Pedro da Silva Pereira compõe a primeira diretoria do PRP de Bragança.

Com bases que lhe eram propícias pela política lealista, em 9 de fevereiro de 1901, após um franco combate na arena política de Bragança com o candidato laurista à reeleição, senador José C. Pinheiro, o genro do capitão Silvestre interpôs um pedido no Congresso Estadual para validar a eleição procedida em junho de 1900, o que foi aceito na sessão do dia 14 do mesmo mês, ratificando o parecer da CVP de Bragança, que o reconhecia como intendente eleito, tendo sua diplomação efetivada em 7 de julho de 1900. A partir de 1901, ocupou a presidência do Conselho Municipal ininterruptamente até 1907, ano de sua morte. Essa atuação não foi mantida sem contestação por parte dos seus opositores, que a todo custo pretendiam chamar atenção do público para as suas supostas arbitrariedades.

Por exemplo, em maio de 1900, a oposição denunciava que um imóvel de propriedade do coronel Antonio Pedro, alugado pelo valor de 300:00 rs. para funcionar uma das escolas mantidas pelo estado, era inadequada para tal finalidade, e por isso o uso do valor era desfavorável à instrução pública. Segundo a nota, a casa possuía poucos cômodos, era muito baixa e sem a menor higiene, e na hora de sol alto a presença dos alunos era insuportável devido ao calor excessivo, sendo que duas professoras inclusive já haviam ficado enfermas. A nota menciona ainda que o coronel Pereira da Silva alugava uma casa se o cobre do tesouro for para o bolso de algum amigo, pois o que menos se indagava era se havia outra com melhores condições de higiene e mais barata. Em tom jocoso, concluía pedindo: “Aumente o aluguel sr. Antonio Pedro, pois, para o governo é muito barato um foco de moléstia por 300:00 rs.”<sup>527</sup>

Em outra nota os opositoristas comentam que o coronel Antonio Pedro, dono de outros imóveis em Bragança, por ocasião de um de seus mandatos como intendente, ofereceu gratuitamente um deles para abrigar a sede da Intendência Municipal, enquanto o prédio definitivo não ficava pronto. Como pagamento, pedia apenas que fossem feitos alguns reparos que precisava, que teriam sido superiores ao valor dos aluguéis que os cofres públicos teriam que pagar se a ocupação não fosse gratuita. A nota mencionava, ainda, que nem bem terminou o seu mandato, ele solicitou a desocupação do referido imóvel, sob pena de o município pagar 30:000 rs. mensais, ainda que a quantia gasta com a reforma não tivesse sido reembolsada ao tesouro municipal<sup>528</sup>, matéria que rendeu muito nos prelos dos jornais da capital.

As matérias que buscavam manchar a reputação dos adversários políticos, possivelmente devem ter ocupado largamente as páginas do jornal do próprio coronel Pereira da Silva, denominado “Caeté”, que surgiu em 1901 e circulou até o dia 22 de julho de 1911

---

<sup>527</sup> Republica, 16/05/1900, p. 1.

<sup>528</sup> República, 19/05/1900, p. 1. Esta é uma réplica a outra que trata deste caso, publicada no jornal “O Pará”.

(OLIVEIRA, 2008, p. 168), prova do poder político e econômico deste grande expoente de apoio ao lealismo no Salgado, expressado inclusive no congresso do PRP realizado em 1903, haja vista que seu nome é o décimo primeiro da segunda coluna entre os nomes gravados no monumento que celebra o encontro.

A memória deste coronel da Guarda Nacional, que disputou as atenções da população com o senador dr. José Caetano Pinheiro durante uma das muitas viagens de regresso feita por eles em 1900<sup>529</sup>, é lembrada ou ignorada pelos transeuntes que passam pela “Rua da Feira do Produtor Rural”, oficialmente Travessa Coronel Antonio Pedro, a antiga travessa São Vicente (Ibid., 168), uma das principais vias da cidade, que não sentiu o seu derradeiro suspiro ocorrido em 23 de outubro de 1907 em Belém, quartel general do lealismo (Ibid., p. 127).

### 2.3.2.13 Coronel José Caetano Pinheiro

Por meio de edital datado de março de 1878, o governo da província do Pará convocou diversas pessoas e entidades governamentais para comparecerem no Palácio, a fim de receberem diplomas, medalhas e certificados que foram conferidos pelo júri da exposição internacional da Filadélfia e pela comissão de exposição nacional do Rio de Janeiro. Entre os convocados estava o deputado provincial<sup>530</sup> coronel José Caetano Pinheiro<sup>531</sup>. Honrarias como estas foram condizentes com a importância política deste bragantino nascido em 1834, em diversos momentos da vida política do Brasil, e mais precisamente do Pará e do Salgado. Importância política pode ser apreendida ainda nos dias atuais por aqueles transeuntes mais atentos que percorrem diariamente ou de modo esporádico um dos salões do prédio que atualmente abriga a prefeitura de Bragança, pois ao contemplarem os retratos dos “intendentes” encontraram o do intendente e senador José Caetano Pinheiro, em pose serena e ativa, a inspirar comando aos seus conterrâneos (Figura 11). O gosto pela vida política certamente foi herança de seus antepassados, que por diversas vezes ocuparam posições de mando político e administrativo desde o período colonial (Ibid., p. 81). Seu pai, o coronel Francisco Antonio Pinheiro era “[...] convencido adepto das ideias e princípios do patriótico partido conservador, a que sempre serviu com dedicação e inexcedível zelo. Durante largos anos dirigiu com muito tino o partido na comarca de Bragança”<sup>532</sup>.

<sup>529</sup> República, 20/10/1900, p. 2.

<sup>530</sup> Liberal do Pará, n. 69 de 1869, p. 2. O coronel José C. Pinheiro recebeu 344 votos, e seis em separado.

<sup>531</sup> A Constituição, n. 70 de 1878, p. 2. O Liberal do Pará, 05/07/1877, p.1. Menciona o nome do coronel José Caetano Pinheiro como sendo um dos agraciados para receber uma medalha de mérito e menção honrosa.

<sup>532</sup> A Constituição, 18/03/1880, p. 1.



Figura 11 - Retrato de José Caetano Pinheiro na Prefeitura Municipal de Bragança-PA.



Fonte: Tiago Barros Ferreira, agosto de 2014.

A filiação a este partido coube por herança a José Caetano Pinheiro, que alegou “*le droit de hereditage*”, mesmo antes da morte de seu pai, o velho coronel Pinheiro. Para tanto, teve que se envolver em inúmeros conflitos contra os liberais, e mais ainda dentro do próprio diretório Conservador local<sup>533</sup>, que por vezes o chamava de “chefe intruso do partido conservador”, por ter apoiado a candidatura do conservador coronel José Caetano da Motta para a presidência da mesa que deveria coordenar a eleição para o cargo de presidente do Senado da Câmara bragantina<sup>534</sup>. Para os seus opositores, essa candidatura não passou de uma farsa, pois nos bastidores costurou-se uma coalisão tácita, na qual o coronel José Caetano Ribeiro, chefe dos liberais, saiu vitorioso. Esse arranjo teve a conivência do próprio coronel José Caetano Pinheiro, que ficou “[...] como Pilatos no Credo [...]”<sup>535</sup>, ou seja, nada fez para impedir a eleição de seu tio, padrinho e futuro sogro à presidência da Câmara bragantina, sujeito a quem aprendeu a odiar desde criança<sup>536</sup>.

<sup>533</sup> O Liberal do Pará, n. 180 de 1870, p. 3. Comenta que os liberais de Bragança estavam sofrendo perseguições por parte de gente do chefe conservador sr. José Caetano Pinheiro.

<sup>534</sup> A Constituição, n. 250 de 1876, p. 2-3.

<sup>535</sup> A Constituição, n. 226 de 1876, p. 2.

<sup>536</sup> A Constituição, n. 250 de 1876, p. 2-3.

Somada ao gosto pela política, característica inerente ao senador Pinheiro, estava também a sua herança pecuniária<sup>537</sup>, multiplicada pelo seu próprio esforço, o que o ajudou a se manter no dispendioso jogo político<sup>538</sup>, e por vezes revertia para si, como aduz a denúncia dos liberais, que o deputado coronel José Pinheiro votou a favor de um contrato entre a Assembleia provincial e o Diário de Belém, órgão de propriedade de quase todos os deputados que embolsaram a quantia de 227, 272 rs<sup>539</sup>.

A tribuna da Câmara Municipal de Bragança também foi usada pelo coronel Pinheiro na qualidade de membro, quando ocupou a presidência em 1877-1880<sup>540</sup> e 1885-1888 (OLIVEIRA, 2008, p. 320), e nos períodos de vacância entre uma legislatura e outra, ocupou novamente assento no parlamento provincial, cargo que ocupava tanto no momento da subida do Gabinete Ouro Preto quanto da deflagração do golpe de Estado de 1889, que derrubou o trono brasileiro (MEIRA FILHO, 1981, p. 60)<sup>541</sup>.

Apesar de estar à frente da política bragantina em 1889, Pinheiro não foi nomeado para intendente de Bragança, como vários chefes conservadores em suas respectivas localidades. Afinal, o que levou à sua não indicação e sim de Aureliano Coelho<sup>542</sup>? Há duas hipóteses prováveis, porém, não iremos percorrer longamente sobre ambas. A primeira é que Coelho era um dos mais engajados na divulgação do novo regime, inclusive chegou a editar o jornal “República”, do Club Republicano de Bragança. Portanto, nada mais justo do que elevar um republicano histórico a esta posição tão almejada, afinal, havia poucos aliados aptos ao trato administrativo nos interiores. A outra se deve ao conturbado cenário político em Bragança, como já mencionado, onde os conservadores se digladiavam pelo poder, não somente contra os liberais, mas também internamente. Esta hipótese ganha consistência se considerarmos que as cisões entre os grupos propensos ao comando não condiziam com o processo de consolidação das instituições republicanas. No mais, poderia haver conciliação entre ambas.

---

<sup>537</sup> O Liberal do Pará, 18/08/1883, p. 1. Relata que o coronel José Pinheiro é possuidor de no lugar denominado “Urumajó”, distante duas léguas da cidade de Belém.

<sup>538</sup> O Liberal do Pará, 5/09/1879, p. 1. As rendas da coletoria provincial de Bragança, concernentes ao biênio 1879-1880 foram arrematadas por José Caetano Pinheiro, que logo em seguida desistiu da proposta, por serem muito aquém do esperado. As rendas das coletorias eram a forma de se obter um ganho relativamente vantajoso.

<sup>539</sup> O Liberal do Pará, 27/09/1871, p. 1.

<sup>540</sup> A Constituição, n. 150 de 1882, p. 1. O Liberal do Pará, 14/07/1882, p. 1. Nas eleições procedidas em 1º e 3 de julho de 1882 obteve 16 votos para o cargo de vereador, legislatura na qual seu pai ocupou a presidência. O Liberal do Pará, 15/01/1879, p. 1. Membro da comissão de primeiros socorros aos moradores de Bragança. A Constituição, 17/01/1886, p.1. Nomeado pelo governo da província para fiscalizar as obras da igreja de São Benedito. Estas duas funções lhe permitiam transitar tanto entre as pessoas gradas quanto nas massas populares.

<sup>541</sup> A Constituição, n. 264 de 1883, p. 2.

<sup>542</sup> O Democrata, 02/05/1890, p. 2. Coelho militou anteriormente no Partido Liberal.

A recepção oferecida pelo coronel José C. Pinheiro ao governador Justo Chermont durante sua excursão pelo Salgado, em junho de 1890, certamente serviu para amenizar a má impressão provocada pelas cisões internas em seu grupo político e para evidenciar o seu potencial no próprio curral eleitoral, ocasiões imperiosas para firmar a sua posição de destaque no cenário político, especialmente quando deixou de ser o chefe conservador e passou a figurar como “distinto republicano” e “conspícuo cidadão”, que promoveu um sarau dançante e reuniu uma comissão de senhoras que saudou o visitante<sup>543</sup>. Ele era, então, o respeitável e esforçado republicano, dono de um sobrado no centro da cidade, de onde o juiz de direito da comarca de Bragança e seu genro, Arthur Theodoro dos Santos Porto, saudou “[...] os vencedores da campanha de 15 de novembro, sintetizando-os na pessoa do governador Chermont [...]”<sup>544</sup>.

As bases políticas foram aparentemente recompostas ante o governador do estado, cabendo ao “amigo e correligionário dedicado”, “ilustre e prestigioso chefe republicano de Bragança”<sup>545</sup>, José Caetano Pinheiro, organizar o PRP, o que se deu em agosto de 1890, quando foi eleito seu primeiro presidente<sup>546</sup>, cargo que ocupou novamente na segunda eleição, tendo como vice-presidente o major Thomas de Paula Ribeiro.<sup>547</sup> Senhor do PRP bragantino, inclusive ocupando a intendência com a exoneração de Aureliano Coelho, remanejado para cargos comissionados na capital do estado, foi candidato ao Parlamento Estadual Constituinte, sendo eleito senador, com o propósito de elaborar a primeira Constituição do Pará republicano, além de eleger Lauro Sodré como governador do Estado (MEIRA FILHO, 1981, p. 401). Após os trabalhos no Parlamento estadual, voltou sua atenção para as eleições municipais em Bragança, cujo próximo passo seria ocupar a intendência através do sufrágio direto. Assim, novamente tomou posse da intendência de Bragança em 15 de novembro de 1891, haja vista que a Constituição permitia o acúmulo desses dois cargos.<sup>548</sup>

---

<sup>543</sup> A República, 09/07/1890, p. 1

<sup>544</sup> A República, 10/07/1890, p. 3.

<sup>545</sup> A República, 13/08/1890, p. 1.

<sup>546</sup> A República, 01/10/1890, p. 1.

<sup>547</sup> A República, 17/07/1890, p. 1. Constavam como membros do diretório: Manoel F. Pinto, Raymundo Rodrigues da Silva, primeiro e segundo secretários, respectivamente: tenente-coronel José F. Ribeiro, tenente-coronel Saturnino M. de Oliveira, capitão Antonio Pedro da Silva Pereira, capitão Antonio M. da Paixão, capitão João Paes Ramos, tenente Manoel Júnior Baptista, Joaquim Moyses de Andrade Pinheiro e Belmiro Antonio Marinho.

<sup>548</sup> MEIRA FILHO (1981, p. 380). A Constituição Estadual menciona que apesar de serem remunerados, são eletivos e não comissionados daí sua cumulatividade. Porém, no exercício do Cargo de sanador, o de intendente deveria ser entregue ao vogal mais idoso do respectivo Conselho.

Confirmado como intendente de Bragança, José C. Pinheiro<sup>549</sup> presidiu a sessão solene realizada em 27 de agosto de 1893, no Paço da Intendência, em que foram dadas boas-vindas a Lauro Sodré, pela sua visita à cidade banhada pelo rio Caeté, durante a excursão pelo Salgado. Nessa ocasião, Caetano Pinheiro ofereceu a Sodré um suntuoso banquete no seu palacete, para o qual foram convidadas as pessoas mais gradas da sociedade bragantina, que saudaram o ilustre convidado com inúmeros brindes, comemoração que se estendeu pela madrugada, com um baile promovido pelo anfitrião. Segundo o repórter, foram “três dias que se escoaram tão insensivelmente, tal foi o contentamento que experimentaram”. Além dos bailes, houve passeios a cavalo pelos campos bragantinos, almoço ao ar livre no sítio “Bacuriteua”, de propriedade do major Motta, além da sessão solene na *Sociedade Beneficente Artística Bragantina*<sup>550</sup>.

Toda a deferência dedicada a Sodré, resultou em acordos que foram selados e no apoio oferecido pela intendência de Bragança, leia-se do intendente, ao posicionamento adotado por Sodré ante a Revolta da Armada. O telegrama enviado ao governador pelo intendente bragantino assegurava-lhe “[...] inteira e completa solidariedade na defesa patriótica da ordem e das instituições republicanas, ameaçadas pela criminosa revolta dos navios de guerra no porto do Rio de Janeiro.”<sup>551</sup>

Seu apoio foi confirmado anos depois, quando Sodré concorreu à presidência da República sem o apoio do Catete, o que ocasionou a cisão do PRP em 1897. José Caetano Pinheiro foi um dos dois intendentes que permaneceram aliados a Lauro Sodré, o que lhe custou duras críticas dos seus opositores, sobretudo do grupo liderado pelo coronel Antonio Pedro Pereira da Silva, seu antigo aliado, que se tornou seu principal oponente durante o regime republicano. As acusações eram igualmente respondidas pela imprensa, que foi amplamente utilizada por Caetano Pinheiro nos embates com seus desafetos políticos.

Em uma dessas respostas, lê-se: “Só ontem tivemos conhecimento de um escrito publicado no O Pará de terça feira [...] remetido de Bragança, cujo único fim é ferir a honra e honestidade do intendente [...] daquele município”. Em sua defesa, consta que ele nunca abandonou os interesses de sua terra, inclusive sacrificando os seus próprios desde os tempos

---

<sup>549</sup> A República, 13/01/1892, p. 2. A República, n. 580 de 1892. A República. Após a sua eleição como senador estadual, as notas veiculadas na imprensa passaram a trazer, além do distintivo de coronel, o de senador, sempre ressaltando suas qualidades como “Influência política de Bragança, exemplo de republicano” etc. Essa distinção se fazia presente mesmo quando não estava no exercício do cargo de intendente de Bragança, e mais ainda após a cisão de 1897. Possivelmente era uma maneira de ostentar a posição que o cargo lhe conferia, não só no mundo político, mas na sociedade em geral.

<sup>550</sup> A República, 16/09/1891, p. 1-2.

<sup>551</sup> A República, 27/09/1893, p. 1.

de sua mocidade. Cita, ainda, que em nada condizem com a verdade esses ultrajes feitos pelos sevandijas que não conseguiram arrastá-lo para o seu lado nos “[...] últimos tempos após a cisão do partido, do qual fazia parte desde 1890 como chefe prestigioso e até glorioso [...]”<sup>552</sup>.

Esses comentários deveram-se, entre outros motivos, ao valor dos seus vencimentos enquanto intendente municipal, equivalente a 3;600\$. Uma diferença considerável se comparado ao valor que José C. Pinheiro recebia quando eleito pela primeira vez, de 1:200\$, que permaneceu o mesmo para o seu sucessor. Esse montante maior, segundo a nota, foi fruto de uma jogada ilegal que o coronel Antonio Pedro, sucessor de Caetano Pinheiro, fez assim que assumiu a intendência. Porém, apesar de reconhecer o excessivo aumento e a forma pela qual ele foi concebido, mencionava que nada podia fazer, uma vez que ele apenas poderia alterar o valor no final de seu mandato, como determinava a lei orgânica do município<sup>553</sup>.

Em seus derradeiros parágrafos, a matéria aduz que ele, com 66 anos de idade, depois de 40 anos de vida pública, pode ser cotejado por quantos quiserem, ao contrário de outros assalariados que andam nas ruas de Bragança mendigando honrarias e posições. Nesse sentido, sugeria que se houvesse uma devassa nos arquivos da Intendência a respeito da sua administração, o procedimento deveria ser o mesmo com relação ao mandato do seu antecessor, coronel Antonio Pedro, que seria o maior responsável por essas campanhas de difamação<sup>554</sup>.

A eleição que marcou a sua saída da intendência de Bragança foi assinalada por fortes disputas com o Antonio Pedro. Mesmo Caetano Pinheiro alegando junto ao Congresso que houve fraudes no processo eleitoral, em conivência com a CVP bragantina, aquele foi reconhecido como intendente, resultado que se deveu, em muito, à perda de sua antiga base política local, que não o acompanhou para o PRF, e continuou no PRP. Somam-se a esse quadro os posicionamentos dos vogais, nos longos períodos de ausência da administração municipal, o que o impossibilitou de gerir pessoalmente as manobras políticas que lhe dariam a vitória, ao menos no âmbito local. Diz-se esfera local, levando em consideração que no Parlamento Estadual, capitaneado por Antonio Lemos, isso seria pouco provável, devido às imposições que esse órgão legislativo impunha aos candidatos lauristas, ou seja, as degolas políticas.

---

<sup>552</sup> República, 31/03/1899.

<sup>553</sup> Idem.

<sup>554</sup> Idem.

A aliança política entre Sodré e este célebre bragantino pode ser verificada em 28 de abril de 1920, durante o seu funeral ocorrido em Belém, visto que Sodré compareceu à cerimônia, juntamente com todo o seu gabinete. Porém, antes de falecer, Pinheiro conseguiu eleger o seu irmão como intendente, no período de 1912-1918, ocasião em que o lemismo dava os seus primeiros sinais de declínio, com a trágica saída de Lemos do Pará e sua morte no Rio de Janeiro, ocorridas em 1911 e 1913, respectivamente<sup>555</sup>.

Sua memória permanece viva em Bragança, como o intendente que deu início aos trabalhos de construção do imponente palacete “Augusto Corrêa”, prédio que abrigou a intendência municipal por muitos anos, e atualmente corre risco de desabamento. Como de costume, por ser um personagem célebre da política local, empresta o seu nome a um logradouro no centro daquela cidade. Porém, a antiga “Rua do Sol” não é denominada “intendente ou coronel” José Caetano Pinheiro, e sim “senador José Pinheiro”, imagem que por vezes foi construída ainda em vida nas páginas dos jornais.

#### 2.4 O CHEIRO DA PÓLVORA SE AVIZINHA NO AR

A arena política acima evidenciada pelos seus sujeitos, era a mesma encontrada nas vilas e cidades do interior do Brasil, a qual a única mudança significativa foi somente no regime político vigente, a troca da bandeira imperial pela republicana, assim como dos selos das cartas que chegavam pelas malas dos correios, como possivelmente o foi o da carta euclidiana que abre este capítulo. Esses sujeitos foram articuladores do jogo político, porém empreenderam toda sorte de artimanhas para permanecer no poder. Estratégias que iam desde o conflito armado até a criação de uma consciência que viesse a proporcionar uma maior aproximação e aceitação das instituições republicanas junto à população. Destarte, a pólvora foi-lhes companheira nos momentos de guerra e de festa, ou nos dois, simultaneamente, como se poderá perceber no próximo capítulo, que trata da tentativa de manipulação do imaginário social.

---

<sup>555</sup> Segundo Sarges (2010), a morte de Lemos não representou, de imediato, a “morte” do lemismo.

### 3 CHEIRO DE PÓLVORA NO AR!: Das conflagrações explícitas às comemorações festivas empreendidas pelos sujeitos políticos do Salgado

A leitura do Diário de Notícias de domingo, trouxe sobressaltada a pacífica população da capital.

Uma contrarrevolução eminente – Bragança, Cintra, Marapanim e Vigia – revoltadas as autoridades policiais à frente do movimento sedicioso, os policiais dando vivas à monarquia, a bandeira republicana rasgada, tudo isso escrito em letras garrafais corpo onze, na primeira coluna editorial é, na verdade, para produzir um efeito aterrador, fazer arrepiarem-se as carnes dos incrédulos e tremerem de sustos os corajosos.

[...] o órgão oficial silencioso dorme tranquilo, e nem ao menos dá o grito de alerta! Felizmente o *Diário*, sentinela avançada da República, apercebeu ao longe as cortes inimigas inflamadas pelo Santo amor da pátria, bradou com toda força dos seus pulmões: às armas, cidadãos!

Se não rufaram os tambores, se não tocou a *Marselhesa*, é porque o nosso governador, com uma boa fé que não assenta bem num capitão vigilante, confia demais na bondade de seus cidadãos.

Esta confiança ilimitada há de lhe ser fatal algum dia. O caso é sério, di-lo o *Diário*, e ele que o diz é porque sabe. [...]

[...] A moderação do governo é que tem animado os levantes do interior, de que o público não teria conhecimento, se não fora a atividade dos repórteres especiais do órgão popular.

Desengana-se o governador do Estado; não é com meios brandos que se leva o povo, principalmente o brasileiro, que está eivado de vício da corrupção monárquica.

Prisões e mais prisões, processos e mais processos são meios sumários, eficacíssimos para conter os desordeiros. [...] Nada de condescendências, repetimos, com o *Diário de Notícias*: venha um governo forte, que comece por mandar fuzilar os noveleiros e os intrigantes<sup>556</sup>.

Os capítulos precedentes revelaram que as primeiras décadas republicanas no Pará, mais especificamente na região do Salgado Paraense, não ocorrem sem querelas envolvendo o PRP e a oposição, guiada inicialmente, sobretudo pelo PRD, e posteriormente pelo PRF. No afã de conseguir seus intentos, assim como denunciar as supostas arbitrariedades cometidas “pelo outro lado”, esses partidos se valeram amplamente da imprensa, como se pode notar. Nesses termos, os jornais, além de veículos de comunicação capazes de informar eventos, divulgar notícias e promover transformações, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas e discursos políticos, e criam possibilidades de mudanças à medida que provocam burburinhos nos locais mais movimentados. Os jornais são espaços de manifestação de valores de grupos sociais e partidos políticos, ao mesmo tempo em que são tribunais que conjugam opiniões de jornalistas, divulgadores no sentido gramsciano do termo<sup>557</sup>.

<sup>556</sup> O Democrata, 14/01/1890, p.1.

<sup>557</sup> Farias, (2005) p. 35.

A linguagem do poder, permeada de ideologias, também está presente nos jornais, uma vez que conceitos, normas e padrões dominantes apresentam-se no sentido de reforçar e tornar consensual o conjunto das leis instituídas. O jornal, ou melhor, os discursos neles veiculados atendem à função de apresentar os valores de grupos dominantes. Sendo assim, o jornal é um importante espaço de criação da sociedade, pois; “[...] institui instrumentos essenciais para estabelecer a ordem e conservá-la, através da normatização dos comportamentos [...]” (GRAMISCI). Para a maioria dos organizadores dos partidos, a batalha pela imprensa era fundamental e tão importante como qualquer outro tipo de batalha.

Destarte, o excerto acima, peça de uma extensa nota publicada na primeira quinzena de janeiro de 1890 em “O Democrata”, é bastante revelador sobre o quadro geral que concorria para o processo de afirmação do regime republicano brasileiro no Norte do país. Esse processo havia sido iniciado de maneira contundente a partir do golpe de Estado de 1889, ou melhor, revelado dois meses antes, de se comentar sobre possíveis distúrbios ocorridos em quatro das sete localidades do Pará que compõem o recorte espacial analisado nesta pesquisa<sup>558</sup>. Em especial, evidenciam as convulsões políticas que causaram a destruição de símbolos usados, na maioria das vezes, pelos donos do poder na formação de uma consciência aos moldes do republicanismo, principalmente o de inspiração francesa, evidenciando, assim, que estavam usando todos os métodos para se colocar à frente do poder de mando político e conquistar mais adeptos para a sua causa.

Porém, no caso acima citado, não foram os republicanos do PRP e sim os democratas que tomaram para si a defesa dos mesmos emblemas, alegando que a República corria perigo no Pará, por ter à frente um governo claudicante em suas atitudes. Evocou-se inclusive o temário revolucionário francês convocando o povo a marchar pelas ruas, a conduzir os revoltosos à guilhotina, tal como alude os versos da Marselhesa. Ou seja, convocava-se a sociedade paraense, a ficar à frente de uma revolução que derrubaria não o regime republicano, e sim o governo dos republicanos históricos, por terem “um capitão vacilante” em suas funções. Portanto, até mesmo os adeptos democratas fizeram uso das simbologias revolucionárias francesas. Afinal, os ecos da Marselhesa alcançaram outros grupos políticos, não representando uma inspiração exclusiva dos republicanos históricos.

---

<sup>558</sup> Ressalta-se que as câmaras dessas localidades aderiram ainda em novembro de 1889, ao que parece sem “grandes debates”, o que não quer dizer que não encontraram opositores, pelo contrário, eles existiram, ainda que tenham sido empalidecidos, como se pode perceber na carta de Bartholomeu Ferreira.



Logo, esse excerto, com seus excessos e boatos, constitui-se numa das premissas para se abordar as disputas, fossem latentes ou explícitas, que marcaram os primeiros anos do regime republicano no Salgado (JANOTTI, 1988)<sup>559</sup>. Isto é, os eventos em que houve o uso da violência física e os que passaram ao largo desses métodos, como aqueles que de certo modo pretendiam criar uma imagem solícita ao novo regime. Eventos protagonizados tanto pelos sujeitos políticos detentores do poder quanto por aqueles que aspiravam aos cargos de mando, indivíduos que estavam direta ou indiretamente ligados ao mundo político-partidário.

Percebendo as nuances e os meandros de tal cenário, o presente capítulo inicialmente analisa o jogo político no que concerne às táticas de confronto armado usadas pelos membros da oposição formada pelo PRD, frente à situação reunida no PRP, assim como em contrário. Como forma de ilustrar esses conflitos, destaca-se a Revolta de 11 de Junho, ou melhor, as conjunturas que a antecederam, assim como os seus desdobramentos no Salgado. A ênfase a este episódio deve-se ao fato de que mesmo tendo ocorrido em junho 1891, suas raízes podem ser encontradas antes dessa data, visto que a nota introdutória converge para tanto, assim como o fato de que seus reflexos avançaram igualmente para além desta, isto é, há referências sobre essa sedição inclusive após a cisão do PRP em 1897, quando seus efeitos são evocados. Fatos que antecipam e/ou perpassam esse momento de sedimentação das instituições republicanas no Pará. Salienta-se, porém, que sua imagem mais propositiva, de fazer parte da situação política governista, é percebível de imediato, através das adesões de democratas ao PRP, realizadas dias após o estouro do movimento em questão, e sua repressão pelo governo, demonstrando que, para alguns indivíduos, o mais importante era fazer parte do grupo governante, independente de ideologia político-partidária.

Em sua análise sobre o contexto político que levou à conflagração da Revolta de 11 de Junho, Farias (2005, p. 166) explica que os jornais da época constituem-se num importante termômetro para medir a tensão vivida entre os partidos conflitantes. As tensões eram elevadas, sobretudo no início de 1891, quando as disputas assinalavam a eclosão dos conflitos ocorridos por ocasião dos pleitos eleitorais em nível estadual. Isso não significa que não tenham ocorrido outros posteriormente, em virtude das eleições municipais, ainda que em menor intensidade. Porém, no momento estes não serão aqui analisados largamente. O que, para tanto, em muito devem ter cooperado as lembranças da repressão governista, gravada na mente e nos corpos dos acusados de sedição. A imprensa,

---

<sup>559</sup> Maria de Lourdes M. Janotti alerta que o uso da violência física foi marcante nos primeiros tempos da República, quando se tratava das disputas políticas

sendo agência de divulgação de opiniões e visão de mundo, acabava por intensificar o estado de tensão existente entre os sujeitos, quer na capital ou no interior do estado. Ao atentar-se para cada artigo publicado pelos inimigos políticos, considerando os boatos e os exageros, os redatores das folhas ligadas a cada partido contra-atacavam na edição seguinte<sup>560</sup>.

Versa-se igualmente, numa segunda ocasião, acerca dos métodos utilizados pelos agentes governistas no que se refere à formação de uma consciência que viesse a proporcionar uma maior aproximação e aceitação das instituições republicanas perante a população. Fato que é compreensível a partir da análise da apropriação de símbolos que já existentes, assim como da criação de novos, a construção de monumentos evocativos, as trocas das denominações de logradouros públicos, as procissões cívicas etc. Esses métodos também visavam imprimir uma consciência favorável à memória dos próprios idealizadores. Afinal, eles também fizeram parte do jogo político – de forma ativa. Os métodos perpassavam, inclusive, pelo discurso “[...] inacessível a um público com baixo nível de educação formal” (CARVALHO, 2007, p. 10). José M. de Carvalho (2007) lembra que: “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 2007, p. 9). Tratava-se de uma luta para subverter o imaginário popular e recriá-lo dentro dos valores republicanos, de modo a legitimar a nova ordem e, conseqüentemente, os seus atores.

Essas percepções se dão a partir da abordagem de fontes históricas, como as obras raras que tratam do assunto. Dentre elas, destacam-se “Os Sucessos de Junho”, que narra a Revolta de 11 de Junho sob a visão dos democratas. Elencaram-se também imagens de algumas personalidades e de marcos históricos como o Paço Municipal de Marapanim. Analisam-se os relatórios dos governadores do estado do Pará. As páginas da imprensa escrita mais uma vez convertem-se em valiosas fontes documentais e principal banco de dados desta pesquisa histórica. De acordo com suas respectivas orientações partidárias, a imprensa abordou momentos importantes da história política do Pará, portanto, essas fontes não poderiam ficar ao largo ou ter um papel secundário nas discussões.

Novamente tomamos como conceito norteador a “Cultura Política”. Todavia, neste capítulo, o seu significado remete à importância do papel das representações na sua

---

<sup>560</sup> O primeiro pleito eleitoral ocorrido durante o período republicano deu-se em virtude da escolha dos constituintes em nível federal. Sopesando as fontes oriundas da imprensa de ambas as tendências, verificou-se que, apesar de terem incidido em conflitos diversos, estes ficaram aquém dos posteriores, salvo algumas exceções.

definição<sup>561</sup>. Nesse sentido, é mister pensá-lo a partir de Roger Chartier (1990)<sup>562</sup>, um dos expoentes da História Cultural. Este autor afirma que o principal objetivo dessa corrente historiográfica é identificar o “[...] modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990 p. 16-17). Para Chartier, “Representação” constitui-se no uso das simbologias políticas como a bandeira, a linguagem discursiva, as palavras de ordem e os manifestos, assim como os monumentos, no intuito de formar uma relação com a sociedade civil. Ressalva-se também que: “São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se torna inteligível e o espaço, ser decifrado”. Destarte, as representações do mundo social são produzidas pelos interesses de grupos que as forjam. Portanto, para cada caso torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Mas, deve-se atinar que estas são passíveis de diversas interpretações. É nesse sentido que este historiador observa que:

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações importadas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou a resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado com a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua resistência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p. 183.).

Assim, para Chartier, as representações não negam a existência de uma possibilidade de realidade (tal como queriam os acusadores da “crise da história”), mas se coadunam com ela através de uma rede de signos que se confrontam, ora pela imposição das representações por parte de quem as constrói, ora pelas diversas maneiras pelas quais essas mesmas representações construídas são assimiladas, modificadas ou apropriadas por parte dos grupos sociais que as recebem. Tais representações partiriam, assim, de algo concreto, ao qual se atribuem diversos sinais interpretativos, numa rede de representação a nível coletivo, que envolve diversos grupos sociais, assim como indivíduos, que captam as representações emitidas sob diferentes interpretações, traduzidas em recusa, aceitação ou modificação.

---

<sup>561</sup> GOMES (2005). Convém ressaltar que a junção desses dois conceitos propiciou algumas abordagens por diferentes campos do conhecimento das humanidades, podendo-se mencionar o trabalho de Gomes.

<sup>562</sup> Para Chartier (1990), o conceito de representação é centrado nas gerações historiográficas que surgiram a partir da crise dos paradigmas explicativos da realidade estruturalista e funcionalista.

Assim sendo, o conceito de Representação deve ser considerado dentro de uma visão de longa duração, pois se pode enquadrá-lo no campo das mentalidades, como corrobora José Murilo de Carvalho (1990), ao estudar a manipulação do imaginário social pelas classes dominantes, grupos e facções de grupos, ávidos por espaço na vida pública nas décadas iniciais do novo regime no Brasil. Assim, o extravasamento das visões de República para o mundo extra-elite ou as tentativas de operá-lo, constitui o mote deste capítulo, haja vista que era imprescindível, no caso dos governistas, num primeiro momento, legitimar a nova ordem constituída somente pelo uso das armas.

Esse aspecto também é observável no caso dos democratas, ao pretenderem validar a sua provável tomada de poder, ou melhor, recriá-la de modo a empregar-lhe um sentido de “positividade”, o que se deu através da tentativa de construção uma imagem positiva do monumento e de seu principal ator, o democrata Francisco Xavier da Veiga Cabral - o Cabralzinho. As atitudes empregadas pelos sediciosos seriam respaldadas pelo povo, uma vez que o governador do Pará se mostrava negligente em tomar as medidas cabíveis que visassem garantir o processo de solidificação do edifício republicano. Estava aberta a luta pela construção do imaginário.

### 3.1 A REVOLTA DE 11 DE JUNHO DE 1891, UMA REVOLTA ALONGADA NO TEMPO E NO ESPAÇO

A Revolta de 11 de Junho de 1891 foi um movimento sedicioso, que teve como epicentro a cidade de Belém do Pará. Diz-se epicentro porque foi nessa cidade que ocorreu o mais intenso confronto entre as forças legalistas e um grupo considerável de indivíduos capitaneados pelo membro do PRD, Francisco Xavier da Veiga Cabral, o “Cabralzinho” (LEAL, 2002)<sup>563</sup>. Apesar do palco principal do confronto de ter sido a capital paraense, o movimento também foi sentido em diversas localidades do interior, principalmente as situadas no vale do Rio Capim e na região do Salgado. Dessas regiões, os revoltosos esperavam receber maiores reforços, de modo a engrossar suas fileiras contra o governo (FARIAS, 2005)<sup>564</sup>. Ao contrário do movimento cabano,

---

<sup>563</sup> Leal (2002) em seu trabalho sobre as ações dos capoeiras no Pará do início da República, conseguiu reconstruir as relações estabelecidas entre os capoeiras e o principal partido de oposição ao governo dos republicanos históricos. Este historiador percebe o conturbado momento inicial do novo regime, demonstrando que havia grupos que se levantaram contra o governo, chegando ao limite da revolta. Ao mapear as ações e os caminhos percorridos pelos capoeiras, concluiu que os mesmos tiveram papel fundamental para a oposição, principalmente aquela desempenhada pelo PRD.

<sup>564</sup> A concentração desse movimento sedicioso nessas duas regiões, Salgado e Guajarina (esta enquadra o Rio Capim), provavelmente deveu-se ao fato de serem próximas à capital paraense, isto é, poderia se fazer um

que, segundo Magda Ricci (2008), encontrou terreno fértil pelos rios da Amazônia, chegando inclusive a penetrar em países vizinhos à fronteira norte do Império do Brasil<sup>565</sup>, o movimento sedicioso liderado por Cabralzinho ficou circunscrito ao Pará, e mais exatamente a essas duas regiões, ao menos o que é perceptível nas fontes históricas consultadas<sup>566</sup>.

A data 11 de Junho é, em si, magna na história brasileira, como bem frisou o “A República”, em 11 de junho de 1890, ou seja, um ano antes da supracitada revolta:

[...] Veste-se [...] de gala a historia pátria para comemorar o acontecimento heroico que produziu de seus maiores capítulos – aquele em que inscreve-se o brilhante feito da patriótica armada brasileira sobre as águas do Riachuelo”. [...] o combate naval do Riachuelo pertence ao rol dos grandes feitos que hão de viver eternamente na alma da nossa nacionalidade<sup>567</sup>.

Ora, nada mais condizente do que evocar uma data tão célebre, na qual os brasileiros, entre eles os paraenses, tombaram “[...] com os braços erguidos contra o inimigo, e com o nome da pátria a lhe sair dos lábios,” para ocorrer à abertura da sessão que marcou o início dos trabalhos do Congresso Estadual Constituinte<sup>568</sup>. Afinal, uma Constituição estadual, aos moldes do sistema federalista proposto na primeira Constituição da República brasileira, deveria ser vista como a carta de alforria para a antiga província do Gram-Pará, governada no mais das vezes por pessoas enviadas pela Corte, isto é, indivíduos alheios aos seus problemas.

---

ataque sem grandes alardes perante as autoridades constituídas, o que certamente colocaria por terra a ação insurrecional. Porém, isso não que dizer que as ameaças e o medo de um assalto à capital paraense não viessem de outros pontos do estado, nesse e em outros momentos. Gaia Farias (2005) lembra que às vésperas da eleição para o Congresso Nacional, “A polícia suspeitava que os ataques aconteceriam pelas vias fluviais e que as canoas chegadas do arquipélago do Marajó e da Região Guajarina aportariam em Belém, em locais movimentados como as Docas do Ver-o-Peso e do Reduto. Tais áreas eram por demais movimentadas, o que de certa forma os manteria no anonimato. O que, em certos casos, em nada adiantou, uma vez os policiais efetuaram inúmeras prisões contra suspeitos de tramar contra o governo, assim como de indivíduos classificados como vagabundos.

<sup>565</sup> Nesse viés de propagação de propagação de movimento, ao estudar o movimento cabano, Ricci (2008) lembra que a retomada de Belém pelas tropas legalistas não encerrou a experiência de luta. Os cabanos ainda viveram “[...] uma saga pelos rios e igarapés da imensa calha do Rio Amazonas, Madeira, Tocantins em um movimento de fuga e de interiorização da luta armada” (RICCI, 2008, p, 91).

<sup>566</sup> A República, 02/07/1891, p. 1. Essa perspectiva acerca dos locais de alcance, porém, pode muito bem ser quebrada em trabalhos vindouros, com a descoberta de outras fontes. Afinal, é provável que seus partícipes tivessem contatos com outros centros populacionais, divulgando seus intentos de modo a angariar reforços para uma revanche ou, quem sabe, ainda para o próprio 11 de Junho. Os democratas do município de Cameté, por exemplo, mostraram-se contra a revolta, motivo pelo qual o órgão governista lhe parabenizou. Uma evidência de que em outras regiões o 11 de Junho fora divulgado, o que suscita pesquisas contundentes no Vale Tocantino, assim como em outras regiões.

<sup>567</sup> A República, 11/06/1890, p. 1.

<sup>568</sup> Na Praça D. Pedro II, em Belém, há um monumento mandado erigir pelo Barão do Marajó, então presidente da província do Gram-Pará em homenagem aos paraenses mortos na Guerra contra o Paraguai. No topo de tal momento figura uma estatua do General paraense Hilário Maximiliano Antunes Gurjão, que lutou e morreu em combate na guerra contra o Paraguai.

Ou seja, o quesito autonomia, que lhe permeava, tornando-se assim o seu chamariz. Essa data se tornava, por assim dizer, parte das representações construídas pelos governistas, no intuito de aproximar os paraenses, seu público imediato, do novo regime em vias de consolidação.

Pensar a Revolta de 11 de Junho de 1891 como sendo um acontecimento que ocorreu nessa data e nela terminou, é um ledo engano. Suas raízes podem ser encontradas bem antes. Inclusive pode-se supor que num período bem anterior ao “15 de Novembro de 1889”, se for considerado que os grupos políticos reunidos nos dois partidos monárquicos continuaram seus litígios transvertidos em republicanos. Seus frutos, isto é, alguns acontecimentos, como as perseguições políticas, em alguns casos após 1897 foram tidos como sendo desforras daqueles que foram acusados de sedição, infringida para com seus antigos algozes. Isso porque, com a cisão do PRP de 1897, alguns membros do PRD aderiram à política governista, enquanto que outros foram alijados de seus cargos ao permanecerem fieis a Sodré. O tabuleiro do jogo político no Pará havia passado então a favorecer alguns daqueles que foram acusados de sedição durante a revolta em questão. Foi então a “volta da/pela Revolta”, por assim dizer. A relação política entre Diniz Botelho, ex-conservador que aderiu ao grupo dos históricos, e Herculino Bentes, que assim como muitos liberais passou a integrar as fileiras do PRD, consiste num caso que pode explicitar esses três momentos, isto é, o antes, o momento vivido, e os reflexos do 11 de Junho 1891.<sup>569</sup>

Um exemplo de escaramuças entre ambos, ocorrido no período monárquico, episódio já mencionado, deu-se em 12 de dezembro 1884, quando Bentes era 3º suplente de juiz municipal de Marapanim. Segundo a narrativa de Botelho, por volta das nove horas da manhã, quando ele se encontrava em frente à casa do comerciante José J. F. Cirne, conversando com o dito comerciante, Bentes se aproxima e começa a disparar inúmeras ofensas contra ele, Botelho. Como maneira de imprimir veracidade as suas declarações acerca do fato, recorreu ao público marapaniense como testemunha, que teria lamentado inclusive consequências mais desagradáveis, se não fosse à alegada prudência do agredido. A prudência era, pois, a arma usada por ele, que se autodenominou de “[...] humilde redator de um periódico que nesta vila só tem procurado o engrandecimento dela e de seus habitantes<sup>570</sup>”. Ao que pediu insistentes

---

<sup>569</sup> No que diz respeito aos acontecimentos passados após 1897, frisa-se que os mesmos não serão mais abordados de modo contundente neste trabalho historiográfico, no tocante aos confrontos físicos, o que possivelmente deverá constar em produções acadêmicas futuras. Cabendo, portanto, o exemplo aludido, apenas como caso comprobatório ocorrido entre esses dois proeminentes líderes políticos remanescentes da Monarquia, que se digladiavam, tendo Marapanim como cenário de seus litígios pelo poder.

<sup>570</sup> A Constituição, n. 291, p. 2.

providências junto às autoridades provinciais, uma vez que a própria autoridade, isto é, Bentes, não poderia fazer isso, por ser ela “[...] que nos ataca em plena rua! Providências!”<sup>571</sup>

O quadro de tensão entre ambos tornou-se ainda mais cáustico após a proclamação da República, o que em muito se deveu ao fato de Botelho ser primo e irmão de republicanos históricos, elevado por nomeação à presidência da Intendência local. Como presidente desse órgão administrativo e, portanto, representante direto do Governo Provisório estadual, articulou a resistência contra o provável foco da Revolta de 11 de Junho em Marapanim, organizada pelos democratas, que tinha como suposto chefe o seu desafeto político, Herculino Bentes. Caso perceptível a partir do relatório do comandante Pedro Paulo de Oliveira Santos, porta-voz governista, que em reunião na casa do juiz de direito Loyola Virgolino, no dia 16 de junho de 1891, conferenciou com Diniz Botelho e o subdelegado Pinto, juntamente com Bentes e Manoel Narciso Lopes, estes tidos como “chefes dos democratas revoltosos”<sup>572</sup>.

Durante a conversa, Oliveira Santos foi informado pelo Juiz que os democratas locais, julgando que Vicente Chermont de Miranda estava no poder, já haviam feito nomeações para intendente e subdelegado, assim como para outros cargos públicos. Os “recém-nomeados”, segundo o representante do judiciário, ainda não haviam tomado posse somente pelo fato de serem aguardadas notícias mais exatas da capital paraense. Para a suposta cerimônia, teriam convidado inclusive correligionários democratas das proximidades, o que possivelmente explicou “[...] a grande massa de povo na vila”<sup>573</sup>. Entretanto, pelo chefe democrata, ou seja, por Herculino Bentes, foi declarado que “[...] só se levantaria contra o governo se recebesse ordens para isso dos seus chefes”<sup>574</sup>. O comandante Oliveira Santos, mediante o exposto por cada um dos grupos, constatou que os democratas estavam preparados para agredir os governistas, desde que tivessem a certeza de estar empossado no governo paraense o líder democrata Vicente Chermont de Miranda.

Baseado nessas evidências já constadas por Oliveira Santos, o tenente Cordeiro, que veio logo em seguida a Marapanim e a outras localidades do Salgado, procedeu a prisão contra Herculino Bentes e outros correligionários do PRD, por serem “subversivos à ordem pública”. Sua chegada à capital paraense a bordo do cruzador da alfândega “Caçador” foi

---

<sup>571</sup> Idem.

<sup>572</sup> Nesse evento, o enviado especial do governo expôs que a sua presença no local se destinava a verificar a incidência de focos sediciosos na região. A partir daquele momento, Oliveira Santos os tornava, em nome do governador, responsáveis por qualquer alteração na ordem pública local.

<sup>573</sup> Relatório dos presidentes de província e governadores de estado (1891, p. 26-27).

<sup>574</sup> Idem.

anunciada por diferentes órgãos que davam sustentação ao governo. Com o título “A Revolta” o “A Província do Pará”, de 16 de julho de 1891, assim mencionava em nota:

Pela madrugada de ontem, chegou a esta capital o cruzador Caçador trazendo a seu bordo o tenente Cordeiro, delegado de polícia em Marapanim, de onde vieram presos o major Manoel Gonçalves Freire, o alferes Herculino Antonio Bentes, Alexandre Raymundo das Neves, Romão Francisco Garcia, Raymundo Aleixo da Silva, Manoel Felipe da Costa, que estavam mancomunados com os revoltosos de 11 de junho, no intuito de depor as autoridade daquela vila.<sup>575</sup>

A julgar pela data de divulgação, as caçadas “do cruzador Caçador” aos supostos subversivos demorou bastante para ser concluída. Porém, as prisões não duraram muito tempo, isto é, o líder político de Cuinarana e seus cúmplices de pugna foram postos em liberdade por não terem sido presos em flagrante delito. Bentes e os seus foram postos em liberdade no dia seguinte, como relatou o “A República”: “Foram postos em liberdade os presos [...], recolhidos à cadeia desta cidade, remetidos de Marapanim como implicados no movimento de 11 de junho”<sup>576</sup>. Alegando esses revesses sofridos, o líder político de Cuinarana e primeiro presidente do diretório PRD de Marapanim, não concorreu a nenhum cargo na direção do PRD no ano de 1891, o que levou à menção de que, “um dia após o outro seria a melhor obra da criação”, um claro indicativo que uma possível reviravolta no jogo político lhes possibilitaria dar a volta por cima, isto é, a desforra pelo malogro sofrido a bordo do “Caçador”, na ocasião da Revolta<sup>577</sup>.

A oportunidade da reviravolta veio com a cisão do PRP e o consequente afastamento de Diniz Botelho, que se manteve fiel às orientações políticas de Lauro Sodré. Após aderir à política do PRP, em 1º de fevereiro de 1898<sup>578</sup>, Bentes foi alçado para o cargo de prefeito de polícia de Marapanim. Investido do cargo, foi acusado de perseguir Diniz Botelho e seus partidários. Em nota enviada de Marapanim, o órgão de divulgação do Partido Republicano Federal, liderado por Sodré, assim se referia ao governador Paes Carvalho:

Tivemos uma vaga notícia de que sua exc. Esta no firme propósito de não reconduzir alguns juizes substitutos por lhe constar que são políticos exaltados, assim também deseja evitar pelo menos que os chefes políticos exerçam cargos policiais e outros dos quais eles possam servir-se para perseguir seus adversários.

Seria isso uma boa medida de grande alcance para todos. N’estes tempos em pleno domínio republicano só assim se endireitariam as cousas.

<sup>575</sup> A Província do Pará, 16/07/1891, p. 3. Além destes, foram indiciados Manoel A. da Conceição Passarinho, João Siqueira da Paixão, porém evadiram-se. A República, 16/06/1891, p. 1 também dá a mesma notícia.

<sup>576</sup> A República, 17/07/1891, p. 2.

<sup>577</sup> O Democrata, 29/10/1891, p. 1. Alude-se: “assim procederam por não terem pleiteado as últimas eleições os chefes democratas, aterrados ainda das perseguições que sofreram quando lá (Marapanim) esteve o Caçador”.

<sup>578</sup> O Pará, 23/02/1898, p. 1.



E n'esse sentido vamos contar à s. ex. o seguinte: O prefeito de Marapanim, Herculino Antonio Bentes, que s. ex. à pouco nomeou; foi chefe do partido Liberal; no tempo da Monarquia, e depois foi chefe do partido Democrata e agora é chefe do partido Prudendista.

Esse prefeito dizem que haverá de se vingar dos republicanos d'aqui que o denunciaram ao governador o Sr. Huet Bacellar, por ocasião do 11 de junho.

Pois bem, pode ser chefe político, ser prefeito da localidade onde tem ódios **não políticos e como particulares**. Que confiança pode o povo ter em tal autoridade que deseja tomar vinganças<sup>579?</sup>

Como demonstrado, a Revolta de 11 de junho ainda se mostrava bem latente, tanto na memória de Bentes quanto na dos partidários de Sodré, que tinha como figura principal em Marapanim o coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho. Em 1899, a arena política começou a ser dominada por Bentes, impondo a Botelho sérias dificuldades, aumentadas certamente após a árdua disputa travada entre ambos pela presidência da Intendência de Marapanim, em 1900/1901, episódio que teve por desfecho a vitória de Bentes.

A partir dessa relação política sempre conflituosa que perpassou expressivamente a vida pública desses dois importantes políticos de Marapanim, já mencionada no decorrer desta pesquisa, pode-se afirmar que o levante ocorrido no dia 11 de Junho de 1891 não foi um movimento sedicioso isolado, e sim o epicentro de todo um jogo que tem raízes no regime monárquico e transcorreu durante e mesmo após a consolidação do regime republicano. Esse movimento não ficou restrito a Belém, e sim atingiu significativamente regiões limítrofes, e quiçá outras mais distantes. A esse movimento sedicioso, denominado por Américo Santa Rosa de “Os Sucessos de Junho”, e pelos governistas de “A Revolta de 11 de Junho”, sendo esta última mais conhecida, pode ser também chamada de “A Revolta de 11 de Junho Alongada”. (RAYOL, 1970) <sup>580</sup>

Já cientes dessa perspectiva, enfatiza-se, a partir de agora, episódios conflituosos e igualmente latentes, ocorridos entre o processo de adesões das câmaras municipais até os meses seguintes a 11 de junho 1891, data posteriormente lembrada pelos democratas como referência na sua luta contra o PRP, diga-se, contra os governistas, salientando as demissões impostas pelo governador aos delegados de polícia, assim como os processos eleitorais. Ressalta-se, que no jogo político as alianças são imprescindíveis quando se almeja chegar, e principalmente se manter o poder.

<sup>579</sup> República, 08/07/1899, p. 3.

<sup>580</sup> Visão semelhante a esta, de que a Revolta de 11 de Junho excede o seu momento de explosão, pode ser encontrada nos escritos de Domingos Antonio Rayol (1970), o Barão de Guajará, ao escrever sobre a Cabanagem. O nosso “Ilustre Desconhecido” via a tomada de Belém pelos cabanos e seus desdobramentos posteriores que culminaram com a subida de diversos grupos que se diziam representantes do movimento cabano ao governo do Pará, como sendo a culminância de todo um desgoverno provocado pelas lutas em torno do poder de mando da política paraense, que se originou ainda em nosso processo de independência.

### 3.1.1 Às armas... e também às urnas, cidadãos!: a demissão dos delegados de polícia, a organização dos partidos políticos e o início do processo eleitoral

Em fevereiro de 1890, o jornal “O Democrata” traz a seguinte nota: “A Revolução e Gladstone”. A partir dela, esse noticioso se propõe a descrever de forma sucinta o comentário feito pelo primeiro ministro inglês, Gladstone, acerca da queda do regime monárquico no Brasil e seus desdobramentos. Do ponto de vista desse britânico, foi notável o modo pelo qual se efetuou o 15 de Novembro, sem: “[...] a menor tentativa de violência, sem perturbação da ordem social, sem interromper o curso das transações comerciais por mais de 24 ou 48 horas, sem um tiro, sem prisões e sem efusão de sangue [...]”<sup>581</sup>. Mais surpresa causava por ser o Brasil um país distante, uma civilização atrasada. Porém, a partir desse acontecimento, o país passou a ser um exemplo de progresso para a humanidade: “[...] em semelhante país tal mudança, haja podido produzir-se de maneira tão inteiramente isenta dos incidentes que costumam acompanhar as mudanças de forma de governo”<sup>582</sup>. Desse modo, Gladstone salientou, segundo sua visão, a forma pela qual ocorreu a instauração da República brasileira; sem grandes perturbações da ordem, diferente da França, cem anos antes.

Se o único tiro disparado durante o desenrolar da peça, que teve como primeiro cenário o Rio de Janeiro, ocorreu de forma acidental, como expressou e queria fazer pensar a nota sobre Gladstone, o mesmo não se pode dizer dos outros palcos espalhados pelos recém-denominados estados, nos dias, e principalmente nos meses e anos que se seguiram. Período quando ocorreu o processo de adesão e solidificação das instituições republicanas. Repete-se, como se viu nos capítulos precedentes, os primeiros anos do regime republicano no Brasil não ocorreram de forma harmônica, e sim foram salpicados de conflitos entre os sujeitos políticos.

Acontecimentos beligerantes que transpassaram as acusações presentes nos libelos, que por sua vez também traziam mensagens incendiárias contra os adversários, isto é, passaram a ocorrer pugnas que terminaram em confrontos físicos (FARIAS, 2003, p. 108)<sup>583</sup>, ao contrário do que se leva a pensar do 15 de Novembro, pela noção criada por alguns protagonistas e coevos, que aludem a “passividade brasileira ante à Revolução republicana”.

---

<sup>581</sup> 08/02/1890, p.2.

<sup>582</sup> Idem. Provável referência não só à Revolução Francesa, mas também à Revolução Inglesa do século XVII.

<sup>583</sup> Farias observa que as disputas político-partidárias transcendiam o confronto do discurso, chegando inclusive a agressões físicas. Porém, no caso paraense, adverte que é preciso atentar para as narrativas tendenciosas dos acontecimentos, principalmente quando se trata das matérias veiculadas pelos democratas.

Ao abordar esse período na historiografia nacional, verifica-se uma quantidade significativa de obras que tratam dos conflitos em torno do poder político, como a tentativa fracassada de golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, também liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca,<sup>584</sup> bem como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista (FLORES, 2002)<sup>585</sup>, movimentos sediciosos que tiveram como palco o Centro-Sul do país, e que estão intimamente ligados ao primeiro<sup>586</sup>. Em relação à Região Norte, a historiografia que trata desse período é quase nula, porém, destacam-se os estudos realizados pelo professor William Gaia Farias, que aborda o mais significativo levante ocorrido no Pará, na primeira década republicana, a chamada Revolta de 11 de Junho de 1891<sup>587</sup>.

Movimento sedicioso ímpar na história da Amazônia e, especialmente, na do Pará, a Revolta de 11 de Junho de 1891, como visto no tópico anterior, deve ser tomada como a expressão maior de todo um processo de intrigas e de conciliações engendradas pelo controle do poder político. As “conciliações” se deram principalmente através das inúmeras adesões efetuadas de ambos os lados. Logo, esse acontecimento que sacudiu a capital paraense nesse dia, foi o ponto máximo. Suas raízes podem ser encontradas antes desta data,

---

<sup>584</sup> Ao referir-se aos acontecimentos beligerantes ocorridos após a promulgação da primeira Constituição republicana e a atitude dos presentes do período, Basbaum (1968) escreve: “Todavia, vinte dias depois (Deodoro) renuncia ao poder diante da revolta de um simples almirante atrás dos canhões de um único navio, quando seu sucessor, Floriano, resistira a quinze!

A própria Revolta da Armada nos surge como um episódio ilógico e, por isso mesmo, digno de figurar nessa comédia de absurdos. Durante seis meses, a esquadra revoltada se manteve praticamente imóvel na Baía de Guanabara, com seus canhões voltados para a cidade, entulhados de munição e, não obstante, completamente mudos, sem saber o que fazer, enquanto o governo tranqüilamente encomenda navios de guerra no estrangeiro.

Abandonado a luta na Guanabara, já agora insuportável e, sobretudo inútil, alguns navios rebeldes atravessam a barra e vão combater – o que? – no Sul do país. E vemos então um almirante abandonar o seu navio, para, à frente dos seus marinheiros, combater em terra firme e morrer, por fim, estupidamente degolado pelas mãos de paisanos, os facínoras de João Francisco, que também não sabiam por quê, nem contra lutavam: “Queriam apenas degolar qualquer que fosse a cor do pescoço” (BASBAUM, 1968, p. 14).

<sup>585</sup> Flores (2002) afirma que a Revolução federalista teve cinco fases: 1) de novembro de 1891 a janeiro de 1893, marcada por golpes, renúncias e assassinatos; 2) de fevereiro a maio de 1893, com a invasão e derrota dos revoltosos em Inhanduí; 3) de maio a novembro de 1893, período das grandes vitórias federalistas com a liderança de Gumercindo Saraiva; 4) de novembro de 1893 a agosto de 1894, quando os revoltosos sulistas se juntam em interesses com a Revolta da Armada, e acontece a reação florianista e a morte de Gumercindo Saraiva; 5) de outubro de 1894 a junho de 1895, quando ocorre a última invasão dos revoltosos, a vitória definitiva do castilhismo e a morte de Saldanha da Gama. Em julho, dá-se início à pacificação, com a anistia aos rebeldes em setembro de 1895 (FLORES, 2002, p. 85).

<sup>586</sup> Sobre a bibliografia concernente às revoltas ocorridas no Centro-Sul do país, podem ser citadas: Abranches (1955), Carone (1969), Carneiro (1989), Carvalho (1977), Love (1985), Malfatti (1988), Mello (1938), Reverbel (1985), Teixeira (1893), Basbaum (1976) e Flores (2002, 1996, 1995). Esses acontecimentos também foram narradas na literatura. Na obra de Machado de Assis, podemos encontrar no romance “Esaú e Jacó”.

<sup>587</sup> Um dos primeiros trabalhos acadêmicos realizados por Farias (1995) que tem como foco a Revolta de 11 de Junho de 1891 consiste em sua monografia de conclusão de curso intitulada “Contestadores da República no Pará: a Revolta de 11 de Junho de 1891”. Posteriormente o tema volta ser abordado em sua tese de doutorado citada anteriormente.

assim como os seus efeitos podem ser vislumbrados posteriormente, momentos de redefinição das conjunturas políticas em torno das agremiações político-partidárias que se formaram no período abordado nesta pesquisa, e quiçá antes. Não se deve esquecer que todo esse quadro perpassava pelas instituições governamentais ligadas à “legalidade” e à “segurança”, ou seja, de foro jurídico e inquisitorial, como as cortes do judiciário e as delegacias de polícia, respectivamente.

No intuito de demonstrar essa perspectiva de conflitos e conciliações acerca do levante supramencionado e seus desdobramentos na política do Salgado, torna-se essencial discorrer sobre alguns acontecimentos ocorridos ainda no ano de 1889, até a data da eclosão da Revolta.

### 3.1.2 “Fez-se ecos de ódios e prevenções antigas”: a deposição dos delegados de polícia

Os distúrbios na vida política do Salgado foram sentidos de imediato, como apresentado no primeiro capítulo, a partir da análise da carta de Bartholomeu Ferreira, na qual anunciou a adesão da Câmara de Marapanim. Viu-se que os ânimos ficaram exaltados, sobretudo após a dissolução da Câmara de Belém, em 5 de dezembro de 1889. Nessa data foram nomeados “[...] republicanos genuínos” que compreendiam perfeitamente os intuitos do governo e fizeram muito para interpretá-lo por meio de seus atos, como explicitou “O Diário de Notícias”, em 11 de dezembro 1889 (MEIRA FILHO, 1981, p. 79). Porém, o que interessa de modo mais propositivo neste momento são as cizânias ocorridas entre as agremiações que se formaram após o 15 de Novembro, mais especificamente entre os anos de 1889 a 1891, engendras pelo PRP e o PRD.

Os embates ocorridos entre as correntes políticas foram sentidos no Salgado ainda em dezembro. Porém, no lugar das cartas impregnadas com discursos, encontravam-se informações de que na maioria das vezes os conflitos ganharam feições de enfrentamentos físicos. O mais antigo dos registros encontrados durante o desenrolar da pesquisa acerca desse tipo de confronto envolvendo agentes políticos ligados ao governo contra a oposição ou ainda os ligados às instituições governamentais contra sectários do governo/PRP, data de 26 de dezembro de 1889<sup>588</sup>, cujo cenário era a vila de Cintra. Contudo, não invalida a possibilidade terem ocorrido outros conflitos antes desta data, uma vez que o ódio fratricida entre os membros dos antigos

---

<sup>588</sup> Percebe-se que, apesar da queda do imperador, as instituições que lhe davam apoio continuaram funcionando normalmente, na medida do possível. Como exemplo, tem-se o judiciário, que mesmo tendo sofrido reveses posteriormente, aderiu à República. No Pará, o tribunal das relações aderiu formalmente em 20 de novembro. Sendo assim, não houve uma completa *debacle*, daí porque se diz que houve conflitos entre os representantes do estado e os agentes do governo provisório.

partidos monárquicos, que deveria sumir ao se unirem sob a mesma bandeira republicana desfraldada pelos “republicanos radicais”, não cessaram, como analisado nas entrelinhas da carta de Bartholomeu Ferreira datada de 20 de novembro de 1889.

A nota anônima enviada de Cintra comentou que às vésperas do festejo de São Benedito, por volta das seis horas da tarde do dia 26, após uma reunião ocorrida na casa do antigo chefe conservador Anísio A. Dias, um grupo de pessoas de “classe baixa” partiu em direção à capela do dito Santo, liderado por Lourenço Emígdio Carrêra, juiz municipal suplente; Segismundo J. Marques, juiz municipal em exercício; Maximiano J. do Nascimento, presidente da Câmara Municipal; Custódio T. d’Almeida, ex-professor interino de Santarém-Novo; Joaquim G. de Loureiro, Joaquim Manoel da Costa Filho e José João Vicente Carrêra. Ao chegarem ao local de destino, estes se juntaram a outros capangas que desde a manhã deste dia convidavam outros a armar-se de revólveres, facas e cassetes, com o propósito de atacar as autoridades policiais e cinco praças de polícia destacados na Vila.

Por volta das 18h30 deste dia, à porta da referida capela, o primeiro suplente do subdelegado de polícia, Augusto Ribeiro dos Santos, foi espancado por Emígdio Carrêra e seus seguidores. O agredido se encontrava no local na qualidade de segundo procurador da irmandade de São Benedito. Segundo a nota, os agressores nem mesmo levaram em consideração a “peculiar maneira afável do agredido”.

A caçada e as agressões com intuito de “exterminar as autoridades policiais e o destacamento” prosseguiram durante a noite, com um número maior de supostos capangas comandados por Carrêra. Este cenário conflituoso, que teve como estopim a prisão de “seis vagabundos perturbadores da ordem” efetuada pelo delegado de polícia, continuou nos dias 27 e 28, visto que as autoridades policiais alegavam não ter força suficiente para debandá-los, de modo a assegurar a tranquilidade pública. Ao que parece, o ano em que a República brasileira foi instaurada na região do Salgado findou em meio a pequenos, porém sérios conflitos entre governistas e oposição, que detinha cargos ou forças ativas sob seu comando. Isso provavelmente influenciou a propagação dos distúrbios ocorridos no começo de 1890, dos quais as autoridades policiais e os praças do corpo de polícia supostamente foram os principais atores que queimaram a bandeira republicana em meio a vivas ao regime monárquico.

Como verificado na nota introdutória deste capítulo, o ano de 1890 iniciou com intensos conflitos políticos, envolvendo supostos monarquistas que tinham contra si pretensos defensores do novo regime, encabeçados pelo PRD e não pelo PRP, como seria acertado, por estar à frente da administração do estado. Segundo os democratas, isso se deveu ao fato de o partido governista se mostrar titubeante na tarefa de guardião da novel República, em vias de

consolidação. Isto é, em um momento assaz delicado, em que um passo em falso derrubaria por terra toda a “Revolução de 15 de Novembro”, o que é perceptível pela atitude do governador, descrita na nota dos democratas.

Como autoridade competente, de imediato, este se negava a “aniquilar os liberais de véspera e republicanos do dia seguinte”<sup>589</sup>, ou seja, os supostos delegados sediciosos, que naquele momento se mostravam contrários à República, ainda que no início tivessem aderido ao novo regime, talvez para assegurar os seus cargos ou, quem sabe, esperar a oportunidade para deflagrar uma sedição que influenciasse a restauração do regime monárquico, o que seria pouco provável. Se isso de fato ocorreu, como propalou inicialmente o “Diário de Notícias”, talvez visasse abrir caminhos para os seus partidários, sobretudo os ex-liberais. Estes, ao tomar a administração do estado, poderiam afastar os conservadores, que em sua maioria se aliaram aos republicanos históricos. As notas veiculadas pelos democratas foram taxativas neste sentido: delegados liberais demitidos x conservadores nomeados delegados.

A atitude mais enérgica por parte do governador se deu somente após ter sido informado pelo plenipotenciário que foi designado para organizar os diretórios do PRP nas cidades, vilas, e freguesias do Salgado, onde os delegados sediciosos foram então substituídos por “conservadores de outro tempo”, correligionários do referido emissário, medida que foi acertada, segundo a nota. Porém, advertia que o mal que eles poderiam causar à República, não obstante as suas adesões, era muito maior do que as esperanças dos “especuladores que rodeiam o governo”. Neste sentido, cabe questionar se nessa advertência do “O Democrata” havia uma dupla referência aos novos delegados que outrora militaram nas fileiras monárquicas conservadoras, recém-convertidos ao republicanismo? Possivelmente sim.

Tal discurso dos democratas revela-se um tanto contraditório, por se saber que Vicente Chermont de Miranda, líder do PRD estadual, após percorrer a região, desmentiu a ocorrência de levantes. Ele alegou que esses boatos foram apenas desculpas para afastar os delegados, assim como outras autoridades que não se aliaram às fileiras governistas. Dizia o líder democrata: “[...] fez-se ecos de ódios e prevenções antigas”<sup>590</sup>. Provavelmente o grupo de policiais tido como “revoltoso” era simpatizante do PRD, caso contrário, o líder dos democratas dificilmente sairia em defesa desses agentes.

No mesmo número que veiculou a suposta “contrarrevolução”, todavia corroborando o depoimento de Chermont de Miranda, pode ser encontrada na coluna “Fatos e Boatos”, uma

---

<sup>589</sup> Tais cargos estavam sob a tutela dos liberais, possivelmente através do Visconde de Ouro Preto, pois eles davam as cartas do jogo político no momento em que a Junta Governativa foi empossada.

<sup>590</sup> O Democrata, 26/01/1890, p. 1.

pequena, porém significativa nota, que pretendeu desmentir a sedição em uma das localidades. Nela consta a passagem que afiançava ao governador serem completamente infundadas as informações publicadas no “Diário de Notícias” sobre as desordens na Vigia. Em tom de denúncia, alertava as autoridades, mais precisamente ao governador, de que o povo, sim, vivia aterrorizado pelas ameaças dos partidários do governo, de recrutamentos, prisões e outras formas de coação impostas àqueles que se declaravam membros da oposição. Apesar das perseguições, ninguém havia provocado desordens, tampouco reagido. Conclui a nota: “O que parece é que se procuram pretextos para algumas violências ou adesões forçadas, por isso apelamos para o bom senso e patriotismo do ilustre governador”<sup>591</sup>.

Ao que tudo indica, o emissário que seguiu como plenipotenciário do governo, ou seja, o agente que detinha o poder de tomar quaisquer decisões que viessem a resguardar a estabilidade da República, assim como auferir adesões para as bases governistas, era o ex-conservador e republicano histórico Gonçalo de Lima Ferreira, o homem forte do Salgado. Esta possibilidade reside no fato de que seu nome consta nas inúmeras notas que denunciavam a forma com que eram obtidas as adesões que alargavam a base governista no Salgado, assim como as perseguições aos militantes das fileiras democráticas, como as ocorridas em Curuçá e São Caetano de Odivelas. Nesta última, por exemplo, o professor João Rodrigues dos Santos, ex-líder conservador, que inicialmente havia aderido à República, aliando-se ao grupo político do cônego José de Siqueira Mendes, isto é, ao Partido Republicano Conservador Federal, aderiu ao PRP sem delongas, ao saber que teria maiores ganhos. Desse modo, Gonçalo era acusado de mercadejar o apoio em troca de benesses individuais, como “[...] se estivesse a tratar com seus fregueses na Loja da Lua!”<sup>592</sup>

As denúncias mencionando perseguições contra a oposição na Vigia foram constantes. Dias depois, a coluna “Fatos e Boatos” aludiu aos conchavos empreendidos por Gonçalo na busca por adesões. A nota menciona que este, ao regressar dessa localidade, trouxe na bagagem “[...] um enorme carregamento [...] de propostas do Xico Palha. Demissões, nomeações, tudo será feito à vontade deste cidadão. O que tiver de ser será... Hein!”<sup>593</sup>. Entre as muitas nomeações por indicação do capitão Francisco de Moura Palha, refere-se ao cargo de promotor público, que destinou ao seu filho, Henrique de Moura Palha, que foi acusado de ter roubado livros da Biblioteca Pública em 1883.

---

<sup>591</sup> O Democrata, 14/01/1890, p. 2.

<sup>592</sup> O Democrata, 19/01/1890, p. 2.

<sup>593</sup> O Democrata, 17/01/1890, p. 2.

Tal nomeação provocou agudos protestos por parte do “povo vigiense”, o que consta em uma das notas encontradas, certamente redigida por um membro da oposição. O texto lembrava ao governador que: “[...] vós sabeis que o domínio da corrupção e da imoralidade já sessou com a deposição da monarquia. Vós disseste e solenemente declaraste em vosso manifesto, que ficaram inteiramente abolidos os chamados favores políticos”.<sup>594</sup> Em tom de “alento” por ter feito a denúncia, findava alertando: “Ao menos não terá que ignorar o que for de lei e de direito. A conservação, Sr. Governador, do atual promotor no cargo que ocupa é um acinte ao vosso critério e um escândalo para o vosso governo, que é da moralidade”.<sup>595</sup> Desse modo, como forma de pressionar o governo, os democratas faziam questão de comparar o momento vivido com o discurso contra a politicagem, propagado pelos republicanos históricos na tomada do poder, e principalmente durante o período da propaganda republicana.

Se haviam nomeações era porque ocorreram igualmente demissões. Não há dúvida que os republicanos históricos, ao assumirem a administração do estado, promoveram demissões de vários funcionários considerados nocivos ao seu projeto político. Acerca das demissões, a folha democrática manifestou-se durante todo o Governo Provisório. Tais deposições, sobretudo aquelas que atingiam servidores públicos ligados à oposição, eram demasiadamente exploradas pela imprensa, sendo objeto de crítica ao governo e argumento válido para mover a ofensiva do PRD. Ademais, serviam para a construção de discursos contra os republicanos históricos. Farias (2005, p. 103) afirma que: “Os democratas sempre de plantão, pareciam regular as suas lunetas e localizar os problemas relacionados ao funcionalismo público, civil e militar, demonstrando assim admirável habilidade no jornalismo político”. As demissões engendradas pelo governo, sobretudo das autoridades policiais e de juízes, peças-chave para as ações voltadas ao cumprimento da lei, assim como a favorecer amigos e perseguir desafetos, foi uma das mais comentadas pela oposição<sup>596</sup>, principalmente após a “contrarrevolução” propagada pela imprensa “neutra”, ou seja, pelo “Diário de Notícias”<sup>597</sup>.

---

<sup>594</sup> O Democrata, 14/02/1890, p. 1.

<sup>595</sup> Idem.

<sup>596</sup> A respeito da dissolução, nomeação e substituição de funcionários, inclusive das juntas governativas, Renato Lessa (1988) interpreta que elas ocorreram constantemente. Segundo o autor, as demissões de funcionários públicos que não estavam nos planos do governo ou eram vistos como contrários aos interesses políticos republicanos, ou seja, eram rejeitados pelo governo por representarem perigo ao regime estabelecido.

<sup>597</sup> Este periódico pertenceu a diversos sujeitos que, por seu turno, tinham diferentes orientações político-partidárias. Durante o ano de 1890 pertencia a Joaquim L. de Albuquerque, simpatizante do PRD, e logo se transformou em um dos principais órgãos de imprensa que fizeram oposição ao Governo Provisório, pelo menos até março de 1891, quando passou a ser propriedade do médico Firmo Braga, filiado ao PRP. Como se pode perceber, o Diário de Notícias oscilou entre a oposição e situação, o que exige muita atenção na análise quanto a orientação política desse jornal. Portanto, nesse período, apesar de ser um jornal pretensamente comercial, não era “neutro”, como tencionava aduzir o “O Democrata” sobre o seu “parceiro de imprensa”.



Na sua coluna “Pelo Expediente”, “O Democrata” mencionou a derrubada geral de “61 cabeças”, isto é, a demissão das autoridades policiais de Cametá, Baião, Cintra, Alenquer, Salinas e outras, num total de 61 demissões. Essas ações do governo, segundo a nota, não se distinguiram das praticadas pelos vice-presidentes de província<sup>598</sup>. E questionava: “Então, assim é que se regeneram os costumes?” Afirmava que este mau exemplo dado pelo governo era o mais pernicioso que poderia haver. Alertava, ainda, que a partir dessas atitudes o povo constatou a completa oposição entre as ideias defendidas e os atos praticados. Por fim, garantia: “quem tinha mais a perder com a desmoralização da República era o povo”.

Reforçando esta nota, há outra publicada quase ao lado, igualmente pequena e significativa, que retoma o assunto, cujo título “Política” está escrito em letras garrafais, com o subtítulo “grande, generosa, garantidora de todos os direitos e liberdades”. Porém, ao contrário do que se pode pensar no primeiro momento, a política praticada pelos governistas, no caso a republicana, não era vista como guardiã das liberdades e dos direitos, tampouco uma instituição que resguardava as liberdades democráticas defendidas na propaganda republicana antes de 15 de Novembro. A nota menciona que no expediente do governo publicado no “A Província do Pará” em 11 de março de 1890, pode-se verificar que foram vitimados pelo governador os delegados e subdelegados tanto da capital quanto do interior. Segundo a nota, esta ação foi “uma verdadeira hecatombe policial”, ou seja, um “massacre de muitas pessoas”, inclusive de cidadãos zelosos em suas atividades. E chamava a atenção do leitor, lembrando que:

E quando afirmamos que continuamos a marchar no mesmo terreno da politicagem, contestam os fatos, limitam-se a qualificar-nos de ‘criminosos de ontem, e réprobos de hoje’, dizem que queremos galgar o poder e até ousam afirmar graciosamente que queríamos que se praticasse a política acanhada dos tempos condenados. Expedito meio de justificar a política grande generosa, garantidora de todos os direitos’ apregoadá pelo governador.<sup>599</sup>

Ao que parece, tal missiva foi escrita, se não por um dos agentes de polícia atingidos diretamente pela corrente de demissões, ao menos por uma pessoa ligada a eles, que tomou para si a tarefa de defendê-los dos “vícios” da politicagem existentes na República. Vícios que foram novamente comparados aos praticados durante a Monarquia, tidos como uma herança

---

<sup>598</sup> Tal referência aos vice-presidentes de província certamente deve-se ao fato de que eles assumiam o cargo de presidente de suas respectivas províncias. Esta condição consistia numa oportunidade de beneficiar os seus apaniguados políticos, bem como de perseguir seus desafetos. Vale lembrar que, quando a sua estadia na presidência do governo provincial coincidia com o período eleitoral, como autoridade poderia criar meios que viessem a interferir diretamente no resultado final. Daí a importância de se ter a força policial ao seu lado. Como exemplo, podemos citar a interferência que deveria ter sido imposta pelo líder liberal, Gama Abreu, o Barão do Marajó, no processo eleitoral ocorrido na vila de Salinas em 1880.

<sup>599</sup> Idem.

perniciosa que teimava em persistir. Porém, essa comparação foi feita por ambas as correntes, de modo a construir uma imagem de que a culpa pela continuação dos vícios lesivos atribuídos ao antigo regime era sempre da oposição.

Entre todas as demissões realizadas nas delegacias do Salgado, certamente a que mais causou protestos veiculados na dúbia imprensa democrata, ora por “defender as demissões” e ora repudiá-las, foi certamente a do delegado de Marapanim, Manoel Narciso Lopes, que foi substituído pelo *célebre* José Joaquim de Castro<sup>600</sup>. O primeiro dos inúmeros protestos encontrados nas edições do “O Democrata”, em que Castro aparece como protagonista e citado satiricamente como “herói”, tem o sugestivo título de “Derribada República”<sup>601</sup>. Segundo a nota, as injustas derribadas das autoridades policiais do Salgado eram passíveis de algumas apreensões, lembrando que entre as nomeações há algumas realmente *célebres*, e que honraram os proponentes do cargo.

Queremos falar do novo delegado de polícia de Marapanim – José Joaquim de Castro, um herói, que à frente de muitos desordeiros alarmou, em 1884, aquela pacífica população. Na comarca de Cintra não há quem ignore os feitos de tão [...] preclaro cidadão, como foram as espertezas do célebre delegado de polícia recém-nomeado para a pacífica Vila de Marapanim<sup>602</sup>.

Além da nomeação de Castro, cita também a de Geraldo Antonio das Neves, *um herói de uma órfã*, para o cargo de subdelegado de polícia, em lugar de Pedro de Alcântara Flexa, que, assim como Lopes, exercia o cargo com justos aplausos dos marapanienses. A nota aduzia que Neves, mesmo tendo espancado brutalmente uma menina em outubro de 1889, foi nomeado para ocupar a subdelegacia de polícia da mesma vila. Nomeação que em nada

---

<sup>600</sup> O delegado Joaquim. J. de Castro estava à frente da delegacia de polícia de Marapanim quando foram efetuadas as prisões dos democratas acusados de participar do suposto foco da Revolta de 11 de Junho em Marapanim. Provavelmente aproveitou a oportunidade para desforrar as muitas acusações dos democratas contra a sua pessoa.

<sup>601</sup> Os comentários sobre o *célebre* José J. de Castro, no que concerne às funções de delegado de polícia se fizeram sentir por um bom tempo. Nessas notas verifica-se que o quadro de tensão era bastante elevado na circunscrição policial do *célebre* Castro nos meses que precederam a Revolta de 11 de Junho. Quadro que inclusive afetou diretamente os assuntos comerciais do líder democrata local, Herculino Bentes, o que certamente elevou ainda mais a tensão entre ambos. O Democrata, 27/01/1891, p. 2, expressava que se fazia necessário registrar as arbitrariedades do delegado de Marapanim, “que não sabia nem mesmo pegar na espada, que dirá dizer volver”. Este, a quem chamaram de “verdugo do governo” havia posto na cadeia, de modo arbitrário, mais de sessenta cidadãos. Além deste ato, lembrava que impunha multa a Bentes e ao seu antecessor, delegado Lopes, donos da firma comercial Bentes e Lopes, além de outras práticas arbitrárias. O Democrata, 07/03/1891, p. 1, comentava que depois do seu regresso da capital do estado, o Alferes Castro, ainda como delegado de polícia, tinha “ido além das arbitrariedades e escândalos até então praticados”. Entre as ações estava a de ter presenteado o seu cunhado, Manoel de Almeida Pinto, com uma órfã de nome “Maria Francisca”. O Democrata, 09/06/1891, p. 2, aludiu que Castro, “[...] como todas as autoridades desse desgraçado governo [...]”, à frente de um contingente policial, procedeu à prisão de Henrique Monteiro, residente no Rio Simôa. Esta atitude foi tida como uma ameaça a todos os democratas de Marapanim, que também deveriam ser presos.

<sup>602</sup> O Democrata, 22/01/1890, p. 1

agradou a população, lembrando que: “Com efeito, há em Marapanim tantos cidadãos distintos, logo tais “indicações são especiais. Coisas de eleição? ... engano”<sup>603</sup>.

Por fim, demonstrava-se confiança na ilustração do eminente governador do estado do Pará, isso porque o mesmo era estimado pelos marapanienses. Portanto, alertavam-no contra a falsa política de traição “[...] destes tais cidadãos nomeados ultimamente, os quais na eleição próxima passada, o guerream na pessoa de seu candidato. E pelos respectivos livros se vê quais foram os primeiros republicanos desta infeliz Vila”<sup>604</sup>. Por conseguinte, pediam providências por ter sido iludido o ilustre governador pelo seu delegado plenipotenciário.

Se na matéria que alertava sobre a contrarrevolução nas localidades do Salgado o governador aparece como sendo uma autoridade indolente ante os assuntos públicos, portanto carecia ser trocado, em “Derribada Republicana” essa perspectiva difere um tanto. Como se pode verificar, ele é visto como um ser ilustrado, porém, por ter boa índole, era enganado por aqueles que o cercavam, o que comprometia o edifício republicano em suas bases. Entretanto, não há pedido para sua saída, mesmo que implícito, ao contrário do que constava na nota introdutória, na qual se pedia que “viesse um governo forte, que começasse por mandar fuzilar os noveleiros e os intrigantes”. Ainda assim, a diferença mais acentuada reside no fato de terem “apontados os bois”, quer dizer, os democratas se auto indicaram e tomaram para si a condição de “verdadeiros” aliados do governo. Aludem que foram eles os “primeiros republicanos” que assinaram o livro de adesão, porém estavam sendo vilipendiados em favor de pessoas mentirosas, traiçoeiras, que cercavam o governador visando apenas benefícios próprios.

Mas, por que então permanecer com essa visão pouco alterada acerca da figura do chefe do executivo estadual? Assim como por que “apontar os bois” de modo repentino? Tal atitude pode ser entendida como uma forma de chamar a atenção do governador e, é claro, da população, que deveriam apoiá-los para, quem sabe, serem reconduzidos aos antigos cargos ou a outros mais vantajosos, a partir dos quais poderiam influir nas tramas políticas, afastando os conservadores, seus adversários. O beneplácito do governador, nesse caso, era de grande valia. No mais, dessa forma se desviaria a nuvem monarquista que pairava sobre suas cabeças, algo indesejável àquela altura dos acontecimentos, que, se de fato ocorreram, a contrarrevolução não produziu o sucesso pretendido. A partir de então, era preciso construir um quadro favorável.

As respostas acima suscitam outra questão: o que os democratas auferiam, ao aduzir de forma tão insistente, através das inúmeras notas veiculadas inclusive na sua folha de

---

<sup>603</sup> Idem.

<sup>604</sup> Ibidem.

imprensa, que a República estava em perigo? A resposta é similar à derradeira conclusão aventada, referente à pergunta anterior, ou seja, deve ser encontrada nas diversas denúncias feitas pelos republicanos de que os partidários de Chermont de Miranda eram monarquistas disfarçados. A nota publicada primeiramente pelo “Diário de Notícias”, órgão pretensamente neutro, e republicada no “O Democrata”, consistia em um álibi para distanciar tais denúncias do Partido Republicano Democrático, uma vez que a matéria constava no editorial, espaço para expressar a opinião do noticioso acerca de um dado acontecimento<sup>605</sup>. Nada mais condizente com o partido que se propunha a defender a República em vias de consolidação, podendo obter lucros não só pecuniários, mas, sobretudo, distinção no meio social.

É nesse ponto, que as respostas se distanciam. As “notas soltas”, ainda que, de certa forma compartilhassem tacitamente as ideias de alguns membros do PRD, expressavam os sentimentos de pessoas ou de um grupo reduzido de indivíduos que possivelmente foram prejudicados diretamente. Vale lembrar que o grupo democrático era composto, em sua maioria, por antigos liberais que foram abrupta ou gradativamente alijados de seus cargos, para a acomodação de conservadores, que em grande parte aderiram ao PRP, formando assim a base governista. Afastamentos que se avolumaram, sobretudo após a suposta sedição.

Discursos contraditórios e subterfúgios à parte, ao que parece, por meio dessa alocução, o “O Democrata” sondou o mercado político em busca do respaldo do povo, para em seu nome legitimar uma possível retomada do poder, ainda que pelas armas, liderada pelos democratas, pretensos guardiões da República, ou seja, não visavam restaurar a Monarquia, mas ascenderem novamente ao poder. Isso porque, mesmo sendo acusados de monarquistas, os democratas não defenderam abertamente a restauração do antigo regime, ainda que muitos discursos presentes em sua folha noticiosa convergissem para esse ideal.

Se a imprensa democrata saiu contra as demissões dos delegados, salvo no parecer emitido no editorial que cita a “Contrarrevolução”, em que cobrava atitudes enérgicas por parte do governador, o órgão de apoio ao Governo Provisório tomou para si a defesa das demissões. Ao reproduzir um artigo publicado no jornal “Cidade da Vigia, de 29 de junho de 1890”, órgão do diretório do PRP daquela cidade, o “A República” transcreveu que: “Não basta, porém, *destruir*, é preciso agora *reconstruir*. A maior dificuldade e a maior glória não está em substituir um sistema de governo por outro, e sim de levantar sobre os destroços do antigo regime o majestoso edifício das novas instituições”<sup>606</sup>. Ainda nesse tom evocativo, visando o bem da nascente República, lembrava que a essa grande obra de construção do edifício republicano era cheia de obstáculos e perigos. Por isso, todos os brasileiros deviam

---

<sup>605</sup> Tal percepção acerca dos editoriais dos jornais podem ser encontradas em Dijk (2008) e Dijk (s.d., Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/racisme%20and%20argumentation.pdf>>)

<sup>606</sup> A República, 10/07/1890, p. 1.

contribuir acercando-se do Governo Provisório e auxiliando-o com uma cooperação ativa, sincera e patriótica, sem reholhos ou ideias reservadas, de modo a ser alcançado o intento pretendido. Nesses termos, o governo da República, ao perceber que alguns funcionários estavam pondo “[...] tropeços àqueles que dirigem os destinos da nação”, procedeu às demissões. Em casos extremos, esses sujeitos poderiam ser inclusive deportados.

Porém, esse posicionamento em defesa dos atos do governador não foi o primeiro a ser veiculado na imprensa governista. Pelo contrário, na mesma velocidade que as notas dos democratas surgiam, também veiculavam as respostas dos republicanos. A imprensa política, com acesso imediato à documentação de instituições públicas, não perdia tempo. Considerava-se cada questão como imprescindível no jogo político veiculado pela imprensa.

Com o título “Hecatombe Policial”, aproveitando um dos muitos títulos empregados pelos democratas ao se referir às demissões dos delegados de polícia, o “A República”, no editorial de 15 de março de 1890, fez considerações acerca do posicionamento da folha democrática sobre o assunto<sup>607</sup>. O órgão radical inicia mencionando que a surpresa expressa nos pontos de admiração e a censura que segue na matéria “Hecatombe Policial” dos democratas, ao comentar a demissão de algumas autoridades policiais, foi ridícula, se não grotesca. Advertia-se que a demissão desses agentes policiais justificava-se pela necessidade do serviço público. Os substitutos eram homens em que o governo podia depositar a sua confiança, uma vez que não se podia contestar o direito dos homens responsáveis pela situação política de escolherem os seus auxiliares, sujeitos com quem teriam que compartilhar a responsabilidade em administrar o estado. Lembavam que a confiança não se impunha, bem como os direitos dos indivíduos, logo:

A solidariedade entre o pensamento e a ação do governo, o acordo que deve existir entre ele e seus agentes, acordo não somente de ideias e de princípios, mas também de meios a empregar para a vitória das ideias que reputamos as mais convincentes à felicidade da pátria, exigem a recomposição de pessoal que tanto aflige o democrata.

Se esse fato nunca mereceu censura quando se tratava de uma simples mutação do cenário político no domínio da monarquia, não deveria agora suscitar as exclamações quando se trata de consolidar a nova ordem de conduta inaugurada por mudança radical do sistema político, no qual novas instituições, novas práticas necessitam de pessoal novo ou lealmente dedicado à obra de regeneração que se efetua<sup>608</sup>.

Após defender as controversas causas das demissões, e no intuito de justificar a demora do governo em tomar medidas que, segundo a perspectiva publicada inicialmente no “Diário de Notícias” e posteriormente no “O Democrata”, prejudicavam a consolidação da

<sup>607</sup> Nessa mesma edição e folha foi publicado na coluna “Governo do Estado” o expediente de 13 de março de 1890, no qual constavam, entre os outros atos do governo, diversas nomeações para as delegacias do interior.

<sup>608</sup> A República, 15/03/1890, p. 1.

República brasileira, mencionavam que o governo republicano em nada imitava as práticas antigas, pelo contrário, evitava fazer demissões em massa. Estas, na justificativa da folha governista, somente ocorram após se conhecer o pessoal que auxiliava a administração, e se convencer de que certas autoridades se revelaram inconvenientes. Portanto, não podiam ser toleradas, e a sua manutenção nesses cargos seria inépcia e até um crime. Nesse sentido, a matéria tencionou levar o leitor a pensar na apurada perícia com que o governador, censurado na imprensa dita “neutra” e, sobretudo na oposicionista, agia de acordo com os ideais anteriormente pregados. Ou seja, ele prezava por manter a politicagem distante de sua administração, como apregrado durante a propaganda republicana.

Destarte, os parágrafos ulteriores são ainda mais reveladores. Neles, percebe-se inclusive a alusão a outras notas publicadas pelos democratas acerca dos delegados demitidos e a contratação de outros, o que foi classificado como “politicagem governista”.

O honrado governador do Estado tem dado as mais irrecusáveis provas de tolerância; tendo-se portado até com excessiva longanimidade, para não afastar-se uma linha da norma de conduta a que se impôs.

Querendo evitar cuidadosamente tudo quanto tem o conluio dos antigos vícios, a administração procura, com critérios e sem ofender os direitos individuais, cercar-se do funcionalismo público de confiança, idôneo, sério e honesto.

Em tudo isto, estamos de acordo com a nossa “política, generosa, garantidora de todos os direitos e liberdades”.

Será difícil ao órgão democrático dizer como e quando nos afastamos do nosso programa; bem o sabemos, e disso resulta o recurso extremo dos termos retumbados.<sup>609</sup>

Não faltaram acusações denotando os democratas de serem oportunistas, de quererem gerir os ditos cargos, de modo, a partir deles, engendrar seus assuntos políticos. Mencionava o órgão do governo: “Reconhecemos que *o Democrata* tem razão em afligir-se, vendo que vai caindo aos poucos, aos pedaços, a máquina com que contava; tem razão, porém, por mais que lhe reconheçamos o motivo da dor, não lhe podemos dar remédio”<sup>610</sup>. Por fim, o noticioso radical tal como iniciou a nota, mencionava categoricamente, em tom sarcástico, que os democratas, podiam gritar, adjetivar quanto quizerem, uma vez que tais gestos não impediram com isso o governo republicano de seguir o sistema que traçou para si.

A hecatombe policial, ou derribada dos “zelosos” delegados de polícia, que gerou substituições por outros ditos mais fiéis, e nos quais o governo pode depositar inteira confiança, foi apenas um dos muitos casos que se revelaram no intrincado tabuleiro político do

---

<sup>609</sup> Idem.

<sup>610</sup> Ibidem.

Pará e do Salgado, em especial, antes da Revolta de 11 de Junho. Tendo os delegados, assim como os juizes titulares das comarcas ao seu dispor, o governo teve condições de preparar os caminhos que traçou para o sistema eleitoral. Afinal, não se fazia uma República sem eleições, ainda que fossem “só para o inglês Gladstone ver”.

### 3.1.3 Entre querelas e adesões: os conchavos políticos antes das eleições

Dois dias após a dissolução da câmara belenense, Gonçalo Ferreira, na faina de criar e sustentar as bases do governo provisório do Pará na condição de delegado do Governo pela 2ª circunscrição política, por meio de carta convidava o cidadão Manoel Felipe da Costa para fazer parte da comissão que dirigiria o Partido do Governo na cidade de Vigia. Na carta Gonçalo mencionou que confiava nos sentimentos patrióticos do destinatário, e esperava que ele não se negasse a “[...] prestar o auxílio ao Governo que só tem em mira a felicidade e o progresso deste nosso querido país”<sup>611</sup>. Mesmo a missiva devotando confiança, Costa, antigo liberal, recusou a proposta do Homem Forte do Salgado. Tal atitude causou sérios embaraços entre ambos, sobretudo quando este vigiense, através de nota do “O Liberal da Vigia”, declarou suas apreensões acerca das especulações que pairavam sobre a criação de um partido do governo, fato que se deu uma semana depois de ter recebido o convite<sup>612</sup>.

Em carta dirigida a Gonçalo, datada de 8 de janeiro de 1890, Costa ainda reafirmou a sua posição. No documento publicado na imprensa, aludia que:

Se organize o *partido republicano radical*, como organizado se acha o *partido republicano democrático* e o *partido republicano federal*, nada há de estranhar; parece-me que há na República lugar para todas as ideias, para todos os princípios, para todas as opiniões.

O governo, porém é uma entidade moral, que pode estar amanhã legitimamente representado por um membro do partido republicano democrático ou do partido federal, como o está atualmente, por afeito da revolução de 16 de novembro último, por um membro do partido radical, que pela maneira com que se vai desempenhando o espinhoso encargo, cuja responsabilidade assumiu, se tem tornado merecedor do apoio de todos.

Deve-se deixar, pois, o povo a mais completa liberdade para escolher d’ora em diante o governo.

Abusar do nome do mesmo governo para arranjar adesões forçadas ou interesseiras como soem sempre as obtidas por tal meio, não pode ter outra qualificação senão a que eu lhe dei, sem premeditado propósito de ofender-vos, ou qualquer outra pessoa individualmente.

Que não falei sem razão em *partido de governo*, prova-o tanto a vossa carta.

A partir da missiva de Costa destinada a Gonçalo Ferreira, pode-se inferir que, formar um partido forte, capaz de enfrentar as dificuldades e assumir as rédeas do executivo estadual

---

<sup>611</sup> O Democrata, 11/01/1890, p. 2.

<sup>612</sup> Idem.

na nova conjuntura política, aparentemente era a intenção de ambas as correntes que litigavam no Pará, no momento abordado. Além do mais, ainda que não negasse o seu apoio ao governo de modo formal, Costa não deixava claro também a sua escolha partidária, preferindo dizer que “o governo se tornava merecedor do apoio de todos”. Agindo assim ele não explicitava o partido pelo qual militava, ou melhor, dizendo a quais indivíduos daria o seu apoio político. Afinal, volta-se a mencionar que não era o regime em si que a oposição combatia, mas sim contra aqueles que estavam à sua testa (PINTO, 2011, p. 77)<sup>613</sup>.

Seria uma artimanha para deixar que as águas da política corressem livremente de modo a se mensurar qual a posição a ser tomada no futuro? Sim. Esta talvez fosse a intenção deste ex-liberal, pois qualquer um dos partidos estavam aptos a governar o Pará, como fica claro nas declarações. Seus planos políticos poderiam somente sofrer reveses ante aos adversários de igual ou maior envergadura política, assim como algum com quem não poderia cogitar alianças, haja vista que formar um partido forte não seria necessariamente formar um partido em que todos os seus membros iriam integrá-lo com a mesma envergadura. Apesar do advento do novo regime, as querelas pessoais não desapareceram, ou seja, os benefícios que as partes poderiam auferir não foram capazes de sobrepujar as cizânias. Um exemplo é o próprio Manoel Felipp Costa e seu conterrâneo Francisco de Moura Palha<sup>614</sup>.

Como forma de aplacar os ânimos exaltados ou, quem sabe, na melhor das perspectivas, ganhar tempo para se preparar melhor para uma possível reviravolta no mundo político, no dia 29 de janeiro de 1890 houve uma tentativa de fusão entre o PRP e o PRD<sup>615</sup>. Porém, a reunião que ocorreu na casa do líder democrata Vicente Chermont de Miranda terminou sem a concretização do acordo aventado. O malogro deveu-se à proposta dos republicanos radicais de dissolver o partido democrata, e posteriormente à gradativa inserção de seus membros no PRP. Os democratas, ao se manterem firmes em suas bases, demonstraram assim que esperavam muito mais êxito em seus desígnios políticos.

---

<sup>613</sup> Conforme Pinto (2011), as querelas envolvendo partidos políticos no Brasil remontam ao período monárquico, mais precisamente ao governo de d. Pedro II, quando foram organizados institucionalmente os dois principais partidos, Liberal e Conservador. Com o advento da República, por meio do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, o único partido que permaneceu atuante foi o Partido Republicano Brasileiro. Segundo Pinto (2011), mesmo tendo sido fundado em 1870, a agremiação republicana nunca chegou a constituir-se como uma organização unificada nacionalmente, caracterizando-se como uma federação de núcleos com matizes ideológicos diversos e com estratégias políticas frouxamente coordenadas pelo núcleo do Rio de Janeiro. Essa posição adotada pelos republicanos brasileiros, juntamente com o caráter federativo proposto, em muito favoreceu a criação de agremiações de âmbito local. Estas, organizadas quase sempre a partir dos antigos clubes republicanos localizados nos estados.

<sup>614</sup> Após 1897, Costa passou para o PRF, do qual se tornou líder local, e Moura Palha permaneceu no PRP, mesmo tendo que conviver com antigos desafetos.

<sup>615</sup> Diário de Notícias, 30/01/1890, p. 2.



Entre os desígnios estava o de participar de modo mais incisivo nas deliberações do executivo estadual. Como bem salientou Manoel Felipe da Costa, qualquer um dos partidos formados na República estava apto a dirigir o governo do estado do Pará. Os democratas/ex-liberais alijados de muitos cargos que imprimiam poder e distinção social, mostraram-se assim contra os conservadores, seus opositores de sempre, recém-ligados aos radicais, o que confirmava apenas a mudança de roupa/partido, enquanto que o corpo/sujeito político permaneceu o mesmo, salvo algumas exceções.

Mesmo pretendendo, ao menos teoricamente, formar um único partido que apoiasse o governo provisório no/do Pará, como visto, os republicanos radicais não lograram o êxito esperado em sua empreitada política – se é que almejavam criar uma agremiação desta envergadura. Isso não significa que as tentativas de coalizão tenham sido cessadas entre radicais e democratas ou entre radicais e nacionais, antes chamados de republicanos federais; e ainda entre estes e os democratas. Pelo contrário, elas sempre foram suscitadas, e os litígios persistiram a todo o vapor. O fracasso da reunião não tardou a surtir efeitos no interior do estado, tão logo foi divulgado na imprensa. Com a epígrafe “A Política em São Caetano”, em 18 de fevereiro seguinte, a folha democrática comentou que o capitão Bento José da Silva Santos, a quem se predicou de “particular amigo”, foi mal-sucedido na organização do partido republicano oficial em São Caetano, sua terra natal<sup>616</sup>. Isso porque todos os cidadãos dessa localidade, mesmo hipotecando-lhe estima e respeito, declararam não poder acompanhá-lo no PRP, cujo programa consistia em apoiar o governo.

Como prova cabal da mal lograda empreitada do capitão Silva Santos, a nota fez referência ao livro de adesões, que voltou com as folhas em branco. Tal atitude dos odivelenses foi atribuída ao fato de o povo do interior ser despido de ambições, por isso compreendia “[...] perfeitamente que o governo, para manter-se, não precisava criar um partido especial, [...]”<sup>617</sup>. Prosseguia aduzindo que, se o governo prezasse pelo bem-estar de seus cidadãos, teria por si o apoio de todos os homens sérios, sem distinção de política, nacionalidade, ou classe. Para saudar o povo odivelense, que teve seu gesto aplaudido, a folha do PRD dedicou-lhe a estrofe de um poema, cujo autor não mencionado seria um português: “Seja o fato recente, antigo ou novo – o povo é sempre o mesmo, – é sempre (grande povo)”<sup>618</sup>. Destarte, o PRD reafirmava o seu caráter independente frente ao governo. Não se

---

<sup>616</sup> O Democrata, 18/02/1890, p. 2.

<sup>617</sup> Idem.

<sup>618</sup> Ibidem.

esquecendo, é claro, de demonstrar o apoio que o “povo” lhe devotava, como forma de validar suas ações políticas momentâneas e, porque não dizer, as vindouras.

Entre as ocasiões de apoio público demonstrado ao programa político democrático destaca-se a conferência realizada no “Theatro Circo”. Este evento promovido pelo diretório estadual do PRD: “Foi um esplêndido triunfo popular [...], em que o patriótico povo paraense concorreu em massa abrilhantando a ocasião”<sup>619</sup>. Momentos assim, quando divulgados na imprensa, eram relevantes para a formação de uma base no concorrido jogo político, onde a luta por apoio era constante, ainda que fosse de ex-radicais. O que importava, era aderir.

Nessa busca de adesões, vale transcrever uma das primeiras notas publicadas na coluna “Paquete das novidades”. Nela pode-se perceber que, enquanto Gonçalves, acompanhado pelo retratista Rodolfo Lima, seguia para o Salgado animando o vento radical, buscando mais adesões, “O Democrata” indagava acerca do valor do termo *radical*, e da firmeza dos ideais daqueles que o ostentavam. Uma possível indireta ao ex-conservador Gonçalves? Provavelmente sim! Mas, veja-se a nota:

A propósito de radicais: Eu não percebo bem a definição dada pelos lexicógrafos sobre esta palavra, ou o qualificativo de – radical – com que se abroqueiam os republicanos clubistas é um disparate.

Qual deles foi republicano, ao menos desde o princípio de sua vida pública?

– Somos radicais, me disse um, porque pugnamos pela realização de ideias vastas e progressistas.

– Nesse caso, meu amigo, repliquei eu, baldeia-se para a fragata da democracia, cujo itinerário ou programa é mais amplo, completo, succulento.

E o que disse, disse: Não retiro a expressão<sup>620</sup>.

Se o PRD batia forte em suas denúncias contra os agentes do governo encastelados no PRP, duvidando inclusive da consistência de seus ideais políticos, estes respondiam em tom semelhante. Além, é claro, de levantar suspeitas sobre a real intenção dos democratas. O principal trunfo para desqualificar a oposição, que se julgava “republicana”, consistia em chamá-la de “monarquistas, sebastianistas disfarçados que estavam ávidos para retomar o poder”. Situação esta que em muito refletia o clima de tensão existente entre as partes, e que se avolumava ainda mais depois da reunião que cogitou a união do PRP e PRD. O povo é repetidamente mencionado, como ratificador de suas ações políticas. Nada mais adequado do que apelar para a opinião dos eleitores em momentos de litígio político, isso porque seria ele,

---

<sup>619</sup> O Democrata, 18/02/1890, p. 2.

<sup>620</sup> O Democrata, 14/01/1890, p. 03.

o eleitorado, a “parte mais interessada” em solidificar as bases do novo regime político no qual, teoricamente, ele tinha reais possibilidades em ascender na vida social.

No editorial de 25 de fevereiro de 1890, o “A República” aduzia não haver “[...] explicação possível ante o direito e a razão acerca da guerra que move o PRD pelo seu órgão de imprensa, ao partido republicano, pelo fato de sua reorganização após a incruenta revolução de 15 de Novembro”<sup>621</sup>, desrespeitando inclusive o fato de os membros do PRP serem “fieis apóstolos da grandiosa ideia proclamada pela revolução”. Alegavam, assim, que eram “radicais”, que caminhavam sem medo por entre as falanges arregimentadas dos antigos partidos, sem outro objetivo senão o de bem-servir à pátria. Advogavam serem possuidores de uma fé viva na verdade dos princípios que propagavam, dentre os quais estava o princípio federativo, “razão pela qual a nação inteira a havia recebido e a consagrado como a expressão de sua vigorosa vontade”.

Sobre os destroços do trono, a nota aduzia que haviam desaparecido os partidos políticos que lhe sustentavam. Os propagandistas de outrora eram os vitoriosos do momento. Portanto, recaíam-lhes as vistas da opinião pública sedenta por conhecer, na vida real, a diferença entre o que havia passado e o momento que estavam vivendo. Este, segundo a nota, teria sido, com efeito, o parecer dos velhos chefes políticos em todas as províncias do extinto Império. Lembrava-se, de modo contundente, que por toda parte os republicanos haviam se constituído em clubes e organizado partidos, os cidadãos ativos<sup>622</sup> que compunham os velhos partidos monárquicos arregimentaram-se sob a bandeira republicana. As adesões foram atribuídas ao sentimento de verem mantida a ordem e consolidadas as novas instituições da República nascente, que nada mais fez do que manter, se não todos, alguns dos seus privilégios.

Mesmo citando a corrente de adesões “à bandeira triunfante”, alertava-se que nesse “concerto unânime da opinião nacional”, no Pará havia ocorrido à nota dissonante. Quer dizer, um partido, o Liberal, então na presidência da província, pretendia que o partido republicano “[...] abdicasse nele a tarefa melindrosa da consolidação das novas instituições, sem lembrar que a própria transformação porque passou após os acontecimentos de 15 de novembro o expunha à

---

<sup>621</sup> A República, 25/02/1890, p. 1.

<sup>622</sup> Segundo Botelho e Reis (2008, p. 234), a Constituição de 1824 determinou que todos os homens livres nascidos no Brasil ou naturalizados, mesmo sendo libertos ou ingênuos possuíam os mesmos direitos civis. Quanto ao direito político, o critério da propriedade os diferenciava entre cidadãos ativos, cidadãos inativos e cidadãos ativos eleitores e elegíveis. O cidadão ativo era o indivíduo que possuía direitos civis e políticos, para tanto, tinham que possuir uma renda anual mínima de 100\$00 réis. Já o cidadão inativo era o sujeito que possuía somente direitos civis, ou seja, não participava do processo político por não possuir renda anual igual ou superior ao valor acima mencionado. Enquanto o cidadão ativo eleitor e elegível detinha direitos civis e políticos, pois tinha nascido livre e possuía renda anual mínima de 400\$ réis, que o capacitava para votar e ser votado.

crítica da opinião sensata, da junção com o elemento que há pouco havia entregue à execração pública.”<sup>623</sup> Trecho que lembra o discurso constante na nota divulgada pelos democratas após a reunião de 29 de janeiro, porém, em sentido contrário. Mas, ainda assim, de certa forma converge para a assertiva levantada de que os democratas não se uniram aos republicanos radicais em vista da pretensão de ambos em comandar o executivo estadual.

Dentre os argumentos que os levaram a não se conformar com o inglório papel de simples demolidores que lhes queriam atribuir, abdicando assim do trabalho de reconstituição da nação, estava o de educar os cidadãos, chamando-os ao exercício de sua nobre missão na sociedade, para quais novos e vastos horizontes se abriram. Nesses tons afirmativos os republicanos históricos buscavam imprimir a noção de que lhes cabia guiar a regeneração do Pará na nova ordem política. O que de fato ocorreu quase por inteiro, isto é, os históricos por lideraram o executivo estadual quase uma década, porém não concretizaram a regeneração da pátria como proclamavam, afinal, tiveram que fazer alianças com os “monarquistas”.

Como prova concreta de que realmente se pretendia a regeneração dos costumes, o diretório do PRP de São Caetano mandou publicar a ata na qual mais de setenta indivíduos confraternizavam-se com membros do partido da capital paraense<sup>624</sup>. No cabeçalho constava que os signatários empenhavam seu franco e leal apoio ao partido de que é digno chefe o dr. Paes de Carvalho, e ao governo provisório, em cuja frente achava-se o “o ilustre cidadão dr. Justo Chermont”. Datada de 2 de fevereiro de 1890, a lista era encabeçada pelo republicano histórico João Braz de Sousa. A adesão deste, porém, não deve ser vista como sendo alheia a pretensões políticas. Segundo os democratas, João Braz de Souza foi um dos que solicitaram ao governo provisório a dissolução da câmara de São Caetano, o que acarretaria a sua nomeação para ocupar a presidência do Conselho de Intendência<sup>625</sup>.

Sua nomeação, caso se concretizasse, preteria o capitão Antonio da Silva dos Santos, irmão do capitão Bento José da Silva Santos, que há não muito tempo tinha sido nomeado como “simples” suplente de delegado de polícia, só por não ter “jurado Bandeira” há mais tempo, ao contrário de Braz de Souza, que por fim foi nomeado delegado. Caso tenha sido verídica a afirmativa levanta pelo órgão democrata, Braz Souza e o governador Justo Chermont nada mais fizeram do que a “politicagem monárquica em tempos republicanos”, o que demonstra a não regeneração dos costumes políticos por parte desses sujeitos.

---

<sup>623</sup> Idem.

<sup>624</sup> A República, 22/02/1890, p. 2. A julgar pela data, tais adesões vieram em desencontro à nota dos democratas do dia 18, na qual era mencionado o “insucesso de Silva Santos”.

<sup>625</sup> O Democrata, 23/02/1890, p. 2.

Se angariar adesões para as suas fileiras políticas, de modo a fortalecer as bases era necessário, levar ao descrédito aquelas supostamente conseguidas e divulgadas pelo outro grupo também o era, o que poderia acarretar mais adesões ao partido divulgador, a partir das prováveis deserções. Logo, o descrédito acerca da divulgação das atas com os nomes dos correligionários políticos também foi uma constante no “A República”, quando se tratava das enviadas pelos diretórios democratas situados nos interiores, como se deu no caso a seguir.

O diretório do PRD de Campina Secca, município de Marapanim divulgou uma extensa lista com os nomes dos cidadãos que aderiram a esse partido<sup>626</sup>. Sobre esse manifesto, consta na matéria “Notas a Lápis”, publicada na folha radical, que a maior parte dos signatários dessa localidade não sabiam ler e escrever, assim como tantos que não existiam, pois foram inventados pelo “desfrutável chefe do partido do futuro”. Os que assinaram, lembra, estavam “[...] iludidos, pensando que o tal partido republicano (?) democrático é o verdadeiro partido republicano... do governo da República”<sup>627</sup>. A notícia demonstrava novamente o quanto era imprescindível angariar o apoio de quantos eleitores fossem necessários para engrandecer a legenda partidária, em detrimento da oposição. Logo, na precisão de “[...] acercar o governo provisório de todo o apoio, chamando em seu auxílio todos os cidadãos amantes da sua pátria, para que o mesmo governo se desempenhe na patriótica missão que tomou a peito”<sup>628</sup>. Tal discurso foi o mais acertado, afinal, mesmo vencedores e senhores do governo, os históricos eram em número reduzido.

Certamente foi a intenção de manter a governabilidade e a ordem que levou os governistas a pretenderem selar oficialmente coligação ou mesmo junção como os federalistas, diga-se, com os conservadores. O próprio discurso do PRP reitera e corrobora para tal, ao mencionar que: “A Bandeira da República, que abriga todos os direitos, não repele por erros ou convicções passadas as adesões sinceras que se lhe manifestam”<sup>629</sup>. Provavelmente, a partir de notas análogas publicadas pelo PRP, de que não se olharia para as “cores políticas passadas, e sim para aquele momento vivido”, e vendo provocada a corrente de adesões de ex-conservadores, o PRD intuiu mais do que nunca ser possível uma

---

<sup>626</sup> O Democrata, 23/03/1890, p. 1. Além, de Campina Secca, a nota mencionava que cartas vindas de Juruty e Faro afirmavam a dissolução do fantástico partido democrático, organizado nessas localidades do interior paraense à força de falsas promessas e de embustes. Afirmava que a mesma sorte teria “[...] nos outros pontos do interior do estado esse partido que não tem razão de ser”. Outrossim, mencionava que o dr. Vicente C. de Miranda andava desgostoso, porque se via cercado de gente ordinária, que o esfolava a valer.

<sup>627</sup> Idem.

<sup>628</sup> Ibidem.

<sup>629</sup> A República, 25/02/1890, p. 1.

aproximação entre radicais e federalistas/Siqueiristas. Em extensa nota enviada de Vigia, de 17 de fevereiro de 1890, assinada pelo codinome de “Um Democrata”, a folha oposicionista fez alarido acerca da suposta “coalizão” entre *radicais* e *federalistas*. A oposição comentava: “Não nos surpreendeu a notícia da união do partido federalista com o republicano radical. Ela era por nós esperada como natural e lógica, já pela índole de ambos como pelo desejo de confraternização há muito manifestado por vários de seus membros”<sup>630</sup>.

Segundo a nota, a união entre os antigos membros do clube republicano com os antigos conservadores, ambos sectários do mesmo princípio autoritário e não democrático como se julgavam os liberais que passaram a formar o PRD, era um fato esperado em conjunto, antes mesmo dos acontecimentos de 15 e 16 de Novembro. Considerava-se o fato de que um ano antes, Justo Chermont já havia comunicado formalmente ao cônego Siqueira Mendes para que este se retirasse da chefia do Partido Conservador, de modo que seu partido se unisse com a célula republicana paraense. Porém, a suposta fusão entre os republicanos clubistas e os conservadores paraenses, de fato, não chegou a ocorrer durante a vigência do regime monárquico no Brasil, ainda que tenha sido propalada como efetivada pelo conservador Fiok Mello e confirmada por Domingos Olympio, há quem muito interessava.

Os “funestos” efeitos resultantes dessa aproximação, segundo a nota, não tardaram a ocorrer. “As consequências da política partidária ou, por outra, da politicagem, já se vão fazendo sentir na imparcialidade com que têm sido feitas certas nomeações, e na indiferença com que o povo encara os atos do governo.”<sup>631</sup> Dentre os atos governamentais que desagradaram o povo estava a dissolução da Câmara Municipal de Vigia, composta por membros de ambos os antigos partidos, sendo nomeados em substituição somente indivíduos pertencentes ao partido republicano histórico<sup>632</sup>. Porém, as maiores referências aventadas ainda foram as relacionadas ao caso dos delegados demitidos. Uma prova de que tal acontecimento foi melindroso para ambas as bases políticas, caso contrário não seria constantemente lembrado. Assim constava na missiva enviada da “Atenas Paraense”<sup>633</sup>:

---

<sup>630</sup> O Democrata, 01/03/1890, p. 1.

<sup>631</sup> Idem.

<sup>632</sup> Ao que parece, a folha democrata não lembrou ou não quis lembrar que Moura Palha, nomeado intendente, era militante das fileiras liberais. Logo, a Intendência de Vigia não foi ocupada somente por republicanos históricos.

<sup>633</sup> O mais conhecido codinome usado para se referir a cidade de Vigia.

Exemplifiquemos com alguns fatos.

Foi demitido o delegado de polícia desta cidade, o coronel Joaquim Manoel de Carvalho, por ser democrata, e nomeado para substituí-lo um membro do partido *republicano*.

Foi demitido o cidadão Bibiano Luiz do Carmo, como subdelegado de polícia de S. Caetano, para substituí-lo, o antigo chefe do partido conservador, hoje arvorado em republicano-radical, professor João Rodrigues dos Santos.

E o que se torna mais revoltante é que foi nomeado para seu suplente o capitão Antonio dos Santos, irmão do capitão Silva Santos!

Foi demitido o promotor público de Cintra, Bertholdo da Costa, por ser democrata; e nomeado para substituí-lo o antigo chefe conservador, hoje republicano puro, coronel Anizio Antonio Dias<sup>634</sup>.

As queixas vindas dos *povos* para com a pessoa do governador tornaram-se ainda mais cáusticas. Dizia-se que o modelo centralizador, isto é, “a vontade absoluta de um só” ainda perdurava, e ele era acusado das demissões e nomeações de delegados e subdelegados e de dissolução das câmaras, incontestavelmente mais bem representadas, pela escolha de muitos cidadãos. Como se pode perceber, a legalidade monárquica, que perdurara por um determinado tempo, mesmo com a deposição dos Bragança era evocada a legalidade presente nas câmaras eleitas antes de 15 de Novembro, certamente por reunir membros liberais, que detinham os votos, que lhe outorgavam poder em suas comunidades. Um poder ameaçado não só na Vigia, mas em todo o interior, ordinariamente, lembrado para se calcular “o *meio* e o *modo* de se lhe arrancar a liberdade do voto”, ameaçado, sobretudo, pela aventada união entre o partido federal com os *republicanos – radicais – puros – históricos*.

A condução dos assuntos administrativos do Pará encabeçada pelos republicanos clubistas também era contestada pelos democratas. Entre os motivos, estava o fato de terem participado como simples expectadores, uma vez que a evolução da “adesão do Pará” à causa republicana ocorreu por obra e graça dos militares. Nestes termos, advogava-se que os republicanos *puros* foram feitos senhores da situação, sem ao menos terem tomado parte direta na condução dos eventos do dia 16 novembro, com exceção de Paes de Carvalho<sup>635</sup>.

Se a cogitada união formal entre ambos os partidos antes do golpe de Estado não ocorreu porque dependia do afastamento do cônego Siqueira Mendes, o mesmo ocorreu em 1890, quando Siqueira Mendes também não se afastou e a coligação não se concretizou,

---

<sup>634</sup> O Democrata, 01/03/1890, p. 1.

<sup>635</sup> Esse parecer dos democratas acerca da participação dos militares, de certa forma vai ao encontro da visão de Meira Filho (1981), ao abordar a atuação dos militares na condução dos assuntos políticos do Pará naqueles primeiros momentos, como bem lembrado no primeiro capítulo. No que se refere à atuação dos militares no Salgado paraense no período abordado, esta foi quase inexpressiva, restringindo-se apenas à figura das Forças de Mar, após o dia 11 de Junho de 1891. Essa parca atuação deve-se possivelmente, dentre outros motivos, ao fato dessa área não ser objeto de contendas com outras nações

apesar de ter sido propagada pelo PRD. Todavia, isso não significa, que dessa nova tentativa de união mal lograda não tenham ocorrido adesões de conservadores ao grupo dos históricos. Adesões que se mostravam “[...] comum de dois [...]” partidos, como a do professor de São Caetano João Rodrigues dos Santos, que apareceu filiado no grupo federalista e no dos clubistas, o que perdurou até as vésperas da eleição para o Congresso estadual, inclusive teve o seu nome na lista da União Patriótica<sup>636</sup>.

As eleições se avizinhavam, e era necessário proceder aos alistamentos eleitorais, um dos pontos principais do intrincado jogo político. Processo que, segundo a oposição, também revelava “o querer, o poder, e o fazer” dos chefes políticos locais ligados ao governo. Estes eram acusados de cometer toda sorte de ações para manter e comprovar o seu capital político. Tornava-se necessário preparar o terreno não somente com adesões, vindas de onde viessem, mas também o terreno legal, quer dizer, o processo eleitoral em si, de acordo com as determinações governamentais, quando as adesões mostrariam a sua utilidade. Não se podia esquecer do “cala-boca” infligido aos opositores, de forma que, se não mudassem os seus votos em favor do governo, ao menos não votassem. Era chegado à ocasião de se organizar para esse momento importante.

### 3.1.3.1 Ainda mais perseguições: os alistamentos eleitorais

Por falar em adesões e eleições, e como um assunto puxa o outro, cabe lembrar que as acusações provenientes do interior contra os agentes governistas não cessaram, sobretudo no que se refere às supostas perseguições contra os democratas. O título “Quem são os espertalhões e perturbadores da ordem”, é um indicativo dessa prática. O mesmo alude às “sandices” dos agentes governistas na Vigia, que eram incompatíveis com o regime republicano. Dizia que se os homens do povo não compreendem a importância e as vantagens do regime republicano, isso era algo facilmente compreendido. Porém, não se admitia que os

---

<sup>636</sup> Torna-se interessante verificar a quantidade adesões “comum de dois” – só para usar o termo – termos de adesão contendo o nome de um mesmo sujeito em ambos os jornais. Possivelmente uma artimanha usada para sondar as oportunidades que melhor atenderiam as aspirações desses sujeitos. Ou, quem sabe, publicadas de propósito pela redação do jornal, possivelmente no intuito de desqualificar o sujeito junto ao seu partido de origem. A República, 11/06/1890, p. 1, A República, 05/07/1890, p. 2. O Democrata, 11/09/1890, p. 2, A exemplo, tem-se a do delegado de higiene pública de São Caetano, Gerônimo da Cunha Rodrigues, que menciona que ele não autorizou a divulgação de outra nota publicada no A República, na qual aderiria ao PRP. Na nota intitulada “Desmentindo à ‘República’”, ele menciona que visitou sim o representante do governo, Pedro Chermont, na qualidade de amigo, quando da sua passagem pela localidade, mas em nenhum momento autorizou que seu nome constasse entre os que aderiram ao PRP. A República, 30/04/1890, p. 1. Há também Fábio A. de Carvalho, morador de Campina Secca, freguesia de Marapanim, que tem um termo de adesão publicado em seu nome, mesmo sendo filiado ao PRD. Em todo caso, as notas sobre as adesões devem ser sopesadas e tomadas com certa cautela.



“esclarecidos” se aproveitassem do regime para praticar espertezas e vinganças, algo condenável, por isso a denúncia era necessária, mesmo que as probabilidades de providências por parte do governo fossem nulas.

Segundo a nota, principalmente no interior, certos políticos que o partido republicano oficial lançou mão somente para aumentar o volume, entendiam que era a República do *quero, posso e mando*. Nesses matizes, eram denunciadas as artimanhas praticadas pelo intendente e presidente do PRP da Vigia, Francisco de Moura Palha, que havia se separado dos democratas<sup>637</sup>, ao qual primeiramente havia se aliado como ex-liberal, por estes não terem aprovado o seu transloucado plano de deportação do juiz Jacome Pereira, seu desafeto político. A partir dessa e de outras vontades desmedidas, Moura Palha pretendia demonstrar que o tempo era seu, e saberia aproveitá-lo em benefício próprio. Uma das formas encontradas pelo intendente da Vigia para demonstrar o “*seu poder sobre o tempo*” ou sobre as pessoas que o cercavam, foi convocar muitos cidadãos que soubessem ler para assinar o livro de adesões ao PRP. Nesse caso, cabe uma indagação: o que teria levado Moura Palha a usar do nome do governo para conseguir adesões, se ao que tudo indica, ele tinha eleitores ao seu dispor?

Pode-se dizer que ao agir dessa forma este ex-promotor público da Vigia “matou dois coelhos de uma só cajadada”. Ele posava de líder governista ante seus conterrâneos, isto é, alguém capaz de conseguir benefícios para aqueles que o apoiassem; enquanto que, perante o governo, como o livro de adesões; o que poderia servir como uma prévia para o alistamento eleitoral lhe traria chances reais de elevar o seu capital político junto aos agentes governistas, à medida que apresentava adesões ou prováveis votos de cidadãos, que lhe poderiam ser úteis em qualquer empreitada, tanto nas urnas quanto em eventuais combates físicos contra inimigos políticos como Manoel Felipe e Bertholdo, atitudes que levaram “O Democrata” a concluir a missiva em tom de defesa para com as notícias propagadas, assim como vaticinando a possibilidade de novas denúncias: “E quando acusamos estes espertalhões da

---

<sup>637</sup> Este foi o primeiro caso encontrado durante a pesquisa, que se referia a uma deserção do PRD, em proveito do PRP nos primeiros meses de vigência do regime republicano, ou melhor, antes do primeiro pleito eleitoral. A divulgação da mesma, provavelmente deve-se ao fato de ele ter granjeado contra si inúmeras antipatias por parte liberais, agravadas, em muito, por conservar nos seus domínios a antiga tipografia do *O Liberal da Vigia*, caso também citado na nota em tela. Fazendo um paralelo entre esta e outras fontes, pode-se inferir que as constates denúncias contra Francisco de Moura Palha, em muito se devem à tentativa de minar o seu prestígio político, que era bastante significativo, posição que incomodava os seus adversários, que o queriam ver longe da esfera governamental, por excelência lugar de jogadas políticas que tanto poderiam beneficiar quanto prejudicar alguém. *A República*, 08/08/1890, p. 1. Porém, ao que parece, Palha não migrou sozinho das fileiras liberais, democráticas, para o PRP antes desse evento. Na órbita da sua influência política estavam também agentes políticos da vizinha vila de Colares, que, assim como em São Caetano, era um reduto que sofria forte influência dos políticos de Vigia, o que não anula a possibilidade de que tenham ocorrido outros casos.

atualidade, unicamente para moralização do regime, grita-se que atacamos a instituição e os princípios! Podem gritar à vontade, que nós continuaremos a cumprir o nosso dever”<sup>638</sup>.

Se os membros do PRP gritavam que os democratas eram contra as instituições republicanas e contra os princípios que a regiam, estes também continuaram a cumprir *o seu dever*, também usando suas vozes através da imprensa. Seus gritos não vinham somente da Vigia, mas de outras extremidades do Salgado, assim como de diferentes regiões, como do Baixo Amazonas, além de casos ocorridos em outros estados.

No que diz respeito a Salinas, os democratas denunciavam a composição ilegal do Conselho de Intendência local, que deveria ser ocupado por indivíduos confiáveis, por serem os responsáveis por organizar as listas e os locais de votação. Logo, nada mais propício do que manchar a honra dos ocupantes do cargo. Entre os nomeados estavam dois indivíduos que não tinham idade legal para assumir os respectivos assentos. Um deles era Anástacio de Rezende<sup>639</sup>, que tempos depois foi acusado de assediar sexualmente uma mulher que havia ido buscar água em um poço que servia a localidade. Apesar da gravidade da situação no meio social local, o caso não gerou processo, devido ao poder político de seu pai, Antonio Theodato de Rezende, que como ele era vogal do Conselho salinense, demonstrando que a lei do “posso” não ocorria somente da cidade de Vigia.

Salinas também apareceu na coluna “O que Vai Pelo Interior”, na qual eram veiculadas pequenas notas acerca de vários aspectos das localidades interioranas. Elas eram um dos locais preferidos para se postar denúncias que pretendiam turvar a imagem dos adversários, diga-se, do governo. Em uma das notas publicadas em abril de 1890, constava que o professor Francisco Antonio Viana havia sido removido de Salinas para a longínqua freguesia de *Boim*<sup>640</sup>. Toda a sorte de perseguição contra o professor deveu-se ao fato de “não ter renegado suas crenças”, ou seja, não ter se declarado radical na hora de seu alistamento. Porém, no final, alertava-se que eram registrados todos esses infortúnios “[...] para em tempo oportuno pagarmos essas e outras dívidas na mesma moeda<sup>641</sup>”. São indícios de que os

---

<sup>638</sup> O Democrata, 08/03/1890, p. 1.

<sup>639</sup> O Democrata, 12/03/1890, p. 2.

<sup>640</sup> Boim fica situada às margens do Rio Tapajós, afluente do Rio Amazonas, e pertencia ao termo de Santarém. Este professor, lembra a nota, teve que pagar a quantia de setenta mil réis por cada pessoa de sua família até o seu novo destino.

<sup>641</sup> Idem. Sobre o caso de remoção do professor Viana, supostamente por ele ter “[...] preferido cuidar de sua escola a declarar-se ‘radical’”, pode ser visto em diversas notas, geralmente com títulos evocativos ao caso, como “O Professor de Salinas”, “A Remoção do Professor de Salinas”, “Sobre a Banca...”. Ver: O Democrata, 23/04/1890, p. 1; 24/04/890/, p. 2.

tempos futuros seriam propícios para os democratas: será que eles recuperariam o poder que possuíam como liberais, e assim se vingariam dos conservadores/republicanizados?

Provavelmente a “profecia” converge para assim se pensar. A partir dessa nota é interessante notar que quando as demissões não poderiam ser feitas por algum motivo, a arma usada pelo governo para distanciar elementos indesejáveis da arena política era a transferência, como foi o caso de Viana, que se negava a aderir ao PRP. Vale mencionar que para ser eleitor em uma nova localidade era necessário ter alguns requisitos básicos. Por exemplo, tinha que comprovar a residência por no mínimo seis meses no novo local, para que o pretendente pudesse ter o seu nome inscrito na lista eleitoral. Logo, é improvável que Viana, alguém alfabetizado, tenha exercido o seu direito ao voto, em vista desses trâmites.<sup>642</sup>

Sobre as artimanhas supostamente empreendidas pelo governo, em detrimento de um dos membros da oposição em Salinas, a coluna mencionava também as praticadas pelo coronel Anízio Dias em “sua Cintra”<sup>643</sup>. Ao noticiar sobre esta localidade e os preparativos para o pleito eleitoral de 1890, consta que o célebre negociante Anízio, ex-conservador, na ocasião diretor radical, pretendeu impedir a qualificação dos democratas por todos os meios, *mesmo os mais reprovados*. Advertia-se o governador:

Responsabilizamos o sr. dr. governador pelo esbulho feito aos nossos correligionários do direito ao voto. S. exc. sente que seu radicalismo é visto com maus olhos por todo o Estado, mesmo assim quer ganhar *quand même* as eleições, e por isso vai cometendo toda a sorte de arbitrariedades. Faça-o, que registraremos os fatos da velha politicagem, renovada por aqueles que antes de 15 de novembro pregavam a regeneração dos costumes, e hoje se aviltam, renegando o seu passado, e agindo mais torpemente do que os corruptos de outras eras<sup>644</sup>.

As notas vindas de Bragança também pretendiam demonstrar que não eram nada animadoras para os democratas locais. Em uma delas, intitulada “Perseguições em Bragança”, que tem como fonte o jornal “Cidadão”, órgão tido como neutro, além de cartas particulares, que informavam sobre “[...] os tristes acontecimentos d’esta comarca”<sup>645</sup>. A partir dela pretendia-se aduzir ao governador acerca das arbitrariedades praticadas pelo republicano

---

<sup>642</sup> O Democrata, 23/08/1890, p. 1. Dentre os muitos casos de transferências que ganharam as páginas do Democratas estava a de João Baptista de Mello, que há mais de 15 anos era funcionário da Alfândega<sup>642</sup>. Mello foi transferido de Belém para Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Provavelmente a relevância desse caso consistiu na comparação, feita entre esse tipo de atitude praticada no regime monárquico contra Lauro Sodré. Na nota consta a máxima “recordar é viver”, a partir dela os democratas aproveitaram para rememorar o final do Império, quando o oficial do Exército Lauro Sodré, após promover críticas à Monarquia, foi enviado para o Rio de Janeiro por ordem do governo. Na ocasião, segundo os democratas, “[...] os republicanos históricos acusaram o governo de perseguição e abuso, entretanto agora usam a mesma tática”.

<sup>643</sup> Nota que corrobora com as informações contidas no bilhete trocado entre o diretório democrata e um dos seus correspondentes em Marapanim, e que foram interceptados por ocasião da estadia de Chermont a esta vila.

<sup>644</sup> O Democrata, 24/04/1890, p. 2.

<sup>645</sup> O Democrata, 26/02/1890.

histórico e antigo liberal, Aureliano Coelho, que então ocupava os cargos de intendente, juiz municipal, e por vezes fazia relatórios policiais, mesmo a acumulação de cargos sendo indevida, por serem cargos remunerados. Essa gana de acumular cargos residia, segundo a denúncia, no fato de ele não querer se privar dos proventos, e ao mesmo tempo da maior autoridade que a acumulação lhe dava. Algo que possibilitava agir contra os seus adversários políticos, fato que remonta a períodos anteriores ao advento da República.

Senhor de tanta autoridade, Coelho foi acusado de exercer pressão e violência contra pacíficos cidadãos, demitir empregados honestos e mover processos contra desafetos. Tais ações pretendiam revelar que: “O ódio, a vingança e as perseguições são elementos da vida política daquele homem, que, investido, dos poderes governamentais, entende que pode pôr em prática toda a sorte de desatinos”<sup>646</sup>. Como de praxe, em tom insistente, pedia-se ao governador do estado que lançasse suas vistas para Bragança, de modo a evitar que tão pacífica comarca continuasse sendo anarquizada por um homem a quem não deviam confiar cargos importantes, porque tinha um gênio arbitrário, e também movido por paixões políticas.

Entre os cidadãos perseguidos figuravam alguns membros da elite política bragantina, destacando-se: Francisco Pinheiro Junior, irmão do dr. Antonio Francisco Pinheiro e do coronel José Caetano Pinheiro, além de Francisco Andrade Pinheiro<sup>647</sup>, irmão do tenente-coronel Cezar Pinheiro; e o cunhado deste, Constantino Augusto Cezar, secretário da intendência. As perseguições a esses cidadãos de Bragança, em muito se deviam ao fato de nesse momento ainda não serem “[...] políticos declarados, [...]”, pois aguardavam a descriminação dos partidos políticos, para integrá-los sem receio de maiores complicações, e nessa linha poder usufruir dos benefícios<sup>648</sup>.

As perseguições aos não alinhados com a política do Governo Provisório no Pará, não era uma prática exclusiva do Salgado, pelo contrário, alguns fatos dessa região foram inclusive entrelaçados em matérias sobre casos análogos em outras regiões. A imprensa democrata, por exemplo, ainda no primeiro trimestre de 1890, divulgou notícias acerca de

---

<sup>646</sup> Idem.

<sup>647</sup> Ibidem. Em nota, a parte comenta que Francisco de Andrade Pinheiro foi demitido do cargo de procurador do Conselho Municipal de Bragança. Sua demissão foi proposta pelo próprio Coelho, e contou com o apoio de mais cinco integrantes do Conselho. Em seu lugar foi nomeado João Antonio de Souza. A nota finda com a seguinte frase: “Sim, senhor!... o futuro nos dirá mais alguma coisa.

<sup>648</sup> Se esse quadro de incertezas acerca de qual dos dois partidos aderir existiu, ao que parece, não durou por muito tempo em Bragança. Os ânimos aparentemente serenaram, ao menos entre o grupo de Coelho e do coronel José C. Pinheiro, tanto que este é um dos anfitriões que recepcionaram o governador do estado por ocasião do seu desembarque em Bragança, o que reforça o caráter adesista da viagem de Justo Chermont ao Salgado.

perseguições sofridas pelos seus adeptos na paróquia de “Juruty”, na região do Baixo Amazonas. O motivo das perseguições infligidas pelos governistas, segundo constava, devia-se à incessante busca de novos adeptos para a política situacionista, de modo a formar um único partido político para disputar as eleições<sup>649</sup>.

A nota menciona que as notícias sobre o que ocorria no interior do estado eram realmente revoltantes. As cenas de perseguições cometidas em Juruty, atribuídas aos audazes delegados encarregados de formar o partido republicano radical, já tinham sido divulgadas e anunciadas, inclusive as alusivas às perseguições vivenciadas em Bragança e Breves, que também tinham origem nos depoimentos escritos em missivas. Estas sim eram assinadas, porém os nomes dos autores interioranos não eram divulgados. A omissão dos nomes visava coibir as frequentes perseguições, porém suscitava a desconfiança da imprensa governista, que as tinha como falsas ou como embustes sensacionalistas.

Em um dos trechos, que deve ser entendido não somente no que concerne a Juruty, mas sim a um contexto geral, mencionava que: “eles oprimem, ameaçam e quando nós, defendendo a liberdade dos cidadãos, reclamamos; ainda pedem que citemos os nomes dos que se queixam a nós, como se fôssemos ingênuos até o ponto de indicar aos perseguidores os pobres que seriam mais perseguidos ainda<sup>650</sup>”.

Entre os perseguidores citados nas cartas vindas de Juruty estava um homem chamado Dário Souza, que pretendia por todos os meios e à custa de todas as ameaças e violências acabar com o PRD. Souza era acusado de ter convocado, em nome do governo, todos os cidadãos que ali haviam se alistado no PRD, e lhes apresentar o dilema “Ou Crê ou Morre!”. Nesse tom coercitivo, dizia o delegado: “Quem não me acompanhar [...] será preso e deportado, deixando a família e irá para onde o governo o quiser. Quem resistir será fuzilado, porque o Partido Republicano Democrático é ANARQUISTA, QUER FAZER VOLTAR A MONARQUIA.<sup>651</sup>” Tal imposição feita pelo delegado obrigava os democratas a fazerem juramentos incríveis! Diante desta “cena”, surgiu a pergunta: “Que providências tomar?”.

---

<sup>649</sup> O Democrata, 04/03/1890, p. 1. A nota de primeira página, tendo por cabeçalho em letras chamativas: “Paróquia de Juruty – como se faz política no interior – Adesões Forçadas – Ameaças aos Democratas – Boatos Falsos de Restauração Monárquica”, assim como a nota sobre Bragança, acima mencionada, tem sua origem ou fonte de notícias em cartas enviadas por correligionários seus, nas quais eram mencionadas as perseguições sofridas por eles ou por outros membros do partido. Daí um dos possíveis motivos pelo qual a mesma não tenha sido assinada nem mesmo com um pseudônimo, como era comum nas notas oriundas do interior.

<sup>650</sup> Idem.

<sup>651</sup> Ibidem.

A resposta seria apenas a de denunciar estes e outros fatos, mas sem esperança de ver os praticantes punidos. Portanto, o governador já não era mais visto como hábil em solucionar ou, no caso, abolir as perseguições praticadas pelos seus correligionários.

Como forma de demonstrar a veracidade das denúncias, mencionava-se que as cartas que embasavam as matérias poderiam ser encontradas nas casas dos honrados comerciantes da praça de Belém, senhores Ferreira de Carvalho & Cia, pois estavam em poder do distinto cidadão João Barreto. Em seu derradeiro parágrafo, aproveitava a ocasião para conclamar os amigos que não se intimidassem diante das ameaças. Pedia igualmente que, caso ocorressem novas arbitrariedades a redação fosse avisada “[...] com urgência e detalhamento o que se for passado em todas as localidades, a fim de tornarmos públicos os atos da revoltante perseguição com que se procura organizar o partido radical”.

Quando mais se aproximava o pleito eleitoral de setembro 1890, mais as notas mencionando as cabalas eleitorais atribuídas aos agentes do PRP se avolumavam. Aquelas contendo relatos de perseguições por ocasião dos alistamentos foram constantes. No editorial de 6 de maio de 1890, cujo título era “Alistamento Eleitoral”, a folha democrática mencionou que as notícias recebidas na redação do jornal, acerca da forma como estava se processando o alistamento eleitoral nos interiores confirmavam as previsões. Avaliavam quais os tipos de violência que o governo seria capaz de cometer à época da eleição para a Constituinte Nacional. A maior delas, supostamente praticada pelos agentes do governo, seria negar ao cidadão o sagrado direito de votar, presente em todos os regimes políticos.

Citava que as comissões eleitorais distritais formadas principalmente por governistas não se recusavam em proceder ao alistamento de todos os candidatos, desde que se declarassem radicais. Em suma, muitos dos alistados não reuniam as condições exigidas pelo regulamento eleitoral em voga. Porém, a nota fazia questão de frisar que se houvesse algum cidadão cujas opiniões fossem suspeitas, por exemplo, os adeptos do PRD, surgiriam dificuldades e exigências de toda a ordem. Revelando as inquietações, aludia-se:

Longe das vistas de uma população inteligente como a da capital, longe da ação do governo, a quem as vítimas da prepotência poderiam recorrer em desagravo aos seus direitos, os comissários alistados não hesitam em declarar sem reboço, com o maior cinismo, que só alistam amigos, e nesta conformidade tem procedido, o que tem causado exacerbação dos ânimos, sendo para reear sérios conflitos<sup>652</sup>.

Faltando três dias para findar o alistamento, cujo prazo era 20 de maio de 1890, os democratas protestavam insistentemente contra vários pontos da reforma eleitoral. Para eles, o

---

<sup>652</sup> O Democrata, 06/05/1890, p. 1.

decreto de alistamento eleitoral era a “pedra de toque da má fé” com que o governo pretendeu fazer a consulta à nação, acerca da aceitação ou não do regime republicano como regime de governo para o Brasil, sobretudo a respeito do poder de execução de que foram dotadas as comissões eleitorais distritais e mais precisamente acerca do poder discricionário de alistar a quem lhe aprouvesse. Esse arbítrio, alegava-se, foi posto em prática com tanto desembaraço que lhe rendeu notoriedade em toda parte. Analfabetos, menores de vinte e um anos e indivíduos que ainda não possuíam seis meses de residência no distrito ou paróquia eram alistados sem obstáculos, desde que “[...] jurassem bandeira no partido do governo”<sup>653</sup>.

Como material comprobatório acerca das “cabalas” praticadas pelas mesas das comissões distritais, comuns aos olhos da população, e cujo maior gozo em não alistar os democratas consistia em “[...] dar aras de sua dedicação ao republicanismo do governo [...]”<sup>654</sup>, mencionavam diversos atropelos. Na paróquia da Sé, em Belém, os eleitores de Caraparú e Benevides não estavam sendo alistados sob a alegação de que havia dúvida entre os membros da comissão se estes pertenciam à referida paróquia. Para resolver a pendência, consultaram o Governador, mas nada adiantou, pois a questão não foi resolvida antes de 20 de maio, data limite para alistamento. No interior, as dificuldades eram semelhantes.

Os agentes governistas e os representantes do PRP também eram denunciados por promoverem o confisco de títulos dos eleitores que se identificavam com os democratas. As notas em tom de denúncia vinham de vários municípios do interior do Pará. Por exemplo, uma vinda de Bujarú, mencionava que em 11 de setembro, quatro dias antes da eleição para o Congresso Nacional, o líder democrata, dr. Henrique Santa Rosa, teve confiscado títulos de eleitores dessa localidade, que estavam em seu poder. Já os reclames vindos de São Caetano derivavam da atitude da comissão, que não alistou alguns democratas sob a alegação de que já havia sido feito o alistamento nos quarteirões dos cidadãos nos prazos estabelecidos. Porém, tencionando revelar a pujança do PRD tanto na capital quanto nos interiores, acenava: “Estes e outros atos, que não temos querido denunciar revelam a fraqueza do governo, que lança mão de manejos tão indecentes para conseguir a maioria no Estado, onde o partido radical representa uma insignificante minoria”<sup>655</sup>.

---

<sup>653</sup> O Democrata, 17/05/1890, p. 1.

<sup>654</sup> Idem.

<sup>655</sup> Ibidem. Em Barcarena, região das ilhas próximas a Belém, entre as denúncias incluíram-se as de que as mesas não receberam tanto os requerimentos verbais, como os escritos, ainda que se apresentassem os documentos comprobatórios emitidos por autoridade competente.

Cabe lembrar que as matérias acusativas de fraudes nos processos eleitorais não foram vistas somente no Pará, mas igualmente em todo o processo eleitoral que vigorou no início da República no Brasil. Através do decreto n. 211, o Governo Provisório estabeleceu o regulamento do primeiro Congresso Nacional. Segundo Marcos Villa (1997), tal documento escrito por Cesário Alvim despertou as críticas da oposição, por favorecer os situacionistas “[...] permitindo que o novo governo republicano tivesse o controle da Assembleia Constituinte” (VILLA, 1997, p. 37).

Os discursos das forças de oposição em todo o Brasil foram intensos, devido às questões referentes à condução do processo eleitoral estabelecido pelo regulamento Alvim, que abria frestas para a prática de fraudes eleitorais, sobretudo por parte dos governadores dos estados. O regulamento acabava por subordinar o processo eleitoral ao poder instituído, partindo do nível municipal e da responsabilidade dos intendentess que naquele momento específico – início de um regime político estabelecido a partir de um golpe de Estado militar – eram nomeados pelo governador, que por sua vez era nomeado pelo presidente da República, que era o responsável pelo processo eleitoral, mesmo em caráter provisório. Considerando as instâncias político-administrativas, as decisões sobre esse processo partiam sempre do executivo, tornando possíveis as fraudes a favor dos donos do poder (LESSA, 2001, p. 26).

As acusações suscitaram, de imediato, respostas por parte dos governistas. Ao responder as acusações dos democratas acerca do Decreto 511, de 23 de junho de 1890, o PRP defendia que o documento em nada facilitou a fraude eleitoral. Pelo contrário, “[...] simplificou o trabalho de eliminar os meios de fiscalização [...]”<sup>656</sup> e ainda o livro de assinaturas sendo escriturado “[...] perante a mesa e na presença de todo o eleitorado [...]”<sup>657</sup> não permitiria que algo fosse acrescentado após o ato eleitoral, uma vez que após a última assinatura a mesa produziria um termo de encerramento. Nesse caso, “A publicação do edital tornava a fraude dificultosa, pois o eleitorado conhecia o número de votos entrados na urna antes mesmo da assinatura da ata; e se não bastassem essas solenidades, a lei permitia que todos os eleitores que quisessem poderiam assinar a ata dos trabalhos [...]”<sup>658</sup>.

Como forma de levar ao conhecimento dos leitores, e principalmente de seus eleitores, os fatos sucedidos em outros estados, o noticioso democrático deu destaque ao movimento denominado “Sucessos da Bahia”, Matéria que narra a deposição do governador baiano

---

<sup>656</sup> A República, 26/10/1890, p. 1.

<sup>657</sup> Idem.

<sup>658</sup> Ibidem.



Manoel Vitorino Pereira. Os fatos foram divulgados por folhas noticiosas de outros estados, como o “Paiz”, do Rio de Janeiro e o “Diário de Pernambuco”, de Recife, indicando a provável censura aos jornais baianos, suspensos por determinação do governo estadual.

Relatava-se que a mando dos democratas baianos<sup>659</sup> foi espalhado nas ruas e também afixado em lugares públicos de Salvador um libelo conclamando o povo baiano a se reunir em protesto. O mesmo iniciava dando vivas: Viva o Povo! Viva a nação brasileira! Viva a República federal e democrática! Viva o chefe do poder executivo, o bravo marechal Deodoro! Viva o Exército e a Armada Nacional!<sup>660</sup>. De imediato, havia alguns trechos previamente selecionados, chamando a atenção dos baianos no sentido de que o direito à reunião e à representação, isto é, de ser representado e representar por meio do sufrágio, era um direito sagrado em todos os tempos e em todos os regimes. A nota original de convocação, datada de 26 de abril de 1890, sofreu acréscimos. No suplemento, mencionavam que após a reunião na Praça do Palácio, os presentes deveriam ir em massa cumprimentar e felicitar o general Hermes Ernesto da Fonseca pela sua promoção ao último posto do Exército, o de marechal.

Ao saber dos planos dos democratas baianos, o governador convocou as forças que julgava sob seu comando, no sentido de tomar medidas que evitassem as manifestações anunciadas. Porém, todos os comandantes presentes se recusaram a impedir a manifestação, isso porque “[...] não podiam tirar do povo o direito de reunião, tanto mais quando se tratava de uma manifestação pacífica.<sup>661</sup>”. A recusa continuou mesmo depois que o chefe de segurança se reuniu com os comandantes, sendo que, ao final, o próprio chefe de segurança aderiu ao movimento.

A nota mencionava que, diante desta situação, nada mais poderia fazer no sentido de permanecer à frente do governo baiano, mesmo que a manifestação se declarasse pacífica, poderia desencadear maiores confrontos, Manoel Vitorino telegrafou para o Rio de Janeiro

---

<sup>659</sup> O Democrata, 21/02/1890, p. 2. Tendo por título chamativo “Novos Partidos”, e subtítulo em letras menores o Partido democrata da Bahia, a folha jornalística dos democratas paraenses, em extensa nota, assim comentava sobre a criação de uma ramificação do seu partido nesse estado do nordeste: Não é só no Pará que se tem organizado o Partido Republicano Democrático. O Diário dá-nos notícias, que bem mostram como se vai organizando naquele Estado o popular partido a quem temos a honra de pertencer. [...] Que boas risadas não dá o publico... Contra as pequeninas e acanhadas vistas d ‘ A República, protestam os fatos. Tanto no Rio Grande do Sul, como no Rio de Janeiro e em outros estados, e agora na Bahia, tem-se organizado em bases verdadeiramente populares o Partido Democrata. A nota em questão como bem salientou o segundo paragrafo da nota, nada mais era que uma resposta dada aos republicanos radicais acerca das criticas que estes fizeram contra a constituição do PRD paraense. Possivelmente uma forma de evidenciar que o grupo reunido na oposição não abriria mão de sua existência como bem foi aventado na reunião que pleiteou, sem sucesso, a união entre os Democratas e Radicais.

<sup>660</sup> O Democrata, 17/05/1890, p. 1.

<sup>661</sup> Ibidem.

pedindo demissão do cargo. Em seguida Hermes da Fonseca foi convocado para assumir o cargo, o que recusou de imediato, mas não persistiu por muito tempo. Ainda no final do dia 27, Hermes da Fonseca, o mesmo que havia conclamado presidente do Pará Silvino Cavalcante a tomar oposição ao golpe de Estado de 15 de novembro, recebe um telegrama pelo qual foi nomeando governador da Bahia, o que dessa vez foi aceito. Sua entrada no Palácio do Municipal ocorreu às onze horas da noite, para prestar juramento perante o intendente, autoridade que lhe deu posse do cargo, em meio a uma grande manifestação.

Logo, toda essa cena em torno da figura do sobrinho do marechal Deodoro não era em vão. E, como tal, deveria ser propagada pelo país afora, o que foi feito pelos repórteres de vários jornais que estavam na capital baiana por ocasião dos “Sucessos da Bahia”. Mas, por que divulgar tal matéria, se ela nada tem a ver diretamente com os conflitos passados na capital paraense, e mais precisamente nas localidades interioranas?

Analisando os discursos presentes na imprensa paraense no final do século XIX e início do XX, mais precisamente a matéria veiculada no “O Democrata” sobre os “sucessos” ocorridos na Bahia, pode-se inferir que era mais um resultado de alianças e desavenças entre os grupos, do que somente posicionamentos ideológicos. Isso significa que os discursos serviam notadamente como armas retóricas utilizadas para orientar os enfrentamentos entre as elites litigantes pelo controle do poder. Logo, veicular nota acerca de fatos ocorridos em outros estados do Brasil, sobretudo quando estes alcançavam o objetivo pretendido, no caso a deposição do governador da Bahia por forças que lhe eram contrárias, ambicionava-se incentivar os militantes democráticos paraenses a se manter firmes em suas posições, mesmo diante dos atropelos provocados pelos agentes governistas, que eram mais evidentes no decorrer do processo eleitoral.

Vale lembrar que as folhas jornalísticas eram os principais veículos de comunicação, pois atingiam não somente as grandes cidades, mas também os interiores dos quais eram veiculadas notas contra e favor tanto do governo quanto da oposição, ou seja, havia uma troca de informações entre os vários espaços, como expressam as notas que tratavam dos “sucessos” ocorridos em Vigia, Bragança, Cintra, Juruty e tantas outras localidades do interior. Essas notas, apesar de se referirem a lugares distintos, por vezes geograficamente distantes, eram publicadas lado a lado, de modo que o leitor pudesse compará-las e dimensionar o campo de atuação do seu respectivo partido. Vencer o jogo político por meio dos jornais se tornava mais importante do que ser somente jornalista naquele momento.

Ainda que animados com os resultados obtidos pelos democratas baianos, que como intuía a nota, contaram com o apoio do presidente, os democratas do Pará não ficaram

satisfeitos com os pareceres obtidos nos alistamentos eleitorais, visto que pouco lhes favoreceram. Uma nota vinda de São Caetano, com o título “Como se compromete um regime”, comentou que uma das maiores censuras feitas à antiga lei eleitoral, pelo sistema direto, era a de que se havia restringido drasticamente a liberdade do voto com a exigência da renda<sup>662</sup>, restrição que teoricamente passou ser ilegal no sistema eleitoral vigente. Advogava-se que a lei tratou de ampliar o mesmo direito, determinando que para ser eleitor bastava saber ler e escrever e ser maior de 21 anos, como foi repassado para as comissões distritais e paroquiais (MATTOS, 2012, p. 93)<sup>663</sup>. Mas, estas trataram de privar desse: “[...] sagrado direito a um avultado número de cidadãos, excluindo-os dos respectivos alistamentos sob os mais fúteis pretextos”<sup>664</sup>.

Na mesma nota as queixas contra a não inclusão de nomes nos alistamentos provinha de todos os pontos do estado. Somente na paróquia de São Caetano de Odiveias foram desatendidos 91 cidadãos que requereram seus alistamentos à respectiva comissão distrital, porém, a comissão municipal da Vigia, responsável pelo termo odivelense, mandou apenas validar a inscrição de 25 eleitores. Na paróquia da de Vigia, frisava-se que poucos cidadãos foram atendidos, e mesmo alguns dos antigos eleitores foram indevidamente excluídos.

“O Democrata” aludiu que no populoso primeiro distrito da Vigia, onde os governistas não se julgavam fortes, o número de qualificados não pode exceder a 185, e para chegar a esse montante foram incluídos nas listas menores e eleitores de outros distritos e municípios<sup>665</sup>. Tal situação, segundo a denúncia, ocorreu num regime que deveria ser de plena liberdade, e num

---

<sup>662</sup> Botelho e Reis (2008, p. 289-290) referem-se à “Lei Saraiva” ou “Lei Eleitoral de 9 de janeiro de 1881” ou ainda “Lei do Censo”, promulgada durante o segundo Império, aplicada pela primeira vez nas eleições gerais para a 18ª legislatura, de 31 de outubro de 1881. Introduziu o voto direto proposto pelos liberais, mas proibia o voto do analfabeto e elevava o censo eleitoral, minuciosamente controlado segundo as ideias dos conservadores mais radicais. Introduziu os títulos eleitorais. Em 1882, a idade mínima exigida para os eleitores foi reduzida de 25 para 21 anos. Com a introdução de uma renda mínima para ser votante, a Lei Saraiva reduziu o número de votantes de 1.114.066 para 145.296, o que representava cerca de 1% da população do Império.

<sup>663</sup> Segundo Mattos (2012, p. 93), o regulamento de Alvim, assim como posteriormente a Primeira Constituição Republicana, excluiu o voto censitário, mas manteve a exigência da alfabetização para a cidadania política. Em comparação com a Lei Saraiva, elevou essa proporção para não mais que 2% no momento inicial, e jamais ultrapassou os 5% durante a vigência da Constituição de 1891. Considerando que o direito de voto é o mais importante dos direitos políticos, não é difícil concluir que a República significou pouco em termos de ampliação da participação popular. Ao concluir seu estudo sobre a participação política na cidade do Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho (2008) observa: Nossa República, passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo. Consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do processo oligárquico (CARVALHO, 2008, p. 161).

<sup>664</sup> O Democrata, 11/06/1890, p. 1.

<sup>665</sup> O Democrata, 26/06/1890, p. 1. Alude que entre os eleitores inscritos no alistamento eleitoral realizado na capital houve a inclusão de nomes de eleitores de outras localidades, como um tal José Firmino de Athayde. Segundo os democratas, tal inclusão objetivava favorecer os governistas na contagem dos votos.

momento em que a opinião nacional precisava ser amplamente manifestada. Tudo foi procedido exatamente como no tempo da *célebre* lei do terço<sup>666</sup>, para arranjar uma maioria fictícia a favor do governo. Em tom exclamativo, mencionou que os futuros *eleitos* não se envergonhariam de ser portadores de diplomas se não salpicados de sangue, ao menos manchados de muitas trincas e infâmias. Isso porque todo o processo foi realizado por uma junta que se julgava soberba a ponto de infringir a lei, ao reduzir o tempo para os reclames dos eleitores, o que levou a nota a concluir: “É o caso de excluir-se: – Pobre e desventurada República! Ainda tão jovem e já tão prostituída por aqueles mesmos que deveriam ser os primeiros a zelar a tua pureza!”<sup>667</sup>,

Se o governador foi solícito com os pedidos endereçados a ele, no que concerne ao afastamento de certas autoridades policiais das localidades do interior<sup>668</sup>, como foi Deodoro para com os baianos, se ele interferiu em favor dos democratas durante o alistamento eleitoral, o que é quase impossível, nada se pôde apreender, pois as fontes históricas consultadas silenciam. Porém, é certo ele percorreu o estado “em sua catequese eleitoral”, pretendendo verificar a organização dos diretórios do PRP, assim como as mesas que coordenariam o processo eleitoral no pleito para o Congresso Nacional Constituinte.

Entre os “posicionamentos arditos encontrados pelo Governador Assú”, como foi pejorativamente chamado Justo Chermont, estava mais uma vez o do vigiense Manoel Felipe da Costa. Após percorrer vários locais públicos nessa cidade, Chermont encontrou-se com Costa, a quem a folha democrática chama de “nosso amigo”. Dizia esse noticioso que o governador: “[...] procurou informar-se de nosso amigo Manoel Felipe da Costa, Juiz Municipal suplente em exercício, *como ia a qualificação*, ao que ele respondeu com aquela *maciez* que lhe é peculiar: vai indo muito bem para o partido do governo. O que suscitou um leve sorriso do ilustre visitante”<sup>669</sup>. Como se pode perceber, mesmo após certo tempo desde o comunicado feito por Gonçalo Ferreira, Costa ainda se mostrava dúbio, ou melhor, escorregadio em seu posicionamento político, que aos poucos ia ganhando contornos.

---

<sup>666</sup> Lei do Terço foi um projeto de reforma eleitoral apresentado por Rio Branco e aprovado no governo Caxias, em 1875. Propunha a manutenção do voto indireto, sendo que cada eleitor de província votaria nos eleitores de paróquia, que por sua vez votavam em 2/3 dos deputados que o distrito deveria eleger. Assim, o 1/3 restante deveria ficar com a maioria, ou seja, a oposição, o que na prática acabou não se concretizando. Proibiu a eleição de vigários e bispos em suas paróquias e bispados.

<sup>667</sup> O Democrata, 26/06/1890, p. 1.

<sup>668</sup> A partir da leitura das fontes, e ciente do poder coercitivo que as forças policiais possuíam, pode-se afirmar que o afastamento dos delegados contrários aos interesses do governo estava intrinsecamente ligado ao processo eleitoral, isto é, com o alistamento de qualificação.

<sup>669</sup> O Democrata, 18/06/1890, p. 2.

Como aduz a nota, seria Manoel Felipe da Costa realmente um “amigo” dos democratas infiltrados nas fileiras governistas? A nota deve ser vista como um forte indicativo de que ele fazia sim parte do grupo político dos democratas. Como juiz de paz, ou seja, alguém que coordenava diretamente as mesas de alistamento eleitoral, ele era uma peça-chave para que os democratas pudessem conseguir alistar o maior número de eleitores, para fazer frente às pretensões governistas. Cabe lembrar que os democratas em diversos momentos salientaram as dificuldades encontradas ao proceder às suas inscrições nos alistamentos, tanto é que uma das artimanhas usadas para conseguirem o seu intento foi de se passar como “radicais”, o que certamente se tornou mais fácil tendo um aliado como Manoel Felipe nas mesas eleitorais.

Essa artimanha usada pelos democratas, por vezes foi descoberta pelos republicanos radicais. Como salientado no primeiro capítulo, uma delas inclusive se deu em Marapanim, por ocasião da visita de Chermont. Se alguns dos democratas disfarçados de radicais tiveram suas verdadeiras identidades reveladas antes da hora em Marapanim, esse não foi o caso de muitos vigienses, entre os quais estava José Antonio Rodrigues Alves. Este eleitor de Vigia declarou em nota enviada ao articulista democrata Macário, que até 27 de agosto de 1890 tinha passado como republicano radical para assim poder obter seu título de eleitor. E estando de posse dele, manifestou-se francamente democrata. Tal atitude deveu-se ao fato de ele ter reconhecido “[...] há muito que o Partido Republicano Democrático é o único partido capaz de salvar a nossa pátria e o futuro de nossos filhos, ameaçados pelo governo atual das maiores torturas imagináveis”<sup>670</sup>.

A declaração política de Rodrigues Alves na imprensa não passou despercebida aos olhos do intendente e chefe do PRP local, Moura Palha. A nota: “O que pretenderá o sr. Palha?” mencionou que no dia seguinte à publicação de seu documento de adesão, Rodrigues Alves foi informado pelo delegado de polícia que o intendente queria tratar com ele sobre “[...] *negócio de grande importância*.”, o que suscitou a pergunta “O que pretenderá o sr. Palha?”<sup>671</sup>. Indagação que foi respondida de imediato, com a afirmativa de que Moura Palha, sem dúvida, provocaria “[...] aquele moço a responder-lhe com a necessária energia e assim ter um pretexto para persegui-lo”. Por isso mencionou que: “E querem que estejamos calmos e sossegados diante de tantas ciladas!...”<sup>672</sup> Essa declaração feita pelo jornal “O Democrata” foi bem expressiva quanto à tensão que perpassou nos interiores após o alistamento eleitoral,

---

<sup>670</sup> O Democrata, 03/09/1890, p. 1.

<sup>671</sup> O Democrata, 10/09/1890, p. 2.

<sup>672</sup> Idem.

quando muitos “lobos em pele de cordeiro”, isto é, democratas, puderam revelar a sua verdadeira identidade político-partidária. Entre eles, Manoel Felipe da Costa, que por muito tempo titubeou para enfim assumir a sua face democrata.

Após a tempestade vem a bonança, diz o ditado popular. Já no caso dos republicanos e democratas, depois do alistamento veio à eleição para o Congresso Nacional Constituinte da República, e com ela mais e mais protestos mencionado perseguições e fraudes eleitorais. As acusações eram provenientes de ambas as partes. Entretanto, os democratas julgavam que contra si havia se instaurado o regime do terror, principalmente com as deportações, que de fato ocorreram, como havia ameaçado o delegado de Juruty e aplaudido a carta de Vigia.

### **3.1.4 Enfim, o sagrado exercício do voto foi exercido?!: a eleição de 15 de setembro 1890 para o Congresso Nacional Constituinte**

A eleição para o primeiro Congresso Nacional Constituintes da República ainda no mês de agosto, mais do que nunca tomou feição de que iria realmente ocorrer. Porém, nem todos viam com bons olhos esse momento da vida política do país, ao menos no que se referia à real conjuntura em que se realizou. Certamente essa era a visão mais acertada em relação aos democratas. Ainda assim, uma coisa foi certa – as acusações de ambos os lados correram soltas, como rastilho de fogo procurando um barril de pólvora seca para explodir.

Em um de seus primeiros editoriais desse mês, a folha democrática mencionou que os vapores vindos do Sul do país trouxeram notícias de que a opinião pública na capital federal já estava ciente das atitudes do governo para conquistar as urnas e “[...] alcançar uma vitória ainda mais barata do que a de 15 de Novembro”<sup>673</sup>. Os governistas se julgavam fortes, em razão daquele que foi classificado como o mais imoral dos alistamentos que a história política do Brasil havia registrado desde a Independência. As mesas eleitorais unanimemente governistas dispunham de condições para produzir atas falsas, além de outras fraudes praticadas no antigo regime. Lembravam que as chapas governistas foram impostas, e que muitos pretendentes a representantes dos estados não tinham os atributos necessários para ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, salvo algumas exceções<sup>674</sup>.

Essas não foram as primeiras declarações feitas pelo PRD no sentido de desqualificar as candidaturas apresentadas pelo PRP aos seus eleitores. Dias antes, foi mencionado que os radicais, isto é, desde os eleitores até alguns membros mais proeminentes do partido estavam

---

<sup>673</sup> O Democrata, 05/08/1890, p. 1.

<sup>674</sup> O Democrata, 28/08/1890, p. 1.

amofinados com a repulsa à chapa governista, tanto entre os seus amigos mais dedicados quanto ente os eleitores independentes. Constava, por exemplo, que estes últimos, por não estarem presos a laços partidários, poderiam aquilatar com imparcialidade os méritos dos candidatos a Constituinte Nacional<sup>675</sup>.

Entre as candidaturas apontadas como sendo impostas pela cúpula dos radicais, portanto, sem cabimentos aos olhos dos eleitores do Pará, estava a de Benjamim Constant ao Senado Federal pela bancada paraense. É conveniente notar que a afronta não era tida para com os eleitores do PRP em particular, e sim contra todo o eleitorado paraense, desejoso de sair da tutela do Rio de Janeiro. Porém, naquela ocasião, via as amaras serem novamente apertadas<sup>676</sup>. Logo, é interessante citar um suposto telegrama apelidado de “Pulha”, que teria sido enviado por Sodré da Capital Federal, mencionando que a opinião pública carioca havia recebido com aplausos a candidatura do general Constant<sup>677</sup>. O grande contentamento do Rio de Janeiro, mencionavam os democratas, residia no fato de ver que os filhos do Norte deixavam os seus compatriotas nos ostracismo para eleger os filhos do Sul. E lembravam: “A alegria da gente do sul deve medir-se pela mesma grandeza de nossa tristeza. Isso é o que eles querem. [...] só o Pará, só, nenhum outro estado lembrou-se do nome do sr. Constant”<sup>678</sup>.

A candidatura de Constant também ganhou a coluna “Perambulando”, do polêmico articulista Macário. Nela, Constant era apresentado como um filósofo, pensador e mestre de Sodré, e não como um sujeito de traquejos políticos. Ser político e não um filósofo era a ordem mais prática, mais acertada para alguém a quem seria confiada a missão de elaborar uma Constituição<sup>679</sup>. Essas declarações dos democratas acerca da apatia dos paraenses pelos candidatos do PRP, juntamente com a falta de ilustração a eles atribuídas, assim como o modo pelo qual se deu a escolha de seus nomes, como era natural, provocaram reações imediatas.

A folha do PRP advertia: “Engana-se o ‘O Democrata’ quando julga que andamos amofinados pela repulsa que, em seu bom desejo, julga terem sofrido os nossos candidatos da

---

<sup>675</sup> O Democrata, 31/08/1890, p. 1

<sup>676</sup> O Democrata, 06/06/1890, p. 1. É interessante notar o posicionamento adotado nesse processo editorial acerca da importância do Pará na nova conjuntura política, ainda que tal importância não estivesse sendo captada pelos republicanos radicais, que apenas impunham candidatos ao “[...] povo bestificado [...]”. O derradeiro trecho é bastante interessante: “Seja como for, o Pará, não era um burgo pobre, nos últimos tempos da monarquia, mas parece que virá ser com a república, se fizerem parte do Congresso Nacional senadores e deputados que só depois de 15 de novembro, lembraram-se de que podiam vir explorar política na região amazônica, como exploram a borracha os aventureiros ambiciosos”.

<sup>677</sup> O Democrata, 09/08/1890.

<sup>678</sup> Idem.

<sup>679</sup> O Democrata, 11/08/1890, p. 1.

parte da população independente”, diga-se dos eleitores que não estavam alinhados com nenhuma das correntes. Aludiu que os candidatos foram livremente escolhidos no congresso do PRP e, portanto, não teve imposição da cúpula do partido. Lembrava que a única recomendação do diretório ao Congresso do partido foi a de que houvesse quatro candidaturas militares como preito de homenagem aos “heróis de 15 de Novembro”. Ato que seria uma prova de “[...] gratidão do povo paraense aos que, com denodo, trabalharam em prol da causa republicana. [...] Se são repelidos pela parte independente da população, como afirma ‘O Democrata’, as urnas dirão.<sup>680</sup>” Mesmo diante deste quadro que eliminou quase por completo as expectativas de vitória sobre os republicanos radicais, sobretudo devido às fraudes possivelmente praticadas, os democratas mostraram-se confiantes em sua tarefa de ao menos defender e alertar os eleitores contra as artimanhas do governo.

Alegando a defesa dos interesses políticos de seus eleitores, “O Democrata” publicou uma nota que tomou a primeira página quase toda. Nela foram elencados dez pontos que deveriam orientá-los quanto ao regulamento eleitoral. Segundo a nota, esse código, apesar de ser um amontoado de dispositivos visivelmente escandalosos, necessitou que alguns de seus pontos fossem bem mais elucidados, principalmente para os correligionários do interior, de modo que eles, mesmo em lugares distantes, pudessem ser fiscais fiéis da observação da lei, não consentindo, de forma alguma, custasse o que custasse, que ela fosse violada. Entre os pontos citados estava que os eleitores podiam e deviam inspecionar e fiscalizar com todo cuidado os trabalhos das mesas eleitorais. Acerca desse ponto, frisava que a lei não admitia dúvidas<sup>681</sup>. Observações e alertas que de pouco ou nada valeram em muitas secções, isso porque, como observa o editorial coevo à nota, por toda parte a opinião pública falou contra o regulamento eleitoral e se mostrou apreensiva com o resultado do pleito, em que o governo era o senhor absoluto do alistamento e árbitro da eleição<sup>682</sup>.

Notícias acerca das repressões sofridas pelos eleitores democratas continuaram, porém, ao que parece, novamente eles se mostravam confiantes, desta vez se não com o resultado das urnas, o que era pouco provável, com as possíveis reações violentas após a eleição. Uma nota assinada por líderes do PRD, inclusive Veiga Cabral, mencionava que os governistas estavam com medo que “o povo se desbestificasse” e procurasse pedir satisfações àqueles que “desgovernaram” o Pará. Acerca da atuação desses democratas e das prováveis repressões que

---

<sup>680</sup> A República, 01/08/1890, p. 1

<sup>681</sup> O Democrata, 28/08/1890, p. 1.

<sup>682</sup> Idem.



poderiam sofrer, lembrava que o governo poderia usar do meio que quisesse para suprimi-los – a deportação ou a morte – que as respostas não tardariam. Concluía advertindo os governistas, sobretudo os supostos mentores das ameaças, o governador Justo Chermont e o vice Paes de Carvalho: “Um governo republicano que serve-se de ameaças, receoso de uma justa repressão popular é indigno do respeito público. Cresçam e apareçam”<sup>683</sup>.

Nos dias que antecederam a data das eleições, o que cresceu foi a repressão por parte dos agentes governistas, sobretudo as deportações. Com o pretexto de garantir a ordem pública, o governo decretou a deportação para fora do estado daqueles indivíduos classificados como “vagabundos, desordeiros e larápios”, uma vez que eles eram nocivos ao momento eleitoral. O que, na interpretação dos democratas, não passava de uma desculpa tosca, uma vez que os deportados para o Amapá eram pessoas trabalhadoras e, portanto, úteis para a sociedade, que o governo teimava em oprimir.

Como forma de se defender das acusações de perseguições que lhe eram impostas por meio da folha democrática, usando as páginas do “A República” o governo argumentou que os verdadeiros e maiores responsáveis por desencadear esse quadro de tensão eram os próprios democratas. O jornal governista mencionou que aqueles patrocinavam as ações que levavam à “perturbação da ordem pública”, apoiando homens que não eram comprometidos com o interesse do estado e da República. Para o governo, os detidos não passavam de:

Turbas ígnatas, não são os cidadãos das classes desfavorecidas da fortuna, os homens do trabalho, que ganham o pão da subsistência com o suor do seu rosto, não; turbas ígnatas são esses capangas, esses vagabundos, essas maltas de desordeiros compostas por saracuras, pés de bixos, periquitos, mão de sêdas, dentes de ouro, que lançou mão o partido democrático para levar o terror e o alarma ao seio da família paraense<sup>684</sup>.

Tal postura dos democratas, segundo os integrantes do PRP, justificava o interesse dos políticos do PRD em defender os que eram os verdadeiros “vagabundos presos e enviados pela polícia para Macapá”, com os quais contava a oposição. Portanto, se existia problema de ordem social, eram os democratas os principais responsáveis, e o governo só cumpria seu dever de zelar pela ordem pública, garantindo a tranquilidade de todos os cidadãos, tanto que a polícia apenas lançava mão “[...] dessa canalha, para desinfetar a cidade [...]”<sup>685</sup>.

Várias foram as acusações de que o governo estaria promovendo deportações de eleitores do PRD. Em nota acerca das deportações e prisões, o “O Democrata” fez analogia

---

<sup>683</sup> O Democrata, 31/08/1890, p. 1.

<sup>684</sup> A República, 12/09/1890, p. 1.

<sup>685</sup> Idem.

entre o governador paraense e o primeiro ministro português, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal. No texto, criticavam-se as prisões e deportações promovidas por ordem de Justo Chermont, sob a justificativa de punir os vagabundos. Os redatores recorriam à memória das práticas do Marquês de Pombal. Porém, alagavam que Pombal “[...] mandava proceder a um rigoroso inquérito para que não viesse a sofrer as penas impostas à ociosidade, os que tivessem sido injustamente presos [...]”<sup>686</sup>

Em 11 de setembro, os democratas mencionaram que haviam seguido nos porões do cruzador “Caçador”, como deportados, 36 homens com destino à Fortaleza de São José de Macapá<sup>687</sup>. A partir desse episódio, a história da vida política do Pará era novamente entrelaçada com o momento vivido. Rememorou-se o episódio do “Brigue Palhaço”, ocorrido no início do Império, quando o mercenário inglês John Greenfell, comandante das tropas enviadas por D. Pedro I para integrar a Capitania do Gram-Pará ao Império Brasileiro, aprisionou 254 homens no porão do Brigue, e ali despejou cal virgem, de maneira que no dia seguinte restava apenas um sobrevivente, o que comoveu e causou profunda insatisfação no povo paraense (COELHO, 2002, p. 218-119). Fato que para muitos historiadores foi um dos que contribuíram para o movimento cabano. Ao comparar o “Caçador” como o Brigue “Palhaço”, parecia antever o seu destino, por ocasião de sua passagem pela baía de Marapanim após os desdobramentos de 11 de junho, quando o democrata Germano Goulart morreu em sua carvoeira.

Na primeira vez que os brasileiros, e mais precisamente os paraenses voltaram às urnas depois do golpe de Estado de 1889, confirmaram-se as expectativas, ou seja, a vitória dos membros do PRP sobre o PRD. Ao divulgar os resultados das diversas secções eleitorais, não só da capital com também do interior, a coluna “Boletim Eleitoral – eleições de 15 de setembro” mencionou que a grande vitória laureou os esforços do partido republicano. Fez-se questão de estampar que a enorme maioria do eleitorado havia sufragado a chapa do PRD, deixando em plano muito inferior os seus adversários. Este resultado favorável teria sido conseguido sem alteração da tranquilidade pública, “reinou por toda a parte a ordem”. Tal cenário, aparentemente sem conflitos, era uma prova de que: “Toda a população regozijava-se satisfeita com o triunfo obtido pelos candidatos do partido republicano, que são os verdadeiros representantes dos seus legítimos interesses”<sup>688</sup>.

---

<sup>686</sup> O Democrata, 14/08/1890, p. 1.

<sup>687</sup> O Democrata, 11/09/1890, p. 1.

<sup>688</sup> A República, 17/09/1890, p. 2.

Como uma forma de dar ciência ao seu eleitor do resultado obtido, assim como de demonstrar aos adversários a sua derrota, logo a seguir, foram expostas as listas com os nomes dos candidatos de ambos os partidos, tendo ao lado o número de votos obtidos individualmente por local de votação. Resultado que seria mais bem visualizado com a tabela contendo o resultado parcial, já obtido em todas as secções divulgadas, posta também ao lado.

Os representantes do PRP saíram vitoriosos nas eleições, o que pode ser entendido, tomando como base as afirmativas de Raymundo Faoro (1975), de que em todos os estados da federação a vitória eleitoral foi dos republicanos, pois eram os que contavam com o apoio dos governadores (FAORO, 1975, p. 624). Porém, ao contrário do que propagava a folha governista, os democratas mencionavam que houve fraudes em diversas localidades do interior. Na coluna “Eleições no interior”, afirmavam que houve fraude em Curuçá, pois o resultado divulgado pelo órgão governista não competia com a verdade, uma vez que os democratas haviam conseguido 15 votos além dos seus adversários. Mencionava ainda que em Santarém-Novo, pertencente à comarca de Cintra, “Todas as violências se fizeram”. Em Campina Secca<sup>689</sup>, pertencente ao município de Marapanim, o resultado confirmava o que já havia sido mencionado há dias, isto é, que nessa localidade teriam esplêndida vitória<sup>690</sup>.

As cenas relatadas pelos democratas acerca do processo eleitoral de Quatipuru, pertencente à comarca de Bragança, não diferia das passadas em Santarém-Novo. Lembravam que nessa localidade as eleições ocorreram de modo nunca visto. Ameaças, violência, prisões e toda sorte de escândalos foram as armas usadas pelos situacionistas. Um grupo de soldados invadiu o recinto onde funcionava a mesa eleitoral, e de baioneta calada procuraram impedir a livre manifestação do voto popular. A fiscalização não foi feita com deveria, uma vez que o presidente da seção mandava apontar as ditas armas para os democratas que se aproximavam da porta de entrada. Desse modo: “Fizeram, portanto os radicais o que bem lhes pareceu fazer”. Lembravam que não houve maiores traumas devido ao fato de que parte dos democratas se absteve, prevendo essa situação. Denotando que, caso esses procedimentos tenham sido verdadeiros, isto é, as perseguições e abstenções, o direito de voto não foi exercido pelos eleitores democratas.<sup>691</sup>

---

<sup>689</sup> O Democrata, 31/07/1890, p. 1. Provavelmente foi tentando minuar a força política da oposição que o governo criou nessa última localidade o 2º distrito de paz, o que lhe garantiu proceder a uma eleição. Esse distrito limitava-se pelo lado esquerdo como Igarapé “Xavier” e pelo lado direito com o Rio “Fugido”.

<sup>690</sup> O Democrata, 27/09/1890, p. 1.

<sup>691</sup> O Democrata, 14/10/1890, p. 1.

O resultado positivo de 73 de votos que o intendente Leandro Pinheiro enviou por telegrama ao governador, mencionando a vitória do PRP em Quatipuru<sup>692</sup>, também foi contestado na nota. Mencionavam que o cenário político de Quatipuru era todo democrático, mas os agentes do governo, para obterem boa qualificação, foram buscar no distrito de Japerica 50 meninos, aos quais foram conferidos títulos de eleitor. Esses, “pequenos eleitores” vieram no dia da eleição para sufragar, porém tiveram que ficar escondidos no Paço Municipal até às nove horas da manhã, quando saíram em companhia do próprio intendente. Com esses 50 votos, somados à suposta abstenção, segundo os democratas, os radicais obtiveram 60 votos, contra 20 dos democratas. Depois de ter encerrado oficialmente os trabalhos, este número sofreu mudanças, ficando os radicais com 73 votos, contra 10 dos democratas. Terminava mencionado: “Foi assim que o governo provisório fez aqui a sua estreia política”<sup>693</sup>.

Ao contrário dessas notas e de tantas outras publicadas pelos democratas, nas quais acusavam o governo de se utilizar de meios ilícitos para conseguir vitória nas eleições, a folha radical mencionou que tais notas não causaram surpresa. Lembravam que era certo dos democratas lançarem mão de todos os recursos cedidos com que os velhos partidos desculpavam-se perante o público dos seus insucessos eleitorais. Entre os recursos “[...] que no inglório empenho de tornar a derrota honrosa, tão habilmente apresenta a folha oposicionista, destacam-se: – Violência e arbitrariedades; – Duplicatas e triplicatas”<sup>694</sup>.

Tais práticas atribuídas aos governistas eram tidas como uma falácia, que por si só não se impunha perante o eleitorado, uma vez que: “Em todas as secções eleitorais procederam às mesas a mais passiva obediência ao regimento.”<sup>695</sup> Notavam que, mesmo na hipótese de algum eleitor radical tentasse votar mais de uma vez, seria imediatamente impedido não só pelos mesários. Aludiam que os fiscais do PRD, presentes em todas as secções, a cujos trabalhos assistiram e examinaram com toda a atenção, mesmo os que não foram nomeados pelos juizes de paz, não permitiriam essas práticas de contravenção. Isso porque eram indivíduos escolhidos pelo partido dentre os membros de confiança e da melhor prática eleitoral. Em tom interrogativo e veemente, continuava a indagar: “[...] como poderiam eles, que estavam com a máxima atenção, consentir na ilegalidade que aduz o contemporâneo em benefício de sua causa?”<sup>696</sup>.

---

<sup>692</sup> A República, 18/09/1890, p. 1.

<sup>693</sup> O Democrata, 14/10/1890, p. 1.

<sup>694</sup> A República, 18/09/1890, p. 1.

<sup>695</sup> Idem.

<sup>696</sup> Idem.

Como prova da boa intenção para com a chapa oposicionista, aludia que os mesários desprovidos de paixões políticas, ao contrário dos democratas, que não quiseram apreciar o modo “[...] cavalheiresco e legal com que procederam as mesas [...]”, consentiram inclusive a presença de estranhos nos recintos de trabalho, ainda que contrariasse as disposições da lei. Num primeiro instante, o próprio eleitorado foi chamado a testemunhar a favor do governo. Assim, aquele pôde ver nas acusações de “O Democrata” “um tom de seriedade e de verdade”. De testemunha, o eleitor passou a ser um juiz com poderes de inocentar o governo e o PRP, e que há muito tinha inscrito em sua bandeira a abolição completa das velhas e indecentíssimas práticas. Métodos que o “O Democrata” deveria insurgir-se, afinal, a deslealdade nas eleições vinha dos seus amigos, “aqueles que pessimamente corresponderam a sua confiança”.

A nota pedia que fossem informados os locais onde ocorreram as violências e as arbitrariedades e, mais ainda, quem as houvessem provocado, alegando que a própria ordem pública do dia 15 estava protestando contra as afirmativas da “[...] folha sebastianista, quando não o fizessem eloquente a seriedade que auspiciou o pleito e o testemunho insuspeito de alguns democratas que defendiam o governo, reconhecendo que ele [...] não teve a mínima ingerência nos trabalhos, quer secreta, quer publicamente”<sup>697</sup>.

O Democrata que resigne-se vendo na derrota que o humilhou, o justo repúdio a que tem feito jus o seu pérfido apostolado de ódios e ambições, mas não invente e não procure atirar sobre o governo e o partido republicano o opróbrio que se vê coberto. Todavia pode continuar na sua grita inferna. Acima dela, que vem-nos com pretensões à opinião séria, temos o bom senso do público que nos aplaude<sup>698</sup>.

Diante deste cenário de denúncias, repostas e suspeitas de práticas ilegais vindas de ambas as partes, que seguiram por dias a fio, sabe-se que foram dois os indivíduos oriundos de Vigia que foram deportados pelo governo nas vésperas deste pleito, que elegeu os dez candidatos apresentados pelo PRP e, portanto, nenhum do PRD<sup>699</sup>. Deportações que se ocorreram por serem eles contraventores da ordem “foram válidas”, pois, segundo uma nota publicada no “Cidade da Vigia” e republicada no “A República” dois meses antes, tais indivíduos comprometiam as instituições republicanas. Segundo a nota:

---

<sup>697</sup> Ibidem

<sup>698</sup> Ibidem.

<sup>699</sup> O artigo n. 2 do primeiro regulamento eleitoral para o Congresso Nacional Constituinte vetava a candidatura de clérigos e religiosos regulares e seculares de qualquer confissão, os chefes de polícia, comandantes de corpos de polícia, magistrados, funcionários administrativos e governadores. Contudo, o artigo n. 5 revogava as incompatibilidades do artigo n. 2 para a eleição de 15 de setembro, exceto clérigos e religiosos. Sendo assim, os partidos católicos organizam-se para a eleição de abril de 1891, para a composição do Congresso Estadual Constituinte, pois na eleição de setembro de 1890 estavam impedidos pelo regulamento eleitoral.

É verdade que o governo não há de consentir que ninguém conspire contra a ordem de coisas estabelecidas; proceder de modo contrário seria suicidar-se, mais do que isso seria ser inepto. O governo há de saber cumprir o seu dever, e manter a todo o transe a ordem e a tranquilidade públicas.

Foi assim que, tendo o visconde de Ouro Preto abusado da liberdade em que o deixará o marechal Deodoro, foi deportado e depois banido do território nacional. Foi assim que sofreram também a pena de deportação os sr. Carlos Affonso e Silveira Martins.

Ora, se o governo nenhum receio teve de impor a pena tão severa a esses cidadãos eminentes, porque reconheceu que era isso uma necessidade pública, muito menos receio terá de sujeitar a igual pena quaisquer outros cidadãos que cometam faltas idênticas.

Isto, porém, é uma exceção aconselhada por interesses da ordem pública e para garantia da comunidade<sup>700</sup>.

Se o momento que precedeu o início da legalidade do regime republicano no Brasil ocorreu nos termos acima mencionados, os que precederam a entrada da legalidade paraense sob sua Constituição estadual, assim também o foram. Parafraçando Janotti (1989) e os jornais *paraueiras* da época, de um lado, respectivamente, estavam os “subversivos da República” e, de outro, os salvadores da pátria paraense, estes liderados pelo capitão tenente Heut Bacellar Pinto Guedes, e aqueles por Veiga Cabral, apelidado também de “Facção”. Afinal, se nem mesmo os “Grandes do Império”, como Ouro Preto, foram poupados, muitos paraenses também não o foram. A repressão engendrada pelo Governo, ainda que tardia, atingiu também os “Grandes da Terra de lindas florestas fecundadas ao sol do Equador”, sem falar, é claro, da “araia miúda” que esperava uma oportunidade para se beneficiar de alguma forma. Afinal, todos tinham interesses no jogo político. Como lembra José M. de Carvalho: “A proclamação da República trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior poder por parte não só da elite, mas também de camadas antes excluídas do jogo político” (CARVALHO, 2008, p. 22).

### 3.1.5 A eleição para a Assembleia Constituinte Estadual

Como se viu, o ano de 1890 iniciou com a “controversa contrarrevolução no Salgado”, que envolvia os delegados de polícia acusados de subverterem a ordem republicana. Os últimos dias desse ano, ao menos os narrados pelos democratas, também não se deram em tom antagônico. Em 31 de dezembro de 1890, com o título “Violência”, em letras garrafais, a folha democrática mencionou que na cadeia pública de São Caetano achavam-se recolhidos presos, ilegal e arbitrariamente, os eleitores Eustáchio de Jesus Marques, Brito R. da Gama e

---

<sup>700</sup> A República, 10/07/1890, p. 1.

Silva, Inocência R. da Silva e Honório Francisco Rocha. O autor “dessa brilhantura”, isto é, das detenções, foi o 1º delegado de polícia e carcereiro local, João Braz de Souza<sup>701</sup>, que os deteve pelo fato de os “cidadãos presos” serem democratas. Em tom altivo e de denúncia, mencionava que as perseguições poderiam até ser realizadas, porém não os sufocaria, mesmo as feitas pelo governador, que tinha poderes para mandá-los para o Amapá<sup>702</sup>.

As notícias sobre as supostas arbitrariedades praticadas pelo delegado de São Caetano perpassam o ano de 1890 e deslancham em 1891. Uma nota de 25 de janeiro lembrava que depois da proclamação da República, nessa vila havia recomeçado a fluir a paz e o sossego de outros tempos. Porém, essa “harmonia” não durou muito tempo. Uma possível referência que corrobora a notícia acima mencionada, data do último dia de 1890, aludia que: “[...] ultimamente agitava-se nos horizontes a indignação e os abusos e violências que provocam a anarquia”. Situação engendrada pela “ignorância e pela falta dos necessários predicados para o desempenho do cargo” do delegado João Braz de Souza, que perseguia desenfreadamente a população local. Assim, o delegado era acusado de levar sem pejo algum, mulheres, crianças e homens laboriosos e respeitáveis, deixando-os entregues ao rigor da fome. As prisões, segundo o articulista, deram-se também por motivos pessoais, como foi a de uma mulher<sup>703</sup> que mantinha relações com um desafeto de Braz de Souza, que foi metida na cadeia com o seu companheiro, demonstrando que as perseguições ultrapassavam a esfera da política e desembocavam nas relações pessoais.

Se o governador apareceu na nota de dezembro de 1890 como aquele que tinha poderes para deportá-los para o Amapá, nesta, de janeiro de 1891, ressurgiu com poderes para fazer o contrário, isto é, impedir os abusos de autoridade. Vendo essa última possibilidade, os democratas odivelenses, ainda que sem grandes esperanças, pediram a primeira autoridade do estado que lançassem a sua vista para os fatos arbitrários e violentos sucedidos nessa vila.

---

<sup>701</sup> A elevação de João Braz de Souza ao posto mencionado não deve ser vista como algo deslocado dessas permutas de delegados de polícia engendrada pelo governo após a contrarrevolução, ainda que, antes dele, João Rodrigues dos Santos tenha sido nomeado para o cargo de 1º delegado.

<sup>702</sup> O Democrata, 31/12/1890, p. 1.

<sup>703</sup> Os casos envolvendo detenção de mulheres não paravam por aí. Outra mulher, após ser presa, teve seus filhos distribuídos entre a população. Sorte igual teve uma menina que, mesmo vivendo em companhia de seu padrasto, foi “doada” ao marido da sogra do delegado Braz de Souza. Essas pessoas que estavam sendo levadas ao “*tronco, o célebre e condenável tronco*”, para se livrar da pena tinham que pagar individualmente a multa de \$8000 réis, situação que extinguiu a correção moral, que lhes deveria ser aplicada, caso tivessem cometido algum crime. Aqueles que não efetuavam o pagamento desse valor eram obrigados a capinar o terreno do cemitério público, como se deu como a mulher que realizou esse serviço, em virtude do condenado, que era seu filho, ser ainda uma criança. Caso contrário, o menor teria seus cabelos cortados, além de ser submetido à palmatória, o que já havia ocorrido com outro menor de sete ou oito anos de idade.

O quadro de perseguições, prisões e deportações contra inimigos políticos ou “simples pessoas do povo” ocorrido em São Caetano, constitui-se num claro demonstrativo de que os ânimos não serenaram após as eleições de setembro. Pelo contrário, tronaram-se ainda mais intensos. O grau de intensidade no termômetro político disparou não só nessa localidade, mas em todo o Pará. Afinal, o estado teve que proceder às eleições que permitiram a escolha dos constituintes estaduais. Se os “Gonçalos”, “Bartholmeus” e “Moura Palhas” empenharam-se em angariar votos para que seus aliados viessem a assumir assentos no Parlamento Nacional, angariaram ainda mais esforços nas suas campanhas ao Parlamento Estadual. Nesses termos, eram necessárias mais adesões de eleitores partidários, o que por si só não lhes garantia a vitória nas urnas. Caso contrário, outros meios entrariam em ação. Segundo os democratas, as adesões foram conseguidas à custa de promessas feitas aos líderes políticos do interior para arrumar os eleitores que lhes dariam os votos necessários para vencer as eleições.

Em fevereiro de 1891, na nota “Ao Povo do Salgado”, a folha democrata mencionava em tom irônico que os filhos dessa região estavam “satisfeitíssimos” com os candidatos ao Congresso estadual, os eloquentíssimos cidadãos Gonçalo e Bartholomeu, “que  *muito se esforçaram para o engrandecimento* das velhas cidades e vilas do Salgado”. Dentre os melhoramentos que foram estendidos para o Salgado durante um ano de ditadura, que se deviam aos esforços desses dois cidadãos, estava a “boa e regular” navegação a vapor, que passou a atender todas as cidades, vilas e povoações, inclusive as aldeias do alto Maracanã, além das novas pontes, abertura de canais, limpeza de furos, “o quebra-mar de Salinas” e o *novo mar* de Curuçá<sup>704</sup>. Benefícios que nada mais foram do que uma justa recompensa aos serviços prestados na eleição para a Constituinte Nacional. Portanto, esse empenho foi pago com os “gordos subsídios” dados às empresas arrematantes dessas obras, além, é claro, da cobrança de altos impostos. Por exemplo, no desembarque de um alqueire de farinha de mandioca, de cada unidade de bicos de criação, isto é, de aves domésticas ou de uma barrica de cal, cobravam 40, 20, e 200 réis, respectivamente, ao contrário de produtos vindos de outros estados, que tinham livre entrada nos portos paraenses<sup>705</sup>.

---

<sup>704</sup> É importante salientar as inúmeras notas em que os democratas denunciavam o péssimo serviço de navegação a vapor que era operado para essa região, mesmo o governo concedendo subsídios às empresas arrematantes. Com relação a outros serviços, têm-se as promessas de construção de pontes que em muito facilitariam o desenvolvimento da região. Lembrando-se da limpeza dos furos e dos canais de navegação, provavelmente fazem referência à desobstrução do “Furo do Pajé em Marapanim”, que ficou a cargo de uma empresa pertencente aos parentes de Diniz Botelho; e do canal formado pelo rio Curuçá-Mirim, que liga a povoação de Abade a Curuçá. O próprio termo “Mar de Curuçá” é um tanto irônico, visto que mesmo com a provável limpeza do dito canal, não seria possível a navegação de navios de médio porte.

<sup>705</sup> O Democrata, 21/02/1891, p. 1.



A escolha dos nomes desses políticos como representantes do Salgado na Câmara Baixa estadual, segundo a nota, ludibriou inclusive o ladino coronel Anízio Dias, “que não pôde escolher nem mesmo um José Felício para representar a sua Cintra”. Em meio a essas supostas artimanhas, a nota democrática ainda lembrava aos concidadãos dessa região, que o Congresso Estadual tinha por finalidade aprovar a Constituição que se achava decretada pelo governador. Aos eleitos caberia discernimento. Logo, seria preciso escolher como congressistas homens eminentes, que dessem ao Pará uma Constituição livre, que fosse a garantia dos direitos, para o gozo da verdadeira liberdade, de modo que fossem respeitadas as crenças, pois somente assim o estado do Pará poderia entrar “no verdadeiro regime democrático”.

No bojo dessas discussões, refere-se também a questão da autonomia, ou seja, do federalismo, proposta que engendrava o regime democrático pensado por eles. Em um dos parágrafos, em tom exclamativo, supunha-se o que possivelmente esses dois cidadãos diriam ao tratar da autonomia do município e de outras questões que deveriam ocorrer no Congresso! Isso demonstra que a autonomia era crucial para esses sujeitos, que estavam sedentos para gerir os seus próprios assuntos internos, sem grandes interferências de estranhos, ainda que fosse a mais distante das comunas.

Desqualificando ainda mais a capacidade desses dois primos, seguia aludindo que deveriam ser escolhidos:

[...] cidadãos patriotas que se recomendem pelos seus feitos honrosos no engrandecimento e prosperidade de nosso estado, e não homens como estes que só servirão de entulho no Congresso e elegeram o governador que lhes indicara o governo que tem calculado nos pés os nossos direitos de cidadãos livres e independentes.

Negando o vosso sufrágio a estes cidadãos, não fazeis mais que cumprir com vosso dever, castigando aqueles que nem sequer, tratou dos interesses políticos de seus correligionários, donde eles são delegados perante o congresso radical, quanto mais do bem estar das localidades do Salgado.

Perguntai a eles, que há feito da navegação a vapor e outros melhoramentos urgentes que vos prometeram.

Duro com eles cidadãos!<sup>706</sup>

O desfecho desta nota pode estar relacionado às notícias advindas de Vigia e Curuçá, dentre outras, nas quais era mencionado o posicionamento de certos chefes locais que aderiram às bases do PRP, na esperança de verem realizados os melhoramentos prometidos, de forma a aumentar o seu capital político. Afinal, o governador Justo Chermont, em sua “catequese pelo Salgado”, prometeu, por exemplo, transformar a cidade de Vigia na “Pérola

---

<sup>706</sup> O Democrata, 21/02/1891, p. 1.

do Salgado”, afirmação que para os democratas não passava “de pura politicagem eleitoral”<sup>707</sup>, da qual tanto Gonçalo quanto Bartholomeu Ferreira eram acusados de participar<sup>708</sup>. Foi exatamente dessa cidade que, segundo o “O Democrata”, alguns chefes políticos e seus apaniguados estavam propensos a não votar nos candidatos do PRP, caso tais promessas não fossem cumpridas. Assim expressava a nota “O Que Vai pelo Interior”, que tinha por subtítulo “o Governador colocado entre a parede e o estoque – Outras notícias – acabamos de receber notícias da Vigia”:

Mistificados como foram pelo governador dr. Justo Chermont, que lhe havia prometido tornar aquela cidade a *Pérola do Salgado*, reagiram as influencias radicais daquela cidade e resolveram, sob a liderança de um dos mais antigos conservadores, apresentar ao atual governador o seguinte dilema: ou a construção de uma ponte e a navegação do Salgado antes da eleição ou a nossa abstenção ás urnas.

Veremos afinal quem sede. É costume rebentar a corda pela parte mais fraca. [...]. E a abstenção nas urnas realizar-se-á?<sup>709</sup>

E a parte mais fraca nessa luta de interesses, naquele momento, era Laureano Gil de Souza. Ao tomar conhecimento dessas questões cruciais nas vésperas das eleições, o então governador em exercício, Gentil Bittencourt, desculpou-se alegando precisar de mais tempo para estudar a questão, por estar há pouco tempo na administração do estado. Diante dessa negativa, por uma “questão de tempo”, Gil de Souza viu as suas chances de saltos maiores serem reduzidas, ainda que tivesse força eleitoral a seu dispor. Isso porque, caso insistisse em “meter-se na olhada, com o novo governador”, corria o risco de ficar de fora da futura partilha dos despojos políticos após a eleição para o Congresso estadual, além, é claro, de ficar a “Vigia sem ponte e navegação”.

---

<sup>707</sup> O Democrata, 26/02/1891, p. 2.

<sup>708</sup> O Democrata, 11/03/1891, p. 2. Na nota intitulada “Ao Povo do Salgado”, posta na coluna Comunicado, novamente os democratas alertavam os cidadãos do Salgado contra a candidatura destes dois republicanos históricos, sobretudo deste último. Mencionava que não bastava Gonçalo, que recebia a quantia de 400\$00 como vogal do conselho de intendência de Belém, mandar fazer o passeio de concreto da Doca do Ver-o-Peso para conquistar popularidade entre os filhos do Salgado. Além desse serviço, na capital paraense, também era preciso mandar retirar a lama da Doca do Reduto, para em seguida providenciar, sem “fazer sumir tantos cobres do estomago do tesouro”, a escavação do “porto do nosso Curuçá, dos furos do ‘Pagé’ e ‘Maracanã’, de modo que se pudesse navegar em todas as águas”, pois os filhos do Salgado ainda esperavam a navegação a vapor que foi prometida antes da eleição para o Congresso Nacional, uma vez que, tão habilmente os habitantes dessa região foram iludidos. Lembrava Gonçalo, mencionado: “cidadão Gonçalo; cuidai mais sério dos interesses dos filhos do Salgado, com quem estás bastante comprometido; os candidatos do governo para o Congresso Nacional, de quem fostes emissário foram eleitos: a navegação a vapor, a casa pra intendência, pontes, cadeias etc., que vos lhes prometestes, nada foi feito. Pagai primeiro esta dívida aos filhos do Salgado se quiserdes ter o seu apoio”. Ao que foi seguido com a advertência de que estes não deviam mais se deixar iludir com as promessas e com o simples passeio do Ver-o-Peso, uma vez que “[...] tudo quanto lhes prometestes e depois cantai com a derrota, para outra vez serdes mais criterioso”.

<sup>709</sup> O Democrata, 18/03/1891, p. 1.

Cabe lembrar que este ex-conservador tinha contra si as habilidades políticas de Francisco de M. Palha, que lutava por uma vaga no Senado estadual. Este certamente não colocou obstáculos para usar de toda e qualquer artimanha, isto é, fraudes eleitorais, para ter o seu nome inscrito como um dos constituintes estaduais. Aduzia a nota que Moura Palha, *um político interessado*, inclusive afiançou que mesmo que os antigos conservadores se separassem, por concurso próprio ele ganharia a eleição pelos mesmos votos. Garantia que era assegurada, entre outros meios, por sua influência no judiciário local, que tinha entre outras figuras o seu filho, que além de promotor público era procurador dos órfãos, deferidor e advogado da intendência local. Por este último cargo, criado para a sua comodidade, recebia um ordenado de 800\$00, mesmo a mesma Intendência alegando que não possuía rendimentos para pagar a iluminação pública da cidade, e tampouco os seus empregados. Coube a Laureano Gil de Souza apenas resignar-se, pois, ao que tudo indica, seguiu na política governista, mesmo o cônego Siqueira Mendes tendo reaparecido alegando a questão da ponte, a qual acenava na esperança de conseguir que esse seu ex-aliado “arribasse acampamento”.

Todas essas acusações contra a reputação política do Homem Forte do Salgado não ficaram sem respostas na imprensa radical. A nota “Abaixo a Mentira!” mencionou que o “O Democrata”, no intuito de ferir “o distinto amigo Gonçalo de Lima Ferreira”, aproveitou-se da navegação do Salgado para chegar aos seus fins apresentando argumentos fúteis. E por serem fúteis estas acusações aos olhos de Gonçalo, ele não havia empregado força para rebatê-las anteriormente, pois caso fizesse “seria dar trela a quem escreve despeitado”<sup>710</sup>.

A navegação do Salgado, ao contrário do que era veiculado pelos democratas, segundo o órgão do PRP, não se fez exigir pelo interesse político ou particular de quem quer que fosse, se não pelo interesse público, o único que tinha de “lucrar dos favores do governo republicano”. Assim, o “O Democrata” era acusado de desejar que a navegação não fosse feita, para que pudesse cabalar à vontade, intrigando o governo e alardeando as suas ideias *generosas e patrióticas*. Os membros do PRD eram vistos sob a perspectiva de “[...] quererem governar e satisfazer as exigências estomacais, por isso não refletem nas censuras quando escrevem para o público”<sup>711</sup>. Portanto, o “O Democrata”, ao levantar tais aleivosias contra Gonçalo, mais uma vez “bateu em terreno falso”.

---

<sup>710</sup> A República, n. 342 de 1891, p. 3.

<sup>711</sup> Idem.

Porém, mesmo divulgando declarações que visavam abonar a conduta desse representante do Salgado e de outros aliados seus, nem todos que militaram nas fileiras do PRP durante o primeiro processo eleitoral da República brasileira permaneceram em seus lugares, ainda que em situação desconfortável, como procedeu Laureano Gil de Souza. O também eleitor da paróquia da Vigia, José Cursino B. e Silva, que até 11 de março de 1891 militou no partido republicano radical, resolveu alistar-se no PRD, segundo ele, porque sabia defender os direitos do povo brasileiro. Alegava que o motivo de sua adesão foi ter reconhecido por meio dos acontecimentos políticos, assim como pelos atos do então governo e autoridades que lhe eram subordinadas, as violências empregadas para perseguir os adversários e até os próprios amigos de partido. José Cursino concluiu a sua adesão mencionando que daquela data em diante trabalharia com todo o esforço e dedicação pelo grande e popular partido republicano democrático, lastimando os esforços que fez pelo partido radical, ao qual denominou de “partido da barriga ou partido do governo”. Por esse viés percebe-se que as escaramuças políticas internas também motivaram outras deserções nas fileiras do PRP no Salgado, ainda que inicialmente fossem alegadas outras motivações, como, por exemplo, os supostos métodos empregados pelo governo para obter a maioria nas urnas.

Este foi o caso também do intendente de Cintra, “o honrado Benjamim Ardasse Pinto Carrera”. No prólogo que antecede a sua declaração de adesão consta que era um consolo ver que cidadãos independentes e dignos não se deixaram levar pelo falso brilho da triste vitória do Governo. A declaração política de Carrera devia ser lida com entusiasmo por todos os cidadãos do interior, que sabiam ter independência e amavam a liberdade. Lembrava-se que como intendente de Cintra, “o ilustre cidadão” teve ocasião de conhecer de perto todas as “bandalheiras do governo e do partido radical”, daí residia a importância de sua declaração. Assim constava na “declaração política” feita em Belém, no dia 10 de outubro de 1890:

Eu abaixo assinado, ex-presidente do conselho municipal de Cintra, reconhecendo que a verdadeira ideia democrática na organização do regime republicano em nossa pátria está contida no programa do Partido Republicano Democrático, principalmente depois de ver o modo porque foram realizadas as últimas eleições pelo partido radical, comprimindo e falsificando por todos os modos a livre manifestação da vontade do eleitorado, declaro que d’ora em diante, pela razão e pelo coração, filio-me ao Partido Democrata.

Diante da grande vitória do governo nada receio, porque tenho ânimo para lutar e vencer, defendendo os direitos do povo conculcado hoje por todos os modos<sup>712</sup>.

---

<sup>712</sup> O Democrata, 11/10/1890, p. 1.

A adesão de Carrêra ao PRD pode até ter sido por causa do modo pelo qual os agentes governistas procederam às eleições, o que não é de todo improvável, uma vez que ele mesmo anteriormente foi acusado pelos democratas de cabalar a favor do governo juntamente com Cantídio Guimarães, um indicativo de que ele não era alheio a essas práticas da politicagem. No entanto, cabe advertência, quer dizer, outro ponto que merece ser pensado, no que concerne às cisões existentes no seio do diretório local, reorganizado e tendo como novo presidente o coronel Anízio<sup>713</sup>. Discórdia inclusive anunciada pelo “O Democrata” na mesma edição na qual foi publicada a adesão. Na nota titulada de “Briga em Cintra”, observa que:

Houve rolo grosso em Cintra. O diretório radical ainda depois de recomposto parece que não ficou muito ligado. Ultimamente houve um desaguisado tal que acabou em vias de fato e o lombo dos correligionários provaram o cassete dos radicais.

Além disso, houve também exaltações pouco corretas do lado da gente radical, que provocaram e espancaram cidadãos pacíficos como Francisco J. P. da Costa e outros, distinguindo-se entre os atacadores o suplente de juiz de paz Lourenço Carreira, Alípio Rocha e Silvino dos Santos. O delegado veio-se embora trouxe relatório de tudo, e não quis pra lá voltar<sup>714</sup>.

Mesmo levando em consideração as ideologias políticas desses indivíduos, sobretudo no que concerne à aversão a “falcatruas”, esses dissídios internos eram gerados, na maioria das vezes, por maiores espaços de poder nos partidos. Afinal, ainda que pertencesse teoricamente à mesma agremiação político-partidária, havia pretensões de facções, de grupos ou mesmo individuais. Provavelmente foi por esse derradeiro motivo que Carrera se bandeou para o PRD, de onde poderia em algum momento auferir maior destaque, podendo assim capitanear um grupo para tomar o poder pelos votos ou pelas armas. Foi visando tomar o poder pelas vias legais que os democratas pretenderam ampliaram o seu campo de adesões, pois, ainda que diminuta, existia essa probabilidade com a eleição da Constituinte Estadual.

E por falar em “princípios morais”, alguns aprendizes que pleiteavam espaço no mercado político, usavam esse discurso ao efetuar suas adesões. Foi o caso de Francisco A. de Moraes Junior, eleitor da paróquia de São Caetano, comarca de Curuçá, quando começou a caminhar na vida pública. Em sua nota de adesão, de 7 de março de 1891, mencionou que intentava levar ao conhecimento do público que era republicano democrático por entender que seria o partido que naquele momento demonstrava estar possuído das melhores ideias que poderiam concorrer para a felicidade geral da pátria. Portanto, achava conveniente prestar tal

---

<sup>713</sup> A República, 26/09/1890, p. 2.

<sup>714</sup> O Democrata, 11/10/1890, p. 2.

declaração espontânea e sincera, de modo a evitar maiores dúvidas<sup>715</sup>. Desse modo, as declarações de adesão mais do que nunca consistiam em uma medida eficaz, que intentava demonstrar a “pujança” das fileiras do PRD, que se recomponha após as deportações e outras sortes de perseguições sofridas por ocasião da eleição anterior.

Quase ao mesmo tempo em que eram divulgadas as declarações de adesão, os democratas veiculavam também que o governador interino, Gentil Bittencourt, seguiu os mesmos passos de seu antecessor, Justo Chermont, no que se refere às manobras eleitorais. Esse procedimento adotado por Bittencourt contrariava as expectativas da oposição, que até então o consideravam um homem probo, de caráter elevado, isto é, esperavam vê-lo como um “patriota, imparcial, honesto e justo nas decisões de seu governo”. Ele era acusado de encobertar as arbitrariedades praticadas pelos intendentess e juizes de paz com relação à entrega dos títulos eleitorais aos seus legítimos donos, o que, com efeito, contrariava uma de suas portarias feitas nesses termos<sup>716</sup>. Tal denúncia, ao que parece, pode ser constatada na insinuação vinda de Porto Salvo, comarca da Vigia. Nessa localidade, o juiz de paz recusou-se a entregar os títulos de Eusébio do Nascimento da Costa e Manoel Laurindo da Costa, que foram recebê-los “na forma da lei e da recomendação do vice-governador”<sup>717</sup>.

Essas acusações contra o Governo Provisório do Pará e seus agentes políticos estavam sendo feitas em meio à formação da União Patriótica, isto é, da coligação formada entre o PRD e o Partido Nacional Católico<sup>718</sup>. Este último era fruto da união das agremiações político-partidárias de base católica<sup>719</sup>, que ficaram sob a liderança do cônego Siqueira Mendes, antigo chefe conservador, que, com a proclamação da República, fundou inicialmente o Partido Republicano Federalista Conservador, demonstrando que a união entre o PRD e os Siqueiristas foi possível para as eleições do Congresso Estadual, diferente da fracassada tentativa de coligação entre estes, quando eram “federalistas”, e os republicanos do PRP, como fora anunciada nas páginas democratas. Nasceu, assim, a coligação “União Patriótica”, que teve pela frente o pleito eleitoral de 20 de abril de 1891, que elegeu os Constituintes incumbidos de elaborar a Constituição paraense de 1891.

---

<sup>715</sup> O Democrata, 08/03/1891, p. 1.

<sup>716</sup> O Democrata, 07/03/1891, p. 1.

<sup>717</sup> O Democrata, 01/04/1891, p. 2.

<sup>718</sup> O Democrata, 26/06/1891, p. 1. Ao apresentar o programa de seu novo partido político, o Cônego Manoel José de Siqueira Mendes faz um apanhado das circunstâncias políticas que o levaram, como chefe político, a aceitar a nova forma de governo, assim como aconselhar os seus correligionários que a aceitassem sem resistência, e auxiliassem o Governo Provisório.

<sup>719</sup> Menciona que, ao contrário da eleição para o congresso nacional, a candidatura de clérigos foi permitida nas eleições para o Congresso estadual.

Com o sugestivo título de “União Patriótica”, escrito em letra chamativa, a folha democrática anunciava esta união, mencionando que: “Foi esta a denominação que tomaram os opositoristas coligados para dar batalha ao governo no próximo pleito eleitoral, e certamente nenhuma outra exprimiria com mais propriedade o pensamento dominante da coalizão dos partidos democrático e nacional católico”<sup>720</sup>. Dessa forma, os coligados tencionavam imprimir a ideia de que era o interesse patriótico que os movia e os incitava a arrastar-se no perigo de uma luta em que os adversários, senhores de todas as posições, haveriam de empregar todos os meios para não perdê-las. Os governistas, segundo a nota, tinham a seu favor a segurança da impunidade pelos atentados que “cometiam contra a liberdade, na mais augusta de suas demonstrações – o voto”. Nesse sentido, alegava-se que os radicais ficaram fascinados pela imagem do poder, de modo a comprometerem o regime republicano, tornando-o contraditório em seus princípios.

Porém, esse período de agitações na vida política do Pará, segundo os democratas, deveria ter findado com a posse do novo governador, capitão-tenente da Armada Nacional Huet Bacellar Pinto Guedes, que havia tomado posse em 25 de março de 1891. Este gaúcho, nomeado pelo generalíssimo Deodoro para gerir o Pará, tinha como missão principal, segundo Borges (1983, p. 52-53), colocar o Pará dentro da legalidade republicana (BORGES, 1983, p. 52-53.). Em seus primeiros momentos em solo paraense visitou a tipografia do “O Democrata”, o que certamente encorajou a oposição na esperança de fazer dele um aliado. Certeza que criava formas por ser o novo governador um militar sem experiência nos assuntos administrativos, ou seja, alguém que poderia ser manipulado.

Nestes termos, o “O Democrata”, tencionava levar a público a noção de que a República, por fim se regeneraria no Pará, tendo à frente o novo governador Huet Bacellar:

[...] não podem contar com o apoio decidido do novo governador, para suplantar a vontade popular.

Ainda que comece agora o seu tirocínio administrativo o sr. capitão-tenente Huet Bacellar Pinto Guedes não há de se deixar guiar pelos conselhos da politicagem mareando os galões de sua farda.

Faremos justiça ao seu caráter, e as palavras que proferiu no dia em que empunhou as rédeas da administração, revelam o militar brioso, mantedor dos direitos e da liberdade de seus concidadãos.

Também a oposição não lhe pede mais do que as garantias necessárias para o eleitor poder exercer livremente o direito de voto<sup>721</sup>.

---

<sup>720</sup> O Democrata, 29/03/1891, p. 1.

<sup>721</sup> O Democrata, 29/03/1891, p. 1.

A confiança numa possível guinada política era afiançada de modo ainda mais veemente na medida em que o governador “soubesse manter-se numa posição digna, de modo que o resultado da eleição correspondesse à manifestação livre do eleitorado, temos como certa a vitória da coalizão”. A motivação ratificada pelos coligados residia no fato de que: “representando a grande maioria do Estado, a União Patriótica realiza o fato mais notável da História do Pará, o conagraçamento dos partidos identificados no pensamento da salvação pátria, esquecendo os pequenos interesses pelo bem da coletividade”. Ânimo que não passou despercebido aos olhos atentos dos radicais, tão logo foi anunciada a formação da União.

Com o título “O novo partido”, no editorial de 4 de março de 1891, a folha governista mencionou que não restavam dúvidas acerca do “convênio assinado entre os democráticos, católicos e o cônego Siqueira Mendes”. Desse acordo eram conhecidos os signatários, porém, o que variava eram as “informações sobre os artigos do pacto”. Ainda assim, levando-se em consideração o julgamento dos mais autorizados, as bases da concordata eram poucas e terminantes. Entre os pontos havia um que impunha aos democratas o afastamento de questões mais íntimas, como, por exemplo, a formulação da lista com o nome dos candidatos à Constituinte Estadual, cabendo-lhes apenas discutir assuntos mais gerais através de sua folha noticiosa. Assunto que, mesmo reservadamente recebeu inspirações do “Chefe Supremo – O cônego Siqueira Mendes”. Uma vez escolhida a lista dos candidatos, segundo o editorial, caberia aos democratas votar sem o direito de fazer observações. Esta incluiu o nome do articulista Demétrio Bezerra, que assinou inúmeros artigos com o pseudônimo de “Macário”, de Bertholdo Nunes e outros que já haviam batalhado em outros tempos contra Siqueira Mendes<sup>722</sup>, assim como daqueles que lhe foram partidários, como o coronel Rodrigues dos Santos, de São Caetano, e do coronel Anízio Antonio Dias, de Cintra.

A tão cobiçada cadeira de governador, afirmava a nota, foi reservada a Vicente Chermont de Miranda, isso porque Siqueira Mendes era ciente de não poder cumprir essa promessa, por ser a derrota dos coligados nas urnas um fato certo. Caso “Outras fossem as circunstâncias, ele reservaria para si tal cargo eletivo”<sup>723</sup>. Como forma de ratificar essa afirmativa, os parágrafos seguintes citavam que a cadeira de governador seria “o pomo da discórdia, se a coligação triunfasse. O cônego que não é toupeira, não aprovaria a entrega da suprema magistratura do Estado a quem poderia feri-lo quando ali se achasse, como, porém, tinha a certeza de não dispor daquele cargo, abandona-o com toda a generosidade”<sup>724</sup>.

---

<sup>722</sup> A República, 04/03/1891, p. 1.

<sup>723</sup> Idem.

<sup>724</sup> Ibidem.



Segundo a folha do PRP, essa situação vivida entre os coligados era um demonstrativo claro da falta de confiança que pairava no grupo. Insinuava-se caso: “Eles confiassem mutuamente uns nos outros, teriam se fundido em um só corpo, em uma só cabeça. O cônego sabe que a união faz a força, se repeliu a fusão, foi para reservar-se o direito de mandar metralhar os aliados, logo que se tornassem suspeitos”<sup>725</sup>.

A eleição para a Constituinte paraense, tal como foi determinado pelo governador Huet Bacellar, ocorreu na data marcada, 20 de abril de 1891. Segundo os democratas, no editorial de 19 de abril, esta data era densa de significados, por ser a véspera do dia de Tiradentes, o primeiro mártir da independência e ícone da causa republicana. Como forma de sensibilizar os eleitores paraenses a seguirem o exemplo deste “mártir brasileiro do século XVIII”, a nota mencionava que estava nas mãos do eleitorado transformar o dia das eleições “numa epopeia de luta e liberdade”. Ao lado do povo estavam “valentes e intemeratos chefes, que se deram as mãos para trabalhar unidos e firmes na grande obra de regeneração moral e política da Pátria Paraense”<sup>726</sup>. Neste sentido, pode-se asseverar que foi premeditada a colocação da lista com os nomes dos candidatos democratas à Constituinte paraense nesta mesma edição, demonstrando, assim, que a figura do inconfidente mineiro também foi usada pelos opositoristas em sua batalha, de modo a se integrarem ao mundo republicano.

Na véspera e, sobretudo no dia das eleições, as listas com os nomes dos candidatos das agremiações político-partidárias foram divulgadas, e com elas vieram os comentários tanto defendendo quanto levantando suspeitas contra alguns nomes aventados. Esta iniciativa visava cooptar para si os eleitores independentes e, quem sabe, os indecisos. Se a maioria dos eleitores paraenses seguiu a indicação do PRD nesse pleito, votando nos “valentes e intemeratos chefes” da coligação patriótica, não surtiu o efeito esperado.

Os candidatos da chapa governista, isto é, do PRP, entre os quais estavam Gonçalves, Bartholomeu, Moura Palha e José Caetano Pinheiro como representantes do Salgado, triunfou nas urnas. Ao que em muito devem ter contribuído os votos de eleitores que foram agraciados com empregos públicos ou que acreditaram nas promessas feitas pelo governador e por agentes governistas durante as suas “catequeses políticas” pelo Salgado antes das eleições. Além, é claro, das prováveis fraudes que comumente ocorriam nas eleições, e que contou com o apoio dos delegados de polícia, dentre os quais estava o cidadão Domiciano Nunes, que dias antes fora nomeado para este cargo em Salinas. Nomeação tida como inútil, e que contou com

---

<sup>725</sup> Ibidem.

<sup>726</sup> O Democrata, 19/04/1891, p. 1.

a convivência de Huet Bacellar, que dias antes das eleições era visto como uma marionete nas mãos do PRP, o que gerou a advertência: “Acautela-se o sr. Huet Bacellar contra os seus amigos, que estão abusando da sua inexperiência administrativa e não queira seguir a norma da infeliz governança do dr. Justo Chermont<sup>727</sup>”.

No entanto, aos poucos, essa visão “ingênua” do órgão democrata acerca de Huet Bacellar foi mudando de acordo com a divulgação dos resultados. A mudança da “água para o vinho” deveu-se às perseguições políticas que o novo governador se dizia avesso, e que se tornaram corriqueiras. Para Ricardo Borges (1983), teve largas influências de seu Chefe de Polícia, que passou a responder as críticas veiculadas pelo “O Democrata” e pelo “Diário do Gram-Pará”. As críticas a que Borges se refere, certamente eram motivadas por questões políticas, mais especificamente as relacionadas aos pleitos eleitorais, em particular o de 20 de abril de 1891. Neste sentido, os republicanos do PRP certamente tinham a sua influência. Porém, não convém tratar o governador como um simples fantoche do “teatro dos astutos políticos”, isso porque, a partir de então, as acusações de que era sua pretensão era assumir o governo do Pará passaram a recair sobre ele.

Uma nota procedente da Vigia mencionou que de um universo de mais de 700 títulos entregues, só 80 couberam aos democratas<sup>728</sup>. O que não foi impedimento para que os democratas obtivessem a vitória na primeira secção eleitoral dessa cidade, assim como em outras, mesmo não possuindo fiscais eleitorais, causa pela qual não foram lavradas as atas de apuração tal como dispunha o regimento eleitoral<sup>729</sup>. Esta situação provavelmente facilitou ao intendente e chefe situacionista local, “Chico Palha”, candidato como senador, escamotear 232 votos dos democratas<sup>730</sup>. A posição dos democratas em Colares também não diferiu muito dos seus vizinhos vigienses. Dessa localidade, veio a notícia que os resultados apresentados pelos radicais divergiam entre si, em momentos diferentes, ainda que se tratasse do mesmo pleito e secção<sup>731</sup>. De Curuçá, notas também mencionavam que a intendência local validou a fraude vergonhosa feita pelos “homens objetos da política radical”, tendo em vista encobrir a vergonhosa derrota governista para o Congresso estadual<sup>732</sup>. Os democratas de Bragança ao

---

<sup>727</sup> O Democrata, 15/04/1891, p. 2.

<sup>728</sup> O Democrata, 24/04/1891, p. 2.

<sup>729</sup> O Democrata, 28/04/1891, p. 2.

<sup>730</sup> O Democrata, 29/04/1891, p. 1.

<sup>731</sup> O Democrata, 07/05/1891, p. 2.

<sup>732</sup> O Democrata, 15/05/1891, p. 2.

menos puderam contar a façanha de terem impedido as “tramoias indecentes e as fraudes” que os governistas pretendiam fazer nas secções por eles assistidas<sup>733</sup>.

Segundo os democratas, ao que parece, as fraudes também foram sentidas em Cintra, onde Cantídio Guimarães possuía capanga armado no recinto que funcionava uma das secções, mesmo contrariando a lei eleitoral, que permitia somente a permanência de fiscais e mesários<sup>734</sup>. As intimidações impostas aos eleitores da União Patriótica nessa localidade também se fizeram em 12 de maio de 1891, quando o delegado Gentil, “com toda a sua rusticidade”, impôs dura punição ao soldado Narciso, obrigando-o a ficar sob sol e chuva com o pavilhão portátil na porta da casa que servia de quartel à guarnição local. O motivo foi o fato de este se recusar a entregar os cartuchos embalados que recebeu para “matar a União Patriótica”. Recaiu também sobre o dito delegado, a acusação de que ele “andava doido pelas ruas da vila [...] metamorfoseado a tocar uma trombeta curva, que se faz das pontas que crescem na cabeça de boi, disque para amedrontar a União.<sup>735</sup>” A atitude do delegado estava amedrontando inclusive as crianças, que ao avistarem ao longe com a trombeta curva na mão saíam correndo para o lado de seus pais, dizendo: “lá vem o tu... ú!”. Caso que, apesar de cômico, segundo os democratas, não era motivo de risos, pois “o bugio era feio”.

As repressões após o pleito eleitoral foram igualmente noticiadas da Vigia. A nota intitulada “A ditadura na Vigia” mencionava que os democratas locais supunham que findo o período mais “acentuado e grave da quadra eleitoral, a calma voltasse ao espírito dos radicais”, que a lei fosse uma realidade e que cessariam as mais infrenes violências. Tudo foi um “engano manifesto”. O “celeberrimo” Francisco de Moura Palha foi acusado de timbrar o terror, ao ordenar atentados e injustiças que poderiam “ocasionar lamentáveis consequências futuras”. Essas perseguições deram-se porque um grupo de eleitores, em pleno gozo de seus direitos políticos, assinou um manifesto contra qualquer alteração feita no resultado da votação do bairro do “Arapiranga”.

Esses eleitores afiançavam ainda terem votado “com a União Patriótica”. Segundo a nota, essas arbitrariedades que recaíam sobre Moura Palha tiveram a conivência do juiz Landim. Este não teve escrúpulos ao confessar a um conceituado cavalheiro que Moura Palha, o “*Pachá da terra*”, deu ordem aos soldados do destacamento para meterem o rifle no

---

<sup>733</sup> O Democrata, 19/05/1891, p. 2.

<sup>734</sup> O Democrata, 02/05/1891, p. 1.

<sup>735</sup> O Democrata, 26/05/1891, p. 1.

honrado comerciante Sanches Muchos na primeira oportunidade que tivessem”<sup>736</sup>. Atitude que, caso tenha realmente ocorrido, corrobora as denúncias de que o intendente em muito se valeu com o afastamento de seu desafeto político, o juiz Jacome Pereira, de suas funções no judiciário local, como foi fartamente divulgado pelos democratas.

As supostas arbitrariedades praticadas pelos radicais em localidades no vale do Rio Tapajós também ganharam o jornal opositorista, e conseqüentemente foram lidas e comentadas pelos moradores do Salgado, que podiam compará-las com as situações vividas em seu meio. Em Itaituba, o intendente local, que também foi presidente da mesa de votação, acompanhado do “célebre Victor Careca, apurou 300 votos para o governo”, mesmo tendo comparecido às urnas apenas 13 eleitores. Na localidade de Goyama, a eleição foi realizada um dia antes, de modo que, quando os eleitores chegaram, os mesários já tinham se retirado para Itaituba. Em Boim, “como nos lugares acima, a eleição foi feita a contendo dos chefes radicais”. A seção de Alter do Chão ironicamente foi “mais patriótica que as outras, a mesa desta paróquia, para solenizar a farsa eleitoral, meteu-se num grande pifão, que foi um louvar a...ao diato de gatinha!”<sup>737</sup>. A nota sobre o Vale do Tapajós, em sua diatribe, mencionava que foi “[...] assim que terminou-se a 2ª eleição feita nesse regime de liberdade, no rio Tapajós. Veja o sr. general Sodré, como foi que os seus amigos prepararam-lhe a sua eleição de governador. Vergonha e mais vergonhas!”<sup>738</sup>

A freguesia de Inhangapy, segundo a nota assinada com o pseudônimo *O apreciador*, não foi mais “um teatro de cenas tristíssimas” somente pela prudência dos democratas locais, em decorrência do “pequeno distúrbio” provocado pelos “primeiros heróis”, o sr. Miguel Pinto Teixeira, subdelegado de polícia, e o soldado Vicente Teixeira, que ainda contaram com o apoio de seus “amigos de copo”, que pularam para a rua de modo a provocar os democratas<sup>739</sup>. Se os democratas de Inhangapy foram guiados pela prudência, evitando os conflitos mais drásticos, tal não foi a sorte dos seus correligionários de São Domingos do Capim, onde ocorreram diversos conflitos amados entre os radicais e os membros do PRD, liderados por Belmiro Pacheco e pelo capitão Francisco da Luz, respectivamente. Fato que levou Farias (2005) a denominar esse conjunto de situações de “A Revolta do Rio Capim”.

---

<sup>736</sup> O Democrata, 15/05/1891, p. 2.

<sup>737</sup> O Democrata, 26/05/1891, p. 1.

<sup>738</sup> Idem.

<sup>739</sup> O Democrata, 30/05/1891, p. 2. Inhangapi localiza-se às margens do rio homônimo. Este desemboca no rio Guamá, um dos caminhos fluviais que conduzem embarcações rumo a cidade de Belém do Pará.

Neste sentido, pode-se dizer que as notas vindas de Inhangapy e São Domingos do Capim completavam-se com tantas outras que narraram acontecimentos semelhantes nesta mesma edição, como a nota intitulada “Cintra”. Comparando com uma peça de teatro, a nota inicia mencionando que mesmo tendo terminado o segundo ato da comédia eleitoral, o governo, não se mostrando satisfeito com sua *esplêndida vitória* (grifos do autor), procurou acabar com aqueles que tiveram coragem de votar nos candidatos da oposição. Nessa vila, onde a maioria dos eleitores radicais não excedia 14 votos, passava por uma crise perigosa, que poderia ter “[...] funestas consequências, porque a paciência humana tem limites”<sup>740</sup>.

Lembrava ainda que muitos “amigos democratas” estavam recolhidos à cadeia para serem processados como sediciosos, pois o governo julgava como “sedição não votar nos seus candidatos”. A vila de Santarém-Novo, que pertencia à comarca de Cintra, mais uma vez estava nas páginas da oposição. Dessa vila vieram alguns presos, entre os quais o “sr. Índio de Santarém-Novo, um dos democratas mais distintos e de grande influência entre os seus distritanos.” Segundo a nota, todos esses detentos que estavam amontoados na imunda cadeia, com a conivência do juiz de direito, sofreram os horrores de uma prisão injusta e violenta, em decorrência do “crime de não terem votado na chapa do governo!!”. Diante desta situação, exclamavam: “Isto é que é liberdade eleitoral!!!” Seguiu aconselhando aos seus dignos amigos democratas, “mártir de suas opiniões que tivessem um pouco mais de paciência.”<sup>741</sup> Afirmativa vaticinando os acontecimentos de 11 de junho? Grandes possibilidades, a partir da leitura dessas fontes, levam a crer que sim. Afinal, como bem se poderia intuir de um dos parágrafos, a paciência humana, isto é, a dos democratas, em especial, tinha limites, e o marco divisor foi o confronto armado de 11 de Junho de 1891.

Isso certamente era esperado pelos radicais, isso porque em 20 de abril 1891, dia do pleito para o Congresso estadual, o “A República”, na nota “Ao Povo” conclamava dizendo que: “Precisamos determinar com clareza a nossa posição e a de nossos adversários diante do eleitorado paraense”. Ainda empregando metáforas de cunho combativo, seguia: “Vai-se travar hoje a grande peleja pela qual sairá triunfante a ideia republicana neste estado e, portanto, a consolidação da ordem e do progresso pela qual combatemos desde o início da grande evolução”<sup>742</sup>.

---

<sup>740</sup> O Democrata, 30/05/1891, p. 1.

<sup>741</sup> Idem.

<sup>742</sup> A República, 20/04/1891, p. 1.

Indagava-se também sobre as proezas políticas do cônego Siqueira Mendes, “que estava à frente do partido nacional e do microscópico partido católico, e do outro o partido democrático”. Estes últimos tinham contra si “o seu passado que ainda estava lá, por um e por outro lado para demonstrá-lo!” Essa nota foi assinada pelo coronel Anísio Antonio Dias (Cintra), coronel Manoel Valente Flexa, coronel Alípio de Assumpção Urbano da Fonseca, João Rodrigues dos Santos (São Caetano), Manoel Bahia do Sacramento e o Barão de Cairary. Eram eles “[...] eminentes cidadãos republicanos convictos, que não queriam compactuar com essa enorme indignidade – denominada liga, onde foi tudo sacrificado para alcançarem o poder”<sup>743</sup>. Tais assinaturas deveram-se à inclusão de seus nomes na chapa democrática, que “somente na véspera foi divulgada”<sup>744</sup>. Ao que findavam aludindo:

Quem tudo falsifica para chegar a seus fins não merece o sufrágio do povo. Às urnas concidadãos! Mais uma vez inflijamos aos inimigos da pátria a derrota merecida!

Mais uma vez brademos com energia: para trás sebastianistas hipócritas, para trás falsificadores! O que fareis no poder, quando ainda na oposição falsificais até as nossas chapas?!

Hurra ao partido republicano!

Bravo aos triunfadores, aos vencedores de hoje!<sup>745</sup>

A certeza da vitória nas urnas fez com que o “partido republicano esperasse calmo, amparado na égide majestosa das suas ideias, o *veredictum* do corpo eleitoral”<sup>746</sup>. Ao que a folha noticiosa do PRP, na nota “Os Justicados” justificava que “esperou assim, porque tinha consciência do seu valor, e ainda porque não arreceava-se da derrota que lhe fosse infligida, não lhe traria o menos vislumbre de desmoralização”<sup>747</sup>. Atitude bem adversa a dos democratas e nacionais católicos, que “ficaram desorientados perante essa calma”. Porém, a calma propalada pelos republicanos durou pouco – se é que houve em algum momento do período eleitoral em ambas as partes.

O editorial “A verdade” do “A República” de 1º de maio de 1891, foi bastante revelador neste sentido, ao abordar as apreensões que pairavam após a eleição, acerca dos possíveis revides que seriam obras do PRD, em sua jornada rumo ao poder de mando, ainda que em alguns pontos se mostrasse confiante na manutenção da ordem pública. Iniciava: “Causa pasmo vê-se a oposição de um dia para o outro esquecer o seu procedimento, e

<sup>743</sup> A República, 20/04/1891, p. 1.

<sup>744</sup> Idem.

<sup>745</sup> Ibidem.

<sup>746</sup> A República, n. 347 de 1891, p. 2.

<sup>747</sup> Idem.

calando o passado, ainda vivo e palpitante na memória do povo, refastelar-se, cheia de volúpia, sobre a verdade conhecida, calcando-a aos pés, mentindo a própria consciência sem pejo, e sem reboço”<sup>748</sup>. Os democratas eram acusados de espalhar cotidianamente as mais tétricas ameaças no seio da população. “Eles diziam clara e terminantemente: havemos de galgar o poder, pela vitória das urnas ou pela força.” Para tanto, era fundamental a participação dos supostos capangas que haviam voltado do Amapá, e que passaram a “[...] formigar por toda parte e ombreavam altivos e insolentes com os grupos adversários”<sup>749</sup>.

A nota de 1º de maio, em diversos parágrafos pôs-se a favor das atitudes de Huet Bacella, para manter a ordem pública, supostamente ameaçada pelos democratas, que não tendo a “[...] coragem da resignação, quiseram perturbar a ordem, galgar o poder pela força. A cidade de Belém foi chamada a testemunhar a favor do governador. Seus habitantes eram “[...] testemunhas de andarem percorrendo as ruas magotes de capangas armados provocando desordens, vaiando cidadãos distintos por sua posição, ousando mesmo, ir até ao quartel do 15º Batalhão provocar à desobediência, à revolta”<sup>750</sup>. Os dias que antecederam a abertura da Constituinte estadual foram significativamente marcados nas páginas do “A República” com notas mencionando acontecimentos que caracterizavam a desobediência, indício fortíssimo dos dias que sacudiram a ordem na capital paraense.

Este foi o cenário que recebeu os constituintes oriundos dos mais diversos rincões do vastíssimo estado confederado do Pará, largamente entrecortado por rios e igarapés, muitos dos quais desembocam naqueles que margeiam a “Cidade do Pará”. Porém, eles não vieram sozinhos. Outros sujeitos também aportavam, talvez conduzidos nas mesmas embarcações. Seus intentos, sim, eram antagônicos aos dos primeiros, pois pretendiam impedir que o Pará, por meio de sua Constituição, entrasse na legalidade republicana e escolhesse o seu primeiro governador constitucional. Provava-se, outra vez, que o ódio fratricida não havia sustado, a paciência humana teve o seu limite alcançado, que os ativistas de cada partido, mas, sobretudo, os democratas/ex-liberais, juntamente com os Siqueiristas/católicos, derrotados ou impedidos de participar das eleições, mais do que nunca ombreavam altivos e insolentes os adversários.

---

<sup>748</sup> A República, 01/05/1891, p. 1

<sup>749</sup> Idem.

<sup>750</sup> Ibidem.

### 3.2 A REVOLTA DE 11 DE JUNHO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NO SALGADO PARAENSE

Mesmo sendo boatos, como frisou Ricardo Borges (1983), as informações desconectadas, propaladas pelas ruas de Belém, nos dias 9 e 10 de junho de 1891, acerca de um motim que estava sendo preparado para depor Huet Bacellar e aclamar Vicente Chermont de Miranda, não deveriam ser desconsideradas pelo governo (BORGES, 1983, p. 54). E certamente não foram, pois, além dessas intenções, pretendia-se ainda evitar a abertura do Congresso Constituinte do Pará em 11 de junho. Nessa empreitada, os democratas contariam com tropas que viriam da região do rio Capim, sob a liderança do capitão João Francisco da Luz<sup>751</sup>. A guerra psicológica já tinha começado com os burburinhos. Comentava-se que o capitão Luz teria mandado dizer ao governador que “[...] preparasse uma ceia de mil talheres, que ele viria brevemente com seus amigos cear em palácio [...]” (Um Democrata [Américo Santa Rosa], 1891). Aos democratas do rio Capim deveriam se juntar os grupos vindos de outras localidades, para tanto, expediram circulares para o Acará, ilha das Onças, Ourém, Cintra, Vigia, Marapanim. “[...] onde era possível encontrar alguns desalmados para apresentarem-se em Belém no dia 11 de Junho”<sup>752</sup>.

Os grupos deveriam vir armados e preparados para tomar parte na luta que se ia travar. Os democratas eram acusados de “[...] em tudo se assemelharem à Cabanagem, parodiaram o aviso dos cabanos ao presidente Lobo de Souza, para preparar-lhes o almoço, avisando o governador de que naquele dia iriam jantar com ele. Algo que demonstra o quanto a memória da Cabanagem estava presente na mente das autoridades, e porque não dizer, da sociedade paraense. Afinal, em muitas localidades, como em Vigia, que resistiu ao cerco e onde as marcas dos cabanos ainda eram latentes quase meio século depois. Rumores que barcos oriundos de São Caetano Odivelas aportariam em Belém trazendo alguns homens. De Cintra também eram esperados cerca de 300 homens, que viriam por terra<sup>753</sup>. Esse quadro levou à propagação de outros boatos, como o da ordem de prisão expedida contra Vicente Chermont de Miranda.

---

<sup>751</sup> De acordo com Farias, (2003) p. 187, um argumento frequentemente defendido pelos democratas era que temiam que o governador Huet Bacellar, contando com o apoio do Exército e da Armada, tentasse dissolver o Congresso e impor o seu nome para ser eleito ao cargo de governador. Contudo, a situação do governador diante dos militares não era das melhores. Um grupo de oficiais, juntamente com alguns cadetes que assinaram uma declaração contra o governador, foi punido com a prisão na Fortaleza da Barra. Somando-se a estas insatisfações, ainda houve a tentativa de assassinato do fiscal do 15º Batalhão, o major Eugênio Mello. A situação também não diferia no quartel do Corpo de Polícia. Nessa corporação, o clima de insatisfação era intenso, as divergências entre as praças e os seus superiores eram frequentes. Situações que por si dão uma ideia do nível de insubordinação manifestado pelos militares.

<sup>752</sup> A República, 07/08/1891, p. 1.

<sup>753</sup> Idem.



Preocupados com os boatos da prisão de Chermont de Miranda, o diretório do PRD convocou uma reunião extraordinária, na qual Veiga Cabral lançou a proposta da deposição do governador por meio de uma revolta dirigida pelo PRD. Contariam com o apoio de militares descontentes do 15º Batalhão de Infantaria e do Carpo de Polícia somados a um grupo de civis convocados anteriormente pelo próprio Cabralzinho, perfazendo um total de 1000 pessoas, contingente razoável para aplicar um golpe com sucesso. Cabralzinho opinou por uma ação imediata, porém sua proposta foi reprovada pelas lideranças do partido. Inconformado, ele juntou-se a Eduardo Dubourjal e Eduardo Dubuorjal Filho, democratas de expressão e prestígio no partido, e que defendiam a mesma proposta. A intenção dos três foi fundamental para que outros democratas de menor expressão política os seguissem no plano [...]” (Um Democrata [Américo Santa Rosa], 1891).

Depois de tentar convencer Chermont de Miranda a depor o governador, jurando contar com apoio suficiente, Veiga Cabral saiu da reunião ao encontro de 100 homens armados vindos de várias localidades e mais 80 que chegavam da Ilha das Onças. Após preparar a tropa, Cabralzinho contatou com um sargento de polícia que avisou que os praças estavam prontos e o esperavam no quartel, onde o informante se encontrava de guarda.<sup>754</sup>

Em sua análise acerca dessas articulações engendradas por Veiga Cabral, Farias (2005) menciona que é surpreendente como em tão pouco tempo foi reunido um significativo grupo de revoltosos. O que o leva a considerar a possibilidade de que antes mesmo da convocação da reunião do partido, os preparativos para a revolta já tivessem sido iniciados, com ou sem o aval dos dirigentes. Pelo que conclui que o grupo já estava se preparando há bastante tempo, haja vista que a tomada do poder pelas vias legais não seria possível, pelo fato de que os democratas não contavam com representantes no Parlamento Estadual (FARIAS, 2005, p. 188).

Como era esperado, Cabralzinho e seus homens seguiram para o quartel. Um dos sargentos abriu-lhes o portão, passando muitos homens em grande algazarra gritando viva a República e ao PRD. A maioria das praças aderiram à revolta, ficando apenas no quartel um total de 23, sendo 4 sargentos, 2 cabos e 17 soldados[...]” (Um Democrata [Américo Santa Rosa], 1891).. Ao seguirem para o local onde estava o restante do armamento, encontraram a porta aberta, algo incomum na rotina do quartel<sup>755</sup>. Já com o reforço dos militares do Corpo de

---

<sup>754</sup> O Democrata, 12/08/1891, p. 1.

<sup>755</sup> Arquivo Público do estado do Pará (APEP, Fundo: Executivo): Relatório sobre a sedição do dia 11 de junho, enviado pelo comandante do Corpo Militar de Polícia tenente-coronel Manoel Nonato de Seixas ao chefe de segurança pública Manoel Januário Bezerra Montenegro. Belém, 12 de junho de 1891. p. 15 apud Relatório em que o capitão Duarte Huet Bacellar passou a administração do estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao governador Dr. Lauro Sodré. Belém: Typografia do Diário Oficial, 1891, p. 15.

Polícia, os revoltosos seguiram pelas ruas de Belém até o Cacaolinho, na busca pelos seus companheiros do interior.<sup>756</sup> Como forma de elevar a ação, e ao mesmo tempo chamar a atenção de todos os insatisfeitos que pretendessem ingressar no grupo, Cabralzinho teria ordenado que a banda de música tocasse. Tendo “[...] os músicos à frente e a dar vivas ao passo que o governador reforçava os meios de defesa em palácio que estava fortemente defendido por bombeiros, artilharia e metralhadoras [...]”.<sup>757</sup> Com este “desfile barulhento e desafiador”, dirigiram-se ao quartel do 15º Batalhão em Nazaré, mas os militares dessa corporação não aderiram ao movimento, o que levou alguns revoltosos a se dispersar, por temerem o fracasso da revolta. Veiga Cabral seguiu com mais 40 homens armados para o sítio Cacaolinho, no subúrbio de Belém. Enquanto isso, o governador mandou uma brigada formada por “todas as forças do mar e terra”, junto com os alunos do Instituto de Educandos da Providência e os menores do Arsenal de Guerra, ao encontro dos revoltosos.

Nesse contexto, o governador encontrava-se em situação difícil, uma vez que precisava garantir a abertura do Congresso Constituinte e ao mesmo tempo imprimir derrota aos revoltosos, para evitar maiores problemas. Somente por volta das 14 horas, um piquete da Cavalaria seguiu para o Cacaolinho, sob o comando do tenente João Baptista de Seixas. Essa força que estava encarregada de estudar os meios de desalojar os revoltosos foi recebida à bala, e por faltar-lhes elementos para lutarem com vantagem, teve que recuar<sup>758</sup>. Tal demora pode ser atribuída à preocupação das autoridades legais em garantir a defesa da sede do governo e do centro da cidade, tanto é que foi ordenada a abertura da Alfândega no domingo, 11 de junho, para ter à sua disposição todos os rifles existentes, e com eles armar os civis que se apresentassem para lutar em defesa do governo<sup>759</sup>.

Quando os revoltosos chegaram ao Cacaolinho não encontraram o contingente que Cabralzinho esperava “[...] do Capim e de Cintra e de outros lugares que haviam prometido concurso”<sup>760</sup>. Porém, temendo a dispersão da tropa, o líder dos sediciosos procurou alojá-la da melhor maneira possível. Para tanto, abriu as casas das chácaras de Chermont de Miranda e do

---

<sup>756</sup> A República, 27/06/1891, p. 2.

<sup>757</sup> Idem. Não há consenso quanto ao número exato de revoltosos que assaltaram o quartel. O alferes secretário, José M. de Carvalho e Silva, em ofício dirigido ao comandante, afirma que aproximadamente às duas horas da madrugada do dia 11, deparou-se com os revoltosos dentro do quartel gritando vivas aos democratas. Afirma que estavam “[...] em número superior a quatrocentos, todos armados de facas, espingardas, terçados, foices e chuços (oh! oh!)”... que nessa ocasião o comandante procurou repelir com toda energia essa força, mas foi inútil, visto terem desaparecido as cornetas e clarins.

<sup>758</sup> A República, 12/08/1891, p. 1

<sup>759</sup> O Democrata, 08/08/1891, p. 1.

<sup>760</sup> A República, 11/09/1891, p. 1.

professor Camilo Salgado. Preocupado em providenciar alimento, Cabralzinho enviou uma pessoa de sua confiança para buscar mantimentos na casa de seu sócio, Francisco Martins Silva. Após a pequena refeição da tropa, o capitão Luz chegou ao Cacoalinho, onde manteve longa conversa com Cabralzinho. Ao final, ele se retirou sem se despedir de ninguém. O que causou estranhamento, pois o líder capiense era esperado com o mais poderoso reforço. Cabralzinho explicou que Luz tinha ido buscar seu pessoal que estava a caminho e logo estaria de volta<sup>761</sup>.

Por volta das 11 horas da manhã, quem voltou ao sítio da *Conceição*, como também era chamada a propriedade de Chermont de Miranda, foi o piquete da Cavalaria, e tal como da primeira vez, foi recebido à bala. Segundo o “A República”, o governo, que até então esperava que os revoltosos dispersassem pacificamente, resolveu operar com energia. Estava declarada a revolta. Cumpria-lhe fazê-la abortar, sufocando-a na *Conceição*, onde se qualificara pelo ataque à força legal. Porém, mesmo surpreendendo os revoltosos, que repousavam por terem passado a noite em claro, o tiroteio começou e durou mais ou menos dez minutos. Como saldo dessa nova empreitada, cinco praças caíram do cavalo “[...] ou feridos ou por não saberem sustentar-se nas selas [...], e mais uma vez se retiraram”<sup>762</sup>.

Ao retornarem em direção ao Largo do Palácio, o pânico tomou conta das pessoas que estavam às janelas da sede do governo. Essas gritavam que a tropa havia sido batida e que Cabralzinho avançava pela estrada de São José. Reconhecendo que uma escolta não bastava para conter a revolta, o governador ordenou que um destacamento composto de quarenta homens convenientemente armados reforçasse a tropa. Um novo tiroteio ocorreu, mas, por falta de munição, a tropa governista teve que recuar<sup>763</sup>.

Devido às duas retiradas, após comunicar-se com o Governo Federal, Huet de Bacellar entendeu que era necessário enviar uma tropa mais numerosa. O comando foi entregue ao tenente-coronel Cláudio Savaget, comandante do 15º Batalhão de Infantaria, que tinha “[...] a difícil missão de desalojar os loucos que pretendiam subverter a ordem e ensanguentar a pátria.”<sup>764</sup> Savaget dispunha de dois canhões do 4º Batalhão, sob o comando do alferes em comissão, Adolpho Lisboa; de uma metralhadora, sob o comando do 1º tenente Arthur Augusto de Carvalho, imediato da canhoneira Cabedelo; do Esquadrão de Cavalaria, sob o comando do tenente Sant’Anna e alferes Apolônio; e de um contingente do Corpo de Bombeiros.

---

<sup>761</sup> O Democrata, 08/08/1891, p. 1.

<sup>762</sup> A República, 13/08/1891, p. 1

<sup>763</sup> Relatório em que o capitão-tenente Huet Bacellar passou a administração do estado do Pará ao governador Dr. Lauro Sodré, em 24 de junho de 1891.

<sup>764</sup> A República, 13/08/1891, p. 1.

Chegando à Praça Batista Campos, o comandante Savaget dividiu a tropa de cavalaria em três grupos, sendo dois encarregados do serviço de “planqueadores” e outro incumbido de reconhecer o terreno. Quando a tropa do governo se aproximava do Cacaolinho, foi recebida com vários tiros, correspondidos por uma das companhias do 15º Batalhão de Infantaria, que avançava em direção ao sítio. Foi grande o alvoroço. Os revoltosos tomaram suas posições para o combate. O capoeira Coutinho, comparsa de Veiga Cabral, entrincheirou-se com alguns homens em uma das valas que serviam para o escoamento das águas do rio Guamá, em frente à casa de Chermont de Miranda. O líder dos revoltosos, juntamente com os Dubourjal, posicionou-se por detrás da cerca da casa do professor Camilo Salgado com todos os homens espalhados ao longo da mesma. Completou-se o entrincheiramento com tábuas, que fechavam os interstícios da cerca e só deixavam lugar para a pontaria<sup>765</sup>.

Enquanto a tropa mista atacava por terra, a canhoneira Guarany, estacionada no Rio Guamá, que contava com um efetivo composto de marinheiros nacionais e praças do Corpo de Bombeiros, disparava tiros de metralhadora e lanternetas em direção aos revoltosos, tendo algumas balas atingido a cidade. Posicionando a força militar no sentido de cercar a área, o comandante Savaget pretendia fazer o grupo de Cabralzinho recuar. Em posição, a artilharia começou o bombardeio, sendo auxiliada pelo fogo cruzado da infantaria. Os revoltosos responderam com vários tiros, chegando a ferir algumas praças do Corpo de Bombeiros. Preocupado com o fracasso da expedição que demorava a chegar a um resultado satisfatório, o tenente-coronel Savaget solicitou reforços.

Às 18 horas, o governador enviou o comandante do Corpo de Bombeiros com três oficiais e um reforço de 60 praças. Logo que a tropa apareceu na saída das matas, os revoltosos dispararam uma descarga pesada, obrigando os militares a se refugiarem e permanecerem na mesma posição até o final do combate. No momento em que iniciaram os disparos das metralhadoras a situação para os homens de Cabralzinho ficou ainda mais difícil. Mesmo assim, buscaram sustentar-se disparando vários tiros intercalados, sem dar descarga cerrada, recuando e avançando alternadamente. Formaram pequenos grupos que se revezavam para sustentar o fogo. Preocupados em não desperdiçar munição, procuravam não atirar todos ao mesmo tempo. Diante de um combate sem grande mobilidade de tropas, um grupo mais numeroso da tropa de Veiga Cabral tendeu um último esforço, avançando em descoberto, fazendo com que a tropa legalista recusasse por não ter mais munição<sup>766</sup>. O mapa a seguir (Figura 12), permite perceber as dificuldades que o local dos conflitos oferecia para se

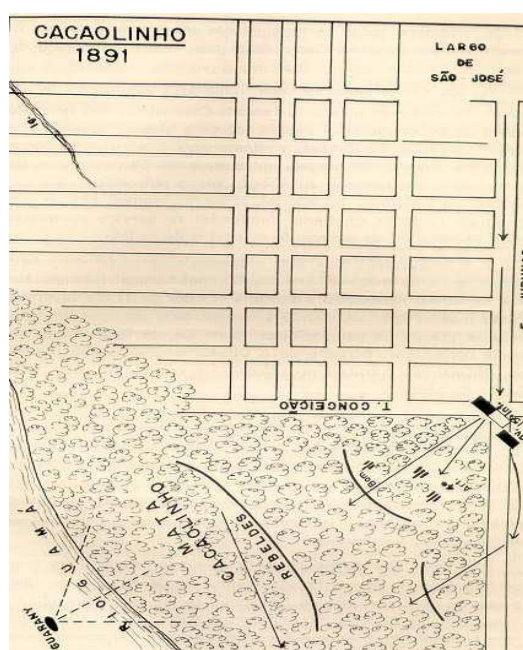
---

<sup>765</sup> O Democrata, 08/08/1891, p. 1.

<sup>766</sup> Idem.

estabelecer franco combate entre as tropas. Ao estabelecer o Cacaolinho como Quartel General e ponto de descanso dos revoltosos, Cabralzinho era ciente dos obstáculos que o terreno oferecia para as tropas legalistas no que concerne a movimentação rápida de cavalos e de armamentos, como canhões por se tratar de uma área de mata. Vegetação que também contribuía para a não aproximação das tropas embarcadas, e estacionadas no Rio Guamá, que para a sua movimentação precisava ainda obedecer os horários das marés.

Figura 12 - Mapa do local da Revolta de 11 de Junho, com a posição das tropas.



Fonte: Farias (2003).

A luta extinguiu-se ao anoitecer. Sitiantes e sitiados tinham esgotado as munições. No mais, os revoltosos, abrigados em um edifício e cercados de mato não, podiam firmar alvo sobre a tropa. Os soldados, por sua vez, não podiam atirar, embaraçados pelos mesmos motivos. E, sobretudo, o governo justificou que “combatendo rebeldes combatiam brasileiros, conterrâneos, e talvez parentes”. A folha governista alegava que o cessar fogo se deu porque “[...] não estava nos intuítos da força pública fazer carnificina, calando baioneta contra os infelizes que já estavam castigados”<sup>767</sup>. Logo, o comandante da expedição mandou tocar a retirada e seguiu para a cidade com a tropa que o acompanhara. Salvou-se a capital, sem que “o solo do Cacaolinho ficasse alastrado de cadáveres”. Restabeleceu-se a ordem sem que tivessem grandes desgraças a lamentar, se bem que não foi conhecido o estrago feito nos revoltosos. Se houve mortos, eles os conduziram de noite com os feridos e se dispersaram pelo rio Guamá<sup>768</sup>.

<sup>767</sup> A República, 13/08/1891, p. 1.

<sup>768</sup> Idem.

A distância das tropas, a cerca de 800 metros da margem do Rio Guamá, contribuiu para que não houvesse mortos no combate. Além disso, os comandantes receavam que as duas milícias, dotadas de pouco contingente, ao menor sinal de fragilidade pudessem representar a fragmentação dos militares. Na versão governista, Cabralzinho e seus partidários abandonaram suas posições, o que difere da exposta pelos democratas, segundo os quais a tropa governista, com medo, teria se mantido distante das tropas dos revoltosos, por isso não conseguiu o intento aniquilá-las, e nem mesmo o de atingi-los. “Parece incrível que depois de um intenso tiroteio que durou mais de três horas, secundado por duas peças de campanha e metralhadoras, não tivesse morrido um só dos atacados”<sup>769</sup>.

Conforme o relatório do primeiro-tenente Arthur de Carvalho, que comandou a canhoneira Guarany, o cessar-fogo veio após terem sido disparados 114 tiros de canhão (restaram apenas seis cartuchos) e 1.020 tiros de metralhadora. Com tantos disparos, as munições do 15º Batalhão de Infantaria também acabaram, e como não podia ficar indefeso, a saída foi telegrafar para o Maranhão solicitando suprimentos bélicos. O transporte de tropas e munição até a capital paraense foi feito pelo vapor Alcântara, fretado exclusivamente para esse fim<sup>770</sup>. No mais, diante da instabilidade na vida pública do Pará, o Governo Federal “recomendou energia e prontidão”, além de ordenar o retorno da corveta Guanabara, que dias antes seguira viagem para o Rio de Janeiro, e ainda se encontrava em Pernambuco. Assim, foi possível comemorar a vitória do governo com uma grande salva de tiros.

Segundo o órgão do PRP: “Os loucos que se haviam sacrificado na luta contra a ordem e a autoridade, choravam pelos matos, não tanto pelo mau êxito da empresa como a ingratidão dos que os impeliram”<sup>771</sup>. A tropa governista regressou no entardecer por debaixo de habitual chuva de Belém e percorreu as ruas cantando a vitória em direção ao Palácio do Governo para receber as saudações. Na frente do Palácio, o governador Huet Bacellar discursava:

Paraenses! – A ordem pública acha-se restabelecida.

Os revoltosos, batidos pelas tropas legais, fugiram abandonando armas e munições.

Honra aos bravos soldados do 15º de Infantaria, do 4º Artilharia, à Marinha, ao Corpo de Bombeiros e ao Esquadrão de Cavalaria da Polícia.

Viva o povo paraense que, com lealdade e valor, colocou-se ao lado do Governo e das tropas de Mar e Terra.

Paraenses! Unamo-nos pela pátria, pela ordem, pela família e pela liberdade<sup>772</sup>.

<sup>769</sup> O Democrata, 10/09/1891, p. 1.

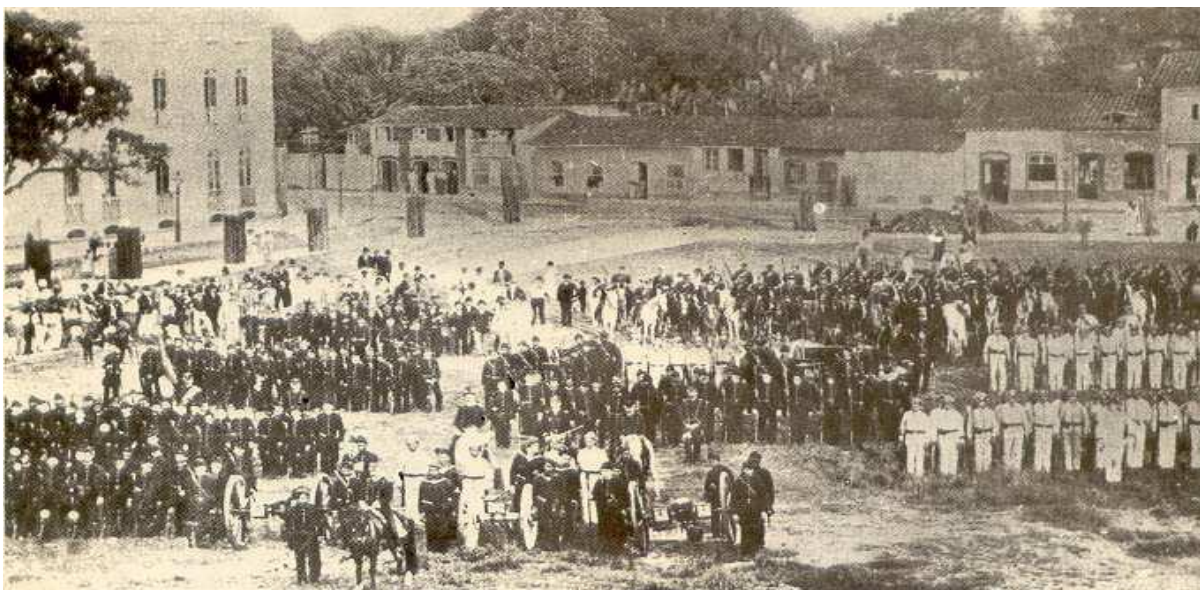
<sup>770</sup> Relatório apresentado pelo 1º tenente Carvalho, comandante da canhoneira Cabedelo ao comandante do 15º Batalhão de Infantaria e das forças expedicionárias, tenente-coronel Sagavat. Belém, 13/06/1891. Relatório do governador Huet Bacellar sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891, publicado no Diário Oficial de 11/07/1891.

<sup>771</sup> A República, 13/08/1891, p. 1.

<sup>772</sup> A República, 12/08/1891, p. 1.

Resolvido o embate, a tropa vitoriosa que regressou foi fotografada e homenageada por setores da sociedade belenense que se posicionaram ao lado do governo<sup>773</sup> As tropas em forma e mostrando os armamentos que estavam ao seu alcance, deveriam ser perpetuadas nas lentes fotográficas de modo a imprimir noção de terem cumprido o profícuo dever de terem salvaguardado as instituições republicanas em via de consolidação no Pará. (Figura 13).

Figura 13 - Tropa legalista reunida na Praça da República, ao retornar do Cacaolinho.



Fonte: Farias 2003.

Segundo a nota “Presente do Governador”, publicada no “A República”, para perpetuar a lembrança dos serviços prestados pelas forças legalistas, mais precisamente pelo 4º Batalhão de Artilharia de Posição, quando de sua participação no “salvamento da pátria paraense” nas tristes ocorrências de 11 de Junho, o capitão-tenente Huet Bacellar ofereceu-lhes um quadro. O mesmo era encaixado em vidro e forrado de veludo verde, tendo tranchas azuis na parte superior e alças brancas com fios de ouro nos ângulos. Trazia a seguinte dedicatória datada de 1 de junho de 1891:

O governador do Estado do Pará, capitão-tenente da armada nacional Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes, querendo perpetuar e demonstrar o elevado apreço de consideração que lhe merece o 4º batalhão de artilharia de posição, pela atitude nobre e relevantes serviços prestados a causa republicana, na jornada de 11 de Junho de 1891, oferece esta lembrança ao comandante, oficiais, inferiores e mais praças do referido batalhão para ser colocada e conservada na sala de honra do batalhão.

Homenagem do Governo do Pará.  
Ao 4º Batalhão de Artilharia de Posição.

<sup>773</sup> Relatório do governador Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891, publicado no Diário Oficial de 11 de Julho de 1891.

Essa euforia das forças legalistas rivalizava com a tensão de um novo ataque. Afinal, o líder dos revoltosos, Veiga Cabral, a quem os membros do PRD atribuíram toda a responsabilidade pela organização do movimento, continuava solto, como também o medo estava à solta, pois o aparato bélico à disposição do governo não era dos melhores. A canhoneira Cabedelo, por exemplo, apesar de proteger o Palácio do Governo com uma metralhadora, não se movimentava sem a ajuda de um rebocador. A Armada, que nos dias 11, 12 e 13 de junho estava sob o comando do capitão de mar e guerra Bernardino Queiroz, além das canhoneiras Guarany e Cabedelo, contava com os rebocadores Parús e Anta, o vapor Caçador e a lancha da Alfândega.

No dia 12, a canhoneira Guarany ancorou no Cacaolinho e Pedreira para fazer reconhecimento, pois havia informações de ainda havia ali cerca de 400 homens armados. Os boatos mencionando a partida de uma grande expedição do distrito do Guamá e do Capim, com homens armados e dispostos a atacar a cidade de Belém, preocuparam o governador. Os republicanos buscavam advertir a sociedade, ao demonstrar que a República estava em perigo, e novamente fez-se referência à entrada dos cabanos na capital no “ano de 1835, carregado das mais negras cores”. Esses alertas possivelmente levaram o governador e outros agentes políticos próximos a ele a convocar o líder democrata Vicente Chermont de Miranda para mediar um acordo de paz, mesmo este asseverando que essas notícias não passavam de boatos infundados.

O clima tornava-se ainda mais pesado em virtude de várias prisões feitas ainda na manhã do dia 11, sendo muitos aprisionados a bordo de embarcações fundeadas na baía de Guajará ou enviados para a fortaleza da Barra do Pará, defronte à capital paraense. No dia 12, ainda, por ordem do governador, os jornais “O Democrata” e “Diário do Gram-Pará” foram fechados. Depois da oficina do “Diário do Gram-Pará” ter sido invadida e destruída por um grupo de soldados do Corpo de Bombeiros, que estavam disfarçados, o mesmo ocorreu com o “O Democrata”, que esteve proibido de publicar por um longo período, e retomou suas atividades somente após a compra de novos equipamentos<sup>774</sup>.

Como bem frisou o “A República”, a partir de então, “[...] começaram os sustos e os sobressaltos para as famílias dos comprometidos, porque se pensava que o governo os perseguiria sem tréguas e sem compaixão [...]”<sup>775</sup>. Nos dias 13 e 14, houve muitas prisões que

---

<sup>774</sup> O Democrata, 02/08/1891, p. 1. Essa não foi a primeira vez que esses periódicos tiveram suas atividades interrompidas. O Democrata, 27/05/1890, p. 1, traz uma nota em que alude aos fatos que antecederam o incêndio ocorrido na oficina do “Diário do Gram-Pará”. Menciona igualmente o inquérito instaurado pelo delegado de polícia, referente ao outro incêndio na oficina do “O Democrata”. Os democratas atribuíram a autoria desses atentados, ocorridos em 1890, aos agentes governistas.

<sup>775</sup> A República, 13/09/1891, p. 1.



não constaram nas ocorrências policiais, por terem sido efetuadas por indivíduos que não ocupavam cargos oficiais – ou eram capangas do governo ou soldados que prendiam sem mandado de prisão. “Qualquer radical exaltado, qualquer marinheiro ou soldado de cavalaria ia prendendo a torto e a direito a quem julgava suspeito [...], reclamava o “O Democrata”<sup>776</sup>. Não há dúvidas de que o envolvimento dos democratas na Revolta de 11 de Junho era um motivo a mais para que o governo intensificasse as perseguições ao grupo. Afinal, todos deveriam ser punidos, ainda que o peso das punições percorresse caminhos diferenciados (FARIAS, 2005, p. 216).

Contudo, este método repressivo não foi um caso isolado. Por exemplo, José Murilo de Carvalho (2008), ao estudar a “Revolta da Vacina”, afirma que:

No Brasil, em caso de revoltas populares, nunca havia processo contra o grosso dos presos. Processavam-se apenas os líderes, muitas vezes elementos da elite. Os restantes eram simplesmente colocados nos navios e deportados para algum ponto remoto. Nem mesmo passavam pela casa de detenção, onde teriam ficado registros pessoais (CARVALHO, 2008, p. 113).

Como preito de agradecimento “[...] pelo critério, intrepidez e atividade de que deu provas para salvar a capital da carnificina com que foi ameaçada no dia 11 [...]”, o conselheiro Paes de Andrade requereu ao Congresso estadual que fosse lançado em ata um voto de louvor ao capitão-tenente Duarte Huet Bacellar. O que foi aceito unanimemente, recebendo inclusive o apoio da imprensa e do povo paraense, que elogiaram “[...] o procedimento honroso e inteligente do cidadão que dirige o Estado [...]”<sup>777</sup>. Porém, ao mesmo tempo em que o governador recebia felicitações de seus correligionários pelo “restabelecimento da ordem”, corriam notícias de que estavam ocorrendo graves conflitos nas localidades do Salgado. Comentava-se que em Cintra, São Caetano, Vigia, Curuçá e Marapanim os democratas estavam ameaçando iniciar novas revoltas, inclusive havia boatos que em Cintra, Marapanim e São Caetano todas as autoridades tinham sido depostas e outras seriam aclamadas, e ainda reuniam levadas de pessoas armadas para se juntar aos revoltosos da capital.

No que tange às notícias sobre conflitos no interior do estado, o democrata Demétrio Bezerra afirmou que na tarde do dia 14 foi procurado em sua casa por um desconhecido, alegando que por não ter encontrado nenhum dos chefes do PRD, optou por fazer-lhe um comunicado grave e pedir-lhe conselho. O homem afiançou que obteve informações de que naquela noite deveriam chegar ao porto da capital, dois barcos vindos da região do Salgado

---

<sup>776</sup> O Democrata, 02/08/1891, p. 1.

<sup>777</sup> A República, 16/06/1891, p. 1.

com homens armados, e que em Cintra os democratas estavam exaltados e se preparavam para invadir a delegacia e libertar os presos políticos da cadeia da cidade.

De imediato, Demétrio Bezerra procurou o líder do seu partido, Vicente Chermont de Miranda, porém este estava em São Domingos do Capim, provavelmente reunido com democratas locais, no sentido de alertá-los sobre a situação política vivenciada na capital. Neste caso, Bezerra recorreu ao republicano Theodósio Chermont, que comunicou o fato a Paes de Carvalho, pois o líder democrata se negava a falar com líder do PRP. Ciente das informações, Paes de Carvalho, referiu-se às ameaças vindas de São Caetano como “perturbação da ordem”.

Contudo, Paes de Carvalho considerou prudente enviar um emissário de paz, para ir de navio a todas as povoações até Cintra. Este seria designado por Bezerra<sup>778</sup>, que indicou o dr. Felipe Lima, e foi aprovado pelo líder do PRP. Neste caso, a reunião de Bezerra com foi inevitável, como chefe do executivo, afinal, cabia a ele emitir o salvo-conduto para que o emissário seguisse sem complicações. Após esta negociação, Felipe Lima aceitou a missão.

Na manhã do dia 15, o sujeito que informou Bezerra sobre as agitações de São Caetano reapareceu e disse que os homens esperados de São Caetano não tinham chegado, porém, havia rumores de que um destacamento com 300 homens marchava por terra de Cintra rumo a Belém, fato que levou a uma nova reunião com Paes de Carvalho. Desta vez o escolhido como emissário de paz foi o irmão de Demétrio, Philoto Bezerra, que deveria seguir pela Estrada de Ferro de Bragança, de modo a interceptar os democratas. Para tanto, seria necessário outro salvo-conduto, visto que, na véspera, uma bateria do 4º Batalhão de Artilharia seguiu para a localidade de Apehú, o que possivelmente seria um empecilho para o êxito da missão. Contudo, Demétrio não poderia receber o documento no palácio, pois temia retaliações por parte dos parlamentares do PRP, por isso, o mesmo foi entregue a Paes de Carvalho, com o seguinte teor:

Gabinete do Governador do Estado do Pará. Belém, 15 de junho de 1891.  
Recomendo às autoridades e às tropas legais que deem passagem franca ao portador, o qual segue até Cintra e daí deverá regressar à capital.  
Governador Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes<sup>779</sup>.

Antes de partir para São Caetano, Felipe Lima solicitou, além do salvo-conduto, que seguisse com ele um “radical influente na região”, mas não foi possível atendê-lo. Então, solicitou cartões assinados por Paes de Carvalho, como uma forma de comprovar a validade da sua empreitada. Por volta de uma hora da madrugada, Lima, juntamente com do 1º tenente da Armada Nacional, Pedro Paulo de Oliveira Santos, partiram a bordo do vapor “Fé”. Na

<sup>778</sup> Um Democrata [Américo Santa Rosa]. Op. Cit. p. 147.

<sup>779</sup> Um Democrata [Américo Santa Rosa]. Op. Cit. p. 147-148.

tarde do dia 15, chegaram à vila de São Caetano de Odivelas, onde, segundo o delegado de polícia, “estava em armas uma centena de pessoas”. Em terra, seguiram para a casa do líder democrata João Florêncio de Figueiredo, onde se reuniu com alguns membros da comissão local, além do subdelegado de polícia e do chefe radical, João Rodrigues dos Santos. Após apresentar o cartão de Paes de Carvalho aos presentes, Lima informou o motivo da viagem, ao ser questionado sobre o que realmente havia ocorrido.

Segundo os democratas, a única ocorrência deu-se em virtude das cizânias particulares entre o delegado de polícia local e um democrata. Na ocasião em que se encontrava na vila, este foi espancado e deixado caído deitando sangue pela boca, fato que levou outros democratas, liderados por um tal Gaia, membro da comissão do PRD local, a querer tirar o desforro, mas isso não chegou a acontecer, em razão do delegado ter deixado o cargo e partido para a capital. Ainda segundo a versão da folha democrática, o líder do PRP, João Rodrigues dos Santos, declarou que João F. de Figueiredo lhe “[...] merecia inteira confiança, e que se estivesse ele na vila não teria o membro da comissão, Gaia, que é exaltado, feito esse ajuntamento de homens com feição agressiva que tinha inquietado as famílias.<sup>780</sup>” Por sua vez, Felipe Lima solicitou que as partes litigantes esquecessem os ressentimentos antigos e modernos, de modo a se tratarem como adversários e não como inimigos. Ao narrar a fala de Oliveira Santos, a folha do PRD, mencionou que, em nome do governo ele, desejava que houvesse paz, e responsabilizou tanto os democratas quanto os radicais por perturbarem a ordem. Na ocasião, todos se comprometeram a não perturbar a ordem, e o mesmo Gaia declarou que se exaltava somente quando era provocado.

Na manhã seguinte, o emissário de paz seguiu então para Curuçá, onde também segundo a nota democrática, “Tudo tinha estado em paz e eram amigos os chefes adversários”, com os quais inclusive havia almoçado. Ainda na tarde do dia 16, chegaram ao porto de “Barraca” e caminharam a pé até a vila de Marapanim, onde ocorreu conferência entre Felipe Lima e os chefes de ambos os partidos, tendo inclusive a presença do juiz de direito Loyola Vergolino. No relato de Lima, nessa localidade “[...] tiveram a certeza de que não houvera a perturbação da ordem, não obstante terem circulado boatos mais ou menos alarmantes<sup>781</sup>”, pois somente o juiz relatou que alguém lhe referiu que os democratas tinham assentado os nomes de pessoas que deveriam substituir diversas autoridades, aguardando notícias da capital; e por isso convidara ao chefe democrata a ir falar-lhe em sua residência e que “[...] referindo-lhe o que lhe constava, o mesmo sr. Herculino Bentes, chefe dos

---

<sup>780</sup> O Democrata, 26/08/1891, p. 1.

<sup>781</sup> Idem.

democratas, lhe garantira nada ter havido e nada haver, o que o mesmo juiz respondera confiar a defesa de sua pessoa, família e casa ao mesmo sr. Herculino Bentes, que sem dificuldades a isso comprometeu-se.<sup>782</sup> O depoimento do juiz foi inclusive confirmado por Bentes, repetindo que nada tinha havido e nem haveria por parte dos democratas.

Após percorrer furos e igarapés desde as quatro horas da madrugada, com saída de Marapanim, Felipe Lima e Oliveira Santos chegam a Cintra ainda na manhã do dia 18, tendo por companhia o juiz Loyola Vergolino, que seguiu na mesma embarcação. Após a chegada, reuniram-se com os chefes dos dois partidos e o juiz Loyola. Durante a reunião, soube-se que os chefes democratas, acompanhados de muitos correligionários, “desarmados e em boa ordem foram à casa do juiz municipal pedir-lhe que mandasse pôr em liberdade” os eleitores democratas de Santarém-Novo que foram presos por motivos políticos em 21 de abril, um dia depois da eleição para deputados e senadores estaduais.

Segundo o relato de Lima, esta versão foi ratificada pelo juiz, ao relatar que recebeu a comissão na sua casa, e esta lhe declarou ter sido obrigada pelos seus correligionários a fazer o pedido de soltura dos presos em questão. Para tanto, alegava que os detentos estavam na cadeia pública de Cintra há mais de dois meses, sem terem cometido crime algum, além de não ter sido instaurado processo contra eles. Em vista das arguições, o juiz passara “[...] o mandado de soltura por se julgar coagido pelo grande número de pessoas estacionadas em frente de sua casa, ainda que ninguém tenha proferido palavra alguma contra a sua pessoa [...]”<sup>783</sup>.

A narrativa de Felipe Lima – que “durante cinco anos pleiteava eleições na região do Salgado, desde Collares até Vizeu, e que em parte alguma deixa inimigos, pelo contrário conservava relações de amizades com alguns dos chefes radicais dessas localidades” – diferiu em alguns pontos da versão de Oliveira Santos. Divergência percebida inclusive pelo próprio Felipe Lima, em sua nota “Pela Verdade”, usada por Américo Santa Rosa para integrar o corpo documental de “Os Sucessos de Junho”. No final da nota de 21 de agosto de 1891, Lima declarou: “Eis a narração fiel de minha segunda intervenção para o restabelecimento da ordem”<sup>784</sup>. Segunda, porque ao longo do dia 11 de junho propôs ao governador que ele, Felipe Lima, fosse enviado ao Cacaolinho para negociar com os revoltosos, no sentido de estes deporem as armas, desde que não houvesse perseguições por parte do governo.

Neste sentido, Felipe Lima tenta imprimir ao leitor as “verdades dos fatos”, visto que foi testemunha ocular de toda a trama passada desde a manhã de 11 de junho, e percorreu a

---

<sup>782</sup> Ibidem.

<sup>783</sup> Ibidem.

<sup>784</sup> Ibidem.

região do Salgado, um dos pontos onde havia suspeitas de levantes armados. Porém, comprovar essas “verdades” tais quais ocorreram, por se tratar de uma pessoa comprometida com um dos lados litigantes, obriga o historiador a sopesá-las com acuidade. Lembrando Viotte da Costa (2010), os homens, ao narrarem suas verdades, sobretudo quando se trata de processos políticos conturbados, tendem a construir suas versões de modo a tratar os seus como “heróis”, quando não, como inocentes aos olhos da situação, relegando ao outro lado a culpa pelo ocorrido. Situações citadas na narrativa em questão, quando comparadas ao outro extremo das “verdades dos fatos” – a verdade oficial – as diferenças residem ao serem narradas tanto “as falas e as ações dos democratas, assim como de algumas autoridades governistas”.

No relatório apresentado por Oliveira Santos, outra testemunha ocular, no entanto expressa a versão oficial dos fatos, isto é, dos indícios de sublevação ocorridos nas localidades do Salgado após o 11 de junho. Em São Caetano, a partir do relato do professor Rodrigues dos Santos, Oliveira Santos constatou que os chefes dos revoltosos realmente estavam preparados com armas para agredir os governistas, devido à prisão de um democrata que procurou alarmar a pacífica população daquela vila. Conflito que até a sua chegada, de fato, não haviam passado de promessas. Em relação ao democrata Gaia, o mais exaltado e imprudente da localidade, passa de “vítima”, para a condição de alguém “que sempre provoca com palavras inconvenientes os do partido governista”<sup>785</sup>.

Em Marapanim, o juiz não mais aparece confiante no líder da oposição, Herculino Bentes, e sim informa que ali os democratas quase que cientes da tomada do poder pelo líder Vicente Chermont de Miranda, haviam definido as nomeações para os cargos de mando, aguardando apenas ordens mais diretas para procederem oficialmente à deposição das autoridades então constituídas. Fato que se poderia inferir, segundo Oliveira Santos, a partir da declaração de Herculino Bentes, ao mencionar que só se revoltaria contra o governo se recebesse ordens expressas dos chefes da capital. No mais, a movimentação existente na vila indicava possíveis rumores de perturbação na ordem pública.

No episódio relativo à libertação dos presos políticos em Cintra, além da ordem de liberação não ter sido emitida pelo juiz da comarca, e sim pelo suplente de juiz municipal, a divergência também reside no fato de os democratas serem descritos em modos nada amistosos para com o representante do poder judiciário. Além do chefe governista, coronel Anízio, compareceram à conferência outras autoridades governamentais e uma comissão dos

---

<sup>785</sup> A República, 07/08/1891, p. 1.

“revoltosos”, composta de sete membros, entre eles Francisco Espíndola, Vicente Ferreira, Cândido da Costa Pio, Bertholdo da Costa e Hilário de tal.

No bojo dessas discussões, Oliveira Santos relata que o suplente de juiz municipal declarou que a comissão do “partido revolucionário”, foi até a sua residência com uma grande massa do povo, pedir para soltar cinco presos democratas que estavam sendo processados por crimes políticos, e ameaçou que se ele não atendesse ao seu pedido, esta empregaria os meios de que dispunha. Diante desta situação, receando o que poderia acontecer, o membro do judiciário emitiu a “portaria de soltura dos presos da cadeia”. De posse do documento, a comissão e seus partidários saíram dando vivas até a cadeia e apresentou a portaria ao carcereiro, e este pôs em liberdade os detentos. Tal declaração levou o oficial da Armada a perguntar a Francisco Espíndola que direito ele tinha para agir desse modo, infringindo as leis. Este respondeu que, se assim procedeu, foi por ordem dos seus chefes políticos de Belém.

Após mencionar que nenhum conflito tinha se dado até a sua estadia, Pedro Paulo de Oliveira Santos salientou que a sua presença obstou qualquer alteração na ordem pública e conclui ser conveniente tomar os depoimentos dos democratas de São Caetano, de Curuçá, de Marapanim e de Cintra. Era um indicativo de que havia, sim, levantes armados que ameaçavam a ordem pública. Logo, a situação era preocupante.

Ainda que em ambas as narrativas os “conflitos graves” não ocorreram, havendo apenas suspeitas, em meio aos casos de “confrontos sem relevância”, narrados de forma controversa, não se deve desconsiderar todo o conjunto. A própria narrativa de Felipe Lima acerca da fala do líder radical de São Caetano de Odivelas, coronel João Rodrigues dos Santos, é significativa para se pensar o quanto o estado de tensão estava latente nessa localidade, ao mencionar que “esse ajuntamento de homens, com feição agressiva, tinha inquietado as famílias”. Logo, mesmo suavizado propositalmente ou não, tanto aos olhos do oficial da Armada Nacional quando do emissário de paz, esse trecho corrobora a versão apresentada pela folha governista na matéria de primeira página “A Revolta de 11 de Junho”, publicada em 16 de junho de 1891, ou seja, quando ainda ocorriam as conferências sediciosas nas localidades do Salgado.

Nessa matéria foi mencionado que, dois dias antes, o governo foi informado de que em São Caetano um grupo de homens armados alterava a ordem pública e provocava conflitos, com o objetivo de depor as autoridades constituídas e apossar as do alheio. De pronto, para ali foi enviado, pela autoridade sempre solícita, “[...] um contingente suficiente para fazer os díscolos entrarem na linha do dever [...]”<sup>786</sup>. Aludia, igualmente, que esses acontecimentos

---

<sup>786</sup> A República, 16/06/1891, p. 1.

testemunhados pela população da capital paraense, não se constituíam num fato isolado, e sim num plano premeditado, que tinha ramificações em várias partes, o que era comprovado pelo grande número de relatos sobre revoltas em localidades como em Inhangapy, onde ainda não se tinha notícias se havia abortado na capital o crime premeditado.

Todo esse cenário descrito pela folha governista, de que o movimento de 11 de junho tinha antigas ramificações, confirma a análise de Farias (2005), ao mencionar que Cabralzinho havia organizado o movimento sedicioso bem antes da reunião ocorrida nas vésperas dos “Sucessos de Junho”. Não se deve esquecer que as autoridades policiais seriam destituídas, como, por exemplo, João Braz de Souza, de São Caetano, em razão das inúmeras contendas entre os democratas e os agentes públicos no processo de demissão engendrado pelo governo no início de 1890, revelando, assim, que os “ressentimentos antigos, haviam se comungado com os modernos”, contrariando o conselho de Felipe Lima aos correligionários dessa localidade.

A hipótese de que esses levantes não eram fatos isolados, ganha ainda mais corpo se for considerado o depoimento do democrata de Cintra, Augusto Dias Pinto. Segundo consta no relatório governamental referente ao 11 de junho, este confessou que escreveu uma carta a Vicente Ferreira (de Cintra), dizendo ter ido a Marapanim em missão do chefe dr. Vicente C. de Miranda. Entre as ordens recebidas pelos correligionários marapanienses estava a de reunir todos os amigos armados e de soltar os que estivessem presos.

Deveriam igualmente se apoderar das armas dos soldados do destacamento e prender as autoridades, caso esboçassem resistência por ocasião da libertação dos presos. Todo esse procedimento deveria ser feito “em nome da legalidade”, afinal, se aproximava o dia do movimento e, portanto, sua gente deveria está municiada para o que desse e acontecesse<sup>787</sup>. A provável deposição e prisão das autoridades policiais, algo indispensável para o sucesso do plano, certamente revelava e confirmava que o “resultado das hecatombes policiais” ocorridas no Salgado atravessou o ano de 1890 e puderam ser vistas em 1891.

A fim de garantir o andamento dos trabalhos da Constituinte estadual sem grandes transtornos, que em muito dependia do fim dos focos de rebelião espalhados pelo interior, ainda que tenha enviado um emissário de paz, o governador enviou o cruzador “Caçador” e a canhoneira “Guarany” para as localidades do Salgado. Esta última embarcação ainda foi vista por Felipe Lima, na sua saída de Cintra, porém ele não imaginava que seguia com ordens de trazer presos todos os apontados pelas autoridades locais como “sediciosos”.

Em Cintra, após serem persuadidos pelo comandante da Guarany, os líderes democratas seguiram para Belém, onde supostamente se reuniriam com o governador. O que

---

<sup>787</sup> A República, n. 421 de 1891, p. 2.

não ocorreu, uma vez que ao chegarem à capital paraense os líderes do PRD de Cintra recebem ordem de prisão, sendo conduzidos à cadeia de São José por uma escolta. Entre os detidos por sedição estavam Francisco Manoel Espíndola, Vicente Antonio Ferreira, Germano Antonio Rayol, Luiz Ribeiro Milagre e José Pio de Araújo Pinho, e o comerciante residente no distrito Augusto Dias Pinto. Ainda de Cintra, como implicados na Revolta de 11 de Junho foram presos pelo delegado de polícia local, os indivíduos Honorato Antonio da Costa, João Tavares do Espírito Santo, Pedro Pinheiro, José Maria Pontes, Honório Corrêa, José Paulo e Peregrino José Prestes, que também foram recolhidos à dita cadeia<sup>788</sup>.

As diligências efetuadas a bordo do Caçador ficaram a cargo de um delegado de polícia, de um alferes do corpo de polícia, e do tenente Manoel Benedito Cordeiro. Este último, segundo os democratas, “[...] era o criado de quarto do governador Justo Chermont,<sup>789</sup>”, que por sua subserviência foi elevado ao oficialato do corpo de Bombeiros. Cordeiro foi o mais criticado na imprensa oposicionista, pois teria sido o que melhor procurou desempenhar a missão, de acordo com o que fora mandado por Huet Bacelar.

Ao aportar em Marapanim, a comissão do “Caçador”, tendo à frente o tenente Manoel Cordeiro, mandou prender os suspeitos de sedição, seguindo as indicações dos agentes governistas da localidade. Os detentos ficaram presos durante os sete dias que esta embarcação ficou ancorada no porto local. Foi durante esse período que veio a falecer o democrata Germano Goulart. Sua morte foi motivo de controvérsias entre as autoridades legais e a imprensa oposicionista. Mesmo não se detendo longamente no caso, tendo por base o laudo médico, atribuíram a *causa mortis* “[...] a uma crise de epilepsia, fruto de uma mordida de um cão hidrófobo, que o mesmo fora acometido anos antes” (Um Democrata [Américo Santa Rosa], p. 174-175). A imprensa oposicionista, como seria de esperar, deu larga repercussão ao caso, que foi noticiado inclusive no Rio de Janeiro. Na versão democrata, na extensa matéria “Asfixiado na Carvoeira do Caçador”, Goulart teria falecido em decorrência dos maus tratos impostos pelo tenente Cordeiro. O morto foi “encerrado no negro ergástulo, de que serviu a estreita carvoeira do pequeno cruzador da Alfandega” às seis horas da manhã, e privado de ar e luz tendo os “pés metidos a ferros”, às quatro horas já era um cadáver<sup>790</sup>.

Tal sinistro ocorrido na baía Marapanim, para os democratas, não teve a atenção merecida por parte do governo, por se tratar de um crime político. Alegavam que, uma vez tirando proveito da Revolta de 11 de junho, no interior, os governistas iniciaram uma

<sup>788</sup> A República, 16/07/1891, p. 1. Em uma nota separada, consta que entre os que foram enviados de Cintra figura o nome de Ignácio Júlio Martins.

<sup>789</sup> O Democrata, 02/08/1891, p. 1.

<sup>790</sup> O Democrata, 02/08/1891, p. 1.



perseguição ferocíssima contra os opositoristas”<sup>791</sup>. Após emitir severas críticas à atitude do governador, por não punir o tenente Cordeiro e outros a quem atribuíam as responsabilidades, ao final, a nota ironizava que a polícia entendeu que se tratava de um sedicioso, e que nada deveria deter a sanha dos agentes do governo, nem os indefectíveis princípios humanitários, nem os preceitos da legislação penal. Por isso, questionava: “O que pesa a morte de um perturbador da ordem na balança da Justiça? É um anarquista de menos para consolidação do partido radical, mas a sombra do asfiziado há de seguir por toda parte os seus algozes”<sup>792</sup>. Profecia que de fato ocorreu, pois em vários momentos o caso Goulart foi lembrado pela imprensa democrata. Propalavam, assim, as críticas ferrenhas dos democratas à atitude do chefe do executivo estadual, ante à postura repressora do tenente Manoel Cordeiro<sup>793</sup>.

A fim de comprovar a veracidade das denúncias das arbitrariedades praticadas por Cordeiro, a folha democrata publicou a declaração de João Vidal de Araújo, um dos vogais do conselho de intendência de Marapanim, na qual constava que por “amor à verdade e como vogal da Intendência de Marapanim”, Araújo dava como exata a pressão de Alexandre Raymundo das Neves, Romão Garcia<sup>794</sup>, Fábio Ferreira, Ambrósio, Manoel Felipe de Costa, Gentil e Germano Goulart. Afirmava igualmente que eles estiveram com “ferro nos pés” a bordo da lancha “Caçador” durante os sete dias em que esta ficou fundeada no porto da Vila, e que foram aliviados dos ferros somente após “a morte do inditoso Goulart, que faleceu a bordo com os ferros nos pés”<sup>795</sup>.

Enquanto as perseguições aos democratas acusados de sedição ocorriam no Salgado, sendo que muitos já se encontravam presos em Belém, no dia 24 de junho, os constituintes do Pará deram por encerrado os trabalhos de elaboração e promulgação da Constituição estadual. Nesse mesmo dia foi escolhido e empossado por unanimidade o paraense e republicano histórico Lauro Nina Sodré.

---

<sup>791</sup> Idem.

<sup>792</sup> Ibidem.

<sup>793</sup> O Democrata, 17/09/1891, p. 1. O Democrata, 29/10/1891, p. 2. Por ocasião da reorganização do diretório do PRD em Marapanim, após o 11 de junho a morte de Goulart voltou à baila. Assim mencionava a nota: “Até hoje impune o assassinato de Goulart, asfiziado na carvoeira e por isso ninguém se reputa em segurança, temendo que volte o “Caçador” a desenvolver novas perseguições e a cometer outros assassinatos, quando se aproxime outra eleição. O sistema do terror inaugurado pelo dr. Justo Leite e seguido por seus sucessores tem produzido os fructos desejados”.

<sup>794</sup> O Democrata, 01/09/1891, p. 2. Em tom sarcástico, Romão Francisco Garcia dizia agradecer de *coração, o par de maxos com que o mimoseou o ilustre cidadão tenente Cordeiro*, quando da passagem do cruzador Caçador durante sua passagem pela vila de Marapanim. Lembrava: “Nesta Vila ou em outro lugar onde me conduzir o vendaval da sorte, poderá o sr. Cordeiro contar com o seu *humilde criado*.”

<sup>795</sup> Diário do Gram-Pará, 30/07/1891, p. 1

Lauro Sodré, então com 33 anos de idade, deputado Constituinte Nacional pelo Pará, foi eleito para um mandato que terminou em 1º de fevereiro de 1897, ou seja, o mais longo da vida constitucional do Brasil, no total de 5 anos, 7 meses e 7 dias. Na tentativa de perpetuar a memória do dia 24, assim como a dos próprios constituintes que a conceberam em meio às incertezas desses 14 dias, foi pintada uma tela monumental que atualmente compõe a galeria do Museu de Arte do Município de Belém, e está posta no mesmo salão que serviu durante muitos anos como Assembleia Legislativa do Estado. Nota-se que estes foram retratados com as faces voltadas para o expectador, e possuem semblantes firmes e austeros, de modo a imprimir ordem, ou seja, nada que figurasse as cenas de aflição pela qual passaram quando da abertura dos trabalhos legislativos. (Figura 14). Segundo Ricardo Borges (1983), este republicano histórico, ao assumir as rédeas do executivo, era o orgulho de seus conterrâneos, e tinha como missão restituir dias de paz e prosperidade. Afirmativa possivelmente em decorrência dos reveses políticos no Pará, que culminaram com a Revolta de 11 de Junho. Afinal, as imediações do palácio do governo em Belém transformaram-se em uma verdadeira praça de guerra.

Figura 14 - Tela retratando os constituintes que elaboraram e assinaram a primeira Constituição Republicana do Estado do Pará, em 24 de junho de 1891.



Fonte: Tiago Barros Ferreira, maio de 2009.

Mesmo após a eleição de Sodré, a “senha transmitida da capital para o extermínio dos adversários, da qual se valeram as autoridades para atuarem com *energia* e vigilância contra os *abortados* planos inventados de sedição”, se mostrava atuante na cidade da Vigia. Segundo a nota enviada dessa cidade, foi requisitada uma força policial para prender os “cabeças de uma suposta sedição”. Segundo os democratas, na realidade, nada mais era do que um meio de perseguir e prender os adversários que não se curvavam aos mandos de *palha*. Para provar que a denúncia de Moura Palha sobre o foco de sedição na Vigia era falsa, a folha democrata valeu-se do parecer emitido pelo delegado de polícia, “pessoa estranha à localidade”, após proceder ao inquérito policial. Parecer que contrariava os interesses do promotor público local, que inclusive procurou com insistência orientar as testemunhas para que depusessem confirmando a arrojada mentira”. Tais informações repassadas por “pessoas fidedignas” mencionavam igualmente que ante a insistência do promotor Henrique de Moura Palha, o governador foi obrigado a demiti-lo, mas a demissão foi revogada pouco tempo depois, perante os “conselhos da politicagem”<sup>796</sup>.

Usando desses mesmos argumentos, Manoel Felipe da Costa, já “despido da máscara da dubiedade usada nos primeiros meses da República afiançava”, na qualidade de membro do diretório local do PRD, que o motim de 11 de Junho por ocorrido em Belém, foi usado pelos radicais da Vigia para perseguir os democratas locais<sup>797</sup>. Perseguições políticas que o “Tucháua de Palha” insistia em entrelaçar com questões pessoais. Ao que se percebe, não foi à toa o título da nota “Perseguições”, de 30 de junho de 1891, e tampouco a anexação de documentos, como, por exemplo, os ofícios emitidos pelo próprio Manoel Felipe da Costa ao delegado e outro ao recém-empossado governador Lauro Sodré, que comprovavam a improcedência das denúncias oriundas da Vigia. No enviado a Sodré, constava que:

Pelo que observamos vós também, sr. governador, ainda continua sitiado de falsos amigos que procuram explorar-vos, cavando o vosso descrédito e a ruína desta soberana região. Tende a precisa coragem e patriotismo de descartar-vos deles, porque só assim firmareis com desembaraço e segurança o progresso de vosso torrão natal<sup>798</sup>.

Partindo do princípio de que as prisões eram irregulares, em desacordo com a Constituição Brasileira, os advogados dos democratas acusados de sedição entraram com pedidos de soltura. Em alguns casos, os pedidos foram rapidamente atendidos, como, por exemplo, os dos sujeitos de Marapanim que foram libertados um dia após a sua chegada à

---

<sup>796</sup> A República, 02/08/1891, p. 1.

<sup>797</sup> Comparando o teor das duas notas, pode-se supor que a primeira possivelmente foi escrita também por Costa.

<sup>798</sup> A República, 02/08/1891, p. 1.

capital do estado. O que em muito contribuiu a alegação de os mesmos não terem sido presos em flagrante. Porém, outros casos se arrastaram por mais tempo, como os oriundos de Cintra.

Em nota intitulada “Oficiais na Cadeia”, o “O Democrata” fazia mais uma denúncia contra o governo no tocante às prisões dos oposicionistas e a irregularidade dessas. Mencionava que há mais de cinquenta dias achavam-se presos na cadeia de São José o capitão Germano, Antonio Rayol, tenente Vicente A. Ferreira e outros, contra os quais ainda não tinham instaurado qualquer processo. Citava igualmente que um *habeas corpus* em favor das “vítimas das crueldades e da deslealdade do governo” já havia sido impetrado, porém o juiz seccional, mesmo reconhecendo a ilegalidade das prisões, negou o requerido, o que causou sofrimento nas famílias, que viam os seus chefes privados de sua liberdade, sem poder fazer nada. Ante tal situação perguntava: para quem recorrer, se a justiça e o governo pareciam indiferentes ao caso? A resposta era que os presos estavam à disposição do juiz seccional até que viesse a anistia<sup>799</sup>.

Como meio de comprovar a ilegalidade das prisões dos democratas de Cintra, “por serem eles oposicionistas”, citavam artigos da Constituição estadual. Um deles mencionava que os indivíduos presos por ocasião da declaração de estado de sítio em qualquer parte do estado, deveriam ser “detidos em lugares não destinados a presos comuns”. A referência a este ponto da Constituição devia-se ao fato de que presos oriundos de Cintra foram recolhidos a celas não condizentes com o prescrito na lei, como Dias Pinto, que, por ordem de Cordeiro, ficou preso no Corpo de Bombeiros, em uma cela que media sete palmos de largura por oito de comprimento, onde exalava um fedor vindo do sanitário instalado dentro da cela. No dia seguinte, ele foi transferido para o Corpo da Guarda, junto com outros presos, dentre eles Augusto Ribeiro dos Santos, que “sofria de suas faculdades mentais”. Na nova prisão encontrou o capitão Luiz Ribeiro Milagre, o tenente Vicente Antonio Ferreira, o capitão Germano Antônio Araújo Pinto, ambos do diretório de Cintra<sup>800</sup>.

Porém, a sede da Guarda não foi o último local onde Augusto Dias Pinto e seus companheiros ficaram detidos. Na cadeia de São José, uma antiga habitação religiosa do período colonial transformada em cadeia pública, Dias Pinto ficou numa cela que media 1,5 x 2,0 m<sup>2</sup>, tendo apenas uma pequena abertura que dava para a rua, para circulação de ar. Esta situação dificultava manter até seis pessoas ou mais na cela, porque tinham que atar as redes uma por cima das outras. No total, Dias Pinto amargou 61 dias na prisão.

---

<sup>799</sup> O Democrata, 11/08/1891, p. 1.

<sup>800</sup> O Democrata, 04/09/1891, p. 2.

Ainda em São José, no dia 3 de julho, ao ser chamado na secretaria da cadeia, encontrou Bartholomeu Ferreira, que o indagou sobre os fatos ocorridos em Marapanim. Na ocasião, além obter notícias sobre o envolvimento de seus parentes na revolta, sobretudo de seu irmão, o intendente Diniz Botelho, que atuava a favor do governo, Bartholomeu Ferreira foi informado sobre as péssimas condições do daquele presídio. Dias Pinto afirmou que faltaria com a “[...] humanidade e caridade se deixasse de falar sobre a prisão dos loucos, que é denominada de ‘casa nova’”, isto é, as celas contíguas a sua, nas quais eram abrigados os doentes mentais. Estes viviam em situação difícil, marcada pelos maus tratos e abusos. Esse era mais um indicativo das infrações cometidas não somente por Huet Bacellar, mas principalmente por agentes governistas que supostamente tinham a conivência do então governador Lauro Sodré. Tanto é que os democratas diziam lamentar profundamente que tão cedo Sodré começasse a descer na estima de seus concidadãos.

Nessa perspectiva, Lauro Sodré era visto como cercado por “interesseiros, que escalaram as posições rendosas por ocasião da revolução, vendo e ouvindo por seus olhos e ouvidos, não poderia fazer uma administração benéfica e justa”. Para conseguir uma boa administração seria preciso que Sodré rompesse “[...] com essa gente que sobrenadou com as fezes da lama pela enxurrada, e que faz todos os esforços para conservar os lugares conquistados”. E indagavam se ele teria energia bastante para fazer isso?<sup>801</sup>

Quem viu pousar oportunidades para auferir ganhos foram alguns democratas de Cintra que estavam presos. Tendo por título “Habeas Corpus”, a folha democrata do dia 21 de agosto de 1891 mencionava que por requerimento do dr. Felipe Lima e por ordem do juiz seccional Dr. Mendes Pereira, foram postos em liberdade no dia anterior Francisco Espíndola, Vicente Antonio Ferreira, Germano Antonio Rayol, Luiz Ribeiro Milagre, José Pio de Araújo Pinho e o comerciante Augusto Dias Pinto<sup>802</sup>. Ante a prisão e a liberdade dos indiciados pelo crime de sedição, vindos de Cintra, cabem duas questões. A primeira, ao deveu-se à demora da concessão dos indultos, quando comparados aos democratas de Marapanim, postos em liberdade no dia seguinte ao desembarque na capital paraense? A segunda é atrelada a primeira, isto é: o que teria levado o juiz a conceder tal benefício aos democratas de Cintra, após tantas tentativas malogradas?

Pretendendo responder à primeira pergunta, porém, ciente da impossibilidade de consultar os processos gerados contra esses indivíduos em razão da Revolta de 11 de Junho,

---

<sup>801</sup> O Democrata, 11/08/1891, p. 1.

<sup>802</sup> O Democrata, 21/08/1891, p. 1.

cabe apenas uma suposição do porque protelaram demasiadamente os pedidos de *habeas corpus* na justiça paraense. A hipótese reside no fado de eles serem, em sua maioria, os indivíduos que participaram do episódio que teve como desfecho a libertação dos democratas de Santarém-Novo durante o período de sedição<sup>803</sup>. Esta suposição provém da análise do relatório emitido pelo oficial da Armada Nacional, Oliveira Santos, citado anteriormente. Segundo essa fonte, em Marapanim havia apenas indícios de que Herculino Bentes pretendia liderar um levante visando à deposição das autoridades locais. Ao contrário do que se passou em Cintra, onde o juiz, após ser coagido pelos membros do diretório local, fora obrigado a emitir documento que libertava os democratas de Santarém-Novo, o que caracterizou crime perante o código criminal brasileiro. Nesse caso, exigia averiguação mais detalhada. Não se deve esquecer que a manutenção desses indivíduos na cadeia evidencia uma clara demonstração de força por parte das autoridades estaduais para com os seus desafetos políticos, ou seja, perante os sediciosos.

No que tange à segunda indagação, sobre o que motivou a concessão do *habeas corpus*, o próprio Augusto Pinto traz uma possível elucidação. Devido à situação difícil, marcada pelos maus tratos e abusos a que estavam submetidos, os democratas foram levados a assinar uma declaração de adesão ao “Partido Radical”<sup>804</sup>. Segundo Pinto, esta atitude foi o único meio de pôr a si e aos seus em liberdade, assim como de moderar as penas que lhe foram impostas. Além dele, outros democratas assinaram o documento de adesão. Porém, a libertação dos presos, de fato, levou alguns dias após a assinatura do termo de adesão, ao que se deveu à recusa do capitão Luiz Ribeiro Milagre<sup>805</sup> em assinar o documento<sup>806</sup>. Tudo indica que, mesmo assinando adesão ao PRP, após saírem da prisão, com o passar do tempo Pinto e os outros voltaram às suas raízes democráticas, fazendo nova adesão ao PRP somente depois da cisão de 1897. Tal atitude demonstra que esses cintrenses foram jogadores que não mediam esforços para permanecer no jogo político, mesmo tendo que militar na oposição por um tempo.

<sup>803</sup> Os nomes que foram mais citados, tanto no relatório de Oliveira Santos quanto na nota emitida pelo dr. Felipe Lime, que além de ter sido o emissário de paz foi igualmente o advogado que requereu e conseguiu o *habeas corpus* dos mesmos indivíduos.

<sup>804</sup> A República, 23/08/1891, p. 1 menciona que Francisco Espíndola, Germano Antonio Rayol, Vicente Antonio Ferreira, tendo militado até 18 de junho de 1891, faziam sua adesão ao PRP e, portanto, declaravam dissolvido o diretório de Cintra de seu antigo partido, por serem os então diretores.

<sup>805</sup> O Democrata, 23/08/1891, p. 2. Em nota acerca do regresso de Luiz R. Milagre ao “seio de sua família e de seus amigos, é mencionado que ele foi uma das vítimas da prepotência do celebre Huet”. Milagre, segundo a nota, era possuidor de um caráter nobre, pois soube repelir com energia um abaixo-assinado de adesão ao partido do governo, que lhe fora apresentado para subscrever com a promessa de lhe ser restituída a liberdade. Tal documento, que retratava a infâmia da gente do governo, dizia que o movimento de Cintra tinha por fim restaurar a monarquia.

<sup>806</sup> O Democrata, 04/09/1891, p. 2. Na matéria “A Minha Prisão”, o comerciante Augusto Alves Pinto narra como se deu a sua prisão por ocasião do levante de 11 de Junho. O mesmo integra os depoimentos usados por Américo Santa Rosa para escrever os “Sucessos de Junho”.

Se esse grupo de democratas de Cintra assinou a proposta de adesão ao PRP visando somente livrar-se das amarras do cárcere, este não foi o caso de tantos outros que assim o fizeram em vista de colherem os benefícios que o jogo político poderia lhes proporcionar ao lado dos governistas. Um deles foi Narciso Lopes, ex-delegado de Marapanim, porém ele não foi o único. Do Rio Mocajuba, distrito de Curuçá, José Antonio Marques Duarte e mais trezes indivíduos assinarão sua adesão ao PRP em 16 de julho de 1891. Alegavam que foram enganados pelo PRD, em virtude da forma pela qual esse partido almejava galgar o poder, isto é, o levante de 11 de Junho, que em nada comprazia com os ideais presentes no programa político que lhes fora apresentado. Ainda de Curuçá, o eleitor Albino Antonio Ricardo Amora, que “tendo militado por algum tempo nas fileiras do partido democrático vinha publicamente aderir às ideias do partido republicano, que tinha como chefe o ilustrado e simpático dr. Paes de Carvalho. Tal declaração veiculada pela imprensa, segundo o assinante, tinha por intuito não deixar a “[...] menor dúvida sobre a sua posição, porque amante da ordem e da tranquilidade públicas, não podia continuar a pertencer a um partido que quer o contrário disso, como acabou de provar o dia 11 de junho”<sup>807</sup>. Afiançava que, com a mesma lealdade e sinceridade que fez sua adesão, esperava ser acolhido pelos seus novos amigos.

Da vila de Vizeu, em 1º de julho de 1891, João Antonio Gonçalves também declarava em seu abaixo-assinado, que estava desiludido com os fatos revoltantes ocorridos na capital paraense nos dias 11 e 12 de junho. Portanto, desligava-se do partido chamado democrata, em cuja fileira militou. Alegava que tinha atuado nesse partido por julgar que o mesmo fazia a “[...] oposição franca e leal de homens honestes, tão necessária e quão útil aos progressos da pátria”<sup>808</sup>. A partir de então, conhecedor da verdade pia e sã, rompia com a vil capa da hipocrisia que lhe tinha sido apresentada, pois os democratas haviam [...] manchado o sagrado solo da pátria com o sangue de seus irmãos, lançando nódoa negra e indelével nas páginas da história paraense [...]”<sup>809</sup>. Nesse sentido, colocava-se a disposição os seus serviços, e se empenharia em “apoiar o prestimoso partido” que se achava ligado.

Se Gonçalves se empenhou durante muito tempo em apoiar o PRP, como constava em sua nota de adesão veiculada pelo “A República”, não se sabe. É certo, porém, que os democratas de Vizeu, pouco tempo depois de tomarem ciência protestaram contra suas declarações, e se empenharam para manchar a reputação de seu antigo companheiro de partido.

---

<sup>807</sup> A República, n. 418 de 1891, p. 2.

<sup>808</sup> A República, 17/07/1891, p. 1.

<sup>809</sup> Idem.

Em meio ao protesto, a nota assinada por “*Alguns democratas*”, pretendeu demonstrar ao público que João Gonçalves não teve outros motivos para mudar de partido se não o da especulação. Segundo, a nota Gonçalves estava envolvido em diversos casos obscuros, entre os quais o desvio de pecúlios pertencentes a menores que estavam sob a sua tutela, em vista de ocupar o cargo de juiz municipal e de órfãos. Dentre os menores, havia um chamado “Valentim”, que mais parecia um escravo, e era sabedor de algumas de suas artimanhas. Na nota, também era acusado de não honrar os seus compromissos, pois o mesmo estava devendo determinada quantia ao seu ex-vaqueiro, de nome João Batistas Fonseca dos Reis.

Portanto, aduzia a folha democrata, tal adesão foi fruto de especulação, uma vez que tudo foi resolvido com sua declaração de adesão. Termina a nota dizendo: “Parece que estas foram às razões e não ilusões que obrigaram ao homem que apreciava a justiça, mas não a queria em sua porta”. Mesmo não fazendo parte do recorte analisado, esta nota de umas das localidades do Salgado corrobora a perspectiva de que após os levantes de 11 de junho muitos democratas migraram para o PRP por diferentes motivos, sobretudo os pessoais que lhe trouxessem vantagens, mormente financeiras, frutos dos novos apadrinhamentos políticos.

### **3.2.1 A “sacralização” da memória da Revolta de 11 de Junho pelos democratas**

Posicionamentos como desse “neorrepblicano governista” de Vizeu, segundo a narrativa democrata, certamente contribuiu para a tentativa de construir uma memória positiva acerca da Revolta de 11 de Junho nos anos posteriores. Fato que não deveria ser relegado ao esquecimento, por ter sido uma reação contra as supostas arbitrariedades praticadas pelos agentes governistas. Representação positiva então engendrada pelos democratas, que passaram a exaltar a data como um marco contra o despotismo, assim como o nome do principal líder do movimento sedicioso em questão: Francisco Xavier da Veiga Cabral. Glórias que lhe foram atribuídas mesmo depois de os principais líderes do PRD lhe infligirem toda a culpa pelo desenrolar dos fatos, vistos como negativos logo nos dias seguintes.

Em 9 de junho de 1892, por exemplo, a folha democrática estampou na primeira página uma pequena nota, porém importante para se pensar a construção da memória do 11 de junho sob os olhares democrata, cujo título era “11 de Junho”. A mesma mencionava que seria publicada uma edição única, no sábado dia, 11, intitulada “11 de Junho”, serviria de



ilustração o retrato do “nosso amigo Veiga Cabral”<sup>810</sup>. Porém, na edição do dia 9, na segunda página havia uma nota-convite, cujo título “Veiga Cabral” estava em letras chamativas. O jornal convidava os democratas e amigos do popular Veiga Cabral para uma manifestação, tendo como ponto de encontro a sede do “O Democrata”, situada à Praça Saldanha Marinho. A manifestação popular de apreço ou ainda a procissão cívica em honra ao cidadão Francisco Xavier da Veiga Cabral percorreria as ruas do centro comercial de Belém. Entretanto, esta não era a primeira nota alusiva a esse evento festivo.

No dia 7, ou seja, dois dias antes, estampou uma nota-convite similar a do dia 9, com o mesmo título. Nessa edição eram convidados igualmente os democratas e amigos de Veiga Cabral para uma reunião que deveria ocorrer no dia 9 do dito mês na tipografia do jornal. Os sujeitos participantes estavam incumbidos de levar a efeito a manifestação projetada para o dia “11 de Junho”, data em que se comemoraria o aniversário das perseguições movidas pelo celebre Huet de Bacellar, contra aquele cidadão e outros do diretório democrata<sup>811</sup>. Isso demonstra que as manifestações estavam sendo preparadas com certa antecedência, de modo a provocar um efeito contumaz nos participantes, assim como naqueles que assistiriam a passagem do préstito pelas ruas da capital paraense.

Se o periódico “11 de Junho” ganhou realmente as ruas estampando o retrato de Veiga Cabra, como foi anunciado na imprensa democrata, não foi possível saber, haja vista que o mesmo não foi encontrado. Ainda assim, no dia 11, foi possível aos leitores do “O Democrata” ter referências no editorial desse dia, também intitulado de “11 de Junho”. O periódico mencionava que esta data relembra o nome execrado de um desses proconsules, que o governo provisório da República e o General Deodoro mandavam para os estados como delegados de sua política de barganhas imorais. O próprio governo que havia proclamado a República Federativa teria anulado o princípio de autonomia dos estados, ao impor governadores que, em sua maior parte, eram ineptos, quando não corruptos.

Aludia que Justo Chermont somente sentou-se na cadeira de governador do Pará, por exemplo, à custa de muitas solicitações de seus amigos e o empenho de Lauro Sodré, então secretário do ministro Benjamin Constant. Após a sua elevação ao ministério das relações exteriores, o General Deodoro, não tendo encontrado nenhum paraense para substituí-lo, e por indicação da Companhia de Obras Públicas, mandou o seu empregado, capitão tenente Huet

---

<sup>810</sup> O Democrata, 09/06/1892, p. 1. O seguinte trajeto: Praça Saldanha Marinho, Rua de São João, Travessa da Atalaya, Rua d Dr. Malcher, Calçada do Colégio, Rua dos Mercadores, Santo Antonio, Trindade e Martyres. O primeiro distrito deveria se reunir no Porto do Sal em frente à casa de Hilário Motta.

<sup>811</sup> O Democrata, 07/06/1892, p. 1.

de Bacellar Pinto Guedes. Para o bom desempenho de sua comissão, Huet Bacellar, dito como energúmeno, precisava submeter-se como instrumento dócil a todas as exigências do partido, que assim poderia favorecer a concessão dos contratos vantajosos que tinha em mente.

Esse mesmo partido, o PRP, a partir do movimento de 11 de Junho, era acusado de satisfazer os seus rancores, assim como a sua política de extermínio. Aspectos que foram evidenciados pelas deportações e pelas tentativas de assassinato, além das perseguições infrenes dos adversários, e que seriam comprovadas pelo fato de os chefes democratas terem sido ilegalmente deportados, além de encheram os porões dos navios de guerra com ferros nos pés. Outros tantos, inclusive tiveram que gemer longos dias e meses nas cadeias públicas, sem lhes ser instaurados processos. Lembravam que: “Os canibais não se fartaram com o sofrimento de tantas vítimas, foram até o assassinato”. Lembrança que ensejou comentários acerca da morte de Germano Goulart, e que por essa época ainda estava impune, assim como o assassinato da “corajosa esposa do infeliz amigo Muricy”, que clamava todos os dias a justiça pública pedindo a punição dos sicários. O que de pouco adiantava, haja vista que “a justiça pouco se movia”.

Todos os crimes praticados por esses “malvados” foram justificados revelando que obedeciam as ordens que lhes eram transmitidas em nome das autoridades superiores. O governador Huet Bacellar, tido por subserviente ou por simples pusilânime, teria autorizado todas as ilegalidades, todas as violências cometidas durante o período da Revolta e os seus desdobramentos, tendo inclusive suspenso todas as garantias constitucionais. Entretanto, em alto tom afirmavam que a “justiça de Deus não dorme”.

Tal afirmação devia-se ao fato não ter se passado um ano e o tiranete, referência a Huet Bacellar, que tripudiou dengoso com a perseguição dos democratas, foi preso na Fortaleza de Lage e reformado como traidor. As menções de júbilo que o Congresso paraense ofereceu ao ex-governador por sua atuação, no sentido de sufocar a revolta também vieram à baila, em comparação a essa nova conjuntura vivida por ele. Era expresso pelo democrata: “Ontem o Congresso paraense em bajulatória mensagem o aclamava salvador da pátria; hoje, num momento de indignação, o atual Governador o aponta à execração da posteridade como um dos inimigos da República”. O editorial foi concluído, mencionando que: “O Partido democrata é generoso, mas não pode deixar de mostrar-se satisfeito com a pronta punição de seu encarniçado perseguidor”.

Certamente esse editorial, pretendeu criar na mente dos leitores ou que dele souberam notícias, de que os democratas foram injustamente penalizados pelos agentes governistas, haja vista de suas intenções serem as mais nobres possíveis, sobretudo de o intemerato Francisco Xavier da Veiga Cabral, que no ano seguinte, ou seja, em 1893, recebe muitas saudações de

seus numerosos amigos por ocasião de seu natalício ocorrido no dia 5 de maio de 1893. Nessa data, o “O Democrata” asseverava cheio de júbilo que o abraçava e o saudava por ser tão distinto correligionário<sup>812</sup>.

O editorial de 11 de junho de 1893, ao contrário do ano anterior, não se ocupou em falar sobre os “Sucessos de Junho de 1891 no Pará”. Isso se deveu às notícias enviadas do Sul do país, que tratavam dos desdobramentos da Revolta da Armada, outro movimento contestatório da ordem estabelecida ocorrido nos primeiros anos da República brasileira. Segundo o editorial desse dia, os telegramas propagados pelos agentes governistas não condiziam com as verdades que se passavam nos campos de batalha sulistas. A folha oposicionista mencionava que o governo do Marechal Floriano Peixoto faz da mentira uma medida de alta política, talvez para previr levantes em outros estados ou para aumentar o entusiasmo dos que tinham que expor a vida em sustentação ao governo de Júlio de Castilho. O resultado disso foi que a palavra do governo ficou completamente desmoralizada<sup>813</sup>. Se essas foram realmente as intenções do governo, ela não surtiram o efeito esperado. E novamente o Veiga Cabral, que havia regressado do exílio, lidera o foco da Revolta da Armada surgido no Pará.

Mesmo o editorial não sendo destinado para propalar a memória dos “Heróis de 11 de Junho de 1891”, os democratas, sabedores do poder dos jornais junto ao povo, não deixou de fazer-lhe menção nas páginas seguintes. Na segunda página, por exemplo, entremeia a história paraense com fatos ocorridos na Grécia Antiga e na história nacional. Assinada por “B. N.,<sup>814</sup>” a nota “11 de Junho”, impressa em destaque, principia aludindo que “Eis uma data duplamente memorável”. Memorável porque tendia a sintetizar uma glória nacional e relembrar um prenúncio de reação contra os déspotas e tiranos. E, nesse sentido, ela não podia e nem devia, portanto, ser esquecida pelos sinceros adeptos da pura democracia.

A heroica Batalha Naval do Riachuelo, travada pelos vasos de guerra da Marinha Imperial contra os da República do Paraguai foi referenciada como a vitória de um povo livre contra o regime de um déspota. Destarte, a data festiva de 11 de junho comemorava, com efeito, a data em que no Riachuelo, baixo Paraná, a esquadra brasileira, dando franco e leal combate a do ditador Solano Lopes, derrotou-a completamente. Feito que levou o articulista a

---

<sup>812</sup> O Democrata, 06/05/1893. P. 1.

<sup>813</sup> O Democrata, 11/06/ 1893, p. 1.

<sup>814</sup> Estas iniciais foram encontradas em notas redigidas pelo democrata vigiense Bertholdo Nunes. Se a matéria em questão o foi, não se sabe. Entretanto, o certo é que ele foi um arguto sabedor e conhecedor do poder dessas datas em sua sociedade, haja vista que era um dos propagadores mais ferrenhos das solenidades de “31 de Agosto”, data em que a câmara da cidade de Vigia aderiu solenemente ao Império do Brasil.

asseverar que povo brasileiro, ao rememorar essa data, provava ao mundo que o Brasil também contava com heróis como os de Salamina e leões como os de Aboukj. O almirante Barroso, por exemplo, foi tido como sendo o Themistocles dessa luta ingente.

Ainda acerca desse feito da História pátria, mencionava que, por ocasião da passagem de Humaytá e de Maurity, esse destemido e valente oficial da Armada Nacional sequioso de ver o inimigo que nos insultara abatido, esqueceu por um momento a voz do chefe, só fintando a glória que lhe acenava sorrindo, subiu sem medo por entre os furores dos canhões, transpôs corrente e sozinho superou o que até então parecia impossível, e assombrou a Europa com o prodígio de sua temeridade. Sua passagem teria sido o “início da esplêndida vitória desse dia”. Desse modo, o passado longínquo, e o nem tanto assim, eram intercalados na memória do paraense.

Ainda assim, o que estava em jogo de maneira mais premente era a memória dos acontecimentos que sacudiram a “pátria paraense” contra a “corrupção monárquica em tempos republicanos”. Isso porque:

Neste estado, aludida recorda particularmente os feitos de um déspota que, tremendo diante de umas centelhas apenas da indignação pública, mais ainda abusou do poder que exercia, para desenvolver desenfreada perseguição contra os que, conscientes de seus direitos, não cantavam loas à situação<sup>815</sup>.

E, mais adiante, rememorava a reunião ocorrida no dia 10 de junho de 1891, e o posicionamento de Veiga Cabral ante a negação dos chefes políticos do PRD sobre a revolta:

Aqui, no dia 11 de junho, um moço decididamente patriota, arrojado e impaciente, não podendo conter mais a revolta de sua alma diante de tantas ameaças feitas e de tantos arbítrios cometidos, cerrou os ouvidos aos conselhos da prudência dos chefes, e, reunindo a última hora um punhado de populares corajosos satisfêz-se em mostrar aos régulos que não faltarão trabalhadores quando mais grave perigar a causa pública.

Principiando embora, o seu ato marcou o início da reação contra os falsificadores do regime republicano.

Saudemos, pois, o 11 de Junho com auréola brilhante da glória nacional e como estrela precursora do puro regime democrático<sup>816</sup>.

E para tornar viva a representação da Revolta de 11 de Junho no Pará, assim como imprimir força em solidariedade ao momento vivido pelos brasileiros que combatiam nos Pampas contra o governo do marechal Floriano Peixoto, nada mais acertado do que a composição de um soneto, cujo título, “11 de Junho”, tendo por subtítulo “Aos heróis do Rio Grande do Sul”, pedia aos cidadãos brasileiros que fossem “as armas”, tal como alude os da

---

<sup>815</sup> O Democrata, 11/06/1893, p. 2.

<sup>816</sup> Idem.

composição de Rouge de Lisle, a incitar os franceses ao combate. Assinado por “Brasilino Perdigão”, o soneto tinha o seguinte prólogo:

Salve o vulto homérico de 11 de Junho!

Saudando, hoje, o intemerato Francisco Xavier da Veiga Cabral, nome eternamente gravado no coração dos verdadeiros patriotas, ofereço-o somente abaixo, aos heróis do Rio Grande do Sul<sup>817</sup>.

Os dois quartetos e os dois tercetos, escritos em modos combativos, constavam da seguinte maneira:

Às armas cidadãos! A flama da vitória  
 Já percorrer do Pampa os ínvios penetrais.  
 A liberdade ingente aponta-nos a Glória  
 À sublimada luz d'uns nobres ideais!  
 Quando o medo te rir preconceito ousado,  
 Pretendeu se elevar em féro despotismo  
 Eis que surge a barreira – o peito do soldado –  
 Em nome da razão, da fé, e do patriotismo!  
 Eu vos saúdo, heróis da Grande Ideia.  
 Para vós é que a Pátria-lúcida Epopeia  
 Eterniza, gravando em nossos corações.  
 Avante! A tirania vil lançai por terra,  
 Ao rugir do canhão, ao estrondar da guerra  
 Que a Pátria para vós reserva as ovações<sup>818</sup>!

Ainda que tenha sido empregada toda a sorte de meios que viessem a formar uma representação positiva acerca da Revolta de 11 de Junho, pode-se dizer que seus mentores não conseguiram formar uma memória tão conhecida no meio social. As referências a ela nos livros paradidáticos ou didáticos usados nos locais de ensino básico do Pará são raras e superficiais, ainda assim aparecem como sendo um levante contra a ordem constituída, ou seja, de modo negativo. Seus registros traçados sob a perspectiva dos democratas inicialmente foi propagado a partir das folhas do jornal “O Democrata”. Notas que posteriormente vieram a compor a obra “Os Sucessos de Junho: o último motim do Pará”, redigido por Américo Santa Rosa, que o assinou com o pseudônimo de “Um Democrata”. No que se refere à memória de Francisco Xavier da Veiga Cabral, durante toda a República Velha, segundo as pesquisas de Raimundo Nonato da Silva (2014), correspondeu a de um “herói não oficial”. Sua subida ao panteão dos heróis nacionais, com direito a ser nome de 819 rua, veio somente após o golpe de Estado de 1930, e ainda assim sua memória foi

<sup>817</sup> O Democrata, p. 3.

<sup>818</sup> Idem.

<sup>819</sup> Em Marapanim, assim como na capital do estado há uma rua denominada “Francisco Xavier da Veiga Cabral”, ou simplesmente “Veiga Cabral”. No que se refere Marapanim, essa denominação possivelmente surgiu após 1930, haja vista até então a mesma era chamada de “Lauro Sodré”, A República, 21/05/1895, p. 1.

associada à conquista do território do Amapá, por ter desferido um golpe de capoeira que deitou por terra um oficial francês (SILVA, 2014).

Movimento político contestatório ímpar na história da Primeira República no Pará, a Revolta de 11 de Junho de 1891, com se viu, apesar de ter como palco principal a cidade de Belém, também atingiu significativamente as regiões limítrofes, como a do Salgado. Dessa região foram esperados contingentes armados que pretendiam lutar, não pela restauração monárquica, e sim contra o grupo político liderado pelos republicanos históricos, que contava com o apoio de ex-liberais, mas, sobretudo, de antigos conservadores. Destarte, aventou-se inclusive a possibilidade de que ela fosse o rescaldo das cizânias ocorridas ainda durante o regime monárquico, quando liberais e conservadores se digladiavam em vista da tomada do poder, momento em que, no Pará, os republicanos clubistas eram pouco influentes no mundo político. Dessa forma, primou-se por intuir que as raízes desse conflito sedicioso foram sedimentadas bem antes dessa data, sobretudo no que tange aos processos dos dois primeiros pleitos eleitorais ocorridos na vigência do novo regime.

Porém, em seus primeiros dias, a nossa República não foi construída somente em meio a focos de conflitos armados, envolvendo confronto físico entre as partes litigantes. Houve também ocasiões em que os chefes políticos, na faina de demonstrar suas forças perante os seus concorrentes ou, quem sabe, também aos seus companheiros de legenda, promoveram manifestações de apreço aos representantes do Estado, principalmente aos governadores. Demonstrando, assim, que a pólvora não serviu somente para impulsionar o projétil que atingiria o inimigo, mas também fazer subir ao céu os festivos foguetes que anunciavam as embarcações com as comitivas governamentais que aportavam nas localidades do Salgado e em tantos outros lugares da novel República Brasileira em vias de consolidação. Ademais, em ocasiões em que foram inaugurados monumentos ou ainda, em solenidades cívicas pela passagem de uma data alusiva ao regime republicano. Ocasões que de alguma forma também fariam com que esses sujeitos fossem lembrados na história local ou talvez em esferas mais amplas. Assim, brotavam as comemorações em louvor ao nascimento da República Brasileira, evidenciando a influência do imaginário republicano francês, na época adotado por algumas correntes que atuavam na vida política do Brasil, e seus reflexos na região do Salgado.

### 3.3 ENTRE MONUMENTOS, BANQUETES, DISCURSOS E FLORES: a manipulação do imaginário social realizado durante a catequese política empreendida pelos agentes do Estado republicano no Salgado.

Fruto de um golpe de Estado, a implantação da República no Brasil não contou com a participação popular, como ocorreu na França, quando da instauração da Primeira República Francesa (1892). Cientes disso, os membros do Governo Provisório, sediado no Rio de Janeiro, assim como aqueles que formavam as Juntas Governativas nas capitais dos recém-instituídos estados confederados, começaram a luta para angariar e garantir simpatias junto à população, que deveria se sentir parte integrante do novo regime. Afinal, o apoio da população certamente era uma forma eficaz de assegurar a “legitimidade” da nova ordem política estabelecida em 15 de novembro de 1889. Para tanto, não mediram esforços, tampouco meios para alcançar os seus objetivos.

Neste sentido, os jornais, o meio de comunicação mais usual da época, que de certa forma atingia a um público diverso nos locais mais remotos, cumpriu um papel fundamental na manipulação do imaginário social. Através das folhas jornalísticas foram anunciadas as viagens empreendidas pelos representantes do Estado em suas “catequese”, quando havia a inauguração de obras que visavam perpetuar a memória republicana inclusive nas pequenas localidades do interior. Dentre essas obras estavam monumentos, por vezes situados em logradouros públicos que tiveram seus nomes trocados, no intuito de eternizar uma dada memória, e por onde percorreram procissões cívicas. Não convém esquecer os discursos veiculados, alguns inclusive carregados de cientificismo, e que nem sempre eram compreendidos, sobretudo pela massa iletrada da sociedade. Porém, a formação de uma consciência política não foi uma prerrogativa usada somente pelo grupo liderado pelos históricos. Como se pode perceber no tópico anterior, ao analisar a construção de uma memória representativa favorável à Revolta de 11 de Junho, bem como de seu principal mentor, o político democrata e ex-liberal Francisco Xavier da Veiga Cabral.

A formação da memória republicana pensada pela Junta Governativa do Pará, após o dia 16 de novembro, se deu, inicialmente, ao serem noticiadas as adesões obtidas nas Câmaras interioranas. Através desses anúncios pretendia-se fazer com que os leitores e o público em geral cressem que a República estava sendo bem aceita. Aceitação expressa, sobretudo, através de bailes, como foi o caso da Câmara de Bragança. Segundo os informes, após a sua adesão, essa Câmara promoveu um concorrido baile em homenagem à República, representada pela comissão encarregada de colher adesões. Bartholomeu Ferreira propagou

que em Marapanim o povo havia saído às ruas ao som predominante da Marselhesa, dando vivas à nova forma de governo, fato que se deu após a adesão dos dirigentes políticos que estavam à frente da Câmara. No entanto, as homenagens oferecidas a essas excursões preliminares não se comparavam àquelas que seriam destinadas aos governadores Justo Chermont e Lauro Sodré, propagadores do progresso material advindo com a República, fonte e razão de muitas das adesões conseguidas em meio a festejos cívicos.

Nesse sentido, as viagens empreendidas pelos agentes estatais, sobretudo pelos governadores, ou melhor, os eventos sociais correlatos, eram momentos propícios para tanto. Isso porque os líderes locais, ao organizarem as recepções aos ilustres visitantes, poderiam demonstrar a envergadura do seu poder político, que seria evidenciado ante aos visitantes e aos seus pares de legenda, sobretudo aqueles que pleiteavam maiores posições no partido, isto é, os seus possíveis rivais que estavam na espreita para lhe tomar as rédeas da política local. Não se deve esquecer, é claro, que essa era uma ocasião para tentar sobrepujar as forças dos inimigos declarados, de modo a afastá-los dos chefes políticos da capital. A cada período eleitoral as forças políticas tendiam a se recompor, também recompondo o teatro político, em que os inimigos se tornavam aliados, assim como o contrário<sup>820</sup>.

### **3.3.1 A Idade de Ouro prometida ao Salgado pela nascente República: a viagem de Justo Chermont - 1890**

Ao analisar a elite política carioca, Marieta de Moraes Ferreira (1994) destaca que, por vezes, esta se mostrava saudosa de uma “Idade de Ouro” vivenciada durante o Império, mais precisamente no segundo reinado. Todavia, essa visão acerca do período imperial não era compartilhada pela elite política do Pará, ao menos no tange ao discurso da elite interiorana após a proclamação da República. A idade de ouro deveria vir com a descentralização política proporcionada pela adoção do sistema federalista, que teoricamente viria a garantir maior liberdade não só para os estados confederados, mas também para as comunas.

Essa foi, sem dúvida, se não a principal, das armas usadas pelos republicanos do PRP para angariar adesões e reforçar as conquistadas nos interiores do Pará, revelando, assim, que todos queriam ser atendidos com as benesses propagadas pelo novo regime de governo.

---

<sup>820</sup> Sobre a recomposição das forças políticas é interessante a análise feita por Viscardi (1999), ao abordar os conchavos políticos que se destinavam às disputas pela presidência da República. Em sua abordagem, esta historiadora demonstra que a supervalorização da força política atribuída a São Paulo e Minas Gerais no jogo político alcunhado pela historiografia tradicional, da “política do café-com-leite”, nem sempre correspondia à realidade vivenciada.



Porém, havia um preço a ser pago, ou melhor, uma troca tácita a ser efetivada entre a elite interiorana e o grupo que estava à frente dos assuntos políticos do estado do Pará. Para estes, ter o apoio daqueles era imprescindível na hora de arquitetar as bases do edifício republicano em vias de construção, enquanto que os líderes interioranos precisavam dessa troca para angariar e fortalecer as suas relações políticas de dependência nos seus currais eleitorais.

Como era de se esperar, nesse teatro político, o governador Justo Chermont pôs-se a caminho da região do Salgado. Na primeira página, o “A República” transmitia ao público o itinerário a ser percorrido “pelo honrado cidadão”, que incluía as cidades de Bragança e Vigia, assim como as vilas de Curuçá, Salinas, Quatipuru, Vizeu, Collares, São Caetano, Marapanim, e Santarém Novo<sup>821</sup>. Ao percorrer cada localidade, o primeiro governador republicano do Pará alegava que a finalidade seria conhecer o seu real estado e, sobretudo, buscar informações minuciosas no propósito de promover o seu desenvolvimento material. Tal empreitada política fora empreendida após Chermont percorrer o vale do rio Tapajós, isto é, localidades do oeste do estado do Pará, como a cidade de Santarém. Um itinerário desgastante fisicamente, por se tratar de locais distantes de Belém, sede do Governo Provisório estadual.

Esse distanciamento geográfico possivelmente foi um dos fatores que levou o governador Justo Chermont a percorrer primeiro o vale do Tapajós e outros centros populacionais que ficavam distantes da sede do poder governamental<sup>822</sup>, e, portanto, precisava de modo premente visualizar sua figura<sup>823</sup>. O Salgado, por ser geograficamente próximo e com melhor acesso, poderia ser cuidado pelos plenipotenciários, como o foram inúmeras vezes Gonçalo e Bartholomeu Ferreira. Mas, ainda assim, esperava contar com a presença do governador em pessoa, ocasião em que seriam reforçadas as solicitações de melhoramentos públicos tão necessários e solicitados pelas comunas, e largamente propagados pelos republicanos, de modo a possibilitar que os habitantes dessa região pudessem, enfim, entrar na “idade de ouro, que lhes foi negada pelo Império”. Assim, pode-se concluir que não foi por acaso “os toscos artigos” destinados ao governador, publicados na folha governista, assinados pelo professor vigiense Vilhena Alves, pedindo melhoramentos para a vila de São Caetano, dias após o anúncio da partida do governador<sup>824</sup>.

---

<sup>821</sup> A República, 07/06/1891, p.1.

<sup>822</sup> A República, 11/06/1890, p. 2.

<sup>823</sup> A República, 31/05/1891, p. 1. Comenta que entre aqueles que recepcionaram o governador durante o percurso até Santarém estava um velho chamado Benedicto Antonio da Cunha, que, segundo a nota, declarou-se maravilhado com a singeleza e familiaridade com que tinha sido acolhido pelo governador, pois “[...] certificou-se assim pessoalmente que não se tratava de um desses enfeitados presidentes de outrora, nem de um filho da nobreza, mas sim de seu próprio co-irmão, como um homem do povo.”

<sup>824</sup> A República, 08/05/1890. A República, 11/06/1890,

No entanto, antes de pedir, era preciso saber como pedir, isto é, tornava-se necessário demonstrar sua força política como anfitrião, por meio de recepções que deveriam ser dignas à pessoa do hóspede. Porém, um elemento importante não poderia deixar de existir, ou seja, o “Povo”, que, mesmo sem “um rosto definido”, deveria aparecer nas manifestações. Afinal, toda manifestação pública para celebrar a passagem de uma pessoa grada pelos “currais eleitorais” ou as comemorações de uma data cívica se fazia com o povo nas ruas. Uma maneira clara de demonstrar que “o povo ratificava sua adesão à causa festejada”, haja vista que ele deveria ser e se sentir parte integrante do novo regime político que se iniciava. Os agentes governistas do Salgado procuraram não fazer feio, por assim dizer, em suas extravagantes exposições públicas, custasse o que custasse; ao menos essa era a noção que os órgãos de imprensa que apoiavam o governo intentavam<sup>825</sup>. Dessa forma, a construção de uma imagem favorável ao regime republicano estava sendo criada no Salgado, sem esquecer, é claro, do “povo sem rosto” e, principalmente, dos seus principais agentes políticos. Para a realização dessa tarefa, em muito devem ter contribuído os jornais, que divulgavam em vários lugares as manifestações ocorridas durante as viagens dos governistas em sua tarefa de construir uma consciência republicana<sup>826</sup>.

Ao narrar a passagem do governador pela “mais antiga das cidades paraense – a heroica Vigia – mais antiga do que a própria capital do estado do Pará”, o articulista do “A República” mencionava que toda a cidade trajava gala para receber o ilustre visitante. Aludia, ainda, que se sentia particularmente atraído pelo cenário no qual “[...] o predomínio das cores nacionais, nos múltiplos estandartes que a ornavam, não deixou pairar a mínima dúvida de que ali se tratava de um festejo patriótico”<sup>827</sup>. Esplendor demonstrado de forma mais veemente assim que o vapor “Cametá”, que transportava a comitiva governamental, aproximou-se do ancoradouro, momento

---

<sup>825</sup> O Democrata, 18/06/1890, p. 1. Segundo uma comunicação enviada de Salinas e publicada pela oposição, a esplêndida manifestação, que contou com um lauto almoço e um baile, animados por uma banda de música de quatro instrumentos, oferecidos pelos chefes políticos locais ao governador, resultaram de uma “subscrição que correu pedindo donativos, isso porque “Eles não sendo tolos queriam aparecer para [...], mas despende [...], nada”. O Democrata, 27/07/1890, p. 1. Em tom satírico, a oposição procurou denunciar os supostos gastos feitos pela intendência da Vigia com a viagem do *Petit Governador*. Assim foi expresso: “Consta-nos que o presidente da Intendência da Vigia refere a quem quer ouvir que, com a visita do Petit Governador, àquela cidade, gastou por parte da mesma Intendência a avultada quantia de 400 e tantos mil réis! E o caso de o sr. dr. Justo perguntar a si mesmo admirado: – Mas em que!?” Seguiu: “Nós por nossa vez, perguntamos: E com que autorização, e porque verba!? Ah! Nem nos lembrávamos que: ‘E belo morrer pela pátria, mas é mais doce viver às custas dela’”.

<sup>826</sup> Ao contrário da folha governista, que se deteve em descrever pormenorizada e continuamente em suas edições a vigem de Justo Chermont, o “O Democrata” o fez de maneira sucinta e espaçadamente, salvo no que se refere à narrativa sobre Vigia, que ocupou duas colunas da primeira página. No mais das vezes, tratou em uma única edição de fatos relacionados a mais de uma localidade. Um provável motivo para tanto deve ter sido o fato de que em algumas localidades, o correspondente democrata não esteve presente, a exemplo de Curuçá. Sobre essa localidade, inclusive, não foi encontrada nenhuma referência nas páginas da oposição.

<sup>827</sup> A República, 26/06/1890, p. 2.

em que, segundo a nota, fartas girândolas de fogos de artifício rasgaram as regiões dos nimbos, permitindo ver o sinal convencionado naquela população. O desembarque no “Porto da Ribeira”, localizado em frente ao Paço da Intendência, ocorreu ao som comocionador do grande Hino Nacional, executado pelos melhores músicos das várias bandas marciais da cidade.

No desembarque da comitiva governamental, além do intendente, capitão Francisco de Moura Palha, estiveram no local o delegado de polícia, Miguel Candido de Souza e outras pessoas gradas da sociedade vigiense<sup>828</sup>. Tal ajuntamento de pessoas havia sido solicitado ainda na manhã desse mesmo dia, quando saiu às ruas um “boletim convidativo.” No referido documento a Intendência Municipal, julgando impetrar fielmente os sentimentos generosos e hospitaleiros de seus munícipes, cumpria o grato dever de avisá-los para que todos, sem distinção de classe ou cor política, comparecessem ao desembarque do distinto patriota, de modo a fazer-lhe uma recepção condigna. Por fim, além de informar o local do ato, dava repetidos vivas ao povo vigiense, ao governo do estado e à intendência municipal.

Como de praxe, a recepção oficial ocorreu no Paço da Intendência, ocasião em que Francisco de Moura Palha, na qualidade de intendente, congratulou-se com o seus concidadãos pela honrosa e prometedora visita que recebiam. O governador passou a examinar o edifício bem mobilhado, ornado de cortinas e ostentando em toda a sua frente vários pavilhões multicores. Após passar a sesta na casa do cidadão Rozo Lobato, previamente disposta para este fim, o governador seguiu para examinar uma das pontes públicas que se encontrava inteiramente arruinada, e cujos necessários e prontos reparos haviam sido arrematados pelo sr. Lourenço Holanda<sup>829</sup>.

---

<sup>828</sup> A República, 26/06/1890, p. 2. Entre as pessoas de destaque, fizeram-se presentes o tenente coronel Laureano Gil de Souza, Padre Estevão da Costa Teixeira, juiz municipal Manoel Felipe da Costa, tenente-coronel Agostinho do Carmo Barriga, capitão José Ângelo Gomes, Cazemiro José Ferreira, Antonio José do Carmo Barriga, Francisco A. F. de Athayde, Pedro Ferreira Furtado, Manoel Domingos da Costa, Professor Josephino C. R. Lobato, João do E. S. Oliveira, Manoel João de Souza, o promotor público da comarca, etc. O comparecimento do juiz municipal da Vigia, Manoel Felipe da Costa, deu-se, certamente, além do fato de ser uma autoridade local, em virtude do ainda não declarado “alinhamento político para com o PRD.”

<sup>829</sup> O Democrata, 18/06/1890, p. 1. Na versão apresentada pelos democratas sobre a chegada do “Governador Assú” – apelido usado para se referir a Justo Chermont – à Vigia, em muito difere da oficial. A exemplo da quantidade de foguetes que subiram ao ar, naquele dia, na praça da Independência, que se achava embandeirada, para os democratas, eram apenas “alguns”. Alguns, ou melhor, “uns trinta” era o número dos radicais e curiosos que foram ao porto para receber o ilustre visitante. Este fora saudado por um “resto de músicos que foi por lá encontrado, e que tocou como pode, qualquer coisa até o Paço Municipal”. Local onde o intendente, “trajando a sua casaca *oficial* do tempo da defunta monarquia”, depois de um breve discurso *entregou-lhe as chaves da cidade*. Ante tal prova de consideração, o jovem governador teria agradecido em tom comovente, ocasião na qual prometeu, que se o povo vigiense o ajudasse, ele faria da Vigia a pérola do Salgado! Promessa que teria levado Gonçalo, à “meia voz dizer: protesto”. Nem mesmo a casa do professor Lobato, destinada servir de hospedagem ao governador, quer dizer, o fato de ela ter sido escolhida para tanto, não foi poupado pelo correspondente democrata, que quase sempre esteve nos membros da comitiva. Para ele, os chefes radicais enviaram Chermont, como quem “tratava de desembaraçar-se de um formidável

A visita do governo à Vigia, no entanto, não se resumiu à cidade-sede, ou seja, percorreu também outros pontos do município.

Na localidade de Porto Salvo, para onde seguiu acompanhado pelo “chefe republicano vigiense” capitão Francisco de Moura Palha, do promotor público da comarca, do subdelegado de polícia e de vários outros cidadãos. Além do coronel Lareano Gil de Souza, que aportou numa pequena canoa, logo depois de comitiva governamental<sup>830</sup>. Nessa localidade, além de visitar a capela local, que, segundo a nota, era do mesmo estilo da de Colares, porém achava-se em melhor estado de conservação, Chermot esteve presente nas duas escolas<sup>831</sup> locais.<sup>832</sup> Porto Salvo também “se mostrou vestida de gala, tendo todas as suas ruas embandeiradas”. Diversas famílias foram pessoalmente saudar o governador durante o seu desembarque, ocorrido em um das pontes da localidade. Tal concorrência foi tida como sendo uma retribuição “[...] pela honrosa visita com que distinguia aquele lugar, quase em

---

cacete”, quer dizer de um incômodo. Sensação “pensada acertadamente”, inclusive pelo jovem governador, que preferiu se retirar a bordo para não expor aos incômodos à família do professor. Tal perspectiva pode ser percebida igualmente nas notas subsequentes, publicadas pelo órgão democrata, que a todo custo pretendeu mitigar aos olhos de seus leitores os aspectos publicados pelo órgão adversário sobre as manifestações direcionadas à pessoa do governador em todas as localidades do Salgado, como se poderá perceber nas notas de rodapé que serão postas a seguir.

<sup>830</sup> Na perspectiva repassada pelo “O Democrata”, na viagem para Porto Salvo ocorreu um “fato notável”, que foi a proposital exclusão do tenente-coronel Laureano Gil de Souza, dentre aqueles que embarcaram no “Cametá” em direção a tal localidade, ainda que ele não cessasse de dar provas de sua *lealdade e dedicação*. Proposital pelo fato de que, mesmo levando em consideração o atraso de Gil de Souza, o vapor tinha levantado ferro e começava a mover-se de modo que podia esperá-lo, o que não o fez e seguiu viagem. Episódio que certamente, caso tenha ocorrido nesses termos, estava ligado diretamente ao não alinhamento político, que de fato existia entre o tenente-coronel Gil de Souza e Moura Palha. Algo que nem mesmo o também notável brinde erguido por Laureano Gil de Souza durante um dos banquetes, no qual ele jurou “[...] por todos os deuses, pela sua palavra, e pela nova amizade e dedicação ao seu chefe Palha, ser fiel ao dr. Justo, até [...] a véspera da infidelidade”, conseguiu mitigar. Entre os possíveis desencontros, ou melhor, as cizânias existentes ou plantadas pelo “O Democrata” que ganharam destaque na passagem de Chermont por Vigia.

<sup>831</sup> Hobsbawm (2011, p. 112), ao tratar do processo de construção da identidade nacional no século XIX, lembra que os Estados nacionais usaram largamente os meios de comunicação que dispunham sobre os seus habitantes, sobretudo nas escolas primárias, para difundir a imagem e a herança da “nação” e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país, à bandeira, “frequentemente” inventando tradições ou mesmo nações com esse objetivo. No caso dos momentos ocorridos nas visitas de Justo Chermont ou outros agentes do Estado, percebe-se que não necessariamente se pretendia formar uma “nação brasileira”, afinal, isso já havia sido feito pelo regime monárquico, mas sim uma, diga-se, “nação brasileira republicana”. Daí a importância de formar “cidadãos republicanos” ainda durante a infância. A criação, quer durante os “exames” ou demonstrando suas habilidades discursivas, foi bastante salientado nas narrativas dos governadores, sobretudo, na que trata sobre a viagem de Chermont em 1890.

<sup>832</sup> A República, 28/06/1890, p. 1-2. Na escola de 1º grau do sexo feminino, cuja professora era a d. Felícia Izabel Duarte da Costa, e na do sexo masculino, regida pelo professor normalista Francisco Ferreira de Vilhena Alves, o mesmo dos “toscos artigos sobre os melhoramentos de São Caetano”, estavam matriculadas na escola do sexo feminino 40 alunas, tendo uma frequência máxima de 35 e uma mínima de 25 alunas, sendo que no ato da vista estavam presentes 35. A do sexo masculino contava com 65 alunos matriculados, com uma frequência máxima de 55 e mínima de 45, fazendo-se presentes “39 aprendizes”.

total abandono pela sepultada monarquia. Pode-se dizer que toda a população desta freguesia acompanhou o governador em sua visita<sup>833</sup>.

Partindo de Porto Salvo ainda no dia 11 de Junho de 1890, a “populosa comitiva” seguiu para São Caetano, onde as ruas embandeiradas indicavam o justo regozijo do povo, que aguardava ansioso a visita do governador do estado. A folha governista assinalou que os habitantes, ao serem avisados da chegada do “ilustre funcionário”, pelas girândolas de fogos que fendiam o ar, afluíam em avultado número ao ponto de desembarque. Entre os anfitriões destacavam-se o coronel professor João Rodrigues dos Santos, Antonio de Paula Gurjão, Diniz Maciel, o comerciante Geroncio Rodrigues, João Braz de Souza, e outros<sup>834</sup>. Para comemorar a esperançosa visita que recebiam, de modo a marcar a memória local, foi celebrada uma sessão extraordinária presidida pelo cidadão João Rodrigues dos Santos, na qual o secretário José Cândido das Chagas lavrou uma ata com o seguinte teor:

Aos onze dias do mês de junho do ano de mil oitocentos e noventa, segundo da republica, nesta vila de São Caetano de Odivelas, reunidos no paço republicano da intendência municipal os membros da mesma, foi deliberado que se lavrasse a presente ata, para solenizar a passagem do ilustre governador deste Estado, o cidadão dr. Justo Leite Chermont por esta vila; para ficar patente aos seus munícipes que, após o governo da republica, tivemos o inefável prazer de sermos visitados pelo governador do nosso Estado; fato que jamais aconteceu no tempo a velha extinta monarquia. Por este ato altamente patriótico do nosso ilustre governador, esta intendência, experimentando o maior prazer e interpretando os sentimentos dos seus munícipes, mandou fazer esta ata para, como já disse, solenizar a sua passagem por esta vila. E para constar lavrou-se a presenta, que todos assinaram<sup>835</sup>.

Após a sessão, o governador visitou o prédio da Intendência Municipal, que estava quase concluído, às expensas única e exclusivamente dos cofres municipais. Em seguida, pôe-se a percorrer as escolas públicas de 1º grau de ambos os sexos, assim como a particular mantida pelo cidadão Bento José da Silva Santos. Acerca deste último estabelecimento de ensino, foi mencionado que era “dotado com mobília moderna e apropriada”. Seu dono o teria oferecido ao governador, que, por sua vez, pretendeu transformá-la em escola pública<sup>836</sup>. O

---

<sup>833</sup> A República, 26/06/1890, p. 1..

<sup>834</sup> A República, 29/06/1890, p. 2. Francisco de Queiroz Monteiro, Macário Favacho, Eurico E. de Souza, Libanio M. da Silva, Raymundo Firmino Rodrigues, Manoel Lino de Athyde, Manoel Ferreira dos Santos, Vidal Maria da Silva, Carlos Miguel de Souza.

<sup>835</sup> A República, 29/06/1890, p. 2. Foram assinantes da ata Justo L. Chermont, João R. dos Santos, Gonçalo de L. Ferreira, Manoel L. de Athayde, Manoel Ferreira dos Santos, Vidal Maria da Silva, Carlos Miguel Souza.

<sup>836</sup> Idem. A escola do sexo feminino, regida pela professora a normalista d. Bárbara de Brito, tinha 56 alunas matriculadas, com uma frequência maior que 30, no mês de abril, 34 no mês de maio, e a menor quando comparada ao mesmo período, decresceu de 21 para 20 o número de alunas. A escola do sexo masculino estava a cargo do professor vitalício José Narciso da Costa Rocha, contava então com 98 educandos. A frequência

zelo de Silva Santos para com a instrução pública suscitou o comentário de que homens iguais a ele somente havia “com frequência nos Estados Norte Americanos: em geral, entre os brasileiros sua raridade, o qualificava como fenomenal”. As visitas às escolas foram seguidas, da casa que servia de cadeia e quartel de polícia, assim como a capela da confraria do Bom Jesus, onde eram realizadas as práticas religiosas da população local. Visitou igualmente o cemitério, que ficava distante do centro populacional, sendo que o mesmo tinha a sua frente guarnecida por grades de ferro e o restante fortemente cercado de madeira<sup>837</sup>.

Após percorrer todos esses lugares públicos, Justo Chermont foi obsequiado com uma noite de espetáculos, pois assim “como a cidade de Óbidos, no Baixo Amazonas, a vila de São Caetano, no Salgado, possuía o seu teatrinho, “O São João”, posto que ainda não inteiramente concluído”. Por ocasião da visita, achavam-se sobre o palco os membros do *Club Dramático Odivelense – os amadores da arte*. Os membros desse clube teatral fizeram espalhar nesse mesmo dia alguns avulsos, que anunciavam o seguinte espetáculo<sup>838</sup>:

TEATRO SÃO JOÃO ESPETÁCULO HOJE – Em grande gala.

Com assistência do ilustre governador deste Estado dr. Justo Leite Chermont, em excursão por esta vila.

Subirão a cena pela 2ª vez o importante drama em 2 atos – O ANJO DO LAR- e a patriótica comédia VIVA A REPÚBLICA!

Cadeiras até às 5 horas.

Principiará às 8: ½ horas da noite<sup>839</sup>.

---

maior no mês de maio era de 76 e a menor de 61. Na escola do cidadão Silva Santos estavam matriculados 63 alunos. Nas três escolas, no ato da visita do governador, estavam presentes 34, 78, 40 alunos respectivamente.

<sup>837</sup> As vistas aos cemitérios vão ser quase que constantes nessas visitas realizadas pelos agentes governistas ao interior do estado. Algo que demonstra a preocupação com o processo de higienização, comum à época.

<sup>838</sup> O Democrata, 22/06/1890, p. 1. Partindo dessa atitude dos membros do clube teatral, no que diz respeito à divulgação “em cima da hora” da apresentação oferecida ao governador, como parte das honorarias que lhe foram destinadas em São Caetano, ganha certo respaldo na nota do “O Democrata” que narra tais eventos. Segundo a folha oposicionista, apesar de saberem que o governador devia chegar, ninguém se incomodou em preparar-lhe uma recepção condigna, nem mesmo o intendente municipal Antonio Santos, irmão do sr. Silva Santos, sogro do dr. Pedro Chermont, irmão do governador. O intendente preferiu cuidar de sua lavoura a ir prestar honras ao governador. Teria inclusive mencionado que: “Ora esta, o dr. Justo é rico, e enquanto não foi governador, não quis visitar o interior à sua custa, agora anda passeando à nossa custa, que estamos pagando impostos sobre farinha, vistorias de canoas, etc. não vou lá. Olha, diga que estou incomodado e não posso ir”. Procedimento que deixou “de boca aberta o governador e alguns de seus companheiros”. No mais, as “notas do repórter que ia a bordo do Cametá” e que, por sua vez, encontravam respaldos nos comentários de terceiros, mencionavam que o seu companheiro, ou melhor, o chefe da viagem, o dr. Justo Chermont, teria embarcado em São Caetano muito contrariado. Teria, inclusive, se demorado pouco em terra e teria dito que “não gostou nem da gente, nem do lugar”. Atitude classificada pela oposição como uma “ingratidão sem nome, porque S. Caetano foi o lugar do interior onde o movimento republicano se fez mais sentir, antes de 15 de novembro”. Caso tenha sido verídico o procedimento do intendente, segundo a folha oposicionista, o ilustre visitante e sua comitiva “[...] verificaram por si que a gente do interior nem toda corre atrás de rabos de foguete, nem se abalam para ver um governador.” Logo, esta lição deveria ser proveitosa para os que governam.

<sup>839</sup> A República, 29/06/1890, p. 1.

Ao voltar do teatro, Chermont visitou o local onde se reuniam os republicanos históricos de São Caetano de Odivelas. Segundo o articulista, em poucas palavras o governador expressou que considerava tal local sagrado por ter abrigado os apóstolos da verdadeira religião, a religião republicana, homens que lutaram contra “o mal grado da desconceituada e corrupta monarquia”. Em seu discurso, concitou os cidadãos odivelenses a trilharem o patriótico exemplo daqueles denotados heróis da gloriosa República, na ingente obra de consolidação definitiva da sua própria autonomia e independência políticas, saudou com efusão os dedicados paladinos ali presentes, da grande causa triunfante do governo do povo e pelo povo. Caminhos aguerridos que lhes valeram a inscrição *ad memoriam* de seus nomes, num quadro branco posto na parede frontal de quem entrava, dentre os quais estava João Braz de Souza. Ao término da visita, sempre acompanhado pelas duas bandas marciais dos clubes musicais “Republicano” e “Democrata”, o governador se dirigiu à casa do coronel João Rodrigues dos Santos, onde lhe foi servido um farto e variado jantar.

Se a vila de São Caetano excedia em progressos materiais, quando comparado a muitas cidades do estado, tal não era o caso, segundo o articulista do jornal, da “insignificante povoação de São João do Abade, banhada pelo até então insignificante Rio Muriá”. A situação dessa povoação tenderia a sofrer sérias mudanças a partir da visita do governador. Pois, achando-se a povoação do Abade a uma hora de distância terrestre da vila de Curuçá, e sendo um porto perfeitamente calável por navios de dimensões mais avantajadas, era de esperar que o progresso republicano tendesse a fazer dela o “*Havre*” da referida vila vizinha, a quem pertencia administrativamente<sup>840</sup>. O progresso material correlato à implantação do regime republicano no Brasil, certamente foi um dos pontos mais salientados nos discursos dos políticos curuçaenses durante a passagem do governador Justo Chemont, sobretudo, pelo vogal da Intendência, professor Manoel J. Ferreira Guimarães, que advogava em favor das localidades do interior do estado carentes em melhorias públicas. Para Curuçá, inclusive foi elaborado um quadro com suas necessidades mais urgentes.

Segundo os discursos proferidos durante a recepção, esse progresso estava entrelaçado com o desenvolvimento da instrução pública. Portanto, não sem sentido, que entre as lisonjas arquitetadas pela comissão encarregada de receber o governador em Curuçá estava a recepção oferecida pelos alunos da escola de 1º grau do sexo masculino regida pelo professor Gualberto de Campos. Durante a entrada do governador nesse órgão de ensino, os alunos entoaram um “hino ao estudo”, cuja letra era seguinte:

---

<sup>840</sup> A República, 02/07/1890, p. 2

Coro

Eia! Jovem á luta, á conquista/ Do Direito, da luz, da razão!  
Alarguemos contentes a vista/ Do futuro na vasta amplidão!

Solo

Serio estudo, união e respeito-formam nobre e sublime trindade, realçada por esta divisa:- lei, civismo, constância, igualdade!  
Estudar, estudar com afinco:- do Cruzeiro eis a senha, eis o grito.  
O que já conquistamos é muito; o resta saber ... infinito!  
Letra e arte, ciência e trabalho formam elos de alcance moral, trazem paz e direitos sagrados – constituem progresso real!  
Prossigamos, portanto, na luta a cantar, estudar, a sorrir;/ E cobertos de louros e bênçãos, chegaremos a gloria ao porvir<sup>841</sup>.

Porém, antes de receber a homenagem acima referida, o governador foi recepcionado em seu desembarque pelos habitantes da vila, salientando-se entre a massa, estavam o digno chefe do partido republicano curuçaense, capitão Horácio Barbosa de Lima, e “diversas prestimosas influências políticas”. A estes se juntou, na Praça da Matriz, o professor Campos e seus alunos, que se dirigiam ao encontro da comitiva governamental. Ao descrever o panorama do itinerário percorrido pelo séquito governamental rumo ao Paço da Intendência, onde foi celebrada sessão extraordinária, o “A República” mencionava que:

As ruas embandeiradas, a música em profusão, a concorrência popular, a satisfação das fisionomias, o burburinho da animação, a atividade festiva, o júbilo, a vida, em uma palavra, eram atestados vários e vivos, eram a demonstração mais eloquente, do prazer que lavrava no coração daquele povo, pela hospedagem que o ensejo lhe proporcionara tributar à primeira dignidade do Estado<sup>842</sup>.

O intendente de Marapanim, Diniz Henrique Ferreira Botelho, e seu irmão, o republicano histórico Bartholomeu Ferreira, também não pretenderam deixar a desejar a recepção oferecida ao primeiro governador republicano do Pará. No dia 14 de junho, este visitou a vila de Marapanim, onde foi recebido, segundo a nota, com verdadeiro delírio por parte da população. Nos logradouros públicos por onde o cortejo passou, além dos estandartes multicoloridos que tremulavam abundantes, via-se, de espaço em espaço “verdes palmeiras, simbólicos escudos, dísticos alegóricos, que tão poeticamente se casavam com as harmonias da banda musical da sociedade “Euterpe Marapaniense”, assim como com as saudações e vivas entusiásticos daquele punhado de povo brioso e patriótico”.

---

<sup>841</sup> Idem.

<sup>842</sup> Idem.



Na ponte, entre a aglomeração dos habitantes que concorreram ao desembarque, diversas famílias se dignaram abrilhantar o préstito, “dando assim público testemunho do preito que tributavam ao verdadeiro regime progressista, – o regime republicano – o único capaz de soerguer as liberdades e ilustrações femininas ao nível das ilustrações homínicas”<sup>843</sup>. Porém, essa inclusão, ainda que pálida, da participação das mulheres no fechado mundo dos assuntos políticos, foi logo turvada ao serem elencados os “sinceros amigos que se destacavam nesse burburinho confuso de alegria, também produzido pela a multidão sem rosto”. Entre eles, foram destacados o intendente Diniz Botelho, que saudou o recém-chegado, além de saudar os seus municípios pela auspiciosa visita que recebiam; Bartholomeu Ferreira, José J. de Castro, Joaquim E. de Carvalho, Alexandre R. das Neves, João F. Pinto, Manoel N. Lopes, Antonio José Alves, José R. de Lagoia Alves, Felinto Elisio de Moraes Castro e outros<sup>844</sup>.

Após a recepção no Paço da Intendência, foram sindicadas por Chermont as duas escolas de 1º grau do sexo masculino e do sexo feminino, e a de 2º grau do sexo masculino, regidas pelos professores normalistas José S. da Paixão, José D. Pereira, d. Felicíssima do C. Pacheco, e Manoel V. F. Botelho, respectivamente. Visitou ainda o prédio da cadeia e quartel, que se encontrava em péssimo estado de conservação, assim como o cemitério público, que mesmo cercado de madeira, estava em estado irrepreensível de asseio e conservação, porém, sua remoção, para um lugar mais longe do centro mais habitado era uma medida higiênica imprescindível.

---

<sup>843</sup> Uma clara referência de que as mulheres poderiam no futuro, vir a ocupar posições de mando, inclusive na vida política. Desse modo, elas deixariam de ser na sociedade “elementos sociais passivos, para se tornarem ativos”. Assertiva que encontra fôlego na narrativa da nota, ao mencionar que “Um grande número de crianças de ambos os sexos, empunhando troféus, pendões e flâmulas aprendiam, deste modo, a se interessarem vivamente pelas causas verdadeiras da pátria”. Como se pôde perceber, novamente as crianças aparecem em cena saudando o governador, e, é claro, aprendendo a construir laços de aproximação entre eles, os futuros cidadãos, e o Estado republicano brasileiro. Essa foi a única referência encontrada acerca da uma possível equiparação de direitos entre os sexos. A reaparição das mulheres durante os festejos ocorreu somente por ocasião da visita ao prédio que então abrigava o Conselho de Intendência, cuja sala principal estava ornada de cortinas, quadros e galhardetes. Entretanto, lhe é destinada uma participação, diga-se, alegórica, sem rosto, ao mencionar que “grande número de senhoras fez cair uma chuva de pétalas de várias flores” sobre Chermont. Ainda assim, a participação das mulheres nesses eventos foi um fato notável em quase todas as localidades, no entanto, no mais das vezes, reafirma-se, elas apareciam “sem rosto, sem nome”, salvo algumas exceções, quando seus nomes eram divulgados, mas, ainda assim eram apresentadas como a “prestimosa consorte”, a adorável e inteligente filha”, “uma preceptora exemplar”, como será demonstrado mais adiante.

<sup>844</sup> O Democrata, 22/06/1890, p. 1. Segundo o correspondente democrata, além das “decepções” encontradas por Justo Chermont em Marapanim, no que se refere ao processo eleitoral, isto é, a descoberta de eleitores democratas entre os republicanos, foram-lhe reservadas ainda “maiores decepções”, percebidas logo no momento do desembarque. Isso porque, ao contrário do propagado pelos republicanos em sua folha noticiosa, “ninguém apareceu no momento do desembarque, apesar dos esforços de um senhor Diniz Botelho e de um sr. J. Raymundo, que convidaram senhoras da sociedade local. O que causou um enorme desapontamento”.

Ao cair da tarde, as “verdadeiras influências marapanienses” organizaram um jantar na casa do capitão Joaquim Esteves de Carvalho, que foi presidido pelo próprio governador<sup>845</sup>. Durante esse encontro, anfitriões e convivas ergueram brindes e versaram sobre a “[...] atividade, boa vontade e iniciativa daqueles povoadores, que, em 28 anos apenas de existência elevaram o progredimento dessa localidade ao nível rivalizador com o de outras muitas, duas, três, quatro vezes mais antigas”<sup>846</sup>. Marapanim era, assim, demonstrada como uma pujante vila, algo observado em 1884 por Manoel Baena, ao tecer informações sobre as comarcas da província do Pará, classificando-a como “florescente vila de comércio” (BAENA, 1885, p. 7). Porém, se o progresso material “lhe era peculiar”, algo ainda faltava. Neste caso, seus sujeitos políticos tinham consciência do grau de importância que revestia uma localidade que era “cabeça de comarca”, sobretudo porque se teria um juiz com o qual poderiam articular conchavos, a partir dos quais interfeririam nas sentenças. Logo, cabia-lhes aproveitar o momento político para solicitar ao governador os meios para a implantação de tão importante benefício, isso porque naquele momento estavam sendo criadas novas sedes de comarcas<sup>847</sup>.

A matéria lembrava que, após terminarem a refeição, já em noite cerrada, a comitiva fora agradavelmente surpreendida pela iluminação a *gior no*, que se fez não somente nas ruas, como na maioria das habitações. Na Praça principal, circulada de lanternas e balões chineses de diversas combiantes, onde estava situada a chácara pertencente ao comerciante Joaquim E. de Carvalho, na qual o governador ficou hospedado, ostentava um pequeno, mas elegante pavilhão central, onde se executava a “Euterpe Marapaniense”. Sobre as colunas do jardim, em frente à casa de hospedagem, lia-se em pequenos transparentes de várias cores os nomes dos denotados republicanos: – Deodoro da Fonseca, J. Bacellar, Lauro Sodré, Paes de Carvalho, J. Chermont, Manoel Barata e Magno de Araújo. O teatro político estava visivelmente montado em Marapanim por sua elite política, ávida por conseguir a sua “independência nos assuntos judiciários” em relação a Cintra.

Em meio à cena, aparece “o povo”, em passeata *aux flambeaux*, que após percorrer algumas ruas e travessas, veio cumprimentar o governador, trazendo-lhe, nessa ocasião, uma representação “a bem dos interesses judiciários locais, cujo redator foi o nosso velho e incansável amigo Bartholomeu Ferreira”. Demonstração que revelava ser nada mais acertado,

---

<sup>845</sup> O Democrata, 22/06/1890, p. 1. Esse momento festivo também foi apreciado pelo emissário democrata, que permaneceu a bordo do “‘Cameté’, onde havia mais fresco”. E, mais uma vez, sua narração pretendeu demonstrar “que o negócio foi um desapontamento enorme”, haja vista que, após longa espera, desmanchou-se o baile por falta de moças, que não se animaram a ir “por acanhamento”, como teria dito próprio Chermont.

<sup>846</sup> A República, 03/06/1890, p. 1.

<sup>847</sup> Esta se revelou uma das principais preocupações tanto de Bartholomeu Ferreira quanto de Diniz Botelho, ao ocuparem um assento na Câmara dos deputados.

do que a interferência de um elemento muito conhecido pelo governador, para encaminhar tal solicitação. Após a entrega do documento, a encenação em Marapanim findou com a adesão de Chermont e de sua comitiva a marcha de alegria e regozijo, que se manteve sempre animada, até a terminação, que teve lugar na ponte do litoral, onde ocorreu o embarque.

Ao contrário da vila de Marapanim, a sede de sua Comarca, isto é, a vila de Cintra, não apresentava, segundo a matéria que narrou a vista de Chemont, o desenvolvimento econômico daquela. A mesma matéria observava que havia diversos lugares no interior do estado, para os quais a nova forma governamental talvez viesse a ser a tábua de salvação contra o aniquilamento inevitável a que estavam condenados com o velho sistema centralizador, atrofiante e mortífero, ou seja, o sistema monárquico. Cintra estava nesse triste número, pois há muito não prosperava. A paralisia a tinha invadido, anunciando-lhe quiçá o termo próximo. Apesar de estar assentada em um plano elevado, “talhado para a imponência de uma grandeza futura, em dias de prosperidade que nunca lhe chegou”, Cintra, à margem esquerda do Rio Maracanã, gozava de um mau porto de desembarque, em consequência da extensa e lodosa praia que se descobria nas marés vazantes. Esse último aspecto físico fazia saltar aos olhos “a ideia contristadora da decadência em começo daqueles que a visitavam”<sup>848</sup>.

O prédio alugado que abrigava a sede da Intendência Municipal foi retratado como sendo acanhado e em princípio de deterioração. A única sala em melhor aspecto era a da frente, além de um quarto onde se achava o arquivo. O prédio próprio da municipalidade, que abrigava o quartel de polícia e a cadeia pública, possuía também apenas dois compartimentos em melhor estado de conservação, que serviam de prisão celular. Os dois únicos presos encontrados no local, um de cada sexo, por contarem com a breve liberdade, atentos ao pouco tempo que lhes restava de sentença, conservavam-se obedientes ao castigo que lhes tinha sido dado, mas não porque lhes obstava a cadeia insuperável resistência. “Tudo mais caía em pedaços”. O templo católico-romano, já meio construído, e que fora visitado pelo governador<sup>849</sup> “[...] era um sarcasmo a gravidade de tais edificações, pois

---

<sup>848</sup> A República, 07/07/1890, p. 2.

<sup>849</sup> O Democrata, 31/07/1890, p. 1. Segundo a oposição, entre as promessas de melhoramento supostamente feitas aos cintrenses pelo governador durante a sua visita, estava a conclusão da igreja matriz de Cintra, que seria custeada pelo estado. Promessa que cerca de um mês depois teria sido desfeita, quando lhe pediram o cumprimento da palavra, sob a alegação de que havia ocorrido a separação entre a Igreja e o Estado, logo, não competia “[...] ao governo a construção de edifícios para fins religiosos”. Indagava a folha oposicionista: “Se não podia a vista da separação da Igreja do Estado, fazer igreja em Cintra, para quê o governador prometeu isso ao povo daquela cidade?” Como resposta, menciona que o governador os enganou, iludiu os cintrenses porque eles lhe faziam festas, lhe davam bailes. E com promessas semelhantes foi percorrendo todo o interior dizendo-se amigo do povo e pronto a fazer melhoramentos. Mencionando, ainda, que “Ele próprio – o governador – encarregou-se de mostrar a boa fé com que fez tanta promessa ao crédulo povo do interior, que sacrificou-se para fazer-lhe festa e recepções. Finalizava alertando: “Que sirva ao menos de esclarecimento e sobreaviso.”

denotava o mau gosto do arquiteto que lhe traçou a planta, era tão esquisito que provocava os epigramas mais satíricos feitos pelos próprios moradores do lugar”<sup>850</sup>.

Em vista de tais aspectos, “Zwoss”, pseudônimo que assinou as notas, lembrava que os cintenses, apesar de contarem com quatro escolas populares<sup>851</sup>, devem ter levantado as mãos para o céu, com a queda e extinção da monarquia que lhes sugava a seiva vital. O novo regime, que lhes concedeu plena independência municipal, teria sido, sem dúvida, “o braço salvador que os ergueria das bordas do abismo”. Portanto, findava: “É de esperar, pois que a gratidão os faça amigos fiéis e dedicados do atual governo”. “Fiéis amigos” como o chefe republicano, coronel Anízio, o juiz da comarca Afonso, o promotor Landim e o intendente Benjamim Ardasse Pinto Carrera, assim como os vogais, principalmente o grande número de cidadãos que foram recepcionar o governador em seu desembarque. Fidelidade que provavelmente corria risco de ser rompida com a restauração monárquica. Uma vez que, antes de ser chefe republicano, por exemplo, o coronel Anízio foi chefe do Partido Conservador.

Deixando a barra de Cintra, o vapor “Cameté” rumou, evitando as águas oceânicas, por entre os furos e igarapés, em direção a Salinas na manhã do dia 17. A comissão de recepção municipal de Salinas era composta pelo intendente, Serafim dos Anjos Nunes, vogais Manoel Pedro de Castro, Antonio Dheodato de Rezende e mais alguns cidadãos que tomaram parte nas manifestações jubilosas oferecidas ao governador pelo povo salinense, que por vezes o teria aclamado com ênfase e entusiasmo. As escolas de ambos os sexos também se fizeram presentes, de modo a abrilhantar o cotejo, concorrendo a ele com todos os seus alunos, que sustentavam troféus de cores nacionais. O cortejo seguiu para a Intendência municipal, primeira repartição pública visitada por Chermont, onde foi inserido na sessão extraordinária, um voto de gratidão pela honrosa e prometedora visita.

A visita do governador se tornava prometedora para a vila de Salinas, entre outros, pelo fato de seus agentes políticos terem pretensões de conseguir a construção de um ancoradouro seguro para as embarcações, algo que eliminaria a dificuldade de o progresso se instalar no local. Outro elemento demasiadamente esperado seria a construção de um ramal que lhe proporcionasse comunicação direta com a Estrada de Ferro de Bragança, ou seja, com a cidade de Belém. “Os trilhos” constituíam-se o principal símbolo da modernidade. Nesse sentido, a matéria é bastante elucidativa, ao mencionar que:

---

<sup>850</sup> A República, 07/07/1890, p. 2.

<sup>851</sup> A escola de 2º grau do sexo masculino era regida pelo professor vitalício Luiz Narzy da Cunha e Mello, a de 1º grau do sexo feminino pela professora normalista d. Clarinda Gil de Souza, já as duas de 1º grau tinham como professores, o vitalício, Antonio Brazilizio Paraense de Leão, e o normalista Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães, Respectivamente.

A vila de Salinas é o único ponto da região do Salgado situado francamente na costa oceânica; o único que recebe diretamente os ósculos das atlânticas ondinas; o único, por isso mesmo a oferecer, na referida zona, as mais cômodas e proveitosas praias.

[...]

Concluída, pois a estrada férrea em construção de Belém à cidade de Bragança, um ramal, logo que possa ser levado até Salinas, tornar-se-á a artéria vital desta vila, que se transformará, em pouco tempo, na distração mais amena do Pará, e no local mais proveitoso e cômodo para os que necessitam de banhos salgados.

E com a afluência dos passeantes e concorrência dos necessitados, fará também o progresso a sua entrada triunfal nas plagas salinenses<sup>852</sup>.

Imbuídos na esperança de conseguir a construção desse símbolo de desenvolvimento material para vila de Nossa Senhora do Socorro das Salinas Reais, cabia aos seus habitantes demonstrar sua adesão ao novo regime de governo em vias de consolidação, cujo principal representante era próprio governador Justo Chermont, um republicano histórico. Adesão que passava pelo “ensinamento dos mais novos”, como foi demonstrado durante os exames realizados nas escolas públicas. Na escola de 1º grau do sexo feminino regida pela professora normalista d. Camilla Augusta de Moraes, o governador teria sido saudado pela menina Heminia Sarmanho, que recitou correntemente, de cor uma pequena, mas elegante alocução, em seu nome e das suas condiscípulas. Ato que foi seguido pela entonação do hino a “Marselhesa”, causando agradável impressão aos presentes. A professora, d. Camilla, mesmo contando com apenas oito meses de residência nessa escola, foi descrita como um modelo de preceptora. Isso porque, as manifestações das alunas demonstravam o começo do soerguimento da escola após o abatimento e o desânimo deixado pela antiga professora. Nesse caso, era de “esperar que esta inteligente preceptora conseguisse inspirar nas suas alunas os patrióticos sentimentos da verdadeira mãe republicana”<sup>853</sup>.

Na escola cujo preceptor era o professor vitalício Antonio Theodato de Rezende, a recepção ao governador não ocorreu de modo diferente da oferecida na escola da professora Camilla. Chermont foi saudado pelo aluno Francisco Simão Rezende, que declarou com viveza e naturalidade um “discursinho singelo, por si e por seus colegas”. Segundo a nota, o rápido exame procedido nos alunos mais adiantados demonstrou o real aproveitamento dos mesmos, tanto na língua pátria como em princípios de aritmética, em geografia, em historia nacional e desenho. Alguns, inclusive, mostravam-se com decidida vocação para este ramo das Belas Artes, apesar da carência dos necessários utensílios com que lutavam.

---

<sup>852</sup> A República, 08/07/1890, p. 1.

<sup>853</sup> Idem.

As habilidades e o zelo do professor Rezende, um dos vogais do Conselho de Intendência de Salinas, também foi exaltado. Predicados que inclusive haviam sido propalados mesmo antes da visita, tanto é que nenhuma admiração “esses progressos habituais da regência causaram nos visitantes”. Porém, frisava-se que a única impressão que experimentaram tinha sido a satisfação de vê-lo confirmar, à primeira dignidade do Estado, o conceito que previamente já haviam expressado a seu respeito. Ao que lhe rendeu, no final do parágrafo, votos de parabéns, por ser “um digno preceptor da infância salinense”.

Após visitar a igreja matriz da vila, um “templo modesto, porém, zelado com verdadeiro amor religioso”, confiada aos cuidados do vigário, Chermont compareceu a um variado jantar oferecido pelos chefes dedicados do PR salinense. Essa “reunião dançante”, acentuada de aspectos políticos, na qual se primou pelas saudações aos sentimentos patrióticos, tenderia a ficar gravada na memória dos convidados, sobretudo pela familiaridade que a caracterizou<sup>854</sup>.

Depois da passagem pela terra do coronel Manoel P. de Castro, na tarde de 18 de junho de 1890, a comitiva do governador Justo L. Chermont aportou em Bragança, cidade que teve um dos mais bem organizados diretórios republicanos do Salgado antes de 15 de novembro de 1889. Alegando ser hora imprópria para vistoriar repartições públicas, o governador realizou somente o seu desembarque no dia seguinte. Entretanto, uma comitiva composta pelos “distintos republicanos” coronel José Caetano Pinheiro, pelo genro deste, o promotor público Arthur Theodoro dos Santos Porto, pelo juiz de direito interino Antonio Augusto dos Santos Porto Filho, pelo intendente Aureliano Rodrigues Coelho, pelo comandante do destacamento, Francisco Pinheiro Junior, dentre “muitíssimos outros cidadãos” compareceram a bordo e entretiveram com o governador familiar conversa até as 10 horas da noite<sup>855</sup>.

Na manhã seguinte, o “ilustríssimo excursionista” efetuou o seu desembarque “ante uma grande onda popular, que formou um festivo préstito até a intendência do município”. Nesse local, o intendente Aureliano Coelho, em sessão solene congratulou-se com os seus coabitantes, pela visita fato, para todos eles lisonjeira, que então celebravam com aplausos e contentamentos gerais. Para comemorar a data festiva de 19 de junho de 1890, mandou lavrar uma ata laudatória, que foi assinada pelo governador, intendente, e outras autoridades. Ao

---

<sup>854</sup> O Democrata, 17/07/1890, p. 2. Em nota de 2 de julho de 1890, publicada pelos democratas, na qual foi narrada a passagem de Chermont por Salinas, constava que o próprio o governador foi testemunha dos escândalos praticados pelos chefes radicais durante a revisão do alistamento eleitoral. O ilustre viajante, certo de seus objetivos políticos, ao contemplar a cena com “os olhos do coração esfregou as mãos de contente, e bebendo em um banquete, que à custa do povo *bestificado* lhe ofereceram os chefes radicais, disse que se declarava salinense por ter nessa paróquia um invencível baluarte do seu partido”. Ainda nessa mesma nota, fora mencionado que durante visita Justo Chermont “prometeu bonitas coisas, além de empregar muito tempo demonstrando que o PRP não tinha razão de ser”. Durante sua visita ao *Grêmio radical*, mandou chamar um influente democrata, e prometeu-lhe um lugar no corpo de polícia, caso ele aderisse ao PRP. No entanto, a despeito dos esforços, vaticinava a nota que, se tinha posto em prática pra suprimir o PRD salinense, era certo que ele “viveria porque como todas as ideias generosas e fecundas, ele irrompia do seio do povo”.

<sup>855</sup> A República, 08/07/1890, p. 1.

agradecer as saudações e os louvores que lhe foram freneticamente erguidos, como um dos representantes do governo “salvador e regenerador da nação”, Justo Chermont concitou os membros da intendência a auxiliá-lo na ingente e meritosa obra de reparação das injustiças plantadas pelo monarquismo no seio da população bragantina<sup>856</sup>.

Encerrada a sessão solene na intendência, a comitiva dirigiu-se à igreja de São Benedito, erguida exclusivamente às expensas do povo fiel, assim como à igreja Matriz, esta classificada como sendo um “espaçoso templo, porém, pouco aparatoso”. Após visitar essa última igreja, o séquito governamental seguiu para o prédio que servia de cadeia e quartel de polícia, situado às margens do Rio Caeté. Este, assim como muitos outros do Salgado, oferecia pouca segurança, pois estava em avançado estado de deterioração, razão pela qual, alguns dos dez presos nas duas melhores celas, fizeram reclamações ao governador do estado.

As saudações, entretanto, não terminaram na intendência. No fim da tarde, o governador recebeu visitas e cumprimentos de inúmeros cidadãos. Antes, porém, ao recolher-se à casa destinada à sua hospedagem por volta do meio-dia, foi surpreendido por uma “inteligente menina” de 11 anos de idade, de nome Anna Salomé Martins Pinto, filha do acreditado negociante bragantino Manoel Fernandes Pinto, tido como “fiel amigo”. Seu discurso foi classificado como sendo “argentinas expressões de uma gentil criança”, por estarem presentes apologias ao regime republicano, representado pelo governador e que, portanto, admoestava o regime monárquico. Por isso, aplaudido por diversas pessoas. A “entusiástica saudação, proferida de memória, estava carregada com as tonalidades e admanes mais naturais e expressivas”, como se pode perceber na cópia publicada pelo “A República”.

ILUSTRE CIDADÃO, – Consenti que eu também venha saudar-vos hoje, o dia da vossa triunfante chegada à esta terra que me viu nascer!

Apesar de muito criança ainda, já me ensinaram a adorar a Liberdade: e vós, que sois a encarnação dessa ideia sublime, que se fez luz em todo o Brasil, assegurando-lhe muito progresso, recebi as saudações do povo bragantino e da criança que vos fala com muito entusiasmo.

Já não temos em nosso país as instituições da monarquia, já o povo brasileiro pode respirar as auras da Liberdade; e esse benefício ingente é devido aos beneméritos da pátria, que lutando pela república, lançaram no dia 15 de novembro, o grito que abalou e derribou o edifício da monarquia.

Pois bem; a esses lutadores cobertos de aplausos, e a vós, ilustre cidadão, que nesta nossa Amazônia não cessastes a propaganda da república abençoada por Deus, e que tendes sabido consolidar no Pará, os princípios republicanos e a vos, benemérito cidadão, que sois digno de toda a nossa gratidão, de todo nosso reconhecimento, eu saúdo com toda efusão de minha alma.

O Pará, sob vossa administração, é alvo de todas as vistas, pois nele reinam a paz, a harmonia e o progresso.

Sede bem-vindo às plagas Bragantinas!

E eu vos desejo que tenhais sempre o vosso caminho juncado de flores, o espaço cheio de harmonias, e a atmosfera cheia de perfumes<sup>857</sup>.

<sup>856</sup> A República, 09/07/1890, p. 1.

<sup>857</sup> Idem.

Na manhã do dia 20, procedeu-se aos exames nas escolas públicas locais. Primeiramente fora visitada a escola de 2º grau do sexo masculino regida pelo professor normalista José Quintino de Castro Leão, e, em seguida, as duas escolas de 1º grau do sexo masculino, regidas, respectivamente, pelos professores José Paulino dos Santos Martyres, Francisco de Assis Ornelas, ambos normalistas. As escola de 1º grau do sexo feminino, regidas, respectivamente, pelas professoras normalistas d. Sancha Eufrasia Gomes de Oliveira, e d. Idalina Augusta de Moraes Farias, eram “estabelecimentos completamente desprovidos de mobília adequada” para o ensino e aprendizagem das alunas. Algo que também foi constatado na escola provisória do sexo masculino do professor Diocleciano de Oliveiras Rios. Esse cenário escolar, carente de mobílias, certamente contrastava com “as vastas salas” da residência do coronel José Caetano Pinheiro, que durante a noite promoveu “um esplêndido sarau dançante”.

Na casa desse ex-líder conservador, convertido em “influência republicana”, foi oferecida “a mais significativa prova de consideração e alto apreço por parte das famílias bragantinas”. O “digno festejado” foi recebido por uma comissão de senhoras que tão gentilmente o cobriram com abundantes flores. Ao fazer a descrição do ambiente e do público presente, a nota mencionava:

As vastas salas de tão brilhante quão seleta reunião ostentavam a beleza de uma ornamentação variada, a qual mais aprimoravam as ledas fisionomias das mais formosas bragantinas.

Sempre entre a fragrância de um misto de essências e de flores; sempre entre o jubilo geral e a familiaridade mais amena e delicada; sempre entre as harmonias animadoras de uma orquestra afinada e provocante, concorreram-se alguns momentos de verdadeiro e doce contentamento, até às 3 horas da madrugada<sup>858</sup>.

No dia 21, o governador e sua comitiva compareceram a mais uma recepção que fora “obsequiosamente oferecida pelo respeitável e esforçado coronel José Caetano Pinheiro”. Nesse almoço, o chefe do estado do Pará foi mais uma vez “ardente e patrioticamente saudado pelo sexo amável.” Como prova de reconhecimento para com as mulheres, desejosas de conhecer as acomodações do “Cameté”, o comandante João Travasso as transportou para bordo daquele que foi, até aquela data, um dos maiores e mais confortáveis vapores que sulcaram as águas caeteenses. As “belas visitantes” passaram algumas horas de amena distração, acompanhadas pelos hóspedes viajantes.

---

<sup>858</sup> Ibidem,



Porém, a passagem de Justo Chermont por Bragança, tornou-se ainda mais merecedora de detalhes pelo acontecimento de caráter nacional, que chegou essa cidade por meio do telégrafo no dia 23. Após retribuir algumas visitas e regressar de uma inspeção à escola da localidade de “Bacuriteua”, na tarde desse dia, chega a notícia sobre o término dos trabalhos da Constituinte Nacional, e a conseqüente decretação da primeira Constituição da República Brasileira. Para comemorar tão importante acontecimento, que fora recebido “entre explosões de júbilo”, a população bragantina foi convidada para uma passeata na noite do dia 24.

O préstito, “em público regozijo por tão fausto acontecimento”, saiu da casa habitada pelo governador às oito horas da noite. Apesar do mau tempo até pouco tempo antes do desfile, segundo a nota, não desmentiu aquele brioso povo os foros de patriota, em ovações constantes e altaneiras às datas e aos heróis da pátria, seguiu em massa cada vez mais condensada, transitando por quase todas as ruas e travessas da cidade, cujas casas, em sua maioria, mantinham-se iluminadas. Ao passar pela residência do “amigo” Gomes de Oliveira, uma de suas filhas vitoriou o imponente séquito com arroubos de uma convicta e decidida republicana.

As aclamações vieram também do “íntegro magistrado Arthur Theodoro dos Santos Porto, que de uma das janelas do sobrado pertencente ao coronel José Caetano Pinheiro, saudou aqueles que ele considerou os vencedores da campanha que trouxe o 15 de Novembro, sintetizando na pessoa do governador. As palavras do magistrado foram seguidas pelas de outro cidadão que declamou uma poesia de sua lavra, porém não pôde ser apreciada pelos leitores do “A República”, pois não obteve a redação. Os discursos proferidos por Arthur Porto foram também ouvidos da janela da casa do “simpático amigo” José Severo da Silva. A menina Anna Salomé não perdeu a ocasião de mais uma vez testemunhar publicamente os seus dotes intelectuais, recitando de uma das janelas de sua casa, a alocução que foi publicada na íntegra pela folha governista. A alocução endereçada ao povo bragantino, foi expressa nesses termos:

Ao Povo Bragantino.

Eu me congratulo convosco nesta expressão entusiástica de patriotismo que manifestaste hoje!

Foi decretada a nossa Constituição política, e disseram-me que este fato veio tornar o povo brasileiro conhecedor de todos os seus direitos e deveres, e das bases sobre as quais se assenta a nação republicana.

É justo, pois, o vosso regozijo.

Esse vosso entusiasmo mostra perfeitamente o quanto sabeis apreciar os fatos que trazem o bem para a pátria, a felicidade para a nação.

Como bragantina, como vossa irmã, e apesar da minha pouca capacidade, não posso deixar de ser solidária convosco, porque entendo que para o grande concerto da floresta, também concorre o canto do tenro passarinho, e por isso peço-vos licença para dizer:

Viva a República Brasileira.

Viva o Governador.

Viva o povo bragantino<sup>859</sup>.

---

<sup>859</sup> A República, 10/07/1890, p. 1.

Ao chegar à intendência municipal, os participantes da passeata tomaram parte de uma sessão extraordinária realizada exclusivamente para “solenizar o festivo acontecimento”, isto é, a decretação da Constituição Brasileira de 1890. Além do governador, fizeram uso da palavra o Tenente-coronel Aureliano Coelho, o comendador Jorge Sobrinho, o coronel José Caetano Pinheiro, o juiz de direito interino, dr. Santos Porto Filho e Melchior Coelho. Este recitou um poema de sua autoria, no qual saudava o regime republicano. Após tal cerimônia, a passeata, que durante todo o tempo se manteve no mesmo grau de animação, foi dissolvida.

Toda essa euforia vivenciada pelos bragantinos ao recepcionarem o governador Justo Chermont, na qual as crianças foram levadas a declamar poemas demonstrando a sua terna afeição pelas instituições republicanas, deve ser entendida como um sinal de suas esperanças em conseguir maiores benefícios materiais, principalmente a conclusão da estrada férrea que tempos depois a ligaria com a capital paraense. Tal pressuposto acerca do advento do progresso material esperado pelos bragantinos foi nitidamente expresso no final da matéria, ao mencionar que a linha férrea em construção “iria sem dúvida ser o elemento mais poderoso de um próximo e constante prosperar, pois o futuro acenava-lhe e a grandeza lhe sorria”<sup>860</sup>. Isso porque, mesmo a cidade de Bragança sendo assaz conhecida pela bondade de seu clima, pela hospitalidade de seus habitantes que a tinham conseguido elevá-la a um grau de civilização tanto lisonjeiro, possuía pouca e difíceis comunicações com a capital do estado<sup>861</sup>.

A matéria que narra a rápida excursão do governador à vila de Vizeu é ainda mais expressiva quanto à precariedade dos desenvolvimentos materiais encontrados nessa vila pela comitiva. Uma tonalidade que se não a igual à obtida em Cintra, pode-se dizer que é ainda mais carregada. Destarte, a matéria lembrou que, apesar da antiguidade de que gozava Vizeu, nada tinha de próspera. Parecia que “o progresso havia incompatibilizou-se, ou ela jurou talvez por toda a sua vida dormir para sempre o sono da distância à sombra do primoroso

---

<sup>860</sup> Idem.

<sup>861</sup> O Democrata, 29/07/1890, p. 1. Segundo a coluna “Perambulando” de todas as localidades visitadas pelo “jovem governador” nas suas excursões, foi sem dúvida a cidade de Bragança que mereceu a sua honrosa preferência. Nessa cidade, teria ele oito dias completos, no meio de esplêndidas festas, que deveriam marcar, certamente, “uma época de felicidade na história daquele povo”. A preferência do *primeiro governador* teria comovido e enchido de orgulho “o humilde cronista” que, em suas palavras, tinha por aquela terra amor de filho e um admirador de seu povo, por sua atividade, seu espírito de ordem e economia e um caráter franco e leal. Por isso, Macário devotava ao “jovem governador seus sinceros agradecimentos”. Entretanto, após os elogios, vieram as críticas, algo corriqueiro em tal coluna jornalística. Advertia que era uma pena o seu caro amigo, o simpático governador, a quem prometeu dar um apertado abraço de boas-vindas, não tivesse se dignado a visitar Bragança logo nos primeiros dias de seu governo. Caso tivesse feito, não teria permitido perto de mil contos de réis fossem gasto, aformoseamento do “Largo da Pólvora”, e sim aplicar de modo mais proveitoso no prolongamento da estrada de ferro que deveria ligar a capital com aquela cidade, “cabeça de uma comarca agrícola, digna de especial auxílio e proteção”. Por fim, “aconselhava o seu jovem amigo, o governador”, caso viesse a dispor de tempo e recurso, “fazer alguma coisa em benefício daquele povo, ao menos por gratidão às provas solenes de amor e consideração que dele recebeu”.

arvoredo da inação”. A vila de Vizeu estava emaranhada entre os mangues que a cercavam, aspecto que a “fazia perder a perspectiva de seu panorama. O próprio coração do povoado, cujo estilo das habitações foi considerado arcaico, reclamava a pronta remoção da erva que viçosamente lhe alcatifava as ruas, roubando-lhe assim as únicas réstias de mérito que a poderiam recomendar aos olhos dos visitantes”.

Ao contrário do ocorrido nas outras localidades visitadas por Chermont, em Vizeu não ocorreram os desfiles pelas ruas ao som das bandas de música, as declamações de poemas por crianças ou ainda os concorridos bailes oferecidos pelos potentados locais. Pois, apesar do empenho que “pareciam fazer os vizeuenses por tão honrosa visita, isto é, a do ilustrado governador”, somente o prédio onde funcionava agência telegráfica trajava gala festiva, situação essa assaz sentida pelo redator. Nesse local ocorreu por volta das 15 horas uma lauta ceia oferecida pelos telegrafistas Ney e Lacerda à comitiva governamental. Prédio que em muito agradou o “ilustre visitante”, sobretudo pelo asseio e a ordem em que se achava. Certamente a escolha desse local justificava-se em função da má localização do prédio que abrigava o Conselho de Intendência local, que, ao que parece, não se apresentava “trajando gala” e onde não ocorreu sessão solene.

O prédio da intendência, pertencente a um particular, apesar de oferecer comodidades suficientes aos trabalhos ali desempenhados, estava localizado no final de uma rua próxima ao litoral, cercado por de traz por um mangal inabitado, logo, isolado das vistas da população. Esse distanciamento das outras habitações inclusive facilitou a entrada de ladrões pela porta da frente, sem que fossem percebidos. Essas observações sobre o prédio são bastante demonstrativas, uma vez que população deveria se sentir parte integrante do novo regime, que perpassava, portanto, pelos locais que denotavam poder e segurança; algo que não era percebido em relação a esse imóvel. E, portanto, aconselhava que por “medida de prudência deveria ser transferida essa repartição pública para um perímetro mais povoado”. Retrato ainda mais desanimador era a da cadeia de Vizeu, que de “cadeia só tinha o nome, um arruinado pardieiro”. Pela descrição, esta era completamente devassada pelos olhares dos transeuntes, pois conservava apenas os esteios que sustentavam o teto, havendo do lado posterior uma espécie de sobrado que servia de abrigo para os praças de polícia. Seu avançado estado de ruínas não oferecia nenhuma segurança, ainda que fosse para efetuar detenções correccionais.

Alegando incômodos de saúde, e pretendendo evitar o efeito do sereno, após visitar as repartições públicas mencionadas, o governador pouco se demorou em terra. Antes, porém, dirigiu-se à escola de 1º grau do sexo masculino, que tinha como regente o professor vitalício João Antonio Madureira Pinto. Em seguida, à escola de 1º grau do sexo feminino, onde era

professora a normalista d. Maria do Carmo Bittencourt. Tida como um dos incômodos sofridos por seu digno hospede, representada por uma comissão, a população dirigiu-se a bordo do “Cametá”, a fim de saudá-lo e desejar-lhe o breve restabelecimento. Após diversas e patrióticas alocuções, os visitantes retiraram-se por volta das 23 horas, dirigindo-se, em seguida, para a residência do chefe republicano de Vizeu, o cidadão José Queiroz.

Na madrugada do dia 29, partiu em direção a Bragança, uma vez que entre a comitiva governamental que excursionou até a última localidade do Salgado paraense antes da fronteira com o Maranhão, isto é, Vizeu, estavam diversos prestantes republicanos da política bragantina, como o coronel José C. Pinheiro, Aureliano Coelho, major Manoel Pedro do Nascimento, coletor geral Manoel José da Motta, Manoel Fernandes Pinto, José Severo da Silva. Como seria natural, após a constatação e descrição das mazelas encontradas na vila de Vizeu, em seu último tópico da descrição, Zwoss, mencionava: “Fazemos votos para que, com o novo e atual sistema de governo, despertem os habitantes de Vizeu da entorpecedora letargia em que dormem”.

Se os habitantes de Vizeu despertaram da entorpecedora letargia em que dormiram, de modo a fazer com que o progresso prometido com a implantação do regime republicano lhes sorrisse após a “catequese política” de Chermont, tal como desejava e vaticinava o correspondente do “A República”, é difícil avaliar. Entretanto, quem não dormiu “no ponto” foram os democratas, que através de seu noticioso passaram a narrar a sua versão dos fatos. Em contraposição às cenas narradas pelo “A República”, o “O Democrata” pôs-se a fazer sérias e ásperas críticas, algumas inclusive pretendiam “ofuscar o brilho das solenidades”. Posição que não poderia ser outra, uma vez que esses jornais ligados abertamente aos partidos políticos, na maioria das vezes cumpriam essa função, isto é, detratar a posição do outro, no intuito de levar o leitor a ter uma visão negativa de seus adversários em benefício a sua. No mais, demonstra que a construção de um “ideal republicano” propagado pelo grupo liderado pelos republicanos clubistas, em especial durante a excursão do governador Justo Chermont pelo Salgado em 1890, não passou ileso às críticas da oposição.

No folhetim “Mosaico da Semana”, de 6 de julho de 1890, por exemplo, o “O Democrata”, em tom sarcástico mencionou que “chegou de sua catequese às regiões do Salgado o sr. dr. Justo Chermont, que trouxe presa de seus lindos olhos fascinantes todos os eleitores e todos os petiscos de Marapanim, Bragança e Cintra<sup>862</sup>.” E segue:

---

<sup>862</sup> O Democrata, 0606/1890, p. 1.

Veio muito satisfeito, porque tudo lhe correu *á son aise*. Não lhe faltaram banquetes, bailes, sambas e batuques, teve marcha aux flambeaux, flores, festões, galhardetes e arcos triunfais.

O jovem dr. encharcou-se por lá de caítilus, pacas e cotias “no tucupi” refrescou-se à farta com chibés de mandioca e banhos de choque nas cristalinas águas do rio Caeté<sup>863</sup>.

Por todas essas “bajulações”, pelas quais se mostrou alegre e intimamente contente, o governador teria prometido “aos povos e povas” que visitou construir pontes e mais pontes, abrir estradas, elevar as povoações a categorias superiores. Na perspectiva democrata, ao que parece, não teriam faltado as demonstrações de politicagem que, no mais, deveriam beneficiar os seus sequazes e admiradores mais íntimos. A estes seriam destinados rendosos lugares de emprego público no Banco Emissor, na Alfândega, no Arapiranga<sup>864</sup>. Após a concessão de tais benesses, eles não se recusariam a acompanhá-lo para toda parte, mandá-lo-iam à Constituinte, à Senatoria, enfim em tudo e por tudo sujeitar-se-iam sem o menor remoque a todas as suas exigências, curvar-se-iam sempre ao império inabalável do capricho do governador. Afinal, estava “[...] tudo prometido, tudo arranjado”<sup>865</sup>.

Em sua coluna “Perambulando”, Demétrio Bezerra, usando o pseudônimo de Macário, também não deixou sem comentários o regresso do governador Justo Chermont e os “sucessos bons e bons sucessos” propagados por “Zwoss”, o repórter da excursão do Salgado. Como arguto articulista, Macário começa informando ao leitor que, enfim, “Zwoss” teria dado por terminada a sua tarefa, depois de provar que tinha fôlego para longas viagens. Em seguida, de modo incisivo, alerta que não devia o “distinto repórter” pensar que ele viria convidá-lo para uma nova excursão!, uma vez que todos os leitores do órgão governista deviam estar *satisfeitos*, e se algum não estivesse, que recomeçasse a leitura. Ele, Macário, declarava-se *satisfeitíssimo*, inclusive porque teria acompanhado a comitiva, conseqüentemente o repórter, em São Caetano e de Vizeu ao porto da capital. Seu intuito seria fazer apenas uma única pergunta a Zwoss.

A indagação teria surgido a partir de alguns comentários feitos em meio às narrativas sobre a excursão, mais precisamente sobre o fato de ter sido “*o jovem governador sempre bem-sucedido*”. Ante tal asserção do repórter governista, o intrigado Macário perguntava:

---

<sup>863</sup> Idem.

<sup>864</sup> O Democrata, 14/08/1890, p. 2. Como parte dos acordos firmados entre o governador e os chefes políticos de Bragança, por exemplo, o correu a exoneração de Aureliano Rodrigues Coelho, do cargo de presidente do Conselho de Intendência, e a conseqüente nomeação do coronel José Caetano Pinheiro para ocupar o cargo de diretor da Alfândega, indicando, assim, que os democratas tinham razão em seus comentários.

<sup>865</sup> Ibidem.

“Que bom sucesso teve ele? Que esperanças levou, que empresas tinha em vista; que conquistas imaginara o meu jovem amigo?”<sup>866</sup>

Macário declarava ainda que inicialmente teve certeza de que o *então governador* fizera aquela excursão com o intuito de ver com os seus próprios olhos o estado de pobreza e decadência das povoações do interior e estudar as suas necessidades, de modo a satisfazê-las com a urgência que as forças do tesouro lhe permitiriam. Por ter esse pensamento, reforçava em tom veemente que teria aplaudido o governador, assim como procurado ser útil na viagem, ao recomendar o seu amigo repórter “[...] às influencias do interior, já prestando-lhe indicações do regime mais conveniente a seguir, atento ao estado de sua saúde”. No entanto, seguia arguindo que o famoso repórter falava-lhe de uns *sucessos bons*, ou *bons sucessos* que ele não tinha previsto. Por fim, dizia: “Caro Zwoss, se não estás muito fadigado, conta-me a história dos tais sucessos”.

Agindo dessa forma, como um “macaco velho da política”, Macário e seus correligionários políticos, como sempre, através do “O Democrata”, tentavam desconstruir a proposta pregada pelo grupo dos republicanos históricos acerca do regime republicano. Afinal, cabia aos pretensos democratas e “atentos defensores da República brasileira”, que tinha no Pará governo claudicante, combater os vícios da política monárquica, que provavelmente estavam sendo usados pelo grupo clubista em pleno regime republicano. Proposta que novamente percorreu o Salgado a bordo do “Vizeu”, durante a excursão feita anos depois pelo governador Lauro Sodré e sua comitiva em 1893. Momento no qual novamente serão prometidos melhoramentos e outros tantos benefícios para “o povo”, que de uma forma ou de outra beneficiaria particulares que, por sua vez, já gozavam ou passariam a gozar de regalias. Logo, calharia novamente a máxima usada por Macário: “É belo morrer pela pátria, mas é mais doce viver às custas dela” .

### 3.3.1.1 Lauro Sodré e sua excursão pelo Salgado - 1893

Ao relatar um dos muitos telegramas enviados de Bragança acerca das manifestações oferecidas ao então governador Lauro Sodré durante sua excursão pelo Salgado no ano de 1893, e que foram largamente publicados no “A República”, o correspondente desse periódico aludia ao suntuoso banquete oferecido pelo coronel José C. Pinheiro ao excursionista<sup>867</sup>. Evento para o qual foram convidadas as pessoas mais gradas da sociedade bragantina, e que

---

<sup>866</sup> O Democrata, 12/07/1890, p. 1.

<sup>867</sup> A República, 03/09/1893, p. 1.

terminou com um baile que se estendeu pela madrugada do dia seguinte. Porém, pode-se dizer que essas manifestações eram apenas uma pequena peça encenada no teatro da política, no qual contracenavam inúmeros atores, dentre os quais essa alta dignidade do estado, e principalmente alguns dos representantes dessa região. Esta nota sobre os reais objetivos dessa viagem, torna-se mais elucidativa ao mencionar que o “ilustre governador levou as mais agradáveis impressões das localidades dessa região que acabava de percorrer”<sup>868</sup>. Indicando, assim, que acordos foram selados!

Segundo o mesmo telegrama, Sodré teve o ensejo de conhecer pessoalmente essa região, que se não estava em “progresso galopante”, como por vezes se acreditava, que assim seria com o advento do novo regime, não “estavam estacionados”, algo largamente propagado na excursão de Chermont. Para reverter esta situação, isto é, para que o desenvolvimento dos recursos do Salgado fluísse largamente, carecia apenas que o Corpo Legislativo do estado continuasse a atender às altas conveniências desta parte do território paraense. Afinal, Lauro Sodré havia verificado por meio das manifestações à República, e à sua pessoa em particular, o quanto o novo regime do país estava se impondo perante a opinião pública. Assim, tentava-se construir a noção de que a República ainda estava ganhando as simpatias do povo e, sobretudo, das elites políticas locais, processo que se iniciou com as adesões ainda em 1889, e que teve diversos pontos altos durante a turnê de Chermont, em 1890.

Se a excursão de Chermont tinha por objetivo apresentar o novo regime, de modo que as pessoas, sobretudo o povo que não teve participação decisiva no golpe de Estado de 1889, viessem aderi-la sem grandes traumas, constituindo-se em “verdadeiros republicanos”, a empreendida por Sodré teve pretensões em reforçar ainda mais esses laços de pertencimento ao novo regime junto aos habitantes do Salgado. Ora, não se deve esquecer que esses momentos serviam para reforçar e, principalmente, conquistar alianças com os grupos políticos locais. Para tanto, nada mais acertado que mostrar um clima de união entre a classe política dirigente. Afinal, todos deveriam “falar a mesma língua”. Tanto é que, entre os membros da comitiva que embarcou no vapor “Vizeu” fidalgamente preparado pela subgerência do Lloyd Brasileiro, estava o capitão de fragata Silva Guimarães, o capitão-tenente Serra Pinto, inspetor do Arsenal de Marinha, dr. Hosanah, procurador do estado, Santos Sarmanho, prático-mor, os deputados estaduais Gonçalo de L. Ferreira e Bartholomeu Ferreira, capitão Valente, ajudante de ordens do governo, dr. Cypriano Santos, inspetor da

---

<sup>868</sup> Idem.

Higiene Pública, alferes Bentes, do Corpo de Infantaria, e o funcionário adido à secretaria do estado, L. D. Juvenal Tavares<sup>869</sup>.

A excursão da “pequena comitiva *á vol d’oisean*” teve como primeiro ponto de parada no Salgado a vila de Collares, que ao romper do dia foi saudada de bordo por um tiro de canhão disparado do “Vizeu”, que então estava todo embandeirado em arco. Collares foi descrita como sendo “pequena e pobre”, porém não insignificante. Isso porque, segundo a nota, a importância de uma população não provinha somente de sua riqueza material e do número de indivíduos que a compunham. Aduzia que um observador atento encontraria logo em Collares, assim como em todas as vilas e cidades do Salgado, qualidades muito superiores. Nessa pitoresca vila, começava-se a notar em traços bem acentuados o amor ao trabalho, à família e à pátria. O Conselho Municipal, por sua vez, não se descuidava de seus munícipes, procurando com a economia das mesquinhas rendas do município prover-lhe as necessidades mais urgentes. Um exemplo desse zelo para com o bem-estar dos habitantes de Collares seria o fato de que as escolas eram bem frequentadas por um grande número de meninos.

Assim que Sodré pisou na praia, muitos foguetes teriam fendido o espaço, ao que foi levantado vivas ao honrado visitante por aquela briosa população que se encontrava aglomerada tanto na praia quanto no alto da ribanceira. O séquito governamental seguiu para o Paço Municipal, onde o próprio governador presidiu uma sessão solene do respectivo Conselho, que com tal ato prestava-lhe merecida homenagem, e também consagrava adesão sincera ao governo, tido como “criterioso e honesto”. Terminada esta solenidade, o governador visitou as escolas públicas, cujos alunos e alunas o acolheram com discursos, flores e poemas.

Toda essa “agradável *matinée*” feita ao redor da vila, sempre acompanhada pelo som de uma filarmônica, terminou não com púcaros de água, mas com bons copos de cerveja e excelentes xicaras de chocolate, obsequiosamente oferecidos pelo “amável intendente”. Mimos que, somados as outras manifestações, certamente contribuíram para que os votos de prosperidade, isto é, do tão esperado progresso material, fosse lançado no final da matéria. Afinal, fora demonstrado que a missão de formar cidadãos amantes da República estava sendo realizada a contento, desde a infância até entre os antigos súditos da monarquia, como pôde comprovar o representante máximo do regime, ou seja, o governador Lauro Sodré<sup>870</sup>.

Poucas horas depois de ter deixado Collares, Sodré foi recebido na Vigia em meio a estrepitosas manifestações de júbilo. Segundo a nota, esta cidade achava-se em festa, e na

---

<sup>869</sup> A República, 12/09/1890, p. 1.

<sup>870</sup> Idem.



doce embriaguez de seus sentimentos devotos, e ante o justo entusiasmo, explodiu de patriotismo ao ver atracar na ponte o ilustre cidadão colocado por seus merecimentos à testa da administração dos elevados negócios da Pátria Paraense. Ao estourar das bombas, ao ecoar das ovações, aos sons harmoniosos de uma banda da música, o governador, seguido de uma massa compacta de povo, dirigiu-se ao Paço Municipal, onde foi convidado a presidir a sessão magna. Durante a cerimonia, além do orador oficial, o então juiz substituto da comarca, dr. Pires dos Reis, outros cidadãos usaram a palavra, secundados por Sodré, que a encerrou proferindo, segundo o articulista, um importante discurso<sup>871</sup>.

Em seu discurso, o governador procurou demonstrar o seu contentamento por ver-se cercado daquele povo brioso, ao qual prometeu com um governo puramente paraense e de intuits pronunciadamente patrióticos, auxiliá-lo tanto quanto lhe permitissem as forças do estado, no sentido de elevar a prosperidade dessa futura comarca. Depois da solenidade, sua excelência percorreu algumas ruas da cidade, indo em seguida para bordo do “Vizeu”.

Estando a bordo, ele foi saudado pelos membros do PRD vigiense ao som de sua filarmônica, ato que foi prontamente retribuído por Sodré. Em sua alocução dirigida aos democratas vigienses, aludiu que era sobre as liberdades de consciência que estava sendo consolidado o sagrado edifício da República, patrioticamente proclamado a 15 de novembro de 1889, pelas forças armadas brasileiras. Entretanto, a liberdade de consciência não dava o direito às práticas de lutas fratricidas travadas no solo da pátria. Nesse sentido, vale observar um dos parágrafos que narrou a alocução de Sodré, e sua insistência em apresentar a República com sendo um regime de conciliação, isto é, de ordem, da qual seria emanado o progresso para os diversos pontos do Salgado:

Pelo respeito à Lei, esse braço sacrossanto que prende o povo às autoridades constituídas, e pelo respeito à justiça, a cega Deusa imorredoura e venerada, esse elo puro e inquebrantável que liga em mútua concórdia de seus direitos e deveres as famílias e os indivíduos, a República será um baluarte inexpugnável onde se abrigará incólume o cidadão brasileiro. [...]. S. exc., após a sua expressiva alocução, brindou os ilustres visitantes com cálices de champanhe<sup>872</sup>.

A atitude dos democratas vigienses, assim como a do governador, demonstravam um dos pontos principais que nortearam essa visita às localidades do Salgado, isto é, uma pretensa conciliação que assegurasse não só a consolidação da República, como também, e sobretudo o apoio em torno de seu nome como candidato à presidência da nação. Como Sodré, provável candidato a sucessão de Floriano Peixoto, além de comprovar sua aptidão nos

---

<sup>871</sup> Ibidem.

<sup>872</sup> Ibidem.

negócios públicos de seu estado, tencionava demonstrar que estava longe de seguir a desastrosa e sempre atizada ambição pessoal, que na maioria das vezes, deixava-se guiar pelos interesses do partidarismo incontestável, que visava à destruição da República.

Aparentemente, um acordo tácito fora selado entre Sodré e os democratas da Vigia. Todavia, não se poderia descuidar dos antigos correligionários, isto é, dos “Moura Palha”, dos “Gil de Souza”, dentre outros que receberam o então governador Justo Chermont em 1890, e que naquele momento faziam a corte para Lauro Sodré. Como forma de agradar o seu ilustre convidado, o intendente vigiense Francisco de Moura Palha ofereceu um banquete, cujo menu feito em francês “correu animado entre bonitos brindes cordiais”, seguido por um brilhante sarau, que contou com a participação de Sodré até o fim da primeira quadrilha, visto que seguiria viagem durante a noite, rumo a São Caetano de Odivelas.

Toda essa descrição feita pelo “A República” sobre os festejos dispensados ao governador Lauro Sodré durante a sua passagem por Vigia não passou incólume aos olhos da imprensa democrata, que tentou desqualificá-la o mais breve possível. Todavia, este não era um procedimento novo em relação às viagens dos governadores, uma vez que, cabe lembrar, já havia ocorrido por ocasião da viagem de Chermont<sup>873</sup>. Esta atitude do diretório democrata da capital, ao permitir que fosse publicada em suas páginas uma nota com este teor, de certa forma pode ser considerada como um repúdio à empreendida pelos democratas vigienses, se é que o acordo tácito aparentemente firmado entre eles e Sodré tinha alguma validade perante os “graúdos da capital”. As arestas da política não haviam sido aparadas de todo.

Assinada pelo pseudônimo “Rei dos Pires”, a nota “Recepção do Governador na Vigia”, referiu-se, ainda, que “contra a vontade de autor”, a certos pormenores sobre a recepção do cidadão Tenente-coronel Lauro Sodré na “antiga aldeia do Uruytá”, a ubérrima terra do autor dos *Motins políticos*”<sup>874</sup>. A apreensão em redigir ou não essas minúcias provinha do fato de os vigienses serem cheios de suscetibilidade e, portanto, não era o seu desejo comprar briga com eles, sobretudo com o Bertholdo, que lhe proporcionou a “boia” por ocasião da festividade de Nossa Senhora de Nazaré da Vigia. Mas o fazia porque outros já o tinham feito. O “A província do Pará”, por exemplo, “contou como lhe mandaram contar e não como elas se passaram”. Neste sentido, Rei dos Pires prometia dizer tudo *tim tim por tim tim*, por ele ser um político dúbio. Segundo ele, característica adquirida depois da “balbúrdia

---

<sup>873</sup> Verificar notas de rodapé postas ao longo do texto sobre a excursão do governador Justo Chermont.

<sup>874</sup> “Uruytá” era o nome da antiga aldeia que deu origem ao núcleo populacional da Vigia, e que significa “Cesto de Pedra”. Por esta informação agradeço ao vigiense padre João Nazareno Ribeiro. O autor dos motins políticos é Domingos Antonio Rayol, o Barão de Guajará.

de 15 de novembro”, isso porque possuía a ubiquidade de aparecer em todas as partes sem provocar suspeitas. Entretanto, declarava que não julgava os habitantes da Vigia pelas “cenas interessantes que exibiria, uma vez que elas ocorreram exclusivamente por conta dos respectivos protagonistas e seus comparsas”<sup>875</sup>.

Segundo Rei dos Pires, algo imprescindível a ser relatado era o fato de que a grande afluência de povo que o governador notou no porto de desembarque não foi provocada pela sua chegada, mas sim pelo desembarque do Prelado Diocesano, que estava previsto na mesma ocasião. E disso o próprio Sodré teve a perspicácia de bem compreender, tanto que ao avisar a numerosa confraria do Sagrado Coração de Jesus-Apostolado da Oração, composta só de mulheres vestidas de branco com cabeções vermelhos, perguntou sorridente ao Luiz Juvenal Tavares: “– Os radicais desta terra querem me canonizar em vida?...” A galeota que o transportou, de propriedade do Barão do Guajará, havia sido preparada pela diretoria da festa de Nazaré para o desembarque do referido prelado, que demorava a chegar, o que resultou em sua gentil cessão. Desse modo, a viagem de Lauro Sodré deveria ser percebida como algo feito no improviso, hipótese que não é de todo descartada. Pois, além de ter sido um dos palcos da Revolta de 11 de Junho, uma região que deveria se mostrar “pacificada aos olhos dos políticos” que decidiriam o nome do candidato a ser sufragado para a presidência da República, era uma das mais cômodas e rápidas a serem percorridas.

A recepção calorosa feita na Intendência Municipal propalada pela folha governista, em nada condizia com a descrita nas colunas democratas. Esta mencionou que por ocasião da chegada da comitiva oficial ao Paço da Intendência, “já se notava menos gente do que quando o Cabral chegou ao Cacoalinho”. O intendente senador Palha, por sua vez, teria pedido aos seus vogais que nada falassem. Quanto ao pronunciamento do juiz substituto, não fez mais do que passar “um recado que fora enviado do Maranhão a Sodré; sobre a fala do promotor-público Henrique de Moura Palha fez apenas uma perlenga”. O governador teria tão-só proferido um discurso, no qual não ocultou que sua viagem tinha muito de política, alegando que nenhum governo podia deixar de procurar apoio neste ou naquele partido, assim como se prontificava a curar as necessidades da Vigia. Palavras que fizeram Rei dos Pires exclamar: “Oh! tempos de propaganda, onde fostes te ocultar!” Certamente uma referência à negativa feita por Sodré, de se aliar a um dos partidos monárquicos quando da instalação do Club Republicano em Belém no ano de 1886.

---

<sup>875</sup> O Democrata, 05/09/1893, p. 2.

Ao contrário de Chermont, ao visitar a terra do liberal Barão de Guajará, Lauro Sodré não percorreu as escolas locais, entre outros motivos, possivelmente pelo fato de que a Intendência havia previamente publicado um boletim convidando os alunos de todas as escolas para o desembarque do ilustre conviva, que deveria “conhecer o estado da instrução pública da Vigia”. Situação que não era nada animadora, ao contrário do propagado pelo “A República”, fato latente, tendo em “vista de que não era míope”, e constatado por Sodré, ex-secretário de Instrução Pública do governo Deodoro. Entretanto, os pormenores mais interessantes narrados na nota “A recepção do Governador a Vigia” do “O Democrata” referiram-se, nas palavras do próprio redator, à ocasião do almoço, cujo “menu estava impresso num papel mais próprio para embrulho, e no qual se notava um sarapatel de francês e português”.

Em certa ocasião, notava Rei dos Pires, quando ainda havia carne no prato de Sodré o senador intendente atochou-lhe com um bocado de doce de laranja. Quando alguém lhe fez observar isso, respondeu: “Ah! Não me lembrava de que estamos comendo a francesa”. Ocasão na qual, Gonçalo murmurou ao ouvido do dr. Hosannah: ““Não acha que este nosso correligionário é realmente muito *palhudo*- Ao que o mesmo dr. retorquiu, fitando o seu interlocutor: *Similis...* e espichou bem a reticencia”. Porém, esse não foi o único momento destacado que revelavam possíveis desacertos entre a comitiva e o intendente “Palhudo”.

Em determinado momento, houve um leve desentendimento de opiniões entre Sodré e Moura Palha, quanto à pessoa de Bertholdo Nunes. Estando à mesa uma senhora da capital, o governador indagou-a em qual colégio estava seu filho, e tendo como resposta no *Ateneu*, o que foi seguido pelo comentário de Moura Palha: *No colégio das pulgas! Aquilo é uma nulidade*. Nesses termos, o intendente não esquecia de criticar Nunes, de quem gostava “como macaco na pimenta”. Ao que o próprio Sodré se opôs, contradizendo-o e afirmando que Bertholdo soube se colocar na capital, uma vez que o colégio era bem conceituado, tendo inclusive o seu irmão José terminado o curso primário nesse estabelecimento. Conversa que, na história democrata, rendeu a volta do governador a bordo do “Vizeu”, isso porque o professor Augusto Pinheiro colocou embargos aos desabafos do senador-intendente, tomando-lhe as dores saindo a seu favor.

Ao cair da tarde, após receber os cumprimentos do democrata professor Cantidiano Nunes, irmão de Bertholdo, que falou em nome da sociedade “5 de Agosto”, o governador Lauro Sodré foi visitar a igreja matriz, tendo por companhia o juiz de direito, e Gonçalo, que lhe servia de acolito. Naquele momento, a companhia do Homem Forte do Salgado justificava-se pelo fato dele não querer deixar Sodré a sós com o juiz, pois tinha receio que este “pose-se a mostra a calva do senador do seu peito.” Terminado o passeio pelos

logradouros de Vigia, o ilustre visitante voltou para bordo, sem se dignar a assistir a *soirrée*, contrariando mais uma vez a folha governista, que, neste caso, menciona a sua presença até o fim da primeira quadrilha.

Contrariedades à parte, se o “A República” pretendeu demasiadamente construir uma imagem positiva acerca da viagem do governador Lauro Sodré pelo Salgado durante o ano de 1893 e, sobretudo, do regime republicano, esta não foi a intenção desse dúbio sujeito que ocultou seu verdadeiro nome, assinando a nota como “Rei dos Pires”. Isso porque, em sua própria fala a República, desde a instauração, não passou de “uma balburdia”, e Sodré nada mais foi do que um mercador do comércio político que se esqueceu dos princípios pregados durante a propaganda, ao pretender mercadejar favores com um ou outro partido. E, como tal, se é que tais pormenores tenham realmente acontecido, o que é provável, certamente seguiu para as outras localidades com o intuito de confirmar as antigas alianças e selar novas, se possível fosse. As antigas alianças poderiam se fender, como se deu com Moura Palha, ainda que não tenha sido visivelmente apartada entre ele e Sodré naquele momento.

Na manhã seguinte, o “Vizeu”, galhardamente flutuando, já estava defronte da “ponta de Taipú”, com sua praia a perder de vista, rumo à vila de São Caetano de Odiveias. Mais adiante, tiveram que lançar âncora devido à maré baixa. Desse ponto podiam ver, mesmo ao longe, a barca farol que estava próxima à Ilha das Gaivotas, local onde “grande messe fizeram de belas corvinas, além das tainhas físgadas pelas tarrafas de alguns marinheiros”. Quando deu a enchente, o vapor pôs-se em movimento para o local de destino, aonde chegaram por volta das 16 ou 17 horas do mesmo dia<sup>876</sup>.

Ao narrar o panorama desta vila, o articulista da folha governista afiançou que todos se encantaram com o seu quadro surpreendente. A bordo veio uma comissão recepcionar o governador, que durante o seu desembarque passou por uma fileira de moças debruçadas no parapeito da ponte. Uma vez em terra, Lauro Sodré encaminhou-se para o Paço Municipal, onde o intendente, coronel João Rodrigues dos Santos, após abrir a sessão e erguer vivas ao governador do estado, deu a palavra ao orador oficial, dr. Fernandes Bello. O ato foi encerrado com o discurso proferido pelo visitante. A comitiva e grande massa do povo se dirigiam à casa do anfitrião intendente, onde ocorreu um “belo espetáculo” apreciado por todos, inclusive pelas senhoras que estavam floridas e trajadas elegantemente, assim como pela multidão de meninos “alegres e asseados”.

---

<sup>876</sup> A República, 13/09/1890, p. 1

Apesar de o articulista sentir não poder reproduzir na nota todos os discursos e poesias, nem os nomes das pessoas que os recitaram na mais fiel minúcia ou todas as peripécias dessa tarde festiva, não podia calar sobre a saudação, em linguagem patriótica, feita ao visitante pela diretora do Club das moças, d. Maria Maciel. “O belo sexo odivelense” também o saudou por meio da sra. d. Campello, que lhe ofereceu um lindo buquê. Uma verdadeira confederação escolar também deu mostras de afeição ao distinto governador, que tanto se esforçava pelo progresso da instrução pública. Não foi esquecida também a declaração feita em linguagem original por um menino, que confessou ser filho de *Maruim Panema*, descendente de alguma tribo indígena que habitava as cercanias. A essa tarde festiva também vieram os antigos membros do Club Republicano, assim como os integrantes do Club Democrático, que foram saudar “o incansável propagandista da ideia vencedora”<sup>877</sup>.

Durante a noite, houve uma grande passeata ao som da filarmônica do Club Euterpe Odivelense. E em seguida, um opíparo banquete foi servido em vasta mesa, ao qual novamente compareceu o belo sexo odivelense, brilhantemente representado. Tudo isso ocorreu em meio a champanhes e brindes entusiásticos entre os convidados. Foi observado que o botequim provido de bebidas de todas as qualidades e de grande variedade de doces não deixava a desejar, sobretudo a considerar pelo bom gosto que a ele presidiu. Nesses matizes, o baile se fez imponente nos dois prédios situados um em frente ao outro, os quais regurgitavam de senhoras e cavalheiros. Mas, era preciso partir em direção a Curuçá, levando apenas as gradas recordações que os detiveram em Odivelas. Enquanto o bote singrava as águas adormecidas do Rio Mojuim, a música fazia-se ouvir em terra, ecoando fortemente os vivas, ao governador, à República, a Floriano Peixoto, ao Pará e ao povo odivelense<sup>878</sup>.

Após passar nas proximidades da povoação de Abade, não mais descrita como uma “povoação insignificante”, tal qual em 1890, mas sim encantadora, o porto natural da vila de Curuçá, que, portanto, estava na “[...] mesma razão de Cabedelo para a capital do estado da Paraíba do Norte”<sup>879</sup>, a bordo de um escale, a comitiva de Sodré partiu em demanda a Curuçá. Em meio a viagem, na desembocadura do Rio Curuçá-Mirym, encontraram a canoa que transportava os membros do Conselho de Intendência de Curuçá, que, seguia ao encontro da comitiva excursionista. Uma forma de comprovar o quanto o ilustre conviva era esperado, e para quem haviam preparado uma solenidade com muitos aparatos, algo “já visto nas

---

<sup>877</sup> Idem.

<sup>878</sup> Ibidem.

<sup>879</sup> A República, 14/09/1890, p. 1.

localidades outrora visitadas, e que, por esse motivo, não careceria de tantos detalhes, sendo citada apenas de passagem”. No dizer da nota, o som das bandas de música, o estampido dos foguetes, das aclamações jubilosas, além, é claro, de uma salva de vinte e um tiros foram ações que se constituíram nos sinais que revelaram as “grandes expressões da alma do povo curuçaense que tinham sorrisos de inefável doçura”<sup>880</sup>.

Todo esse contentamento expresso pelos habitantes de Curuçá por ocasião da passagem de Sodré, segundo o “A República”, devia-se ao seu convencimento de que pela primeira vez ia dar um amplexo de paternidade em um governo puramente popular. Isso porque sentiam que não era uma visita astuta, “como o fizera em tempos antigos um desses caixeiros viajantes dos tempos passados, que vinham ao norte planejar eleições e encher o bolso e bandulho com nossas rendas”. Pelo contrário, pressentiam, finalmente, que a atmosfera respirada por eles naquele momento era pura e severa, e que se expandia em longos haustos de liberdade. Nesse clima de festa, onde tudo revelava a alegria contida nos corações, que espontaneamente brilhava em todos os semblantes, o préstito percorreu as ruas, as estradas, os caminhos, as roças, “virando-a de pernas para o ar”, como se estivessem em casa<sup>881</sup>.

A recepção, como em todos os lugares por onde passaram teve lugar no Paço Municipal. Como de praxe, houve uma sessão solene presidida pelo próprio Lauro Sodré. Durante a sessão, o professor Ferreira Guimarães fez um “longo e suculento discurso,” no qual procurou relacionar os pormenores da história da vila desde sua fundação até aquele momento, sempre demonstrando os seus produtos e as suas necessidades. Esse professor-orador também não se esqueceu de augurar que a passagem “do distinto paraense por essas terras inauguraria uma nova era de felicidade”.

De certo modo, em seu discurso o professor Ferreira Guimarães tentava demonstrar que nem todas as promessas feitas por Justo Chermont a Curuçá, em 1890, foram cumpridas. Pois, mesmo não depreciando o “Abade”, o porto natural de Curuçá, nesse sentido, o local onde também seria demonstrada parte dos lampejos que o progresso anunciado com a República, pois a vila ainda jazia, sendo uma “roceira modesta e recatada para quem o progresso ainda não havia aberto totalmente suas asas<sup>882</sup>”. Mas, por que essa visão “um tanto

---

<sup>880</sup> Idem.

<sup>881</sup> Idem.

<sup>882</sup> A República, 04/12/1890, p. 2. Não se deve esquecer-se do sonho que as elites interioranas cultivam acerca da estrada de ferro. Nesse sentido, uma nota que pretendia atrair imigrantes para Curuçá, veicula após a passagem de Chermont, é bastante significativa. Nela lia-se: O governo pretende estabelecer uma linha de navegação para o Salgado tocando em Curuçá, e o povo curuçaense deseja ardentemente esse melhoramento

bucólica” para com essa localidade, sede de comarca, cujos resultados positivos eram encontrados na instrução pública, dotada de professores dedicados, inteligentes e bem preparados, e que demonstrava “boa dose de progresso”?

Uma possível resposta deve-se à tentativa de se criar a noção de que, apesar de transcorridos quase três anos desde a viagem de Chermont, o novo regime político ainda tinha muito a fazer em uma unidade federativa em que, sobretudo nas localidades do interior, o descaso com a coisa pública imperou por muito tempo. Portanto, eram localidades que serviam apenas como currais eleitorais, de onde se extraíam votos e alguns tributos financeiros com os quais se poderia mercadejar.

Desse modo, o republicano histórico Lauro Sodré, apesar de também mercadejar votos, como bem salientaram os democratas da Vigia, aparece como sendo um salvador, cuja passagem por terras curuçaenses e, porque não dizer, pelo Salgado como um todo, “inaugurava uma era de felicidade”. Nessa perspectiva, revelava-se que o trabalho de construção de uma imagem positiva para o novo regime, apesar do tempo transcorrido, estava em voga e latente. Assim como o intuito de associar o regime monárquico com a decadência, a corrupção, tal como empreendido antes de 15 de Novembro, e durante a excursão governamental de 1890. No entanto, vale lembrar que muitos dos “caixeiros viajantes dos tempos passados” continuavam presentes naquele momento, a mercadejar vantagens para as suas localidades, as quais lhes beneficiariam de alguma forma, como o caso do ex-conservador, professor Manoel J. Ferreira Guimarães, convertido em republicano.

Após receber estrondosas ovações dos meninos que “encorpados percorriam as ruas escondidas na mata luxuriante, cheia de encantos, e que, portanto, revelava a natureza ubertosa da vila de Curuçá, banhada pelas águas do pequeno rio, que a muito custo levava-lhe notícias das lutas do oceano”, a comitiva governamental seguiu caminho para outras localidades, que também o aguardavam, na sequência, sobretudo em Santarém-Novo.

A aprazível vila de Santarém-Novo, situada à margem direita do Rio Maracanã, durante a visita de Sodré, foi descrita como sendo “mui pobre” e onde a instrução pública quando comparada a de outras localidades já visitadas, dava ao governador outra impressão. Quer dizer, provavelmente apresentava uma situação nada animadora, algo que certamente seria revertida após a construção de um ramal que ligaria a vila de Salinas à estrada de ferro de Bragança, pois o mesmo deveria passar a pequena distância desta vila, ocasionando-lhe “incontestável propriedade”. Em Santarém-Novo, o governador visitou apenas o prédio da

---

para o seu município. Entretanto [...] a linha de navegação não há de fazer grandes vantagens para Curuçá como traria um ramal da Estrada de Ferro de Bragança.



Intendência Municipal, além das escolas. Se houve as solenidades corriqueiras, isto é, os discursos e outras lisonjas ao governador, estes não foram retratados como das outras vezes<sup>883</sup>. Porém, o perceptível nas entrelinhas da nota, é que o “progresso” provavelmente anunciado por Chermont, caso por lá tenha passado como predisse o seu itinerário, ao que parece, vinha a “passos de tartaruga”.

Ao regressarem de Santarém-Novo, a população da velha Cintra esperava ansiosamente o “Vizeu”, deitando olhares perscrutadores na direção do Rio Maracanã, debruçada numa espécie de colina. A proximidade do “Vizeu” foi anunciada por um tiro de canhão, correspondido por “festivas saudações em terra”. Uma comissão composta dos srs. drs. A. C. de Moraes, juiz de direito, Salvador Rosa, juiz substituto e Francisco Espíndola<sup>884</sup>, promotor público, foi receber o governador a bordo. Enquanto que o intendente, acompanhado de uma grande quantidade de pessoas, recebeu s. excelência na ponte do comerciante J. Joaquim de Castro. Desse local seguiu o préstito, precedido por uma filarmônica, para o Paço da Intendência. Depois do ato solene neste edifício, o governador dirigiu-se à casa do juiz substituto, onde lhe serviram cerveja. Em seguida dirigiu-se à casa do juiz de direito, ficando ali o resto do dia. Durante a noite, houve um fartíssimo banquete na casa do intendente municipal, seguido de um brilhante sarau. Depois da primeira quadrilha, a comitiva governamental, “embriagada em mil dulcíssimos afetos, por estarem ora saturando-se no champanhe, ora rodopiando na valsa”, retirou-se para bordo do “Vizeu”. Desse modo, muitos sujeitos da vida pública puderam demonstrar a sua força política ao governador<sup>885</sup>.

Desta vez, ao contrário de 1890, ao narrar a passagem de um governador por Cintra, a folha governista não citou o seu “estado de progresso”. Isto é, ocultando informações que levariam um leitor atento a fazer comparações entre as duas viagens. Desse modo, poder-se-ia perceber se nesse período de vigência da República a Intendência Municipal funcionava em prédio próprio ou se ainda em um alugado, além de saber se o prédio da cadeia encontrava-se em melhores condições para abrigar os presos. Possivelmente, o progresso de Cintra, estimado em longo prazo, ainda não havia “chego a galopes”. Deve ter encontrado empecilho no “lodo que se espalhava pela praia da região portuária, motivo que atrapalhava o fluxo de embarcações nas marés baixas, impedindo o progresso local”. Porém, isso seria impronunciável, uma vez que a República era o regime da “regeneração da pátria”. Aludiu-se apenas que as impressões que

---

<sup>883</sup> Ibidem.

<sup>884</sup> Francisco Espíndola, que aparece como o promotor que saudou a comitiva de Sodré, é provavelmente o mesmo que fora indiciado e preso juntamente com outros em Cintra por ocasião da Revolta de 11 de Junho e seus desdobramentos. Caso seja o mesmo, torna-se evidente que as articulações políticas em torno dos cargos de mando eram constantes em troca de apoio, no mais, corrobora com a ideia de que alguns democratas também estavam reunidos em torno de Sodré.

<sup>885</sup> Ibidem.

levavam de Cintra “eram grandíssimas”. Logo, em 1893, coube a Santarém-Novo o título de “vila mui pobre”, isso porque a comitiva não visitou Vizeu, anteriormente considerada mais atrasada em progresso material do que a colonial Cintra, do coronel Anízio Dias.

A importância da efetivação dos melhoramentos materiais, sobretudo no que concerne à construção de uma ferrovia que atendesse as localidades do Salgado, assim como a instalação de estações telegráficas, certamente foi sentida durante a visita a Salinas, como foi frisado na última nota que trata da excursão. Segundo a narrativa, desde a partida de Cintra, alguns membros da comitiva, pouco afeitos às viagens marítimas, só falavam a respeito de Salinas “[...] de Salinas propriamente dita não; mas de seus mares sempre encapelados, de seus perigosos baixios, de seu porto tão afamado pela fúria dos vagalhões que davam bailes mesmo de dia”. Sensação que era amenizada quando se pensava nos “[...] saborosos pacamões” que se ia comer.<sup>886</sup> Temendo tais perigos, o prático-mor preveniu que a saída de Cintra deveria efetuar-se impreterivelmente à meia-noite, de modo que por volta das sete horas da manhã encontrassem água suficiente para entrar no canal de Salinas. Mesmo agindo como o programado, a comitiva governamental passou em frente ao Farol de Salinas com a maré baixa de vazante, em virtude de um atraso de cerca de meia hora, no momento em que foram interceptados pelo iate *Saramanho*, que conduzia um prático que os guiaria<sup>887</sup>.

Mesmo recebendo este auxílio, ao entrar na boca do canal de Salinas, que tinha a forma de uma grande curva, o “dengoso e faceiro Vizeu” encontrou pela frente um banco de areia, intransponível em maré baixa. O “Vizeu navegou impávido e temerário por ser uma máquina de boa têmpera”, e principalmente por contar com distintos oficiais, cuja perícia e coragem agiram em sua defesa, escapou, tendo as maiores avarias apenas no leme. O governador e sua comitiva foram transportados para terra em uma canoa a vela dirigida pelo tenente-coronel professor Theodato e pelo subprefeito Manoel Pedro de Castro. Apesar do susto que acometeu a tripulação e, sobretudo, os passageiros, o final dessa história narrada pelo “A República” em alguns momentos como uma epopeia, acabou sem perdas humanas.

Ao chegar em terra, todos teriam se abraçado em silêncio, pois não houve qualquer mostra de regozijo enquanto aqueles camaradas que tinham por dever salvar o navio se debatiam com as ondas. No dia seguinte, após o “Vizeu” ser rebocado até “Porto Grande” pelo “Bragança”, iniciaram-se, então, as manifestações de júbilo pela chegada do “ilustre Governador do Pará”, com músicas, foguetes, vivas e aclamações. Manifestações que se

---

<sup>886</sup> A República, 1509/1893, p. 1.

<sup>887</sup> O atraso se deu pelo fato de que o “Vizeu” teve que rebocar até certo ponto do Rio Maracanã, uma canoa que conduziu dois membros da comitiva para Marapanim, pois iriam preparar as celebrações que ali ocorreriam.

completavam com as entusiásticas homenagens pelo bom êxito dos esforços de salvamento do navio. O correspondente da folha governista convidou o “paciente leitor que o tinha acompanhado nessa viagem” a se demorarem alguns dias em Salinas, não tanto pelos enjoos e dos trabalhos da navegação, mas principalmente pelas faltas tipográficas que havia encontrado.

Interrompida a narrativa, pelo motivo acima mencionado, em 16 setembro de 1893, saem novamente às ruas os informes sobre a excursão de Sodré pelo Salgado. O destaque coube aos festejos ocorridos em Salinas e em Bragança, sendo esta a última localidade visitada antes da fronteira com o estado do Maranhão, mas não a derradeira da comitiva governamental. Ao narrar os festejos preparadas pelos salinenses, “A República” deu visibilidade à solenidade ocorrida no dia 27 de agosto de 1893, para celebrar a chegada do governador.

O orador do ato, Tenente-coronel Theodato de Rezende, depois de algumas breves palavras, declinou da tribuna em favor de sua filha, uma jovem professora normalista de uma das escolas locais. A jovem professora, descrita como intérprete fiel dos sentimentos daquele povo, fez uma resenha histórica de Salinas, na qual procurou mostrar “o abandono condenável em que, durante mais de século jazeu essa formosíssima região, até que o sol de 15 de Novembro de 89 lhe veio marcar uma era nova de prosperidade, retirando-a desse prolongado olvido”<sup>888</sup>. Essa “era de ouro iluminada pelo sol de 15 de novembro”, ao que parece, surtiu efeitos positivos no local, pois ao mencionar ao “primeiro governador do tempo da ditadura, o dr. Justo Chermont, a “dileta filha” de Rezende dirigiu-se em frases assaz lisonjeiras, destacando os muitos benefícios que resultaram quando de sua passagem por Salinas. Uma possível referência aos trabalhos preliminares de abertura do ramal da estrada de ferro, assim como a outros benefícios que certamente foram auferidos pelos políticos locais.

Seguramente na esperança de verem os trabalhos do ramal da estrada de ferro concluídos com êxito, ou seja, com a implantação dos trilhos e estação, os políticos de Salinas tiveram a feliz perspicácia de fazer uma homenagem que deve ter caído bem aos olhos de Sodré. Ao concluir o seu discurso, e em nome daquele florescente município, a jovem normalista comunicou ao auditório que “uma praça aberta ultimamente denominar-se-ia desse dia em diante, Dr. Lauro Sodré, em homenagem ao ilustrado Governador Constitucional, de modo a recordar no futuro a sua visita àquela vila”.

A concretização dessa homenagem, que deveria perpetuar não só a memória da passagem de Sodré por Salinas, mas, sobretudo, sua própria memória enquanto um sujeito

---

<sup>888</sup> A República, 16/09/1893, p. 1.

político digno de ser lembrado deu-se em grande estilo. Após o encerramento da sessão, com um discurso do “distinto magistrado, como sempre cheio de facúndia e notável pela simplicidade dos conceitos”, o povo, precedido de uma banda de música, foi inaugurar solenemente a Praça dr. Lauro Sodré. Em seguida, o mesmo “povo sem rosto”, entremeado com as pessoas gradas do local, percorreram as ruas vitoriando o distinto visitante. Como um positivista, Sodré sabia da importância desse tributo que lhe era dedicado.

Para arrematar estes festejos, foram realizados ainda dois bailes, igualmente muito concorridos, sendo um na noite do dia 27 e outro na noite de 28. Desse modo, dando por concluída a visita política a Salinas, onde Lauro Sodré e outros políticos ligados direta ou indiretamente ao Salgado apresentaram ao povo dessa região, além dos seus representantes e o regime republicano, os seus nomes para serem futuramente sufragados nas urnas.

O “Velho vapor Bragança,” o mesmo que conduziu os emissários que organizaram a adesão da câmara da cidade de Bragança em novembro de 1889, transportou a bordo a comitiva governamental, que partiu na manhã do dia 29 agosto de 1893 em direção à cidade homônima. Partia com a mesma missão: apresentar as benesses proporcionadas pela República, que seriam distribuídas mediante adesões que então seriam prestadas ao seu dileto filho paraense, Lauro Sodré. Na tarde do dia seguinte o vapor fundeou no Rio Caeté, defronte da cidade de Bragança. O governador e sua comitiva tiveram “digna recepção do povo bragantino”, indo hospedar-se na casa de Antonio da C. Rodrigues, tido como um cidadão digno dos maiores encômios por suas belas qualidades. À noite houve sessão na Intendência Municipal, que se achava “deslumbrantemente decorada e iluminada com profusão”. A sessão foi aberta pelo intendente, coronel José C. Pinheiro, que em seguida entregou a palavra ao orador oficial do ato, dr. Barrada. Este, durante um “[...] delicioso lapso de tempo cativou agradavelmente o seletto auditório”<sup>889</sup>.

Ao contrário das outras narrativas da excursão pelo Salgado, a descrição da passagem de Sodré por Bragança feita pelo “A República”, não explorou demasiadamente aspectos relacionados, por exemplo, aos aparatos que enfeitavam a cidade, girândolas, balões, desfiles nas vias públicas com bandas marciais, visitas aos estabelecimentos de ensino, dentre outros, se é que houveram. Todavia, isso não significa que não houve momentos de contato com as massas populares, ao que parece, deu-se com certo distanciamento, a exemplo de sua recepção. Deteve-se, assim, em narrar os pormenores envolvendo outros momentos de sociabilidade em que Sodré esteve com a “arraia graúda”. Um possível indicativo de suas

---

<sup>889</sup> Idem.

intenções políticas mais urgentes, isto é, a necessidade em formar uma base política que o apoiasse numa eventual candidatura à presidência da República.

Durante os três dias que permaneceu em Bragança, Sodré e sua comitiva aproveitaram para passear nos “pitorescos e saudáveis subúrbios que ofereciam passeios a pé e a cavalo”. Recantos que ofereciam aos bragantinos, e naquele momento, em particular, ao governador do estado, doce refrigério, sobretudo nas águas cristalinas de um pequeno rio que circundava a cidade, em cujo leito havia vários balneários, sendo o *Europa* o mais importante. Completando a turnê campestre, Lauro Sodré percorreu a cavalo o trajeto entre a sede do município e o sítio “Bacuryteua”, de propriedade do “sempre afável major Costa, que o obsequiou com um magnífico almoço”.

Todavia, esse clima campestre vivenciado pela comitiva governamental de 1893 em Bragança, dividiu as atenções com eventos realizados no meio urbano. Certa noite, provavelmente a segunda, o governador foi convidado para participar de uma sessão solene oferecida em sua honra pela benemérita *Sociedade Beneficente Artística Bragantina*. Para marcar o fim da visita, como seria natural, o coronel José Caetano Pinheiro acolheu também o governador em seu palacete com um importante banquete. O baile oferecido no “Palacete Caetano Pinheiro” foi apresentado pelo articulista do “A República” como sendo um real exemplo de “civilização, imponência e brilhantismo, digno daquela sociedade por todos os títulos”. Evento marcado pela “[...] elegância e amabilidade das senhoras que correspondiam em perfeito *pendant* a correção e maneiras corteses dos cavalheiros”<sup>890</sup>.

Toda essa recepção oferecida teve um preço a ser pago, ou melhor, houve a assinatura de uma hipoteca que deveria ser paga pelo governo do estado. Quer dizer, ao contrário dos salinenses, os bragantinos não relataram nenhum benefício surtido a seu favor oriundos da visita da Chermont em 1890; o que não anula a possibilidade desta cidade ter conseguido melhoramentos nesse período de quase três anos. A elite política de Bragança, com essa “demonstração festiva”, liderada pelo coronel José Pinheiro, sujeito que representava a região do Salgado no Senado estadual, sobretudo Bragança, o seu curral eleitoral, procurou demonstrar o seu peso político, de modo a exigir maiores favores do governo do estado, que deveriam transpor as dificuldades impostas pela natureza, algo que demonstraria a vitória do homem sobre o meio natural. Enfim, era preciso evidenciar o progresso ovante, cujo maior exemplo no final do século XIX era os navios a vapor e as locomotivas.

---

<sup>890</sup> Idem.

Este aspecto foi notado pelo correspondente do jornal, ao mencionar que: “[...] encarando Bragança pelo lado material, parecia uma cidade estacionária<sup>891</sup>”. E seguia:

Seus produtos agrícolas são muitos, é bem verdade, sua lavoura é um fato real, seu comércio, a julgá-lo pelos importantes estabelecimentos que aí se encontram, é ativo e animado, mas tudo isso se ressentia da falta de comunicação menos perigosa, mais rápida e praticável com a capital.

O rio Caeté é ingrato para a navegação e sua foz é defendida por uma barra um tanto difícil de transpor.

O caminho de ferro, eis o supremo *desi decretum* d’aquela povo, e isso é justo, e mais justo é que ele se reduza em realidade.

Mas não é esse o pensamento do atual governo?

Não é essa a sua ardente aspiração?

Quem, porém, ignora os obstáculos insuperáveis com que lutamos, não já por falta de dinheiro, mas por falta de quase absoluta de trabalhadores?

Apelemos para o tempo, e esta esperança não será muito longa, apesar do desânimo em que se acham os bragantinos, descrentes mesmo da realização da estrada de ferro<sup>892</sup>.

O discurso da folha governista muito provavelmente animou os bragantinos, que reconheceram nele um possível empenho do governador Lauro Sodré em concluir, ainda em seu governo, a Ferrovia Belém-Bragança. Desse modo, a viagem de Sodré, no parecer emitido pelo órgão governista, imposta por seus deveres e realizada com alguns sacrifícios, foi necessária para que ele “[...] visse com seus próprios olhos aquela desprezada região para melhor estudar os meios de beneficiá-la. Foi o que fez com consciência”<sup>893</sup>.

Com sagacidade, ao findar a nota o articulista usa o sinistro ocorrido na barra de Salinas, desastroso em si, para comprovar e dizer ao governador que a via férrea era o único meio de transporte para o desenvolvimento do Salgado. Conclui mencionando que os benefícios não se fariam esperar, e disso ele estava certo, em vista das boas intenções repassadas. Enquanto a via férrea não era concluída, Sodré aproveitou essa excursão para propagar entre o povo os símbolos nos quais ele, o povo, pudesse reconhecer e estabelecer no seu dia a dia uma ligação entre si e a República, de modo a relegar a memória monárquica ao passado ou quem sabe ao esquecimento. Se é que isso fosse possível em uma sociedade que conviveu com o regime monárquico por mais três séculos. Deixando Bragança, todavia, a comitiva governamental não tinha terminado a excursão, pois “[...] Marapanim ficara atrás reservada para ser a chave de outro dessa viagem marítima [...]”.

---

<sup>891</sup> Ibidem.

<sup>892</sup> Ibidem.

<sup>893</sup> Ibidem.

### 3.3.2 Marapanim e o processo de construção da “nação brasileira” durante a Primeira República brasileira

Deposta a casa de Bragança do trono do Brasil em 1889, a saga dos republicanos em construir novos símbolos, afastar os existentes, ou ainda, com relação a estes últimos, dotá-los de uma nova roupagem para representar o país, não havia terminado. Além dos grandes centros urbanos, as freguesias, as povoações, as vilas e as pequenas cidades do interior também serviram como palco para a apresentação do teatro republicano, ou melhor, a apresentação de símbolos vinculados ao regime político nascente, visto que todos deveriam assistir e dar “Vivas à República”, tal como os odivelenses que prestigiaram a peça homônima em seu “Teatro São João”, por ocasião da passagem do governador em 1890. Demonstravam, assim, que a batalha pelo controle do imaginário, como aduz José Murilo de Carvalho (2007), era parte integrante da legitimação de qualquer regime político. Pois, é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo (CARVALHO, 2007, p. 10).

Sabedores disso os republicanos brasileiros, sobretudo os de orientação positivista<sup>894</sup> e jacobinista<sup>895</sup> (CARVALHO, 2007, p. 9) passaram a utilizar elementos que evocavam a República Francesa, e mais precisamente a Revolução de 1789. Dela imitaram os seus símbolos, suas alegorias, seus cantos, seus rituais, seus sinais, suas procissões cívicas e também o seu gosto pelos monumentos, que passaram a ser celebrados e erguidos em diversas cidades importantes do país, como Rio de Janeiro, Porto Alegre<sup>896</sup>, Belém do Pará (COELHO, 2002, p. 26-27) e tantas outras.

Todavia, cabe frisar que além dos grandes centros urbanos, também se utilizava esses meios em locais do interior do país, como em Marapanim. Nessa localidade do interior do Pará se fazem presentes até os dias atuais um conjunto arquitetônico carregado desses elementos, que a partir de sua carga simbólica atuou eficazmente ou não na formação de uma consciência republicana, principalmente entre as massas. Essas alegorias, que passaram a evocar o modelo de República no mundo ocidental, tal como a alegoria feminina, sobretudo a Marianne, o barrete frígio e outros, evocavam a República da antiguidade greco-romana. Salvo a Marselhesa, ícone próprio do movimento revolucionário francês.

---

<sup>894</sup> Segundo Carvalho (2007, p. 9), “O positivismo possui ingredientes utópicos ainda mais salientes”, se comparado com seus rivais na propaganda republicana no Brasil.

<sup>895</sup> Para o mesmo autor: Os jacobinos, a revolução de 1789 e a Primeira República. Os positivistas ortodoxos a terceira.

<sup>896</sup> Ver Carvalho (2007, p. 9), principalmente o capítulo 2.

Logo, símbolos instituídos durante o Império, e que ganharam força durante a guerra contra o Paraguai, como a Bandeira Imperial, que seguia as tropas nos campos de batalha ou encimava os vasos de guerra, assim como o próprio Imperador, ícone máximo da nação, deveriam desaparecer, enquanto outros precisavam dividir espaço para a acomodação de novos, assim como para as datas que a partir de então passariam a expressar a identidade nacional brasileira sob a égide da República. Na ânsia de imprimir seus interesses, o Governo Provisório tratou de instituir o Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, que versava no seguinte termo: “O Regime Republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal, [...] num sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas” (OLIVEIRA, 1989), demonstrando, assim, como lembra Pierre Bourdieu (2002), que os diferentes grupos e facções de grupos estão envolvidos em uma luta puramente simbólica para impor sua visão de mundo social de acordo com seus interesses. Nessa perspectiva, a manipulação do imaginário foi uma arma valiosa usada pelo grupo dos republicanos históricos do Pará, para justificar o novo regime e, destarte, ampliar o número de adeptos, no intuito de legitimar o seu poder.

Para legitimar o poder, nada mais condizente do que “inventar tradições” (HOBSBAWM; RANGER, 2012). Essas tradições, em muitos casos, têm um marco cronológico bem definido, assim como personagens a elas associadas. Ou seja, algo que, ao menos teoricamente, deve facilitar na tessitura da argamassa pensada para unir governantes e governados, que de tempos em tempos se aproximam nas ruas. Tradições que por vezes se tornam visíveis aos olhos do povo nos símbolos constituídos, na maioria das vezes, a partir da construção de monumentos, de desfiles cívicos encenados numa data festiva no calendário republicano<sup>897</sup>. Ocasões em que eram pronunciados discursos preches de cientificismo, estes nem sempre compreendidos pelas massas iletradas. Mas ainda assim usado. Talvez por isso, como bem argumentou o articulista do “A República”, Marapanim teria ficado para ser a “chave-de-ouro” da excursão de Lauro Sodré pelo Salgado em 1893, momento em que, se pode dizer, ocorreu de uma única vez a encenação da peça “Viva a República” com todos esses elementos, no intuito de legitimar e representar o novo regime.

Apesar de ser encontrada uma gama considerável de elementos que rementem à tentativa de formação de uma “consciência republicana”, durante a passagem de Sodré em 1893 por Marapanim, como se poderá perceber mais adiante, encontram referências em

---

<sup>897</sup> Dentro do calendário cívico republicano brasileiro deveriam ser celebrados, de modo a atuarem na construção e perpetuação do imaginário republicano, os festejos de: 21 de Abril, 13 de Maio, 14 de Junho, 12 de Outubro e, é claro, o 15 e 16 de Novembro.



momentos anteriores, assim com em outras localidades<sup>898</sup>. Como exemplo, tem-se narrativa encontrada na carta de Bartholomeu Ferreira, datada de 20 de novembro de 1889, na qual a população de Marapanim saiu às ruas ao som predominante da Marselhesa. Pode-se afirmar que foi esse o primeiro registro sobre essa intenção dos agentes governistas para com os marapanienses, e divulgada ao grande público após o advento da República no Brasil.

Neste sentido, o grande público deveria seguir o exemplo dos conterrâneos do cidadão coronel Diniz Botelho, se é que todos ali presentes estavam conscientes do ato, haja vista que poderiam participar como simples expectadores de mais uma reunião política. Porém, isso pouco importava. O importante era evidenciar que “todos os marapanienses” foram testemunhas do nascimento de um regime que aportava naquele município dia 19 de novembro de 1889, e prometia “combater os vícios da monarquia”. A partir de então, mais do que nunca “as tradições republicanas” começavam a ser “inventadas”, na esperança de atingir o coração do povo e de formar almas devotas ao novo regime, o que, é claro, não foi feito sem contratempos impostos pela outra parte<sup>899</sup>.

Como aludido no princípio deste capítulo, notícias de que a Bandeira nacional, ícone maior República, havia sido vilipendiada em algumas localidades do Salgado ganharam as ruas no início de 1890. Certamente uma das tarefas empreendidas por Chermont durante sua excursão meses depois, foi tentar reparar esse ultraje supostamente praticado por um grupo de delegados de polícia e seus subordinados. Isso porque era preciso reparar a sua imagem como um “governador apático aos acontecimentos”, como divulgaram os democratas.

Em relação à Marapanim, onde também teria ocorrido a queima da bandeira nacional, a data da sua adesão à República serviu como elemento para a sua inserção no âmbito das tradições propostas pelos agentes governistas. Por ocasião da visita de Chermont em 1890, a comissão de recepção presidida por Diniz Botelho e Bartholomeu Ferreira, afixou na entrada do antigo Paço da Intendência de Marapanim um letreiro no qual “[...] lia-se a data – 19 de Novembro de 1889 – que rememora grandemente o povo marapaniense, o dia imorredouro

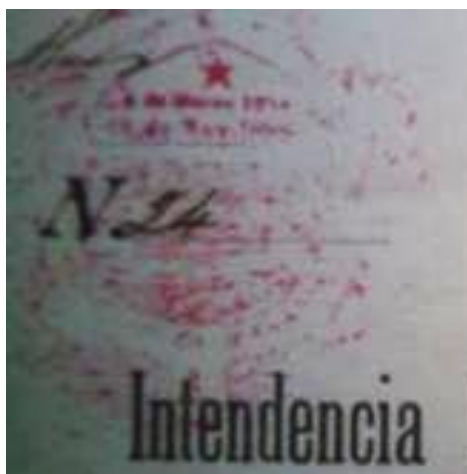
---

<sup>898</sup> A República, 22/07/1890, p. 1. Em uma nota enviada de Curuçá acerca das “Festas de 14 de Julho”, data da queda da Bastilha na França, mencionava que: “Estiveram esplêndidas as festas promovidas pelo brioso povo de Curuçá em hora desse memorável dia”. A República, 04/12/1890, p. 1. Com o título “Festas de 15 e 16 de Novembro”, uma matéria narrava a sessão cívica realizada na intendência de São Caetano de Odivelas em 16 de novembro de 1890. O vice-presidente da intendência, coronel João Rodrigues dos Santos, teria mencionado que essa sessão cívica tinha por objetivo celebrar o primeiro aniversário do advento da República Brasileira e a adesão do estado do Pará a essa ingente causa, que provocou assombrosa admiração às nações estrangeiras, pela placidez como que correu entre nós, sem que sangue brasileiro regasse este solo, sem que a ordem pública ressentisse-se”.

<sup>899</sup> O Democrata, 18/11/1891, p. 2. Mencionava que as festas de 15 de Novembro estavam imitando as de 7 de Setembro no tempo da monarquia, depois de mais (leia-se: de quase) de um século de reinado.

em que ecoou naquelas plagas o brado ingente e glorioso de 15 do mesmo mês”<sup>900</sup>. Destarte, o 19 de Novembro ganhou foros de “sacralidade cívica local”, tanto é que os agentes políticos o incluíram, juntamente, e abaixo do “4 de março de 1874” no brasão das armas da Intendência de Marapanim, que timbrou os documentos oficiais emitidos pelo município<sup>901</sup> (Figura 15). No entanto, ainda sendo importante para a memória local, o 19 de Novembro não poderia apagar a aura de sacralidade construída em torno do 15 de Novembro. Afinal, comemorar o “15 de Novembro de 1889”, data magna para os republicanos, era irmanar-se com todos os brasileiros, haja vista que a mesma constituía-se como marco inaugural de uma nova era para a nação brasileira. A tão sonhada era de ouro, esperada principalmente pelos paraenses.

Figura 15 - Imagem com o antigo brasão das armas do município de Marapanim, no qual há a inscrição “19 de Novembro de 1889”. Data que assinala a adesão oficial da Câmara Municipal de Marapanim à República.



Fonte: Tiago Barros Ferreira

O primeiro aniversário da República em Marapanim “[...] aconteceu coma presença de todas as autoridades do lugar, de muitas famílias, dos membros dos clubes artísticos, e grande concurso de pessoas do povo”. Uma grande procissão cívica carregada de simbolismo percorreu os principais logradouros públicos, que inclusive tiveram seus nomes trocados para

<sup>900</sup> A República, 03/071890, p. 1.

<sup>901</sup> A República, 2105/1895. A data “4 de março de 1874” provavelmente refere-se à data de elevação de Marapanim à categoria de Vila, ou seja, assinala a sua independência político-administrativa em relação a Curuçá. Atualmente, o brasão do município de Marapanim é outro, e não há nenhuma referência ao “19 de novembro de 1889”, assim como ao “4 de março de 1874”. No entanto, há “12 de outubro de 1862”, ano em que foi celebrada a missa de fundação da povoação de “Bom Intento”, seu primitivo nome, que advém de uma fazenda dos padres jesuítas, que ficava no local onde atualmente se encontra a sede do município de Marapanim.

outros que fossem evocativos à constituição de uma memória favorável ao regime festejado<sup>902</sup>. A antiga “Rua da Boa Vista”, por exemplo, ganhou o nome de 15 de Novembro, ou Boulevard da República; a antiga Praça de São Raymundo Nonato teve seu nome alterado para homenagear o generalíssimo Deodoro da Fonseca, o proclamador. Essas mudanças constituíram-se em mais uma forma de reforçar a pedagogia republicana. Toda essa encenação objetivava apresentar o novo regime aos populares, com o intuito de conquistá-los à causa republicana. Para tanto, fazia-se necessário ganhar as ruas, o que significava transpor o fechado mundo dos *discursos das ideologias cientificamente demonstráveis*, pronunciados, sobretudo, pelos agentes do Estado nas solenidades públicas. Compreendidos quase sempre por uma diminuta *elite politicamente educada*, e nunca ou quase nunca compreendidos de maneira clara pelo povo que os ouvia.

Neste sentido, nada mais condizente e cômodo como a pedagogia que se tentava impor em meio a “vivas a Deodoro da Fonseca, a Justo Chermont e a outros patriotas brasileiros”, do que sair pelas ruas em procissão cívica, ou melhor, em “esplêndida passeata, iluminada a fogos combiantes, e balões multicores”. Tomando a dianteira do préstito:

Abriu-se um grande transparente de quatro faces, nua das quais a figura de uma mulher, cercada de raios dourados, pousando a mão esquerda em uma cadeira, representando a República, elevada com a destra o artista, representado pela figura de um homem, seguiam-se lhe outros com o busto de Tiradentes, e os demais representado as armas do Brasil, o progresso, o trabalho, etc.<sup>903</sup>.

E mais,

Numa padiola enfeitada de flores e escudetes com bandeiras, o menino Genézio Castro, ricamente vestido de índio tinha escrito em letras de ouro numa faixa larga e verde as palavras – Estados Unidos do Brasil –, os quais representava.

Ao passar pela frente da casa do sr. Lagoia Alves, o sr. Tenente-coronel Diniz Botelho [...] a saudou vivamente entusiasmado, dando vivas à classe artística, ao progresso, a república e aos beneméritos da pátria [...]

Havendo percorrido quase todas as ruas da vila, esplendidamente embandeiradas, o grande préstito voltou à intendência, onde após muitos vivas entusiásticos e calorosos dados pelo menino Genézio e por todos, um gigante aeróstato, semeado de inscrições patrióticas, pôs termo à festa, elevando-se rápido às alturas, ao som do majestoso Nino Nacional<sup>904</sup>.

---

<sup>902</sup> No que se refere a construção de memória em torno dos nomes de logradouros públicos na capital paraense ver Moura, principalmente o primeiro capítulo: *Entre datas, rua e comemorações: a formação do poder simbólico da república paraense*.

<sup>903</sup> A República, 17/12/1890, p. 1.

<sup>904</sup> Idem.

As referências à classe artística, feitas na matéria jornalística, deveu-se ao fato de que “para solenizar o 15 de Novembro – uma das mais fulgurantes datas da pátria brasileira – os artistas nacionais residentes em Marapanim, escolheram-no para nele realizar a instalação de um clube, filial ao da capital do Estado”. A instalação, que fora inclusive anunciada dias antes<sup>905</sup>, ocorreu por volta das 19:30h, no antigo prédio que abrigava a Intendência Municipal. Espaço que se achava, segundo a mesma matéria, luxuosamente decorado com bandeiras, escudos, cortinas e magníficos festões artificiais, o que produzia, sob a luz de caprichosa iluminação, um efeito deslumbrante.

O presidente do clube abriu os trabalhos da sessão convidando a prestarem juramento as diversas comissões eleitas. Após este ato, foi cedida a palavra ao orador do Club, Sr. Felinto Castro, que com a leitura de um “belo discurso animou os membros da novel associação a trabalhar sempre unidos pelo bom fim da ideia”. Sucedeu-lhe na tribuna, na seguinte ordem, e com numerosos aplausos: Raymundo Pinheiro Costa, M. Pedro Ferreira, os professores Manoel Vasques Ferreira Botelho e José Siqueira da Paixão, Bento Braga e Olympio Pinto. Discursou também o tenente-coronel Diniz Botelho, presidente da Intendência Municipal, e em nome desta, Constantino Pinto. Por fim, o artista João Cunha, presidente do Club, que demonstrou que havia a grande necessidade a da fundação e manutenção de uma associação como a que se instalava. Terminou pedindo aos seus colegas de classe que trabalhassem e perseverassem. Não havendo mais que quisesse fazer uso da palavra, deu-se por encerrada a sessão com vivas ao dia 16 de Novembro, e aos chefes do Governo Provisório em nível federal e estadual, respectivamente.

Com esses atos, isto é, a instalação do Club e a procissão cívica, os integrantes do dito clube ligados à elite política local, mostraram-se serem sujeitos conscientes do papel das artes para a construção do imaginário. Ao que concorre à análise de Farias (2003), “[...] o trabalho com a manipulação do imaginário, que, por sinal, é uma atividade muito trabalhosa – envolvia a articulação de discursos construídos a partir de signos que ocupavam lugar da palavra escrita ou lhe serviam de reforço [...]”. O campo artístico, nessa perspectiva, funcionava como aparelho privado de hegemonia. As alegorias usadas pelos “artistas da política” na procissão cívica aludida, em muito servem para se pensar a sua utilização, assim como a de outros, enquanto elementos concernentes à pretendida união brasileira em torno do novo regime. Portanto, requerem uma análise, ainda que breve.

---

<sup>905</sup> A República, 15/11/1890, p. 1. O presidente do Club, J. Braga, descreveu a importância que sua agremiação deu para esta data, salientando que: “Para melhor justificar os sentimentos de patriotismo dos valentes artistas de Marapanim, é o dia de hoje, 15, que eles escolheram para a instalação definitiva do dito Clube. [...]”

Ao contrário das outras vezes, a Marselhesa, que, segundo o republicano histórico paraense Manoel Barata, formado sob o cânone da Terceira República Francesa “[...] constituía-se no cântico sintético de todas as liberdades [...]”, ou seja, era mais que o hino francês, um hino revolucionário, cedeu lugar naquele momento ao Hino Nacional Brasileiro<sup>906</sup>. Possivelmente, isso ocorreu porque despertava maior entusiasmo entre os populares que já o conheciam. A batalha em torno desse símbolo nacional forjado durante o período monárquico, como alude José M. Carvalho (1990), “[...] significou uma vitória da tradição, pode-se dizer uma vitória popular, talvez a única intervenção vitoriosa do povo na implantação do novo regime”. Outro símbolo que remete ao Brasil monárquico, que se fez presente naquele memorável 15 de novembro de 1890 em Marapanim, foi a alegoria do indígena, que através de um menino personificou a nação brasileira, isto é, a “República dos Estados Unidos do Brasil”, e não mais o Império do Brasil. José Murilo de Carvalho lembra ainda que o próprio monarca D. Pedro II foi representado diversas vezes como um chefe indígena, símbolo da nação (CARVALHO, 2012, p. 23).

Para dividir espaço com esses símbolos, por vezes herdados do Império, os artistas republicanos de Marapanim foram buscar a figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira. Este mártir mineiro foi um elemento que após longas discussões, inclusive com monarquistas, veio a ser aceito não como um herói puramente republicano, mas acima de tudo, um herói nacional. Destarte, pode ser bem-quisto por todos, inclusive pelos monarquistas, desde que não se excluísse D. Pedro I; pelos abolicionistas (republicanos e monarquistas); e pelos republicanos. Dentro da perspectiva positivista, que possivelmente se fazia presente entre os artistas marapanienses, Tiradentes não devia ser visto como herói republicano radical, mais sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem de um povo inteiro, que ligava as três principais transformações político-sociais mais importantes vivenciadas no Brasil durante o século XIX: a Independência, a Abolição e a República, demonstrando, assim, que antigos símbolos nacionais puderam servir na construção da memória republicana nacional, desde que ganhassem nova roupagem, é claro, inclusive Tiradentes.

---

<sup>906</sup> A República, 04/02/1891, p. 2. A canção de *Rouget de Lisle* foi entoada por ocasião da recepção oferecida à comissão encarregada de cuidar de uma epidemia que ocorreu em Marapanim, juntamente com outra destinada a fazer os levantamentos sobre a desobstrução do furo do “Pagé” no ano de 1891, Drs. João dos Passos, Damasceno e José Ribeiro Rodrigues que, “[...] foram agradavelmente surpreendidos pela banda marcial Euterpe Marapaniense, que ali fora cumprimentar os ilustres hóspedes, tocando a Marselhesa e diversos trechos musicais, dando um caráter festivo”.

Nesse sentido, qual foi então o elemento empregado pelos artistas políticos ou políticos artistas que agregou e apresentou o regime republicano aos marapaniense naquele primeiro aniversário da República Brasileira? A própria nota nos fornece a respostas, acerca do símbolo máximo que transmitiu a ideia de “República” presente na cena, ao mencionar que: “[...] a figura de uma mulher, cercada de raios dourados, representado a República [...]”. Desse modo, a face da “República Mulher” em seu máximo fulgor ganhou as ruas de Marapanim e pôde ser vista por todos, sustentando o progresso que a partir de então deveria se consolidar no Brasil.

A personificação do regime republicano através da alegoria feminina comumente denominada de Marianne, fora largamente difundida na França após a Revolução, sobretudo durante a Segunda (1848-1852) e a Terceira (1870-1940) República Francesa. No caso francês, a figura feminina passou a ser utilizada logo após a proclamação da República, em 1792. A inspiração veio de Roma, onde a mulher já era símbolo da liberdade. O primeiro selo da República Francesa, por exemplo, trazia a efígie de uma mulher em pé, à moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio. A mão esquerda segurava um feixe de armas.

Segundo José M. de Carvalho (1990) as jornadas de 1830 entraram para a história por várias razões, uma delas, sem dúvida, foi o quadro de Delacroix, intitulado *A Liberdade guiando o povo*, uma das obras-primas da pintura universal. Nessa obra, a figura central é a de uma mulher de traços populares, que tem a cabeça coberta por um barrete frígio, sua mão direita segura a bandeira tricolor, e com a esquerda um fuzil com baioneta calada. Seus seios nus e agressivos são destacados na imagem, assim como o seu gesto enérgico de comando, em meio aos mortos e feridos das barricadas de Paris. A inspiração, para tanto, veio de uma combatente real, Marie Deschamps, que se destacara na luta em uma barricada de junho de 1830.

A proclamação da Segunda República Francesa deu novo impulso aos símbolos. Entre os concursos realizados para escolher o símbolo da República, muitos pintores e escultores escolheram a figura feminina. Nessa época, a figura feminina foi introduzida nas moedas, nos postais. Entretanto, nesses casos, o barrete frígio foi substituído por uma auréola em forma de raios de sol, imagem imortalizada por Bartholdi na estátua oferecida à cidade de Nova York. Esta imagem tem a cabeça envolta em raios de sol, que pode inspirado o artista que concebeu a “Marianne” que percorreu as ruas de Marapanim na noite de 15 de novembro de 1890.

Bustos, estatuetas e gravuras de Mariannes, nome popular de mulher, ganharam popularidade no período que antecedeu a Terceira República, e espalharam-se notadamente pelo Sul do país, de modo que passou a rivalizar com a do imperador Napoleão III. Seu culto, anteriormente clandestino, passou a ser aberto e oficial durante a Comuna e a Terceira República. Em sua honra foram erguidos grandes monumentos, dando destaque sempre à figura feminina. Após as voltas e reviravoltas nas mãos de vários segmentos políticos, a figura feminina da República libertária, deixou de ser um símbolo da nação francesa. A própria República não teve mais monumentos.

Porém, entre a sua ascensão e queda, a figura de Marianne teve que travar acirrada disputa com outros símbolos, que por sua vez representavam os vários segmentos sociais e em diferentes momentos do processo revolucionário. Lynn Hunt (2007), lembra: “Depois de gerações de controvérsias em torno da República e, em consequência de seu emblema, Marianne, a alegoria cívica feminina, não só foi aceita, mas também amplamente difundida na França [...]”. Convém salientar, que ao costume de representar a República, através de uma alegoria feminina não é oriundo da França, e sim da tradição greco-romana. Esta tradição foi que muito inspirou os revolucionários franceses em sua busca por uma tradição republicana, um referência antiga, e por que não dizer, universal. Os republicanos brasileiros de orientação francesa tinham, portanto, grande riqueza de imagens e símbolos para se inspirar.

A figura da “República-Mulher”, isto é, Marianne, representada no desfile cívico marapaniense de 1890, assim como a execução da Marselhesa, quando da adesão da Câmara de Marapanim, em 19 de novembro de 1889, devem ser tomadas como uma referência direta ao regime republicano, como forma de governo para o Brasil. Nesse sentido, Lafer (1989, p. 214) menciona “[...] até o século XIX, república, como forma de governo, contrapõem-se contra a monarquia, e foi assim que em nosso país, no século passado (XIX), a propaganda republicana contestou a legitimidade do poder de uma só pessoa [...]”. Logo, não por acaso, a alegoria feminina ocupou a proa do préstito<sup>907</sup>. Afinal, ela reunia, sob o patrocínio de seus raios doirados: as Armas do Brasil, um dos símbolos máximos da nação; o Progresso e o Trabalho; elementos indispensáveis para o engrandecimento de uma nação, dentro da perspectiva republicana. Elementos igualmente essenciais no projeto político de construção da identidade nacional brasileira pautada no novo regime.

---

<sup>907</sup> A exceção coube à posição ocupada pelo “Menino Índio” e o estandarte com a pintura da alegoria da República Mulher.

### 3.3.3 A tradição estatutária republicana francesa e a visita do governador Lauro Sodré a Marapanim no limiar da República

A manipulação do imaginário pelos republicanos, através do uso das imagens, não se restringiu aos desfiles cívicos. Por mais emblemáticos e atraentes que fossem eles eram fugazes, ficariam ou não marcados na memória das testemunhas oculares que, por sua vez, iriam decidir se contariam àqueles que não presenciaram a cena. Sendo assim, era necessária a construção de símbolos que fossem mais concretos, palpáveis e acima de tudo duradouros, carregados de fortes expressões que pudessem evocar sentimentos em favor da nação brasileira, nação republicana, como, por exemplo, os símbolos dos monumentos da França, a saber: o quadro em baixo relevo de François Rudé, gravado num dos pilares do Arco do triunfo da *Place de l'Etoile* (CARVALHO, 2007, p. 76). O monumetalismo republicano era um recurso e uma tradição bastante enraizada no organismo político francês, desde os primórdios do oitocentos. Como forma de propaganda e de pedagogia na República, foi em grande parte responsável pela formação do imaginário republicano no país (Idem). A França novamente serviu de inspiração para a elite política marapaniense pensar a edificação de um monumento.

Percebendo a importância dos monumentos os republicanos brasileiros, principalmente os positivistas, formados sob os *dogmas* da Terceira República Francesa, assim como os franceses, empenharam-se em construir no Brasil imponentes e importantes monumentos. Essas construções tenderiam a perpetuar, ou pelo menos tentar manter viva na lembrança, se não da totalidade, ao menos de certos segmentos da sociedade, laços de simpatia entre *Estado e sociedade*, que então se pretendia encastelar no coração dos brasileiros.

Pode-se dizer, então, que por tudo isso, por demonstrar formas de atrair as simpatias em favor da República, assim como angariar prestígio, Marapanim foi a “chave-de-ouro” da excursão de Sodré pelo Salgado entre agosto e setembro de 1893. O motivo que “serviu para realçar a importância de Marapanim na recepção que fez ao Sr. Governador, foi a inauguração de seu novo Paço Municipal”. Como essa “demonstração monumental de seu monumento”, Diniz Botelho e seus partidários puderam demonstrar o seu poder e prestígio junto aos seus concidadãos, aliados, adversários, assim como perante os sujeitos políticos de Belém.

No Brasil, o regime republicano, como lembra Valéria Salgueiro (2002), com suas novas funções políticas e administrativas de âmbito nacional e estadual, deu ensejo a uma série de reformas de prédios já existentes, assim como a construção de novos



(SALGUEIRO, (2002, p. 6).<sup>908</sup> Em se tratando das comunas espalhadas pelo vasto território da recém-instituída República brasileira, Marapanim deu um dos primeiros exemplos, em se tratando da construção de um espaço físico adequado para a acomodação das instituições republicanas. Acerca do antigo Paço Municipal de Marapanim, a matéria que narra a passagem de Chermont mencionou que os cômodos “não eram muitos, nem suficientemente espaçosos.” O que soa como um forte indicativo de que o mesmo, um prédio alugado e herança do período monárquico, não estava adequado para abrigar “funções tão nobre no novo regime” (Figura 16). Logo, novo regime, novas instalações condignas!

Sobre este prédio, erguido em um ponto estratégico da cidade, o jornal “O Marapaniense” comentou:

Aí está o Paço Municipal, quase acabado, esplêndido palacete erguido à Rua da Victória, o qual por si constitui um padrão de glória aos marapanienses [...] porque parece, podemos afirmar, é o primeiro edifício em seu gênero em todo o interior do estado do Pará, não só pela solidez e elegância de sua construção, como pela propriedade ao fim que é destinado<sup>909</sup>.

Tais referências positivas em relação ao prédio, que teve suas bases lançadas no final do ano de 1890, postas nesse jornal, não devem ser tomadas como ingênuas. Isso porque o mesmo era propriedade do coronel Diniz Botelho, que entre os seus feitos “mais notáveis” estava a renúncia de um ano dos seus vencimentos como intendente, no valor de 800\$000, fato ocorrido em 1º de dezembro de 1891. Além das doações de Diniz Botelho e do comerciante Domingos Antonio Pinto, que custeou as primeiras despesas da obra do Paço Municipal de Marapanim, segundo a história local, o “povo fez doação de tijolos, telhas, cal de sarnambi e casca de ostra” (CASTRO, 1998, p. 40). Iniciativas tomadas após a recusa do governador do estado, Gentil Bitencourt, em conceder um empréstimo no valor de 25.000\$000 contos de réis, O que certamente reforçou o caráter doutrinário em favor do regime republicano, que deveria ser exercido pelo prédio, construído em regime comunitário, em relação não somente aos transeuntes, mas também por todos aqueles que nele entrassem<sup>910</sup>.

<sup>908</sup> Salgueiro (2002, p. 6.) aduz que os prédios construídos nas primeiras décadas do regime republicano no Brasil, sobretudo aqueles que abrigavam repartições públicas, eram, em sua maioria ecléticos, haja vista que o neoclássico passou a ser associado a monarquia e a D. Pedro II.

<sup>909</sup> O Marapaniense, n. 003, de 1893, p. 1.

<sup>910</sup> Tal aspecto que norteou sua construção, isto é, o de ser erguido em parceria entre o chefe político local, e seus concidadãos foi um dos elementos mais evidenciados pelo historiador marapaniense Agripino Conceição por ocasião da reinauguração do mesmo prédio em 1993, quando completava o primeiro centenário de sua entrega oficial aos marapanienses. Todavia, a “restauração” efetuada ano final do século XX, que retirou o assoalho feito de madeira da maioria dos cômodos, e os soterrou, medida que comprometeu seu sistema de ventilação, provavelmente, pouco trouxe em seu bojo aspirações evidenciadas cem anos antes. Afinal, os atores não eram os mesmos, assim como o público, que, em sua maioria, continuava mais do que nunca, apático as simbologias e representações do regime republicano, apesar dos esforços empreendidos pelos propagandistas do final do século XX.

Figura 16 - Fotografia do Paço Municipal de Marapanim, quando de sua reinauguração, em 3 de setembro de 1993, ano em que completava seu primeiro centenário.



Fonte: Tiago Barros Ferreira.

Ao transpor as portas e adentrar nos salões do “esplêndido Palacete erguido a Rua da Victoria”, por exemplo, no dia da inauguração seus visitantes se defrontariam com uma biblioteca pública, que, por sua vez, contou com o empenho do mesmo Diniz Botelho. O jornal “A República”, por exemplo, veiculou durante vários dias a nota intitulada “Apelo Justo”, na qual se podia ler que Marapanim teria sua biblioteca municipal, sua inauguração deveria ser realizada no dia 3 de maio de 1893 “data do aniversário da descoberta do Brasil”<sup>911</sup>. Acerca do empenho de Botelho, assim como a importância que tal empreendimento, a referida nota aludia:

Possuído do salutar empenho de dotar o torrão que lhe foi berço de tão bela quanto profícua instituição, o Tenente-coronel Diniz Botelho, presidente da Intendência Municipal desta aprazível localidade, recorre, por nosso intermédio, ao público paraense, solicitando o apoio necessário para que a sua ideia seja coroada do êxito almejado

Justo e louvável como é a aspiração do benemérito cavalheiro, fazemo-nos eco dela, esperando que esse apelo seja correspondido<sup>912</sup>.

<sup>911</sup> A República, 09/03/1893, p. 1.

<sup>912</sup> Idem.

Por fim, mencionava que receberiam “qualquer dádiva de livros”, e as remeteriam ao seu destino, assim como o nome do cavalheiro que os ofereceu <sup>913</sup>. Como de fato o fizeram, como a remessa do sr. dr. Alexandre Vaz Tavares, diretor geral da Instrução Pública, que “correspondeu gentilmente ao apelo, enviando uma dádiva”, pela qual o ‘A República’ agradecia em nome da mocidade estudiosa de Marapanim<sup>914</sup>. Entre as obras enviadas, constavam: Poesias, de Alvares de Azevedo; Poemas, de Alexandre Herculano; Uma Viagem de Macapá às Ilhas de Fora; de autor não mencionado; Poesias, de Francisco Gomes de Amaorim; These, dr. Alexandre Tavares; Orquídeas, de Eustáquio de Azevedo; Obras, de Virgílio. Figuravam algumas escritas em francês: *Histoire de la Cicilistatroa*, de J. Crezals; *Preccis d’Hygiene*, de J. Crezals; *Annuaire de la Jeunesse*, de H. Vubert; *Cours de Giographie*; *La mire et l’Enfant*, de Docteur A. Corre; *Physiographie*, de Cortambert; *Le Lendemain de La Mort*, de L. Guguier; *Dictionnaire Classique Universel*, de Bernar. Além destas, constavam também obras de personalidades ligadas ao movimento republicano brasileiro, como, por exemplo: *Memórias e Viagens*, de Silva Jardim; *Discurso*, de Quintino Bocayuva.

Seguindo essa linha republicana, não poderiam faltar obras que versassem diretamente sobre o movimento republicano no Pará, como: *A ideia Republicana no Pará*, *Manifesto do Club Republicano do Pará*, de Lauro Sodré e *Estatuto do Club Republicano do Pará*, para o qual certamente Sodré também deve ter contribuído. A remessa dessas últimas obras demonstra mais uma vez que se pretendia construir laços de afeição entre “a mocidade estudiosa de Marapanim” e o regime republicano. Isso se daria a partir do momento em que aquela tomasse conhecimento das lutas empreendidas pelos “heróis republicanos”, principalmente em solo paraense.

Entretanto, a instalação da Biblioteca Pública de Marapanim não pôde ser realizada no dia 3 de maio de 1893, como propagado pela imprensa governista. Com o título “Biblioteca de Marapanim”, em uma nota de 6 de maio de 1893, informava que por não ter sido possível a instalação dessa “criação do Conselho Municipal daquela vila, por não estarem terminadas as obras do Paço”, o digno intendente coronel Botelho teve que adiar a instalação para o mês de junho próximo. Acerca das doações, mencionava que eram inúmeras as ofertas que já haviam sido feitas por diversos cavalheiros à nova Biblioteca<sup>915</sup>. Se a biblioteca foi instalada no mês de junho, como previsto pela segunda vez, não foi encontrada nenhuma nota sobre o fato. O certo é que o Paço municipal de Marapanim, edifício que a abrigaria, teve a sua instalação efetuada somente no início do mês de setembro de 1893. Coincidência ou não, sua inauguração se efetuou por ocasião da passagem de Sodré por aquela localidade.

---

<sup>913</sup>Folha do Norte, 31/01/1896, p. 2. Menciona que a biblioteca municipal de Marapanim fora enriquecida com valiosas ofertas de livros feitas pelo ilustre sr. dr. Manoel Barata.

<sup>914</sup>A República, 19/03/1893, p. 1.

<sup>915</sup>A República, 06/05/1893, p. 1.

Após situar o “leitor benevolente” acerca do panorama da belíssima baía onde está assentada Marapanim, mencionando que uma vez dentro dela, parecia fechar-se completamente, formando um círculo de mata verde-negra, ao que dava a grata ilusão de se acharem em um lago incomunicável com o mar, o correspondente do “A República” passou a comentar os aspectos que envolveram a estadia de Sodré na terra do coronel Diniz Botelho. Efetuado o desembarque, o governador e sua comitiva foram hospedar-se em uma casa expressamente preparada para esse fim, situada em frente à Praça Principal. A praça estava caprichosamente decorada, tendo ao centro um arco triunfal, por onde deveria passar o ilustre visitante e sua comitiva. Durante a noite, os visitantes tiveram o prazer de ver a praça toda iluminada, o que encantou aqueles que estavam nas embarcações fundeadas na baía. Quadro que foi completado pela execução de “sons harmoniosos de trechos musicais” executados pela filarmônica que percorreu a praça. Completando essa encenação do primeiro dia, o governador recebeu em visita os principais cidadãos do lugar, assim como grande multidão, que os acompanhava com o intuito de saudá-lo.

Na manhã do dia seguinte, isto é, dia 3 de setembro de 1893, pelas nove horas da manhã teve início o ato solene de inauguração do edifício, que se não fosse o primeiro, do interior do estado em seu gênero, se não em extensão, ao menos em elegância. A distinção entre a classe dirigente e a classe dirigida foi notada pelo articulista, ao mencionar que o salão achava-se repleto de senhoras e cavalheiros, enquanto que na rua se acotovelava e apinhava as janelas de gente do povo. O intendente Diniz Botelho abriu a sessão, para fazer sentar na cadeira de presidencial o governador Lauro Sodré, que foi recebido na antessala por uma comissão especial, com todas as formalidades que o ato requeria.

Diversos cidadãos fizeram uso da palavra, sendo os mais notáveis o distinto poeta, dr. Fernandes Bello, e o ilustre cônego Raymundo Wlisses Pennafort (1894, p. 10).<sup>916</sup>. O orador

---

<sup>916</sup> O cônego cearense Raymundo Ulisses Pennafort, conhecido *sacerdote católico* atuou na região do *Salgado Paraense* durante o período estudado, ocupou inclusive cargos proeminentes na Igreja paraense e é autor de inúmeros trabalhos literários, pelo que se destacou no círculo letrado de seu tempo. Em Bragança, chegou a fundar um instituto de educação que levou o seu nome. Ocupou cargos na Sé paraense após a morte de Dom Macedo Costa. Entre os seus trabalhos literários temos: *A Igreja Catholica e a Abolição*, *O Novo Morto Imortal ou Apostolo d'Amazônia: Dom Antonio de Macedo Costa* e outros, como *Dados Históricos e biográficos de Marapanim*, obra lançada por ocasião de inauguração do Paço de Marapanim. O discurso de Pennafort proferido em Marapanim durante a sessão magna no salão nobre do novo Paço Municipal, presidida por Sodré, deu origem à obra intitulada: *Cenontologia ou Ensaio de Sciencia e Religião*. Ao expor suas idéias em *Cenontologia*, Pennafort defende que todo o período de efervescência proporcionado pelo *progresso das ciências*, como os avanços nas ciências biológicas, físico-químicas e também nas ciências sociais, que estavam sendo vividos pela humanidade, não podiam ser explicados usando somente os meios palpáveis, ou seja, através do *materialismo-cientificismo*, e sim por Deus, pois em seu entendimento toda a inteligência humana é emanada de Dele. Contrapondo-se, dessa forma, ao pensamento da maioria dos intelectuais da segunda metade do século XIX, como Rennan, que em *O Futuro das Ciências*, prega a crença absoluta nas conquistas das ciências, em detrimento da perspectiva religiosa como um todo, e do cristianismo em particular. Porém, Pennafort usa passagens das obras desses autores para exemplificar a sua opinião e dar consistência em sua tese (PENNAFORT, 1894, p. 10).

oficial do ato foi o juiz de direito da comarca de Cintra, dr. Aristides de Moraes. Este, em termos fluentes e agradáveis, após cumprimentar o benemérito visitante, passou em revista a história de Marapanim, desde a sua fundação, na antiga fazenda jesuítica chamada Bom Intento, até aquela data. Relembrou durante o discurso o nome do benemérito fundador de Marapanim, o venerador sacerdote católico padre José Maria do Valle, cujo busto respeitável ali se achava em rica moldura, ocupando o lugar de honra. No alto de todas as quatro paredes liam-se as datas mais celebres, não só da história local, como também da nossa história pátria. Ou seja, datas como 12 de outubro de 1862, de fundação de Marapanim; 4 de março de 1874, elevação à categoria de Vila; e, sem dúvida, 15, 16, e 19 de novembro de 1889, que assinalam a instauração da República brasileira, sua adesão à causa republicana pela Câmara de Belém e pela Câmara de Marapanim, respectivamente. Mais do que nunca, Marapanim tomava parte e se integrava ao ciclo republicano através de sua história, entrelaçada com a da nação brasileira, nação republicana.

Todo esse conjunto de datas, símbolos da integração nacional, que estava no interior do novo Paço Municipal da Intendência de Marapanim, era reforçado por outras alegorias externas, astutamente dispostas entre si, de modo que os transeuntes poderiam vê-las e contemplá-las. Construído em estilo eclético, com predominância das linhas neoclássicas, talvez por ser um prédio de transição, o prédio construído para a sede administrativa de Marapanim possui várias referências que remetem ao ideário republicano francês, modelo de república tomado pelos positivistas.

Entre as simbologias estão em alto relevo, no plano inferior da parte, três Barretes frígios; intercalados por duas estrelas, estas podem muito bem serem interpretadas como a representação do “Progresso”, e aqueles simbolizam a liberdade, segundo o ideário romano. Nas nove janelas da lateral direita, estão as efígies de leões, símbolos da força, da revolução, do Estado, sugerindo que a revolução republicana ocorrida no Brasil, para o seu desenvolvimento, precisava de um Estado republicano forte, que debelasse qualquer força contrária que viesse contra si. Acima destes, fora disposto um número significativos de Audi, ícone da união, divididos em sete retângulos. Ao que se pode inferir, que os mesmos Audi’s pretendem representar a união entre os três símbolos aludidos a norte, como o Brasão das Armas Nacionais também posto em alto relevo, distintivo usado oficialmente para representar o Brasil republicano junto às nações estrangeiras. Este comporta em seu interior estrelas que representam os estados que formam a união federativa em torno do regime republicano brasileiro, traduzido na inscrição “República dos Estados Unidos do Brasil, 15 de Novembro de 1889”. Símbolos que constam a seguir (Figura 17a-e).

Figura 17a-e – Elementos simbólicos no Paço Municipal da Intendência de Marapanim.



a) Barrete frígio.



b) Estrelas.



c) Efígie de leão.



d) Frontispício do Paço de Marapanim, em destaque o Brasão das Armas Nacionais.



e) Conjunto de Audi - união de círculos que representam a união.

Encimando o frontispício, encontra-se a mais importante de todas as representações alusivas ao regime republicano, o imponente, porém maternal busto de Palas Atena ou, para os franceses, Marianne. Esta, revestida com sua couraça de onde pende um broche com a efígie de Medusa, parece dominar as demais alegorias presentes em todo o conjunto arquitetônico, inclusive o Brasão das Armas do Brasil, que está logo abaixo. Essa disposição é um tanto sugestiva se for cruzada com o enredo proposto e executado pelos artistas republicanos marapanienses, sobretudo ao saberem que a execução da obra, desde o projeto apresentado, esteve a cargo de Martinho Gomes Belfort<sup>917</sup>, membro da comissão diretora do mencionado Club. Isso porque a nação brasileira, traduzida pelo escudo de Armas, somente alcaçaria o progresso, amplamente difundido pelos positivistas; representado pelas estrelas, se o Estado brasileiro; representado pelos leões, símbolo da força e da liderança, guiasse o povo, ou seja, os cidadãos libertos, manifestados a partir do barrete frígio, o que geraria o fortalecimento da nação brasileira, sugerido a partir dos audi's, então sob os auspícios da do regime republicano, personificado na figura de Marianne. Grosso modo, sugerindo que todas as nações deveriam ter como forma de governo o regime republicano.

<sup>917</sup> Acerca desta última informação, agradeço infinitamente a minha avó, Ruth Oeiras Botelho Ferreira, com quem tive longas conversas sobre esse prédio. Lembrava que Belfort foi seu padrinho de casamento.

Em análise detalhada do busto marapaniense, obtida pelos que têm a oportunidade de chegar ao alto do prédio e contemplá-lo de perto, Vê-se que tem incrustado ao centro da couraça um medalhão retratando a fronte de Medusa<sup>918</sup> (Figura 18), semelhante ao encontrado na alegoria de República pintada por Manoel Lopes Rodrigues (CARVALHO. 2007, p. 85). Porém, ao contrário desta, está desprovida do barrete frígio, sendo em seu lugar posto um elmo. A ausência do barrete frígio não é um caso específico deste busto. Em representações até mesmo francesas, como visto no tópico anterior, tornou-se comum, principalmente durante a Terceira República, ao substituí-lo por uma auréola formando raios solares, semelhante a encontrada na estátua da cidade de Nevo York, associada ao radicalismo.

Figura 18 - Busto da alegoria republicana no Paço Municipal de Marapanim – a República Mulher, personificada em Marianne.



Bustos, estatuetas e gravuras, personificando a República em Marianne similar ao de Marapanim espalharam-se pela França, sobretudo no sul, gerando o que Agulhon chamou de *marianolatria*. Fato que obrigou o governo a incentivar o culto à virgem Maria. O culto a Marianne ganha sua maior expressão na *Lettre a Marianne*, de Felix Pyat, na qual se lê: “Para nos republicanos proscritos, [...] tu és tudo, refúgio, cidade, lar, nossa família, nossa mãe, nosso amor, nossa fé, nossa esperança, ídolo ao qual sacrificamos até nossa memória, ideal para o qual vivemos e morremos felizes”. A *lettre* termina com uma “Ave Marianne”: ave Marianne, cheia de força, o povo é contigo, bendito é o fruto de teu ventre, a República [...]”<sup>919</sup>.

<sup>918</sup> Ao longo das leituras, descobrimos que Marianne é a adaptação simbólica francesa da deusa Atena, protetora da república ateniense, também utilizada pelos romanos para representar sua fase republicana. A efígie de Medusa, assim como o barrete é um de seus símbolos.

<sup>919</sup> Idem.

Talvez fosse exatamente essa *força protetora de mãe*, transmitida pelo busto, que parece cantar a Marselhesa, mesmo com a aparente altivez, que seus idealizadores tentaram repassar para quem o olhasse de determinados ângulos da antiga Praça Bom Intento em Marapanim, visto que o palacete está localizado em um ponto estratégico da cidade: no antigo centro econômico, e também principal porta de entrada para aqueles que chegam pelo mar (Figura 19). O que era reforçado ainda mais, pelo fato de que o prédio abrigava a sede do poder administrativo local e servia também para as sessões do júri, que expressavam forte poder simbólico, onde as pessoas deveriam buscar confiança e conforto, na esperança de verem seus problemas resolvidos de forma imparcial pelas autoridades competentes. Essas instituições, segundo o ideário republicano pregado pelos mais ferrenhos defensores, em tese deveriam repassar confiança e conforto para as pessoas, sobretudo para as massas populares, que as procuravam para servir de mediadores em determinadas questões. O que de fato nem sempre ocorria. Toda essa representação estatutária, a partir de então, passou a rivalizar em Marapanim com a imponente igreja matriz de Nossa Senhora da Victória, padroeira local, que assim como Marianne, é de origem Francesa. Nesse momento República Mulher em Marapanim teve as atenções do povo que buscava auxílio, algo que não mais seria oferecido somente pela Igreja, ou melhor, pela Virgem das Vitórias.

Figura 19 - Paço Municipal de Marapanim – janeiro de 2015. Seu atual estado de abandono certamente não reflete a memória do regime republicano que deveria inspirar o povo.





Os defensores do republicanismo do Norte do Brasil, sobretudo os positivistas paraenses, percebendo a importância da figura feminina, mandaram construir um monumento no centro da cidade de Belém, no qual a figura de Marianne *não* é uma simples alegoria, e sim o principal elemento de todo o conjunto alegórico, tal como no caso marapaniense. Ao contrário dos monumentos erguidos a Benjamin Constant e Floriano Peixoto encontrados no Rio de Janeiro, e a Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, analisados por José M. de Carvalho, cujas figuras alegóricas centrais são as referidas personagens, o que leva Carvalho a inferir que a representação feminina da República – *Marianne*, quer dizer, de forma positiva, não alcançou o mesmo grau de difusão no Brasil, se comparado à França. No entanto, ela existiu e merece ser mais bem estudada fora do eixo Sul-Sudeste do país, onde se concentram as pesquisas deste autor, que desconsiderou, talvez por desconhecer, o monumento belenense pensado pelo italiano Michelle de Sansebastiam, construído anteriormente aos monumentos do Sul do país.

Sendo assim, o monumento à República de Belém e busto que encima o Paço Municipal de Marapanim, tornam-se casos exemplares na construção nesse contexto pedagógico que tencionava favorecer o fortalecimento das instituições republicanas no nascente cenário político nacional, sobretudo quanto ao uso da figura de *Marianne*. Não se pode esquecer que o Paço de Marapanim torna-se ainda mais relevante dentro de tal pedagogia política, pelo fato de ter suas obras iniciadas em outubro de 1890, ao contrário do monumento à república de Belém, que teve suas bases lançadas somente em novembro de 1891. Portanto, os republicanos de Marapanim, como o seu *catecismo republicano a céu aberto*, saíram à frente dos republicanos da cidade de Belém em sua propaganda republicana, objetivando o não esquecimento da República e de seus protagonistas entre o povo<sup>920</sup>.

Mesmo que se diga que o *povo saia às ruas para prestigiar as instituições republicanas*, e ainda que fossem utilizados todos esses símbolos para formar uma consciência e, principalmente, uma alma republicana, os positivistas brasileiros não foram capazes de incutir *no coração do povo* um símbolo que *identificasse* o novo governo. Ao contrário do que ocorreu na França, as massas populares não participaram da queda do regime monárquico. Logo, o que motivava o povo a participar dessas ocasiões festivas no limiar da

---

<sup>920</sup> Na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, foi inaugurado um monumento em 15 de dezembro de 1889, no qual estão presentes referências ao advento do regime republicano no Brasil. Todavia, como lembra Alves, A Coluna da Liberdade, nome dado ao monumento em questão, foi pensado para celebrar a assinatura da Lei Áurea, em 1888, e não para evocar a memória republicana. Se esta se fez, deveu-se ao momento político de transição, quando outro grupo assumiu o poder. Nessas circunstâncias, o Paço Municipal de Marapanim, um quadrado de 10 metros de lado, dividido em oito compartimentos, classificado pelo governador Paes de Carvalho como um bonito edifício que se aconselha como modelo para as intendências do interior, por ser amplo, bem arejado, alto, mobilhado com simplicidade e alegre; foi o primeiro, ou um dos primeiros monumentos erguidos para perpetuar a memória do regime republicano no Brasil.

república, poderia ser o fato de elas serem convidativa. Isso porque elas possuíam uma beleza impar, ou melhor, um enredo, que remetia a um forte sentimento religioso-católico, que, por sua vez estava ligado à velha instituição monárquica brasileira. Outra possibilidade, desse *não sucesso* dos símbolos franceses, ou melhor, as representações evocativas a República, enquanto regime político entre nós, reside no fato de que elas foram caindo gradativamente no esquecimento. Em Marapanim, por exemplo, no ano de 1901: *'Ninguém se apercebeu aqui do 14 de julho, a gloriosa data francesa, que é toda uma epopéia revolucionaria cujos benefícios os povos livres estão passando'* <sup>921</sup>.

---

<sup>921</sup> Jornal Folha do Norte, 01/08/1901, p. 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pretenderem fazer a “interiorização da República” na região do Salgado Paraense, os republicanos ditos radicais, assim como os democratas, que formavam situação e oposição, respectivamente, estabeleceram entre si uma disputa que fez uso tanto de aspectos ideológicos quanto da força física. Foi na esperança de percorrer cada meandro desse jogo político passado nessa região do estado do Pará, que foram analisadas fontes históricas compostas, em sua maioria, de notas veiculadas pelas folhas de periódicos que davam sustentação a esses partidos litigantes, assim como as ditas neutras. Somam-se a elas, fontes de outras naturezas produzidas pelos agentes envolvidos, que também proporcionaram informações importantes para a construção desta dissertação, como obras raras, imagens de monumentos históricos, telas representando acontecimentos que retratam o momento vivido.

A análise obtida a partir delas, em seu conjunto, permitiu perceber que a instauração da República nessa região, que possuía diretórios dos clubes republicanos ante de 1889, não pode ser explicada somente pelo ato proclamador, tampouco pelas ações que antecederam ao golpe de Estado de 1889. Assim, as abordagens que foram apresentadas ao longo desses três capítulos levaram em consideração o estudo do processo que envolveu impasses, dilemas, negociações, representações simbólicas e conflitos ligados às disputas político-partidárias ocorridas no final do século XIX e início do século XX. O que corrobora as considerações de Farias sobre a construção da República no Pará entre 1886 a 1897.

Viu-se que apresentar e fortalecer o projeto político republicano no Salgado, mesmo após o advento da República brasileira, não foi uma tarefa tão fácil para os republicanos históricos, ainda que a tenha contado com a adesão de certos segmentos das elites políticas locais, principalmente de ex-conservadores. Tendo em vista que, na mesma intensidade que a Junta Governativa enviava seus plenipotenciários, como os primos Gonçalo e Bartholomeu, para conseguirem adesões para a base governista, os democratas, em sua maioria ex-liberais, faziam o mesmo. Esse quadro de disputas, analisados a partir das fontes consultadas, intensificou-se principalmente depois que a Câmara de Belém foi dissolvida e empossada em seu lugar um triunvirato que atendia aos anseios do novo governo. Este fato, adquire valor simbólico relevante por ser a da capital, de onde partiam as determinações rumo aos interiores.

Essa situação fez com que aqueles que foram deslocados do poder de mando, decidissem pela criação de diretórios de sua agremiação político-partidária nas localidades do interior. Neste sentido, o Partido Republicano Democrático foi o primeiro e mais atuante partido de oposição formado no norte do país. Essa pujança, que por vezes foi anunciada nas

folhas do “O Democrata”, fez com que o governo tivesse motivos especiais para conter o seu avanço, o que de certa forma era uma questão decisiva para o controle da região amazônica.

Constituídos os diretórios na capital e nas localidades do interior, em especial no Salgado paraense, os dois principais partidos políticos – o PRP e o PRD – passaram a se preparar para o futuro pleito eleitoral, que colocaria o país dentro da legalidade constitucional. A eleição ocorreu, e teria revelado supostas arbitrariedades provocadas tanto pela situação quanto pelos grupos oposicionistas, ao menos era o que ambos os grupos veiculavam através de seus órgãos de imprensa, principais veículos de produção e circulação de opiniões do período analisado. Acerca da importância da imprensa no jogo político, a tese gramsciana lembra que o Estado é uma relação social em que as agências privadas (tais como jornais, partidos políticos, Igreja, escola etc.) que operam dentro da sociedade civil, são espaços de produção de hegemonia. O certo, porém, é que a chapa governista triunfou, legando à oposição uma derrota que certamente contou com a participação dos delegados de polícia empossados nos primeiros meses de 1890, depois de prováveis sublevações atribuídas aos ex-ocupantes dos cargos.

Se não foi possível aos democratas participar da elaboração da Constituição Nacional promulgada em 1891, restava-lhes pleitear participação na estadual. Alguns dos sujeitos alijados do poder passaram a formar uma oposição que pleiteava uma reviravolta, de modo a lhes serem restituídos os antigos postos de mando. Para tanto, não mediam esforços, inclusive o de pegar em armas contra um governo, que estava em meio ao processo constitucional em nível estadual. Durante esse novo processo eleitoral, outros tantos incidentes envolvendo os dois partidos supramencionados, além de outras agremiações políticas de menor expressão, porém, não desprezíveis, ligadas à Igreja Católica, tomaram feições que indicavam e acentuavam os tortuosos caminhos que conduziram à Revolta de 11 de Junho de 1891. Governistas e oposição, na sua maioria travestidos em republicanos de última hora, pareciam não ter esquecido os antigos ranços da política monárquica, vivenciados, sobretudo, nos períodos que precediam e sucediam os pleitos eleitorais.

Esse episódio beligerante, que teve sérias consequências envolvendo a elite política do Salgado, explodiu em meio à abertura da Constituinte estadual, que assim como a nacional, não contou com a participação dos democratas, coligados com os católicos na formação da União Patriótica. O cruzamento de determinadas fontes possibilitou entrever que esse movimento sedicioso liderado por Veiga Cabral foi o ápice de um longo processo de disputas envolvendo conservadores e liberais, transvertidos em líderes proeminentes dos partidos republicanos. Tal assertiva levou em consideração algumas fontes produzidas inclusive num

período anterior ao advento do novo regime, que demonstram litígios envolvendo esses mesmos sujeitos, que também foram chamados de “republicanos frescos”.

Alguns desses sujeitos que faziam parte da elite política do Salgado ostentavam orgulhosamente suas patentes da Guarda Nacional, algo que certamente lhes imprimiam distinção numa sociedade formada sob a égide do regime monárquico, ou seja, numa sociedade que valorizava os títulos honoríficos, como o coronel de Marapanim Diniz Henrique Ferreira Botelho. Soma-se a isso, o fato de ela ter saído há pouco tempo de um sistema escravocrata que distinguia livres e escravos. Afinal, muitos dos nossos coronéis possuíam alguns escravos, que geralmente deveriam atender suas necessidades domésticas no meio urbano. Diz-se no meio urbano porque, ao contrário da região nordeste do Brasil, local de maior concentração de estudos envolvendo os mandões locais chamados comumente de “Coronéis”, no Salgado Paraense esses “mandas-chuvas” eram funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes de secos e molhados, e não donos de grandes extensões de terras produtivas. Ocupações que certamente, além das relações familiares, influenciavam na hora de barganharem votos “conduzidos no cabresto para seus currais eleitorais”, como demonstrou o estudo prosopográfico que reuniu dados de suas vivências políticas desde a década de 1860.

Passados os primeiros anos de pugna entre os membros do PRP e PRD, que tentavam cada um imprimir a sua versão acerca da Revolta de 11 de Junho, posteriormente “sacralizada pelos democratas, assim como o seu líder”, porém, tida pelos governistas como um episódio insano que pretendia manchar o solo paraense com sangue irmão, as cizânias passaram a ser entre PRP e PRF. Essa nova fase de disputas foi iniciada explicitamente aos olhos do público a partir da cisão do PRP, em 1897. Entretanto, sua motivação não foi mais pela estabilização das instituições republicanas, e sim pelo controle político-oligárquico.

Guiados a partir de então pelos dois principais líderes da política paraense – Lauro Sodré e Antonio Lemos – de quem herdaram as alcunhas de lauristas e lemistas, os líderes políticos do Salgado deram ao Pará brilho em um dos períodos mais conhecidos da política brasileira, chamado “Política dos Governadores” ou “Política dos Estados”. Período no qual o Congresso Estadual, capitaneado por Lemos, aplicou largamente a “degola” contra os candidatos indesejáveis, que por algum motivo foram reconhecidos pelos Conselhos de Intendência de suas localidades, fato que gerava novos conflitos, visto que, em muitos casos havia membros da oposição entre os pares dos conselhos de intendência.

Permeando esses conflitos, que envolveram diretamente confrontos físicos e outras estratégias políticas que marcaram o processo de consolidação do regime de governo republicano no Brasil, estavam também disputas por meio do uso de simbologias, tanto pelos

membros do PRP quanto pelos do PRD. Os brados de combate copiados da Marselhesa, como: “Avante cidadãos!”, e o próprio hino revolucionário francês, que se fez ouvir pelos “povos do Salgado”. No que se refere aos agentes governistas, o uso desse hino “que sintetizava todas as revoluções”, ele ecoou em meio às adesões das Câmaras Municipais, como bem quis imprimir a carta de Bartholomeu Ferreira ao narrar a adesão da câmara de Marapanim. Ou ainda durante as visitas dos agentes governistas, sobretudo nas dos governadores, momento em que as elites políticas de todas as localidades percorridas, juntamente com o “povo sem rosto”, teoricamente deveriam prestar homenagens aos ilustres visitantes. Em contrapartida, recebiam benefícios, como melhoramentos materiais, símbolos do progresso propagado pelos ativistas republicanos. Afinal, a República não fez a sua interiorização somente pela força das leis e decretos governamentais, tampouco se valendo das armas e da força física.

Pelo lado dos democratas, o vamos perceber, por exemplo, quando o povo é conclamado a lutar em defesa da honra da República, supostamente vilipendiada pelos delegados de polícia que queimaram a bandeira republicana em meio a vivas à monarquia ou, ainda, quando da “sacralização” de Veiga Cabral e de seu movimento sedicioso contra os agentes governistas. Afinal, as fontes sopesadas demonstraram que o programa político dos democratas, em seu conjunto, não lutava em favor da restauração monárquica. Ainda que tenham ecoado vozes nesse sentido, no máximo defenderam o sistema parlamentarista. Denotando, assim, que em meio a esses debates, as próprias disputas simbólicas afloraram como recursos importantes para estabelecer quem seriam os donos do poder na República. Por isso, muitas vezes apelaram para as comemorações cívicas e para a produção e reprodução de símbolos, como caminhos para a construção do consenso acerca do novo regime, entre os iniciados e aprendizes e o povo, sempre sem um rosto que o diferenciasse da multidão.

O imaginário criado deveria substituir o existente, ainda que deste fossem “aproveitados certos aspectos”. Os novos símbolos, com seus heróis nacionais republicanos ou republicanizados eram retratados e valorizados durante as visitas dos agentes governistas que pretendiam intuir no coração e na mente do povo afeições ao regime por eles então defendidos. Para tanto, usaram diversos artifícios, que incluíam além dos discursos proferidos em ocasiões específicas, como as procissões cívicas, nas quais eram apresentadas alegorias que tinham “média duração”, como os estandartes, flâmulas e faixas. Ou ainda algo mais duradouro, feitos com pedra e cal ou outros materiais mais consistente que pudessem dar formas às esculturas, ou mesmo aos prédios que deveriam abrigar os órgãos públicos. Espaços que perpetuassem não somente o regime republicano, e sim a memória de seus idealizadores.

No que se refere a essa arte estatutária, foi destacado o monumento erguido em comemoração ao Congresso Político do PRP de 1903, que perpetuou os nomes de seus idealizadores, assim como de seus convivas, cuja presença era imprescindível no sentido de que cabia a eles dar o apoio necessário para a realização dos planos pretendidos pelos políticos da capital, dos quais os políticos interioranos também dependiam para a manutenção de seus currais eleitorais. O que caracterizava, mais do que nunca, que os “vícios da monarquia”, tão detestáveis aos olhos dos propagandistas republicanos, não cessaram.

Entretanto, a arte de construir uma memória em favor da “República entrelaçada aos seus defensores” não se deu somente no início do século XX. Pelo contrário, ela se fez sentir tão logo a República foi instituída, inclusive na arquitetura dos prédios públicos do interior do estado do Pará, como foi demonstrado a partir do Palácio Municipal de Marapanim, construído entre os anos de 1890 a 1893. Ao longo de sua fachada há referências ao regime republicano, como a República-Mulher, personificada no busto de Marianne ou Pala Atena, que governa os demais símbolos, inclusive o Brasão das Armas Nacionais, demonstrando, assim, que o Brasil não era mais uma Monarquia, e sim uma República Federativa, exemplo para as outras nações. Esses métodos, apesar do brilho causado no momento vivido, ao que parece, nem sempre caíram no gosto do “povo sem rosto”, que quase sempre deveria assistir a tudo aquilo “bestializado”, sem saber o que de fato estava ocorrendo. No começo do século XX em Marapanim, por exemplo, uma nota mencionava: “ninguém se apercebeu aqui do *14 de Julho*, a gloriosa data francesa, que simboliza toda uma epopeia revolucionária, cujos benefícios os povos livres estão passando”.

Assim se fez a interiorização da República na região do Salgado paraense, pelos iniciados e aprendizes da vida política, que em sua maioria foram atraídos inicialmente pelos bons ventos do federalismo proposto pelos republicanos em sua luta contra a Monarquia centralizadora. Como o professor Francisco F. de Vilhena Alves, através de artigos intitulados “Melhoramentos Públicos – São Caetano de Odivelas”, divulgados em maio de 1890.

Nesses artigos eram citadas as necessidades de melhoramentos, que impediam a ampliação do progresso material dessa localidade amazônica. Esse estado de ostracismo, segundo esse vigiense membro de tradicional família local, fora provocado pelo regime monárquico, que tinha como base a centralização, que “enfaixava nas mãos de um só homem os destinos de toda uma nação”. Os recursos que seriam arrecadados pelo governo convergiam, quase que unicamente para a corte do Rio de Janeiro – cidade privilegiada, que se ataviava e fazia alarde de sua grandeza e prosperidade. Por agir dessa forma, o governo imperial era acusado e igualado a um abutre, que sugava o suor e o sangue das pobres

localidades do interior, que gemiam na miséria. Contudo, a sorte dos interiores tenderia sofrer reviravolta em meio à conjuntura política na qual foram escritos os artigos. Porém, o que mudou, foi o regime político de Monarquia para República. Mudança que se fez por meio da pólvora, amplamente usada tanto nos momentos festivos quanto nos enfrentamentos físicos, para sustentar e promover a permanência de grupos, havidos pelo poder de mando político, além daqueles que aspiravam a ele voltar ou ascender.

Ao apresentar esses pontos relacionados à história política da Primeira República no Salgado, além de uma crítica historiográfica, pretendeu-se proporcionar a abertura de novos caminhos para as pesquisas referentes às temáticas republicanas, apontando a necessidade de produções historiográficas mais críticas, quando comparada a trabalhos de historiadores locais, que apenas citam os fatos ocorridos, sem se preocupar com a crítica histórica. Soma-se a essa preocupação, a de que, por confiarem-se, muitas vezes, apenas “em suas memórias”, os historiadores locais não procuram fontes primárias, o que, além de provocar a não referência, ocasionou alguns equívocos, que provavelmente foram desfeitos. Preocupou-se, também, em demonstrar aos atuais e futuros habitantes do recorte espacial analisado, isto é, do Salgado paraense, ou ainda aqueles que queiram conhecer sua história política nesse período, que seus sujeitos políticos não estavam ao largo dos acontecimentos da vida política nacional, se forem comparados aos do Centro-Sul do país.

Destarte, neste estudo sobre o processo de estabelecimento do regime republicano no Salgado paraense, infere-se que a República, manifestada em vários setores da sociedade e que de alguma forma estava relacionado às concepções de ciência e modernidade que vigoraram no Brasil na virada do século XIX para o XX, não trouxe grandes mudanças em seu quadro político e em suas ações, quando comparada à Monarquia. Em outras palavras, apesar do novo regime ter prometido combater os vícios atribuídos ao regime monárquico, isso não foi de todo atingido, haja vista que os agentes ligados às agremiações político-partidárias republicanas permaneceram os mesmos, sobretudo quando se trata dos interiores, salvo pequenas mudanças. O povo continuou sem rosto, ou melhor, não teve participação decisiva nos acontecimentos, aparecendo muitas vezes como expectadores nas solenidades realizadas ou em uma data cívica. Mudou-se apenas de roupa, enquanto que o corpo permaneceu o mesmo. Mudou-se de regime, mas os mercadores da política continuaram a mercadejar vantagens para os seus, de modo que sempre delas pudessem obter bons resultados. O “defeito” não estava, portanto, no regime monárquico, e sim nos monarquistas, que em algum momento se tronaram árdus defensores da pureza da República.



## FONTES DOCUMENTAIS

### OBRAS RARAS:

#### a) **Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna. Belém, CENTUR.**

ANNAIS da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Tomo IX, p. 679-678 1916.

CARVALHO, Antonio de. **O Congresso Político de 1903**. Belém: Sessão de obras d'A Província do Pará, 1904.

UM DEMOCRATA [Américo Santa Rosa]. **Os sucessos de Junho**: o último motim do Pará. 1. ed. Belém: Tavares Cardoso e Cia., 1891.

PENNAFORT, Raymundo Ulisses. **Cenontologia ou ensaio de sciencia e religião**1. 1. ed. Belém: Tavares Cardoso e Cia., 1894.

BAENA, Manoel. **Informações Sobre as Comarcas da Província do Pará**. Organizado em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça, de 20 de setembro de 1883 por Manoel Baena. Director da 2ª Secção da Secretaria da Presidência da mesma província. Belém: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1883.

#### b) **Biblioteca Pública de Marapanim Abílio Neves**

CASTRO, Joaquim Amoras. **Noções da História de Marapanim**. 1. ed. Belém: Sagrada Família, 1998.

CONCEIÇÃO, Agripino Almeida. **Marapanim - reconstituição histórica cultural mística e chistosa**. 1. ed. Belém: Graf Norte, 1995

GRANDE ENCICLOPÉDIA Brasileira Ilustrada. v. IV; (J - N). São Paulo: Obelisco, 1976.

#### c) **Biblioteca Pública de Castanhal**

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2.v. Belém: Belém: UFPA, 1973.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém (significado histórico de suas denominações)**. Rio de Janeiro: Gráfica Lux, 1970.

CRUZ, Ernesto. **Historia do poder legislativo do Pará de 1835 a 1930**. 1.v. Belém: UFPA, 1968

MEIRA Filho, Octavio. **A primeira República no Pará. Desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1889**. Belém: Falângola, 1981.

**d) Acervo particular do autor**

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. 3.ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

**e) Arquivo Público do Pará**

ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ. Mandado organizar por S. Ex. Sr. Dr Augusto Montenegro Governador do estado/oito annos de governo (1901-1903). Paris: Impremerie, 1903

CRUZ, Ernesto (Org.). Annais do Arquivo Público do Pará. Belém: Typ. Instituto Lauro Sodré, 1916.

**f) Atas diversas**

LIVRO DE ATAS da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora da Victória do Rio Marapanim. Marapanim: [s.n.t.].

ACTA DA SESSÃO Extraordinária do dia 19 de novembro de 1889.

LIVRO DE ATAS da Câmara do Senado do Estado do Pará, 1897-1901. Fundo Legislativo. Série Atas. Encadernado: 29.

**Ano de 1901:**

5ª Sessão Ordinária, realizada em 9 de fevereiro de 1901.

9ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 1901.

15ª Sessão Ordinária realizada em 22 de fevereiro de 1901.

24ª Sessão Ordinária realizada em 10 de setembro de 1901.

38ª Sessão Ordinária realizada em 30 de setembro de 1901.

**Ano de 1903:**

3ª Sessão Ordinária, ocorrida em 11 de setembro de 1903.

LIVRO DE ATAS do Club Republicano do Pará - 1886-1889.

Acta da Sessão de 18 de abril de 1886, p. 2.

Ata da Sessão de 17 de junho de 1886, p. 18-19.

Ata da Sessão de 30 de junho de 1886, p. 13.

Ata da Sessão de 31 de maio de 1886, p.2.

Ata da Sessão de 11 de abril de 1886, pp. 1-2.

**g) Relatórios de Presidentes de Província e Governadores de Estado**

PARÁ. Governo do Estado. (Governador do Estado (Paes de Carvalho). **Mensagem Dirigida ao Congresso do Estado em 7 de abril de 1899**. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1899.

PARÁ. Governo do Estado. **Relatório com que o governador H. Bacellar passou o governo do estado**, de 1891, p. 006.

**h) Paróquia de Nossa Senhora das Vitorias. Marapanim-PA**

LIVRO de Tombo, Ano de 1936.

**I) Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Villa Nova Del Rei de Curuçá-PA.**

LIVRO DE BATISMO da Paróquia de Nsa. Sra. do Rosário da Vila Nova Del' Rei de Curuçá, registro de batismo de Bartholomeu da Conceição Ferreira Botelho. 01/01/1860.

LIVRO DE BATISMO da Igreja de Nossa Senhora do Rosário da freguesia Nova D'El Rei. Registro de batismo de Diniz Henrique Ferreira Botelho. 11/08/1848.

**FONTES JORNALÍSTICAS:**

Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna, Belém, CENTHUR  
Sessão de Microfilmagens de Periódicos Extinto

Jornal A Constituição 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889.

Jornal O Democrata 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897.

Jornal Diário de Belém, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889.

Jornal Diário do Grão-Pará, 1890, 1891.

Jornal Diário de Notícias 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897.

Jornal Folha do Norte 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903.

Jornal O Liberal da Vigia. 1889.

Jornal O Liberal do Pará 18.

Jornal O Marapaniense. 1893.

Jornal A Província do Pará 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1892, 1903.

Jornal O Pará 1897- 1900.

Jornal A República 1886, 1887, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897.

Jornal República 1897, 1898, 1899, 1900.

## **REGISTROS CARTORIAIS**

CARTÓRIO Paranhos Gurjão. **Livro de Óbito**, n. 7. (antigo 05). Correspondente aos anos de 1910-1918. Óbito nº 40. São Caetano de Odivelas, pesquisado em 14 de agosto de 2014. Registro de óbito de João Rodrigues dos Santos.

CARTÓRIO Oacir Ferreira. **Livro de Óbito**, n. 6. Correspondentes aos anos de 1904 a 1906. Óbito 101 de 1904 menciona a rua “Cantídio Guimarães”. Maracanã.

CARTÓRIO do Único Ofício de Marapanim. **Livro de Óbito**, n. 3. Correspondente aos anos de 1910 a 1918. Marapanim-Pa. Registro de óbito de Herculino Antonio Bentes.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilkler Almeida; ILDONE, José. **Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”**: levantamento histórico. Vigia: Produção independente, 2008. p. 12.
- BAENA, Manoel. **Informações sobre as Comarcas da Província do Pará**. Belém: Typographia de Francisco Costa Junior, 1885, p. 7.
- BARATA, Manoel. **Formação Histórica do Pará**. 2. ed. Belém: UFPA, 1973. p. 348.
- BARATA, Manoel. **Formação Histórica do Pará: obras reunidas**. Belém: UFPA, 1973. p. 214-215.
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.
- BARROS, Haroldo de Oliveira. **A construção da República em Cameté (1889-1890)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. 3ª ed., São Paulo: Fulgor. 1968, p. 20.
- BOBBIO, Norbert. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília. EDUNB, 2010. 306p.
- BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República**: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: MEC 1954. p. 4.
- BORGES Ricardo. **O Pará Republicano 1824-1929**. Ensaio histórico série Arthur Vianna. Belém: Conselho estadual de Cultura, 1983. (Coleção Historia do Pará).
- BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. 2.ed. Belém: Cejup, 1986. p. 241.
- BOTELHO, Angela Vianna. Dicionário histórico. Brasil Colônia e Império. Belo Horizonte. Autentica 2008, p. 281-282.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das Trocas Simbólicas**. Introdução e organização e seleção Sergio Miceli. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre: **O Poder Simbólico**. 5.4d. Tradução Fernando Thomaz. 5ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha** (Belém 1870-1920). Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CARVAHO, José M. de. **A construção da ordem**: elite política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará. 1996.
- CARVALHO, Antônio de. **O Congresso Político de 1903**. Belém: Sessão de obras d’A Província do Pará, 1904. p. 9-10.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: EDUFRRJ; Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Positiva, 2012. p. 23.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p.229-250, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 22.

CARVALHO, José Murilo de. República democrática e Federalismo: Brasil, 1870-1891. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, nº 45, p.141-157, jan./jun. 2011, p. 143.

CASTRO, Celso. **Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, Joaquim Amoras. **Noções da História de Marapanim**. Gráfica e editora Sagrada Família. 2006.

CHARLIE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectiva. In.: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-54.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representação. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Geraldo Mártires Coelho. “O Pará, a Independência e o Império. In: FONTES, Edilza, J. O. (Org.). **Contando a História do Pará**. Belém: F-Motion, 2002. p. 218-119.

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo**: o monumento à República em Belém-1891-1897. Belém: Paka-Tatu, 2002.

CONCEIÇÃO, Agripino Almeida. **Marapanim-Reconstituição Histórica Cultural Mística e Chistosa**. Belém: Grafnorte, 1995. p. 271.

COSTA, E. Viotte da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. . Rio de Janeiro: Unesp, 2010.

CRUZ, Ernesto, **Annais do Arquivo Público do Pará**. Belém: Typ. Instituto Lauro Sodré, 1916, p. 678-679.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973. v. 2. p. 735.

CRUZ, Ernesto. **História do Poder legislativo do Pará de 1835-1930**. Belém: UFPA, 1975.

CUNHA, Marly. **Matutos ou Astutos?**: Oligarquia, coronelismo no Pará Republicano (1897-1909). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VANFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 55-81.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1975. v. 2. 624 p.

FARIAS William Gaia. **Amazônia Republicana** – processos seletivos e outros temas. Belém: UFPA, 2007.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açai, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”: o retorno da historia política, **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro**: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1994.

FERREIRA, Paulo Henrique dos Santos. **Fragmentos Históricos de Curuçá**. Castanhal: GrafSete, 2002.

FERREIRA, Tiago Barros, **Ao som predominante da Marselhesa**: os primeiros momentos dos ideais e da implantação do regime republicano em Marapanim-PA. 1886-1903. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FERREIRA, Tiago Barros. Construindo uma nação republicana: Marapanim e o processo de formação da identidade nacional brasileira durante a Primeira República (1889 – 1901). In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013. Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

FLORES. Elio Chaves, A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2013. p. 47.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊIA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.) **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil**. Rio de Janeiro: EDJRJ, 1997. p. 116-117.

GRAMISCI, Antônio. **Maquiavel, a Política, e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 22-23.

GRAMISCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 245p.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 112.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER. Terence, **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra. 2012.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 9.

HUNT, Lynn. Política, **Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo**: um política de compromisso. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 7.

JANOTTI, Maria de Lourdes Porque foi esquecida a reação monarquista. In: ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA PROPAGANDA, PROCLAMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL. V 2. Rio de Janeiro: IBGE. 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **Os subversivos da Republica**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.

JEANNENEY. Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. **História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 218.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o Sertão e a Floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1891-1916). **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v. 26, nº 51, 2006, p. 197-225. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/10.pdf>.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). Belém: Açáí, 2010.

LAFER, Celso. O significado de República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224. 1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 70.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. v. III. Rio de Janeiro.: [s.d.], 2009. p. 403.

LESSA, Renato. A invenção republicana no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.). **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 26.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice. 1988.



LEVILLAIN, Phelippe. Os Protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

LEVINE, Robert. **A velha usina**: Pernambuco na Federação brasileira (1889-1937).

LOVE, Josef. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Josef. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MATTOS, Hebe. p. 93. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo**. Rio de Janeiro: Fundación Mapfre; Objetiva. 2012.

MEIRA Filho, Octavio. **A Primeira Republica no Pará**. Desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1889. Belém: Falangola, 1981.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV; UFRRJ FG: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR). 2007. p. 38.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di Scienza Política**. Roma: Bocca, 1896.

MOURA, Daniela de Almeida, **A República Paraense em Festa (1890 – 1911)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1. p.14-43.

NUNES, Francivaldo Alves. **Benevides** – uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX. Rio de Janeiro: Corifel, 2009.

OLIVEIRA, José Ribamar Gomes de. **De Vila Cuera a Bragança**. Belém: Amazônia Industria Gráfica e Editora Ltda. 2008, p. 127.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista de Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, 1989.

PARÁ, Governador do Estado (Paes de Carvalho). **Mensagem Dirigida ao Congresso do Estado em 7 de abril de 1899**. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1899, pp. 4-5.

PATTO, Rodrigo Sá. **Introdução à Historia dos Partidos Políticos brasileiros**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999. p. 52.

PENNAFORT, Raymundo Ulisses. **Cenontologia ou Ensaio de Sciencia e Religião**. Belém: Typ. e Encad. de Pinto Barbosa e Cia, 1894. P. 10.

PEREIRA, Maria Isaura de Queiroz. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In FAUSTO, Boris (Org.). **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975. p.155-190.

PETTI, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Surama C. S. **Só para iniciados**: o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Maund/Faperj. 2011.

PONTE, Karina Furini da. (Re)pensando o Conceito do Rural. **Revista Nero**, v. 7, n. 4. jan. – jul., p. 20-28, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo: uma interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Republicano-Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**: da colônia à Primeira República. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RAYOL, Domingos Antonio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Gram-Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2. ed. Belém: UFPA, 1970. v. 3.

REGO, Clovis Moraes. **O Labirinto do Pseudônimo**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005.

REZENDE, Maria Efigênia Lage. O Processo Político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação a Revolução de 1930. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006. P. 90- 120(vol. I).

RICCI, Magda Maria. Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). **Boletim Americanista**, Barcelona, v. LVIII, n. 58, p. 77-95, 2008.

RICCI, Magda. O Império Lê a Colônia: um Barão e a história da civilização na Amazônia. In: **Terra Matura**: historiografia e história social da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 29.

RODRIGUES, Raimundo Souza; SANTOS, Rodolfo Severino Rodrigues dos. **São Caetano de Odívelas**. Nossa Terra Nossa Gente. São Caetano de Odívelas: Produção independente.

ROUSSEAU, Isabelle. La prosopografía: ¿un método idoneo para el estudio del Estado? **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 52, n. 3, p. 237-247, 1990.

SALGUEIRO, Valéria, A arte de construir a nação: pintura de historia na primeira república. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002.

SANTA ROSA, Américo. Um Democrata. **Os sucessos de junho**: o último motim do Pará. Belém: Imp. de Tavares Cardoso e Cia., 1891.

SARGES Maria de Nazaré, **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos 1969-1973**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 51.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque – 1870/1912. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 79.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Um intrépido Paraense**: Veiga Cabral e os jogos políticos no Pará (1884-1905). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SIQUEIRA, Carla, A Imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1989.

SOEIRO, José Ildone Favacho. **Noções de História da Vigia**. Belém: Cejup, 1991, p. 68-69.

SOUZA, Iara Lis de. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

VIACARDI, Claudia Maria Ribeiro. **Teatro do absurdo**: a nova ordem do federalismo oligárquico. Tese (Doutorado em História) – , IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

VILAÇA, Marcos Vinicius. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante. *Coronel, Coronéis*: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VILLA, Marco Antonio. **O Nascimento da República no Brasil**: a primeira década do novo regime. São Paulo: Ática, 1997. p. 37.

VISCARDI, Cláudia M. R. A prosopografia como técnica para estudo da participação mineira nas políticas econômicas da Primeira República. In: CONGRESSO NACIONAL DA ANPUH, 21. 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh, 2001.

VISCARDI, Claudia M. R. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3. 1999. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABPHE, 1999. CD-RON.

VISCARDI, Maria C. R. A prosopografia como técnica para o estudo da participação mineira nas políticas econômicas da Primeira República: In: CONGRESSO NACIONAL DA ANPUH, 21, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuhr, 2001, p. 2.

WINZ, Antônio Pimentel. A Imprensa e a Proclamação da República - o dia seguinte. In: **Anais do Congresso nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil**. 2.v. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937), Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal**. São Paulo: Brasiliense, 1987.